

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O DISCURSO *SOBRE* A MORTE EM ARQUIVOS
INSTITUCIONAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX**

TESE DE DOUTORADO

Fernanda Kieling Pedrazzi

Santa Maria, RS, Brasil

2015

O DISCURSO *SOBRE* A MORTE EM ARQUIVOS INSTITUCIONAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX

Fernanda Kieling Pedrazzi

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pedrazzi, Fernanda Kieling
O DISCURSO SOBRE A MORTE EM ARQUIVOS INSTITUCIONAIS
DO FINAL DO SÉCULO XIX / Fernanda Kieling Pedrazzi.-2015.
420 p.; 30cm

Orientador: Amanda Eloina Scherer
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2015

1. Análise de Discurso 2. Arquivo 3. Discurso sobre
4. Santa Maria 5. Morte I. Scherer, Amanda Eloina II.
Título.

Fernanda Kieling Pedrazzi

**O DISCURSO SOBRE A MORTE EM ARQUIVOS INSTITUCIONAIS DO
FINAL DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Curso de Doutorado, como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Aprovada em 14 de dezembro de 2015:

Amanda Eloina Scherer, Dr.^a
(Presidente/Orientadora)

José Simão da Silva Sobrinho, Dr. (UFU)

Larissa Montagner Cervo, Dr.^a (UFSM)

Lucília Maria Abrahão e Sousa, Dr.^a (USP – Ribeirão Preto)

Verli Fatima Petri da Silveira, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2015

Para Ivone e João Carlos.
Para Marcelo.
Para Antonio Carlos, Ana Cristina e Luiza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Amanda Eloina Scherer pela confiança em mim depositada, por ter aceitado o desafio de me orientar, mesmo eu tendo formação em outra área, e pelos ensinamentos compartilhados ao longo da construção desta tese.

Aos professores, servidores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras (CAL/UFSM) e do Laboratório Corpus (CAL/UFSM) pela parceria.

Aos colegas do Departamento de Documentação (CCSH/UFSM) e estudantes do Curso de Arquivologia (CCSH/UFSM) pelo apoio.

Aos meus amigos pelo apoio, amizade e carinho. Registro um especial agradecimento para Sonia Elisabete Constante, que acompanhou de perto todo o percurso sendo sempre gentil e companheira, e para as amigas que me inspiraram: Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello e Marilú Favarin Marin (*in memoriam*).

Um agradecimento especial também para aqueles que gentilmente me receberam, ajudaram e apoiaram nos arquivos que procurei para fazer pesquisa para a tese: Daniéle Xavier Calil, do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria; Viviane Portella de Portella e Aerta Grazioli Moscon, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; Gilda May Cardoso, Therezinha de Jesus Pires Santos, Greta Dotto Simões e Eliete Regina Rabaioli Camargo da Casa de Memória Edmundo Cardoso; Roberta Gerzson, do Cartório de Registro Civil de Santa Maria; Kelly Buriol Siguenas, do Arquivo da Arquidiocese. Também agradeço ao pesquisador, arquiteto e professor José Antonio Brenner, que foi uma fonte importante para dirimir dúvidas sobre qualquer questão histórica envolvendo a cidade de Santa Maria.

Agradeço aos professores que fizeram parte desta construção enquanto membros das bancas de qualificação e defesa.

Agradeço à minha família, minha base: Ivone e João Carlos, meus pais; Ana Paula, Alessandra e Patricia, minhas irmãs; Marcelo, meu marido; Antonio Carlos, Ana Cristina e Luiza, meus filhos. Obrigada por existirem em minha vida me oferecendo suporte emocional, apoio incondicional, compreensão e amor infinitos nesta fase de estudos de doutorado e escritura de tese que tanto requisitaram minha atenção e meu tempo.

Vida e Mórte

Ao distinto poeta e amigo P. Antonio de Miranda

A vida! O que è a vida?! – Um sonho desde o berço
Replécto de illusões, de maguas e tambem
De auróras festivaes que embriagar-nos vem!
A vida - é sonho, emfim, em que se jáz immérso.

A morte o que será? - A morte é o reverso:
-Enórme pesadello, etérno que p'ra além
Arrója o sonhador, esmaga-o com desdem...
A mòrte – é o despertar, na campa submérso”

Mas ah! Si o sonho - é vida, e o despertar – é mòrte;
Si o ser que vive, - sonha, e mórre, - despertando;
Se ao accordar, - expira, e si à sonhar, - é fòrte;

-Não quero despertar, jàmais do sonho brando! ...
Quero sonhar... sonhar, e, em célico transpòrte,
Etérnamente, assim, ficar sempre sonhando!

J. Monteiro V. Machado
Transcrito tal como está em “O Combatente”, 02/08/1896
Anno X, N. 33, p.1

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

O DISCURSO SOBRE A MORTE EM ARQUIVOS INSTITUCIONAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX

AUTORA: FERNANDA KIELING PEDRAZZI

ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER

DATA E LOCAL DA DEFESA: SANTA MARIA, 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Este trabalho procura compreender o discurso sobre a morte encontrado nos arquivos institucionais visitados para reunir fontes de pesquisa. A questão teórica gira em torno do “discurso sobre”. São consideradas como base da análise as teorias e noções da área de “Linguística, Letras e Artes”, área básica “Linguística”, trabalhando com a Análise de Discurso de Linha Francesa. A área de “Ciências Sociais Aplicadas”, área básica “Ciência da Informação”, também é vislumbrada ao trabalhar com as ideias de arquivologia e informação. A partir do conhecimento desses campos disciplinares distintos: Análise de Discurso e Arquivologia, é feito um gesto de leitura e análise na materialidade selecionada. Para tanto, foi realizado um enquadramento temporal e cronológico, privilegiando Santa Maria, RS, e tendo 1896 como ano referência das mortes. São feitos levantamentos de: 1) atestados de óbito produzidos/recebidos pela Intendência Municipal e mantidos no acervo do Fundo Intendência do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria; 2) registros de óbito realizados na Catedral e guardados no Arquivo da Arquidiocese; e 3) registros feitos nos livros do Cartório. Foram encontradas 275 comunicações de morte para 1896. O local com maior número de comunicações é a Intendência de Santa Maria (167), seguido da Catedral católica da mesma cidade (64) e, por último, o Cartório de Registro de Santa Maria (44). Foi feita uma comparação entre os três conjuntos, chegando ao nome de 197 diferentes pessoas. Buscou-se reconhecer aqueles falecidos comuns aos três conjuntos, formando, assim, o *corpus* empírico da tese (com 12 mortos e suas comunicações). A pesquisa foi complementada por notas, notícias e “A pedidos” sobre essas mortes extraídos de um jornal local que circulava no ano da pesquisa, bem como por um inventário *post-mortem*, o único encontrado, e que faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Para proceder ao gesto analítico, utilizando as bases da Análise de Discurso, foram realizados recortes do campo discursivo de referência baseado em cinco domínios de discurso sobre a morte, eleitos a partir de sua incidência: o discurso médico, o religioso, o jurídico, o jornalístico e o de privacidade, proposto na tese como nova categoria. Neles foram recortadas as sequências discursivas que formam o *corpus* discursivo onde se observou o discurso sobre a morte. A movência dos sentidos das palavras no funcionamento da linguagem e a relação entre historicidade e discurso são presenças constantes.

Palavras-chave: Arquivo. Discurso sobre. Morte.

ABSTRACT
Doctoral Dissertation
Graduate Program in Letters
Universidade Federal de Santa Maria

**DISCOURSE *ABOUT* DEATH IN INSTITUTIONAL ARCHIVES FROM
THE END OF THE XIX CENTURY**

AUTHOR: FERNANDA KIELING PEDRAZZI
ADVISOR: AMANDA ELOINA SCHERER
DATE AND PLACE OF DEFENSE: SANTA MARIA, 14 DECEMBER 2015.

This study aimed to investigate discourse *about* death in institutional archives (re)visited to collect sources of research. The theoretical question revolves around “discourse *about*”. Theories and concepts from the area “Linguistics, Letters and Arts” and basic area “Linguistics” make up the theoretical basis, with an emphasis on the French School of Discourse Analysis. The area of “Applied Social Sciences”, basic area “Information Sciences,” is also contemplated in order to account for issues of archiving and information. Springing from these disparate fields, Archiving and Discourse Analysis, we attempted to read and analyze the selected materiality, by creating a temporal and chronological framework, with a focus on the city of Santa Maria, RS, and taking the year 1896 as a reference for the deaths. Data collected consisted of: 1) death certificates produced/received by the Municipal Intendance and kept at the Municipal Historical Archive of Santa Maria; 2) death records recorded at the Cathedral and kept in the archdiocese archive; and 3) death records made at the Registry Office. Two hundred and seventy-five reports of death were found for 1896, with the Municipal Intendance of Santa Maria (167), having the greatest number, followed by the catholic cathedral (64) and, finally, the Registry Office of Santa Maria (44). A comparison among the three sets was performed, to obtain a total of 197 names of different people. The names of the deceased with reports common to all three entities made up the empirical corpus (12 deaths and respective reports). The study considered death notices, news articles and personal accounts or tributes published in the newspaper regarding these deaths extracted from a local newspaper that circulated during the year studied, as well as a *post-mortem* inventory, the only one of its kind found, which made part of the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul. Using discourse analysis, extracts from the discursive field were used to demonstrate the five domains of discourse about death, elected from their incidence: medical, religious, judicial, journalistic and private discourse, proposed in this dissertation as a new category. Discursive sequences that made up the corpus were analyzed within these discourses about death. The perception of the meaning of words within language use and the relation between historicity and discourse are constants in the corpus.

Keywords: Archive. Discourse about. Death.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organização do estado do Rio Grande do Sul em 1891	40
Figura 2 – Esquema geral de classificação de documentos	74
Figura 3 – Movimento pendular a partir do vértice “Analista de Discurso”	151
Figura 4 – Os passos do silêncio nos arquivos	165
Figura 5 – Os tipos de silêncio e sua hierarquia.....	170
Figura 6 – Cruzamento dos nomes dos falecidos	210
Fotografia 1 – Caixa 1 do conjunto documental de óbitos do APEES.....	103
Fotografia 2 – Livros do Arquivo Nacional.....	109
Fotografia 3 – Detalhe do talão de óbito do Arquivo Nacional.....	110
Fotografia 4 - Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.....	188
Fotografia 5 - Capa do Tomo 13	190
Fotografia 6 – Lombadas dos livros de óbito da Arquidiocese de Santa Maria ...	195
Fotografia 7 – Termo de abertura do Livro 1 da Catedral.	196
Fotografia 8 – Primeiro registro do Livro “Obitos Catedral Escravos 1872-1884”	198
Fotografia 9 – Termo de abertura do Livro C-0	200
Fotografia 10 – Lista de mortos no suplemento do Livro C-0 do Cartório	203
Fotografia 11 – Capa do Livro C-0 do Cartório.....	203
Fotografia 12 – Lombada do livro C-1 do Cartório	208
Fotografia 13 – Lápide de um dos falecidos de 1896.....	255
Fotografia 14 – “Zona dos Alemães” no Cemitério Ecumênico Municipal	257
Fotografia 15 – Capa de “O Combatente” de 1º de janeiro de 1896	261
Fotografia 16 – Notícia da morte de Julio em “O Combatente”	265
Fotografia 17 – Nota sobre a morte de Antonio em “O Combatente”	266
Fotografia 18 – Notícia da morte de Antonio em “O Combatente”	267
Fotografia 19 – “A pedidos” sobre a morte de Julio em “O Combatente.	268
Fotografia 20 – Notícia da morte de Julia em “O Combatente”.	270
Fotografia 21 – “A pedidos” sobre a morte de Julia em “O Combatente”	271
Fotografia 22 – Notícia sobre a morte de Carlos em “O Combatente”	273
Fotografia 23 – “A pedidos” sobre a morte de Carlos em “O Combatente”	275
Fotografia 24 – Nota sobre a morte de Maria em “O Combatente”	276
Fotografia 25 – Nota sobre a morte de Collecta em “O Combatente”.	276
Fotografia 26 - Nota sobre a morte de Belisaria em “O Combatente”	277
Fotografia 27 – Nota sobre a morte de Laurentino em “O Combatente”	278
Fotografia 28 – Nota sobre a morte de Jeanne em “O Combatente” ..	278
Fotografia 29 – Gravura da fachada da loja Luz e Trabalho	281
Fotografia 30 – Primeiras páginas do inventário de Belisaria Maria da Rocha	284
Fotografia 31 – Anúncio do advogado Sebastião Schleiniger em “O Combatente”	286

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações estabelecidas a partir da informação até o Tipo Documental	68
Quadro 2 – Definições de espécies documentais	77
Quadro 3 – Comparação de espécies documentais.....	78
Quadro 4 – Análise tipológica através da Diplomática.	79
Quadro 5 – Análise tipológica através da Arquivística.	80
Quadro 6 – Informações preliminares sobre os documentos.	204
Quadro 7 – Identificação numérica dos documentos tomados como <i>corpus</i>	214
Quadro 8 – Códigos dos documentos tomados como <i>corpus</i>	215
Quadro 9 – Número de atestados/registros de homens e mulheres nos documentos do arquivo de tese.	216
Quadro 10 – Data e hora dos falecimentos	217
Quadro 11 – Incidência de mortes por mês no arquivo de tese.	219
Quadro 12 – Nomes dos falecidos.	222
Quadro 13 – Comparação de 10 nomes de falecidos em documentos do Arquivo Histórico e do Arquivo da Arquidiocese.....	224
Quadro 14 – Comparação de 10 nomes de falecidos em documentos do Arquivo Histórico e do Arquivo do Cartório.....	225
Quadro 15 – Dados básicos dos documentos de óbito de Julio.....	230
Quadro 16 – Dados básicos dos documentos de óbito de Antonio.	231
Quadro 17 – Dados básicos dos documentos de óbito de Julia.....	234
Quadro 18 – Dados básicos dos documentos de óbito de Carlos João	235
Quadro 19 – Dados básicos dos documentos de óbito de Maria.	236
Quadro 20 – Dados básicos dos documentos de óbito de Collecta	237
Quadro 21 – Dados básicos dos documentos de óbito de Silveiro.	238
Quadro 22 – Dados básicos dos documentos de óbito de Severo.....	239
Quadro 23 – Dados básicos dos documentos de óbito de Belisaria	240
Quadro 24 – Dados básicos dos documentos de óbito de Ivo.	241
Quadro 25 – Dados básicos dos documentos de óbito de Laurentino.	242
Quadro 26 – Dados básicos dos documentos de óbito de Jeanne.	244
Quadro 27 - Abreviaturas encontradas nos documentos	247
Quadro 28 – Principais ações reportadas pelos documentos	248
Quadro 29 – Notícias sobre as mortes.....	264

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - <i>Fac-símile</i> dos documentos do <i>corpus</i> empírico	346
Anexo B – Modelo 4 – Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888.....	371
Anexo C – Notícias e anúncios de médicos que atestam a morte em 1896	372

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Atestados de óbito de 1896 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (Tomo 13)	380
Apêndice B - Atestados de óbito de 1896 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (Tomo 11)	383
Apêndice C - Registros de óbito de 1896 da Arquidiocese de Santa Maria (Livro 3)	385
Apêndice D - Registros de óbito de 1896 do Cartório de Registro Civil de Santa Maria (Livro C - 1).	387
Apêndice E - Transcrições de documentos utilizados como <i>corpus</i> empírico.	389
Apêndice F – Identificação dos sujeitos que atestam óbito no Tomo 13.	413
Apêndice G – Quantitativo de cidadãos sem autoridade declarada que atestam óbito no Tomo 13.....	415
Apêndice H – Quantitativo de médicos que atestam óbito no Tomo 13	417
Apêndice I – Identificação dos sujeitos que atestam óbito no Tomo 11	417
Apêndice J – Quantitativo de cidadãos sem autoridade declarada que atestam óbito no Tomo 11	420
Apêndice K – Quantitativo de médicos que atestam óbito no Tomo 11	421

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	19
PARTE 1	
CAPÍTULO 1 - FINAL DE SÉCULO XIX: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	29
1.1 A Primeira República	30
1.2 O Rio Grande do Sul	37
1.3 O poder local	39
1.4 Mudanças nas cidades	44
1.5 Santa Maria do fim do século XIX	48
1.6 A medicina e a saúde	51
CAPÍTULO 2 – O ARQUIVO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	57
2.1 Tipos de arquivos	60
2.2 Os arquivos e os documentos	63
2.3 A morte como objeto de trabalho nos arquivos	82
2.4 O arquivo e o registro sobre a morte	87
2.5 Tipologias documentais sobre a morte	100
CAPÍTULO 3 - A ANÁLISE DE DISCURSO	113
3.1 Filiações e pesquisa	127
3.2 A teoria e as teorizações	140
3.3 Análise de Discurso e seus desdobramentos	143
CAPÍTULO 4 – DISCURSO SOBRE, SILÊNCIO E ARQUIVO	149
4.1 O discurso <i>sobre</i>	153
4.2 O silêncio	164
4.2.1 Os tipos de silêncio nos arquivos	171
UMA ESTAÇÃO DE REFLEXÕES	177
PARTE 2	
CAPÍTULO 5 – CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DO <i>CORPUS</i> DA TESE	181
5.1 Documento de arquivo como materialidade para pesquisa	184
5.1.1 Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria	187
5.1.2 Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria	194
5.1.3 Arquivo do Cartório de Registro de Santa Maria	199
5.2 O arquivo da tese	204
5.3 O <i>corpus</i> empírico: recorte no arquivo da tese	209
5.4 Outras fontes de pesquisa	251
5.4.1 O cemitério	252
5.4.2 O jornal	258
5.4.3 A maçonaria	279
5.4.4 O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	283
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO: UM GESTO ANALÍTICO	289
6.1 Antecedentes da constituição de um <i>corpus</i> discursivo	293

6.1.1 A noção de informação.....	293
6.2 O recorte das sequências discursivas	294
6.3 Formação e análise das sequências discursivas	296
6.3.1 Recorte 1 – O morto	296
6.3.2 Recorte 2 – A morte.	205
6.3.3 Recorte 3 – A pós-morte	310
CONCLUSÃO	317
REFERÊNCIAS	323
ANEXOS.....	345
APÊNDICES.....	379

APRESENTAÇÃO

A presente tese de doutorado denominada “O discurso *sobre* a morte em arquivos institucionais do final do século XIX” envolve áreas diferentes de conhecimento reunindo, na mesma pesquisa, a grande área de “Linguística, Letras e Artes”, área básica “Linguística”, ao trabalhar com a Análise de Discurso de Linha Francesa; e a grande área de “Ciências Sociais Aplicadas”, área básica “Ciência da Informação”, ao trabalhar com as ideias de arquivologia e informação. Scherer (2006, p. 15) entende que “as relações entre os diversos campos do conhecimento são importantes e merecem sempre a nossa atenção” em busca de um trabalho de “intercompreensão e ousadia” no cotidiano de pesquisa.

Apropriando-se da teoria e de noções das áreas envolvidas, pergunta-se: “o que diz o discurso *sobre* a morte na Santa Maria (RS) do final do século XIX?”. A questão teórica da tese, portanto, gira em torno do “discurso *sobre*”, já mobilizado por autores brasileiros, como Eni Orlandi, enquanto que a questão analítica é voltada para as textualidades que são observáveis no *corpus* definido para a pesquisa. São focalizadas as diferenças e semelhanças no modo como é discursivizada a morte incluindo a informação que é dada como destaque e o modo como esta é apresentada. Pergunta-se, neste caso: “No que se diferenciam as textualidades, que contemplam o discurso *sobre* a morte, disponíveis em arquivos-instituição pesquisados?”. A partir das diferenças são observadas também as semelhanças.

A presente tese conta com uma introdução, que busca reunir a base das discussões empreendidas no todo do texto, bem como duas partes que contêm seis capítulos. Entre as partes é apresentada “Uma estação de reflexões”, uma parada para pensar questões importantes abordadas nos quatro primeiros capítulos, que perpassam todas as discussões. Depois dos dois últimos capítulos está disposta conclusão, seguida das referências, dos anexos e dos apêndices produzidos para dar apoio à análise aqui exposta.

O arquivo de tese selecionado localiza-se temporalmente no final do século XIX, mais especificamente no ano de 1896 e, geograficamente, com documentos produzidos na cidade de Santa Maria, RS, envolvendo pesquisa local em arquivos

públicos e privados. Documentos de um arquivo público de Porto Alegre¹, da esfera estadual, foram acrescentados ao conjunto que forma o arquivo desta tese de modo a complementar estes dados. Ao longo do desenvolvimento da tese, no entanto, ao tratar da tipologia documental relacionada à morte e de suas formas de apresentação, em 1896, considerou-se pertinente pesquisar em jornais e ainda em outros acervos arquivísticos para reconhecer como eram os documentos sobre a morte que mantinham.

Foram incluídos, em uma pesquisa exploratória, documentos de outros estados brasileiros (Espírito Santo e Rio de Janeiro). A produção documental em outros locais do Rio Grande do Sul também foi alvo em uma interação com os arquivos públicos de oito municípios do interior mais o arquivo público municipal da capital. No total, foram 18 os arquivos institucionais com quem se teve contato em função da pesquisa sendo que destes somente três são privados e os demais são públicos das esferas municipal (11), estadual (3) e federal (1).

Uma vez definido o período da pesquisa, buscou-se ter um conhecimento sobre as condições de produção do discurso neste período, lendo textos sobre a história do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Santa Maria, levantando a problemática social, econômica e política da época, o que está apresentado no Capítulo 1, “Final século XIX: condições de produção”.

O Capítulo 2 “O arquivo nas Ciências Sociais Aplicadas” dá as diretrizes sobre a arquivologia, a arquivística, os arquivos e os documentos, situando as principais noções desta outra área, tão cara para a compreensão da presente tese, uma vez que é a partir dela, e do conhecimento de seus pressupostos, que foi possível reunir as fontes para esta pesquisa. A morte como objeto do discurso presente nos arquivos também é aqui vislumbrada, expondo ao leitor a problemática que gira em torno da produção de documentos sobre a morte, antes de apresentar aqueles considerados e selecionados para análise da tese o que inclui a seleção do arquivo de tese, do *corpus* empírico e do *corpus* discursivo.

O Capítulo 3, “A Análise de Discurso”, se ocupa em apresentar a história da área que norteia a pesquisa, a AD, fundada na França a partir de Michel Pêcheux na

¹ Apenas um dos seis arquivos que resultam em dados diretos da pesquisa, compondo o seu *corpus*, localiza-se fora de Santa Maria (RS). Trata-se do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES). Por ser de nível estadual, tem como uma de suas funções recolher a documentação de caráter permanente não só da capital como também do interior do Estado, o que inclui o que foi produzido em Santa Maria.

década de 1960, dando, juntamente com os demais autores da área, a base teórica em que é produzida a tese, salientando não apenas as noções que são relevantes para a AD como também o processo de institucionalização deste saber no Brasil, Rio Grande do Sul e em Santa Maria.

No Capítulo 4, denominado “Discurso *sobre*, silêncio e arquivo”, é trabalhada a questão teórica, ou seja, o “discurso *sobre*”, como também se traz à baila a noção de silêncio, que será discutida em conjunto com a questão teórica quando na análise uma vez que ele, o silêncio, é constitutivo do discurso.

Já o Capítulo 5 traz a “Constituição do arquivo e do *corpus* da tese”, resultado de extenso trabalho de levantamento em arquivos bem como fruto de uma escolha metodológica para tratar as fontes, promovendo recortes para, primeiro, formar um arquivo e posteriormente o *corpus* empírico e discursivo da tese.

Enfim, o Capítulo 6, “Análise do *corpus* discursivo: um gesto analítico”, encerra o ciclo da pesquisa, com a análise de sequências discursivas extraídas do *corpus* empírico de modo a congregar os anseios da analista de discurso e da arquivista, identificando, através da presença e da falta, da ideia de complementariedade, de acesso e preservação da informação, a existência (e relação) entre os tipos de textualidades que abrangem o discurso *sobre* a morte identificados nos arquivos pesquisados. Reflexões sobre memória e esquecimento se unem a esta análise.

As Conclusões da tese são seguidas das referências bibliográficas estudadas, como o nome das obras dos autores aqui considerados importantes para que se discorresse sobre as questões do discurso, do discurso *sobre* a morte e dos arquivos e que foram lidos pela primeira vez ou revisitados durante o período de formação.

Nos Anexos são expostos os *fac-símiles* dos documentos do *corpus* empírico enquanto que nos Apêndices são reunidas tabelas com os dados das 275 comunicações de morte da Santa Maria de 1896, as transcrições dos 36 documentos apresentados nos Anexos, a identificação de quem atesta a morte nos tomos 11 e 13 bem como o quantitativo de cidadãos sem autoridade declarada que atestam a morte nestes tomos e os médicos que assinam a maioria dos 167 documentos destes tomos.

Trata-se de uma tese cujo tema central instigou a pesquisadora e certamente instigará o leitor, relacionando história, memória, discurso e arquivo ao congregar diferentes saberes numa posição de entremeio.

INTRODUÇÃO

Se há no mundo uma certeza incontestável é a que todos vamos morrer. Ricœur (2007 [2000], p. 141), ao trabalhar a memória nos seus aspectos individual e coletivo, chama a atenção para o fato de haver dois acontecimentos que “limitam uma vida humana, o nascimento e a morte”. Junto a esta afirmação há também uma segunda certeza, a de que, uma vez cidadão, uma vez existindo no social, alguém estará acompanhando nossa morte, se não for o seu chegar (o momento do fechar os olhos, do parar o coração ou do cessar da atividade cerebral), alguém estará acompanhando a morte em si, registrando, lavrando e tornando-a discursivizada.

Pergunta-se, no entanto, se há alguém a quem não se discursiviza a morte em documentos, isto é, se há alguém que não tenha a sua morte documentada. Talvez a resposta a essa pergunta seja que aquele que não é reconhecido como sujeito civil ativo (cidadão de fato) ou, ainda, aquele que não possui registro de nascimento, poderá não ter sua morte discursivizada. Falar de quem não tem certidão de nascimento, não produz ou não teve produzidos documentos sobre si, é falar daquele que vive em sociedade, porém, afastado dos registros que são comuns ao meio social. Para existir o registro da morte é preciso, antes, existir o registro da vida. Certamente há quem nasça e morra e não deixe uma linha sequer sobre sua existência. Na burocrática vida do cidadão brasileiro, como em tantos outros países, é preciso ter um nome, uma data, um lugar, destacando a sua ação e a participação na sociedade.

Os documentos que registram vida e morte são classificados pelo campo disciplinar da arquivologia como registros dos eventos vitais o que inclui, ainda, os documentos de batismo e de casamento. De modo geral, estes tipos de registro são “elaborados e conservados pela Igreja ou pelo Registro Civil de Pessoas Naturais” (BASSANEZI, 2013, p. 142). Enquanto fonte de pesquisa, esses documentos, e os livros que os contêm, são considerados “democráticos” pelo fato de abranger, de modo amplo, o todo da população, sendo que a “universalidade dessas fontes é uma das coisas que mais atrai os historiadores” a se servirem deles para trabalhos voltados a temática demográfica e sociocultural (BASSANEZI, 2013, p. 142). De outro lado, esses registros vitais também são propícios a cruzamentos por serem

“fontes nominativas” (BASSANEZI, 2013, p. 143) de modo que a partir de um nome podem ser localizados outros documentos que ratifiquem, coloquem em dúvida, refutem ou complementem as informações levantadas pelos documentos já conhecidos. Esses documentos constituem conjuntos orgânicos, que guardam em si histórias de vida. “O arquivo é abundante em personagens, mais do que qualquer texto ou que qualquer romance”, afirma Farge (2009 [1989], p. 20). Essas pessoas, homens e mulheres, habitam os documentos e, com eles, habitam ali também, aqueles que lhe atestaram ou registraram a vida e a morte, quem as discursivizou.

Uma terceira certeza com que convivemos nesta vida é a de que aquele que atesta ou registra a morte, que a discursiviza, também um dia terá a sua atestada, registrada, discursivizada. Catroga (1999, p. 9) afirma que “a causa (das causas) da morte é o incessante perecer da vida”, o que não exclui ninguém. Nesse sentido, o sujeito capaz de representar uma autoridade, assinando um documento, sozinho ou em grupo, já existe no meio social e isso lhe oferece certa garantia de que um dia o seu óbito vai gerar um documento semelhante aos que produziu.

Existem outras formas de discursivizar a morte, além do atestado e do registro de óbito, e que também vão ser amplamente utilizadas pela sociedade: a certidão de óbito, o obituário de jornal, a notícia sobre a morte, os ditos dos ritos fúnebres, o discurso religioso na encomendação do corpo, as últimas palavras de familiares e amigos no derradeiro adeus. Todas estas formas de discurso fazem parte de ritos, pois, como salienta Catroga (1999) não há sociedade sem ritos sendo que estes são atos sociais “de exorcização da morte e de restauração da ordem” (CATROGA, 1999, p. 11). Florea (2011, s/p) pesquisa sobre os obituários na imprensa francesa e chama o gênero textual que trabalha de fenômenos de representação da morte que “são parte de rituais para superar a morte”². Ela esclarece que eles têm duas funções: lembrar, dar visibilidade, ao morto, e relacionar com o social “e, assim, acompanhar a si mesmo frente à morte”.³ De acordo com Florea “assim, no trabalho de luto, permite-se a abrir para a vida que continua”⁴ (2011, s/p). O atestado de óbito, por sua vez, tem uma importância ímpar

² Florea (2011) escreve em francês. A tradução deste trecho (e dos demais em língua estrangeira) é da autora da tese, de modo livre. No original está como “*s’inscrivent dans les rituels destinés à surmonter un décès*”.

³ Tradução livre. No original está como: “*et ainsi à s’accompagner soi-même face à la mort*”.

⁴ Tradução livre. No original está como: “*Ainsi le travail du deuil permet-il de s’ouvrir vers la vie qui continue*”.

no registro de uma morte. De modo prático, hoje, para que seja emitida a Certidão de óbito por um cartório, dentre os documentos requeridos, está o atestado de óbito⁵. Ou seja, temos o fato morte, o atestado, o registro e a certidão, nessa sequência. Rezende (2011, p. 225) afirma que “as narrativas da morte mais comuns são provavelmente as mais representativas das tendências da cultura de uma determinada época, de suas figurações, da maneira como se fazem perceber” e que estas narrativas⁶ “têm uma razão de ser, na medida em que exprimem e comunicam sentidos, que estão carregadas de valores simbólicos, cumprindo funções religiosas, políticas, ideológicas ou mágicas”, sendo parte das sociedades a que estão relacionadas.

Vovelle (2010, p. 31) afirma que “os mortos têm negócios a resolver, tanto com seus próximos como com a comunidade da qual são parte integrante”. Do ponto de vista da burocracia, este sujeito que tem sua relação com o mundo interrompida pela morte, precisa morrer de fato e de direito. A pós-morte começa no momento em que se atesta que a vida se encerrou. Morte é o fim da vida. Na obviedade da afirmação há lugar para os preparativos do “desaparecimento” do ser, até então, vivo. É neste ponto que se enquadra este trabalho, buscando lançar um olhar para o que resulta do encerramento da vida na materialidade da língua.

A tese de doutorado “O discurso *sobre* a morte em arquivos institucionais do final do século XIX” tem sua gênese na curiosidade acadêmica de quem trabalha com documentos e passa a estudar atestados e registros de óbito em uma perspectiva discursiva, a partir da Análise de Discurso pecheutiana. Pelo fato de trabalhar com documento de arquivo, se considera que um documento “só tem sentido, se relacionado ao meio que o produziu”, como defende Bellotto (1991, p. 8) e que “na maioria das vezes, [os documentos] não se fizeram e nem se fazem para a História”⁷ (NÚÑES CONTRERAS, 1981, p. 36) apesar de serem usados para compreender os acontecimentos. O trabalho com esta temática dentro do campo da Análise de Discurso (AD) se deve à experiência como estudante de AD, professora universitária da área das Ciências Sociais Aplicadas que se interessa por

⁵ Informação do Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/para/servicos/documentacao/certidao-de-obito>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

⁶ A autora se explica, determinando “narrativa” como mais do que textos impressos, como também orais, imagens e outras formas de propagação de referência cultural.

⁷ Núñez Contreras (1981) escreve em espanhol. A tradução deste trecho e dos demais em língua estrangeira sempre serão feitas pela autora da tese, de modo livre. No original está como: “*las mas de las veces [los documentos] no se hicieron ni se hacen para la Historia*”.

documentos, manuscritos, transcrições e desenvolveu pesquisas sobre a cidade de Santa Maria (RS), sobre o cemitério desativado de Frederico Westphalen (RS) e de Philippon, em Itaara, graduada em Arquivologia e Jornalismo, interessada na história e, por isso, pesquisadora de arquivos.

Por ter, na formação e no trabalho como docente, a intimidade com o registro, o relato e o suporte documental, a pergunta que fazia era “Como se traduz uma morte em palavras?”. A reflexão dizia respeito sobre em quais circunstâncias é prática materializar a morte no dito registrado na letra, quando se escreve sobre a morte. Busca-se então compreender que efeitos de sentido são passíveis de serem observados a partir da formulação, do “momento em que o sujeito diz o que diz” (ORLANDI, 2012c, p. 10) pensando as diferenças entre as textualidades que tem o discurso *sobre* a morte em arquivos.

Ao analisar, num primeiro momento, o discurso que se produz sobre a morte em atestados de óbito preservados em um arquivo-instituição⁸ vemos um atravessamento do ideológico nos registros que se toma como arquivo, o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010c, p. 51)⁹. Neste caso, os documentos são datados de 1896 e, a partir de então, se constituíram na primeira textualidade pesquisada. Foi a administração pública municipal de Santa Maria, cidade localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, que permitiu a reunião deste conjunto de informações sobre a morte dos seus cidadãos. Este arquivo resistiu ao tempo, atravessando os séculos até tornar-se uma parte do objeto de estudo desta tese que propõe uma análise sobre as diferenças entre as textualidades com discurso *sobre* a morte.

Apesar de ser um tipo de discurso em específico, o discurso *sobre* a morte, a questão de tese está voltada para a verificação do que está nos arquivos em termos de documentos e as diferenças sobre sua apresentação. Estas textualidades, portanto, serão exploradas a partir de alguns conjuntos de documentos sobre a morte de algumas instituições pesquisadas (a maioria de Santa Maria).

Inicialmente, a proposta da tese era outra, e se configurava em buscar compreender o sentido de arquivo ao estudar a história disciplinar através de uma perspectiva da Análise de Discurso (AD) de Linha Francesa e sua relação com a

⁸ Na arquivística, considera-se como arquivo-instituição todo espaço de memória, local de guarda, conservação e preservação de documentos.

⁹ Texto original publicado, em língua francesa, em 1983.

História das Ideias. Assim, pensava-se em explorar as teorias que envolvessem as temáticas da memória discursiva, arquivo e materialidade da língua em uma perspectiva de Análise de Discurso bem como levantar a questão específica dos gestos de leitura do arquivo dentro da análise de discurso pecheutiana. Depois a tese se dirigiu ao discurso *sobre* a morte pautado em um único conjunto de documentos (Tomo 13) encontrado no Arquivo Histórico de Santa Maria que já estava descrito e digitalizado, e que despertou o interesse e a curiosidade acadêmica. No entanto, após a qualificação, com o avanço dos estudos e da exploração do tema em outros conjuntos documentais existentes em outros arquivos-instituição do estado do Rio Grande do Sul e fora dele, considerou-se ampliar a perspectiva, trazendo exemplos de outras textualidades que contemplassem o discurso *sobre* a morte nos arquivos de Santa Maria e de Porto Alegre. De todo modo, algo da primeira proposta se manteve uma vez que a compreensão da língua como materialidade e a discursividade do arquivo também envolve esta tese. Os gestos de leitura realizados levaram em conta muitas das questões pensadas a princípio, não só na proposta original como também naquela apresentada durante a qualificação.

Ainda no princípio dos estudos desta tese já se pensava sobre a ideia de excesso do/no arquivo. Refletia-se sobre a utilidade de manter o registro da morte como “arsenal” de memória para um futuro, para um potencial leitor e um possível uso. Pensava-se este processo, o de guardar, como uma garantia, uma cápsula do tempo, à espera que alguém estivesse interessado na ideia de pesquisar este conjunto, conhecer a forma como se registrava e/ou atestava a morte em outro tempo, tendo por base, por exemplo, a noção de discurso. Este movimento ainda persiste. Esta questão está intrincada com outras relacionadas nesta tese. Reavivando as aulas de História na graduação em Arquivologia na UFSM, vêm à memória a forma como o professor Joel Abílio Pinto dos Santos¹⁰ chamava estes documentos de arquivo: fontes para a história. E “as decisões tomadas”, em relação a estas fontes “irão determinar, em grande medida, a maneira como vemos o passado” (ANKERSMIT, 2012, p. 71).

¹⁰ Joel Abílio Pinto dos Santos (23/08/1942 - 29/03/2007) foi professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), lotado no Departamento de História do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Era um parceiro do Curso de Arquivologia do CCSH/UFSM, ministrando pelo menos duas disciplinas obrigatórias do referido curso: Introdução ao Estudo da História e História Social do Brasil.

Ao considerar o âmbito dos documentos escritos, Núñez Contreras (1981, p. 33) reconhece que eles são “a representação ou o reflexo escrito das relações políticas, jurídicas, sociais, administrativas estabelecida entre os homens tanto no nível particular como no oficial”¹¹, sendo que as principais tipologias documentais¹² pesquisadas nesta tese, o atestado e o registro de óbito, nessa ordem, têm muitas finalidades, dentre elas: a compreensão de como ocorreu a morte e a identificação das funções desempenhadas pelos setores administrativos responsáveis por tais registros/atestados, afinal os conjuntos documentais são guardados seguindo, na maioria das vezes, a mesma racionalidade das relações orgânicas segundo as quais foram criados.

Outra reflexão se apresenta sobre o tema, na autocrítica de quem produz uma tese: “Por que alguém que estuda a língua e a linguagem haveria de querer pesquisar atestados ou registros de óbito?”. Da mesma forma que Orlandi, acredita-se na relação da Análise de Discurso com outras ciências como a psicanálise e a história e na “frutífera” troca entre as Ciências Sociais e a Linguística. As trocas com a arquivística sempre me pareceram interessantes, tendo em vista a recorrente produção e pesquisa sobre arquivo na AD. No entanto, toma-se a questão do processo de significação para distinguir o arquivo em AD daquele comumente utilizado no campo disciplinar da arquivística, retomando o que se conhece por efeito de sentidos entre locutores já que ignorar esta problemática pode gerar dúvidas quando não se observam as diferenças de significação para a palavra “arquivo” dos campos em questão (ORLANDI, 2010 [1999], p. 21).

No momento em que fui fisgada pela ideia de discorrer sobre a temática da morte e de suas formas de discursivização nos arquivos tive dificuldade de conter o olhar da arquivista. Aqui pensava, ainda, sobre a disponibilidade, o acesso e o uso de informações e documentos. Pensava sobre a avaliação documental, e suas implicações no que se mantém para a guarda permanente¹³, mas também pensava

¹¹ Tradução livre. No original está como: “*la representación o el reflejo escrito de las relaciones políticas, jurídicas, sociales, administrativas establecidas entre los hombres tanto en el nivel particular como en el oficial*”.

¹² As tipologias documentais estudam o documento “enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2002, p. 19).

¹³ Nora (1993, p. 15) faz uma importante crítica a esse fazer arquivístico, que de fato implica na análise aqui posta em questão, afirmando que, na época da escritura de seu texto, a recomendação de setores públicos e privados era “guardar tudo”, em oposição ao preconizado na formação acadêmica, onde a tônica seria “a arte da destruição controlada”. De modo geral, passados mais de

sobre o gesto de leitura do analista do discurso, que então me descobria, e a possibilidade que tinha de acessar a determinado arquivo, agora em outra perspectiva, que não é a de Pêcheux (2010c), mas sim dada pelo Arquivo Nacional (2005, p. 27), tomando-o como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada [...] no desempenho de suas atividades”. A partir de então refletia se a possibilidade do uso do documento é o fundamento de seu arquivamento, se o acesso é o objetivo final do profissional dos arquivos e que impacto há na ausência da materialidade, do objeto, ou do registro, pela língua. Foi um longo processo de amadurecimento, com novos olhares sobre o que parecia, antes, cristalizado. Mexer com o que parecia imóvel foi relevante para trabalhar a tese.

No desenvolvimento deste trabalho é lançado um gesto de leitura para o conjunto que se chama aqui de arquivo de tese¹⁴ e busca-se compreender as diferenças das textualidades que contêm o discurso *sobre* a morte que existem nos arquivos pesquisados na última década do século XIX. É preciso esclarecer que quem lança este gesto, que também é de interpretação, está fora da produção daqueles documentos: é um usuário pesquisador. Os sentidos que tomamos do que lemos nestes documentos sobre a morte estão marcados pelo lugar onde estamos: social, político, histórico, considerando as formações discursivas que nos são sensíveis. Orlandi (2010 [1999], p. 42), esclarece que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que a empregam” e o mesmo se dá na leitura das palavras. Um contemporâneo à produção do documento poderia ter uma interpretação outra dos documentos aqui estudados se comparada com aquela que se faz no hoje.

Um fato é incontestável: se não tivessem sido preservados, estes atestados/registros não poderiam ser analisados. Eis que aqui transparece o que fala e o que cala nos arquivos. Afirmando, deste modo, que arquivo possível, no sentido dado por Pêcheux (2010c, p. 51), é aquele disponível, cuidado, mantido preferencialmente em um arquivo no sentido de arquivo-instituição (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Os arquivos municipais, bem como outros que sejam públicos,

30 anos da publicação original (que foi em língua francesa, em 1984), esta afirmação é atual, tanto na prática arquivística quanto na prática acadêmica, pelo que é observável na prática docente na UFSM.

¹⁴ Entende-se aqui que o arquivo de tese nada mais é do que o conjunto de documentos escolhido pela pesquisadora com base nos critérios adotados por ela no qual, posteriormente, é retirado um *corpus* empírico sobre o qual é, na sequência, recortado o *corpus* discursivo.

mesmo que de outra esfera política, têm papel de possibilitar um vasto terreno não só para a História¹⁵, e outras disciplinas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, como também para o campo disciplinar da Análise de Discurso uma vez que guardam as passagens do cotidiano da administração pública. O arquivo público local utilizado como parâmetro, por ter sido o primeiro explorado nesta tese, é o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, que fora criado oficialmente em 1958¹⁶. Antes disso, os documentos anteriores à década de 1950, como os do Tomo 13 (primeiro tomo explorado deste Arquivo), encontraram morada em algum lugar até serem reunidos em um local instituído para isso, chegando a nossos dias disponíveis e pertinentes.

Hoje só é possível observar e interpretar de que forma as mortes que ocorreram em Santa Maria no ano de 1896 foram discursivizadas¹⁷, levando em conta os indícios do tempo em que este registro foi realizado, porque há, de fato, o acesso a documentos do final do século XIX, e em mais de um lugar. Sem o trabalho técnico de arquivo e do arquivista não é possível disponibilizar e acessar os acervos. Com isso podemos estudar o que está posto nos registros documentais na sua versão original, no documento que atravessa décadas e séculos, ainda presente, não em cópias ou discursos de fontes secundárias a respeito deste tema. Ao tocá-los, é possível sentir o passado nas próprias mãos. A ideologia, sem dúvida, está articulada com a linguagem e uma implica na outra (ORLANDI, 2010 [1999], p. 43). Deste modo não há transparência da linguagem e do sentido (ORLANDI, 2008 [1990], p. 32) e até o silêncio pode significar ali, sendo perceptível no que foi dito e no não dito.

A Análise de Discurso auxilia a reconhecer a relação entre o discurso *sobre* a morte e a exterioridade, o objeto histórico (ORLANDI, 2008 [1990], p. 33). A questão teórica abordada neste trabalho é “o discurso *sobre*”, sendo que esta pesquisa, em especial, se direciona para a questão da morte, com os sentidos permitidos para o

¹⁵ A História pertence a uma grande área de conhecimento diferente da Arquivologia. Enquanto que a primeira faz parte das Ciências Humanas, a segunda, como já foi referido, é da grande área das Ciências Sociais Aplicadas.

¹⁶ A partir da Lei Municipal 0784/1958. Disponível em: <www.camara-sm.rs.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2015.

¹⁷ É importante fazer uma explicação: todo o texto transcrito do período de tempo (final do século XIX) estudado provenientes de documentos, jornais, inventário ou qualquer outra fonte escrita considerada nesta tese, será transcrito de acordo com a grafia da época, sem atualização, portanto não se deverá utilizar sinalizadores disso ao longo do texto.

tempo em que estes discursos foram registrados. Em 1896 a ordem política brasileira já era a da República, proclamada em 1889, não por acaso neste ano, mas por influência de entusiastas da Revolução Francesa. Uma nova constituição já existia desde 1891¹⁸. O Rio Grande do Sul era governado por outros sujeitos que não os representantes da monarquia. Júlio de Castilhos, forte nome republicano, estava no poder do Estado, foi retirado de cena e retornou, em 1892, com o apoio do governo central brasileiro (FLORES; FLORES, 1999, p. 35).

As marcas do Império brasileiro, recém findo ainda se faziam presentes nos grupos de poder que se movimentavam em todo país e em todos os níveis: nacional, estadual e local. Santa Maria era um dos 61 municípios que havia no estado do Rio Grande do Sul no início da última década do século XIX e era governada por uma Intendência que tinha nas oligarquias locais um modelo de coronelismo com fortes oposições na busca pelo poder, o que impactou em seu envolvimento da Revolução de 1893. A Intendência Municipal é um contexto histórico de poderes diferentes daqueles que se tem hoje, ou seja, eram, sem dúvida, outras condições de produção uma vez que são outros jogos de poder, com outras forças interagindo e influenciando a organização social. Nesse todo, o registrar e o atestar a morte ganha desenhos próprios de seu tempo, do sujeito social e a ideologia que o atravessava. Essa relação do sujeito com a história está refletida nos documentos sobre a morte aqui apresentados, e seu discurso bem como em outros discursos que circulavam à época. Olhar para eles, ler o discurso *sobre* a morte presente nos arquivos e observar suas textualidades diferentes é a proposta desta tese.

Este trabalho faz um movimento no entremeio da Análise de Discurso e da Arquivística, perpassando a história de final de século XIX no Brasil, discutindo a teoria e a prática, trabalhando com a noção de arquivo e com instituições que guardam o discurso *sobre* a morte. Fica aqui o convite para acessar os documentos e essa história que passa por diferentes campos disciplinares.

¹⁸ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24/02/1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013.

PARTE 1

CAPÍTULO 1

O FINAL SÉCULO XIX: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Os documentos sobre a morte estudados nesta tese têm como exterioridade questões sociais e políticas vivida pelo país no período que cerca o ano de 1896, ou seja, o funcionamento do aparelho de estado naquele momento histórico: a medicina, a urbanidade, o sepultamento dos mortos e a questão da saúde pública, sendo que esta última acaba por estabelecer contato entre todas as questões anteriormente apontadas. As condições de produção de textualidades contendo o discurso *sobre* a morte na Santa Maria de 1896 tocam cada um destes aspectos que impactam a sociedade brasileira, sul-rio-grandense e santa-mariense no período analisado. Para tanto se torna pertinente trazer o que está acontecendo neste período nestes espaços geográficos de modo a tornar compreensível toda a época.

Na história do Brasil, a partir da historiografia tradicional, encontra-se o Brasil enquanto colônia da Coroa portuguesa, o que ocorre posteriormente à fase pré-colonial, após seu “descobrimento”, em 1500; o Brasil como um Império, governado por Dom Pedro I e Dom Pedro II; e o Brasil República presidencialista, buscando se assentar em um regime democrático. Para que se possa observar a transição entre cada um destes três estágios, foram destacados momentos considerados importantes historicamente e que, pela construção daquele que escreve a história, marcam a mudança de sistema, em uma tentativa de linearizar os acontecimentos, muito embora a complexidade que envolve a passagem de um período a outro seja quase impossível de ser reportada para os livros de história.

O primeiro período, o de Brasil Colônia, se encerrou em 1822, com a Proclamação da Independência, quando a população brasileira era composta de 3,8 milhões de pessoas, segundo Costa (2008). O segundo período, o do Brasil Império,

se encerrou em 1889, com a Proclamação da República, quando a população brasileira já alcançava a marca de 14 milhões de pessoas (COSTA, 2008, p. 708). O final desse segundo período resultou de uma conjuntura que envolveu a saúde de Dom Pedro II, que o fez se afastar e depois retornar ao Brasil, até a possibilidade de um terceiro reinado, que poderia ter como desfecho a coroação do Conde d'Eu, esposo da princesa Isabel, como imperador do Brasil, segundo Basile (2000, p. 291).

A sociedade da época e pela condição que era, então, ocupada pela mulher, não via como possível que a filha do Imperador fosse sua sucessora. Nem mesmo Dom Pedro II considerava que o Brasil pudesse ser governado por uma mulher. Basile denomina a possibilidade de um terceiro imperador como um “fantasma” para seus opositores ou, ainda, simplesmente uma “ameaça que veio a fortalecer o movimento republicano, em sua reta final” (BASILE, 2000, p. 291). Este e outros motivos, como a abolição da escravidão, fizeram crescer o movimento republicano no país. Neves (2008, p. 15) ressalta que, na virada do século XIX para o século XX, uma série de mudanças movimentava não apenas a, então, capital do Brasil, o Rio de Janeiro, como também outras cidades brasileiras. É importante lembrar, no entanto, que “o epicentro da turbulência da plebe urbana era, sem dúvida, a capital federal, que ao longo do período, conheceu momentos de extrema agitação” (WISSENBACH, 2002, p. 109). A chegada dos imigrantes, as pequenas e grandes mudanças no cotidiano das pessoas, nas ruas ou nas casas, enfim, tudo parecia indicar um tempo de “progresso”, mas também de tumultos. Wissenbach (2002) faz um contraponto indicando que, ao mesmo tempo, nas cidades interioranas havia um “marasmo”, onde pouco acontecia longe das grandes mudanças que a urbanidade começava a apontar nas capitais brasileiras, a exemplo do que ocorria na Europa.

Assim, após o fim da monarquia, instaura-se no Brasil o período político que se conhece na história como Primeira República.

1.1 A Primeira República

Na Primeira República, chamada por Neves como “primeiro período Republicano no Brasil” (2008, p. 16), os “dois cenários da República”, um de progresso e outro de pouco desenvolvimento, foram refletidos na obra “Os Sertões”

de Euclides da Cunha, citada pela autora que destaca de suas palavras a referência ao “improviso” para identificar a forma como a República é proclamada no Brasil. “Era sob o signo de uma certa pirotecnia de súbitas mudanças que o tempo vivido era percebido na cidade [do Rio de Janeiro] que, na sexta-feira, dia 15 de novembro de 1889, amanhecera como corte imperial para anoitecer como capital Republicana” (NEVES, 2008, p. 19). Há que se destacar que o Rio de Janeiro era o centro político brasileiro uma vez que era a cidade onde estava fixado o imperador Dom Pedro II e sua família e era, portanto, a capital do Império do Brasil.

Naquele momento, faltando pouco mais de uma década para se chegar ao novo século, o que estava em jogo, segundo Neves (2008, p. 19), eram os ideais modernos “condensados no que então era visto como a associação indissolúvel entre os conceitos de *progresso* e *civilização*” a partir do que se via “no outro lado do Atlântico”. A Europa, no seu todo, era, sem dúvida, um modelo a ser seguido, sendo que a Inglaterra era a potência mais importante da época. Neves ressalta, no entanto, que no Brasil a realidade era diferente e havia cada vez mais pessoas constituindo um povo, com o crescimento demográfico, e, com isso, mais pobres, para quem deveriam ser pensadas mudanças nas cidades. Após a abolição da escravatura, por exemplo, muitos ex-escravos, que antes viviam nas fazendas, não sabiam o que fazer e nem para onde ir, escolhendo as cidades para moradia, o que fez serem criadas leis específicas para esta nova realidade. Basile (2000, p. 289) exemplifica o que ocorreu naquele momento no Brasil ao comentar que muitos dos africanos ou descendentes de africanos que foram libertados das senzalas passaram a “perambular” nas cidades, criando um grande problema social, cerceando “a liberdade conquistada” (BASILE, 2000, p. 289). Schwarcz e Starling (2015, p. 310) entendem que “a libertação tardara demais, e representou o rompimento do último laço forte da monarquia [...] A estratégia política implicava divulgar que eles [escravos] haviam sido ‘contemplados’ com a lei, recebido uma dádiva”. Essa maneira de ver a assinatura da Lei Áurea era um reflexo da vontade de ter benefício por gratidão. No entanto, os escravos libertos enfrentaram adversidades logo que foram “presenteados”. Wissenbach (2002) nos remete àquela realidade, no momento em que a liberdade chega, mostrando as dificuldades vividas.

Na reconstrução da vida em liberdade após a emancipação geral, a adequação à nova condição foi moldada por uma série de fatores: particularidades regionais e conjunturas econômicas diversas, proporcionalidade do elemento negro no cômputo das populações de cada parte do país, presença de outros segmentos na disputa do mercado de trabalho e de agrupamentos negros já consolidados deram tonalidades distintas às escolhas e às possibilidades dos ex-escravos (WISSENBACH, 2002, p. 51).

A última década do século XIX representou um momento de desajuste e instabilidade social havendo a necessidade de os governantes e a população readequarem-se às novidades que iam desencadeando as mudanças. Na época pós-proclamação houve “um aumento da grande imigração europeia para o Brasil, registrando-se, apenas no ano de 1891, a entrada de 216 mil estrangeiros” (ARQUIVO NACIONAL, 2009, p. 7).

Schwarcz e Starling (2015, p. 323) citam o momento como uma “febre imigratória” baseada em mentiras para atrair mão de obra europeia. Vieram levados pelo mito da abundância, “enganados por uma propaganda ilusória, poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, mais tarde (a partir dos últimos anos da década de 1910), japoneses”. No sul, o foco eram as pequenas propriedades que, por serem isoladas, faziam com que seus novos moradores estivessem “sujeitos a todo o tipo de adversidade: ataques de indígenas, maus-tratos por parte da população local, dificuldade de comércio” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 323).

Uma vez que o progresso era a meta das novas tendências políticas, bastante influenciadas pelas ideias positivistas de Auguste Comte, era somente para frente que se pensava em direcionar. “Um dos traços característicos dos finais do século XIX e inícios do século XX foi o intenso crescimento dos contingentes urbanos da população brasileira”, afirma Wissenbach (2002, p. 91) ao situar o que acontecia na “cidade moderna” que tinha as suas “dissonâncias sociais”. Schwarcz e Starling (2015, p. 325) resumem que “apesar dos percalços, a maioria acabou se adaptando às terras brasileiras. A cada povo seu credo, e também nesse campo a fé se misturou. Curandeiros, benzedeadas, herbanários, percorriam fazendas e, na falta de médicos e remédios, esses profissionais ocuparam espaços vazios”.

Se de um lado estavam as crenças, de outro despontava a ciência. Especificamente, sobre a ciência e a saúde, Neves (2008, p. 21) afirma que “novas conquistas da ciência e da técnica e novas invenções revolucionaram os hábitos e o

cotidiano”. Na medicina “são extraordinários os avanços”, exemplifica Neves (2008, p. 21). O corpo e o inconsciente começam a ser mais bem compreendidos a partir das inúmeras descobertas e estudos da última década de 1800, e que eram realizados em todo o mundo. No entanto, no Rio Grande do Sul, pouco depois da Proclamação da República, ainda no governo de Júlio de Castilhos, e depois de promulgada a Constituição de Estado, havia uma “condescendência com todas as crenças religiosas e místicas que percorriam o Estado no período” (WEBER, 1999, p. 43). Assim, toma-se esta posição particular gaúcha como reflexo de

[...] um momento em que todos, por mais crentes na *ciência* e no desenvolvimento da técnica, ainda mantinham uma preocupação religiosa e mística, o que permitiu proliferarem, sem maiores transtornos, diversas práticas populares, de acordo com a diversidade étnica que marcava a ocupação da região (WEBER, 1999, p. 43).

Por outro lado, ainda num panorama daquela sociedade de final de século XIX, do ponto de vista da economia, segundo Dean (2008, p. 659), “o Império [do Brasil], que sobreviveu até 1889, não adotou com persistência ou energia objetivos econômicos [...] desenvolvimentistas”, mesmo assim nas duas décadas antes do fim do Império começava uma expansão do comércio no mundo o que impactou não apenas na atração do capital estrangeiro como também na urbanização e se vislumbrou em tentativa de diversas melhorias na vida das pessoas como no transporte, comunicações, indústria, etc. (DEAN, 2008). Costa explica que isso acabou por desarranjar a sociedade e fez surgir novos grupos sociais. A “hegemonia política das oligarquias agrárias e comerciais tradicionais haviam se tornado, nas décadas de 1870 e 1880, os obstáculos anacrônicos ao progresso” (COSTA, 2008, p. 707).

Neves, como outros autores que estudam a mesma época, classifica o momento da Proclamação da República como um “golpe militar” já que defende que na historiografia há relatos de descontentamento do exército desde a Guerra do Paraguai. O movimento era “a princípio destinado apenas a provocar a derrocada do gabinete Ouro Preto [o Visconde que era chefe de gabinete monárquico]”, mas foi além, o que fez “expulsar o velho imperador e sua família e instaurar a República” (NEVES, 2008, p. 25). Basile relata que “o Imperador [...] ainda tentou organizar um novo gabinete, mas, ao saber que a República havia sido oficialmente proclamada, na Câmara Municipal, às três horas da tarde, nada mais fez”, restando a ele

embarcar para a Europa com sua família dois dias depois, levando consigo recursos para viver longe do Brasil.

Costa (2008, p. 705) atribui aos militares o golpe e explica que lhe parece que o embate teve de um lado as “elites tradicionais”, representadas pelos apoiadores da monarquia, o que incluía as oligarquias rurais beneficiadas por ações do Império nas províncias e a própria família imperial; e de outro, a “burguesia urbana” e os “progressistas das oligarquias rurais” que uniram forças para lançarem-se contra as instituições tradicionais.

Neves entende que a “revolução”, como a palavra sugere, fez dar uma volta completa que levou novamente ao ponto de partida uma vez que, de modo geral, quem detinha poderes no Império os manteve na República, sendo que a mesma afirma que “se muda a roupa sem mudar a pele” (NEVES, 2008, p. 26). A instauração da República fez dos brasileiros aquilo que são hoje, não podendo haver maneira de desconectar o futuro político brasileiro do momento da Proclamação da República. O positivismo concebia uma “filosofia baseada na ciência”, nas “evidências dos fatos, subordinando a imaginação e a argumentação à observação” (WEBER, 1999, p. 34). Estas ideias foram absorvidas pelos militares e foram recortadas pela conveniência para justificar formas de posicionar-se politicamente. Weber afirma que “para alguns, o positivismo seria simples rótulo para uma conduta de oposição à monarquia; para outros, apenas impunha uma dose de ‘cientificismo’” (WEBER, 1999, p. 38).

A Proclamação envolve o Marechal Deodoro da Fonseca, que se pronunciou diante da Câmara, e seus apoiadores, em grande parte militares, como também Aristides Lobo, a quem é atribuída a afirmação de que “a colaboração do elemento civil foi quase nula” (NEVES, 2008, p. 28). Neves, porém, lembra que já em 1870, na publicação do “Manifesto Republicano” no jornal “A República” já apareciam os “descontentes com o estado Imperial”, pelo menos 20 anos antes da Proclamação, o que, pouco a pouco, foi ganhando importância à medida que era lido e conhecido, o que ocasionou a perda de apoio político à Monarquia. Um exemplo das consequências do Manifesto é que na Região Central da então Província do Rio Grande, o município de São Martinho, hoje São Martinho da Serra, foi fundado o Clube Republicano em 29 de junho de 1882. Na oportunidade, seus membros “aclamam presidente o Dr. Júlio Prates de Castilhos, que convida para secretário Francisco de Abreu Vale Machado, que viria a ser o primeiro intendente municipal

republicano de Santa Maria” (BELTRÃO, 2013 [1958], p. 375). É fato que as lideranças republicanas que se constituem efetivamente em cargos públicos após o dia 15 de novembro nesta região do Estado, no próprio governo estadual e no Brasil vêm construindo uma história de participação política ao longo de suas trajetórias. Quando o Clube Republicano de São Martinho foi fundado, Vale Machado tinha pouco mais de 40 anos e Júlio de Castilhos, completava, naquele mesmo dia, apenas 22. Com apenas 31 anos tornou-se presidente do Estado, no ano de 1891 (BELTRÃO, 2013 [1958]). Júlio de Castilhos compunha, na visão de Weber (1999, p. 36), o grupo “dissidente” no positivismo brasileiro, pois obteve projeção no campo político. Estes homens não acompanharam o ortodoxo Miguel Lemos, do Rio de Janeiro, figura de grande projeção ligada ao positivismo no país, e que vetava, entre outras coisas, a aceitação de cargos públicos considerando sua filosofia.

De acordo com Costa (2008, p. 708), o que também contribuiu para que o “golpe” fosse bem sucedido e ganhasse cada vez mais colaboradores, foi a Abolição da Escravatura, em maio de 1888. Com isso, a princesa Isabel ganhou a antipatia dos prejudicados com a abolição dos negros, apesar de o número de escravos representar apenas 5% da população que vivia no Brasil em 1888. A título de exemplo, 65 anos antes, em 1822 eles, os escravos, representavam cerca da metade da população brasileira.

Com a Lei Áurea, o Governo imperial perdeu mais um de seus principais sustentáculos – os fazendeiros escravistas, sobretudo no Rio de Janeiro -, que, irritados, com a Abolição e ainda mais com a maneira como foi feita, sem indenização ou qualquer outra medida compensatória, passaram, em grande parte, a se desinteressar pelo destino da Monarquia, quando não engrossaram as fileiras da oposição ao regime, aderindo ao movimento republicano; eram os *republicanos do 14 de maio*, como os chamou José do Patrocínio (BASILE, 2000, p. 289).

Embora a abolição seja relacionada com o momento da assinatura da Lei Áurea, estava sendo trabalhada há anos por apoiadores da causa nos espaços políticos, em comícios e em matérias de jornais abolicionistas. O fato da determinação da abolição, em si, é indicado por Costa (2008, p. 705) como um feito do parlamento, pois fora neste espaço político que o projeto de Lei foi aprovado após sua apresentação pelo então primeiro-ministro João Alfredo Correia de Oliveira que “anunciou a sua intenção de abolir a escravidão sem qualquer indenização” para os donos de escravos (COSTA, 2008, p. 749). O argumento decisivo, no entanto,

para convencer a população e seus representantes a votar a favor da abolição estava no fato de que a escravidão “constituía um obstáculo para o progresso” (COSTA, 2008, p. 747), de tal modo como já apontara o mesmo autor em relação às oligarquias rurais e o comércio tradicional. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Regente assinou a Lei Áurea e a emancipação dos escravos o que “ajudou a minar o sistema monárquico”, embora não tenha engrossado “as fileiras do Partido Republicano” (COSTA, 2008, p. 749).

O Império não conseguia atender às demandas que surgiam na sociedade, o que fez enfraquecer o regime. Basile (2000, p. 294) afirma que “em suas duas últimas décadas, o Estado Imperial foi se incompatibilizando com sucessivos segmentos da sociedade que compunham as suas bases de sustentação” sendo estes o clero (com quem teve problemas envolvendo os grupos de padres maçons e os antimaçons em meados da década de 1870), os militares (principalmente após a Guerra do Paraguai e as ideias de positivismo e salvacionismo, no próprio exército, em meados da década de 1880), os proprietários rurais (prejudicados pela abolição a partir de 1888) e a elite política, que tomava outro rumo. Toda esta agitação contribuiu para a ruína e “desprestígio da Monarquia” (BASILE, 2000, p. 294).

Com a Primeira República é mudada a estrutura administrativa brasileira¹⁹. Como exemplo disso, são criados os Estados em substituição às Províncias, estruturas da federação que tiveram maior autonomia, inclusive para determinar, em suas constituições, as relações com os municípios. “Durante todo século XIX [...] [os estados] ainda eram chamados de províncias” (NEVES, 2008, p. 38). Monteiro (2000, p. 302) explica que é com a República e o estabelecimento da Federação que foi permitido que “as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, assumindo o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo”. Ainda assim o cidadão participava das eleições, porém estas eram, em geral, fraudadas. Conflitos de grande impacto, como Canudos e Contestado, são exemplos da resistência e figuram como oposição ao novo regime que estava intervindo nos estados apesar de ser federalista (em nível político) e liberal (em questão econômica) por decisão ideológica (MONTEIRO, 2000, p. 304).

¹⁹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24/02/1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013.

1.2 O Rio Grande do Sul

Para Neves (2008, p. 41), até 1930, quando chega ao fim a Primeira República, a oligarquia do Rio Grande do Sul estava entre as seis mais influentes daquele período político. A nova ordem institucional dada pela República, de outra maneira, concretizou “a velha ordem excludente e hierarquizadora” (NEVES, 2008, p. 41). Em outras palavras, Costa (2008, p. 760) acredita que a República não representou, de fato, uma ruptura com o passado.

Do ponto de vista político, antes da Proclamação da República “os presidentes de província eram nomeados pelo governo central” (COSTA, 2008, p. 720) o que garantia controle ao governo do Império uma vez que “o presidente de província tinha grandes poderes” locais, pois nomeava aqueles que detinham cargos importantes, como o delegado (COSTA, 2008, p. 721). Fausto (2008, p. 770) explica que aí houve perda de poder, pois os seus presidentes, os dos estados, passaram a ser eleitos. Com o início do sistema da República, o presidente do estado do Rio Grande do Sul nomeado pelo governo provisório passa a ser o Visconde de Pelotas, General José Antônio Corrêa da Câmara, “que havia adquirido grande prestígio na Guerra do Paraguai e na questão militar” (LAZZAROTTO, 2001 [1998], p. 124).

O novo presidente do Rio Grande do Sul teve a incumbência de comunicar aos municípios das mudanças políticas que estavam acontecendo. De acordo com Belém (2000 [1933]), o Visconde de Pelotas enviou um telegrama, em 18 de novembro de 1889, à Câmara Municipal de Santa Maria, tal como fizera a outras cidades, de modo a compartilhar as informações de nível nacional que se constituía em uma nova forma de governo e apresentou-se já como novo presidente do estado da federação. Segundo Belém (2000 [1933], p. 164), que transcreveu o documento em sua obra “História do Município de Santa Maria: 1797-1933”, o presidente informa que o Brasil é uma “República Federativa, constituindo as Províncias os Estados Unidos do Brasil” e informa que o “Imperador deposto” fora de partida para a Europa, sem haver possibilidade de retorno da antiga estrutura monárquica.

A partir da leitura do telegrama do novo governante do Estado, a Câmara, então formada por quatro vereadores, um suplente e pelo presidente, vereador

Pedro Weinmann, reúne-se, em sessão extraordinária de 19 de novembro de 1889²⁰, para discutir o comunicado e enviar resposta a Porto Alegre informando que deliberou por “aceitar forma de governo estabelecida conforme comunicação”²¹. Os membros da Câmara se disseram estar dispostos a “cumprir suas ordens [do Visconde de Pelotas] como Governador Político do Estado Rio-grandense, isto com toda lealdade”, em uma expressão de tensão política evidente. O grupo permanece no poder por mais um mês, no entanto é substituído em 26 de dezembro de 1889, quando, por indicação, vai “ocupar a direção uma comissão composta dos cidadãos: Francisco de Abreu Vale Machado, Dr. Pantaleão José Pinto e Henrique Druck” (BELÉM, 2000 [1933], p. 164).

A vida social e política brasileira, nesse período de Primeira República, eram de clientelismo e favorecimento do poder dos coronéis do interior e isso “deu maior poder aos municípios, as menores unidades políticas e administrativas de cada Estado” que tinha o contato direto com as pessoas, cidadãos, que significavam ser também os eleitores, e ainda passaram a controlar com mais força a renda pública que na época do Império era irrisória, sendo que passou de 2,5% para mais de 18% em 1910 (FAUSTO, 2008, p. 773).

Ainda no período de Império, segundo Leal (1997), através da Constituição de 1824, haviam sido criadas as câmaras eletivas nas cidades sendo que o mais votado é quem presidiria a mesma. Com o regime de 1891 esta função executiva, que até então cabia ao presidente da câmara, passa a ser incumbência de outro órgão. “Durante a vigência da Constituição de 1891, não se chegou a uniformizar a denominação do órgão deliberativo da administração municipal, matéria da competência estadual: *Intendência, Conselho, Câmara* – foram os nomes escolhidos” explica Leal (1997, p. 135) que situa a mudança de nome para o setor administrativo executivo de poder local de acordo com a localização no mapa do Brasil. Ou seja, em cada estado da federação fora adotado um nome para este “serviço”. Leal pontua que a denominação daquele que estaria à frente destes espaços administrativos também era variável, encontrando-se “prefeito, intendente,

²⁰ De acordo com o Livro de Atas 1888-1892 - Câmara Municipal (77v e 78f) pesquisado a partir de digitalização disponível em projeto (da primeira década do século XXI) da professora Eneida Izabel Schirmer Richter, do Curso de Arquivologia/UFSM, e da arquivista Jara Rejane Pereira da Silveira, da Câmara de Vereadores de Santa Maria.

²¹ Conforme leitura paleográfica, por tratar-se de manuscrito, o documento encerra com uma saudação ao novo governo “dando Vivas a Nação Brasileira hoje República Federativa” (Livro de Atas 1888-1892 (244 páginas), 77v e 78f).

superintendente, agente executivo”. No entanto, isso mudou, pois “todas as constituições federais posteriores [a de 1891] se referem expressamente ao prefeito” (LEAL, 1997, p. 139).

No âmbito da lei sul-rio-grandense, Flores e Flores (1999, p. 33) identificam a carta constitucional gaúcha como “autoritária, pois transformava o chefe do poder Executivo em mandatário supremo” cabendo aos deputados estaduais apenas discutir e aprovar o orçamento, sendo que a partir do documento era vista “apenas a verdade positivista, um partido e um ditador” em busca da ordem para o progresso. Em cada cidade gaúcha havia uma Intendência. Primeiramente, formaram-se as Juntas Intendenciasais, ou seja, um grupo de cidadãos republicanos no governo local. Posteriormente, uma pessoa é que detinha o poder de estar à frente de uma Intendência: o Intendente.

1.3 O poder local

Pela Constituição Estadual de 1891²², em seu artigo sétimo do Título VI (Disposições Transitórias), os intendentes gaúchos eram nomeados pelo governo Estado no que se constituiria o “primeiro período municipal” e, a seguir, seriam feitas eleições até, no máximo seis meses depois de promulgada a Constituição. No artigo 63 do Título III (Da Organização Municipal) fica estabelecido que “o poder municipal será exercido na sede de cada município, por um intendente, que dirigirá todos os serviços e, por um conselho, que votará os meios de serem eles criados e mantidos”, sendo que ambas as figuras políticas, intendente e conselheiros, serão escolhidos por voto de quatro em quatro anos (RIO GRANDE DO SUL, 1963, p. 15). Flores e Flores (1999) demonstram, através de uma figura, aqui reproduzida (Figura 1), a organização do estado do Rio Grande do Sul e o posicionamento das intendências a partir do seu executor, o Intendente.

A Figura 1, criada por Flores e Flores, é baseada no texto da Constituição de 1891. Ela mostra que o governo do Rio Grande do Sul era centralizador e que, ao

²² Texto da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul originalmente publicado em 14 de julho de 1891 e republicado em 1963 pela Imprensa Oficial do Estado.

menos na teoria, os eleitores é que estabeleceriam quem estaria no poder do Estado e dos municípios. No entanto Júlio de Castilhos, o presidente do Estado “não realizava eleições municipais, nomeava provisoriamente os intendentes e membros dos Conselhos, substituindo-os quando discordavam” (FLORES; FLORES, 1999, p. 33). No artigo 66 da referida Constituição (RIO GRANDE DO SUL, 1963, p. 15) está determinada a responsabilidade e competência do intendente municipal no Estado, que, como “chefe da administração”, é aquele que deverá “dirigir, fiscalizar e defender os interesses do município, organizar e reformar ou suprimir os serviços [...] adotar, em suma, todas as medidas administrativas de utilidade municipal”.

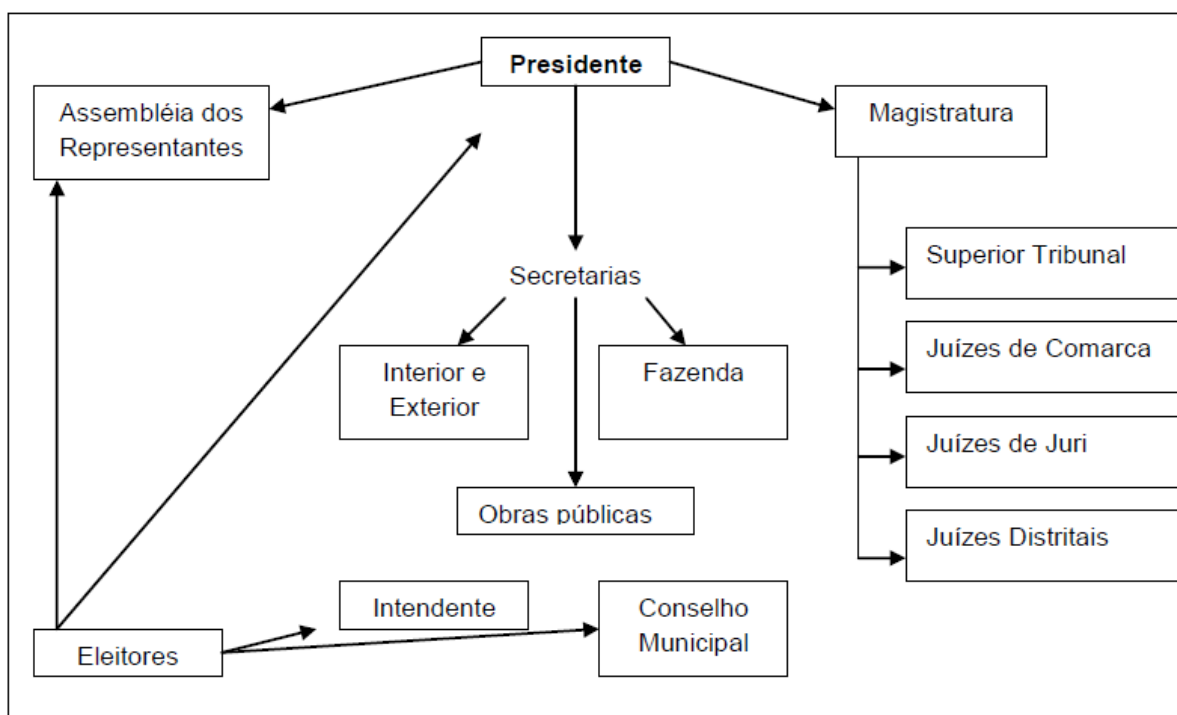


Figura 1 – Organização do estado do Rio Grande do Sul em 1891
Fonte: Flores e Flores (1999, p. 33)

Somente com a Lei nº 327 de 1924, que reforma a Constituição do Estado a partir do ajuste do então Presidente de Estado Borges de Medeiros, fica determinado, no parágrafo 5º do artigo 63, que o intendente teria de ter um Vice-Intendente, eleito com ele, que lhe sucederia em caso de morte ou renúncia (RIO GRANDE DO SUL, 1963, p. 23).

Na continuação do texto da Constituição Estadual de 1891, em sua redação original, no terceiro título denominado “Da organização municipal”, é destacado que para cada distrito municipal seria indicado, pelo intendente, um subintendente, o

qual responderia como força policial daquela localidade. Como o intendente é aquele que “dirigirá todos os serviços” entende-se que ele centraliza também esta função, de polícia, na sede do município, auxiliado pela guarda municipal que estaria disponível ao intendente que irá “organizá-la, distribuí-la” (RIO GRANDE DO SUL, 1963, p. 16). A partir da análise desta parte do Título III da Constituição, denota-se o grande poder que o intendente tinha localmente, sendo, pela Constituição, indicado o juiz da comarca como aquele capaz de processar e julgar as denúncias e queixas dos “munícipes”, sendo permitida a apelação ao Superior Tribunal. Pela mesma Constituição, no Título II, através da Secção Terceira, quando dedica-se à Magistratura e as funções judiciais, fica exposto que este Superior Tribunal, à época, era formado por sete juízes, os desembargadores, sendo que seus membros eram “nomeados pelo Presidente do Estado dentre os juízes de comarca, pela ordem da antiguidade” (RIO GRANDE DO SUL, 1963, p. 13).

A expectativa, mesmo com o período político conturbado, era que as cidades progredissem em relação à urbanização pois ainda havia, naquele momento, grandes áreas rurais. “O cargo de intendente, que [no Rio Grande do Sul] era o domínio dos coronéis, foi ocupado freqüentemente por pessoas designadas provisoriamente pelo governo do Estado” (FAUSTO, 2008, p. 776). Leal (1997, p. 153) contribui para este esclarecimento afirmando que o prefeito (ou outro nome que tivesse o executivo no período) tinha “papel decisivo [...] em quase todos os setores da vida do lugar”, especialmente no interior uma vez que, de acordo com o autor, “muito menos que administrador, o prefeito tem sido, entre nós, acima de tudo, chefe político” (LEAL, 1997, p. 155). Os eleitores passam a ser vistos como um “rebanho” eleitoral que é conduzido pelos detentores do poder político, especialmente local, para que se confirme a vontade política daquele que já estava no poder.

A intendência segue sendo o modelo administrativo nas cidades gaúchas até o fim da Primeira República. Foi um período que atravessou mudança do século e via a modernidade como uma meta a ser alcançada. Das edificações até a melhoria das condições de vida urbana, o mundo social brasileiro passa a ser visto em desenvolvimento, sendo possível que fosse aprimorado principalmente pela influência dos países europeus.

Os presidentes da República comprometiam-se com a estabilidade do novo sistema político. Depois de Deodoro da Fonseca (1889-1891), veio Floriano Peixoto (1891-1894) e, em seguida, Prudente de Moraes (1894-1898), representante da

oligarquia paulista. Em 1898, a presidência ficou com o também paulista Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902) que teria, nas palavras de Neves (2008, p. 34) de fato “estabilizado” e consolidado o novo regime uma vez que até aí “a República brasileira enfrentou anos tumultuados”. Em 1890, por exemplo, “foram convocadas eleições para a Assembléia Constituinte e, em 24 de fevereiro de 1891, a nova Constituição, de forte inspiração na carta constitucional norte-americana” foi aprovada (NEVES, 2008, p. 35). O resultado prático da Constituição foi um reforço do poder aos estados mais poderosos e o enfraquecimento dos que já eram fracos principalmente pelo fato de o número de representantes estar vinculado ao número de habitantes. E ainda foi dada maior autonomia aos Estados, o “que beneficiava as maiores unidades” (FAUSTO, 2008, p. 776), que já estavam em melhor situação.

No caso do Rio Grande do Sul não havia harmonia política. Se houvesse, segundo Fausto (2008), isso teria fortalecido seu poder no cenário nacional, o que poderia ser traduzido como importantes cargos públicos. Ao contrário, o que havia no Estado era uma disputa entre partidos concorrentes, o que Fausto (2008, p. 776) cita como um “traço peculiar da política gaúcha”. Um resultado prático desta disputa foi, por exemplo, o embate entre republicanos e federalistas em 1893, que envolveu o Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR), que havia excluído os demais partidos do governo, e o Partido Federal. Esta luta, que durou mais de dois anos e meio, foi chamada de Revolução de 1893, Revolução Federalista e ainda Revolução da Degola, sendo dessa última forma denominada pelo modo como o inimigo era morto, com uma faca “passada de orelha a orelha” (SCHWARTSMANN; PENNA, 2011, p. 42). A Revolução refletia o embate entre as oligarquias de duas figuras representativas no momento político no Estado: Júlio de Castilhos e Silveira Martins.

Beltrão (2013 [1958], p. 445) faz um relato de acontecimentos ligados à Revolução de 1893 que teve como “chefes” o presidente do Estado e Gaspar Silveira Martins, representante dos federalistas que, um ano antes de eclodir a revolução “exigia que os dois partidos concorressem às eleições [...] e que o presidente do Estado, seria do partido que fizesse a maioria dos deputados, não superior a 2/3, cabendo ao outro a vice-presidência”, o que não foi aceito por Júlio de Castilhos.

Em fevereiro de 1893 “os chefes federalistas Gumercindo Saraiva e Vasco Martins invadem o estado pela fronteira de Aceguá, iniciando a Revolução Federalista ou de 93, que terminará em 23.8.1895”, informa Beltrão (2013 [1958], p.

446), que dá a ideia da movimentação pela qual passou o Estado e também a cidade de Santa Maria, que recebeu (ou foi “invadida” por) militares, acampamentos, feridos e presenciou violência e morte. Belém (2000 [1933], p. 279) faz um registro da tomada da cidade pelos federalistas a partir das linhas do jornal O Combatente, que em 11 de março de 1893 descrevia o tiroteio que tomou a cidade no dia e noite de 8 daquele mês. Os “rebeldes” fizeram tomadas de espaços, inutilizaram linhas telegráficas, promoveram saques e espalharam o terror na cidade.

Bem como em Santa Maria, cidade focalizada na presente tese, o Estado todo viu as armas serem usadas por federalistas e governistas. “A violência para com o adversário maragato [federalista, gasparista] ou pica-pau [castilhistas, republicano], gerou ódio que dividiu famílias e comunidades”, relatam Flores e Flores (1999, p. 119). Os autores explicam que Castilhos vendeu uma ideia de “proclamação do bem”, no entanto seu radicalismo “não permitiu a tolerância para com a oposição, considerada estranha ao sistema de governo” (FLORES; FLORES, 1999, p. 119). Pela mesma perspectiva, ao tratar da gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul, Axt (2011, p. 86) salienta que

Não havia, portanto, no âmbito da representação simbólica do discurso legitimador do poder, chance para a verdadeira expressão *democrática* fora da unanimidade, produto da unidade partidária tendente a uma política total, cuja síntese se exprimia no comando do dirigente, aquilatado pelas suas qualidades incontestes e reiteradas de liderança moral, consubstanciada está no limite entre a genialidade sociológica fundante, o sacerdócio político e a autoridade belicista do general e guerra.

Esta expressão de Axt (2011) reitera o que disseram Flores e Flores (1999) e constitui a grande centralização de poder que havia no final do século XIX. Em 1923, no entanto, houve novo conflito com armas entre o PRR e, desta vez, com o grupo da Aliança Liberal. Os desentendimentos internos resultaram em uma posição secundária na política nacional. “Essa divisão política contribuiu, sem dúvida, para reduzir a influência do Rio Grande do Sul no âmbito federal, onde por longo período manteve o equilíbrio mas nunca foi um sério contendor na luta do poder” (FAUSTO, 2008, p. 779).

1.4 Mudanças nas cidades

As mudanças que ocorreram no Brasil nas últimas décadas do século XIX são vistas como positivas para a sociedade já que “o ocidente vive um desses períodos em que a história parece acelerar-se” (NEVES, 2008, p. 22). De outro lado estão o “atraso” e a “barbárie” que são indicados por Neves como o pólo oposto do “progresso” e da “civilização”. Arias Neto (2008, p. 225) considera que a modernização que ocorreu no Brasil, e especialmente no Estado de São Paulo, no período em que já está acontecendo a chamada Primeira República pode ser dita como uma modernização do tipo “*centralizador, concentracionista e autoritário*” o que para ele ocorreu em todo o país o que se resume em um período de “*desenvolvimento complexo e contraditório, e não linear e progressivo*” sem que houvesse um regime democrático, por assim dizer, ou um desenvolvimento humano e social de fato.

Para se ter uma visão do que ocorria no Brasil dos anos de 1889 a 1930 é preciso considerar, a partir do que comenta Monteiro (2000, p. 307), tanto os movimentos migratórios que ocorreram do exterior para o país como também aqueles dentro do próprio Brasil, como do Nordeste com pessoas indo de uma zona rural para outra. Também é necessário levar em conta a questão dos transportes, já que as vias que existiam no período eram precárias tanto do ponto de vista de pavimentação de rodovias quanto de linhas de trens pelo fato de o Brasil ter grandes extensões (oito milhões de quilômetros quadrados, segundo Monteiro, 2000, p. 308). No entanto, todo tipo de melhoria que se verificasse trazia consigo mudanças na paisagem e na renda dos municípios. Belém (2000 [1933], p. 165) conta-nos que em Santa Maria, centro geográfico do Rio Grande do Sul, “após à inauguração da via férrea, a cidade viu seu comércio estender-se por toda zona urbana” como também os serviços como hotéis e a criação de sociedades recreativas dando um “vigoroso impulso” à cidade que finalmente estava ligada à capital pelo trem.

No tocante à energia elétrica, a produção brasileira teve aumento significativo somente após o início do novo século o que indica um maior desenvolvimento do Brasil uma vez que “traduz o crescimento urbano e industrial” (MONTEIRO, 2000, p. 310). O uso da luz elétrica, por exemplo, também foi uma novidade que chegou com a República e pouco antes do final do século XIX em cidades como Santa Maria,

que teve sua inauguração em 15 de novembro de 1898, comemorando o início do 10º ano de República. “Organizaram-se festas ruidosas para solenizar, como convinha, o acontecimento, que, de fato, era um acontecimento importantíssimo, pois que nenhuma cidade de campanha possuía ainda tal iluminação elétrica” (BELÉM, 2000 [1933], p. 174). O autor faz um relato detalhado da noite de inauguração da luz, da falha do motor e do fato de, por algum tempo, ainda serem usados os lampiões na cidade visto que “a rede de luz elétrica não abrangia toda a área urbana” (BELÉM, 2000 [1933], p. 175).

A industrialização seguia em expansão no final do século XIX e início do XX sendo que o Sudeste desponta “como o *locus* privilegiado para a expansão de um parque industrial, caracterizando, assim, fortemente as desigualdades regionais” (MONTEIRO, 2000, p. 311). O empenho era fabricar aquilo que não estava sendo trazido do exterior ou que fosse pouco interessante para a indústria de fora. “A indústria brasileira nasce, fundamentalmente, a partir de capitais nacionais e aproveitando-se de condições favoráveis internamente”, o que inclui não apenas o dinheiro para investir como também pessoas para consumir e trabalhar, matéria-prima em bom preço e disponível, condições logísticas e energia (MONTEIRO, 2000, p. 312). A urbanização do Sudeste também foi um destaque após 1940, pois cerca de 20% da população nacional naquele ano morava nesta região. Foi somente neste ano que passam a ser feitas estatísticas sobre o número de pessoas que morava nas áreas urbanas e rurais brasileiras. No entanto, para os anos de Primeira República, Monteiro observa “uma tendência à urbanização acelerada” (2000, p. 310). Porém nos territórios ainda era visto o verde em meio as massas humanas.

Mesmo a configuração urbana deve ser abrandada, sobretudo retrocedendo-se um pouco aos finais do século XIX, quando muitas das cidades brasileiras guardavam ainda ilhas de ecologia relativamente intactas no seu interior. A expansão urbana desordenada levava à alternância de zonas de alta densidade com áreas de ocupação rarefeita, preservando-se ainda descampados, matas, beiras de rios que constituíam locais importantes para a sobrevivência das populações (WISSENBACH, 2002, p. 117).

Frente as aglomerações urbanas que começavam a despontar, um aspecto que implica na melhoria da qualidade de vida das pessoas é o tratamento adequado dado à saúde. Cunha (1986) faz uma retomada de como o aparelho de estado trata a saúde pública ao estudar o alienismo, o que inclui todo tipo de medida a favor da

higiene e controle sanitário na zona urbana. Como seu enfoque é São Paulo, onde se localizava o hospício Juquery, objeto de sua pesquisa, Cunha (1986, p.37) afirma que “o crescimento do setor da saúde em São Paulo e no Rio de Janeiro é bastante acentuado após o decreto do governo republicano [Decreto 30/12/1891] que estadualiza a organização das ações sanitárias - um fenômeno que não ocorre na mesma escala no resto do país”.

Wissenbach (2002, p. 105) retoma que com “os projetos de remodelação urbanística e as demolições que dariam lugar à nova paisagem, os códigos sanitários elaborados nos inícios da República se voltam contra as formas coletivas de moradia, configuradas como centros irradiadores de epidemias”, fazendo com que o Estado tivesse a ideia de controle da situação. A preocupação com a saúde pública já havia tido atenção no Império. A existência de uma Lei Imperial, datada de 1828, que foi considerada a lei orgânica das municipalidades, tratava sobre o tema. As epidemias registradas na história fortaleceram as preocupações. Flores (2005, p. 2) explica que já “em 1856, com a primeira de uma série de correspondências do vigário de Santa Maria, que se deu início o processo para construção do cemitério extramuros da localidade²³, demonstrando a quão necessária fazia-se essa construção à preservação da saúde pública, da moral e da religião dessa sociedade”.

Oliveira e Souza (2013, p. 6) situam a promulgação da Lei do Código de posturas de Santa Maria, em 16 de março 1898, pelo Ato nº 75, que servia para controlar uma série de aspectos de uso do espaço da cidade. Dentre estes espaços, os de mortos. Os autores salientam que “nas edificações, qualquer construção, reconstrução ou demolição deveria ter licença da intendência e nenhum cemitério poderia estar a menos de 100 m de habitações” (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 6).

Nota-se, por meio da tomada de conhecimento de outras pesquisas, que, assim como Santa Maria, as demais cidades brasileiras, em meados do século XIX, também estavam buscando meios de construir um novo cemitério longe do centro da cidade, onde ficam as Igrejas Matriz e seus pátios, nos quais geralmente eram feitos os sepultamentos. Na mesma década de 1850, porém dois anos antes que em Santa Maria, em Juiz de Fora, Minas Gerais, “os habitantes da vila de Santo Antônio

²³ O Cemitério será retomado adiante, no Capítulo 5, quando será citada a pesquisa realizada junto ao Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria.

do Paraibuna vinham reclamando a construção de um cemitério, devido à impossibilidade de se continuar realizando sepultamentos na Matriz e em suas proximidades” (FLORES, 2005, p.1).

O estudo sobre os cemitérios, como morada, é realizado pelo pesquisador português Catroga (1999, p. 107) que nos faz pensar na habitação do morto como a “objectivação simbólica de sua própria casa, delineando-se uma evidente homologia entre a arquitectura da necrópole e a da urbe” com o que ele chama de “semelhança física e social. Para os que moram mal uma cova rasa serve, enquanto que para os mais abastados um mausoléu é o esperado”. Catroga (1999, p. 107) dá visibilidade para a distância entre a “vala e da campa rasa aos jazigos” em uma hierarquia social mesmo depois da morte tendo como pressuposto que, “de acordo com a tradição, a ninguém se deve negar sepultura” (CATROGA, 1999, p. 76).

Em Santa Maria, além do cemitério da Matriz, já havia outro cemitério no centro do território, nas imediações da Igreja do Rosário, denominado Santa Cruz. Flores (2005) salienta que o Vigário havia redigido carta para a Presidência da Província afirmando que a “localização do cemitério da Matriz comprometia a salubridade pública em consequência das exalações putrefatas vindas dos cadáveres em decomposição”. Weber (1999, p. 50) ao discorrer sobre as condições de salubridade das cidades gaúchas, defende que “a preocupação com a higiene urbana foi um dos aspectos resgatados constantemente pelo governo dentre as medidas consideradas necessárias e cabíveis a uma administração pública”. Weber (1999) destaca que em 1895 o Rio Grande do Sul inaugurou um serviço sanitário, a exemplo daquele criado em São Paulo, e que era compreendido pelos serviços de saúde pública, sendo importante destacar que o que se desejava promover era a saúde da população com realização de obras, maior atenção as condições dos alimentos e planejamento dos serviços urbanos.

Com base em notícias de jornais da última década do século XIX e das três primeiras do século XX, Weber (1999, p. 58) esclarece que havia muita reclamação das condições de saneamento nas cidades, principalmente pelo “estado de imundície e abandono das ruas, das condições dos alimentos (frutas, leite, carne, etc.), das dificuldades de conseguir atestados de óbito em caso de morte, das péssimas condições e do descaso dos enterros dos pobres”. Se não fossem planejadas ações de atender aos problemas relacionados ao enterramento das pessoas, que vão desde o atendimento médico, até a expedição de atestado de

óbito e o consequente enterro do cadáver, não haveria melhora das expectativas com relação ao controle de doenças e amplitude das condições de saúde.

1.5 Santa Maria do fim do século XIX

A Santa Maria de 1896, cidade e ano trabalhados nesta tese, era um local que tinha sinais de desenvolvimento e progresso: a ferrovia, instalada em 1870, trazia visitantes que, acessando a cidade pela hoje denominada Avenida Rio Branco, chegavam com dinheiro mas também com doenças. A cidade, localizada no interior do Rio Grande do Sul, nasce de um acampamento militar datado de 1797, ainda no período colonial, chamando-se primeiramente de Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte. No ano de 1819 Santa Maria era o 4º Distrito do Município de Cachoeira (RICHTER et al., 2005b, p. 34). Contava apenas com uma Câmara Municipal mas, após atravessar o período do Império e proclamada a República, até 1892 instauram-se as juntas intencionais, formada por cidadãos nomeados pelo governo para depois ser uma Intendência Municipal.

O viajante polonês Stanislaw Klobukowski, que esteve em Santa Maria entre os anos de 1895 e 1896, refere-se ao lugar como uma cidade que “cresce com rapidez” sendo uma “localidade comercial e industrial” devido a estar localizada no centro do Estado e nela ter a confluência das linhas férreas” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 80). Este relato dá importante testemunho para quem não possui informações estatísticas sobre as atividades econômicas realizadas na cidade naquele tempo.

Segundo Belém (2000 [1933], p. 184), em 1893 a população que morava na cidade era estimada em 2.976 pessoas; em 1896, com 692 prédios, a população estimada já era de 4.152 pessoas; cinco anos depois, na entrada do século XX, este número quase dobrara, alcançando a marca de 1.336 prédios e a população de 8.016 pessoas. A esta época, em 1901, passara por Santa Maria João Borges Fortes, servindo na guarnição federal local, tendo destacado, em sua descrição sobre a cidade, a imponência da Intendência. “O mais notável edifício público de Santa Maria é a Intendência Municipal, havendo ainda a notar o teatro, estações das

estradas de ferro, templos protestantes e maçônicos” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 96).

Foram três as comissões nomeadas para administrar Santa Maria da Boca do Monte a partir da República: a primeira comissão, ou junta administrativa/governativa (BELÉM, 2000 [1933], p. 167), foi formada por Vale Machado, Pantaleão José Pinto e Henrique Druck (26 de dezembro de 1889) a segunda, nomeada pelo então presidente legal, Júlio de Castilhos (BELÉM, 2000 [1933], p. 169), foi formada por João Cezar de Oliveira, Antonio Appel Filho, Augusto José de Seixas, João Guilherme Weinmann e Ramiro Oliveira (23 de fevereiro de 1891); e, a terceira, nomeada pelo Governo Provisório do Estado, em 2 de janeiro de 1892, com a seguinte composição: Pedro Weinmann, Frutuoso Borges da Fontoura e João Gayger (BÉLEM, 2000 [1933], p. 170).

Com a volta de Júlio de Castilhos à Presidência do Estado, em junho de 1892, “voltou à antiga junta composta dos cidadãos Ramiro Oliveira, Augusto José de Seixas, João Guilherme Weinmann e Antonio Appel Filho. Dois meses depois, em 1º de setembro de 1892, foi nomeado o Primeiro Intendente Municipal” (BELÉM, 2000 [1933], p. 173). Este intendente foi Francisco de Abreu Vale Machado, até então delegado de polícia, destacadamente republicano, maçom²⁴, que ficou por longo período no poder em Santa Maria (dois mandatos, totalizando cerca de oito anos), sendo substituído apenas em 1900 por Henrique Pedro Scherer.

Tanto Vale Machado quanto Scherer foram designados por Rechia (1999, p. 79) como “coronel”, além de, pelo menos, mais três dos outros 12 intendentes que tiveram mandatos até os anos de 1930. Coronel, no entanto, é uma denominação que vem na relação com a terra, em grandes áreas para plantio ou para a pecuária, o que não pode ser aplicado a Vale Machado. Farinatti (2007) apresenta dados sócio-econômicos, de 1858 sobre municípios da província do Rio Grande, em suas áreas rurais, que informam a existência de estâncias. Santa Maria aparece na lista, formada por quatro municipalidades (além de Santa Maria estavam Alegrete, Rio Pardo, São Borja), porém seu número de estâncias (90) era pelo menos seis vezes menor que São Borja, que tinha 568 estâncias. De outro lado, o maior número de trabalhadores dedicados a estes espaços, entre capatazes, peões livres e escravos, estava relacionado à Alegrete, com 810 pessoas nesta atividade. Santa Maria

²⁴ Ligado à Loja Maçônica Boca do Monte, mais tarde (a partir de 1894), Paz e Trabalho.

novamente figurava como terceira colocada, então com 284 trabalhadores de estância. Ao longo do século XIX, se de um lado havia “estâncias mais especializadas na pecuária extensiva”, também é relatado por Farinatti (2007, p. 150) a existência de “estabelecimentos mistos de ‘criação e lavoura’”, além de que algumas “unidades de produção [eram] tão somente assentadas em suas roças de alimentos, podendo também empreender a fabricação de farinha de mandioca”. Uma produção de subsistência era verificada nestas propriedades, bem como eram repassados “apenas pequenos excedentes para os mercados regionais” (FARINATTI, 2007, p. 151).

Na política, nesta época, eram “comuns as nomeações, as renúncias, a utilização de intendentos provisórios e da cassação de mandato, ocorrida em 1926” (BIAVASCHI, 2012, p. 193).

Vilarino (2004, p. 236) faz um perfil do primeiro intendente, Vale Machado, explicitando que o mesmo nasceu em Rio Pardo em 21 de outubro de 1838.

Quando jovem foi agente do Correio em Santa Cruz do Sul. Depois mudou-se para a localidade que atualmente tem o nome de Júlio de Castilhos [...] lá se estabeleceu com uma casa comercial. Algum tempo mais tarde, transferiu-se para Santa Maria, quando, em 1889, foi nomeado 1º membro da Junta Intendencial do município e também Delegado de Polícia.

No fim de sua vida, após ter passado um período fora da cidade, retornou como Coletor Estadual, vindo a falecer cinco anos depois, em 1911, em Santa Maria (RECHIA, 1999, p. 82).

Biavaschi (2012, p. 194), que estudou a imprensa político-partidária em Santa Maria no período da Primeira República, destaca que também nessa época os jornais eram “palcos de debates” e desempenhavam importante papel de comunicação dando “voz a diversos setores [...] bem como das diversas dissidências partidárias” o que oportunizou um embate de opiniões, versões diferentes dos acontecimentos, cada qual por um ponto de vista particular. “Os jornais de orientação política foram meios de circulação de notícias e formadores de opiniões e de lideranças partidárias, sustentando disputas políticas entre facções opostas”. Este “serviço” prestado pelos jornais deu motivos a vinganças e confrontos entre os que escreviam e os que eram citados nas reportagens e notícias veiculadas. Entre os jornais do início da Primeira República existentes em Santa Maria, Biavaschi cita “O Combatente” (1887-1907), “O Popular” (1888-1891) e “14 de Julho” (1892) como

republicanos, e “A Província” (1886-1890), de cunho liberal, de Felipe Alves de Oliveira, assassinado no início daquele período. Ainda no século XIX, de acordo com a pesquisa de Biavaschi (2012, p. 196), começou a circular em Santa Maria “O Estado” (1898-1907), jornal ligado ao PRR cujo proprietário era o coronel Antero Corrêa de Barros. Estes veículos davam maior ênfase aos acontecimentos políticos e faziam tornar-se mais acirrada a busca pelo poder local.

Uma das principais figuras de autoridade política e científica era o médico, isso porque este era um período em que a urbanidade e o progresso passava a ter uma importância cada vez maior nas pequenas cidades e este profissional representava a ciência. Com o desenvolvimento da ciência médica e o crescimento das possibilidades de “cura”, o médico que estava apto a exercer sua profissão nas grandes e pequenas cidades ganhava *status* e vulto como personagem de peso na comunidade.

1.6 A medicina e a saúde

A história da medicina no mundo é milenar. No Brasil, porém, os primeiros médicos e escolas vêm com a chegada da família real no Rio de Janeiro. Com a transferência da corte portuguesa, em 1808, “inicia-se aí uma incipiente atividade médica, destinada, sobretudo a protegê-la contra epidemias e contágios no novo meio, considerado primitivo e insalubre” (CUNHA, 1986, p. 41). Com isso há o que se chama de urbanização das famílias com sua maior concentração nas cidades. Para Schwartzmann (2008, p. 131) “a cidade é o representante máximo da civilização em que o homem abandona a vida campestre e bucólica ainda alimentando a nostalgia de um reencontro com a mãe natureza” e assim a sua identidade está na relação de oposição que passa a ser estabelecida com, por exemplo, os costumes e a população. Neste novo local de acontecimentos, o médico passa a ter importante papel para a determinação de novas normas que combatem antigos e ineficazes costumes e, com isso, ganha também visibilidade e poder político.

Em 1895 é aprovado o Regulamento de Serviço de Higiene no Rio Grande do Sul, sendo um documento minucioso na descrição de condições sanitárias e de

higiene, incluindo a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia (WEBER, 1997, p. 57). No entanto, de acordo com Weber (1999, p. 71), a regulamentação da prática da medicina só de deu na década de 1930, após serem repensadas as questões relativas à liberdade da prática profissional, um “dogma” ou “princípio” que foi adotado no Rio Grande do Sul, o que perpassou, através dos anos, os presidentes de Estado que se identificavam com o positivismo. Era a Constituição, também, que assegurava a não existência de uma religião tomada pelo Estado como oficial no que se chamou de liberdade espiritual por defender o respeito a todas as religiões. Esta liberdade, somada à liberdade profissional, tirou dos médicos formados o poder de únicos a exercer a medicina. Weber (1999, p. 49) resume a situação informando que “todos os autores que tratam da temática são unânimes em afirmar que houve uma avalanche de práticos no Rio Grande do Sul nos anos subseqüentes à adoção da Constituição”, porém, pelo Regulamento de 1895, era preciso haver um registro junto à Diretoria de Higiene, o que incluía estes, não titulados e titulados no exterior, e também os diplomados no Brasil.

Schwartzmann (2008, p. 133), ao relatar a prática da medicina do italiano Giovanni Palombini no interior do Rio Grande do Sul como médico-viajante de 1901 a 1914, indica que “a carência de médicos pode ser observada pela atenção que lhe era dispensada em seus deslocamentos pelo interior”, obtendo vantagens como hospedagem de graça pelo fato de ser “doutor” sendo este um “atributo de poder”. Palombini teria se diplomado na Universidade Real de Roma, no ano de 1895, tendo trabalhado na Itália como médico sanitário. Chegou ao Brasil em 1901 e viajou por diversas cidades, entre elas Silveira Martins, no Rio Grande do Sul, onde havia um núcleo de colonos italianos, e atuou como clínico e cirurgião. Seus apontamentos sobre o que viu no Estado, quase sempre em primeira pessoa, segundo Schwartzmann (2008, p. 19), formam um conjunto de cerca de 700 páginas, com 370 fotografias explicativas, e “o objetivo principal deste relato seria a sua utilização como veículo de propaganda para a imigração italiana direcionada ao Rio Grande do Sul” (SCHWARTSMANN, 2008, p. 21).

As primeiras escolas de Medicina no Brasil foram fundadas na Bahia e no Rio de Janeiro, seguindo-se a estas, a do Rio Grande do Sul (ACHUTTI, 1999), que foi a primeira a ser fundada em período republicano no Brasil. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro foi a primeira instituição com o foco nas ciências médicas inaugurada no Brasil. A seguir foi fundada a Academia Imperial de Medicina, sendo

que ambas tinham como objetivos “a defesa da ciência médica e a preocupação com a saúde pública” (SCHWARTSMANN; PENNA, 2011, p. 21). No caso do Rio Grande do Sul, continuam as autoras, “destaca-se a tensão entre o saber médico e sua relação com o Estado, ora de cooperação, ora de conflito aberto, como no governo positivista de Júlio de Castilhos” (2011, p. 21), que já fora apresentado como de linha radical e ditatorial. Desde os primeiros anos de atividade, o Curso de Medicina da UFRGS, em Porto Alegre, já formou mais de oito mil médicos em mais de 115 anos de existência²⁵.

Mosca (2011) contextualiza a medicina no Rio Grande do Sul ao fazer uma retrospectiva da Faculdade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)²⁶, que foi criada em 1898 a partir de um movimento social que envolvia inclusive farmacêuticos. O autor salienta o número de médicos em Porto Alegre ao final do século afirmando que

[...] em 1896 havia 66 não diplomados inscritos junto ao governo estadual para clinicar e só 10 diplomados médicos, sendo 5 diplomados em faculdades estrangeiras. Nos anos seguintes cresce o número de diplomados em faculdades estrangeiras [...] o número de médicos diplomados inscritos continua pequeno [...] qualquer um exercia a medicina como bem entendesse (como se registra no IX Congresso Médico Brasileiro realizado em Porto Alegre em 1926). Isto permitia a prática de vários tipos de ‘medicina’ (MOSCA, 2011, s/p).

Schwartzmann e Penna (2011, p. 21) contribuem, neste sentido, pois consideram que os grandes esforços do ensino médico faziam frente ao combate de epidemias, porém, também levavam em conta o charlatanismo e atentavam sobre a necessidade de “reconhecimento da exclusividade do seu saber sobre a saúde”. Na virada de século (XIX para XX) as condições do estudo médico eram ainda incipientes na capital do Estado. Weber (1999, p. 122) atribui, no Rio Grande do Sul, um atraso à introdução da Medicina tendo em vista que

[...] a perspectiva adotada pelas administrações positivistas fez com que um modelo sanitário não se implantasse de forma tão rigorosa no Estado, retardando a intervenção da Medicina. Isso gerou estratégias de pressão por parte dos médicos para que suas possibilidades corporativas fossem sendo aceitas, mas somente após a segunda geração republicana assumir

²⁵ Faculdade de Medicina da UFRGS. Disponível em: <<http://www.famed.ufrgs.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

²⁶ Em 1947, passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) até 1950, quando foi federalizada e passou a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

o governo é que foi possível a alteração das práticas estaduais no campo da saúde.

Um reflexo disso é que em comunidades localizadas no interior, o avanço da história disciplinar é ainda mais demorado. Em Santa Maria, por exemplo, a Faculdade de Medicina fora criada apenas na segunda metade do século XX. Antes disso, porém, Barichello (2001, p. 145) conta que, em janeiro de 1931 fora criada a Sociedade de Medicina de Santa Maria. A criação dessa Sociedade foi fundamental para o ensino superior de Santa Maria. Na sua posse como presidente, Francisco Mariano da Rocha menciona a vontade de instituir cursos da área da saúde.

Em 11 de março de 1931, o então presidente da Sociedade de Medicina de Santa Maria, Dr. Francisco Mariano da Rocha pronunciou: “[...] dirigirei meus esforços para a fundação de nossa Escola de Farmácia, que deverá ser patrocinada pela nossa Sociedade, é uma ideia que há muito acaricio e que atualmente se impõe, depois do decreto do nosso governo a respeito da classe farmacêutica” [...] Decorridas as atividades da Faculdade, em nove de maio de 1935 ocorreu a solenidade de Colação de Grau da 1ª Turma (PEDRAZZI et al., 2005).

Barichello (2001, p. 145), com base em pesquisa documental, revela como foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 30 de setembro de 1931, e como acontecia o seu funcionamento: “possuía autonomia administrativa e financeira, sendo dirigida pelos próprios professores, através de uma congregação”. Depois de instalada e atuar dessa forma por mais de uma década, a Faculdade de Farmácia tinha, em 1945, um novo diretor, o jovem médico José Mariano da Rocha Filho²⁷, formado em Porto Alegre, que substituiu seu tio após o falecimento do mesmo. Foi José Mariano que encabeçou e “promoveu uma ampla campanha visando à incorporação da Faculdade de Farmácia à Universidade de Porto Alegre, a única existente, na época, no Rio Grande do Sul” (BARICHELO, 2001, p.146).

Em 1947, de acordo com Barichello (2001, p. 146), foi incluída na nova Constituição do Estado “um dispositivo tratando da anexação do ensino superior ministrado no interior à Universidade de Porto Alegre, que assim passaria a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul”. Porém, devido à administração da Universidade de Porto Alegre ser contra a anexação, ela só aconteceu depois de

²⁷ O médico José Mariano da Rocha Filho clinicou na cidade de Santa Maria mas destacou-se nacionalmente por sua relação com a educação. Ele foi o fundador da Universidade Federal de Santa Maria, tendo sido o seu primeiro Reitor, a partir da criação da UFSM, em dezembro de 1960.

dezembro de 1948, com o apoio e a pressão da Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior (a ASPES) criada em maio do mesmo ano. Mas de fato, a incorporação se deu em 1950, quando foi federalizada a URGS e “os cursos do interior do Estado passaram a fazer parte do sistema federal de educação” (BARICHELLO, 2001, p.148).

Apenas em 1954 Santa Maria consegue a aprovação de um curso de Medicina no Ministério de Educação e Cultura, integrado ao da URGS e dirigido por José Mariano da Rocha Filho.

O Curso de Medicina de Santa Maria foi criado em sessão do Conselho Universitário da UFRGS datada de 04 de abril de 1954. Funcionou, em seus primeiros anos, através de uma soma de esforços que unia o aproveitamento dos recursos materiais e humanos da faculdade de Farmácia já existente em Santa Maria à vinda de professores da Faculdade de Medicina da universidade da capital. Desde essa época já funcionava em Santa Maria a organização do ensino superior através da concentração de disciplinas afins em institutos e departamentos (BARICHELLO, 2001, p.148).

O curso passa a se chamar Faculdade em 1956, com a Lei Tarso Dutra (LONDERO, 1999). As primeiras Faculdades de Santa Maria foram o embrião do que é hoje a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada em 1960 pelo Decreto nº 3834-C em 14 de dezembro de 1960 e instalada em 18 de março de 1961 em sessão magna (ROCHA FILHO, 2011 [1962], p. 10). A Faculdade de Medicina era uma das quatro unidades existentes quando da criação da UFSM, juntamente com a Faculdade de Farmácia (pioneira), a de Odontologia e o Instituto Eletrotécnico (do Centro Politécnico), de acordo com o Artigo 16º do já referido Decreto recortado para compor a “Ementa Legal da U.S.M.” (ROCHA FILHO, 2011 [1962], p. 30).

Atualmente o Curso de Medicina da UFSM compõe o Centro de Ciências da Saúde. Nota-se, a partir da retomada de algumas questões relativas à medicina que somente em meados do século XX a área se solidifica como campo de ensino no interior do Estado do Rio Grande do Sul sendo, antes disso, distante a sua realidade de formação. Em 1962, de acordo com Rocha Filho (2011 [1962], p. 43), havia, na UFSM, 336 alunos de Medicina²⁸ que dispunham como tecnologia, a título de

²⁸ Em 1962, comparativamente, a UFSM possuía, ao todo, 1.788 alunos em 12 faculdades ou escolas, hoje, de acordo com sua página institucional na internet, este número é de 28.769 presencial

exemplo, um circuito fechado de TV para ensino da “arte cirúrgica” enquanto “recurso indispensável” (ROCHA FILHO, 2011 [1962], p. 52).

Entende-se que a compreensão da história do Brasil, Rio Grande do Sul e de Santa Maria, englobando os aspectos políticos, sociais, culturais e científicos são fundamentais para reconhecer as condições de produção da época estudada nesta tese (final do século XIX) considerando que todo e qualquer uso da língua tem a história como presença marcada na voz dos diferentes sujeitos que estão presentes no meio social e acionam seus campos discursivos para materializar suas vivências. É preciso dizer, ainda, que o que vamos encontrar nas próximas páginas nos dão a interpretação que há uma outra história a ser contada, a história muitas vezes povoada de anônimos, que mostram, por sua prática social frente àquilo que está na letra da lei, diferenças do que nos é passado como o dado, o fato da história.

CAPÍTULO 2

O ARQUIVO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Parte das Ciências Sociais Aplicadas, a arquivologia, ou arquivística, é, hoje, reconhecida como sub-área da Ciência da Informação (CI). Segundo Le Coadic (1996) a referida ciência tem por objeto a informação, é recente, data de 1968, tendo como marco a criação de uma sociedade científica nos Estados Unidos, a *American Society for Information Science* (ASIS). Para Le Coadic (1996) as disciplinas que foram elencadas como atuantes nesta área de conhecimento são quatro: biblioteconomia, museologia, documentação e jornalismo, sendo que, para o autor, as duas últimas, em relação à informação, “nem sempre tiveram competência para dominá-la” (LE COADIC, 1996, p. 14).

Lopes (1998, p. 11) situa a arquivística como disciplina independente a partir de meados dos anos 90 do século passado, quando foi publicada a obra “*Les fondements de la discipline archivistique*”, de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture. Para ele a “obra rompeu a tradição de submissão à história, à administração e à informática”, sendo que Lopes indica que havia uma “subserviência” recente à informática. Aliada a esta subserviência a outras ciências, o *status* do campo disciplinar era baixo entre os próprios arquivistas, que se autodepreciavam enquanto profissionais tomando-se como “técnicos pragmáticos” (LOPES, 1998, p. 12).

De acordo com Lopes (1998) a obra publicada no Québec (Canadá), berço de uma nova corrente chamada Arquivística Integrada, oportunizou uma quebra de paradigma uma vez que colocou a pesquisa como uma necessidade em arquivística, gerando espaço para “a criação intelectual, a reflexão teórica e para a utilização das novas tecnologias” (LOPES, 1998, p. 13). Desde esta época a tecnologia tem se introduzido nos espaços sociais, incluindo aqueles lugares com grande produção documental, o que faz tornar-se imperativo algum tipo de medida para acessar informações e documentos em que estão registradas.

Enquanto corrente teórica arquivística, a Arquivística Integrada se realiza de forma internacional e se caracteriza por se distanciar da “arquivística tradicional

conservadora e do *records management* pragmático”. Juntas, estas são as três correntes teóricas difundidas nos estudos da área arquivística. A tradicional é mais ligada à França, Itália e Espanha e enquanto que a *Records Management* está voltada para os EUA, onde foi criada, focalizando arquivos ativos e semi-ativos. Se se considerar os valores primários e secundários, a corrente da Arquivística Integrada considera ambos os valores, enquanto que a corrente tradicional vislumbra com maior ênfase o valor secundário e a corrente norte-americana, o valor primário. As sombras destas duas outras correntes “permanecem menores e sem importância fundamental” para a Arquivística Integrada (LOPES, 1998, p. 14) uma vez que ela se assenta em outras bases.

Em outra obra, em 1996, Lopes faz uma ressalva a sua crítica a outras correntes arquivísticas afirmando que de seu ponto de vista, “não há como esquecer que a França continua sendo um modelo em torno das soluções para os arquivos permanentes. Todavia, a experiência teórica e prática canadense e norte-americana nos arquivos corrente e intermediário é, igualmente, fundamental para a arquivística contemporânea” (LOPES, 1996, p. 128).

A autonomia dessa nova corrente da teoria dos arquivos, também chamada de Arquivística Global e Nova Arquivística, considera a arquivística como um conjunto e preocupa-se com todo o ciclo de vida dos documentos. A Arquivística Integrada consolidou-se como uma nova proposta, a de tornar a arquivística uma disciplina científica, estando “aberta à pesquisa, à redefinição de conceitos e de metodologias” (LOPES, 1998, p. 62). Em outras palavras, a proposta que veio do Québec estimula os arquivistas a pensarem em novas soluções, na prática e na teoria, enquanto objeto de estudo, oferecendo uma abertura necessária para dar folego a uma área em consolidação. Uma das medidas importantes para esta institucionalização da arquivística é o estímulo à pós-graduação e o encorajamento a uma formação adequada.

Tal como é estudada nas universidades brasileiras, em nível de graduação, desde 1977, com oferta de poucos cursos de pós-graduação, em níveis, por enquanto, apenas de especialização e mestrado, a arquivologia tem raízes na ideia de documentação, enquanto disciplina da área da CI, e reúne-se ao lado das outras disciplinas desse mesmo campo. No Brasil, de acordo com Lopes (1996, p. 105), as práticas arquivísticas já existiam há mais de um século e que “em 1838, já se tinha

um Arquivo Nacional, criado à maneira Européia” bem como arquivos relativos a estado mesmo antes de chamarem-se assim, desde quando ainda eram províncias.

Richter (1988, p. 101) destaca que a arquivologia “ensina a planejar, organizar e dirigir sistemas integrados de arquivos correntes, intermediários e permanentes de instituições públicas e privadas, de pequeno, médio ou grande porte, aplicando a técnica arquivística no controle dos documentos para um arranjo adequado uma seleção correta e pronta recuperação da informação”. Porém hoje, cada vez mais, distancia-se da ideia de arquivo como local de guarda apenas, depósito de documentos, tornando-se, por Le Coadic (1996, p. 20), um verdadeiro “depósito de conhecimentos sobre um assunto, um objeto, de respostas a questões, isto é, entrepostos de informação”. Nestes locais o acesso à informação, a partir do acesso aos documentos, é fundamental e norteia as ações de política de arquivos.

Entre os temas centrais da interdisciplinar CI, estão, no ponto de vista de Le Coadic (1996, p. 23), “os estudos sobre sistemas em linha de recuperação de documentos e dados, e estudos descritivos das técnicas respectivas”, e a cerca desses outros tantos temas chamados pelo autor de “periféricos”, tais como os psicológicos, linguísticos, sociológicos, informáticos, matemáticos, econômicos, eletrônicos, filosóficos, epistemológicos, históricos, etc.

Para Le Coadic (1996) o arquivista, dentro das possibilidades de atuação em CI, é considerado um especialista da área assim como os documentalistas e os bibliotecários, por exemplo. Estes especialistas fazem parte do grupo dos profissionais da informação, juntamente com os cientistas da informação, de acordo com a classificação proposta pelo autor. Segundo Le Coadic, estes profissionais são as pessoas “que adquirem informação registrada em diferentes suportes, organizam, descrevem, indexam, recuperam e distribuem esta informação em sua forma original ou como produtos elaborados dela” (1996, p. 106). Mesmo havendo grande interferência das tecnologias, o diferencial desta área está no pensar sobre estratégias de trabalho, o que não se consegue apenas com as máquinas.

2.1 Tipos de arquivos

Dentro de uma perspectiva arquivística “a finalidade dos documentos é comunicar a informação. Seu destino não se cumpre até que não se realize a informação para alguém”²⁹ defende Moreiro González (2005, p. 61). O que se espera é que os documentos sejam acessados e possam ser úteis, motivação de sua preservação. Hoje muitos documentos têm sido produzidos nas administrações públicas e privadas o que vai ocasionar a necessidade não apenas de espaços maiores de guarda documental, e sua preservação, como também de instrumentos que facilitem acessar a informação com mais eficiência. Para tanto se faz necessário tanto a presença do profissional da informação como também a criação de sistemas de informação que têm como função “dar a informação e fazer com que esteja utilizável”³⁰ (MOREIRO GONZÁLEZ, 2005, p. 63)

Os arquivos públicos são importantes espaços de guarda documental. São os espaços institucionalizados e aceitos, socialmente, como aqueles que têm a função de preservar em nome do Estado. Uma vez recolhidos ao arquivo permanente³¹, os documentos passam a ter o seu acesso facilitado por ser já um documento que cumpriu a função para a qual fora criado, em uma perspectiva de uso e guarda em arquivo corrente³². Pensa-se, conforme defendia Schellenberg (2004 [1956], p. 347), que “o arquivista, normalmente, favorece a política de livre acesso. É ele uma espécie de fisiocrata entre os que utilizam documentos; é uma espécie de *laissez-faire* no que diz respeito ao uso desses. Seu desejo é promover ao máximo a livre pesquisa”. Este profissional deve estar presente especialmente nos arquivos públicos uma vez que eles têm uma especial importância dado o interesse e o foco público que lhe é particular.

Nas palavras de Araújo (1985, p. 7) estes arquivos, os públicos,

²⁹ Tradução livre. No original está como: “*el fin de los documentos es comunicar la información. Su destino no se cumple hasta que no realizan la información para alguien*”.

³⁰ Tradução livre. No original está como: “*proveer la información y de hacerla utilizable*”.

³¹ Espaço de um sistema de arquivo destinado aos documentos chamados de terceira idade no campo disciplinar arquivístico, ou seja, aqueles documentos com valor secundário, que necessitem guarda permanente.

³² Dentro de uma perspectiva arquivística (da Teoria das Três Idades), trata dos documentos que estão em pleno uso, sendo vigentes.

[...] legitimam, no Brasil, as ações do presente, através do uso de seus documentos permanentes (ditos históricos) ou intermediários (isto é, documentos *intermediários* entre a consulta corrente, imediata, ainda ligados potencialmente ao órgão que os produziu, e seu arquivamento definitivo).

São os valores dos documentos, estudados em uma larga cadeia de sujeitos envolvidos na criação e circulação documental, “que devem fundamentar os critérios orientadores e enformadores desta operação” (BELLOTTO, 1991, p. 67).

Os arquivos públicos surgiram como um meio de garantir a eficiência governamental (SCHELLENBERG, 2004 [1956]). Na França, por exemplo, “até a revolução, os ministérios centrais pré-revolucionários [...] acumulavam depósitos de documentos por toda a Paris, ao mesmo tempo que no interior do país os arquivos dos distritos também transbordavam” (SCHELLENBERG, 2004 [1956], p. 31) o que fez com que o governo pensasse em alternativa para dominar o crescimento da massa documental e permitir a sua acessibilidade. Schellenberg (2004 [1956]) retoma, ainda, a importância cultural de se ter investido em arquivos públicos de modo que, por obrigação, os governos precisam reconhecer o valor do que produziram em tempos passados e reunir o resultado desses registros em espaços adequados a sua manutenção. Assim na França, por exemplo, foram criados os *Archives Nationales*, pelos revolucionários, onde foram mantidos “Documentos e monumentos que pertencem à história, as ciências e às artes”³³ (SCHELLENBERG, 2004 [1956], p. 31).

Em contraponto, Bellotto (1991) afirma que existem instituições culturais que não pertencem ao governo e que podem auxiliar na preservação das informações acerca de um país, financiando medidas que favoreçam o acesso, como é o caso do uso da microfilmagem como fator de segurança e estímulo à pesquisa científica. Bellotto (1991, p. 194) entende que “uma das missões essenciais dos arquivos é servir à ciência” e que estes devem, portanto, pensar em meios de difundir o patrimônio e disponibilizá-lo quando oportuno para qualquer uma das partes: instituição custodiadora da documentação original ou microfilmes e pesquisador.

Monteiro González (2005, p. 165) defende a parceria entre instituições, estudantes e pesquisadores, favorecendo os intercâmbios intelectuais. “A

³³ Tradução livre. No original está como: “*Chartes et monuments appartenant à l’histoire, aux sciences et aux arts*”.

cooperação devia se dar dentro de um sistema organizado e regulado em que a administração pública se comprometesse como sendo uma função de governo”³⁴. Para tanto há que haver um meio de sistematizar a administração de arquivos que uniformizasse o meio de guarda e acesso. A Teoria das Três Idades³⁵ dos documentos é criada para condensar os fluxos documentais. Segundo Lopes (1997, p. 91) esta, em conjunto com os princípios da proveniência e da ordem original, é uma das mais “vulgarizadas [teorias] em inúmeros manuais, livros acadêmicos e artigos”. O documento poderá passar do arquivo corrente ao permanente, sendo para isso recolhido, segundo a teoria, caso a avaliação documental lhe indique este destino. “A avaliação de documentos prescreve que o supérfluo seja eliminado dentro de determinados prazos e que se reduza a massa documental sem prejuízo da informação” (BELLOTTO, 1991, p. 69). O que, no poder público, alcançar a terceira idade, comporá o acervo do arquivo municipal, estadual ou federal.

Para Lopes (1997, p. 123) a guarda documental permanente não deve estar diretamente associada à pesquisa histórica que pode ser realizada num determinado fundo mas, sim, “deve considerar aspectos mais profundos da relação da informação com o tecido social. A solução para este problema baseia-se no pressuposto de que não se devem destruir informações e sim redundâncias expressas no mimetismo de inúmeros documentos”. Com isso Lopes nos faz entender que a informação deve ser privilegiada em detrimento do documento, uma vez que o autor compartilha das ideias de uma Arquivística Integrada, relacionada à teoria defendida pelos autores canadenses Rousseau, Couture e ainda Ducharme³⁶. Por esta linha de pesquisa, preconiza-se uma gestão integrada dos documentos, com um viés mais científico à disciplina arquivística (LOPES, 1998, p. 101), sendo por isso foi também chamada de “arquivística global” ou “nova arquivística” (LOPES, 1998, p. 82).

³⁴ Tradução livre. No original está como: “*La cooperación debía darse dentro de un sistema organizado y regulado, en el que se comprometiese la administración pública como un función mas de gobierno*”.

³⁵ Teoria básica da arquivística que dá uma noção de três tempos/idades para os documentos: o primeiro de uso constante e plena vigência, o segundo de perda de vigência e uso esporádico, e o terceiro que trata apenas daqueles documentos que têm necessidade de guarda permanente por seu valor secundário.

³⁶ “A concepção de uma Arquivística Integrada apareceu com toda a sua força num artigo intitulado ‘*L’archivistique a-t-elle trouvé son identité?*’, publicado em 1988” e que fora assinado pelos três autores que resumiram os esforços arquivísticos do Québec. (LOPES, 1998, p. 76).

2.2 Os arquivos e os documentos

Os documentos são lugares onde a informação está presente. É importante ressaltar, no entanto, que “os documentos são produzidos por um escritório ou por uma pessoa exclusivamente pela necessidade do próprio funcionamento e como consequência dele. Os documentos recebem uma ordem que depende diretamente das competências, dos processos, das práticas daquela instituição ou pessoa, uma ordem que reflete o modo de funcionar daquele ente ou instituição”³⁷ (LODOLLINI, 1991, p. 36). Essa afirmação do pesquisador italiano se faz importante pois declara a relação que há entre a existência de um documento e seu contexto de criação. Sua posição dentro de um Plano de Classificação, sua permanência em um arquivo de terceira idade, depende exclusivamente de sua singularidade enquanto parte de um todo orgânico, que espelha informações sobre a instituição ou ente, de sua configuração, de sua estrutura e caracterização.

Para Tamayo (1996, p. 61) a finalidade dos documentos é reunir de modo escrito “um determinado ato ou negócio jurídico, entendendo o primeiro, o ato, como o resultado de uma atuação voluntária, consciente e exteriorizada, capaz de criar, modificar ou extinguir relações de direito de conformidade com a lei, e entendido o negócio jurídico como ato jurídico em sentido estrito, procedente de uma ou mais vontades em busca de algum efeito jurídico reconhecido pela lei”³⁸, sendo que nos dois casos, ainda segundo o autor, haverá sempre duas partes, o autor (ou autores) e o destinatário. Tamayo (1996) ressalta que o destinatário é aquele para quem se dirige o documento, como uma autoridade, por exemplo, não sendo, portanto, diretamente o beneficiário do que diz no documento. Reconhecer o que é um documento é o primeiro passo para compreender a gênese documental, ou seja,

³⁷ Tradução livre. No original está como: “*los documentos, hemos dicho, están producidos por una oficina o por un ente exclusivamente por las necesidades del próprio funcionamiento y como consecuencia de ese funcionamiento. Estos, reciben por lo tanto, un orden que depende directamente de las competencias, de los procesos, de la praxis de aquel ente o oficina; un orden que refleja el modo de funcionar de aquel ente o oficina*”.

³⁸ Tradução livre. No original está como: “*un determinado acto o negocio jurídico, entendiendo o primero, el acto, como el resultado de una actuación voluntaria consciente y exteriorizada, capaz de crear, modificar o extinguir relaciones de Derecho de conformidad con la Ley, y entendido éste, el negocio jurídico, como acto jurídico en sentido estricto, procedente de una o más voluntades encaminadas al logro de algún efecto jurídico reconocido por la Ley*”.

compreender de que modo acontece o processo de criação documental e porque ela ocorre.

Tamayo (1996) nos explica que é muito antigo e conveniente deixar registrado por escrito os atos humanos, ou por força da lei ou por vontade das partes. O autor alerta, no entanto, que “não se deve esquecer que todo ato ou negócio jurídico precisa ser escrito para produzir efeitos jurídicos. Só será assim quando assim o disponha o direito vigente”³⁹. O que isso nos diz é que em alguns casos o registro escrito pode ser dispensado, desde que não seja uma exigência da lei ou do acordo que está sendo firmado.

De todo modo é a partir de um *actio* que acontece a gênese de um documento, ou seja, ele parte de um ato para existir. Sendo que o *actio* pode ser tomado como a “fase prévia ou inicial do processo da gênese documental, e não somente como seu antecedente necessário, sem o qual não pode ter sentido nem razão de ser de nenhum documento”⁴⁰ (TAMAYO, 1996, p. 63). Por outras palavras, podemos dizer que não há documento sem um *actio*. Duranti (1996, p. 96) defende que o que os diplomatas mais antigos chamam de *actio* ela chama de momento de ação, enquanto que o *conscriptio* para ela é o momento de documentação ou registro documental. Em seu ponto de vista, são momentos conceitualmente diferentes porém eles são parte de um mesmo procedimento.

Duranti (1996, p. 29) explica que a origem da Diplomática “se encontra estreitamente vinculada a necessidade de determinar a autenticidade dos documentos com a meta final de averiguar os direitos ou a veracidade dos feitos neles representados”⁴¹. E é por isso que Bellotto (2002, p. 18), por sua vez, afirma que “o objeto da Diplomática é a estrutura formal do documento. O documento deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica”. Na área Diplomática, resultante de um *actio* está o *conscriptio*, ou seja, o registro que tem como antecedente necessário o *actio*, envolvendo autoridades de

³⁹ Tradução livre. No original está como: “no debe olvidarse que no todo acto o negocio jurídico necessita, indefectiblemente, ser escrito para poder producir efectos jurídicos. Sólo será así cuando así lo disponga el Derecho vigente”.

⁴⁰ Tradução livre. No original está como: “fase previa o inicial del proceso de la génesis documental, sino simplemente como su antecedente necesario, sin o cual no puede tener sentido ni razón de ser ningún documento”.

⁴¹ Tradução livre. No original está como: “se encuentra estrechamente vinculado a la necesidad de determinar la autenticidad de los documentos con la meta final de averiguar la de los derechos o la veracidad de los hechos en ellos representados”.

esferas governamentais ou pessoas, ou instituições, privadas. Porém outras pessoas também estão presentes, indiretamente, na consecução de uma determinada situação ou vontade.

O processo de *conscriptio* do documento se inicia após a verificação da necessidade ou do desejo de constar por escrito um determinado negócio jurídico. O *conscriptio* tem em si um processo, com fases que podem ir de uma ordem ou vontade por escrito; passando por uma minuta, sujeita à revisão e sem assinaturas; até um texto melhor acabado; sua assinatura e, assim, validação. Em alguns casos ainda se realiza a publicação do mesmo. A experiência na produção documental teve como consequência a criação de formulários, que consideram o conteúdo e os elementos pessoais que se devem formatar de modo a ter validade legal (TAMAYO, 1996).

Assim, para Tamayo (1996, p. 69) é preciso avaliar primeiro “que tipo de documento corresponde redigir para formalizar aquele conteúdo e, segundo, quais são as formalidades que a lei, o uso ou o costume exigem para a redação do tipo documental correspondente”⁴². Nesse processo devem-se observar os esquemas semelhantes ou iguais pois “para tratar de uma mesma classe de negócio ou ato jurídico os documentos que compõem negócios de uma mesma espécie deverão ser iguais ou muito semelhantes”⁴³ (TAMAYO, 1996, p. 70). Bellotto (2002, p. 22) reconhece que “a informação tem seu texto presidido por um ‘modelo’. Por isso mesmo ele vem veiculado na espécie documental, que molda o texto segundo a sua natureza e a categoria do conteúdo que se quer transmitir”.

A partir da reunião de esquemas diversos se formaram os formulários diplomáticos nos quais apenas são modificadas as partes que não são permanentes nos documentos enquanto que aquelas que se repetem ficam fixas e guiam o preenchimento dos espaços em aberto. Bellotto contribui nessa discussão considerando a parte fixa e a parte variável como “construção semântica obrigatória” de uma espécie documental, sendo esta, nas palavras da autora, a “representação material” de um ato (BELLOTTO, 2002, p. 17). Em exemplos estudados por Tamayo

⁴² Tradução livre. No original está como: “*qué tipo de documento corresponde redactar para formalizar aquel contenido, y, segundo, caules son las formalidades que la Ley, el uso o la costumbre (ars dictandi) exigen para la redacción del tipo documental correspondiente*”.

⁴³ Tradução livre. No original está como: “*para tratar una misma clase de negocio o acto jurídico [...] los documentos que incorporen negocios de la misma especie habrán de ser iguales o muy semejantes*”.

(1996) observou-se a “similitude de expressões que sem dúvida obedecem ao uso de modelos comuns”⁴⁴, mesmo sendo produzidos em locais diversos e distantes da Espanha, de onde eram originários tais documentos.

A tipologia documental, por sua vez, estuda não apenas a configuração interna do documento, e suas partes, tal como faz a Diplomática, como também considera como objeto o documento “enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2002, p. 19). Isso significa dizer que há uma relativa homogeneidade em atos e documentos o que vai refletir em uma “uniformidade de vigência” (BELLOTTO, 2002, p. 19), ou seja, grupos de documentos que têm as mesmas necessidades de guarda em cada fase do arquivo, seja ela corrente, intermediária ou permanente, considerando a Teoria das Três Idades. Tipologia também pode ser tomada por Bellotto em outro texto seu que é clássico, de 1990 e publicado novamente em 2014, quando a autora define que tipos documentais representam “a união que se dá no momento e que se cruzam a função administrativa e o documento-veículo que induza ou que comprove o seu cumprimento” (2014 [1990], p. 347). A partir da definição de uma tipologia se agiliza o reconhecimento e a localização do documento e as pesquisas são potencializadas.

Para compreender a Teoria das Três Idades, Murillo (2002, p. 41) rememora que “o ciclo de vida de um ser vivo compreende sua concepção-gestação, seu nascimento, sua vida e sua morte. Em um documento, por analogia, o ciclo vital compreende sua concepção-gestação, sua vida e sua última etapa que as vezes é a destruição e as vezes é a transferência a um arquivo para sua conservação permanente”⁴⁵. Portanto, o Ciclo Vital nada mais é que o encaminhamento do documento nos arquivos disponíveis junto à instituição ou que se formaram ao longo da vida de uma pessoa. Para Lopes (1996, p. 102) as três idades terão um tratamento único se pensadas em termos de Arquivística Integrada e que, como o nome da corrente diz, também serão integrados os procedimentos. Sua presença

⁴⁴ Tradução livre. No original está como: “*similitude de expresiones que sin duda obedece al uso de modelos comunes*”.

⁴⁵ Tradução livre. No original está como: “*el ciclo de vida de un ser viviente comprende su concepción-gestación su nacimiento, su vida y su muerte. En un documento, por analogia, el ciclo vital comprende su concepción-gestación, su nacimiento, su vida y su última etapa que, a veces es la destrucción y a veces es la transferencia a um archivo, para su conservación perene*”.

neste ou naquele arquivo relaciona-se com a frequência de uso e valor, sendo que este último é estimado durante o processo de avaliação documental.

A avaliação documental é um processo de valoração dos documentos, do qual participa o arquivista juntamente com outros profissionais capazes de atender a necessidade de conhecer a documentação e auxiliar na compreensão da importância da permanência dos documentos no acervo e na definição de prazos para a permanência de cada parte do conjunto em determinados arquivos. Uma comissão multiprofissional de avaliação, que inclui autoridades da instituição, será formada de modo a considerar “os valores primários (administrativo, fiscal, jurídico) e secundário (histórico ou permanente) dos documentos no processo de avaliação” (SILVINO FILHO, 1996, p. 9). De todo modo para que se chegue à avaliação é preciso ter vencido outra etapa do tratamento documental, a classificação, quando já se tem claro que espécies e tipos documentais se têm no acervo.

Bellotto (2002) afirma que a espécie documental é o foco da diplomática e que a tipologia documental se aproxima da arquivística por considerar a espécie acrescida da sua relação com a atividade que a fez ser gerada. Para a autora (2002, p. 20) “o objeto da Tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais” e para isso há uma construção diplomática em um documento quando se deseja registrar um ato relacionado a uma determinada função. Bellotto conclui que é por isso que a Tipologia é chamada também de Diplomática Arquivística ou Diplomática Contemporânea uma vez que relaciona com o estudo da relação do documento com a organicidade de toda a produção documental de determinado ente (empresa, instituição ou pessoa).

Bellotto (2002, p. 21) se explica ao afirmar que a Tipologia tem seu campo girando “em torno da relação os documentos com as atividades institucionais/pessoais” que os geraram. Para que se possa reconhecer a tipologia de um determinado documento, a autora recorre a uma sequência de itens que considera ser necessária a ser observada de modo a reconhecer o Tipo Documental correspondente. Assim, Bellotto (2002, p. 21) propõe observar: “1) a sua origem/proveniência; 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora; 3) a associação entre espécie em causa e o tipo documental; 4) o conteúdo; 5) a datação”. Assim como a análise diplomática, que considera ainda aspectos como autenticidade e a tradição documental (sendo estas as três formas em que um documento poderá ser apresentado: pré-original – como o rascunho e a

minuta; o original – documento acabado, com todos os caracteres; e o pós-original, onde se enquadram as cópias) a análise tipológica terá uma metodologia que auxiliará no desdobramento do fazer arquivístico uma vez que é condição para tarefas como classificação, avaliação e descrição arquivísticas.

Bellotto (2002), então, propõe uma sequência de relações (Quadro 1) que levam ao Tipo Documental partindo da informação, ao que chama de raiz, conforme o Quadro 1.

INFORMAÇÃO → DOCUMENTO → ESPÉCIE → TIPO

Quadro 1 – Relações estabelecidas a partir da informação até o Tipo Documental
Fonte: Baseado em Bellotto (2002)

A informação a que se refere a autora é a informação arquivística, aquela que possui um processo de criação que está vinculado a um contexto de uma entidade ou da vida de uma pessoa. Sua existência em um documento está relacionada à organicidade da própria informação e do documento com o todo documental produzido e, por origem, relaciona-se com as “atribuições, competências, funções e atividades das entidades”, o que torna essencial levar em conta de quem se trata (pessoa ou instituição, em suas especificidades).

Documentos físicos ou digitais produzidos e acumulados reúnem informações arquivísticas, sendo que estes últimos têm sido um grande desafio para os profissionais arquivistas para que se faça a devida indexação e que esta possibilite a busca pelos usuários do arquivo. A acumulação é o armazenamento

[...] indiscriminado de fundos como resultado da falta de controle arquivístico da produção de documentos quando não lhes aplica no momento oportuno da identificação e da valoração e que, portanto, constitui numa distorção substancial do funcionamento do Sistema Arquivístico⁴⁶ (LACASTA, 1995, p. 65).

Um sistema arquivístico que funcione bem deve se amparar em um planejamento que considere a gênese documental como o momento ideal de

⁴⁶ Tradução livre. No original está como: “*indiscriminado de fondos como resultado de la falta de control archivístico de la producción de documentos a los que no se les aplica en el momento oportuno la identificación y la valoración preceptivas y que, por tanto, constituye una distorsión sustancial del funcionamiento del Sistema Archivístico*”.

intervenção para que não se perca a oportunidade de identificar a documentação pelo próprio produtor.

Pensando em uma “mecanização” que seja realizada dentro de um sistema de arquivos, Herrera (1987, p. 356) defende, antes, que se tenha uma normalização documental para que se possa proceder, por exemplo, à digitalização, entendida aqui como um procedimento informático que facilita o acesso aos conjuntos documentais mantidos pela instituição, empresa ou pessoa. Essa chamada normalização consiste em estabelecer critérios, o que Herrera reclamava não existir no final da década de 80 do século passado na Espanha. A autora indica que há uma “diferença que afeta a designação dos instrumentos de descrição, a sua elaboração e a delimitação da tipologia documental que é o caminho para chegar a uma informação seriada”⁴⁷ (HERRERA, 1987, p. 356). Sem haver uma racionalidade na identificação de fundos, séries e tipos documentais, torna-se quase impossível recuperar a informação quando há um grande número dela armazenado.

Dodebei (2002, p. 11) retoma que a explosão documental que vivemos hoje vem acontecendo ao longo dos últimos 70 anos por consequência da especialização do saber, o que requisitou um novo olhar para a organização dos acervos e para os procedimentos até então adotados. A data indicada pela autora como de suma importância é a década de 1940, sendo um marco importante o final da segunda guerra mundial. Nesta mesma época começa a se articular uma “mudança de paradigma no âmbito da organização e disponibilização do conhecimento” o que tem por consequência a busca pelo estabelecimento de uma nova memória documentária já que “os especialistas em análise documentária não encontravam nas linguagens documentárias tradicionais (organização do conhecimento geral) as condições necessárias para representar os conteúdos informativos dos textos técnico-científicos produzidos” (DODEBEI, 2002, p. 11).

Lopes (1996, p. 100) considera, diante dessa realidade já explicitada pelas ideias de Dodebei (2002) que “no mundo contemporâneo, é impossível manter tudo” pois para o autor “vive-se numa época onde a produção de documentos de arquivos é colossal. Guardar tudo significa perder um mar de informações em oceanos turbulentos de documentos”. Com a pressa que invade as relações nos dias de hoje,

⁴⁷ Tradução livre. No original está como: “*disparidad que afecta a la designación de los instrumentos de descripción, a su elaboración y a la delimitación de la tipologia documental que es una pauta para llegar a una información seriada*”.

toda a questão está em quanto tempo é despendido para que se possa localizar uma determinada informação nos arquivos. Assim, pensa-se ser importante que haja, por certo, o uso de sistemas arquivísticos informatizados porém, como enfatiza Herrera (1987), não sem antes racionalizar o trabalho arquivístico a partir da elaboração de um planejamento com critérios. Assim o computador será um auxiliar ao arquivista pois ele “dificilmente será aplicado na classificação porque nunca poderá substituir nosso trabalho e também não será conveniente, por sua dificuldade, na inventariação, na formulação de índices no inventário”⁴⁸. O uso do computador se fará para armazenar os dados e acessá-los, porém o trabalho arquivístico, de pensar o modo de classificação e de nominar as séries e subséries, bem como para criar instrumentos de descrição, como o inventário, necessita do arquivista.

Fora as preocupações de ordem técnica e intelectual, de classificar e dispor a informação, outras preocupações surgem no trabalho arquivístico sendo que algumas delas dizem respeito as características da língua natural, quando do uso de palavras-chave, como a polissemia, a homonímia, a sinonímia, além da função sintática” (DODEBEI, 2002, p. 12). Ao representar uma informação, o homem procede escolhas e ainda assim outros elementos intervêm para que seja garantida que a escolha feita para representar seja a melhor.

Dodebei (2002, p. 33) pergunta “‘Como representar adequadamente as informações sem comprometer seu significado?’ ou ‘Como resolver o problema da quase ausência de articulação entre os descritores para a recuperação de informações veiculadas pelos textos?’ as palavras são neutras. Elas assumem significados conforme sua inserção contextual. As palavras isoladas não significam nada, ou significam, virtualmente, tudo”. A questão da significação tem grande importância também para as questões arquivísticas não apenas pela amplitude do que uma palavra ou mais pode(m) dizer, significar, como também porque é preciso determinar que palavra(s) define(m) uma dada informação, ou conjunto delas da melhor maneira.

As decisões e escolhas em relação à representação se darão apenas para aqueles documentos e informações que forem indexados. Herrera (1987, p. 359), ao

⁴⁸ Tradução livre. No original está como: “*dificilmente habrá de aplicarse a la clasificación porque nunca podrá substituir nuestro trabajo y por lo tanto tampoco habitualmente será conveniente, por su dificultad, en la inventariación, sí en la indización de dicho inventario*”.

discutir sobre o planejamento de uma catalogação informatizada do acervo documental, vislumbra que a valoração de partes do conjunto documental é que definirá o que será disponibilizado por meio de computadores. Neste sentido, “o arquivista deverá de contar de entrada com o conhecimento a fundo da série documental em questão: sua tipologia, suas características diplomáticas, sua gênese, sua tramitação administrativa e a informação que pode oferecer”⁴⁹.

O conhecimento do acervo é condição fundamental para que se possa planejar um tratamento arquivístico, qualquer que seja. Herrera defende que quando estamos em dúvida sobre o que escolher para compor um produto de natureza arquivística devemos sair do campo da arbitrariedade e que a documentação e que nos imporá “o critério a ser adotado se soubermos perguntar-lhe”⁵⁰ (HERRERA, 1987, p. 360). A normalização consistirá em definir que descritores serão utilizados para dar uma maior e melhor visão do que trata o documento sem ser o próprio documento. Estas são as duas formas de consultar e acessar o acervo: comunicando o documento ou a informação. No segundo caso instrumentos de descrição são fundamentais para localizar o que se procura.

A busca no acervo poderá ser realizada por inúmeros meios, desde a data, como a questão geográfica, nomes de pessoas, autoria, bem como pela tipologia a que se deseja acessar. Isso dependerá do usuário e do que ele busca nesse acervo já que os documentos servirão para muitas investigações, às vezes muito diferentes. Segundo Connaughton (1995, p. 26) a “complexidade interpretativa das fontes nos sugere que não haverá um encontro fácil entre a arquivística e o historiador. Enquanto que o documento físico que masueia aquele é materialmente único, o documento interpretado que estuda este é plural e polivalente [...]. É impossível que o arquivista se adiante a todos os usos que o historiador, algum dia, fará com os documentos”⁵¹. Dessa forma percebe-se que a determinação de informações de acesso aos documentos, como os descritores e a própria denominação da tipologia,

⁴⁹ Tradução livre. No original está como: “*el archivero habrá de contar de entrada con el conocimiento a fondo de la serie documental en cuestión: su tipología, sus características diplomáticas, sus génesis, su tramitación administrativa y la información que puede ofrecer*”.

⁵⁰ Tradução livre. No original está como: “*el critério a adoptar sí sabemos preguntarle*”.

⁵¹ Tradução livre. No original está como: “*complejidad interpretativa de las fuentes nos sugere que no habrá un encuentro fácil entre el archivero y el historiador. Mientras que el documento físico que maneja aquél es materialmente único, el documento interpretado que estudia éste es plural y polivalente [...]. Es imposible que el archivero se adelante a todos los usos que el historiador, algún día, dará a los documentos*”.

subséries, séries e fundos são essenciais para que sejam localizados os documentos e informações que o pesquisador deseja trabalhar.

Herrera (1987, p. 382) adverte que não se pode esquecer que “o arquivista tem obrigação de facilitar os documentos, a informação geral e a orientação sobre os fundos que custodia através dos instrumentos de descrição que vai elaborar e ter para comunicar dados solicitados”⁵². Essa obrigação existe, pois, o fundamento de guardar a informação é poder utilizá-la, sem isso não haveria porque ter custos com espaço físico, materiais e pessoal especializado.

Considerando a questão do acesso, em termos de Brasil, é preciso destacar que em 18 de novembro de 2011 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 12.527 que garante o acesso à informação e deu prazo de 180 dias para que a mesma entrasse em vigor. Esta lei atende os artigos 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Lei de Arquivos); e dá outras providências.

Em termos arquivísticos ela tem um impacto importante no fazer do profissional haja vista que altera o conteúdo da Lei de Arquivos especificamente no que tange ao acesso as informações presentes nestas instituições. Com relação ao uso dos documentos, há que se considerar o usuário, ou seja, a pessoa que vai se servir do documento em si ou da informação presente nele para algum aproveitamento particular ou coletivo, seja ele para a pesquisa científica, tecnológica ou para fins de curiosidade. Antes de tudo nota-se que o acesso é não apenas um direito do cidadão, especialmente em arquivos de natureza pública, como também um dever dos governos.

A Lei nº 12.527 entra em vigor em 16 de maio de 2012, porém mediante análise do texto nota-se que há apenas duas situações em que há uma menção à palavra “arquivo” ou alguma outra que seja variante dela. No Capítulo 1, quando se conceitua, no Art. 4º, tratamento da informação, a Lei traz que “V- Tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação,

⁵² Tradução livre. No original está como: “*el archivero tiene obligación de facilitar los documentos, la información general y la orientación sobre los fondos que custodia a través de los instrumentos de descripción que ha de elaborar y tener al día, también de comunicar información sobre datos concretos solicitados*”.

utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação”.

O arquivamento vislumbra a noção de “atividade” em execução para um objetivo de dar tratamento à informação. A Lei trata de arquivo também no Capítulo 2, Art. 7º, no segundo item, quanto o uso da Lei: “O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] II – informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos”. E é desse direito, sob os documentos públicos, que o usuário-cidadão tem que se defende quando pensa na obrigação do arquivista em realizar a classificação e a produção de instrumentos que permitam o acesso à informação.

Quanto à classificação, entende-se, a partir de Lopes (1996, p. 89), que esta é a “ordenação intelectual e física dos acervos, baseada numa proposta de hierarquização das informações referentes aos mesmos” e que isso deverá ocorrer desde o momento do nascimento da informação. No entanto, o próprio Lopes (1997, p. 114), em outra obra, defende que esta seja feita numa concepção denominada como “ideológica” indicando que isso somente acontecerá “se houver conhecimento acumulado das atividades, estruturas, funções e características gerais dos acervos. Basear-se-ia na definição de fundos, submundos, séries, subséries, etc., a partir deste conhecimento”. Esta visão terá de ser imbricada com o conhecimento ou reconhecimento da tipologia presente. A partir da classificação e da avaliação, como consequência, ocorrerá a descrição do acervo.

“A classificação consiste numa representação da informação contida” num determinado acervo (LOPES, 1997, p. 115). Ela “é fruto da pesquisa empírica realizada nas organizações” (LOPES, 1997, p. 118) e “somente a investigação sistemática pode nos dar segurança nas soluções da classificação” (LOPES, 1987, p. 119). Todas estas afirmações estão baseadas no fato de que para classificar é preciso conhecer para decidir. Uma das preocupações é o nome que se dá as partes da classificação. Afinal, como defende Lopes (1987, p. 119) “classificar significa representar. Toda representação não é idêntica ao real e sim uma abstração” o que envolve a significação e o sentido.

A pergunta que Lopes (1987) se faz é “de onde devem vir os nomes – títulos – das séries e suas subdivisões?” e completa explicando que “por mais ‘naturais’ que sejam as atribuições, será sempre uma solução arbitrada”. Esta também é uma

pergunta que nos fazemos uma vez que nos parece de natureza arbitrária a escolha de nomes para os tipos documentais, dentro de uma faixa de possibilidades. Por que chamamos Atestado de óbito e não Certificado de morte? Há, aí, a influência de uma certa memória discursiva? De que modo a Formação Discursiva (FD), numa perspectiva de AD, influencia nas escolhas dos arquivistas?

O esquema presente na Figura 2 sugere a classificação de um Fundo X qualquer, que pode ter em sua estrutura um ou mais subfundos. Fundos são “conjuntos de documentos, independentes da espécie, suporte, criados ou recebidos, utilizados por uma pessoa física ou jurídica, no exercício de suas atividades” (LOPES, 1996, p. 102).

O Fundo terá, hierarquicamente, prevalência sobre as séries e subséries, tantas quantas forem as atividades ou subdivisões que se observem na instituição, empresa ou vida de uma pessoa, sendo nestas que se encontrarão os tipos documentais. Séries “são subdivisões dos fundos ou dos subfundos, entendidas como conjuntos de documentos considerados como uma unidade homogênea por efeito de sua origem, utilização, forma ou sistema de arquivamento” (LOPES, 1996, p. 102).

Na Figura 2, apresentada a seguir, é demonstrada, de modo geral, uma classificação documental.

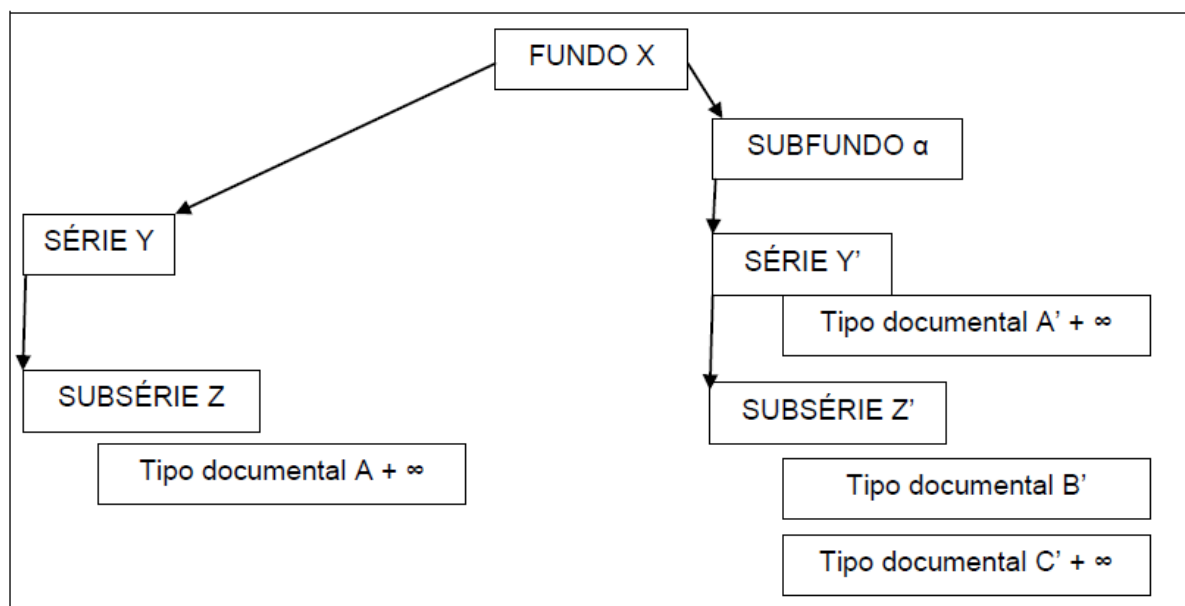


Figura 2 – Esquema geral de classificação de documentos
Fonte: Elaborado pela autora

Este esquema é geral, mas esclarece as relações que ocorrem entre as partes classificadas. Alguns autores usam classes e subclasses para definir o mesmo que séries e subséries. Ao pensar a classificação de um dado conjunto documental já se está atribuindo valor, ou seja, avaliando a documentação mesmo que de modo macro. A Figura 2 representa o que pode estar disposto em um Plano de Classificação, um dos principais instrumentos de gestão documental e que não poderá ser realizado sem uma pesquisa detalhada que considere “a origem, a evolução e a situação atual” (LOPES, 1996, p. 91).

Os arquivistas, em muitos casos, terão que fazer estas pesquisas, apropriando-se dos métodos de investigação das ciências sociais. Em outros, poderão contar com a colaboração de profissionais especializados. Precisarão consultar organogramas ou, quando for o caso, produzi-los; estudar os documentos normativos e jurídicos de cada instituição; e realizar entrevistas com pessoas envolvidas na administração. Dependendo da complexidade da organização, devem utilizar os recursos metodológicos da história oral, gravando, transcrevendo e interpretando entrevistas (LOPES, 1996, p. 91).

Toma-se como essencial a presença do profissional arquivista como um pesquisador da realidade institucional que poderá ser decisiva, quando conhecida, para a identificação e/ou determinação da hierarquia do Plano de Classificação, incluindo as tipologias que ali estarão apresentadas. É certo que medidas de classificação bem como as de avaliação visam estabelecer um controle da documentação. Lopes (1996, p. 101) já considerava que a ideia era impedir que “eles [os acervos] cresçam demais, ordená-los de modo que se possa acessar as informações [...] o trabalho do arquivista é representar ideologicamente as informações contidas nos documentos”. Ao realizar esta representação, o arquivista já estará promovendo a descrição do acervo.

O tratamento documental no Brasil, citado na Lei nº 12.527, engloba aspectos da gênese documental, o que envolve, por exemplo, a identificação de espécie e tipo documental. As espécies, de acordo com Bellotto (2002, p. 45) podem ser inúmeras, porém algumas são reconhecíveis com maior frequência dentre os documentos que circulam nas administrações em documentos dispositivos, probatórios ou informativos. A autora elabora uma lista, não exaustiva, de espécies documentais, com a definição das mesmas de modo a auxiliar os profissionais a reconhecê-las. Essa medida, segundo a autora, pode “ter a sua aplicação no dia-a-dia do arquivista,

sobretudo nas tarefas da identificação, classificação, avaliação e descrição” (BELLOTTO, 2002, p. 46). A ideia é que a relação preparada pela autora seja consultada de modo a reconhecer a espécie quando o profissional fica frente a um determinado documento, buscando a identificação do mesmo. A identificação da espécie é o primeiro passo para a identificação do tipo, uma vez que a tipologia é a espécie seguida da atividade que a gerou. Pela definição de tipologia, Bellotto (2002) justifica a não elaboração de um glossário de tipos documentais uma vez que seria impossível abarcar todos os usos possíveis para cada espécie.

No caso das espécies citadas por Bellotto (2002), em número de 217 diferentes, estas têm variações no que diz respeito a sua caracterização. A autora apresenta uma análise diplomática sumária. Destacam-se, a seguir, algumas espécies que se consideram importantes para este trabalho, uma vez que o mesmo tem como arquivo conjuntos de documentos, de tipologias arquivísticas, denominados atestado de óbito e registro de óbito.

No Quadro 2, são apresentadas as definições para Atestado, Assento, Certidão, Certificado, Comunicado, Declaração e Registro a partir de Bellotto (2002).

Além das espécies documentais destacadas, outras poderiam estar aqui reunidas, como Aviso, Comunicação, Informação, Notificação de óbito, etc.

A partir da análise das espécies que constam no Quadro 3, nota-se que das sete apresentadas, nenhuma é exatamente igual à outra, diferindo na classificação ou, conforme a coluna da direita, quanto ao Protocolo Inicial ou Título, específico para cada uma das espécies.

Retomando as definições apresentadas por Bellotto e destacadas anteriormente, tem-se que no caso de “Atestado” exclui-se a correspondência direta com “Certidão”, por esta ser dita como uma “transcrição legitimada” (BELLOTTO, 2002, p. 48) e que se aproxima mais de “Declaração”. Já o “Certificado”, em sua definição aproxima-se do “Atestado”, com a ressalva de que o último “é mais elaborado com relação às pessoas” (BELLOTTO, 2002, p. 57). O “Comunicado”, por sua vez, é dado como a “cientificação de uma notícia ou ordem” que pode ser dada a uma pessoa ou para conhecimento público (BELLOTTO, 2002, p. 58).

A “Declaração”, já dita como aproximada de “Atestado”, é apresentada como a “manifestação de opinião, conceito, resolução ou observação, passada por pessoa física ou por um colegiado” (BELLOTTO, 2002, p. 62).

Espécies / Referência	Definição
ATESTADO (BELLOTTO, 2002, p. 48)	Documento diplomático testemunhal de assentamento, notarial ou não. Declaração, por autoridade governamental, civil, militar, eclesiástica ou notarial, a partir de uma realidade ou de um fato constatado. É, em geral, a favor de uma pessoa e confeccionado a seu pedido. Costuma-se confundir-lo com a certidão, por ambos se parecerem na redação, mas vale lembrar que o atestado é uma declaração, enquanto a certidão é uma transcrição legitimada. Protocolo inicial: timbre do órgão emissor. Título – “Atestado de [...]” “Atesto para os devidos fins que [...]” (ou o fim específico). Texto: um parágrafo sobre o que se atesta, o nome do interessado e sua identificação/qualificação. Protocolo final: datas tópica e cronológica. Assinatura, nome e cargo.
ASSENTO (BELLOTTO, 2002, p. 48)	Documento diplomático testemunhal de assentamento ou comprobatório. Registro de um compromisso passado em livro próprio (códice). Se feito a partir de uma declaração, é de assentamento; se feito a partir de uma cópia certificada de um ato, é comprobatório. Foi usado, na prática jurídica colonial, no sentido de termo, de contrato. Protocolo inicial: nome e qualificação do compromissado. Texto: a obrigação a que se submete, condições etc. Protocolo final: datas tópica e cronológica. Assinaturas, registros, certidões e precação.
CERTIDÃO (BELLOTTO, 2002, p. 57)	Documento diplomático testemunhal comprobatório. Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas. A certidão pode ainda ser retirada de um processo, livro ou documento existente em repartição pública e passada, se não por notário, por funcionário autorizado. Protocolo inicial: “Certifico que [...]” ou “A pedido de [...] certifico que [...]” ou o nome e a titulação de quem certifica. Referência ao original do qual se extrai a certidão. Texto: cópia do documento original, inclusive de suas datas. Protocolo final: datas tópica e cronológica da certidão. Assinatura, nome e titulação de quem certifica.
CERTIFICADO (BELLOTTO, 2002, p. 57)	Documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente, notarial ou não. Declaração que garante a veracidade de um fato, de um estado de coisas, o bom estado ou o funcionamento de um objeto/equipamento. Assemelha-se ao atestado que, entretanto, é mais elaborado em relação às pessoas. Protocolo inicial: timbre do emissor. Título - Certificado de garantia [...] (ou outro). Texto: o objeto ou a situação garantida. Protocolo final: datas tópica e cronológica. Assinaturas, nome e titulação das pessoas ou entidades responsáveis.
COMUNICADO (BELLOTTO, 2002, p. 58)	Documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente. Cientificação de uma notícia ou ordem dirigida pessoalmente a alguém ou afixada para o conhecimento do público em geral. Assemelha-se à notificação e ao edital. Protocolo inicial: direção. Texto: notícia ou fato a ser comunicado. Protocolo final: assinatura, nome e titulação dos autores e datas tópica e cronológica.
DECLARAÇÃO (BELLOTTO, 2002, p. 62)	Documento diplomático ou não, segundo sua solenidade, enunciativo, descendente. Manifestação de opinião, conceito, resolução ou observação, passada por pessoa física ou por um colegiado. Protocolo inicial: a palavra Declaração. Nome e titulação do declarante. Em alguns casos, endereço. Texto: o assunto que se declara. Protocolo final: datas tópica e cronológica.
REGISTRO (BELLOTTO, 2002, p. 84)	Documento não diplomático testemunhal de assentamento. Inscrição ou transcrição de atos, fatos, títulos e documentos a fim de autenticá-los.

Quadro 2 – Definição de espécies documentais
Fonte: Baseado em Bellotto (2002)

À primeira vista, algumas das espécies apresentadas têm uma denominação que parecem ser sinônimos, porém das citadas notam-se diferenças importantes, como segue no Quadro 3, apresentado a seguir:

Espécie	Classificação			Título/Protocolo inicial
	Diplomático	Testemunhal	Assentamento (notarial ou não)	
Atestado	Diplomático	Testemunhal	Assentamento (notarial ou não)	“Atestado de [...]” “Atesto para os devidos fins que [...]”
Assento	Diplomático	Testemunhal	Assentamento ou comprobatório - em livro próprio	Inicia com o nome e qualificação do compromissado, seguido do que se submete.
Certidão	Diplomático	Testemunhal	Comprobatório	“Certifico que [...]” “A pedido de [...], certifico que [...]”
Certificado	Diplomático	Testemunhal	Comprobatório, descendente (notarial ou não)	“Certificado de garantia (ou outro) [...]”
Comunicado	Diplomático	Dispositivo de correspondência	Descendente	Direção, a quem se dirige.
Declaração	Diplomático ou não.	Enunciativo	Descendente	“Declaração”
Registro	Não diplomático	Testemunhal	Assentamento	Sem formulação definida pela autora.

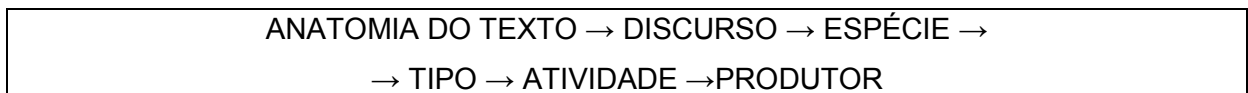
Quadro 3 – Comparação de espécies documentais
Fonte: Baseado em Bellotto (2002)

O “Registro” pode ser a transcrição de fatos de modo a dar autenticidade a eles, segundo Bellotto (2002, p. 84) e se aproxima de “Assento”, por ser aquele de assentamento, onde transcreve fatos.

Avaliando as definições das espécies em destaque, pergunta-se: qual o critério para definir que alguma dessas espécies seja a espécie que, em conjunto com a atividade “óbito”, forme uma tipologia que identifique um dado tipo documental? Qual é a sobreposição entre as definições da autora que permite que tanto uma como outra seja utilizada na designação da tipologia? Em que medida as

diferenças entre as espécies e suas definições são conclusivas para eleger uma ou outra para identificar a primeira parte de um tipo? Que diferenças substanciais existem entre dizer “Atestado de óbito”, “Assento de Óbito”, “Certidão de Óbito”, “Certificado de Óbito”, “Comunicado de Óbito”, “Declaração de Óbito” ou “Registro de Óbito”?

Bellotto (2002, p. 91) esclarece que o “tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, sua fixação é complexa e pontual”, dependendo a área e da atividade a que está relacionada. A base, portanto, como acentua Bellotto (2002, p. 92), está nas espécies, dado pela autora como “veículos semânticos que suportam um conteúdo documental”. Para que isso seja definido, escolhido, determinado, o arquivista deverá valer-se de uma análise tipológica a partir da Diplomática e da arquivística. Dessa forma, a autora defende que o ponto de partida pode ser em duas direções. Primeiramente, ela explora o da Diplomática, quando, em sua visão, “o elemento essencial é a decodificação do próprio documento” tomada através das seguintes etapas: “da anatomia do texto ao discurso; do discurso à espécie; da espécie ao tipo; do tipo à atividade; da atividade ao produtor” (BELLOTTO, 2002, p. 93). O Quadro 4 refaz o trajeto indicado pela autora.

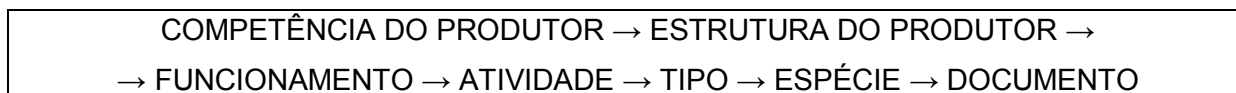


Quadro 4 – Análise tipológica através da Diplomática
 Fonte: Baseado em Bellotto (2002)

Nesse caso, quando o ponto de partida é a Diplomática, há uma independência dos demais documentos do conjunto uma vez que se dá importância à espécie e esta é verificada em relação ao ato jurídico que está relacionando. O que ocorre é que o arquivista pode abster-se “do levantamento das relações internas dentro do conjunto documental ao qual a unidade estudada pertence” (BELLOTTO 2002, p. 95).

Se o ponto de partida para a análise tipológica for a arquivística, o elemento fundamental e primeiro a ser considerado é, ao oposto da análise que parte da Diplomática, o produtor, sendo que o mesmo deverá ser cercado e considerado nas

seguintes etapas: “da sua competência a sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento” (BELLOTTO, 2002, p. 93). O Quadro 5 reflete esta sequência de modo a tornar mais claro o caminho percorrido.



Quadro 5 – Análise tipológica através da arquivística
 Fonte: Baseado em Bellotto (2002)

No caso de a análise tipológica partir da arquivística, considera-se o princípio da proveniência, ou seja, do princípio segundo o qual não se devem misturar documentos de diversas origens entre si para avaliar o documento. Sabe-se que

[...] reconstruir a ordem original dos documentos é uma tarefa muito difícil quando a única orientação para este trabalho são os documentos mesmos que o arquivista deve examinar com paciência e, sobretudo, com inteligência e com uma sólida preparação profissional⁵³ (LODOLLINI, 1991, p. 45).

Nota-se que o autor reflete este caminho de recuperação da ordem original à luz de uma realidade de arquivos permanentes uma vez que é neles que ocorre o recolhimento de documentos, longe do espaço de produção documental, sem a possibilidade de saber como e de que forma eles foram reunidos.

Lodollini (1991) entende que a ordem original é também a ordem natural uma vez que é a partir dela que o produtor organizou-se para trabalhar com os documentos quando da sua produção ou recepção. O autor reflete que é “dever do arquivista quando os documentos chegam ao arquivo é, em primeiro lugar, respeitar a ordem original dos documentos, se esta foi mantida”⁵⁴ para que seja fiel ao que

⁵³ Tradução livre. No original está como: “reconstruir el orden originário de los documentos es una tarea muy difícil, cuando la única guía para este trabajo son los documentos mismos, que el archivero debe examinar con paciencia y sobre todo con inteligencia y con una sólida preparación profesional”.

⁵⁴ Tradução livre. No original está como: “antes de tudodeber do archivero cuando los documentos llegan al archivo es, ante todo, respetar el orden originário de los documentos, si éste há sido mantenido”.

fora pensado por aquele primeiro usuário do arquivo, o seu responsável no arquivo corrente (LODOLINI, 1991, p. 45). Lopes (1996, p. 70) alerta para o fato que no Brasil os arquivos correntes são organizados “de acordo com o senso comum” sendo, por isso, complicado pensar em “aceitar *a priori* a ordem original. Sabe-se que a intervenção profissional nos arquivos é capaz de dotar qualquer organização de maior qualidade administrativa, técnica e científica”, o que até meados dos anos 90 do século passado era bastante incomum. Com o avanço dos estudos em nível de graduação, com maior oferta de vagas, e pós-graduação, a partir da criação de novos cursos de especialização e mestrado, distanciou-se de uma visão puramente técnica que havia nos primeiros anos de arquivística no país. Hoje a tendência é refinar o fazer e melhorar o desempenho dos profissionais, buscando a atuação nos acervos desde a produção.

Ao tentar analisar a tipologia de um documento, pela vertente arquivística, levam-se em conta as reorganizações que foram realizadas com a documentação uma vez que estas são capazes de indicar que movimentos ocorreram com os documentos em termos de produção e das estruturas da instituição/vida a fim de identificá-los. Bellotto (2002, p. 96) sugere que para que a análise seja bem feita é preciso que sejam reunidos conhecimentos sobre outros aspectos importantes, além da estrutura e das reorganizações das organizações (ou da vida das pessoas, em caso de arquivos pessoais), são eles: saber das funções que são regidas por lei ou regulamentos, as funções que são atípicas, das transformações e dos processos, devido ao interesse que têm para compreender a tramitação e fluxo documental/informacional.

Bellotto (2002) situa que nos anos de 1980 é que iniciaram os estudos com os tipos documentais a partir do estudo do Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madri que estava ligado diretamente a arquivos correntes das municipalidades daquele país. Bellotto (2002, p. 96) elenca os itens a considerar para fazer uma análise tipológica nesse modelo tendo, em linhas gerais: 1) Tipo; 2) Código; 3) Entidade produtora/acumuladora; 4) Atividades; 5) Destinatário; 6) Legislação; 7) Tramitação; 8) Documentos básicos; 9) Ordenação; 10) Conteúdo; 11) Vigência; 12) Prazos. A autora faz a ressalva que no caso de arquivos permanentes, ou seja, no caso de documentação recolhida em arquivos cujo destino seja a guarda permanente o caminho mais indicado seja a “partir da Diplomática, isto é, tomando o documento/espécie como ponto de partida” (BELLOTTO, 2002, p. 97).

É interessante perceber que Bellotto (2002) defende que áreas específicas, com contextos de produção documental bem definidos, se dediquem a criar manuais de tipologia, de modo a guiar a identificação dos tipos a partir de estudos diplomáticos e tipológicos. Modelos ou manuais podem encerrar uma formatação para determinada tipologia, auxiliando no trabalho do arquivista, no entanto, também têm a tendência de retirar do profissional a possibilidade de adequar a nomenclatura à realidade da espécie e o do tipo documental. A arbitrariedade pode ser boa ou má, de acordo com exigência da situação. A maldade da arbitrariedade está em incorrer em erro, deslize, distanciamento do conteúdo documental gerando equívoco na indexação e dificuldade de acesso. A beleza da arbitrariedade é poder eleger, a partir de um estudo aprofundado, o nome que melhor convém para identificar dado tipo documental visto que cada conjunto de documentos é único por encerrar em si particularidades que só são peculiares a dadas realidades.

Lopes (1996, p. 92) considera que uma lista de tipos documentais pode ser disponibilizada a partir de levantamentos o que auxilia sobremaneira na hora de compreender a produção documental e “radiografar” a entidade ou vida pessoal. Foi o que o próprio autor fez quando listou 13 tipos genéricos de tipos documentais que podem ser ainda apresentados por especificidades. Dossiês são interessantes, na opinião do autor, uma vez que traduzem a organicidade da produção e porque “separar por tipologias resultaria na fragmentação”, o que não é desejável. O mesmo autor faz votos de que questões teóricas sejam aprofundadas dada a inicial etapa em que se encontra. Seu desejo, em 1996, era que “nossas [do Brasil] práticas arquivísticas se desenvolvam em bases teóricas mais sólidas” o que fora a motivação de sua produção bibliográfica. Para ele “não falta o que pesquisar” na área, elencando itens que podem ter desdobramentos desde que haja intercâmbio internacional, a pesquisa como fundamento da prática e a experimentação por projetos” (LOPES, 1996, p. 107).

2.3 A morte como objeto de trabalho nos arquivos

Orlandi (2010 [1999], p. 20) afirma que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se

constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”. A autora nos remete à questão da significação como aquela que permeia qualquer materialidade, nas circunstâncias dadas todos os dias em nossa vida, do início ao último dia.

O discurso resulta do que está posto no texto, no modo como se diz, mas também no que está posto “em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o poderia ter sido dito e não foi” (ORLANDI 2010 [1999], p. 30) constituindo um discurso, que pode ser o discurso *sobre* a morte. Rezende e outros autores, por sua vez, explicitam que a morte “racionalizada pelo conhecimento científico, modernizada na construção das manifestações, impessoalizada nos cuidados ‘tecnologizados’ esconde novos ritos, transmudados pelas novas representações que a sociedade desenvolveu sobre a morte” (REZENDE et al., 1996, p. 145).

Faz parte da morte, enquanto acontecimento social, a sua discursivização, o registro como elemento culturalmente aceito, socialmente necessário, por dar um fecho à vida, e permitir a sua superação. O registro da morte é, sem dúvida, uma forma de expressão humana na qual, através de palavras, se produz um discurso sobre. A fragilidade do sujeito empírico diante da morte não permite excluir o discurso do sujeito que tem o direito ou o dever de atestar a morte. “Do ponto de vista jurídico, o atestado de óbito se constitui na prova cabal e incontestável do desaparecimento do indivíduo, assegurando, deste modo, a realidade da morte” (LAURENTI; MELLO JORGE, 1983, p. 37). Dessa forma, o discurso *sobre* a morte é também um discurso sobre o fim da vida, o fechamento de um ciclo para um sujeito que deixa de existir enquanto realidade do mundo. É por isso que se exige que um atestado de óbito seja redigido, pois “se o indivíduo passa da vida à morte, não há dúvida de que se tem um cadáver, para o qual deve ser fornecido o atestado de óbito” (LAURENTI; MELLO JORGE, 1983, p. 38), para que se possa dar um fim ao corpo inerte.

“Ninguém pode escapar ao trabalho do luto, o aspecto mais angustiante da nossa memória, pois nos confronta com a presença invisível daqueles que nos precederam”, afirma Vovelle (2010, p. 13). O ato de atestar a morte é participar do trabalho do luto, tomado pelo autor como um “caminho, um percurso” de quem (sobre)vive à morte. Ao tratar do discurso sobre o purgatório em imagens, o autor afirma que a “imagem é ao mesmo tempo mais móvel e mais inerte que o texto, por vezes antecipando aquilo que só será formulado mais tarde no plano do pensamento claro” (VOVELLE, 2010, p. 13). Por isso a obra de arte provoca no sujeito

interpretações diversas, que fogem ao que está textualizado de forma imediata no documento.

É no culto aos mortos, seja por imagens ou texto, que transparecem as relações de cada tempo com o que representa o fim da vida. A influência da igreja, da religião, na compreensão desta relação é fundamental, principalmente do ponto de vista das obras sacras, e muda ao longo dos séculos. Dentro de templos e igrejas também se realiza o culto aos mortos. O espaço do cemitério, que, em muitos casos, compartilhava do terreno desses templos das crenças religiosas, é um exemplo da relação entre vivos e mortos e os monumentos erguidos à memória de quem se foi traz vestígios da forma como a morte é vista e vivida. Entre penas, castigos e elevação da alma, figuras tridimensionais, desenhos e frases dão indicação da crença familiar e de sua relação com o fato da morte. “Os mortos não se preocupam [com as almas do purgatório, do terceiro local, nem céu nem inferno], ao menos acredito; já os vivos, muito, em todos os tempos”, conforme compreende Vovelle (2010, p. 13), que faz uma retrospectiva das representações de morte e seus artistas no Ocidente cristão.

Também podendo ser visto como uma representação da morte, o atestado de óbito poderá ter a sua objetividade esperada cumprida. O envolvimento ou a aproximação daquele que atesta a morte poderão ser observados no discurso, no caso de uma análise. A posição-sujeito também está em questão visto cada um que ali está manifestado, enquanto enunciador, fala do lugar que tem no social. No discurso do médico há uma extensão do discurso da ciência, da técnica, do saber, no qual são destacados detalhes científicos sobre o fato registrado: a morte. Do mesmo modo que o atestado de óbito, a morte em si também é uma representação que existe no social e, igualmente, é “fortemente marcada na diversidade das culturas humanas. Ela remete à idéia angustiante da desordem e do descontrole. Ora, a maior desordem é a morte. Ela estraga o padrão da plenitude desejada” (REZENDE et al., 1996, p. 76). Rezende e outros autores (1996, p. 60) ressaltam, antes disso, que se “acostumar com a morte e seus sinais é visto pelos sujeitos como um processo irreversível dos tempos modernos e das cidades grandes, onde a massificação faz os sentimentos serem civilizadamente contidos”.

No registro de morte alguns dos dados essenciais dizem respeito à, já não mais existente, vida do morto e qual era a sua idade no evento. No documento de óbito, sem dúvida, deverá constar uma referência à idade ou data de nascimento do

morto para contextualizar sua situação corpórea e combinar, de alguma forma, com o discurso sobre as condições de morte: doenças acometidas, fraquezas que oportunizaram a morte, explicações que rendam a compreensão do fato em si. Neste sentido vêm as declarações de tentativa de “cura” e os detalhes do (des)atendimento médico. Orlandi (2010 [1999], p. 61) expressa a necessidade de o analista do discurso ter de usar um dispositivo de análise para então “investir na opacidade da linguagem, no decentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia”, que segundo a autora é “aquele que produz evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 46), não sendo nada abstrato.

O discurso *sobre* a morte vai refletir, como tantos outros tipos de discurso, este movimento do homem no social. Atestar a morte deveria significar saber como ela ocorreu e dizer que este fato é real. Há um poder nisso como também há uma verdade particular no relato, uma história própria sobre o que aconteceu. Porém nem sempre atestar a morte significa presença junto ao moribundo. “Antigamente a morte era costumeira, familiar, existia ‘uma hora da morte’. Uma hora importante tanto para aquele que ia morrer, como para aqueles que ficavam [...] hoje morre-se sozinho, na reclusão hospitalar, sem uma hora para morrer” (REZENDE et al., 1996, p. 86). Um documento é um testemunho, testemunho assinado. Um documento de morte refere sobre a morte. Orlandi entende que “o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 22). As regularidades salientadas por Orlandi (2010 [1999]) podem ser observadas em um textualidade como a trabalhada nesta tese, por exemplo, porém exige que o analista do discurso ultrapasse as relações que permeiam o discurso com outros discursos e possa “encontrar o modo como se organizam os sentidos” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 89).

Na construção da história, na historiografia, documentos entram como testemunhos. Farge (2011 [1997], p. 79) defende que “as testemunhas, mortas ou vivas, aquelas encontradas em arquivos ou que se exprimem em voz alta, são bem evidentemente, as que falam demais, ou equivocadamente, de outro lugar” e que por isso o historiador deve “tratar o excesso, a disfunção, reelaborar os sentidos e ‘pensar’ o peso das palavras e sua estranha maneira de estar entre diversos lugares

ao mesmo tempo”. Sem dúvida em diferentes atestados de óbito haverá repetições, regularidades, cristalizações nos discursos mesmo tratando-se de relatos sobre pessoas diferentes. A morte se repete e o seu relato se parece, é regular no discurso. A testemunha, para Farge (2011 [1997], p. 78), “distrai ou extravia a fabricação do discurso histórico” sendo necessário que o historiador construa as suas interrogações também sobre os relatos, as “verdades” contadas.

Farge (2011 [1997]), em sua obra “Lugares para a história”, afirma que a construção da história é “um processo social, necessariamente coletivo, que estabelece vínculos, cada vez mais revisitados, entre os homens do passado e aqueles do presente” (FARGE, 2011 [1997], p. 129). Pêcheux (2012, p. 142) faz referência a um *corpus* sócio-histórico que apresenta traços, que determinou poderem ser “gráficos ou fônicos”, apresentados de diferentes formas.

A memória considerada como corpo/*corpus* de traços inscritos neste espaço, sob formas extremamente variáveis, remete, assim, à noção de *memória coletiva*, tal qual foi desenvolvida em particular pelos historiadores das mentalidades; os corpos coletivos (cidades, regiões, instituições, associações, nações, Estados, etc.) são os corpos de traços.

Em nota de rodapé relacionada a esta citação, Pêcheux (2012 [2011], p. 142), cita como estes historiadores das mentalidades Phillippe Ariès e Pierre Nora, que publicaram na obra organizada por Le Goff e Jack Goody, sendo relevante referenciá-los aqui de modo a compreender qual era a perspectiva do autor para trabalhar a ideia de memória coletiva. A memória, para o autor, é vista como “um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo” (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 142), sendo que o organismo que menciona Pêcheux (2012) é o vivo, do ser vivente, o homem, situando para que não se confunda com a memória “neurobiológica”, a do “sistema nervoso central” (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 141).

Entendemos que a memória é alimentada por informações transmitidas de um tempo a outro por registros resultantes do dia-a-dia e ainda por aquelas passadas oralmente, de pessoa pra pessoa, numa cadeia de relatos onde há espaço para a lembrança e também para o esquecimento. Daí, quando estes relatos são registrados, no equívoco é criado o erro histórico, que pode se perpetuar pela repetição do mesmo. O passado é retomado no presente pela memória e esse movimento pode estar (não necessariamente está) apoiado em arquivos, em conjuntos de documentos que fazem reviver os acontecimentos. A historiografia

pode ser tomada uma construção sem fim dado que a cada nova informação que surge, a partir da descoberta de novos registros, por exemplo, a perspectiva se amplia, se renova, pode trazer a diferença que muda os rumos da história.

2.4 O arquivo e o registro sobre a morte

Farge (2011 [1997]), focada nos arquivos do século XVIII, os denomina como fragmentos, como relíquias da linguagem. Ela defende que é nos arquivos que “encontramo-los [os documentos] em estado bruto, escritos em uma sintaxe aproximativa, sussurrados ou gritados” (FARGE, 2011 [1997], p. 16). A autora afirma que é através das palavras que “entramos numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular” (FARGE, 2011 [1997], p. 16). Weber e Ribeiro (2012, p. 303) especificam sua análise sobre o trabalho em arquivos em um tipo específico: os municipais, afirmando que os mesmos são “ricas fontes para pensarmos as histórias locais e regionais, bem como refletir sobre as condições em que se inserem os homens nas suas realidades específicas”, relacionando a isso diversos trabalhos realizados com base em acervos arquivísticos preservados nestas instituições.

A presente tese tem como questão teórica o discurso *sobre* a morte. Como questão analítica, a pesquisa busca entender no que se diferenciam as textualidades que contêm o discurso *sobre* a morte, ou seja, tenta compreender como é discursivizado fato morte em documentos de óbito de fontes diversas e de tipologias diversas tentando ler, a partir de tais materialidades, como se diz a morte e, ao mesmo tempo, o que não é dito sobre ela. Bassanezi (2013, p. 142) destaca a “riqueza de informações e das muitas possibilidades de pesquisa contidas nos chamados registros dos eventos vitais – nascimento/batismo, casamento e óbito – elaborados e conservados pela Igreja ou pelo Registro Civil de Pessoas Naturais”. Esta nomenclatura poderia ser questionada com relação ao casamento, por não ser algo de fato vital, no sentido da palavra que se pode ter comumente, como exigência, mas sim como parte da vida, algo importante, enquanto fato de relevância especialmente pela alteração de nome que pode provocar.

Os documentos pesquisados nesta tese, que se caracterizam por serem “vitais” (BASSANEZI, 2013, p. 142), ainda são considerados como fontes nominativas, ou seja, de acordo com Bassanezi (2013, p. 143) “que trazem nomes de pessoas [...] se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes nominativas”. Os documentos utilizados são ainda de caráter público e privado, e estão localizados no espaço Santa Maria, cidade do centro de estado do Rio Grande do Sul e no final do século XIX. Weber e Ribeiro (2012, p. 305) defendem a importância de se utilizar documentos preservados em arquivos públicos, como, por exemplo, os municipais (como o de Santa Maria, um dos lugares de pesquisa) na realização de trabalhos acadêmicos ligados à história local uma vez que a partir dessa ação são oferecidas “novas perspectivas para a história da cidade [de Santa Maria]”.

Weber e Ribeiro (2012) citam pelo menos sete autores que aproveitaram em suas pesquisas sobre Santa Maria documentos do Arquivo Histórico Municipal, e afirmam que o material lá guardado é rico e deve ser mais explorado em trabalhos de cunho acadêmico/científico, sendo que os de maior fôlego são aqueles ligados ao ensino das universidades, nos níveis de graduação e pós-graduação.

Em todos os conjuntos pesquisados⁵⁵ foi feita uma análise preliminar geral nos documentos em estudo, a partir de uma leitura mais geral dos acervos e sua localização. No caso do primeiro conjunto, o Tomo 13, encontrado no Arquivo municipal, antes mesmo da transcrição dos 86 documentos que estão contidos naquela encadernação, considerou-se que os atestados ali preservados eram usados na administração da intendência para controlar os sepultamentos realizados, gratuitamente ou não, no cemitério vinculado à Intendência Municipal. Belém (2000 [1933]) relata que em um ano próximo, o de 1889, quando fora proclamada a República no Brasil, a receita de Santa Maria era de 15:649\$840. A renda que se tinha com o cemitério era de 1:222\$000, ou seja, 6,86% do total. Isso representava três vezes o que se arrecadava com espetáculos e jogos e era, praticamente, o mesmo percentual obtido com o imposto predial (6,98%), em 1889.

A transcrição dos documentos que fazem parte do referido conjunto, e dos que se seguiram, tornou-se uma exigência para a continuidade do trabalho de tese uma vez que foram encontradas dificuldades na leitura dos manuscritos relativas à

⁵⁵ Estes conjuntos serão apresentados na última parte desta tese, a 3, especificamente no Capítulo 5, denominado Constituição do Arquivo e do *Corpus* da Tese.

grafia. A leitura paleográfica, como é chamada a leitura de documentos manuscritos de outras épocas, considera não apenas “a língua em que o documento foi escrito como também a língua na época da inscrição” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 89), além disso, necessita de atenção às abreviaturas utilizadas, bem como à grafia das palavras e à caligrafia, entre outros aspectos relevantes. Berwanger e Leal (2008, p. 90) destacam que o paleógrafo deve estudar e ter conhecimento a respeito “do vocabulário, grafia, abreviaturas e terminologia da época do documento” oferecendo exemplos do que chamaram de vocábulos e grafia arcaicos e de abreviaturas, que, em sua concepção, são elementos que “dificultam a transcrição paleográfica” (2008, p. 92). Neste aspecto, eles dividem as possibilidades de abreviaturas de palavras em siglas (que pode vir dobrada representando o plural), suspensão ou apócope (corte de um pedaço), contração ou síncope (possui elementos do início e do fim), letras sobrescritas, uso de sinais especiais, ou notas tironianas, também conhecida como taquigrafia.

Flexor (2008, p. 9) ao apresentar sua obra, que se constitui em um manual para identificar e compreender nos documentos abreviaturas utilizadas tanto no Brasil como em Portugal nos séculos XVIII e XIX, afirma que, além da dificuldade em relação ao estado de conservação do suporte (papel e tinta), o pesquisador ainda tem problemas com relação ao uso de abreviaturas, o que, em seu ponto de vista, é um obstáculo a mais para a leitura paleográfica. As motivações do uso deste tipo de elemento gráfico não estão claramente definidas para Flexor (2008, p. 12) uma vez que ela considera que as principais razões do uso de abreviaturas poderiam ser “poupar espaço, devido à escassez de materiais de base e de registro” ou por “economia de tempo”. A que se considerar que os materiais de uso para o registro eram mais dispendiosos do que hoje uma vez que o estágio de industrialização brasileira ainda era inicial e os produtos desta natureza vindos do exterior eram demasiado caros.

Do ponto de vista da análise da letra do escrevente, algumas das maiores dificuldades, já apontadas por Berwanger e Leal (2008), dizem respeito à caligrafia em si, quando há dificuldade para identificar letras que são grafadas de forma parecida, ou por apresentar emendas entre palavras, falta de pingos nos “is”, de pontuação para determinar a forma de leitura, o desequilíbrio no tamanho das letras não permitindo uma comparação dentro do próprio documento, especialmente nos mais curtos que não apresentam a repetição da palavra ou letra em questão. No

primeiro conjunto analisado, que reúne 86 documentos, por exemplo, seria impraticável ter de realizar a compreensão das letras a cada retorno ao arquivo, pois, correr-se-ia o risco de compreender de modo diferente cada “confusão”, a cada olhar lançado aos documentos. Ao todo, na tese, trabalhou-se com 275 documentos manuscritos.

É importante salientar que a partir de 1990 o Brasil passou a ter normas para realizar a transcrição de documentos manuscritos. Estas normas foram elaboradas por um grupo de sete renomados profissionais das áreas relacionadas ao estudo tal como Arquivo Nacional, Academia Brasileira de Letras bem como universidades, faculdades e institutos. “O objetivo dessas normas era fixar diretrizes, critérios, convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas”, explicam Berwanger e Leal (2008, p. 99). A partir de 1993 foram aprovadas as normas no tocante à grafia, convenções no caso de problemas no original, assinaturas, forma de apresentação de caracteres impressos, selos, referências e apresentação gráfica. Dentre as recomendações para a transcrição, a primeira delas é realizar o trabalho “com o maior cuidado e sem pressa” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 104) o que, para este trabalho, representou dedicação e necessidade de tempo a mais se comparado a outros trabalhos que tinham na materialidade a ser estudada o acesso rápido dos discursos datilografados ou digitados. Isso, no entanto, é um ônus que tem por trabalhar com os objetos em questão (atestados/registros de óbitos da Santa Maria de 1896), uma vez que não há registro de outros trabalhos realizados com o mesmo grupo de documentos com o mesmo olhar, voltado para o discurso *sobre* a morte. Outras recomendações sobre transcrição são dadas aos pesquisadores de documentos antigos, tais como: respeitar o que foi feito pelo autor do documento e a ortografia da época, utilizando o método comparativo e o conhecimento sobre a língua.

Respeitando o que foi produzido em nosso país sobre as etapas e normas de transcrição, após a seleção das fontes, foi feita uma leitura preliminar, com vistas ao reconhecimento do material e preparação para a transcrição. Ainda no caso do primeiro conjunto pesquisado, é relevante apontar que se observou que a informação contida nos documentos, a solicitação de sepultamento, que acontecia principalmente de forma indireta pela entrega de um atestado de óbito, era assinada por cidadãos que viviam na zona urbana ou rural, com diferentes profissões naquele final de século, e era acompanhada, na grande maioria dos casos, por um despacho

da Intendência, ou seja, por um posicionamento a respeito do que ali estava. A assinatura do intendente autorizava o sepultamento, com ou sem despesas para o solicitante, usando formulações como “Dê-se sepultura” ou “Sepulte-se” acompanhada da palavra “grátis” em casos de que se comprovasse ou atestasse pobreza⁵⁶. Considerando o que Venturini (2009, p. 77) menciona a respeito do discurso, o sujeito “projeta a imagem que faz de si mesmo, do outro e do objeto do discurso” quando enuncia. Ao enunciar no despacho uma autorização de sepultamento o intendente realiza este movimento de projeção que é mencionado por Venturini (2009).

Se de um lado o intendente autorizava no despacho, de outro havia um enunciador que solicitava a autorização, na maioria das vezes sem o fazer diretamente. Este movimento era discreto, quase imperceptível. O registro de morte, assinado por diversas autoridades e demais cidadãos, ganhava outra função devido a quem era apresentado o documento: a Intendência. Os médicos que viveram na Santa Maria de 1896 fazem parte do grupo de pessoas que atestavam a morte nos documentos que formam o arquivo da pesquisa. Estes profissionais tinham posição de destaque nesta sociedade pelo que exerciam como pessoas que agem no social: a medicina. O exercício da profissão era parte de um discurso da ciência o que fazia fugir ao cidadão comum o sentido de muito do que era escrito, registrado. O médico ainda mexia com algo que poucos gostam de tratar de frente: a morte. O discurso *sobre* a morte de um médico tem uma complexidade e uma autoridade que os outros discursos não têm: a do conhecimento científico, a da possibilidade de detalhamento do ocorrido com o corpo para que ele desfalecesse, para que perdesse a vida.

Os documentos que compõem a primeira parte do arquivo da tese, portanto, trazem consigo um discurso que circula no âmbito do privado, uma vez que se trata da morte de um sujeito, que tinha a sua vida, os seus documentos, o seu arquivo pessoal. Esta morte, no entanto, tem outra circulação, se tornando também pública uma vez que o documento é apresentado para a Intendência e passa a compor um

⁵⁶ Esta informação de gratuidade consta do orçamento do município. Pesquisando no livro “Coletânea da legislação municipal de Santa Maria: 1892 – 1901”, em seu volume 1, é apresentado o “Acto n. 44, de 10 de janeiro de 1896”, que promulga a Lei n. 4 do Orçamento Municipal, da receita e despesa, decretada pelo Conselho, para vigorar no exercício de 1896. No entanto, a referida Lei encontra-se somente no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, no Fundo Junta Intendencial, no Tomo 9 denominado “1892 – 1901”, na Caixa 2. Neste documento, constam os valores de enterros para catacumba, carneira, cova rasa para adultos e crianças mas também informa que a cova rasa para pobre era grátis.

acervo público. No momento em que o atestado era apresentado, este documento é entregue e preservado na instância governativa do público. De outro lado, os demais conjuntos utilizados são privados (o da Igreja e o do Cartório) e podem ser consultados, mediante solicitação. Ou seja, estes são originados de um fato privado, e retornam ao ambiente privado, com acesso regulado.

O atestado de óbito, de maneira geral, tem a função servir como fonte para que se possa fazer a Certidão de óbito. Esta, por sua vez, é utilizada imediatamente para que se possa “liberar” o corpo para o enterro, ou outro fim que se for dar ao mesmo. Laurenti e Mello Jorge (1983, p. 39) afirmam que este documento “é necessário a partir de que ou de quando se começa a ter um cadáver, sendo, portanto, necessário promover seu enterramento” (grifo dos autores). Os autores fazem uma ressalva sobre a controvérsia no tema quando se refere às perdas (ou mortes fetais) durante a gestação. Para isso os autores indicam que é designado como “nascido morto” aquele nasce e morre a partir de 28 semanas de gestação, o que tem relevância sob o aspecto jurídico. Mesmo sendo oposto ao nascido vivo, “é considerado cadáver [o nascido morto], sujeito a registro civil e consequente enterramento”, frente ao que diz o direito internacional pelas palavras de Laurenti e Mello Jorge (1983, p. 40).

No período do Império, o registro de óbito era feito nas paróquias, local onde eram apresentados os atestados. No ano de 1870, Dom Pedro II decretou que dez em dez anos deveria ser realizado o recenseamento da população do Império e que, portanto, “o Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos [...] e criará na capital do Império uma Directoria Geral de Estatística” a qual estava incumbida, entre outras coisas, de “organizar quadros annuaes dos nascimentos, cassamentos e óbitos” (BRASIL, 1870, s/p).

Em 1888, o decreto nº 9.886, assinado pelo Barão de Cotegipe, “em nome do Imperador”, regulamenta os fatos de nascimento, casamento e morte enquanto registros civis e de responsabilidade do Império. No terceiro capítulo é tratado especificamente o registro dos óbitos, confirmando, no artigo 74, que “nenhum enterramento se fará sem certidão do Escrivão de Paz do districto, em que se tiver dado o fallecimento. Essa certidão será expedida sem despacho (art. 38), depois de lavrado o respectivo assento de óbito em vista de atestado de medico ou cirurgião, si houver no logar do fallecimento, e, si o não houver, de duas pessoas qualificadas, que tenham presenciado ou verificado o obito” (BRASIL, 1888). No final do texto do

Decreto são apresentados modelos de assentamento⁵⁷, sendo que o de óbito se constitui no modelo de número, cujo texto se reproduz na sequência.

Nº.....- Aos..... dias do mez de..... do anno de....., neste..... Districto de Paz da Parochia de..... Município de..... Província de, compareceu em meu cartório F.....(alguma das pessoas referidas no art. 76, indicando-se a qualidade em que se apresenta), e exhibindo attestado de (o nome do medico ou do cirurgião, ou das duas pessoas de que trata o final do art. 74) declarou: - Que (seguir-se-hão as declarações que, na conformidade dos arts. 77 e 78, forem cabidas a respeito do fallecido). – E para constar lavrei este termo, que assigno com o declarante (ou com F..... a rogo do declarante, por não poder ou não saber este assignar). Eu F....., Escrivão de Paz, o escrevi (BRASIL, 1888, s/p).

Apesar de representar um distanciamento entre o poder da Igreja e do Estado Imperial, o registro da morte em cartório de registro civil ainda tem a marca do religioso na indicação da “Parochia” a qual faz parte a localidade em que aconteceu o óbito.

No ano de 1891, já depois de proclamada a República, pelo Decreto nº 10, o Presidente da República faz um complemento ao Decreto nº 9.886 de 1888 no que diz respeito à 1ª Vara cível na capital federal e afirma que “subsistem as disposições dos decretos citados na parte em que não se oppuzerem” a legislação apresentada naquele momento, ou seja, retoma e reafirma aquela indicação do período Imperial. A mudança fundamental que houve, na transição de um sistema de governo para outro, especificamente nas implicações de registro, diz respeito à responsabilidade de abrir e encerrar os livros de registros que passou do Juiz de Direito, no Império, para o Juiz de Paz, na República, conforme consta no Decreto nº 605, de 1890, assinado pelo “Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada”, conforme consta na apresentação do referido Decreto, indicando a mudança do governo e a exaltação do então “chefe provisório”.

Levando em conta as questões históricas que permeiam este fazer de registro de óbito, porém, retomando a discussão sobre a questão do discurso, e considerando a função e o trâmite do documento para que se possa enterrar o morto e constituir-se em estatísticas úteis a saúde pública, deve-se admitir que o attestado de óbito é um discurso que pode estar vinculado a um profissional, o médico, e que este transita pelas esferas privada e pública.

⁵⁷ Ver o modelo completo, que no Decreto aparece como Modelo 4, no Anexo B, ao final da tese.

Com o anúncio da morte é corrompida a expectativa de vencer para a vida. Laurenti e Mello Jorge (1983, p. 38) defendem que a morte está entendida como o desaparecimento do sinal de vida, sem possibilidade de ressuscitação. Com a morte o médico fica frente a sua incapacidade diante da evolução da doença ou diante da simples imposição da fatalidade. Weber (1999) situa que

Ao longo do século XIX, o cuidado com os doentes consistia em recolher os necessitados, assistindo-os material e espiritualmente, além de oferecer os últimos cuidados e sacramentos ao pobre que estava morrendo. A noção de doença era marcada pela visão hipocrática, caracterizada por um desequilíbrio entre os “humores” do corpo. O tratamento reduzia-se a purgas, banhos, fumigações e controle alimentar. A função primordial do hospital, neste contexto, não era a terapêutica, mas a assistência (WEBER, 1999, p. 147).

Do ponto de vista do registro, é importante salientar que quando um médico faz um atestado de óbito ele descreve, com mais ou menos detalhes, no que resultaram seus esforços: na morte. Ricœur (2012 [2007]), em sua obra “Até a morte”, se detém no imaginário do morrer pelo olhar do espectador lutando contra a ideia de ver o doente já como moribundo. Ele reclama por “um olhar que vê o agonizante como ainda vivo, como apelando para os recursos mais profundos da vida, como carregado pela emergência do Essencial em sua vivência de vivo-ainda”, uma realidade que pode ser testemunhada pelo médico, já que convive com a possibilidade de morte no seu fazer (RICŒUR, 2012 [2007], p. 17).

Ainda a respeito do registro, Laurenti e Mello Jorge (1983, p. 7) esclarecem que a forma de apresentar a morte a partir do relato do médico não tinha uma uniformidade até o final do século XIX sendo, por isso, que o Atestado de óbito passou a ser matéria de interesse da Organização da Saúde da Liga das Nações, que, por sua vez, constituiu uma Comissão para analisar o que necessitaria ajustar para que os atestados fossem mais completos e mais semelhantes em todos os países.

Somente em 1925 foi definido um modelo de atestado e este foi publicado, o que fez com que países como a Inglaterra e o Canadá, já em 1927, adotassem o mesmo quando passou a ser estudado nas escolas médicas. Outros países também adotaram o mesmo modelo anos depois, sendo que ele tornou-se o “Modelo Internacional de Atestado de Óbito” a partir de 1948, sendo usado a partir da segunda metade do século XX em praticamente todo o mundo. No Brasil, a década de 1950 foi aquela em que o modelo foi adotado e em 1956, a obra “O Clínico e o

Bioestatístico”, de Lincoln de Freitas Filho, “abordou, de maneira bastante apropriada, o preenchimento do atestado de óbito. Essa publicação foi muito utilizada por órgãos do Ministério da Saúde, no sentido de ensino e divulgação” (LAURENTI; MELLO JORGE, 1983, p. 8).

Desde 1976 há, no Brasil, uma Declaração de Óbito, doravante chamada de DO, que deve ser preenchida pelo médico em todo Brasil para atestar a morte de modo a padronizar o registro das informações (BRASIL, 2009, p. 7). A busca por um preenchimento correto, estimulado por manuais de instruções distribuídos à época, se deve ao fato de a DO se constituir em um formulário, em três vias que são copiadas no momento de sua produção enquanto documento (autocopiativas), que foi previamente estruturado, com base na história do atestar, na experiência médica e na organização das principais informações. A DO, bem como os antigos atestados de óbito, tem uma função legal, de comprovar a morte de alguém, serve para auxiliar nas estatísticas de mortalidade e é de responsabilidade do médico. É considerado um “ato médico” uma vez que “ocorrida uma morte, o médico tem a obrigação legal de constatar e atestar o óbito, usando, para isso, o formulário oficial ‘Declaração de Óbito’” (BRASIL, 2009, p. 9).

A Declaração de Nascido Vivo (DNV) é padronizada na modalidade de formulário e distribuída pelo Ministério da Saúde do Brasil gratuitamente, a partir da qual será emitida, pelo cartório, a Certidão de Nascimento. A DO, também distribuída pelo Ministério da Saúde, também é um assentamento uma vez que é a partir dela que se pode, uma vez entregue o documento a um cartório de registro civil, emitir a Certidão de Óbito. Este documento, no caso brasileiro, é composto de nove blocos onde devem ser registradas informações básicas, sendo que todos os campos devem ser preenchidos. Aquele que se relaciona com a morte em si é aquele que dá espaço para o registro da causa da morte, ou das “causas da morte”, como consta no formulário no bloco VI, onde constam “as condições e causas do óbito”. Neste item, de número 49 no modelo brasileiro atual, na Parte I, deve(m) ser indicada(s) a(s) “doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte”, oferecendo quatro linhas, para até quatro causas sendo que “mencionando-se em último lugar a causa básica”. Na parte II, são oferecidas duas linhas para que sejam apontadas “outras condições significativas que contribuíram para a morte e que não entraram, porém, na cadeia acima [relativa à Parte I]” (BRASIL, 2009, p. 36).

Laurenti e Mello Jorge (1983, p. 9) explicam que “até fins do século passado [o XIX] não havia, de maneira geral, uniformidade de critérios para a seleção quanto à causa que devesse aparecer como ‘causa da morte’, ainda que, desde os trabalhos de Graunt, 1662, se adotasse o critério de se atribuir para cada morte uma só causa”. Em contraste com o que se pede no formulário utilizado no Brasil nos dias de hoje, pode haver até quatro causas entre a direta e as antecedentes. Junto à causa, deve ser informado o número correspondente à CID, que é a Classificação Internacional de Doenças, de acordo com o diagnóstico e que, segundo os exemplos encontrados, será “preenchido pelos codificadores da Secretaria de Saúde” (BRASIL, 2009, p. 18). O nome dado à causa: primária, principal, fundamental, também variava de país para país, o que influenciava nas estatísticas de morte, sendo que a causa básica da morte é que deveria ser considerada a partir da adoção desta regra, que é, portanto, onde as políticas de saúde devem ser focadas. A causa imediata, ou causa direta ou terminal, seria apenas o resultado de uma ou de uma série de outras consequências para a saúde.

Andrade (2007, p.5), com a autoridade de ser, em 2009, presidente do Conselho Federal de Medicina, ao apresentar motivos éticos para o correto preenchimento daquilo que ele chama de “documentação da morte”, a própria DO, explica que esta é uma medida importante para o planejamento da saúde uma vez que é a partir do que está ali posto que se pode dirigir esforços em políticas públicas. Ele também afirma que, de forma reducionista, os médicos, grupo em que ele se inclui, e representava à época, são ensinados que a morte é uma inimiga para quem devem “envidar todos os esforços” e que, porém, ela não é “a falência da medicina ou dos médicos. Ela é apenas uma parte do ciclo de vida. É a vida que se completa”.

Foi convencionada uma classificação geral que diz respeito ao tipo de morte, separando a natural da não natural. A primeira está relacionada à morte por doença ou estado mórbido e a segunda, à morte por causas externas. Este último tipo de óbito “é aquele que decorre de lesão provocada por violência (homicídio, suicídio, acidente ou morte suspeita), qualquer que tenha sido o tempo entre o evento lesivo e a morte propriamente” e deve ser emitido o atestado por médico legista ou aquele indicado por autoridade como perito eventual (BRASIL, 2009, p. 13). A morte natural pode ter ou não assistência médica. No caso de ter sido uma morte natural com assistência, o médico do paciente, o seu substituto ou outro designado deverá emitir

o atestado de óbito. Se a mesma ocorreu sem assistência, é indicada a verificação do óbito por um Serviço instituído para isso ou médico de serviço público (BRASIL, 2009, p. 12).

Com a evolução da medicina, o surgimento dos hospitais e a maior organização administrativa destes espaços profissionais, a documentação sobre o tratamento do paciente, o que inclui o atestado de óbito, quando este ocorre, passa a compor o que é chamado de prontuário médico, ou seja, um conjunto de documentos, apresentados em modo de dossiê, que se relacionam por serem referentes à saúde uma pessoa, formando uma unidade de arquivamento (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 80). Em Santa Maria, por exemplo, apenas na última década do século XIX, mais especificamente no ano de 1898, na vigência do governo de Vale Machado frente à Intendência, que é criada uma sociedade visando à construção de um hospital de caridade na cidade (BELTRÃO, 2013 [1958], p. 486). Este hospital, chamado mais tarde de Hospital de Caridade 'Dr. Astrogildo Cesar de Azevedo', só fora concluído e inaugurado em setembro de 1903. Foi contraído um empréstimo, pela Intendência Municipal e seu, então, intendente Henrique Pedro Scherer, para que as obras pudessem ser concluídas (BELTRÃO, 2013 [1958], p. 517). Na capital da província do Rio Grande, Porto Alegre, havia, pelo menos duas décadas antes, dois hospitais: a Santa Casa e a Beneficência Portuguesa, em tempos que ainda não havia cursos de medicina no Estado, sendo que o curso da UFRGS fora criado, como já mencionado, apenas em 1898 (SCHWARTSMANN; PENNA, 2011, p. 7). De acordo com Schwartsmann e Penna (2011, p. 109), no ano de 1893, é registrada a chegada das Irmãs da Penitência e da Caridade da Ordem Terceira de São Francisco de Heythuzem na Santa Casa de Porto Alegre, onde, entre outras funções, "eram responsáveis pela administração e pelo cotidiano hospitalar", o que incluía a organização da documentação referente aos doentes.

Enquanto empresas, sociedades ou fundações, os hospitais se enquadram, quando não ligados ao serviço público federal, como empresas no sistema jurídico. Atualmente, nestas instituições há um serviço de apoio técnico ao médico que se dedica a preservar os dossiês de pacientes, geralmente denominado de Serviço de Arquivo Médico e Estatística, ou SAME, que garante apoio ao paciente e que auxilia também na realização de planejamento administrativo do local. A elaboração do prontuário é, segundo a Resolução nº 1.821 do Conselho Federal de Medicina brasileiro, dever do médico. Esta unidade arquivística tem dados e informações que

pertencem ao paciente, devendo “estar permanentemente disponíveis, de modo que quando solicitado por ele ou por seu representante legal permita o fornecimento de cópias autênticas das informações pertinentes”. Porém, pela mesma Resolução, se considera que o prontuário é “propriedade física da instituição onde o mesmo [paciente] é assistido” sendo este local o responsável por guardar e preservar as informações e dados ali registrados e que o sigilo profissional impede de expor considerando a Ética Médica.

Do ponto de vista do acesso ao documento e do uso para fins de pesquisa é importante localizar um documento, seja ele relativo à saúde ou não, como público ou privado e conhecer o que é um arquivo público ou privado. B. Gille e G. Gille (1970, p. 401), ao trabalharem a temática dos arquivos privados, afirmam que “todos os arquivos que não são nem públicos nem semi-públicos são privados. Os arquivos de uma casa de comércio ou de uma indústria são privados como também os de uma família, uma associação ou um indivíduo”⁵⁸, arquivos que podem ter um interesse ou consistir em um perigo para o Estado. Documentos privados, para Bellotto (1991, p. 165), são “todos os [documentos] que não são públicos”. Dessa forma, é possível considerar que um atestado de óbito que é entregue para uma Intendência municipal, por exemplo, é um documento de três faces, duas delas privadas, uma vez que além de ser um documento resultante do fazer profissional, que é um fazer particular do médico que atende a família para redigir o atestado, se refere também a uma pessoa, o morto, que é a quem se examina para discursivizar a morte, constituindo-se em um documento a respeito de sua vida antes de sua morte, da mesma forma ou em caráter mais particular do que a relação com o fazer do médico. No entanto, este mesmo documento passa a ser público na medida em que ele é utilizado no cumprimento de um fazer público, com uma função pública, qual seja, o sepultamento, gratuito ou não, concedido para quem solicita o serviço do cemitério, alguns até sem converter em despesas para a família. Por ser, este serviço, financiado, ao menos em parte, pelo poder público local, passa a ter no documento uma prova do pedido e a justificativa do gasto do executivo, sendo, portanto, passível de ser classificado também como documento público.

⁵⁸ Tradução livre. No original está como: “*toutes les archives qui ne sont ni publiques, ni semi-publiques sont ‘privées’*. En ce sens, les archives d’une maison de commerce ou d’une entreprise industrielle sont privées, au même titre que celles d’une famille, d’une association ou d’un individu”.

O atestado de óbito, por assim dizer, passa a ser um documento que representa as relações de tensão entre o privado e o público e que pode compor: arquivos médicos, quando relacionado ao inventário do indivíduo elaborado pelo médico em uma clínica ou hospital; arquivos pessoais e/ou familiares, quando faz parte do fundo formado pelos documentos da pessoa sendo este, o atestado, bem como a certidão de óbito, seus derradeiros documentos acumulados; e arquivos públicos, quando passa a ser testemunho dos gastos do executivo no atendimento de uma demanda da família do cidadão já falecido. Quando encontrado na esfera do executivo é, portanto, documento público que diz sobre a vida privada. Ricœur (2007 [2000], p. 170] afirma que o testemunho “nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo ‘das coisas do passado’ [...] com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”.

O documento a respeito de uma pessoa, com informações “privadas”, pode circular no espaço público (e de fato circula), sendo a espécie “atestado” uma espécie documental (entendida aqui enquanto divisão de gênero documental, de acordo com o Arquivo Nacional, 2005, p. 85) bastante comum no meio administrativo porque, segundo Bellotto (1991, p. 32) ele, o atestado, representa um ato comprobatório, derivando do assentamento, do registro. Esta espécie é, pelas palavras da mesma autora, o “documento em que uma autoridade declara algo, diretamente do fato. Difere da certidão que é uma transcrição” (BELLOTTO, 1991, p. 56). Também a certidão é um documento que comprova porém, transcrevendo “algo já registrado em outro documento de assentamento”. “É com este tipo de documento [o que se refere a atos administrativos] que majoritariamente o arquivista tem que trabalhar” (BELLOTTO, 1991, p. 33). Nota-se, no entanto, que na definição de atestado destacada pela autora há um sujeito, lá ressaltado como “autoridade que declara”, o que, na raiz, o diferencia de outros tipos de sujeito.

Como na Intendência, outros espaços administrativos preservam entre seus documentos administrativos os documentos em que se verifica a tensão da exposição da vida privada. Cunha (1986, p. 17) em seu estudo sobre o hospício

paulista Juquery⁵⁹, ao apresentar questões novas sobre o final do século XIX e início do século XX ligadas à sociedade brasileira e o alienismo, revela que foi na abertura do arquivo da Instituição, especialmente no arquivo médico, que foram explicitadas “facetas inesperadas, dimensões novas, possibilidades quase ilimitadas de trabalho para a história social”. Percebe-se que um arquivo é um velho mundo novo, pronto a ser desafiado. Tanto no caso como do Arquivo do Juquery como no arquivo de atestados que compõem o *corpus* desta pesquisa há a presença do olhar médico, representando um outro olhar, um olhar com propriedade científica dentro de uma formação discursiva moderna onde a ciência tem um lugar de privilégio.

2.5 Tipologias documentais sobre a morte

Levando em conta a questão do discurso *sobre* a morte nos registros que existem sobre ela, de modo geral, em nossa sociedade, começa-se a pensar como é feita a escolha de um nome para um documento, ou seja, que nomenclatura o mesmo recebe e que facilita que seja recuperada a sua localização permitindo o acesso, mais tarde, de uma forma satisfatória. A precisão para chegar ao documento e à informação exige um trabalho de arquivo, de gestão, de tratamento arquivístico.

Como já foi mencionado, na arquivística, o nomear um documento é chamado de designar a Tipologia. A tipologia, ou Tipo Documental, como no espanhol, nada mais é que, como já foi dito, o nome de uma espécie (como, por exemplo, Atestado, Certidão, Certificado) reunida com uma palavra que nomeia, também, o que esta espécie está relacionada, ou seja, uma função a qual se destina a produção do documento. O correspondente francês é a *typologie documentaire* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 163) que, segundo o *Dictionnaire de terminologie archivistique* francês (2002, p. 4), em seu *Tableau Méthodique de descripteurs* relaciona-se com o “Tratamento dos arquivos”⁶⁰ (o número quatro de nove possibilidades de relação, que são: Generalidades, Direito e organização de

⁵⁹ O livro “O espelho do mundo” é resultado da tese de Doutorado de mesmo nome, segundo consta no currículo da autora, que foi defendida em 1986 na USP, tendo como orientador José Witter. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9022365757720300>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

⁶⁰ Tradução livre. No original está como: “*Traitement des archives*”.

arquivos, Acréscimos em fundos e coleções, Comunicação e consulta de arquivos, Operação e desenvolvimento de arquivos, Conservação e gestão material dos arquivos e Reprodução e Segurança⁶¹). Também se relaciona, mais especificamente ou aproximadamente, dentro deste item, com as funções de Descrição e Indexação⁶². De acordo com este Dictionnaire o Tip de Documento ou a Tipologia Documental⁶³ é “toda denominação que define a forma diplomática ou material de um documento, e que constitui em um elemento de sua descrição”⁶⁴ (idem, p. 35).

Bellotto (em texto de 1990 publicado novamente em 2014) levanta pelo menos nove definições que existiam na revisão de literatura da área arquivística à época em que escreveu seu texto. Ela compara os estudos de diplomática com os de tipologia e chega à conclusão de que o tipo “é o definidor da própria essência do conteúdo, porque este é intrínseco à função/atividade que o gerou. À comprovação de cada atividade corresponde um tipo documental adequado, seja na vertente dispositiva, seja na comprobatória, seja na informativa” (BELLOTTO, 2014, p. 353).

Podemos ter, a respeito da morte, diversos tipos de registros que resultariam em um documento (tais como, os já citados, Atestado de Óbito, a Certidão de Óbito e o Certificado de Óbito) definidos pela sua tipologia quanto a que funções específicas cumprem enquanto documentos utilizáveis na administração pública ou na vida pessoal a que está relacionado. O óbito, neste caso, é o acontecimento que gera o registro, que movimenta o discurso *sobre* a morte.

No conjunto documental trabalhado inicialmente na tese⁶⁵, que é composto de 86 documentos sobre mortos de Santa Maria e região, estes estão referidos como Atestados de Óbito junto ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Eles fazem parte de um fundo, o Fundo Intendência Municipal⁶⁶. Fundo, de acordo com Rousseau e Couture (1994, p. 90) “é agrupamento intelectual de informações

⁶¹ Tradução livre. No original está como: “*Généralités, Droit et organisation des archives, Enrichissement des Fonds et collections, Communication et consultation des archives, Exploitation et mise en valeur des archives, Conservation et gestion matérielle des archives, Reproduction e Sécurité*”.

⁶² Tradução livre. No original está como: “*Description e Indexation*”.

⁶³ Tradução livre. No original está como: “*Type de document, Typologie documentaire*”

⁶⁴ Tradução livre. No original está como: “*toute appellation qui définit la forme diplomatique ou matérielle d’un document, et qui constitue un élément de sa description*”.

⁶⁵ Como já foi referido, até a qualificação, em dezembro de 2013, somente considerava-se este acervo.

⁶⁶ Esses documentos, do Tomo 13, foram descritos e digitalizados em projetos consecutivos de tratamento documental realizados junto ao Arquivo com o apoio de professores e acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM.

registradas em suportes de toda espécie que estão, a maior parte das vezes, material e fisicamente dispersas” e afirmam que representa, “em última análise, a unidade fundamental na qual vão se fixar as unidades de trabalho [...] e as funções arquivísticas” (ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 92).

Os estudos sobre tipologia tem sido alvo de dedicação de professores e pesquisadores da área arquivística. A interferência da determinação do tipo se reflete em todo o trabalho arquivístico e de pesquisa. Em entrevista em 2008, Bellotto (2014, p. 476) relata que a tipologia documental é um dos temas de seu interesse juntamente com a diplomática,

[...] procurando demonstrar quanto a identificação do tipo documental é básica para demonstrar a atividade jurídico-administrativa nele comprovada, e o quanto isso é importante tanto para a organização quanto para avaliação, classificação, arranjo, descrição e uso dos documentos.

Durante o desenvolvimento da tese buscou-se exemplos de documentos de óbitos em outros arquivos públicos, tal como o primeiro consultado, que é do executivo municipal. Chegou-se, então ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo⁶⁷, que havia recebido, recentemente, um arquivo de óbitos doado pelo executivo municipal de Vitória, a partir do setor de Arquivo. Segundo a coluna Victor Hugo do Jornal A Gazeta, de Vitória, estes são “os primeiros registros civis de óbitos emitidos na cidade de Vitória” e que agora são parte do acervo do Arquivo do Estado, provenientes do Arquivo Municipal (XIMENES, 2014, p. 6).

Conforme a Tabela do IBGE pesquisada, no censo de 1890, Vitória era a terceira capital com menor número de habitantes do Brasil, tendo apenas 16.887 pessoas (no censo de 1872 tinha um pouco menos, 16.157 habitantes). No censo seguinte, em 1900, diminuiu sua população, contando com 11.850 habitantes, sendo, à época, a capital com menor população do Brasil. Assim, em média, havia em Vitória em meados da década de 1890, cerca de 14.368 habitantes. Santa Maria, em 1890 já era a quarta cidade em número de habitantes do Rio Grande do Sul com 25.207 pessoas vivendo em seu território. Em 1900, já passava dos 30.185 habitantes, ou seja, em média, Santa Maria deveria ter cerca de 27.696 pessoas.

⁶⁷ Foi realizada uma visita presencial em 24 de fevereiro de 2014 tendo como contato o Coordenador de atendimento e pesquisador do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Michel Caldeira de Souza e a arquivista da mesma Instituição, Viviane Vieira Vasconcelos.

Essa informação foi relevante no momento de considerar o acervo de Vitória como exemplo a ser pesquisado.

Ao ter contato com a documentação do conjunto adquirido por doação pelo Arquivo, foi observada outra designação para tais documentos: “Certidão de óbito”. O espelho da caixa onde se encontram os documentos do ano de 1896 (Fotografia 1) indica a tipologia.



Fotografia 1 – Caixa 1 do conjunto documental de óbitos do APEES
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

É importante salientar que o espelho, ou seja, a etiqueta afixada no invólucro que contém as informações que permitem a identificação da(s) unidade(s) de arquivamento (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 86), é originário da “Semurb”, ou seja, Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Vitória, de onde é originário o conjunto. Este é formado por 28 caixas de documentos, com documentos cujas datas vão de 1896 a 1928.

Buscou-se, junto à Prefeitura de Vitória, ES, especificamente no seu Arquivo Público Municipal (APM)⁶⁸ informações sobre a guarda desse acervo e a motivação

⁶⁸ Na Prefeitura de Vitória, ES, foi o servidor Everton Silva Nicolau que nos atendeu no Arquivo Público Municipal (APM) em 24 de fevereiro de 2014. Segundo o servidor, que participa da Comissão Central de Avaliação de Documentos da Prefeitura, e que participou das reuniões que tiveram como desfecho a doação de parte do acervo do Arquivo Público do Município para o do Estado, a definição

de sua doação. A guarda acontecia porque a Certidão era retida pelo poder público para que pudesse fazer o registro na Administração. Ao invés de eliminar após seis anos de arquivamento corrente, conforme recomenda a Tabela de Temporalidade de Documentos vigente na Prefeitura, os cemitérios recolhiam para o Arquivo. Assim, o Arquivo passou a guardar estes registros, sem poder eliminá-los por fazerem parte do Acervo Permanente.

Já sobre a mudança de um Arquivo para outro, a motivação teria sido o fato de que o Arquivo praticamente só atendia, diariamente, este tipo de solicitação, a de documentos de óbito. A busca por tais documentos devia-se do fato de as pessoas os utilizarem em processos que diziam respeito a bens e crimes. Alguns servidores do Arquivo sentiam-se ameaçados por pessoas por não entregar o documento em definitivo, não ceder à pressão para que o mesmo fosse eliminado, ou por não entregá-lo.

Os documentos de 1896, mesmo ano que aquele de referência de Santa Maria, são em número de 14, apenas dos meses de março e maio daquele ano. Eles estão preservados na Caixa 1 juntamente com os anos subsequentes. Santa Maria, apesar de ser uma cidade do interior gaúcho, tinha quase o dobro dos habitantes de Vitória, capital do Espírito Santo. Ainda assim, o número de documentos de tipologia relacionada a óbitos dessas duas cidades são muito díspares.

Do ponto de vista da conservação, os documentos estão em bom estado, sendo preservados individualmente, peça a peça, por um invólucro de tamanho maior que o documento. Foi verificado que alguns documentos contêm cola ou marcas em sua borda maior do lado esquerdo indicando terem sido encadernados em algum momento e posteriormente desmembrados para a preservação. Todos os documentos são feitos a partir de um formulário, ou seja, de um documento previamente pensado para reunir as informações necessárias para a identificação do óbito. Há trechos fixos no formulário, ou seja, aquela parte do documento que se repete em todos os documentos deste primeiro grupo, do ano de 1896. É importante salientar que, por observação, se verificou que nos anos seguintes há uma mudança em pequenos trechos do formulário, tal como os espaços a serem completados sobre a data. Supõe-se que para o preenchimento correto do formulário era preciso:

de não trabalhar mais com este acervo ocorreu com a participação e discussão de todos os membros da Comissão.

a) um modelo; ou, b) prática/experiência na atividade, pois alguns espaços não poderiam ser completados sem uma direção, um direcionamento anterior, por serem ambíguas as possibilidades de respostas.

Neste caso, o caso de Vitória, alguns sentidos são eleitos para perdurarem enquanto que outros são silenciados. A Avaliação documental pode ser tomada como uma seleção de manutenção de ditos para o social ao mesmo tempo em que há uma determinação de silêncios. Pode-se dizer que a Avaliação de documentos determina silêncios nos arquivos, mas, antes disso, muitas são as oportunidades de silenciar e recortar a história. A começar pelo não registro. Na ausência total, e sem uma documentação do que é excluído, não se pode recuperar, com certeza o que havia e o que nunca existiu. O próximo exemplo a ser apresentado traz esta questão.

Depois de fazer uma busca fora do Rio Grande do Sul, na capital de outro Estado, e pensando em compreender a realidade de arquivos públicos existentes no Estado onde está localizado o primeiro conjunto de documentos considerado, optou-se por avaliar o que havia a respeito de óbito em Porto Alegre, capital do Estado, e em outros municípios de interior do Estado que tivessem porte semelhante ou maior que Santa Maria em 1896. Esta parte da pesquisa ocorreu de maio a agosto de 2014.

Para definir em que cidades seria realizada a pesquisa considerou-se as de maior porte nos anos próximos de 1896. Para isso foram utilizados os dados dos Censos de 1890 e 1900, os últimos realizados no Estado antes do final do século XIX. Foi consultado o livro “De província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS: 1803 - 1950”⁶⁹ sendo necessário estudar e interpretar os dados apresentados nos dois recenseamentos.

Considerando que o ano referência, 1896, se localiza entre os dois Censos, tomou-se por critério considerar as cidades gaúchas que possuíam mais de 25 mil habitantes em 1900 e que já existiam no ano de 1896, excluindo Porto Alegre (que será considerada aqui por ser a capital) e a própria Santa Maria, que é a baliza da pesquisa. Assim, foi feita uma pesquisa sobre a existência de Arquivos Municipais nas cidades de Pelotas, Cachoeira do Sul, Lajeado, Rio Grande, Bagé, São

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140325de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>> Acesso em: 22 maio 2014.

Leopoldo, Montenegro e Taquara. Não foi desconsiderada a possibilidade de haver outros espaços de guarda de documentos nos municípios (como museus e outras instituições de nomenclaturas diferentes) e houve disposição em consultá-los.

A partir desta pesquisa exploratória notou-se que há falta de documentos, pois em grande parte dos municípios contatados havia apenas informações mais recentes guardadas muito embora estes municípios tenham pelo menos 130 anos de história e com um bom porte frente a outros do Estado. Nenhum deles tem documentos sobre morte do ano de 1896 preservados. Na capital, foi feito um contato com o Arquivo Moysés Vellinho, que é considerado “a mais importante fonte de pesquisa sobre a cidade [de Porto Alegre]”, conforme página da Prefeitura de Porto Alegre na Internet⁷⁰. Aos servidores, que estão vinculados à Prefeitura através da Secretaria da Cultura⁷¹, foram solicitadas informações sobre o acervo documental de Porto Alegre preservado naquela Instituição referente a documentos ou registros sobre óbitos no mesmo ano já pesquisado em Santa Maria, Vitória e nas oito cidades de interior do RS. Não foi encontrado nenhum registro referente ao óbito no Arquivo do município de Porto Alegre no ano de 1896, somente posterior a esta data, e a partir do ano de 1898 em livros de registro dos cemitérios Tristeza e São João. Nada foi localizado nem no fundo Intendência ou subintendência.

Bellotto, em 1986, já dizia que “a história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou ponto final de algum ato administrativo decisivo” para ela, ao contrário, a história é feita de “papéis cotidianos” e que “um arquivo histórico não se constrói por acaso” e que “não pode ser construído de preciosidades colecionadas” senão de documentos com “relações orgânicas que devem ser respeitadas” (BELLOTTO, 2014, p. 61). Essas faltas são silêncios, por que refletem que houve apagamentos ou, no mínimo, descuido e negligência.

Sua guarda, e posterior organização, se justificam pelo interesse de, pelo menos, quatro tipos de consulentes que se encontram nos arquivos (BELLOTTO, 2014, p. 62): 1) o administrador (produtor); 2) o cidadão que quer comprovar direitos; 3) o pesquisador e estudiosos que produzem trabalhos; e 4) o cidadão que busca

⁷⁰ Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=10&p_secao=19>. Acesso em: 21 maio 2014.

⁷¹ Blog AHPAMV. Disponível em: <<http://ahpoa.blogspot.com.br/p/sobre.html>>. Acesso em: 22 maio 2014.

uma cultura geral. O interesse acadêmico é aquele que mais repercute na sociedade e do qual se origina materiais de análise sobre as fontes primárias encontradas nos arquivos.

Se Pêcheux (2010c [1994], p. 49) defende “um acesso realmente fecundo” baseado em uma pesquisa multidisciplinar, que em sua visão é “indispensável”, então precisamos, antes de tudo, ter o arquivo, não só a instituição, mas os documentos onde pesquisar, onde proceder a leitura de que fala. Sem eles, sem um arquivo textual de que nos fala Pêcheux (2010c [1994], p. 49) como acessar? Acessar o que? Como construirão os pesquisadores, “o seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 2010c [1994], p. 50) se não há um ponto de partida? A partir de que farão a sua “leitura”?

A disponibilidade de que também referia Pêcheux (2010 [1994]) será tanto mais restrita quanto mais desorganizado e menos criterioso for um descarte documental. Ao mesmo tempo, ao tornar excluído um documento, um arquivo municipal faz a sua leitura, enquanto instituição, que desconsidera aquele que fez o trabalho anônimo, em nome da instituição, e que “impõe ao sujeito-leitor o seu apagamento atrás da instituição que o emprega”. Assim, se não for um arquivista, se for um pedagogo, um historiador, um sujeito dotado de uma Função gratificada sem estudo, pouco importa pois haverá um apagamento desse processo com os anos, só restará o nome do arquivo, da prefeitura, no caso deste estudo, uma vez que se está “ao serviço de” (PÊCHEUX, 2010c [1994], p. 52).

Comparando o que se viu em Vitória, nos arquivos municipal e estadual, e o que se viu na capital e no interior do Estado (em instituições de instância municipais) nota-se que há uma diferença nos aspectos quantitativo e qualitativo em seus documentos e não apenas no nome da tipologia que adotaram. Isso impacta na existência do registro, na sua manutenção no acervo bem como naquilo que trazem como informação. Atentando para a existência de mais um nível de guarda pública de documentos, o nível federal, e considerando que se estava propondo explorar as tipologias referentes a órbita existentes no final do século XIX, foi realizada, ainda, uma pesquisa, dessa vez no Arquivo Nacional⁷², localizado no Rio de Janeiro, considerando um novo grupo de documentos.

⁷² A visita ao Arquivo Nacional, que está localizado em frente à Praça da República, no Rio de Janeiro, aconteceu em 26 de novembro de 2014. O agendamento se deu através da internet, pela

O conjunto de prédios históricos que antigamente abrigavam a Casa da Moeda, são a sede do Arquivo Nacional, instituição que resguarda parte da memória e da história brasileira. A instituição é referência em nível nacional e internacional. Neste local foram pesquisados⁷³ os registros de óbito de duas freguesias cariocas: Santo Antonio e Santana⁷⁴. Salienta-se que até o ano de 1960, o Rio de Janeiro era a capital federal⁷⁵.

Foram solicitadas 17 encadernações (Fotografia 2). Elas continham documentos de um intervalo de 33 anos: de 1929 a 1961. Estes eram os mais antigos documentos sobre óbitos que constavam nos instrumentos de pesquisa do Arquivo Nacional, e que fazem parte das freguesias sugeridas. Assim, nada específico sobre óbito há no Arquivo Nacional no século XIX. Traz-se esta informação aqui, e fez-se, ainda assim a pesquisa, pela falta que indica e pela tipologia: talão de óbito.

As encadernações, bastantes desgastadas, estavam “abraçadas” por cordões de algodão o que faziam parecer presentes do passado para o futuro, um futuro de qualquer época. Não são muitos os leitores de morte. A vida sempre é mais requisitada. Acredita-se, portanto, que o desgaste seja o resquício de um manejo descuidado do passado (talvez no próprio lugar em que foram produzidos os documentos).

site do Arquivo, após efetuar cadastro de pesquisadora (sou a número 2334), e com mais de um mês de antecedência. Para realizar a pesquisa foram consultados os instrumentos de pesquisa disponíveis *on-line* e preenchidos os formulários de requisição de documentos. No entanto a informação obtida estava incompleta e foi necessário readequar a busca no dia da visita, consultando os codes no balcão, o que fez com que fosse necessário o retorno ao local na parte da tarde.

⁷³ A pesquisa foi realizada em um escritório de trabalho de servidores do Arquivo no Bloco F, no segundo pavimento, um dos nove prédios que estão entre a Praça da República, Rua Azeredo Coutinho e a Rua General Caldwell.

⁷⁴ Estas freguesias foram sugestão de Diego Babosa da Silva, doutorando na área de Letras de outra instituição de ensino, a Universidade Federal Fluminense (UFF, em Niterói, RJ) e que é servidor público do Arquivo Nacional. O contato com ele se deu por intermédio da professora Vanise Medeiros, também da UFF.

⁷⁵ O Rio de Janeiro foi a capital federal até, mais precisamente, o mês de abril de 1960, quando foi fundada Brasília, uma cidade construída de modo planejado para abrigar o centro do poder brasileiro, e para onde, naquele mês e ano, migrou a sede do poder federal.

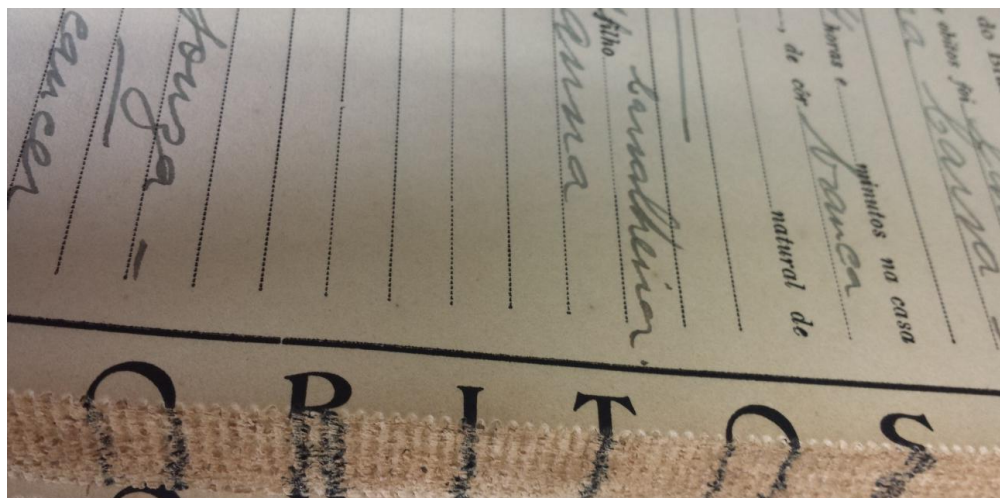


Fotografia 2 – Livros do Arquivo Nacional
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Algumas encadernações estavam reforçadas por um invólucro de proteção por ter a capa em más condições ou, ainda, estar sem capa. Dentro desses livros, enfim, estavam os chamados talões de óbito encadernados que diziam respeito ao Registro Civil da Pretoria Cível do Rio de Janeiro ou à Circunscrição de Registro Civil de pessoas naturais do Rio de Janeiro, sendo referida como Capital Federal ou Distrito Federal. Somente em documentos de setembro de 1960 é que há menção ao Estado da Guanabara que, mais tarde, veio a chamar-se de Estado do Rio de Janeiro.

A grande maioria dos formulários foi preenchida à mão (apenas dois documentos, de todos os livros pesquisados, eram datilografados). O pontilhado à margem direita do papel indicava que junto daquele documento outro estava conectado e foi, certamente, entregue a quem fez o registro. Na lateral do livro, ao comprido, a palavra “óbito” (Fotografia 3) aparecia claramente e referenciava do que se tratava o documento.

Nas partes preenchidas pelo escrevente, ou seja, no manuscrito, diferentes pessoas deixaram sua marca. Pessoas que deixaram um pouco de si ao grafar palavras, escolhidas dentro de um repertório do possível. Afinal, nem tudo que é possível de dizer é dito. Nem tudo que é possível de se escrever sobre a morte, é escrito muito embora houvesse ali um formulário a ditar o que se desejava que se registrasse.



Fotografia 3 – Detalhe do talão de óbito do Arquivo Nacional
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Do ponto de vista quantitativo, é interessante registrar que o primeiro Talão de Santo Antonio que aparece na pesquisa é o de número 4 (janeiro de 1930) e o último é o de número 117 (dezembro de 1960), ou seja, em 40 anos, 114 Talões (talão tomado aqui como o conjunto de vários documentos). Algo que fica explícito ao analisar os formulários de Santo Antonio, é que todos são diferentes, mesmo que em algum detalhe da escrita. E pode ser visto ainda que um se origina do outro, ou seja, mesmo com pequenas modificações, grande parte do que está posto no novo formulário provém do anterior. Isso demonstra que havia uma tradição dos formulários daquela Freguesia, ao menos no período que vai de 1930 a 1960. Já em Santana, foram utilizados 176 talões em pouco menos de três décadas (de janeiro de 1940 a setembro de 1960) já que o primeiro que se verifica entre os documentos da análise é de número 66 e o último é o 241. Um número bem maior que em Santo Antonio (que era de 114 em quatro décadas – de 1930 a final de 1960). Isso pode ser explicado, por exemplo, por haver um número maior de pessoas moradoras daquela Freguesia se compararmos com a outra. Sobre o número de mortos, só a título de exemplo, na década de 1940 foram 7.655 mortes em Santo Antonio, enquanto que na Freguesia de Sant'Anna foram 18.566.

Todos estes dados levantados no Arquivo Nacional sobre o Rio de Janeiro só vêm a reforçar a pesquisa exploratória sobre documentos de morte anterior,

realizada no Rio Grande do Sul, uma vez que nota-se: 1º) falta de documentos, existindo apenas aqueles mais recentes, mesmo tendo o Rio uma longa trajetória de existência; 2º) a inexistência de documentos sobre a morte do ano específico de 1896, aqui privilegiado.

CAPÍTULO 3

A ANÁLISE DE DISCURSO

A Análise de Discurso conhecida como de Linha Francesa, ou AD, tem em Pêcheux um marco fundador. A AD inaugurada por Pêcheux, na década de 1960, envolve a linguística com a psicanálise e o materialismo histórico. Mesmo passado mais de meio século, a teoria pecheutiana sobre o discurso, o sujeito e o sentido continuam significando muito até hoje. As contribuições de Pêcheux dentro dos estudos linguísticos se tornaram conhecidas por suas pesquisas e pelas trocas científicas que realizou com seus contemporâneos, seja proferindo palestras ou pela produção de artigos, reunidos em livros ou publicados em periódicos científicos.

Marie-Anne Paveau⁷⁶, na conferência “Partir de Pêcheux”, na abertura do VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso (VI SEAD)⁷⁷, retomou a posição de Pêcheux hoje, discorrendo sobre antecessores, predecessores e contemporâneos, definindo estes últimos como aqueles que vivem na mesma época, mas não, necessariamente, convivem. Dentre estes ainda estão os companheiros, que, por sua vez, estão no mesmo plano. Portanto, a partir de Paveau, a primeira vista, Pêcheux não poderia ser chamado de contemporâneo no hoje uma vez que já morreu. Mas Pêcheux tem, de acordo com a pesquisadora, uma presença de contemporâneo, não de passado. Em cada país, segundo a pesquisadora, Pêcheux tem um lugar em relação a isso. Ela considera que, mesmo com as críticas e a raiva epistemológica que há em alguns países, ele sobrevive no implícito, no não dito e no silêncio.

No Brasil, por exemplo, Paveau afirma que Pêcheux não pode ser visto como predecessor restando observar os colóquios do Sead para ter a certeza de que trata-

⁷⁶ Professora da *Université de Paris 13 Sorbonne Paris Cité*, conferencista de “A presença pecheutiana: trilhando (entre) caminhos”, ocorrida em 15 de outubro de 2013 sob coordenação de Amanda Scherer, juntamente com a professora Eni Orlandi, que falou sobre “Teorização e autoria: uma questão narrativa e de reescrita de si”.

⁷⁷ A sexta edição do Seminário de Estudos em Análise do Discurso (VI SEAD), que tinha como tema central “1983-2013 - Michel Pêcheux 30 anos de uma presença”, foi realizada no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de 15 a 18 de outubro de 2013.

se de um contemporâneo, alguém ali, presente. Ao analisar os estudos da significação na década de 1970 no Brasil, Guimarães (2001, p. 50) já usava esta mesma terminologia para relacionar Orlandi, um dos três pesquisadores por ele enfocados, e Pêcheux, em uma perspectiva de companheiro, ou seja, de um contemporâneo próximo, se considerarmos a construção apresentada por Marie-Anne. Em sua análise, Guimarães vai além, supondo que não seja “só um ‘companheiro’ de posição teórica”, mas sim alguém com quem Orlandi trabalha em uma filiação direta, que “inscreve Pêcheux de um modo particular. Dá a ele um ‘lugar’ anterior, uma posição fundadora” (GUIMARÃES, 2001, p. 50).

A presença de Pêcheux se faz importante por ser ele o teórico que marcou época como “um filósofo marxista”, nas palavras de Normand (2012 [2009], p. 134), o “fundador da Análise de Discurso”, nas palavras de Orlandi (2012b [2011], p. 13), e aquele que trabalhou “relacionando um estado dado das condições de produção com os processos de produção do discurso”, segundo Malidier e Guilhaumou (2010 [1994], p. 15). Ele representa tudo isso e influencia no que se conhece e se produz sobre Análise de Discurso (AD) em nosso país e no mundo. A AD que hoje é trabalhada no Brasil tem os sentidos em uma perspectiva de tempo e espaço, descentrando o sujeito. Orlandi (2012, p. 37) afirma que novas questões foram colocadas e que superaram o “descritivismo cego” pois, segundo ela, o mal dos linguistas é esquecer “de observar sua ordem [da língua], o homem falando, ou seja, o sujeito, decentrado, no mundo, dividido”. O discurso, assim, é um objeto sócio-histórico no qual história e sociedade significam e a cada leitura há uma nova produção de sentido, num jogo de significações possíveis.

Este filósofo nasceu em 1938 e morreu em 1983, datas intrigantes devido à curiosa troca dos números e a semelhança com o clássico “1984” de George Orwell, escrito em 1948. Apesar de ter vivido apenas até os 45 anos, Pêcheux teve o auge de suas teorias entre as décadas de 1960 e 1980. Tomando como exemplo “Análise de Discurso – Michel Pêcheux”, e recuperando as datas de publicações dos textos escolhidos por Orlandi para publicação em português (2012b [2011]), a maioria deles, dez de 18, é publicado na década de 1980, sendo que a metade é inédito até

a sua morte, sendo conhecido depois de 1983⁷⁸. Os anos de 1960 tem a menor quantidade de textos naquela publicação, sendo que o primeiro é de 1966, usando ainda um pseudônimo.

A França em que Pêcheux fez história, bem como o mundo em que vivia, estava no meio de uma mudança de paradigma, uma quebra, em que novas questões na ciência sobre o social, o político e o cultural iam se estabelecendo a partir das discussões que aconteciam nas universidades e nos espaços privados e públicos. Petri (2006) retoma a atmosfera revolucionária, que reposicionaria as ciências sociais, servindo-se da metáfora para indicar que Pêcheux e a AD estavam se posicionando frente ao que já existia e que fazia contato com a teoria do discurso. A AD estava, por suas palavras, “cavando um espaço nas especificidades, o que se costuma chamar de ‘entremeio’” (PETRI, 2006, p. 2) para se firmar, ou seja, sua consolidação dependeu de seu assentamento sobre outros espaços de pesquisa científica, na psicanálise, no materialismo histórico e na própria linguística.

Esta renovação de pensamento no mundo ocidental europeu, acompanhada pelas ideias e reflexões de Pêcheux, segue inspirando as gerações, a sua e as que lhe sucederam, e sua obra é um patrimônio do qual muitos se serviram, e ainda servem, para produzir suas próprias construções e análises em torno dos temas que fazem parte das discussões da AD, inclusive no Brasil. Inclusive, Mazière (2007 [2005], p. 45) afirma que a longevidade da AD se deve aos pesquisadores que seguiram “em torno de Pêcheux” os seus trabalhos.

No discurso, Pêcheux elege um novo objeto das ciências da linguagem e usa dos conhecimentos que viu serem desenvolvidos e discutidos por teóricos da filosofia, história, sociologia, psicologia e linguística para acrescentar a sua construção teórica. Malidier (2003 [1989], p. 15), em seus estudos, afirma que as questões pecheutianas estavam relacionadas com “a língua, a história, o sujeito” e foram inspiradas, desde os anos de 1960, nas provocações de Althusser, a quem deve sua inserção na política, e Canguilhem, que dá o viés histórico, filosófico e epistemológico que marcou também seu trabalho (MALDIDIER, 2003 [1989]). Pêcheux citou frequentemente Canguilhem, especialmente na reflexão filosófica

⁷⁸ Estes textos, em coletânea especial organizada por Orlandi, serão referidos nesta tese como “Pêcheux, 2012”. Como são de anos diferentes, e alguns não haviam sido publicados, eles não terão a data de criação (original) especificada junto à referência. Apenas em rodapé.

sobre a ciência, nas suas observações sobre o “discurso produzido e o lugar institucional em que ele se produz” (PETRI, 2006, p. 7).

Pêcheux, segundo Mazière (2007 [2005]), trabalha com corpora, delimitando e organizando fragmentos para submeter a análise. Porém não se trata, como destaca a autora, de uma colagem de textos e sim trata-se de um dispositivo de observação que revela e permite apreender o que interpreta, o objeto discurso: dos primeiros corpora, na essência os textos políticos, até aos arquivos temáticos, em fragmentos do cotidiano.

O primeiro texto publicado de Pêcheux, que define, segundo Malidier (2003 [1989]), a sua entrada no mundo da intelectualidade, remonta a França de 1966, quando ainda não se apresentava como Pêcheux, mas sim como Thomas Herbert, um pseudônimo que lhe oportunizou discorrer sobre as questões que lhe inquietavam, como o materialismo histórico, uma das bases de sua teoria, e o psicologismo social, o qual criticava. Além disso, ainda fez crítica a algumas outras teorias que circulavam à sua época, tal como a análise de conteúdo (PETRI, 2006, p. 3), que privilegiava o texto como o objeto de análise e pode ser considerada como o oposto do que ele queria propor com a teoria do discurso.

Na Análise Automática do Discurso (AAD 69), publicada em 1969, Pêcheux (2010 [1990]) faz pensar os contemporâneos, lançando suas ideias que abrangem a informática com a filosofia e a história das ciências. Dessa forma ele poderia dar um lugar para o discurso, seu objeto. Pêcheux buscava articular a sua teoria em defesa do uso de uma maquinaria (PETRI, 2006, p. 6) porém ele mesmo abandona o projeto de análise automática.

Foi no Anexo II⁷⁹ de Semântica e Discurso que Pêcheux expôs, de forma bastante direta, que buscava, à época “o esclarecimento e a retificação” do procedimento (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 265)⁸⁰. Henry (2010 [1990], p. 38) afirma que, apesar disso, a AAD 69 foi um marco para que outros pesquisadores produzissem a partir dela, sendo referida, assim, sua importância. O autor justifica a incursão de Pêcheux pelos meandros do automatismo porque era “um filósofo

⁷⁹ O Anexo II, “Algumas repercussões possíveis nas pesquisas linguísticas”, é o segundo dos chamados três anexos que constam no final da obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* de Pêcheux. O livro foi publicado originalmente na França mas em 1982, na edição inglesa, recebe complemento do Anexo III e da Introdução, o que vai ser atualizado também na edição que circulou em português no Brasil (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 34).

⁸⁰ Texto original de Pêcheux (2009 [1998]), em língua francesa, é de 1975.

fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas, por razões profundamente enraizadas em sua história pessoal e antecedentes familiares” (HENRY, 2010 [1990], p. 17). O que defendeu como o constitutivo do sujeito se aplicava também a ele. O universo de sua vida lhe marcou, fez dele o próprio sujeito assujeitado de que falava.

Antes da AAD 69, porém, os estudos que realizou nos círculos de leitura e discussão sobre Marx, Lênin e sobre a epistemologia lhe permitiram conhecer os textos originais e esmiuçar com os seus pares as suas principais questões (MALDIDIER, 2003 [1989]. O comunismo assombrava também o mundo capitalista naquele momento histórico e estudar os textos de Marx e falar sobre eles em suas produções poderia ser por demais subversivo.

É Orlandi (2012, p. 11) que, ao discorrer sobre a entrada de Pêcheux no Brasil, retoma a perspectiva histórica vivida à época ao chamar a atenção para o fato de que eram tempos de Guerra Fria que dividia as nações em dois grupos, a partir do apoio ao EUA ou a Ex-União Soviética. O conflito estava no meio das relações entre os países de todo o mundo, e, ou se estava de um lado ou de outro. Esta posição rendia uma carga de comprometimento e quebrava com o discurso de consenso que se desejava no mundo ocidental que apoiava os Estados Unidos e a política do liberalismo econômico, definido como o discurso dominante aquele então chamado de “neoliberal” (ORLANDI, 2012). Essa era a realidade brasileira que, somada ao Golpe de 1964, tornou os anos das décadas de 1960, 70 e 80 particularmente difíceis no Brasil do ponto de vista do posicionamento político.

Por sua vez, Pêcheux (2010b [1990], p. 78)⁸¹ trabalhou com a questão do “funcionamento” do discurso que “não é integralmente linguístico”, mas sim ligado ao que ele chamou de mecanismo de condições de produção, o que envolve não só o sujeito do discurso como também o político e o histórico-social. Estas condições de produção são externas ao linguístico. Os estudos sobre a noção de condições de produção de um discurso, segundo Courtine (2009, p. 46) embrionariamente podem tanto estar relacionados à análise de conteúdo quanto à sociolinguística. Porém a relação com a AD, para Courtine, está fixada no texto de Harris (1952) usando-se a palavra “situação” relacionada ao discurso. É a partir de Harris, portanto, que, segundo o autor, Pêcheux trabalha as condições de produção do discurso, sendo

⁸¹ Texto original de Pêcheux (2010b), em língua francesa, é de 1969.

vistas, primeiramente, como a situação que está em torno do que se diz, se escreve. Pêcheux (2010b [1990], p. 73), na AAD 69, define que o que chamava até então de circunstâncias de um discurso passam a ser chamadas por ele como as condições de produção de um discurso que estão ligadas ao seu processo de produção, de modo direto pois para o autor, “um discurso sempre é pronunciado a partir de *condições de produção dadas*” (PÊCHEUX, 2010b [1990], p. 75). Esta noção é bastante cara a este trabalho bem como aquela que liga o sujeito e a ideologia, um problema que Pêcheux “nunca abandonou [...] mesmo que o tenha reformulado profundamente” (HENRY, 2010b [1990], p. 37).

Ao considerar a noção de sujeito, Pêcheux depara-se com a problemática do sentido, daquele que enuncia e daquele que é tocado pelo discurso. O sentido, no entanto, tem uma máscara de “evidência transparente” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 146) que faz compreender que há um sentido posto, no entanto a transparência dá lugar à opacidade. A falsa transparência que Pêcheux destaca deve-se ao fato de que existem posições-ideológicas que acabam por determinar o sentido. Estas, por sua vez, estão dentro de um processo “complexo de formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 146), e é aí que elas se inscrevem para dar um sentido a uma formulação. As palavras, as expressões e as proposições “adquirem seu sentido em referência a essas posições” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 147).

No Brasil, Orlandi (2012c, p. 191) também se preocupa com as questões dos sentidos e dos sujeitos e da não transparência do discurso, afirmando que

A análise do discurso, na contramão do silenciamento, procura expor o olhar leitor à opacidade dos sentidos e do sujeito, observando sua espessura semântica, sua não-transparência. Nessa perspectiva, é preciso dar um lugar ao impossível, à indistinção, à ambiguidade, à hesitação do sujeito entre um e outro sentido, entre o público e o privado, entre o que é processo de individualização dos sujeitos pelo Estado e o processo de socialização, entre o que na sociabilidade, é inclusão e o que é exclusão, o que é conflito etc.

Este caminho, no qual Orlandi adentra, tem como foco privilegiado o urbano e a posição-sujeito que é observada no discurso, deste lugar, pelo qual significa o político nas formulações que para ela se relacionam a um sair do pensamento para serem textualizadas em palavras, dando “corpo aos sentidos” (ORLANDI, 2012c, p. 193). Estas formulações são plenas de história uma vez que quem as dirige são os sujeitos das posições-sujeito que ocupam.

É Pêcheux (2009 [1998]) que nos apresenta a ideia de formação discursiva que “determina o que pode e deve ser dito” em uma conjuntura. Orlandi (2012, p. 55), por sua vez, defende que a formação discursiva é a “projeção da ideologia no dizer”. Pêcheux teoriza sobre o fato de que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” e que os domina. O sentido, portanto, não é próprio, natural, a uma palavra ou a uma expressão, que indique uma correspondência imediata e sim é algo que se constitui “em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 148) e que têm outros sentidos em outras formações discursivas. “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 43), em um lugar que podemos acionar enquanto sujeitos que se inscreve em uma, ou mais, formação discursiva.

Pêcheux (2009 [1998], p. 34) desenvolve a noção de ideologia na AD a partir de Althusser considerando que ela é que interpela os indivíduos em sujeitos e chama o leitor de seu texto à observação de duas proposições importantes enunciadas por Althusser para compreender estas duas noções: “1) Só há prática através de e sob *uma* ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 135), entendendo que o indivíduo é o “não sujeito”, mas que é também o “sempre-já-sujeito” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 141) havendo um pressuposto de que o sujeito que discursiviza o faz por uma ideologia e porque é interpelado por ela, tornando-se um sujeito no/pelo discurso. Neste ponto da teoria é que se enquadram as noções de inter e intradiscurso, o que envolve outras noções importantes relacionadas com a sua teoria do discurso.

Pêcheux (2009 [1998]), no texto “A forma-sujeito do discurso”, trabalha o interdiscurso e as noções de sujeito e ideologia, formação ideológica e formação discursiva. O interdiscurso, segundo ele, compartilha dessa cadeia de ideias concatenadas vindo a contribuir com ela por ser entendido como o complexo de formações discursivas podendo ser resumido no “já-dito”, ou o pré-construído, ou “sempre-já-aí”, que está “falando”, da perspectiva do sentido, a quem fala ou

escreve, ou seja, o sujeito de uma determinada forma-sujeito, enquanto aquele que pratica o social e existe historicamente (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 150).

Já o intradiscorso, por Pêcheux (2009 [1998]), pode ser tomado como a prática social pelo discurso, o que significa dizer que o intradiscorso nada mais é do que “o fio do discurso’ do sujeito” ou ainda “o efeito do interdiscorso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’” que é determinada pelo exterior (PÊCHEUX, 2009 [1998], 154). E é a forma-sujeito que faz o sujeito esquecer a existência do interdiscorso e considerar apenas o intradiscorso justamente pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o constitui.

Juntamente com o interdiscorso e o intradiscorso, são destaque as noções de sujeito e ideologia, que estão no centro das discussões sobre o discurso *sobre a morte*. Estas são noções caras a este trabalho porque é através delas que se pode compreender como se dá o processo de discursivizar a morte considerando sujeito e ideologia, tendo em vista a ideia de Pêcheux para o sentido no discurso. O registro de morte que se constitui o atestado de óbito pode ser visto em uma perspectiva de uma dada formação discursiva, que possibilita dizer algo a partir do que já está posto no ideológico que dá cobertura ao sujeito, enquanto formação ideológica. No entanto a fuga dos sentidos se dá na medida mesmo em que o sujeito, que já era um projeto de sujeito mesmo antes de ser interpelado pela ideologia, não consegue prender ao que escreve o sentido que deseja dar ao que enuncia. Assim os sentidos escapam. É o próprio Pêcheux (2012 [2011])⁸² que, num texto publicado somente após a sua morte, afirma, no entanto, que “a análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito” (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 291).

Pêcheux (2010 [1990])⁸³, ao retomar sua produção, no texto “Análise de discurso: três épocas”, olhava para as perspectivas que fugiam à superfície do discurso e davam conta da enunciação do sujeito frente à formação(ões) discursiva(s) que lhe dominava(m). Orlandi (2012, p. 55) a partir do que produz Pêcheux, retoma esta possibilidade de mais de uma formação discursiva ocorrer para um mesmo sujeito e explica que a “análise de discurso trabalha sobre relações

⁸² Texto original, em francês, publicado em 1984.

⁸³ Texto original, em francês, publicado em 1983.

de poder simbolizadas em uma sociedade dividida” o que se reflete na relação do sujeito no social. Com sua proposta de AD-3, em que novos procedimentos são propostos, Pêcheux oportunizava uma nova maneira de “ler as materialidades” e estabelecer novas relações, por exemplo, com a memória, o que considera, inclusive, a noção de interdiscurso (o já-dito) e intradiscurso (o que é atualizado no fio do discurso).

A partir da ideia de que é possível ler as materialidades de um modo diferente do que vinha ocorrendo nas duas primeiras décadas de AD na França, observa-se como importante a noção de leitura. Isso ocorre especialmente para a AD, enquanto disciplinar da prática, como também para o analista de discurso uma vez que este é quem executa o gesto de ler o arquivo, aqui retomado, a partir de Pêcheux e que já foi apresentado na Introdução desta tese, como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010c [1994], p. 51)⁸⁴. Em “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux (2010c [1994], p. 50) defende que

Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são ‘literatos’ (historiadores, filósofos pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam, cada um deles, a sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos.

Pêcheux (2010c [1994]) trata especificamente da leitura de um arquivo textual, porém em uma perspectiva discursivo-textual em que aborda também o interesse crescente dos poderes na ciência do tratamento dos textos. O autor explicita sua preocupação com o gesto de leitura sobre a materialidade da língua que existe no arquivo pois ele acredita ser importante “desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer [...] os interesses históricos, políticos, culturais levados pelas práticas de leitura de arquivos”. Ao destacar o contato entre os interesses sociais e a prática de leitura Pêcheux introduz a questão do atravessamento do ideológico uma vez que o sujeito que lê o arquivo está também atravessado pela ideologia dominante da formação discursiva da qual está de alguma forma vinculado. Tendo tantos e diferentes sujeitos, na mesma medida, há tantas e diferentes possibilidades de leituras o que

⁸⁴ Texto original, em francês, publicado em 1983.

tem como consequência uma nova possibilidade para cada gesto de leitura empreendido.

Pêcheux (2010, p. 49) retrata a questão da leitura de arquivo como um trabalho “fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva”. Com isso, Pêcheux (2010) faz presente o institucional do social atravessando a memória, o arquivo e a história. E a partir de uma leitura, segundo o autor, é construído, por cada um dos leitores, o “seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 2010, p. 50). O autor trabalha a questão da leitura ainda sob a perspectiva de “divisão social do trabalho” e ao mesmo tempo de crivo, uma vez que a alguns é dada a tarefa de ler, a outras a de interpretar e a terceiros somente o acesso as interpretações, sendo um meio de poder ter o privilegio de tratar o arquivo. Pêcheux (2010 [1990], p. 54) afirma que as consequências disto “repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica”, defendendo a consagração da “existência desta materialidade da língua na discursividade”.

A título de exemplo, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, um trabalho de leitura de arquivo realizado pela equipe do Laboratório *Corpus* da UFSM, retoma estas questões de arquivo na prática, ao tratar a documentação relativa à produção de uma linguista sul-brasileira, Neusa Carson, que trabalhou com a descrição de línguas indígenas. O que o grupo buscava era o que Pêcheux (2010 [1990], p. 59) chama de “pesquisa científica fundamental”.

A respeito do trabalho de leitura de arquivo dos documentos reunidos por Neusa Carson ao longo de sua vida, Scherer e outros autores (2013, p. 114) identificam a iniciativa como parte de uma constituição da “história disciplinar contemporânea” para o que estão “concebendo um projeto de criação de um Centro de Documentação e Memória composto por vários setores, entre eles, o de Fundos Documentais e Acervos”. Para tanto, as autoras entendem que “os diferentes documentos têm nos mostrado que devemos retomar nossas certezas”. Elas esclarecem o seu objetivo, indicando ser o de “entender de que forma a produção do conhecimento sobre a língua tem afetado um fazer acadêmico-pedagógico específico ao nosso meio acadêmico, tendo por eixo principal a compreensão das condições de produção do discurso sobre a ciência linguística e sua rede de circulação nos cursos de graduação e pós-graduação no contexto regional” (SCHERER et al., 2013, p. 116). Para falar do arquivo as autoras consideram a

presença de um sujeito atuante, presente, existente, “que vê a potencialidade de um arquivo, sua incompletude, seu temporário silêncio” e que elege, escolhe, sendo capaz de “dar a esse arquivo a possibilidade de ‘vida’”. É ele, pois, aquele que lê o arquivo e o faz disponível de fato, sendo a sua presença impositiva, e fundamental, no sentido de sua existência enquanto arquivo (SCHERER et al., 2013, p. 117).

Em texto publicado no ano seguinte, Scherer et al. (2014, p. 390) afirmam que “para se pensar sobre arquivo, é importante considerar também a relação entre o desejo do sujeito de ter acesso a tudo e o ‘freio’ institucional que determina o que pode ser permitido ler do e no arquivo”. Esta é a disponibilidade de que nos alertava Pêcheux (2010c), quando refletia sobre a leitura de arquivo. Nesta tarefa, o analista de discurso, em sua especificidade, pode e deve ser visto não apenas pelo gesto de leitura em si, não considerando tarefa fácil por ter aqui um apenas, mas pelo ponto de vista de ser um autor, uma vez que segundo Orlandi⁸⁵, os analistas fazem deslocamentos e produzem em suas análises teorizações sobre seu objeto material no campo da AD. Isso, segundo Orlandi, “traz para reflexão o funcionamento da memória discursiva da ciência e do cientista propondo a distinção entre teoria e teorizações fazendo um apelo ao tipo de análise”, este plural das teorizações se justifica por entender que cada analista vai fazer o “seu caminho”, vai ter o seu traçado e trilhar por seus sentidos.

De acordo com Maldidier (2003 [1989]), com sua Teoria do Discurso, Pêcheux movimentou algo, ou, em suas palavras, “deslocou” o que parecia estático. Ele fez este deslocamento quando disse que “o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história, através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito” promovendo o encontro da língua com o sujeito (MALDIDIER, 2003 [1989], p. 96).

Orlandi (2012, p. 27) esclarece que ao apresentar sua ideia sobre o discurso, Pêcheux articula com uma série de questões que envolvem todo o quadro teórico da AD, tais como ela mesma citou: ideologia, sentido, sujeito, memória, história e língua, se movimentam, deslocando também os sentidos. A interpretação, conforme ressaltado pela autora, por meio do que desenvolveu Pêcheux, é a “exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco e à ideologia), na sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 2012, p. 23). Orlandi (2012) nos explica que Pêcheux promove o

⁸⁵ Conforme sua participação no VI SEAD. Ver notas de rodapé 76 e 77.

deslocamento do texto para o discurso, sendo que o foco passa a ser o funcionamento da produção de sentidos, o que seria o alcançado, levando em conta as condições de produção.

Orlandi (2012, p. 39) situa o pesquisador da AD que a Análise de Discurso de que foi fundador Pêcheux começa com a possibilidade de “relacionar língua e ideologia” tendo o discurso como objeto enquanto “efeito de sentido” entre locutores, como afirmou Pêcheux (2010 [1990], p. 81). Estes locutores são tomados como “lugares” no social, não pela sua presença física, empírica, mas lugares a partir dos quais se enuncia. É por isso que Pêcheux (2010 [1990], p. 81) defende que os locutores “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” lugares estes que têm um “feixe de traços objetivos característicos” sendo que na “esfera da produção econômica, os lugares do ‘patrão’ [...], do funcionário da repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis”, o que permite ver cada um deles como um locutor do lugar de onde enunciam.

É assim, trabalhando as questões que envolvem os lugares no discurso, que Pêcheux dá uma nova perspectiva de estudos da significação, considerando no discurso também a história e a ideologia que dão o suporte para pensar as condições de sua produção a partir de “formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2010 [1990], p. 81). Daquilo que falam A e B, o objeto do discurso, Pêcheux (2010 [1990]) defende que vai depender de um ponto de vista, ou seja, se de A ou B considerando, inclusive, a antecipação da forma como o outro representa o objeto em questão, pelas partes.

A antecipação, no jogo do discurso, tomada por Orlandi (2010, p. 40), é um todo complexo, justamente, porque inclui “a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele” e, ainda, “ a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso”, por isso envolvendo as formações imaginárias. O que acontece é uma projeção, um verdadeiro “jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados” (FERREIRA, 2013, p. 14).

Pêcheux (2012 [2011]) atenta para o fato de que o estatuto do sujeito enunciadador, o que envolve a fala, a escrita, a leitura, é fundamental para a AD uma vez que trata-se de uma disciplina de interpretação, em que o sujeito é dividido

“como marca da sua inscrição no campo do simbólico” (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 230)⁸⁶. Os efeitos de sentido, portanto, são passíveis de serem antecipados por aquele de onde parte o discurso, porém, não há uma garantia, de acordo com o esquecimento número 2 de Pêcheux, de que os sentidos serão os mesmos para quem diz e quem ouve/lê. No prefácio da tradução da obra “A inquietação do discurso”, Orlandi refere que a observação em Análise de Discurso “não se parte dos sentidos produzidos, observa-se o modo de produção de sentidos e da constituição do sujeito” (ORLANDI, 2003, p. 12). Os efeitos de sentido possíveis estão relacionados com a história do sujeito e o sujeito na história que lhe cerca. Vargas (2011, p. 53) afirma em sua tese que o que a interessa é “como temos acesso às coisas no mundo e, quando dizemos coisa, estamos sempre nos referindo à forma material – a forma linguística revestida de história e remetida a uma discursividade”.

Em “Análise sintática e paráfrase discursiva”, Pêcheux e Léon (2012 [2011], p. 166)⁸⁷ referem que existem três condições para a AD. A primeira sendo sobre a leitura de um texto (que vai além de informar-se como também “cercar o sentido”); a segunda, sobre a estruturação de um *corpus* (parte de um arquivo analisado); e a terceira que diz respeito ao estatuto de enunciado (considerando aqueles opacos ou ambíguos) de acordo com o que ressaltam Pêcheux e León (2012 [2011], p. 166). É entre a estabilidade de formas estáveis e a deriva das construções do discurso que os autores destacam uma tensão no centro da discursividade. O enunciado pode não estar transparente ao sujeito que o analisa, sendo preciso fugir das evidências para ver os sentidos possíveis.

Com a AD há uma nova forma de relacionar a língua com a ideologia e a história, sendo possível explicitar processos de produção de sentido. A AD oportuniza a compreensão dos sentidos, possibilitando identificar como se chega a um enunciado, produzido dentro de uma perspectiva histórico-ideológica localizada, e sair, assim, da superfície do discurso, da pura e simples análise de construções frasais ou de aplicação de determinadas expressões em detrimento de outras. O processo de discursivizar é focalizado tentando encontrar este caminho no próprio

⁸⁶ Texto original publicado, em língua francesa, em 1984.

⁸⁷ Texto original publicado, em língua francesa, em 1982.

discurso. Porém, quanto a uma questão metodológica em AD, conforme nos orienta Orlandi (2013, p. 18):

É preciso, para fazer ciência do discurso, estabelecer uma relação de consistência entre a teoria, o método, os procedimentos, e o objeto. E me refiro ao objeto teórico, ou seja, que na análise do discurso, é o discurso. [...] Nas tentativas de improvisar – afinal a análise de discurso se institucionalizou – muitos se serviram dela como instrumento para qualquer coisa. Desligaram teoria e objeto para não se falar no método.

Orlandi (2013) considera, no entanto, que apesar de ter produções que se dizem de AD e que destoam, existem trabalhos científicos que fazem crescer o “campo disciplinar” nesta segunda década do século XXI justamente por demonstrar novas perspectivas de trabalho a partir de um método ligado à AD que tem acrescentado também a outras áreas a partir dos estudos sobre o discurso.

De todo o modo, entramos agora em um outro momento da análise de discurso [...] mesmo com os revisionismos, as instrumentalizações, os equívocos teóricos, a análise de discurso mudou o cenário dos estudos da linguagem. Como disse, em texto já agora antigo, antes da análise de discurso, a linguagem era um apêndice no estudo das ciências humanas. Depois da análise de discurso, nenhuma ciência se pensa sem pensar o discurso. (ORLANDI, 2013, p. 20)

Deve-se ressaltar que para a autora há também AD do tipo “fixista” no qual um grupo ortodoxo trabalha com um dogma “que vê em qualquer deslocamento um desvio não autorizado” (ORLANDI, 2013, p. 19).

Ao fazer uma retrospectiva da história da AD na França e seu impacto no Brasil, Orlandi (2012, p. 31) afirma que “no momento de sua fundação, se resiste à análise de discurso”. Essa resistência ocorre porque o que estava por acontecer era o rompimento com a epistemologia da época. A “mudança de terreno” proposta por Pêcheux e salientada por Orlandi (2012, p. 31) foi oportunizada também por um contexto de “virada da conjuntura teórica” da França daqueles anos de 1960 e 1970, em que o debate sobressaía deixando de lado “o tempo da ‘luta de classes da teoria’” (MALDIDIER, 2003 [1989], p. 16).

3.1 Filiações e pesquisa

Num momento de contribuições diversas sobre temas de sua atualidade, em que muitos estudiosos dedicavam-se a escrever sobre aquilo que viam e viviam nos seus lugares de produção, Maldidier (2003 [1989], p. 16) reforça que Pêcheux “amava o trabalho comum” motivo pelo qual “escreveu bastante com amigos, com colaboradores”. Há um destaque para a própria Denise Maldidier, que cita ainda outros teóricos presentes na vida e obra de Pêcheux. Paul Henry e Michel Plon, por exemplo, com Pêcheux formavam “a Comuna dos três amigos”, o que auxiliou e deu sustentação ao “projeto de Michel Pêcheux” (MALDIDIER, 2003 [1989], p. 17).

Pêcheux ampliou o ponto de vista das discussões da linguística da época, produzindo sua maneira particular de aproveitar as reflexões que circulavam no meio acadêmico a partir das trocas que estabeleceu com teóricos com quem teve contato. Os conceitos destes teóricos ajustaram e reforçaram as ideias de Pêcheux na construção de seu objeto (o discurso) e a questão do sentido que lhe é fundamental.

Foi em Althusser, e na sua releitura de Marx, que Pêcheux conheceu a categoria althusseriana de “sujeito da ideologia” (MALDIDIER, 2003 [1989], p. 33) e a utilizou para sua teoria do discurso. De Althusser também trouxe para a AD a “forma-sujeito” (MALDIDIER, 2003 [1989], p. 50) a partir da qual se pensa o discurso considerando que “sentido e sujeito são produzidos na história”, ou seja, “determinados” por ela (2003, p. 51). A respeito do trabalho que pode ser realizado pelo analista de discurso, Orlandi (2012, p. 35) afirma que é pela materialidade da história que se pode alcançar a análise, trabalhando o político na discursividade.

A noção de história para o trabalho de análise é muito importante pois ao articular esta noção, o analista de discurso considera as condições de produção do discurso bem como a memória e o esquecimento que o envolvem. Pêcheux (1999, p. 50) salienta que a memória que considera não é a memória do particular senão a memória social, mítica e de historiador.

Henry (2010 [1994], p. 23) pondera sobre o que vem a ser a história e sobre qual lugar ela tem no seio das ciências humanas e sociais, ou seja, sobre o que está pressuposto para a história e sua concepção neste lugar. O autor situa o leitor sobre a crença geral de que a perspectiva histórica é necessária para esclarecer e complementar as análises de várias disciplinas sociais e humanas (HENRY, 2010

[1994], p. 24) sendo “lugar de articulação e complementaridade”. No entanto, ele mesmo apresenta o contraponto ao afirmar que ela poderia também representar “somente o ponto de vista da ‘totalidade’ e da complementaridade do que estudam as diversas ciências humanas e sociais” (HENRY, 2010 [1994], p. 24), negando a ela ser em si uma ciência. Assim sendo, Henry nos sugere que, como defendeu Foucault, a história seria vizinha das ciências sociais e humanas e é por isso que Henry (2010 [1994]) pergunta no título de seu artigo: “A história não existe?”.

A posição singular da história nas ciências humanas, porém, de acordo com Henry (2010, p. 44) é uma posição reduzida pois entende-se que é a partir dela que “os saberes que essas ciências constituem podem se apresentar como científicos, em referência a um certo modelo de cientificidade, que é aquele que aí prevalece hoje”. Henry nos faz atentar para o fato de haver articulações da história que são quase que imperceptíveis com outras questões fundamentais para o campo do conhecimento tais como sujeito, linguagem e ciência. A historicidade, por este viés, é da ordem do humano e a história, segundo Henry (2010 [1994], 46), respondendo a sua própria pergunta, “enquanto tal não existe, pois ela é transparente, e os homens podem lhe dar o sentido que quiserem sob a reserva de que eles se coloquem de acordo entre si e deem conta das realidades”. Assim, para Henry (2010 [1994], p. 47), a história (pessoal ou a história com H maiúsculo, a grande História) consiste em um “fazer sentido”, sentido que “está sempre ‘já-lá’”, que pode ser divergente dependendo do ponto de vista, que pode ser ajustado, retificado. Os eventos reclamam interpretação, “que lhe achemos causas e consequências” (HENRY, 2010 [1994], p. 47).

Pêcheux (1990, p. 8) toma a noção de história tendo em vista a sua relação com a língua. Ao considerar o passado, o presente e o futuro na expressão da língua é que ele pensa seu contato com o histórico. Assim, de acordo com o autor, “toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o nunca estará” o que pode ser dito como o aquilo que está “além” e o que está “invisível” e para o que se faz necessário ter o poder de abstrair para discursivizar (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Pêcheux (2012 [2011], p. 73) trabalha as questões que envolvem elementos históricos ao falar da propaganda governamental, o que já havia sido tema, indiretamente, de artigo quando da sua reflexão sobre língua e história e as revoluções, desde a Francesa até a socialista (PÊCHEUX, 1990). O autor denomina

o instrumental da propaganda como “armas” que “regulam o tiro” e que, a partir de uma campanha, farão a massa “balançar este ou aquele lado, tomarão este ou aquele caminho, seguirão esta ou aquela direção” (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 79). Para compreender este quadro, Pêcheux convida o leitor a pensar nas formas históricas do assujeitamento do indivíduo ligadas ao capitalismo. Se de um lado o modo de produção capitalista tem a via americana, em que o produtor vira o comerciante, o capitalista, de outro há a via prussiana, em que “a exploração feudal” torna-se “a exploração capitalista”, engendrando uma tendência de assujeitamento ora pelas leis de mercado, no primeiro caso; ora contra a sociedade feudal, de modo a ser instrumento de desenvolvimento (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 81) ou “mobilização das massas populares em nome da *Nação Alemã*”, num populismo delirante, o que acontece no segundo caso (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 85). O autor refere que o capitalismo “moderno passou a ser mestre na arte de agir à distância sobre as massas” o que não favorece as massas (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 91). Ao contrário, a propaganda do governo se constitui na arte de “anestesiá-las as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções” (PÊCHEUX, 2012 [2011], p. 92).

Orlandi (2012, p. 107) reflete sobre a propaganda política, tocando no histórico-social, privilegiando a realidade brasileira considerando a língua de Estado, na qual o Estado “dá sentido a si mesmo”, ao circular na mídia. Orlandi (2012, p. 112), à priori, identifica a massa como sendo o objeto da propaganda. A autora defende adentrar no caminho do “fazer história” e “interrogar as práticas contraditórias” do capitalismo, conforme fez Pêcheux (2012 [2011]). Como Pêcheux, ela ressalta a relação entre os EUA e o nazismo, afirmando que os primeiros são discípulos do segundo tanto do ponto de vista social, político quanto militarista. Uma “política imaginária” se instaura pela propaganda e pode ser perceptível no performático, em que “os gestos e as declarações substituem as práticas” (ORLANDI, 2012, p. 121).

A língua de vento de que nos fala Pêcheux (2012 [2011]), é identificada diretamente por Orlandi (2012, p. 123) como sendo a da propaganda, é aquela que se vive intensamente no século XXI. A hipótese da autora “é que demos mais uma volta na roda da propaganda e nos aprofundamos no funcionamento das novas formas de assujeitamento” (ORLANDI, 2012, p. 123). Tendo em vista que isso tudo impacta nas massas, há um impacto na história, no desenvolvimento, no lugar para

onde vamos ou onde estamos. Pontuando o que está posto nesta tese, a discussão sobre a interferência do político na construção da história é extremamente fecunda tendo em vista que nenhuma história se faz sem o elemento humano. Este, por sua vez, é permeado de interesses que o traz consigo a questão da ideologia e da posição do sujeito no mundo, relacionando-o com o social.

Guimarães (2001, p. 56) recupera o modo como Orlandi se utiliza da noção de história em seu trabalho em AD e avalia que aquela está “presente enquanto historicidade constituída socialmente, e ela [Eni Orlandi] desenvolve um trabalho que, entre outras coisas, traz uma contribuição específica para a consideração da ideologia, que ganha no seu trabalho uma conceituação muito particular”. Com relação à contribuição da autora na prática da teoria, refletindo no trabalho de outros autores, Guimarães avalia que “os desdobramentos [...] estão ligados principalmente ao trabalho de considerar o histórico na linguagem, não como algo que lhe acresce depois, mas como o que a constitui na prática social” (2001, p. 56), ou seja, a história como constitutivo no dizer, no escrever, no enunciar.

De outro lado, Orlandi (2012, p. 59) afirma que a “história, entre outras coisas, busca documentar um acontecimento. Ao falar de um fato o coloca na história [...] E, por este mesmo gesto, ele [o documentário] *produz* um passado. Desse modo a autora relaciona a memória com o acontecimento discursivo, ou o documentário (forma de dizer que inova e permite que vários outros dizeres sejam passíveis de serem oralizados ou textualizados).

Pêcheux (1999, p. 50), ao escrever sobre a história afirma que esta, assim como a memória, passa pela “ordem da língua e da discursividade”, bem como da significação.

O acontecimento discursivo, ao produzir o passado, foge do silêncio e, como define Orlandi, “mexe em suas margens [as da memória]” exatamente por ser dissonante, por ser o discurso que foge da repetição. Esta não repetição se reflete, por sua vez, no interdiscurso, vindo a compô-lo como uma novidade. Com isso, novos sentidos são instituídos. Um exemplo recorrente no trabalho de Orlandi diz respeito à narrativa urbana, que pode abarcar o grafite, o rap, o *parkour*, “pensando a cidade como uma forma de textualização do sujeito no espaço público” (ORLANDI, 2012c, p. 207). A respeito da repetição e do novo, Orlandi (2012c, p. 201) nos faz pensar que

A prática historicizada da repetição, do comum desloca o senso comum, o automatismo, o fixado. À formação discursiva centrada nos sentidos de convergir, reunir, globalizar, comunicar, interagir, instrumentalizar, transformar, devidos (disciplinados pelas) a injunções da normatividade social (o politicamente correto), responde a narrativa urbana com a divergência, a diferença, a des-transformação, o dissenso.

De outro lado, passando do espaço público para o privado, uma das problemáticas apresentadas por Orlandi é silenciamento do próprio político, inclusive, e especialmente, na ciência como o resultado de uma “indistinção das teorias” e o apagamento das filiações teóricas (ORLANDI, 2012, p. 25). Este estado de desvinculação com a produção da ciência, por exemplo, acarreta em não ter como retomar a história do ponto de vista de quem a elaborou ou reconhecer o que, e por que, foi proposto. Aqui está em jogo a memória e o esquecimento bem como o silêncio. Pode-se afirmar que o silenciamento do político promove um esquecimento. Assim, com este movimento, perde-se o vínculo com a autoria e, com o passar dos anos, distancia-se das relações que se estabeleceram quando da proposta daquela produção de conhecimento científico fazendo com que passem a um senso comum, uma verdade aceita e a partir da qual se constroem outras teorias, sem ser mais possível encontrar sua raiz.

Pêcheux trouxe “o discurso como a reformulação da fala” em Saussure (MALDIDIER, 2003 [1989], p. 30). Um movimento de memória que conta com a repetição do léxico e de enunciados, pelas palavras de Pêcheux (1999, p. 53), é um “efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material”. Pêcheux vai trabalhando em sua teoria a língua como meio pelo qual se apresenta o discurso, considerando, o linguístico. Neste sentido, Orlandi tenta retomar o pensamento de Pêcheux, e a relação com o materialismo, que é a base do campo da AD, considerando que o autor se dedicou a fazer-se entender em relação ao fato de que a “língua dá as condições materiais de base do processo discursivo” (ORLANDI, 2012, p. 73). A autora conceitua o materialismo histórico como aquele “para o qual os modos de produção da vida material condicionam o conjunto dos processos da vida social e política. O discurso é produzido nessas condições, o sujeito e os sentidos, embora pareçam estar sempre lá, também são produzidos, e isto é efeito da ideologia em sua materialidade” (ORLANDI, 2012, p. 85).

Petri (2006, p. 9) ressaltou em seu texto sobre a trajetória de Pêcheux denominado “Michel Pêcheux e a Teoria do Discurso nos anos 60” que a língua é o elemento essencial no discurso, e que esta “pode ser tomada em suas relações com o ideológico, com o social, com o inconsciente e com o histórico na materialidade discursiva”. Pelo inconsciente, Lacan, através da psicanálise, também está presente na construção teórica de Pêcheux já que a releitura de Freud feita por Lacan foi uma inspiração para o fundador da AD. Mariani (2013, p. 54) “do lado da Psicanálise, é com a noção de sujeito dividido que a Análise do Discurso opera, ou seja, um sujeito cujas pegadas do inconsciente são apreensíveis na estrutura da linguagem”.

Em Foucault (2012b [1971]), Pêcheux encontra a noção de “formação discursiva” e a reformula já que para ele, é nela que o sentido se constitui considerando a ideologia. Pêcheux utiliza a nomeação de Foucault e dele ainda tem os termos “regularidade” e “dispersão”.

A propósito das ideias de Foucault que vemos marcadas nos escritos de Pêcheux (PETRI, 2006), um ano depois de trabalhar a noção de formação discursiva, Foucault (2012b [1971], p. 62) em “A ordem do discurso” discorre especificamente sobre a regularidade no discurso explicando a quem lhe escutava, na aula inaugural do *Collège de France*, naquele dia dois de dezembro de 1970, que

[...] a formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos de controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico); e, inversamente, as figuras de controle podem tomar corpo no interior de uma formação discursiva (assim, a crítica literária como discurso constitutivo do autor): de sorte que toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias de controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais se formam.

Nesse sentido é que a regularidade é vista por Pêcheux, como algo que gera uma espécie de controle no discurso. Normand (2012 [2009], p. 133), por sua vez, entende que os “enunciados recebem seu sentido da formação discursiva em que são produzidos; é a formação discursiva que interpela o indivíduo como sujeito”. A autora defende que os mesmos enunciados em formações discursivas diferentes têm sentidos diferentes.

Frente ao que trabalha Foucault (2012 [1969]) e Normand (2012 [2009]), considerando a ordem do discurso e as possíveis regularidades encontradas nele, na materialidade destacada nesta tese, pensa-se sobre o papel do estado, enquanto

instituição, que tem o poder de regular e impor regras para que se aceite, por exemplo, um atestado de óbito como válido para o uso que lhe aprovar na administração de uma cidade. O médico, ou aquele que redigir um atestado para discursivizar a morte terá de ter, implicitamente, considerado as normas ou exigências mínimas naquilo que apresenta como sendo um atestado. Porém, este sujeito da enunciação, não é o sujeito político apresentado por Pêcheux no anexo três de *Semântica e Discurso* que “faz política’ e escapa, assim à interpelação da ideologia dominante” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 274). Ao contrário, ele é exatamente o sujeito assujeitado e que, por definição, não se reconhece assim, tal como nos apresenta a teoria de Pêcheux quando nos oferece, teoricamente, os dois esquecimentos.

Os esquecimentos do sujeito que são apresentados por Pêcheux em seu texto de 1975 (*Les vérités de la palice*) estão entre as principais construções do filósofo. Ele refere que o sujeito tem a ilusão de ser o centro e a fonte do sentido bem como acredita controlar o que se entende a partir do que diz, expressa. Aqui é marcada a contribuição dos estudos da psicanálise para alcançar esta construção especialmente no que diz sobre o sujeito dividido em consciente e inconsciente.

Os esquecimentos número 1 e número 2 são classificados e apresentados por Pêcheux (2010 [1990]) da seguinte forma: no primeiro esquecimento, o sujeito esquece que o sentido lhe é exterior (ilusão subjetiva) pois quando falamos recuperamos os sentidos que já existem no mundo e na história. Orlandi rememora que esquecimento número um pode ser chamado de “esquecimento ideológico” (2010 [1999], p. 35) porque está relacionado ao inconsciente e “embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como se originando em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade”. O reconhecimento de que convivemos com um esquecimento ideológico nos faz repensar o momento mesmo em que nos manifestamos no fio do discurso, considerando os sentidos do nosso discurso como preexistentes e ausentes, por natureza, do nosso dizer, por isso não sermos a origem dele. Há uma relatividade em afirma que o discurso é “nosso”. A AD nos faz compreender, portanto, que a “relação com a linguagem não é jamais inocente, não é uma relação com as evidências e poderá se situar face à articulação do simbólico com o político” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 95).

No segundo esquecimento, que diz respeito à enunciação, há uma ilusão referencial uma vez que o sujeito esquece que naquilo que diz terá captado sentidos outros que não aqueles que ele propôs quando se expressa. O sujeito acredita que pode controlar os sentidos do seu dizer, desprezando o ponto de vista daquele que tem contato com ele e para quem, a princípio, enuncia. Há aqui uma determinação ideológica, na qual o sujeito está condenado a ser um sujeito assujeitado, uma vez que não faz as escolhas do que diz conscientemente e, sim, a partir da ideologia que lhe abarca. Orlandi (2010 [1999], p. 35) explica que, dessa forma, “pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela [a ilusão referencial] estabelece uma relação ‘natural’ entre palavra e coisa”. O assujeitamento torna o indivíduo sujeito do seu discurso porém submetendo-se as condições de produção dadas, sejam elas mediatas ou imediatas.

Elas [as condições de produção] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. [...] Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

Além de considerar as condições de produção, Orlandi (2006) exemplifica as questões de assujeitamento e ideologia e, com isso, marca a força do político e do social trabalhando a posição-sujeito e como ela aparece materialmente naquilo que discursivizamos. “De um lado você tem o discurso e de outro você tem a instituição, quer dizer, não é por si mesmo que esse sujeito se pensa. É a partir da posição que ele tem institucionalmente” (ORLANDI, 2006, p. 33).

Uma das formas possíveis de enunciar da posição-sujeito que é ocupada, segundo nos apresenta Pêcheux (2012), é utilizando os enunciados performativos. Tratam-se de estratégias “para evacuar qualquer contradição e mascarar a existência das relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer” (PÊCHEUX, 2012, p. 86). Este exemplo é trabalhado pelo autor quando ele discorre sobre o exercício da propaganda política, e comenta o discurso stalinista em resposta ao proletariado. No exemplo que nos apresenta, no socialismo, a “língua tende assim a passar pelo real, a representá-lo sem distância, a constituir seu equivalente: o dizível e o existente devem coincidir sem falha nos enunciados performativos do stalinismo” (PÊCHEUX, 2012, p. 86). Assim, segundo resume Pêcheux (2012, p. 89), no

enunciado performativo “*dizer equivale a fazer*” o que significa, do ponto de vista da política, tratar-se de um sonho acordado, ou seja, ao pensar algo o ente político manifesta isso no seu dizer, usando a materialidade da língua, e o que o sujeito fala ou o que escreve, é feito. Esse tipo de enunciado não possibilita alternativas, restando a resistência dos mais engajados que por sua vez, ficam à parte das decisões.

Pode-se observar no exemplo dado por Pêcheux (2012) que, de modo geral, os enunciados são o meio pelo qual podemos observar a posição-sujeito assumida pelo sujeito da enunciação. Mesmo que performativos, trata-se um posicionamento do sujeito. Para isso o sujeito lança mão de uma formulação. De acordo com Orlandi (2012c, p. 11) o nível da formulação de enunciados é chamado de dimensão intradiscursiva, aquela que se dá no fio do discurso pelo sujeito, ou seja, “é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer” sendo este o material, na perspectiva de materialidade do discurso (ORLANDI, 2012c, p. 10).

São muitos os enunciados que podem se enquadrar em uma perspectiva performativa, não necessariamente apenas os que circulam no meio político, senão, todo aquele que se utiliza da formulação própria de enunciado performativo. Courtine (2006) acredita que a propaganda política, como o caso explorado por Pêcheux (2012) ao tratar dos performativos no socialismo, é um mentir verdadeiro. Na apresentação do texto “O mentir verdadeiro”, de Jean-Jacques Courtine, Baronas (2006) apresenta o autor indicando sua importância na AD pela proposta da heterogeneidade do discurso contra “a noção homegeinizante da paráfrase” (BARONAS, 2006, p. 8). É Baronas que salienta que Courtine “participou ativamente na França durante os anos setenta e início dos anos oitenta do grupo de estudiosos do discurso liderados por Michel Pêcheux” (BARONAS, 2006, p. 7), que foi influenciado pela obra “A arqueologia do saber”, de Foucault (2012 [1969]).

Courtine (2006) retoma nomes de autores que trabalham com a manipulação do povo, considerando que a verdade é uma conveniência que pode ser silenciada e travestida, sendo o povo “governado, pela mentira, para seu próprio bem”. Courtine (2006, p. 19) pondera, a partir de quem referencia, que para mentir é preciso saber mentir, sendo “uma técnica sutil de dosagem”, sem exageros e que seja verossímil para que possa ser absorvida como verdade. O enunciado performativo poderá se utilizar da mentira para se fazer verdade, transformar o dito, desejado como

verdade, no feito, ou seja, no real. O autor salienta que esta forma de enunciar pode se dar tanto em estados totalitários quanto democráticos.

A arte da mentira política nos convida, ainda, seguindo seu exemplo, a praticar, entre as mentiras de nosso tempo, os esclarecimentos necessários. É necessário diferenciar, então, a mentira totalitária das mentiras democráticas. A mentira democrática é pluralista. Ela não pretende a exclusividade, mas co-existe, tolerantemente, com as da concorrência. [...] A mentira democrática é efêmera, eclética pós-moderna. Desembaraçada do obstáculo das morais de antigamente, revivificada por uma ética minimalista e 'indolor', ela se expandiu sutilmente pela vida pública (COURTINE, 2006, p. 19).

As mentiras democráticas, por serem pluralistas, parecem ser um avanço porém são da ordem do discurso político e se constituem, mesmo, e da mesma forma, como mentiras que têm um fundamento de governabilidade, o que quer dizer, necessárias para a manutenção do seu *status* de governo para viabilizar a ação de governo. A pregação de que não há tensão política, por si só, é uma mentira em nome da ordem, muito empregada em épocas de eleições. As mentiras da propaganda de Stalin ou Hitler, em Pêcheux (2012), embora totalitárias, são mais explícitas, menos sutis mas, de mesmo modo, mentiras.

Em “Ler Michel Pêcheux hoje”, Orlandi (2012) salienta como ainda é atual o que Pêcheux desenvolveu ao longo de sua trajetória de pesquisa, incluindo os performativos e a questão política. Se o foco for direcionado para as eleições, que de período em período acontecem no Brasil, esta teoria elucida os acontecimentos que cercam o processo como um todo. Citando o já referido texto que trabalha com propaganda, a autora ressalta que Pêcheux nos faz compreender que o dito passa, antes, pelo processo de antecipação, em que se imagina o que vem pela frente, e é, então, dito por acreditar-se que é o que se quer ouvir. Sobre as propagandas governamentais, Orlandi (2012) trata, então, do deslocamento do discurso, no qual “o que realmente deveria ser significado fica sem significação política real” por meio da propaganda e do *marketing* (ORLANDI, 2012, p. 16). No capitalismo, portanto, segundo Orlandi (2012) novas maneiras de praticar a política surgem com as novas formas de assujeitamento do indivíduo de acordo com as formas históricas a que correspondem.

Mazière (2007 [2005], p. 46), ao ponderar sobre as contribuições de Pêcheux, de seus contemporâneos e sobre as condições de produção da época, aponta que havia um “coletivo intelectual” que ela considera que estava “inquieta com as

questões da ciência e de sua história, da ideologia e do sujeito”. A autora dá a Pêcheux um lugar no pensamento sobre a teoria do discurso e na Análise do Discurso, porém em um conjunto, havendo uma tensão, a partir do seu olhar, para o lugar que ele ocupa se comparada com a opinião de outros autores. Orlandi, por sua vez, ressalta que foi ele, Pêcheux, quem esteve trabalhando as questões sobre “a relação da língua com a ideologia (e, em consequência, sobre o sujeito discursivo)” (ORLANDI, 2012, p. 32), reconhecendo como dele o lugar de destaque que envolve a AD.

Pêcheux (2009 [1998], p. 33) reapresenta diretamente a sua teoria do discurso quando aborda a noção de “processos discursivos” que se propunha a analisar a partir de “elementos científicos” porém ele, contraditoriamente ao que se viu acontecer no mundo a partir de seus escritos, alerta que de sua parte, não há uma “pretensão de fundar uma nova disciplina entre Linguística e o Materialismo Histórico”. Mesmo sem ter, claramente, este objetivo, isso foi o que ocorreu a partir da produção dele e de seus seguidores, chegando-se ao que hoje é a AD, inclusive para o contexto brasileiro. Hoje a AD abarca um disciplinar que faz parte dos estudos linguísticos, trazendo contribuições a grande área da Linguística.

Mazière (2007 [2005], p. 74) situa que a AD trabalhada por Pêcheux e seus seguidores avançou pelos campos da sociologia, sociolinguística e da história. E é através da AD que chega uma nova perspectiva a historiadores e sociólogos sobre a língua e sua não transparência. A língua não é, por Mazière (2007 [2005], p. 16) um “mero instrumento que serve para transmitir um sentido ‘já presente’”, constituído anteriormente a ser discursivizado.

Orlandi (2006, p. 29) indica que há uma re-significação para a língua dentro da AD. “A língua para o analista de discurso, retomando Pêcheux, é relativamente autônoma, porque para significar é preciso que a língua se inscreva na história”, o que ultrapassa o sistema “em que tudo se mantém”, apontado por Saussure, que pensava a língua como autônoma (ORLANDI, 2006, p. 29). A diferença aqui está o “relativamente” ligado à autonomia, o que significa dizer que ela é co-parceira da história, que há uma relação direta entre língua e história. Ela complementa o seu pensamento fazendo uma autoanálise sobre como trabalha a AD em relação à língua afirmando que esta é, senão, um meio. “Eu passo pela língua para compreender o que é o discurso”, define Orlandi (2006, p. 30).

Mas não é apenas a Linguística que teve mudanças e ganhos com os trabalhos da AD. Orlandi (2012) complementa o que fora apontado por Mazière (2007 [2005]) e inclui dentre as disciplinas que ganham com as construções da AD também a pragmática e a teoria da enunciação com “a possibilidade de pensar a singularidade do sujeito na língua assim como a articulação entre língua e ideologia (e inconsciente), abordando os pontos decisivos do materialismo histórico: a questão do Estado, da prática política e da psicanálise” (ORLANDI, 2012, p. 15). Isso tudo se vê refletido nas produções da própria Orlandi, por exemplo, ao longo de sua trajetória de pesquisa pela AD de linha francesa.

A prática política, por exemplo, é presente na história e na produção de Pêcheux. Isso ocorre por sua relação com o social, como sujeito político que se constituía antes mesmo de ser um analista do discurso. Quem era Pêcheux refletia muito do que acontecia no mundo nos anos em que produziu a sua teoria do discurso. Para ilustrar esta relação com seu tempo, retoma-se o momento quando trabalhou, em 1976, a questão sindical e relação com as ciências sociais e humanas. Em seu trabalho, ele situa o que ocorria no social, especialmente na França em que morava, chamando o seu tempo a mostrar-se em suas palavras.

Naturalmente, as diferentes camadas que constituem hoje a pequena burguesia têm ‘objetivamente’ interesse em combinar-se à classe operária contra a classe capitalista (e, a cada ano, a aproximação consolida-se sobre o terreno sindical e, às vezes, sobre o terreno político), mas permanece o fato de que a burguesia pode ainda contar com *base de massa* neste setor já que a influência da ideologia dominante mantém-se sob diversas formas, conservadoras (ou mesmo reacionárias), reformistas e esquerdistas (PÊCHEUX, 2012, p. 239).

Pêcheux analisa, assim, a participação pequeno-burguesa no social dos meados dos anos de 1970, indicando as forças que atuavam no cenário político o qual tanto se interessou, incluindo aí os espaços universitários e a intelectualidade que ali circulava. Suas ideias chegam ao Brasil através Orlandi que, na época, estava vinculada à USP. Em uma cadeia de expansão, continua a produzir sobre a AD e as atualidades de seu tempo, multiplicando seu alcance através de seus textos traduzidos pela própria Orlandi e pela adesão de outros professores que atuavam no Brasil e que estavam vinculados a outras instituições.

Em sua produção sobre a AD, Orlandi (2012) reflete sobre o social e traz à memória a cena daqueles anos de chumbo em que os brasileiros viviam num clima

político de muitos embates, de retirada de direitos. Já naquela época havia pensadores abertos a inovações na teoria que, como ela, descobriram na AD um meio de dizer, quase sem dizer, o que não podia ser dito. Era através do jogo da palavra que se ultrapassava o crivo da censura. Orlandi, que refletia sobre a linguagem considerando Pêcheux e seus escritos a partir de sua passagem pela França, pelo então recém lançado livro AAD 69, explica que a AD instala-se no Brasil no momento político em que há uma produção, a todo vapor, de discursividades do Golpe dos Militares e também da resistência a ele, sendo necessário “ler outras palavras naquelas palavras” (ORLANDI, 2012, p. 19). Isso tudo circulava nos jornais, revistas, textos científicos bem como nos muros e cartazes do Brasil a partir dos anos de 1964 até meados dos anos de 1980. Assim, ela pensa a discursividade que a cercava a partir das noções de ideologia e sujeito na história, trabalhadas por Pêcheux. “Não existe discurso sem ideologia e não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, aí vem o que me motivava”, esclarece Orlandi (2006, p. 32)

Enquanto no Brasil a luta contra a ditadura estimulava professores universitários a pensar alternativas teóricas para seguir seus estudos de modo coerente, sem negar suas verdades, na França o sentido passava a ser o foco daqueles que se dedicavam a teoria do discurso. Um fato importante, salientado por Maldidier (2003 [1989], p. 61) é que desde meados da década de 1970 até a sua morte, Pêcheux permaneceu pensando que a “questão do sentido não pode ser regulada na esfera das relações interindividuais, nem tampouco a das relações sociais pensadas no modo da interação entre grupos humanos”.

Ao tratar da questão da leitura, que considerava estratégica, em “Ler o Arquivo hoje”, ele retoma a questão do sentido e a relega àqueles que podem efetivamente ler, em uma crítica à separação do ler em ler a letra e/ou ler o sentido (MALDIDIER, 2003 [1989], p. 88) Estes estudos de Pêcheux contribuíram para a perspectiva de AD que começava a ser trabalhada no Brasil, em que o ler o social podia e devia se expandir, mesmo com a restrição de direitos que incutia a ditadura à sociedade, com um todo. De mesmo modo, ler o arquivo é, muitas vezes, uma questão de privilégio.

Embora existam políticas de acesso a muitas das instituições estas são, muitas vezes pouco divulgadas, e, por isso, pouco desconhecidas. No entanto há ainda casos em que apesar de existirem, as políticas não são efetivamente

aproveitadas, adotadas, fazendo com que haja uma distância entre o poder dar acesso e o acesso propriamente dito. O fato é que sem acesso não há leitura. Sem leitura não há expansão de “leitura” e, devido a isso, o sentido fica restrito, lendo-se nas palavras apenas o que se deseja que seja lido. Nesta tese trabalha-se com instituições que dão abertura para o acesso as fontes primárias, muito embora estas já tenham sido “recortadas”, resumidas a um conjunto modificado, cheio de “buracos”, que nem de longe corresponde a tudo o que fora registrado no passado.

3.2 A teoria e as teorizações

A reformulação da AD, empreendida no final da vida de Pêcheux, dá início a novos gestos de leituras que compreendiam novas influências e contatos da AD. Segundo Malidier (2003 [1989], p. 95) “Pêcheux percorreu a aventura da língua. Fazendo isso, ele avançou em um terreno desconhecido” o que nos permite chegar àquilo que conhecemos hoje como AD de Linha Francesa.

No final do texto sobre a AD-3, Pêcheux enuncia que são “muitos os pontos de interrogação” e apresenta pelo menos 16 perguntas que, de certo modo, são caminhos para serem pensados e, se houver interesse, seguidos por quem pensa sua teoria e deseja aprofundar-se nela a partir dela mesma (PÊCHEUX, 2010, p. 313). Estas questões sugeridas por Pêcheux nas suas interrogações e tantas outras passíveis de serem suscitadas pela leitura de sua produção é que dão a inspiração para aqueles que investem na pesquisa e no estudo das terias da AD.

Ao apresentar-se no VI SEAD⁸⁸ falando sobre teorização e autoria na produção da ciência da linguagem, Orlandi propõe, a partir da AD, pensar a diferença entre teoria e teorizações. Ela afirmou⁸⁹ aos presentes que “uma vez posta em circulação, uma teoria não para de produzir seus efeitos, dados os diferentes modos de relação com a teoria” constituindo-se em teorizações que ela conceituou como “uma das maneiras de se relacionar com uma teoria” e não produzir uma

⁸⁸ Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Ver nota de rodapé 77.

⁸⁹ A apresentação de Eni Orlandi na mesa de abertura do VI SEAD, em 15 de outubro de 2013, foi gravada em áudio na íntegra pela presente doutoranda, o que permitiu que se utilizassem os trechos colocados entre aspas. Estas são, portanto, as palavras da própria Eni Orlandi e não aquilo que foi compreendido por esta doutoranda do que ela disse ao público.

teoria. Orlandi adverte que algumas vezes pode ocorrer uma confusão terminológica quando se pensa que ao se filiar à AD é preciso produzir uma teoria. A pesquisadora é categórica ao afirmar que não é preciso, mas que o que é necessário é teorizar. Isso pode ocorrer, segundo ela, “por adaptação, por aplicação, por associação, por instrumentalização, etc.”. Ao final de sua participação, quando estabelece a relação entre o *parkour*⁹⁰, exemplo de prática em que o sujeito “trilha” o caminho de modo alternativo ao percurso posto, pré-concebido, nas ruas das cidades, Orlandi afirma que, da mesma forma, a teorização “é a escrita de si, autoria” quando o sujeito se reescreve, pois nela “tudo é percurso, práxis”.

Mazière (2007 [2005], p. 45), em relação à teoria e as teorizações, afirma que a AD “se estabeleceu em dois anos, mas seguiu produzindo, até os anos de 1990, escritos que se tornaram clássicos”. Mesmo considerando que a autora, com esta afirmação, reduz a produção da AD no mundo, há que se reconhecer que ela também contribui com os estudos da AD ao fazer indicações de alguns importantes textos. Contraditoriamente, no entanto, na parte em que apresenta os textos, ela menciona que as produções “vão até novembro de 2004” (MAZIÈRE, 2007 [2005], p. 129). A autora organiza, ainda, em seus anexos, os métodos pelos quais é/foi produzida a AD. Chama a atenção ao fato de que, nesta parte final de seu livro, ela apresenta o trabalho de uma das representantes brasileiras na produção de AD, sem dúvida o marco da AD no Brasil: Eni Orlandi. Sobre a produção de Orlandi, Mazière (2007 [2005], p. 123) remonta os discursos de descobrimento em “*La nature et les donnés*” publicado na França em 1998. Orlandi faz um estudo das tipologias, que seriam utilizadas para determinar os tipos de discurso, a partir do estudo de relatos de viagens ao Brasil.

As questões da textualidade em AD são trabalhadas por Orlandi, conforme obra publicada originalmente em 1990, chamada “Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo” e que ela mesma refere ter início pelo menos oito anos antes, em 1982 (ORLANDI, 2008 [1990], p.11) ao desejar trabalhar com a linguagem na relação entre índios e ocidentais, entre América e Europa. Na sua

⁹⁰ Orlandi usa metaforicamente o exemplo do *parkour* para trabalhar a produção de teorização em AD. O exemplo que usa segue uma preocupação recorrente em seu trabalho uma vez que ela considera em seus escritos “o espaço urbano numa perspectiva discursiva em que a história e a língua se articulam produzindo sentidos” (ORLANDI, 2012c, p. 185). Segundo a pesquisadora, *parkour* é “traço”, “arte do deslocamento” ou ainda “é uma atividade cujo princípio é mover-se de um ponto a outro o mais rápido e eficientemente possível usando principalmente as habilidades do corpo humano criado para superar obstáculos”.

pesquisa, que resultou na referida obra, Orlandi teve como objetivo “compreender a formação de modelos discursivos e as práticas ideológicas produzidas no confronto da ciência, da religião, do direito e da política (sobretudo social)” (ORLANDI, 2008 [1990], p. 12). Ela trabalha com o discurso do viajante sobre as noções relacionadas de ideologia e discurso a partir de “algumas falas ou algumas situações de falas da nossa história passada e presente” que ajudam a construir sentidos onde ela vê uma espessura da língua pois estes tratam-se, para ela, de “sentidos que chegam com a mesma incerteza do viajante que acaba por dizer sobretudo o que não sabe sobre aquilo que, desconhecido, veio a conhecer” (2008 [1990], p. 13).

Sobre a questão da metodologia em AD, Orlandi (2012b [2011]) parte de Pêcheux, a quem é plenamente filiada, afirmando que através dele “nós temos um método para pensar a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, os sujeitos, o mundo” (ORLANDI, 2012b [2011], p. 12). A cada ano, mais da produção de Pêcheux é conhecida no Brasil, principalmente pelo fato de várias obras trazerem seus textos e produções em traduções para o português, ultrapassando a barreira da língua, que por ser originariamente a francesa poderia se constituir um obstáculo para os que não transitam pela mesma. Em obra organizada por Orlandi que reúne vários textos do autor, a pesquisadora brasileira propõe que se proceda a uma leitura que o próprio Pêcheux chamou de revisionismo. Orlandi (2012b [2011]) afirma que estes textos “são menos lidos porque menos conhecidos, publicados em revistas de pouca circulação, ou apresentados em colóquios e mesmo em jornais” e os classifica como “textos raros”, de “textos de tomadas de posição” (ORLANDI, 2012b [2011], p. 14). Assim, em 2012, temos a tradução de mais textos de Pêcheux em uma obra que traz aqueles que foram escolhidos pela própria Orlandi e que só foram publicados pelo acesso dado pela viúva de Pêcheux, Angélique. “Do outro lado do Atlântico, ela ajudou-me a construir a disciplina [AD] no Brasil”, reconhece Orlandi, que menciona o auxílio que recebeu de Francine Mazière para determinação do que seria escolhido (ORLANDI, 2012b [2011], p. 11). O objetivo de Orlandi é claro: o que ela deseja, ao publicar as traduções, é dar “mais uma vez, a palavra a M. Pêcheux” permitindo ao “leitor o encontro com os textos” (ORLANDI, 2012b [2011], p. 20), sendo esta uma forma de homenageá-lo, a partir da reflexão de seus textos. Mais uma vez a questão do acesso, neste caso a arquivo de um pesquisador, vem à tona, resultando em importante contribuição para que mais pesquisadores conheçam e

pensem sobre a produção de Pêcheux sobre o discurso, tornando facilitada a contribuição dele na composição de em seus trabalhos.

3.3 Análise de Discurso e seus desdobramentos

Apresentando um pouco da história de Pêcheux e da AD reconhece-se que a história é sempre uma parte do que se poderia contar e que essa história não cessa de se reinventar. Orlandi (2006) rememora, em entrevista concedida ao Laboratório *Corpus* da UFSM, como se deu a sua inserção nas discussões sobre o político e a AD, fazendo uma relação direta entre o que acontecia na França naquele final dos anos de 1960 e a efervescência intelectual que ela acompanhou de perto por estar naquele lugar no momento em que cursava o seu doutorado em *Vincennes*. “A vida intelectual no *Quartier Latin* [determinada região de Paris] era muito viva, era um momento de efusão intelectual [sic] de rua na França. Eu aprendi muito, no fundo, na rua, mais do que, às vezes, na sala de aula. Nessas relações em livrarias, teatro, cinema, espetáculos, enfim, pessoas que você conhecia” (ORLANDI, 2006, p. 19). Foi em uma dessas livrarias francesas que ela se deparou com o AAD 69 de Pêcheux e outros textos importantes para a época.

Quando voltou ao Brasil, segundo relata em entrevista, passou a trabalhar com o discurso, mas não ainda com a AD, no início dos anos de 1970. Orlandi destaca a ironia de que enquanto ainda era professora da USP trabalhava com o discurso na sociolinguística, o que era combatido por Pêcheux na França. “Pêcheux não queria isso [que a AD fosse um ramo da Sociolinguística], e com razão, porque ele queria mostrar justamente esta coisa do constitutivo, do social, do histórico, etc” (ORLANDI, 2006, p. 21).

Orlandi passa a trabalhar com AD somente quando ingressa na Unicamp (ORLANDI, 2006). Na conferência “Teorização e autoria: uma questão narrativa e de reescrita de si”, na abertura do VI SEAD⁹¹, Orlandi revive a sua escolha pela AD e afirma que tinha necessidade de procurar respostas em outros lugares e que esta foi uma possibilidade de fuga, um novo momento para encontrar aquilo que não tinha na

⁹¹ Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Ver nota de rodapé 77.

sintaxe. Ela conta que o que a levou a trabalhar com a AD é que ela “tinha a necessidade de poder falar de duas coisas na época: os bastidores [da Ditadura] [...] e de outro lado o mundo como ele é como ele estava [...] e aí que eu fui atrás e foi aí que eu encontrei Pêcheux, que é um encontro”. Este se encontro se materializa, posteriormente, pela articulação do que Pêcheux construiu como teoria em sua produção, o que lhe envolve profundamente até os dias de hoje uma vez que produz muito, sendo Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A, e atualmente⁹² está envolvida como pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); é professora do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), o qual coordena, e é professora colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp.

No seu lugar de trabalho, naqueles primeiros anos, no entanto, teve que travar uma batalha para manter a disciplina de AD pois não contava com o apoio de seus colegas do departamento de Linguística. “Para institucionalizar [a AD], foi preciso que alunos se interessassem para que se configurasse um lugar de existência para essa disciplina, para o que eu tinha para falar disso e para quem. E aí, começou a ser muito forte [...]” (ORLANDI, 2006, p. 21). O movimento de dentro para fora deu certo, ocasionando uma adesão às ideias da AD o que, ao longo dos anos, se converteu em dissertações e posteriormente teses sobre o tema nas universidades do Brasil.

Na conferência do VI SEAD⁹³, Orlandi traz para as discussões um enunciado das ruas para deslocar em favor da compreensão daquele momento de institucionalização da AD. Ela destaca o enunciado “Ideais são à prova de bala”, que esteve presente em cartazes nas manifestações de rua no Brasil em 2013⁹⁴, e complementou a ideia com outro enunciado: “Teorias também”, pensando a própria

⁹² Informações do Currículo Lattes da pesquisadora. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>>. Acesso em: 18 out. 2013.

⁹³ Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Ver nota de rodapé 77.

⁹⁴ No primeiro semestre de 2013, o Brasil teve uma série de manifestações de rua por diversas demandas sociais que tomaram vulto no real e na mídia nacional e internacional. O estopim das manifestações foi o aumento das passagens de ônibus urbanos porém os protestos se estenderam e ganharam grande repercussão em capitais dos Estados e cidades de interior. Em Santa Maria, o foco foram os gastos do governo municipal e a tragédia de janeiro de 2013 ocorrida na cidade, quando uma boate pegou fogo matando 242 pessoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/protesto-reune-cerca-de-30-mil-manifestantes-em-santa-maria-rs.html>>. Acesso em: 14 out. 2013.

AD enquanto uma teoria. Desse modo Orlandi demonstra um pouco da tensão que viveu, pessoalmente, para manter e fazer crescer a disciplina no Brasil semelhante ao que passou Pêcheux, na França, e que resultou na continuidade e evolução das teorias e teorizações da AD.

Dias e Petri (2013, p. 15) abordam a produção de conhecimento na área da AD no Brasil e a relação com a “força histórica do trabalho de Eni P. Orlandi” afirmando que foi esta autora “que trouxe a Análise de Discurso para o Brasil e formou, direta ou indiretamente, ao longo dos últimos 30 anos, grande parte dos pesquisadores” que atuam em diversas instituições como especialistas em AD. Guimarães (2001, p. 51), ao analisar a produção de Orlandi desde a década de 1970, afirma que “o espaço de filiações que o discurso da autora se dá, é aquele que formula um lugar particular, e um objeto específico para a análise de discurso”, o que lhe confere também um lugar teórico importante no Brasil.

Dias e Petri (2013, p. 21) constatam que a partir de Orlandi, e do que ela construiu teoricamente dentro da AD no país, especialmente refletido no que é produzido no Labeurbe⁹⁵ da Unicamp, há um eco que pode ser observado enquanto “desdobramentos, deslocamentos e perspectivas” nos trabalhos dos demais pesquisadores que também estão se dedicando a esta tarefa de ver “o político na linguagem, o discurso como materialidade da ideologia” (DIAS; PETRI, 2013, p. 20).

No caso da Universidade Federal de Santa Maria, há um grupo de pesquisadores que se reúne em torno do projeto História das Ideias Linguísticas e da AD que compõe o Laboratório *Corpus*⁹⁶ e que coopera com o Laboratório da Unicamp e outros⁹⁷, de outras universidades, na proposição e realização de eventos e produção científica. Martins (2012, p. 18) menciona em sua tese que o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, o PROCAD, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, oportunizou que no interior do Rio Grande do Sul houvesse um foco de estudos em torno do projeto História das

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/home/index.lab>> Acesso em: 16 dez. 2015.

⁹⁶ Disponível em: <<http://corpus.ufsm.br/>> Acesso em: 16 dez. 2015.

⁹⁷ Os laboratórios que trabalham em rede com o Laboratório *Corpus* são o Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, e o Laboratório Discursivo, sujeito e sentidos em movimento (e-L@DIS) da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto (USP/RP). Além disso, o *Corpus* tem um convênio com a Universidade de Franche-Comté, na França, para onde já se dirigiram acadêmicos vinculados ao Laboratório para fazer/complementar suas pesquisas. Disponível em: <http://corpus.ufsm.br/?page_id=34> Acesso em: 20 out. 2013.

ideias linguísticas no Sul, coordenado pela professora Amanda Eloina Scherer, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras/CAL/UFSM).

Dias (2012, p. 35), a respeito da participação dos pesquisadores das universidades nas reflexões sobre a linguagem observa que “juntamente com a filiação teórico-metodológica, a filiação institucional é um suporte que, ao dar condições de possibilidades de uma pesquisa, também ela é parte dessa realização no domínio entendido, por nós, como científico”. O sujeito pesquisador tem também, em si, o institucional marcando a sua posição sujeito, conforme se apresenta em AD e já anteriormente mencionado. Neste mesmo sentido, Martins (2012, p. 80) propõe pensar que “a AD, enquanto disciplina, não é um campo de saber estabilizado, normatizado, tal qual inúmeros outros campos que já foram disciplinarizados há décadas em nossas instituições universitárias. A AD está em constante reconfiguração de sua delimitação disciplinar”. Com isso, a autora afirma que está se construindo dia-a-dia no fazer acadêmico, o que está extremamente influenciado por Orlandi devido a sua posição como referência.

O Laboratório *Corpus*, segundo consta na página do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras)⁹⁸ é denominado como Laboratório de Fontes de Estudo da Linguagem e tem pesquisadores, professores e acadêmicos, vinculados a dois grupos de pesquisa relacionados ao Programa. Os grupos são: Linguagem, Sentido e Memória⁹⁹ e Literatura e História¹⁰⁰. De acordo com o que consta na *home page* do Programa, o Laboratório *Corpus* tem

O objetivo de disponibilizar acervos, incentivar o trabalho de recuperação de fontes e desenvolver uma dinâmica de seminários, exposição de material, reuniões de estudo e de trabalho; enfim, apresenta-se como um espaço propício à formação de jovens pesquisadores e de desenvolvimento de pesquisas na área de Letras e Linguística, através da temática história, língua e memória.

⁹⁸ Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgletras/intro.htm>>. Acesso em: 10 out. 2013.

⁹⁹ O Grupo conta com 17 pesquisadores e 30 estudantes vinculados e é certificado pela Instituição. Informações sobre o Grupo de Pesquisa “Linguagem, Sentido e Memória” e podem ser encontradas na sua página ligada ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0327801CJEXDPA>>. Acesso em: 12 out. 2013.

¹⁰⁰ O Grupo conta com 8 pesquisadores e 6 estudantes vinculados e seu certificado expirou há mais de 12 meses. Informações sobre o Grupo de Pesquisa “Literatura e História” e podem ser encontradas na sua página ligada ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0327801CJEXDPA>>. Acesso em: 12 out. 2013.

Segundo dados coletados na *home page* do Laboratório¹⁰¹, são 30 os pesquisadores ligados ao *Corpus* das mais diferentes instituições, nacionais e internacionais, que contribuem com as pesquisas e eventos ali realizados. No ano de 2012, 19 acadêmicos pós-graduação, realizando mestrado e doutorado (alguns deles com bolsa Capes) e de graduação (com bolsa PIBIC-CNPq) estavam vinculados ao Laboratório, com a orientação direta de duas professoras da UFSM: Amanda Scherer e Verli Petri. Para que se chegasse até a criação e consolidação de um Laboratório em Santa Maria, no entanto, foi percorrida uma longa história desde a sua formação, história esta que está intimamente ligada à própria criação da disciplina de AD na UFSM.

Scherer (2013, p. 248), ao expor sua experiência em AD, especialmente ligada à UFSM, à priori credita seu trabalho ao seu “próprio eu insatisfeito” que está em “conflito com o mundo”. Segundo as palavras da própria autora (SCHERER, 2013, p. 253), este eu “teima em não me situar no contexto orlandiano brasileiro”. No entanto, a constituição da história da autora com a “AD orlandiana” se vai revelando. Isso ocorre através da memória dos encontros e das leituras que fez de Orlandi, principalmente a partir de uma entrevista coordenada por Scherer à professora da Unicamp. Scherer revela em seu texto, baseado em sua participação em mesa de um evento¹⁰² realizado em Campinas em 2011, que sua história “é mais uma história da AD da Eni do e no Brasil” e que sua filiação lhe ancora no seu “dia a dia de pesquisa e de orientação na pós-graduação” (SCHERER, 2013, p. 258). Com estas memórias, salienta-se o início do desenvolvimento da AD em Santa Maria.

Scherer reporta-se para o ano de 1993, quando retornava da França, após realizar seu doutorado, e é requisitada a “intervir em uma nova disciplina que os acadêmicos estavam solicitando [...] designada e, algumas vezes nomeada como Análise dos Discursos” (SCHERER, 2013, p. 256). Paralelamente a isso, um novo curso de pós-graduação era pensado na Universidade, sendo que em julho daquele mesmo ano Eni Orlandi visita Santa Maria, a convite da UFSM, para falar em um evento interdisciplinar que visava contribuir nas discussões pró criação de um mestrado e/ou doutorado que tratasse de questões contemporâneas. É neste

¹⁰¹ Disponível em: <http://corpus.ufsm.br/?page_id=10>. Acesso em: 14 out. 2013.

¹⁰² I Seminário Interinstitucional de Análise de Discurso, realizado entre os dias 30 de junho e 1º de julho de 2011 na Unicamp, em Campinas, SP (DIAS; PETRI, 2013, p. 15).

evento¹⁰³, especialmente nesta mesa de que participava Orlandi, que Scherer reconhece que, a partir de então, passa a “assumir uma posição política de filiação e, mais tarde de pertencimento” (SCHERER, 2013, p. 257).

A história da AD em Santa Maria deve ser vista como as condições de produção oportunas para que se possa desenvolver uma tese que trata da temática do “discurso sobre” a morte pois é a partir de um institucional consolidado que novas pesquisas, em diferentes materialidades podem ser operacionalizadas. A materialidade em questão, o atestado de óbito, privilegiado nesta pesquisa, denota um campo que se amplia não apenas pelo estudo da teoria e método da AD como também para a intersecção com novas áreas, tal como é a arquivística que tem, na tipologia documental referida, também um foco de análise, porém voltado para o documento enquanto registro. O nível de análise do discurso, em que o gesto de leitura se dá, segundo o modelo proposto por Petri (2013, p. 47), em movimento pendular da teoria para análise e vice versa, é restrito, porém, ao analista de discurso que vai ao “interior da discursividade que lhe interessa analisar” para, criticamente, no embalo do pêndulo, observar o seu trabalho e se verificar se, acaso, ele já alcançou um fim considerando que, de acordo com Petri, na verdade trata-se de um “efeito de fim”, um ponto final necessário (PETRI, 2013, p. 47).

¹⁰³ I Seminário Internacional Interdisciplinar: as transformações do conhecimento na virada do século, realizado entre os dias 4 a 8 de julho de 1993 na UFSM, em Santa Maria, RS (SCHERER, 2013, p. 257).

CAPÍTULO 4

DISCURSO SOBRE, SILÊNCIO E ARQUIVO

Malidier e Guilhaumou (2010 [1994], p. 161) são parte da AD e têm envolvimento com sua produção científica. Os autores afirmam que na sua forma clássica, o arquivo para a AD era o local de onde era recortado o *corpus* da pesquisa, em “séries textuais impressas, já conhecidas e analisadas pelos historiadores”. Este primeiro tipo de arquivo de que tratam os autores é tido por eles como “opaco”, sem que se possa proceder a sua leitura em um único movimento. A relação com o institucional do arquivo é considerada como “insuficiente” dado que, em seu ponto de vista, é necessário outro regime de leitura por ele ter, em si, “dispositivos e configurações significantes”.

A noção de arquivo efetivamente trabalhada pelos autores, porém, é aquela que amplifica o campo da AD, que vê o social no político, uma vez que se interessa pela “história social dos textos” (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 2010 [1994], p. 162), considerando, portanto, a noção de história e a linguística. O que se via de modo tradicional como história pode ser tomado em outra perspectiva quando se observa a língua na prática social. “A análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas, sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição”, explicam os autores (2010 [1994], p. 165). O momento da análise do *corpus* em si é considerado pelos autores como um “momento privilegiado: o da relação da materialidade da língua, com a história, com o real” (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 2010 [1994], p. 169).

A dispersão do arquivo dificulta a tarefa do analista que precisa retornar a ele de modo a explorá-lo e chegar ao temático para dar outro sentido ao que é histórico, ao que é social no político. Para isso, de acordo com os autores, o pesquisador tem de mergulhar “na materialidade dos textos” de modo que a história encontre a língua (2010 [1994], p. 182). “O retorno ao arquivo abre então à análise de discurso possibilidades múltiplas” sendo que a AD se posiciona como uma disciplina

interpretativa e encontra em si mesma “critérios de inteligibilidade” (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 2010 [1994], p. 183).

Maldidier e Guilhaumou (2010 [1994], p. 182) defendem que a AD “permite colocar em evidência as estratégias discursivas que se desenrolam no acontecimento”. Esta tese faz um movimento de retorno ao arquivo uma vez que busca olhar para o que há de discurso *sobre* a morte e que silêncios são observáveis nos arquivos a partir de conjuntos de documentos mantidos em instituições, públicas e privadas, de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul: Santa Maria.

Farge (2009 [1989], p. 118), ao discorrer sobre aquilo que se encontra nos arquivos, sobre seu conteúdo, vivo, pulsante, afirma que “com certeza há meio, pela simples escolha das palavras, de produzir abalos, de desmentir evidências, de inverter o habitual fio indulgente do conhecimento científico [...] marcando lugares onde o sentido se desfez, produzindo ausência lá onde reinam certezas”. Para que isso aconteça, no entanto, é preciso que novos sujeitos se sintam interessados em olhar, ler, analisar o discurso marcado na materialidade do passado.

Ao propor um acesso fecundo ao arquivo, como em Pêcheux (2010c [1994]), Petri (2002, p. 121) reflete sobre como pesquisadores de Letras tratam seus *corpus* e fontes de pesquisa, o que considera ser o original de cada trabalho. As relações com outras áreas enriquecem, segundo a autora, “as discussões teóricas e metodológicas” (PETRI, 2002, p. 121), o que deve extrapolar a ideia de fechar-se em si e promover novos arquivos a partir destas diferentes disciplinas, como é o caso estudado por Petri para a sua tese, transitando entre as Letras e Ciências de Formação Social. Petri (2002, p. 122) defende que o “arquivo já é o resultado de uma seleção prévia de fontes” e que a sua leitura depende não apenas dos objetivos como também do tempo que tem o analista. Ela, a leitura, “deve ser, antes de tudo, um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, onde se produzem e se reproduzem discursos” (PETRI, 2002, p. 122). A extensão do arquivo, segundo Petri, não é determinante para seu bom aproveitamento ou sucesso da análise e, sim, é o tratamento recebido que qualifica o trabalho (PETRI, 2002, p. 122). A autora defende que “este tratamento que é dado ao *corpus* e às fontes depende muito de como o pesquisador concebe o mundo e da linha teórica que norteia a pesquisa” e que este esforço científico se converte em alguma vantagem teórica, ou “avanço na teoria, por menor que seja” (PETRI, 2002, p. 123).

O avanço da teoria, ou a proposição de teorizações conforme propôs Orlandi no VI SEAD¹⁰⁴, se dá a partir de um esforço científico para o qual é necessário, segundo a autora, realizar um “movimento pendular”, que visualmente pode se dar num triângulo, haja vista que tem três pontas: *corpus*, teoria e arquivo. Tridimensionalmente, considerando ainda mais uma ponta como sendo o analista, isso pode ser representado como uma pirâmide triangular, uma vez que a cada novo movimento o analista de discurso tem que retornar a si de modo a refletir. A Figura 3 representa o que é exposto por Petri (2002).

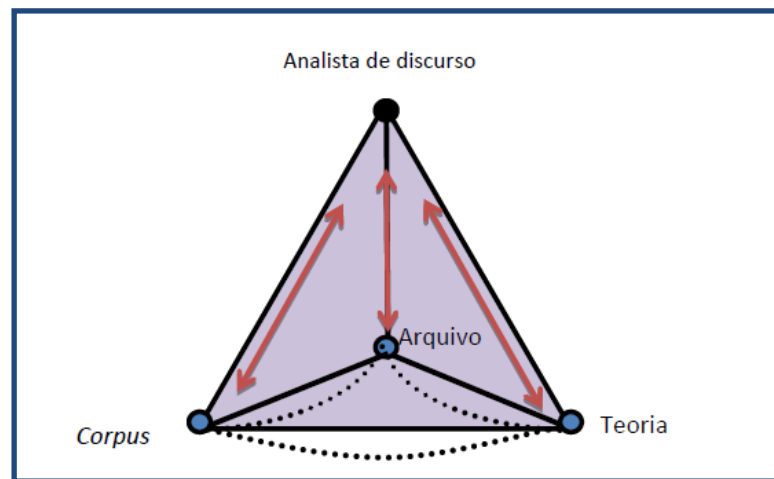


Figura 3 – Movimento pendular a partir do vértice “Analista de Discurso”
 Fonte: Baseada em Petri (2002, p. 123)

Este “movimento pendular”, defendido por Petri (2002), será útil para a construção dos dispositivos teórico e analítico, para que seja, segundo a autora, “satisfatório” àquilo a que a pesquisa se propõe. Especialmente o contato com o vértice denominado “arquivo” poderá promover mudanças de rumo na pesquisa, sendo que o pesquisador deve, por isso, estar permanentemente atento, fugindo do que é evidência (PETRI, 2002, p. 123). Os três pontos da base (arquivo, *corpus* e teoria) relacionam-se entre si, fazendo avançar o trabalho a cada novo circuito que se ultrapassa.

¹⁰⁴ Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Ver nota de rodapé 76.

Nesta tese observa-se que o arquivo, baseado em documentos encontrados em instituições arquivísticas, é rico no detalhamento e divergente a partir de cada lugar de memória. Sem dúvida o arquivo faz a diferença na análise nesta tese, como se vai ver nos capítulos 5 e 6, pois ele vai sendo ajustado, reduzido e depois ampliado, para enfim alcançar o *corpus* discursivo a que se detém a analista.

O processo é que deve ser o foco dos esforços do analista do discurso e não o produto da linguagem na materialidade discursiva, articulando outras áreas, o que é próprio da AD, para reconhecê-lo em suas condições de produção a partir de onde emerge enquanto arquivo, indo “beber água em outras fontes”, considerando a “historicidade” e a “exterioridade” (PETRI, 2002, p. 125).

Romão e outras autoras (2011, p. 11) entendem que “a inscrição do político ferve no e pelo arquivo” já que antes de ser arquivo é preciso que este conjunto seja “selecionado, recortado, ordenado por uma instituição antes de se dar a conhecer o sujeito-leitor”. O silenciamento é parte do que se toma como arquivo no inverso do que é mantido, disponível, excedente. Entre o “prestígio” e o “descarte”, o “apagamento” e a “lembrança, mencionados pelas autoras, há também um gesto de leitura, pelo sujeito que arquiva. O “indesejável” de ser lido e o publicizado, acessado, têm, antes, um olhar que lhes permite aparecerem assim, enquanto documentos. Nesta perspectiva vem à tona as discussões sobre competência, para julgar, e importância, para permanecer. Do ponto de vista das Letras e da linguística, as autoras defendem que um arquivo é “um lugar discursivo que nos permite acompanhar as práticas discursivas realizadas em determinadas culturas” o que faz desta noção, a de arquivo, como nodal nos estudos de AD uma vez que se encontram nele “objetos discursivos de distintas materialidades significantes” (ROMÃO et al., 2011, p. 16).

A falta, por sua vez, é constitutiva do arquivo (ROMÃO et al., 2011, p. 19) e é parte da realidade de não ser possível manter tudo pelo “perigo” de cometer o excesso. O arquivo, segundo as autoras, está diretamente ligado à história e necessitamos da ilusão de saber que existem para que possamos recorrer a eles quando quisermos, devido à potencialidade deste objeto parecer infinita. Segundo Orlandi (2010, p.82) o “dispositivo teórico da análise do discurso” inaugurou novas maneiras de ler considerando o dito e o não dito (como o implícito e o silêncio ou a falta), e ainda “o que já foi dito mas já foi esquecido” e tem efeito na atualização. O que se quer com este trabalho é realizar um gesto de leitura nos documentos

preservados nos arquivos santa-marienses pesquisados levando em conta o discurso *sobre* a morte. Esta é, sem dúvida, uma forma de atualizar o esquecido, de dar à luz aquilo que estava confortavelmente escondido dos olhos. Com isso, os anônimos, não conhecidos por grandes feitos ou por aquilo que fizeram em vida, ressurgem do passado, pela pesquisa de tese, por sua morte, por seu registro de morte. Mesmo que haja uma brevidade neste tipo de registro, como se poderá ver mais adiante, nos capítulos 5 e 6, ele está preservado, ele foi documentado, ele é passível de ser lido.

4.1 O discurso *sobre*

Uma questão relevante para esta tese é o discurso *sobre*, tendo como texto principal nas discussões que se seguiram nos demais estudos que tratam do tema aquela perspectiva encontrada em Orlandi (2008 [1990]). Em “Terra à vista” (2008, p. 44), a autora esclarece que o discurso *sobre* está intimamente relacionado à questão da polifonia, dando espaço as vozes que falam sobre algo, possibilitando a compreensão que se dá ao dito. Trata-se de diferentes sentidos dentro de um sítio de significância que pode ser atualizado no transcorrer do tempo.

No caso específico desta pesquisa, deseja-se analisar de que forma é apresentado o discurso, em um espaço em que se podem “ouvir” muitas vozes, como é o arquivo constituído para esta tese, sobre a morte em registros provenientes da Intendência Municipal, da Arquidiocese, do Cartório e de um jornal local, todos do ano de 1896. Orlandi defende que “ser ‘objeto’ de pesquisa não significa, por si, um rebaixamento [...] é o ser observado e o observar que trazem a espessura de uma história que já tem em si uma direção: a do superior para o inferior” (2008 [1990], p. 276) o que considera a questão histórica e da ideologia.

Faz-se preciso observar o gesto de leitura e seu funcionamento (ORLANDI, 2008 [1990], p.280) no discurso *sobre* a morte na construção da memória coletiva sobre a morte e a reconstrução da história por meio dela. Esta memória, no entanto, poderia ser afetada por alguma não repetição sendo que está é, por sua vez, apenas

um efeito de estabilidade. A isso Pêcheux (1999, p. 53)¹⁰⁵ chama de “jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” evitando que desregulalize o que parece estável.

-um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; -mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’ (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Retomar, pois, o discurso *sobre* a morte da Santa Maria dos anos de 1896 pela AD pode ser revelador pelo gesto de leitura e pela possibilidade de instituir um acontecimento discursivo onde não se havia visto nada mais que um relato de morte, informação repetida com nomes e datas diferentes. A AD toma os documentos como monumentos, conforme Orlandi (2010 [1999], p. 64) “nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras”. Estas leituras se relacionam com os sentidos que podem ser alcançados tomando como ponto de partida o objeto em observação.

Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. E isto não tem a ver com a objetividade da análise mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos (ORLANDI, 2010 [1999], p. 64).

É então que Orlandi (2010 [1999]) nos faz compreender que tanto a escolha do que tomamos como *corpus* como a forma como fazemos a análise, o dispositivo amparado na teoria, são fundamentais para compreender os resultados que alcançamos como analistas. A autora esclarece que o que o analista deve buscar é uma interpretação que pode seguir por um caminho de contemplação do objeto simbólico que analisa em seu discurso de modo a obter, em um segundo momento, a compreensão sobre o modo como ocorre o processo discursivo, como os sentidos funcionam em dada materialidade. “Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o

¹⁰⁵ Texto apresentado originalmente por Pêcheux, em francês, em 1983.

controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 60).

No proceder a um gesto de leitura, é preciso considerar, no entanto, que Orlandi (2003) reconhece no texto como aquele discurso que está em funcionamento e que se relaciona com o que está em sua exterioridade, permitindo que haja uma inter-relação entre o dito e aquilo que está ao ser redor, “o exterior específico (o real da história) [...] atravessado pelo exterior constitutivo (o interdiscurso)” (ORLANDI, 2003, p. 4).

As múltiplas vozes passam a dar sentido a partir de interpretações do objeto em questão. Ao encerrar sua reflexão que diz respeito ao *discurso sobre* o Brasil, Orlandi (2008 [1990], p. 264) defende que “os sentidos podem ser muito diferentes se recortarmos as histórias em diferentes perspectivas”. Na pequena nota de rodapé de “Terra à vista” (2008 [1990]), a autora focaliza o exemplo do discurso *sobre* o Brasil, que no domínio da história, “organiza, disciplina a memória e a reduz” (ORLANDI, 2008 [1990], p. 44). Buscando outras palavras de Orlandi sobre o mesmo tema, Lucas (1996, p. 16) cita Orlandi (1994) em que esta afirma que há “‘discursos sobre’, onde as diferentes vozes (dos discursos de) se organizam, lugar este onde o discurso histórico se institui, onde a memória é disciplinada e reduzida”. Assim ao discursar *sobre* a morte, por exemplo, as diferentes vozes tornam-se organizadas, oferecendo disciplina ao “discurso de” e trazendo a memória como uma realidade. Esta memória é aquela que aparece no interdiscurso (eixo vertical, que tem o enunciável, a memória, onde se localiza o ‘já lá’ o ‘já dito’) e se faz presente no fio do discurso a partir do intradiscurso, no eixo da formulação, que é dado na teoria como eixo horizontal.

De outro lado, Venturini (2011, p. 2940) registra que este tipo de discurso, o discurso *sobre*, é “altamente pedagógico” oferecendo ao leitor uma “aparente estabilidade, que aproxima o fazer discursivo do fazer histórico” e a única forma de dizer, a forma ideal, a esperada, a possível, a que deve ser dita. Há uma falsa certeza, compreendida pelos esquecimentos definidos por Pêcheux (2010), especialmente, o um, em que o sujeito pensa ser a origem do seu dizer.

Considerando que a ideologia está presente como fator decisivo na compreensão do discurso, pela interpelação ao sujeito que, por sua vez “acredita que tudo pode dizer”, tem-se que, apesar de haver muitos sentidos, a polifonia da qual salientava Orlandi (2008 [1990]), “apenas um deles se torna dominante dadas

as condições de produção e o contexto sócio-histórico-ideológico” (FERRAREZI; ROMÃO, 2006, p. 3).

Ao analisar o posicionamento da imprensa sobre a questão agrária, Indursky (1999), que utiliza a noção de discurso *sobre* o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), afirma que mesmo havendo “diversas vozes envolvidas” as narrativas direcionam o sentido “privilegiando a posição-sujeito dos fazendeiros e seu efeito de sentido” (INDURSKY, 1999, p. 184). Ou seja, através da análise das materialidades discursivas, o discurso sobre o MST na mídia tem uma tomada de posição, indicando não apenas uma questão ideológica forte no discurso como também uma questão histórica de aceitação de um determinado lugar político para a imprensa.

Vargas (2009) também desenvolve análise em sua pesquisa a partir da noção de “discurso *sobre*” porém trabalhando a temática da solidariedade e economia solidária. Para a autora, o discurso *sobre* “é formulado desde uma memória constitutiva, oferecendo uma gama de formulações, doutrinamentos, veiculados, muitas vezes, por uma voz de autoridade e de verdade que parece harmonizar as diferentes vozes dos *discursos de*” (VARGAS, 2009, p.70). Esta harmonização é aparente porque, segundo Orlandi (2008 [1990], p. 50), “todo discurso atesta a sua relação com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe etc.) e com o interdiscurso (que o determina)”. Sendo que existem outros discursos, não há uma harmonização de fato porém pode-se dizer falsa ou pretendida.

Vargas (2009, p. 70) considera, em sua análise, que o discurso *sobre* “engendra uma espécie de mecanismo controlador dos sentidos, um funcionamento incessante para manter um sentido literal, um efeito de direcionamento a um centro, a um alvo visível e indiscutível”, mas será que se pode dizer que há, de fato, um sentido literal? Pêcheux (2009 [1998], p. 146) entende que o sentido não existe em si e Orlandi (2010 [1999], p. 60) é categórica ao afirmar que “não há sentidos ‘literais’ guardados em algum lugar – seja o cérebro ou a língua – e que ‘aprendemos’ a usar”. A relação que estabelecemos com uma determinada formação ideológica é que vai nos servir de referências para que possamos reconhecer/aplicar um dado sentido a uma palavra, expressão, enunciado, a partir da nossa posição nessa formação.

Desse modo, pactuamos com a ideia de Orlandi (2008 [1990]) sobre o discurso *sobre*, no qual considera-se a pluralidade diante dos diferentes lugares a

partir dos quais se pode tomar a morte em Santa Maria de 1896. Cada olhar traz em si a sua perspectiva, tornando o discurso *sobre* a morte aquele mais próximo da formação discursiva de onde este é emanado. São diferentes modos de significar o mesmo, diferentes leituras de mundo, e que uma vez registrado, pode ser lido também (por sua pluralidade e pela fuga dos sentidos) de outras maneiras. Isso é corroborado pela própria história e pela historiografia uma vez que já foi mencionado nesta tese que diante de novos documentos, novas questões levantadas, uma nova história pode ser tomada como “verdade” (regulada como possível, pelo menos até que surjam outros registros, outros documentos, para uma outra nova história ser constituída).

A representação do sujeito pela linguagem traz em si as “formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Se de um lado a noção de formação discursiva considerada neste trabalho é aquela considerada por Pêcheux (2009 [1998], p. 147) quando este explica que esta é o “*que pode e deve ser dito*” pelo sujeito, na formação ideológica, no entendimento do mesmo autor, tem-se a instância ideológica material com um “caráter ‘regional’ e [que] comportam posições de classe” (PÊCHEUX, 2009 [1998], p. 132). Assim, em outras palavras, é pelas formações ideológicas que os sentidos são determinados e estes podem ser sentidos outros dependendo do que o sujeito interpelado sustenta no discurso em questão.

Neste sentido, os documentos de óbito, foco do presente estudo, trazem em si o discurso de um sujeito ideológica e historicamente localizado, discurso este marcado pela formação discursiva desses próprios sujeitos. Pêcheux (2012 [2011], p. 143)¹⁰⁶ nos reforça a ideia de que quem faz AD distingue os “universos discursivos logicamente estabilizados (*cf.* discurso das ciências da natureza, das tecnologias; ver os sistemas administrativos) e, por outro lado, os espaços discursivos não estabilizados logicamente (destacando-se os espaços do filosófico, do sócio-histórico, do político, do estético e dos múltiplos registros do cotidiano)”.

Os documentos podem ser observados como espaços de discurso onde não há uma estabilidade e, sim, sentidos funcionando. Eles são, portanto, passíveis de análise, de interpretação desse funcionamento. Orlandi (2012, p. 55) nos lembra que “não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e,

¹⁰⁶ Texto publicado primeiro em francês, por Maltidier, em 1990.

portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer”. Assim, ao fazer Análise de Discurso, o sujeito que se visualiza no discurso de um documento é aquele que mostra fazer parte de uma formação discursiva ao “dizer sobre”.

Além do sujeito do discurso, há o sujeito analista que dirige seu olhar para aquele discurso. Seu ponto de vista é a partir da formação discursiva a qual está vinculado, já que também é sujeito atravessado pela ideologia que é correspondente a dada formação ideológica. Do lugar que tem, o analista faz a sua leitura, em outra posição.

Conforme Orlandi (2010 [1999], p 61), buscando uma relativização pelo dispositivo que aplica:

Nesse lugar ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. [...] Ele se coloca numa posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

Sobre a leitura, Foucault (1988 [1973]) já havia chamado à contemplação em “Isto não é um cachimbo”. Ele trabalha sobre o caligrama, que “faz o que mostra e o que diz escorregarem um sobre o outro, para que se mascarem reciprocamente”, sendo que o “esquivo” lhe é próprio (FOUCAULT, 1988 [1973], 27). Os movimentos de leitura e contemplação se complementam, são necessários. Para que se olhe e decifre o que está posto, o leitor precise fazer com que “as letras permaneçam pontos, as frases, linhas, os parágrafos superfícies ou massas [...] é preciso que o texto não diga nada a esse sujeito “olhante” que é *voyeur* não leitor” (FOUCAULT, 1988 [1973], p. 26). A partir de Foucault, podemos pensar que ao analisar a materialidade, como o é um documento mantido em uma instituição de arquivo, antes de ler este documento devemos olhá-lo. O que enxergamos é na medida mesmo do quanto nos fazemos *voyeurs* antes, durante e depois da leitura. É preciso dedicação, tempo, ao objeto material.

Orlandi (2008 [1990], p. 31) esclarece que na AD o “discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico”. É nesta relação em que se presentifica o analista de discurso, ao compreender o funcionamento do discurso. Em “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”, Orlandi (2010 [1999], p. 19) afirma que a língua é tomada pelo analista “não só como estrutura mas sobretudo como

acontecimento” (ORLANDI, 2010 [1999, p. 19). A língua acontece a partir do sujeito e este se mostra na linguagem “afetado pela história” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 19), pelo contexto de produção do discurso, produzindo, o sujeito, sentidos.

Pensar ideologia, história, constituição do sujeito em AD é dar uma nova perspectiva para a forma de conceber a Linguística. Neste sentido, Pêcheux (2010, p. 56) cita o *fato teórico* descrevendo-o como aquele em que “constitui a existência da língua como materialidade específica, constantemente contornada, ignorada ou recusada” pela cultura literária e científica, tendo, assim, outro lugar: nem uma cultura, nem outra, passando a Linguística a ser passível de ser considerada como “uma disciplina de entremeio” que vai retomar a questão do sentido pelo “deslize, a falha e a ambiguidade” (PÊCHEUX, 2010, p. 57).

O campo da Análise de Discurso, para Pêcheux (2012, p. 292) “se determina pelo espaços discursivos não estabilizados logicamente, derivando dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e logo também o dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado” sendo que o sujeito que faz a leitura, o analista, tem também em si a “marca da sua inscrição no campo simbólico” (PÊCHEUX, 2012, p. 230). É a deriva apresentada por Orlandi (2010, p. 60), citando Pêcheux, que permite diferentes gestos de interpretação para uma mesma materialidade, ficando a leitura¹⁰⁷ dependente de um “artefato teórico” para acontecer (ORLANDI, 2010, p. 25).

Tanto na prática da leitura como no próprio discurso a ser lido, um elemento essencial a se considerar é a memória discursiva, explicitada por Orlandi (2012, p. 62) como a “exterioridade constitutiva”. É a relação entre o “já-dito e o que se está dizendo” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 32). Tanto o sujeito, que pensa ser a origem do seu dizer, quanto o analista tem a sua memória discursiva, que são próprias da sua existência enquanto sujeitos. A leitura de documentos guardados em um arquivo por mais de 115 anos, por exemplo, é afetada pela memória discursiva presente na formação discursiva do analista com relação ao sentido que é/pode ser suscitado para o discurso analisado. Mesmo assim, pode haver já-ditos comuns entre os

¹⁰⁷ Conforme Orlandi (2007, p. 79) leitura tem uma noção específica para a AD, que implica em ser um ato simbólico que consiste em construir um dispositivo teórico a partir do qual é possível ter acesso à materialidade linguagem. Trata-se, portanto, de “uma prática discursiva. Lingüístico-histórica. Ideológica” (ORLANDI, 2007, 84).

sujeitos (o do discurso e o “leitor”), pois, conforme resume Guimarães (2010, p. 66) o já-dito “é exterior à língua e ao sujeito”.

Por seu lado, ao fazer um mapeamento dos trabalhos sobre o diálogo entre as ciências da linguagem e a história, Courtine (2006, p. 2) traz para a discussão a questão da memória social como essencial para compreender “as diferentes modalidades de existência histórica das práticas linguageiras” (COURTINE, 2006, p. 8). O dizer em uma dada comunidade, assim, se diferencia do dizer de outra localizada em outro espaço e/ou tempo. A prática da linguagem que se estabelece em dado agrupamento de pessoas se reveste de significados comuns a outras localidades e próprios desta localidade. Esta compreensão reflete na significação do sentido que, segundo Orlandi (2008 [1990], p. 32) não é transparente, ficando esta característica explícita toda vez que se busca fugir da evidência.

Haroche (1992, p. 34), ao tratar da noção de significação, defende que esta se relaciona com o linguístico e o extralinguístico considerando, aqui, “os fatores históricos, sociais, ideológicos” e a ambiguidade da linguagem. É neste ponto que se faz presente o sujeito leitor e o sujeito que diz, uma vez que em cada um desses sujeitos há uma relação diversa e própria do linguístico com o extralinguístico. Orlandi vai nesta direção quando pensa que o leitor, assim como o autor, “tem sua identidade configurada enquanto tal pelo lugar social em que se define ‘sua’ leitura, pela qual, aliás, ele é considerado responsável” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 76). Ambos são sujeitos a partir de suas posições.

Ao citar Althusser, Haroche (1992, p. 178) salienta que na noção de sujeito está a noção de ideologia e seu assujeitamento. É esta característica que explica “a ‘ficção’ de liberdade e de vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete”. No caso analisado nesta tese, que considera documentos de 1896, o sujeito é tanto o cidadão comum, o médico quanto o intendente. Estes, como salienta Haroche, têm a ilusão de ser livre, donos de seu dizer. Quando dizem, porém, dizem a partir de quem são, como se constituem, sem compreender que o seu discurso está regido por uma formação discursiva que entra em jogo a cada vez que discursivizam a morte em atestados de óbito. Em sua tese, Venturini (2009, p. 78) considera que a formação discursiva “legitima a posição que o sujeito ocupa e permite-lhe dizer o que diz” pensando ser ele a origem de seu próprio dizer, mas, sendo, na verdade,

apenas alguém a quem é conferida a “autoridade para dizer o que diz”, dada as condições de produção do seu discurso.

Haroche (1992) refere a introdução de Pêcheux na noção de sujeito proposta por Althusser. Para Pêcheux, segundo a autora, há uma “ilusão de autonomia constitutiva do sujeito” (1992, p. 200) sendo uma expressão da forma de assujeitamento. Porém Haroche (1992, p. 207) pensa que

[...] se houvesse sujeito apenas no assujeitamento, isto quereria dizer que as palavras consciência, vontade, responsabilidade, autonomia, enfim, não teriam nenhum sentido ou, pelo menos, não poderiam ter nenhum outro sentido que o de efeitos ligados à forma sujeito.

Assim, entende-se que ao analisar documentos, há que se considerar também quem é este sujeito empírico. Os médicos que assinam documentos e o intendente, Vale Machado, têm na história estabilizada, na memória do social onde existiram enquanto sujeitos, registros sobre si, o que é encontrado em outros espaços como a imprensa, a academia e a literatura local.

A forma como se constitui o sujeito no social impacta diretamente na função autor, função discursiva, que desempenha. “Ele [o autor] é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 75) A forma histórica do sujeito varia a cada tempo. Segundo Orlandi (2012, p. 187), a forma-histórica do sujeito que é dito como moderno, por exemplo, pode ser definida como “a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas de individual(i)zação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade”, inclusive para tomar para si a função autoria.

Ao desenvolver a questão da autoria, Orlandi (2010 [1999], p. 76) afirma que “não basta falar para ser autor. A assunção na autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”, mostrar-se como tal, que assume esta função. Já em obra sobre a interpretação, Orlandi (2007, p. 68) destaca Foucault, explicitando que “o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. O que o coloca como responsável pelo texto que produz” dando curso à discussão sobre as noções de sujeito e de

autor, sendo que o segundo é dito por Orlandi como uma função enunciativa do primeiro. Assim, o autor “responde pelo que diz ou escreve pois é suposto estar em sua origem” (ORLANDI, 2007, p. 69). Orlandi, assim como Haroche (1992), imputa ao sujeito, mesmo que como uma função (a de autor), uma carga de responsabilidade por relacionar o que diz oferecendo o sentido que lhe é interessante. Mas isso não implica em uma interpretação fechada de sentidos para outro sujeito que o leia, oportunizando, inclusive, o equívoco aos olhos de quem “originou” o dizer.

Para Orlandi, o texto é a “peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significante’ com a exterioridade” (2007, p. 15). Ainda com Orlandi (2007, p. 70), nesse caso ele produz um “evento interpretativo” que confronta “a história do dizer do autor e a história de leituras do leitor (ORLANDI, 2007, p. 75). Este confronto pode ocorrer com alguma distância temporal, como é o evento que origina a interpretação que se deseja neste trabalho. Neste caso o analista, que é quem se propõe a ler o dito pelo outro, pelo autor, no caso em estudo, deve compreender sua posição, trabalhando “as fronteiras das formações discursivas” criticamente (ORLANDI, 2007, p. 85). Porém, o texto deixa de ser o foco uma vez feita a análise, segundo o que nos esclarece Orlandi (2010 [1999]) ao trabalhar a textualidade e a discursividade.

Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é responsável pelo modo como o texto significa, o texto ou textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem conhecemos, são parte. Eles tampouco estão relacionados apenas aos processos discursivos que eram objeto daquela análise em particular e permanecem abertos a novas análises. O que temos como produto da análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições (ORLANDI, 2010 [1999], p. 72).

Esta constituição do sujeito em suas posições que salienta Orlandi (2010 [1999]), resultado do processo de análise, foi também preocupação de outros autores que buscam analisar diferentes sujeitos nas mais diversas posições-sujeito. Ao tratar da língua política e os modos de dizer nela, Zoppi-Fontana (2011) reflete sobre o discurso político, oportunizando o foco no funcionamento ideológico da linguagem, na prática discursiva do sujeito “ator político que tem um “*modo de dizer* produzido *no* exercício do poder, constitutivamente ligado as suas condições

históricas de produção” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 69). Na sua análise, enquanto discurso de um sujeito político, Zoppi-Fontana se pergunta: “o quanto ela [a língua] permite conhecer do homem que a enuncia?” (2011, p. 77).

No caso do intendente municipal, que também assina atestados de óbito da Santa Maria de 1896, pergunta-se: o que se pode conhecer dele a partir da análise do que ele enuncia sobre a morte, a partir de seu discurso? É preciso considerar que, pensando nos dois esquecimentos do discurso criados teoricamente por Pêcheux, o sujeito empírico Vale Machado não tem em si a origem do dizer, pois retoma sentidos que já existem, e fala usando determinadas “famílias parafrásticas” e não outras o que, por si só, significa pois não há uma relação direta entre o real e o que dizemos, entre a coisa e a palavra, há uma ilusão de referência (ORLANDI, 2010 [1999], p. 78). Para isso, o analista terá, segundo Orlandi, de observar os efeitos metafóricos, ou deslizos de sentido, a deriva. Assim, “o processo de produção de sentido está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre ou ‘outro’ possível que o constitui” pela/na história (ORLANDI, 2010 [1999], p. 79). E é no discursivizar que o sujeito revela-se.

Scherer (2010) remonta o aprendizado da escrita e o processo de escritura em seu texto intitulado “A escrit(ur)a de si: uma história do sujeito pela alteridade” e afirma que este processo “traz consigo o jogo de constituição da identidade”. A autora especifica esta identidade dizendo-a “científica, social, cultural e, sobretudo, do sujeito abandonado ao seu revelar(-se). O sujeito se revela por ela [escritura], escrevendo [...] Porque escrever diz respeito ao revelar(-se)” (SCHERER, 2010, p. 1). O pensamento de Scherer vai, pois, ao encontro ao de Pêcheux uma vez que ao enunciar isso não se escolhe aquilo e assim vai revelando-se enquanto sujeito de um determinado mundo, que está inscrito em uma determinada formação discursiva.

A escrita, para Orlandi (2012, p. 187), é “um dos mecanismos linguísticos fundamentais na caracterização do sujeito civilizado, o sujeito da cultura ocidental, cristã, letrada”. Para Rancière (1995, p. 41) “a escrita sempre significa mais que o ato empírico do seu traçado” mostrando que a representação do real pela língua que parte do sujeito significa. Este sujeito, dado por Orlandi como “livre e submisso”, na contrariedade que lhe é própria, que tudo diz “contanto que se submeta à língua para sabê-la”, nem sempre teve como característica ser o sujeito de modernidade, de direito, jurídico, levando em conta, inclusive, “a dimensão histórica e psicanalítica”

(ORLANDI, 2010 [1999], p. 50). A ideologia, portanto, atravessa este sujeito e se traduz nele pelo que escreve.

Com base na pesquisa sobre esta questão, o discurso *sobre* será tomado neste trabalho de tese a partir de Orlandi (2008 [1990]), quando ela compreende diferentes sentidos para diferentes perspectivas, denotando a pluralidade possível de ser estabelecida no discurso, em função, inclusive, da formação discursiva, e na leitura do registro e, por que não, do mundo a partir do sujeito.

4.2 O silêncio

Uma questão importante para esta tese é o silêncio. Ele também pode ser tomado em diferentes sentidos. Sobre o silêncio, buscou-se referências em alguns autores, das diversas áreas do conhecimento, dando especial enfoque para alguns que produzem na Análise do Discurso. Assim, são apresentados, a seguir, Orlandi (2013 [2007]), com “As formas do silêncio”; o clássico do Abade Dinouart, “A arte de calar” (republicado em 2001, mas originalmente de 1771) e a apresentação de Courtine e Haroche para esta obra (2001); Authier Revuz (2010) com o capítulo “Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio” editado em “Gestos de leitura” organizado por Orlandi; e, também, trazendo à luz as reflexões sobre a pesquisa histórica de Arlette Farge, com “O sabor do arquivo” e os silêncios e possíveis equívocos que ali habitam; e Orlandi (2012), com “Boatos e silêncios”, falando dos sentidos do dizer, em “Discurso e texto”.

“O silêncio significa de múltiplas maneiras e é o objeto de reflexão de teorias distintas”, afirma Orlandi (2013 [2007], p. 42). Silêncio e arquivo, por sua vez, são “velhos amigos”. Em muito sentidos. O silêncio físico e o silenciamento da memória estão nestes lugares. É importante salientar que no processo de desenvolvimento desta pesquisa foram mobilizadas, as noções de falta e o excesso nos Arquivos. Na Análise de Discurso a falta e o excesso são conceitos que são interpretados nas dimensões do “intradiscurso (materialidade discursiva) e a do interdiscurso (memória discursiva), uma vez que a AD trabalha um objeto inscrito na relação da língua com a história” (ERNST-PEREIRA, 2009, p. 4). No caso da falta do excesso nos

Arquivos, fazemos uma correlação com as formas de silêncio nos espaços de memória aqui considerados.

Orlandi (2013 [2007], p. 35) acredita que há “na relação com a linguagem, uma progressão histórica do silêncio para a verbalização”, aparecendo, em seu texto, uma fórmula para situar o discurso entre mais e menos silêncio. De igual modo, em se tratando de silêncio do arquivo, a cada passo, um pouco mais se aproxima do “- silêncio”. Assim, numa perspectiva arquivística, considera-se que o máximo de silêncio seria não haver o registro, seguido de não haver o espaço de memória, enquanto superestrutura necessária, e de todos os passos seguintes. A Figura 4 reproduz a linha de silêncio, pensada por Orlandi (2013 [2007], p.36), no entanto considera a sequência da cadeia de silêncio nos arquivos que é neste trabalho de tese o interesse.

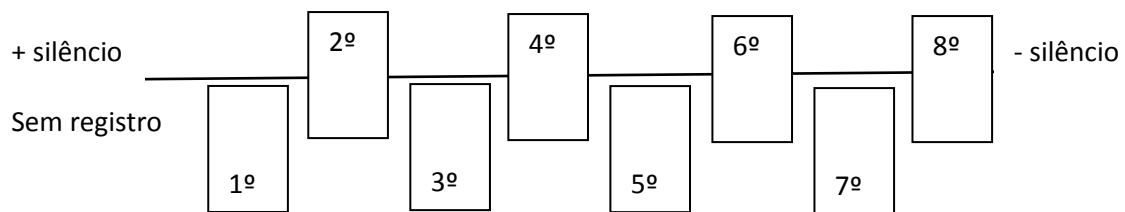


Figura 4 – Os passos do silêncio nos arquivos
Fonte: Baseado no modelo de Orlandi (2013 [2007])

A Figura 4 representa o “decréscimo” da possibilidade do silêncio à medida que se tem condições de encontrar e trabalhar o registro pela palavra e pelo silêncio (ORLANDI, 2013 [2007]). Ainda assim, outros tipos de silêncios, ou silenciamentos, são verificáveis no arquivo instituição. Uma vez que quem normatiza a relação com o documento é o sujeito social, atravessado pela ideologia, há que se considerar as interdições, como menciona Orlandi (2013 [2007]) ao desenvolver a ideia de silêncio local, como os níveis de sigilo aplicados, e os descartes documentais, enquanto fruto da avaliação de documentos, uma prática arquivística. Ao que é possibilitado ser excluído, instaura-se um silêncio no arquivo. A prática da avaliação é a prática de estabelecer silêncios, de determinar o que será calado e o que será mantido como passível de ser rearticulado pela pesquisa.

A significação não é uma linha reta, pois, para Orlandi (2013 [2007], p. 46) os “sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções e se fazem por diferentes matérias, entre as quais se encontra o silêncio”. Assim, temos que o silêncio, e o silêncio dos arquivos, significam. Orlandi chama a atenção para o fato que o “silêncio significa de modo contínuo, absoluto” enquanto que a “linguagem verbal significa por unidades discretas, formais” (2013 [2007], p. 47). Porém “tudo” ao mesmo tempo, ou seja, o excesso pode ser tomado como o “nada”. Por outro lado, para Orlandi (2013 [2007], p. 49) “o silêncio, na constituição do sentido, é que impede o *non sense* pelo muito cheio, produzindo o espaço em que se move a materialidade significativa (o não-dito necessário para o dito)”. A autora defende, portanto, que é preciso algum silêncio para que o dito tenha um sentido.

De um lado a outro de possibilidades temos o “todo sentido” que é como um “*non sense*” [...]. Poder dizer tudo nos arquivos é também a possibilidade de nada dizer. Um mínimo de referência, de registro é preciso para fazer algum sentido. Na recuperação e reconstrução de uma história, os vestígios são fundamentais. Sem eles não há pistas que façam sentido. Os sentidos são dados pelos sujeitos que interpretam estas pistas. Mas estas pistas devem ser suficientes para que seja dito alguma coisa. Se não ocorre isso, chega-se ao “*non sense*”.

Tanto mais opaca é a história e mais opaco é o outro do social (e que não é/está presente) quanto mais silêncio há num arquivo. Orlandi (2013) afirma que é “quando se pensa o sujeito em relação com o outro” que a “opacidade do “Outro” se manifesta. O arquivo é um lugar de memória em que o sujeito se encontra com o registro do “Outro” e o registro sobre o outro. A solidão do sujeito fica exposta quando se necessita da discursividade do outro para recompor aquilo que não foi vivenciado pelo próprio sujeito. É preciso defrontar-se com a realidade de que na sociedade não se faz uma trama de lembranças sozinho. É preciso ter o outro. E os sentidos que este “jovem” sujeito (recente, em relação aos que já por ali passaram) toma, são os sentidos possíveis. Porém, antes de tudo, são os seus sentidos, fruto de sua experiência humana.

“O Outro está presente mas *no* discurso”. Este estar presente é o que Orlandi classifica estar presente e ausente, assim, “de modo ambíguo”. A forma como se apresentam as personagens do discurso, salienta Orlandi (2013 [2007], p. 48), é importante e significa. A personagem que fala e a personagem de quem se fala. No arquivo são encontradas as duas.

Quando há um arquivo, há documentos, há organização para que se tenha acesso ao acervo, tem-se, no discurso do outro, o outro que diz e o outro de quem se diz. As posições desses sujeitos se apresentam pelo dito, pelo que dizem e como dizem. No caso dos documentos escritos, as posições são apresentadas pela escrita. Um dos elementos que atravessam a interlocução, que segundo Orlandi (2013 [2007], p. 49) não “obedece uma lógica preestabelecida”, é a “desorganização do silêncio”.

No capítulo II de “A arte de calar”, Dinouart (2001, p. 15) expõe as diferentes espécies de silêncio, elencando-os como o prudente, artificioso, complacente, zombador, espirituoso, estúpido, de aprovação, de desprezo, político, de humor e de capricho. Depois do falar, Dinouart dirige-se para o escrever. Na segunda parte da obra diz que se de um lado se pode “falar mal, falar demais ou não falar o suficiente”, por analogia, por outro, também “escreve-se mal, algumas vezes escreve-se demais e outras não se escreve o suficiente” (DINOUART, 2001, p. 25), antepondo à língua (falar) e à pena (escrever), esta última mais intimamente relacionada à produção de livros. “Há homens que escrevem por escrever. [...] nós os lemos e não compreendemos nada, ou não ficamos sabendo de nada com eles” (DINOUART, 2001, p. 32). Os excessos e as faltas também são condenáveis pelo autor quando, no primeiro caso não havia motivo para falar ou quando, no segundo caso, deixa-se de escrever, mesmo com todas as condições. Sua obra pensa no silêncio como uma oportunidade de significar, mesmo estando, explicitamente, em defesa da Igreja e do Estado baseada na disciplina da boca e das mãos.

Courtine e Haroche (2001, p. XIII), que fazem a apresentação do texto de Dinouart (2001), classificam o livro do abade como “um ato político, um apelo à ordem, no sentido mais forte do termo”. Eles exploram o fato de que o abade “funda então uma pedagogia da contenção, uma disciplina da reserva, uma arte da reticência” (COURTINE; HAROCHE, 2001, p. XVIII). Porém, de outro lado, os autores, com base no que defende o abade, destacam que “o silêncio é um componente fundamental da eloqüência”, complementando um a outra e que “não se pode compreender o efeito de um discurso somente a partir da invenção verbal que ele é capaz de desenvolver” (COURTINE; HAROCHE, 2011, p. IX). O silêncio, assim, constitui o que se fala/escreve. De outro lado, Courtine e Haroche (2001, p. XXI) afirmam que, pelos escritos do abade, o silêncio é superior à palavra. Os autores consideram, a partir de Dinouart, que “o homem se perde na palavra. Ela é o

que escapa, fluxo, escoamento, ferida aberta; expansão em que o corpo se esvazia e se derrama, se dissipa para fora de si mesmo” (COURTINE; HAROCHE, 2011, p. XXI). Dinouart (2001, p. 41), por sua vez, compreende que o “autor deve cumprir seu objetivo [...] raramente as pessoas se queixam da brevidade; sempre se queixam da extensão excessiva”.

Authier-Revuz (2010) salienta, por seu lado, que se há o silêncio, que é a resposta pelo não dito, há também a perda da linguagem real, que está constituindo-a. É, por suas palavras, o interdito, uma restituição de algo que “interdita a língua real” (AUTHIER-REVUZ, 2010, p. 254), que ela associa à perda, ao desvio, ao fracasso, num “sonho do dizer sem falta” (AUTHIER-REVUZ, 2010, p. 255). A autora se detém sobre as estratégias de dizer de outra forma, visando “costurar”, “suturar”, “consertar” o que ficou “mal” e para trás no dito/escrito, fazendo uma crítica ao enunciador que busca melhorar a “‘comunicação’, a nomeação, o sentido” do que diz/escreve, utilizando, para isso, o que ela chama de “laço metaenunciativo”, ou seja, o dizer do seu dizer, uma explicação sobre o dito (AUTHIER-REVUZ, 2010, p. 256). Assim, a autora afirma que neste ponto do fio do dizer, ou do tecido do dizer, nomeia-se “a falha”, “abrindo o dizer, pelo dito, sobre o que ele não diz, fazendo ressoar em outras palavras mais esta parte de silêncio que se experimenta nas palavras” (AUTHIER-REVUZ, 2010, p. 257). Trata-se, como a autora bem explicita a partir dos exemplos que apresenta, de um glosar, daquilo que encobre a distância que existe entre a palavra e a coisa que se quer dizer.

Authier-Revuz (2010) fala de palavras que são inadequadas e que por isso são corrigidas pela nova “costura” por serem fracas ou fortes demais, muito gerais ou imprecisas, etc. Em seu texto ela trabalha diversas figuras que representam as faltas que marcam no próprio discurso, ou seja, “a falta que ele encontra em si mesmo” e “as imagens que estes produzem de sua falta do dizer”, mesmo que haja excessos, neste caso em grande quantidade mesmo, como nas glosas dos locutores, que são citados pela autora. (AUTHIER-REVUZ, 2010, p. 269). De todo modo, pela língua, a autora salienta que o real escapa, e que o sujeito é falante e falho, e por isso, citando Lacan, o homem não diz toda verdade, pois as palavras faltam.

Farge (2009), depois de longo percurso sobre os meandros da pesquisa histórica em um arquivo do judiciário da França, descrevendo o prazer de estar no arquivo, tocar a história, no que ela chama de “observatório social”, finalmente

expressa os silêncios que também estão neste tipo de instituição. “Se o arquivo serve realmente de observatório social, é só por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstituído de acontecimentos obscuros” (FARGE, 2009, p. 91). Esse obscurantismo está intimamente ligado com aquilo que não está no arquivo, com seus silêncios, através dos quais “forjam-se perguntas” para o que está no acervo.

A ideia de cristalização dos sentidos no que está posto no arquivo é inaceitável pela natureza do que guarda este tipo de instituição. Há, pois, nos documentos, a distância de uma verdade sobre o que se lê a partir de um gesto de leitura. O tempo, o lugar, o sujeito e seu conhecimento são implicados neste esforço, sem qualquer garantia de apropriação. “A primeira ilusão a combater é a da narrativa definitiva da verdade” (FARGE, 2009, p. 93) para aqueles que se defrontam com a materialidade dos arquivos. E não apenas silêncios são “ouvidos” nos arquivos, como também “balbucios”, segundo Farge (2009, p. 91), sendo da ordem da imperfeição o sentido posto nesta palavra. Ora, se há imperfeição, assim como há silêncio, pode haver o deslize, o erro, a falha, a falta. A autora adverte o leitor que para pesquisar em documentos de arquivo é preciso ter precauções, e o “sentido não jaz com a evidência de um tesouro encontrado”, longe disso, é preciso tentar encontrá-lo, pela interpretação, “na desordem aparente dos relatos” (FARGE, 2009, p. 98).

Orlandi (2012, p. 127) apresenta a perspectiva da ausência e suas modalidades, citando o silêncio nessa discussão. Toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o “ainda-não-lá e com o jamais lá da percepção imediata” o que faz por em questão a verdade e a não verdade, entre o que se diz sobre algo e o que é, entre os sentidos capazes de serem apreendidos na relação que se apresenta com “o fato e a linguagem” (ORLANDI, 2012, p. 127). É neste ponto que a autora avalia a noção de silêncio para saber “como se constituem, como são formulados e como circulam os sentidos” pois as três instâncias aqui citadas “são indissociáveis no processo de produção de sentido” (ORLANDI, 2012, p. 127).

A autora é direta ao defender que “o silêncio é discurso” (ORLANDI, 2012c, p. 130). Para iniciar sua discussão em torno do silêncio e do sentido, retoma o que já havia trabalhado em “As formas do silêncio” (2007), orientando a existência de dois tipos de silêncio que podem existir em qualquer discurso, mas que funcionam

diferente: o fundador e a política do silêncio. No primeiro, o silêncio fundador, observado como aquela parte do sentido que exige uma parte de silêncio para que faça sentido (o que vai vir, iminente), para fazer significar em cada palavra e em seu silêncio. “É a respiração da significação para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2012c, p. 128). A segunda forma de silêncio, a política do silêncio, é dividida em a) silêncio constitutivo, e b) silêncio local. O silêncio constitutivo é aquele que ao dizer “x” não se diz “y” e, junto, não se diz seus sentidos. Assim “para dizer é preciso não dizer” e junto com isso vêm os sentidos do dito e apagam-se os sentidos do que poderia ser dito e não foi (ORLANDI, 2012c, p. 128). Já o silêncio local é a interdição, a censura do dizer, ou ainda o apagamento dos sentidos possíveis. Na Figura 5 é possível apreender a relação entre os silêncios apresentados por Orlandi (2012c).

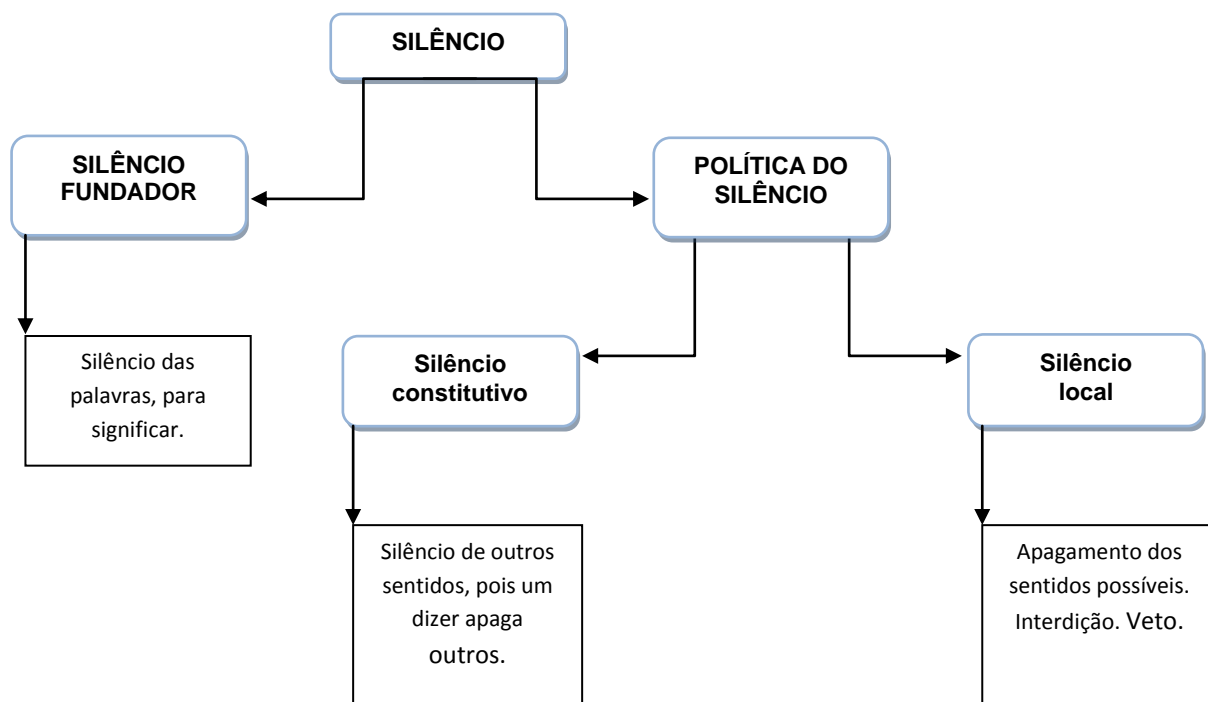


Figura 5 – Os tipos de silêncio e sua hierarquia

Fonte: Elaborado pela autora a partir do que expõe Orlandi (2012c, p. 128)

A palavra marca o silêncio, ela é, enquanto dito, uma das fronteiras que são deslocadas no estudo do silêncio. A outra é o não dito, ou seja, “a exterioridade que o determina [o dito]”, a história mobilizada junto à questão da significação (ORLANDI, 2012c, p. 130). Os sentidos relacionam-se com o silêncio, pois, ele, aqui, não é a falta de palavras. Há, ainda, a possibilidade do nada, do não dizer, do

“branco”, do silêncio, ter sentidos. “Em princípio o silêncio não fala, ele significa”, ou seja, pode não ser posto em palavras, mas significa, tem forma material e, segundo a autora, significa de forma diferente de como significam as palavras (ORLANDI, 2012b [2011], p. 129).

O sentido sempre pode ser outro, é isso o que Orlandi defende quando fala da “errância do sentido”. Ela, a errância, existe porque também há, segundo a autora, a errância do sujeito, que se constitui juntamente com os sentidos. O silêncio é desdobrado em palavras no discurso, é o “ponto de origem” (ORLANDI, 2012c, p. 131). No registro documental o escrito, o dito, o discursivizado é a quebra do silêncio. No caso da morte, mesmo sendo uma situação que instiga a reflexão individual do sujeito e, com isso o silêncio físico, a não-voz, o não-dizer, é preciso quebrar o silêncio, dizer. O ato de dizer sobre a morte é exigência da vida social. Sem isso ela encerra-se porém fica em aberto. Morre-se sem morrer no social. A quebra do silêncio representa este morrer de fato e de direito.

4.2.1 Os tipos de silêncio dos arquivos

Do ponto de vista linguístico, para Orlandi (2013 [2007], p. 50) o silêncio “não é interpretável”, mas é passível de ser compreendido e a sua compreensão é “explicitar o modo pelo qual ele significa”, ou seja, “conhecer os processos de significação que ele põe em jogo”, o que também acontece quando são analisados os tipos de silêncio presentes no arquivo. Ao direcionar o olhar para os silêncios e as faltas (materiais) dos arquivos públicos, a partir do que se tem como *história* e procedendo ao confronto com o que existe nas demais fontes (como as fontes particulares, provenientes de arquivos privados como os pessoais e empresariais, de associações, etc.), tem-se um caminho para reconhecer os “processos de significação” dos silêncios dos arquivos e, como afirma Orlandi, “conhecer os seus modos de significar” (2013, p. 50).

Assim, com base em Orlandi, temos que se a sua proposição, a partir da análise do silêncio, era descentrar a linguagem verbal no que diz respeito à significação, no caso dos arquivos, as faltas materiais também têm a dizer, descentrando do registro/documento a responsabilidade total de dizer sobre a

sociedade de uma determinada época. Entre o excesso e a falta, nem um nem outro como o certo, mas os dois significando e oferecendo sentidos ao que está/não está dito. Se de um lado a palavra tinha uma presunção de ser o lugar de significação no discurso, de outro o documento e a textualidade ali contida tinha esse mesmo *status* de significação. Dessa forma, assim como a linguagem verbal, para Orlandi (2013 [2007]) não deve ser vista como o ponto de convergência da significação e explicação do silêncio, também o documento não pode ser o centro que explica o silêncio nos arquivos. Muito embora alguns documentos sejam criados em razão da falta de documentos e de outras faltas (como lista de descarte, ata de doação de acervo, Lei de Arquivos, entre outros), de modo a controlar o que fica fora do arquivo e aquilo que parte do arquivo para o seu exterior, não é pelo documento que se compreende o silêncio nos arquivos.

Na perspectiva discursiva Orlandi (2013 [2007]) toma duas categorias para fazer uma análise sobre as formas do silêncio: o silêncio fundante, que para a autora é a relação com o silêncio estabelecida nos processos de significação, e o silenciamento, que chama de política do silêncio, onde dizer um sentido é não dizer outros. “Dizer e silenciar andam juntos”, afirma Orlandi (2013 [2007], p. 53). Nesse último caso é levada em conta a posição sujeito, ou seja, o lugar de onde se diz.

Quando se elege o que será mantido em um arquivo, por exemplo, está em funcionamento esta dimensão política do silêncio, na qual o silenciamento funciona não como “calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”, parafraseando Orlandi, recortando a história assim como o silenciamento discursivo recorta o dizer (ORLANDI, 2013 [2007], p. 53).

Os arquivos são cada vez mais presentes na sociedade. “Hoje já não se conhece qualquer administração, seja de um país, estado ou município, seja de uma entidade ou de uma comunidade, que, para cumprir os seus objetivos clássicos [...] não recorra aos documentos de um arquivo” (BELLOTTO, 2014, p. 311). E tudo o que é feito sobre arquivos públicos no Brasil, bem como uma boa parte dos arquivos privados, tem como documento mestre a Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991¹⁰⁸, conhecida como Lei dos Arquivos, que “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”.

¹⁰⁸ Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 30 jul. 2014.

A Lei dos Arquivos está em discussão pela comunidade arquivística há alguns anos, porém ainda é vigente. Ela apresenta, no seu artigo 3º (nas Disposições Gerais), uma definição para a gestão de documentos, considerando-a como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Na perspectiva da Lei, o silêncio nos arquivos está posto, desde o Capítulo 1, nas ideias de 1) produção documental, onde há lugar para a elaboração, formulação a partir do uso da linguagem, ou seja, da produção verbal; 2) avaliação, para que se proceda à determinação do que fica e do que sai a partir de uma seleção; 3) arquivamento, oferecendo uma perspectiva de manutenção e relacionamento entre os documentos, tornando possível a sua recuperação e uso; 4) eliminação, quando se torna real a falta, o silêncio, no exato momento em que se executa a exclusão do documento e, por conseguinte, da informação.

Segundo a Lei nº 8.159, a eliminação de documentos de um arquivo público, tipo de arquivo que é o foco específico desta Tese, constitui-se em uma atividade de responsabilidade compartilhada, ou seja, não deve ser a prática de uma só pessoa, mas de um conjunto delas, com o exercício de seus poderes. No Capítulo II, dos Arquivos Públicos, tem-se que “A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência”, o que significa que o silêncio que acontece nos arquivos deve ter, pela letra da Lei, a anuência de mais de uma pessoa, com suas responsabilidades, uma em cada esfera.

Na Lei dos Arquivos há a ressalva de que aqueles “documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis”, ou seja, uma vez observado o seu valor e considerado como de terceira idade, o documento de arquivo não prescreve e não pode ser eliminado. Bellotto (2014), em texto clássico de 1986 (que fora reeditado com outros que são importantes na produção da autora sobre arquivo) explica que a função dos arquivos permanentes (ou históricos) é “incumbir-se de recolher e tratar os documentos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados” e que com isso os documentos passam de “arsenal da administração’ para a de ‘celeiro da história’, na conhecida acepção do consagrado arquivista francês Braibant” (BELLOTTO, 2014, p. 58).

Nas Disposições Finais da Lei nº 8.159, fica o alerta para as consequências da eliminação de documentos que estejam sendo preservados e depois sejam retirados dessa condição. No artigo 25 fica claro que “ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social”, sendo que a medida deverá incorrer sobre todos os que são responsáveis pela ação. É dado, portanto, um tempo para ocorrer o silêncio nos arquivos.

Se algo não é silenciado no tempo em que isso pode/deve acontecer, depois não se autoriza fazê-lo, sob pena de haver punição. É como se a regulação do silêncio fosse uma proteção para o dito que foi definido como eterno, de guarda permanente. Seria respeito à vontade alheia? Ou seria apenas uma ressalva para o distanciamento físico e temporal que se tem da análise do documento? Esta análise é prejudicada, sem dúvida, por estar o analista longe das condições de produção. É explícito, no fazer arquivístico, que a melhor avaliação, é feita pelo produtor da documentação, pois é ele quem tem as condições de analisar seus valores.

Em “*Entre historiadores y archivistas: el dilema de la valoración documental*”, de 1995, Jorge Nacif Mina, então Diretor do Arquivo Histórico do Distrito Federal do México, defendia, a partir das ideias Silvio Zavala Vallado, que uma Comissão Nacional fosse criada naquele país para definir valores, que incluiria no grupo arquivistas, mas também outros especialistas da área da administração. O trabalho começaria com a geração dos “fundamentos e critérios, não para excluir os documentos mas para conhecer o seu valor e conservá-los em arquivos históricos, deixando listados aqueles que perderam seu valor e podem ser considerados obsoletos”¹⁰⁹. Ou seja, havia, no representante do arquivo, a preocupação com o inventário, a listagem daquilo que fosse expurgado, como prova de que, embora não existam mais, um dia tais documentos já existiram e foram considerados, em dado momento, “desnecessários”.

Na mesma publicação de 1995, Josefina Zoraida Vásquez, historiadora do Colégio de México, discorria sobre o que é indicado como “obsoleto” em um arquivo. Vásquez relembra um encontro com Nettie Lee Benson, da Universidade do Texas,

¹⁰⁹ Tradução livre. No original está como: “*los fundamentos y criterios, no para dar de baja documentos, sino para valorarlos y, en su caso, conservarlos en archivos históricos, dejando inventariados aquellos que hayan perdido sus valores y se puedan considerar como obsoletos*”.

em Austin, no qual ouviu a interlocutora questionar o fato de alguns funcionários chamarem documentos que queriam eliminar como documentos “sem importância”. Há aqui um processo de instituir um sentido, ou de significar. Vásquez (1995, p. 20) explica que a partir da conversa com Benson passou a compreender que “até a nota mais insignificante poderia dar uma pista sobre algum tema”¹¹⁰, interferindo na produção de outros documentos, como uma carta ou um manifesto político. Bellotto (2014, p. 308) já defende que os documentos dos arquivos “fazem parte do patrimônio cultural de uma comunidade, nação, povo”, constituindo-se em bens culturais que não se podem abrir mão. O patrimônio, segundo a mesma autora, “é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo” para que se possa acessar aquilo que se registrou no dia a dia da história (BELLOTTTO, 2014, p. 308).

Mas mesmo sem a eliminação, com o documento dentro do arquivo, há outros tipos de silêncio acontecendo. Orlandi (2013 [2007], p. 55) recomenda que para “observar” o silêncio é preciso “deslocar a análise do domínio dos produtos para o dos processos de produção dos sentidos”, concentrando os esforços nos efeitos de sentido para ouvir o que há em volta ao silêncio. Pergunta-se, a partir daí, que relações se estabelecem entre ouvir o silêncio e ouvir os silêncios dos arquivos?

Orlandi (2013 [2007], p. 57) refere que, embora seja “fugaz”, o silêncio tem uma “materialidade histórica”, está presente nos discursos e em sua historicidade, e é possível uma aproximação com ele a) pela noção de completude/incompletude; b) pela análise de “figuras” (sintomas de marginalização do silêncio); e c) por análise de paráfrase, considerando outros textos. O que a autora defende é que o silêncio possa ser observável. De modo paralelo, o silêncio observável nos arquivos poderá ser evidenciado.

Existem discursos que estão ao redor da questão documental: o discurso do patrimônio (é preciso ter o documento como bem cultural), o discurso do arquivo (o documento acumulado justifica a existência de um arquivo), o discurso da pesquisa (o documento é base para toda e qualquer pesquisa), o discurso da preservação da informação (informação é poder e é preciso ter a informação que está no documento), o discurso da arquivística 2.0 (o suporte papel foi superado na questão

¹¹⁰ Tradução livre. No original está como: “*hasta la nota más insignificante podía señalar una pista para algún tema*”.

documental), o discurso da construção da história (sem documentos não há história), o discurso da economia administrativa (não se pode guardar tudo sob pena de faltar recursos), o discurso da eficiência (o documento é meio para a tomada de decisão), o discurso do jurídico (o documento é prova), o discurso do político (o documento é um direito e engloba também os deveres o cidadão), o discurso ambiental (é preciso pensar quando é necessário produzir um documento), entre tantos outros que circundam a questão.

Para cada um dos discursos, faltas e excessos são observáveis no que diz respeito aos documentos, produzindo silêncios que podem ser mais ou menos evidentes. De acordo com a “entrada” há, por conta da historicidade e das condições de produção, uma abordagem a respeito do documento e, por conseguinte, dos arquivos. Nos muitos discursos, diferentes leituras do que seja um documento, indicando também as relações de trabalho e uso que se pode fazer dele. Por trás da defesa do documento, de sua manutenção, guarda adequada, uso, estão também outras questões, muitas vezes silenciadas, como o *status* da área de pesquisa, os espaços no sistema de ensino superior e de pós-graduação, o fortalecimento do profissional, a carreira e prestígio, a justificativa para gastos com estrutura física, materiais permanentes e de uso contínuo, contratação de pessoal, qualificação.

UMA ESTAÇÃO DE REFLEXÕES

Neste ponto se faz necessário uma parada na tese para que se possa pensar o que foi posto até aqui e seus desdobramentos. Sabe-se o quanto é difícil quebrar barreiras de áreas na academia. Não há ainda cursos de doutorado em Arquivologia no Brasil, e portanto professores deste campo disciplinar que desejam ser pesquisadores com nível de doutorado realizando este curso no Brasil, precisam lançar-se em outras searas.

Para chegar até aqui, trabalhando no entremeio da Análise de Discurso (AD) com a arquivística, foi necessário conhecer-me novamente como estudante, (re) interpretando o mundo dirigida para uma construção de um “saber singular” (SCHERER, 2006, p. 5), o que se constitui ao escrever uma tese. Transitar em um novo campo disciplinar, na AD, fez com que as “certezas” fossem repensadas.

Sair da posição de conforto é difícil. Trata-se de um movimento cheio de resistência. Foi preciso aprender, na prática, que se faz necessário deixar de resistir para produzir uma tese no entremeio. “Pesquisar é empreender, é aprender constantemente”. Lancei-me, então, nesta direção, empreendendo uma tese indo de certezas para as incertezas. Na “exposição” que Scherer (2006) menciona tão bem em seus escritos, me engajei “em um caminho obscuro rumo a um lugar incerto” (SCHERER, 2006, p. 18). Passei a considerar o olhar do outro sobre o que vinha fazendo e pensando como algo dado, fechado, naturalizado, cristalizado.

Da definição do tema de tese, à construção da própria tese, um longo percurso. Do até então considerado “meu” Arquivo, da Arquivística, da Arquivologia, ao arquivo de Pêcheux, do campo da AD, um aprendizado pela diferença. Meu estudo refere a noção de arquivo pelos caminhos que apontam os textos trabalhados. Apresentar o discurso sobre a morte, no entanto, mesmo que pela metodologia científica, pelo disciplinar, é custoso. Mas é uma escolha. Eu escolhi. No entanto, mesmo que se fale de morte em arquivos, é custoso. Mesmo que se fale de morte que virou dois séculos, é custoso. É, sem dúvida, um tema pesado. Fala-se dela com peso da ideologia que atravessa o sujeito, nessa nossa negação da morte para o bem viver.

O poema que trouxe na epígrafe de autoria de João Monteiro do Vale Machado, de 1896, ano das mortes que trabalho no meu arquivo de tese, a ser

apresentado no próximo capítulo, reflete esta carga emocional que está agregada ao tema morte no sentido de nos fazer compreender a sua inscrição na história, na nossa história, na nossa cultura. Ele diz: “Si o sonho é vida e o despertar é morte (...) não quero despertar jamais do sonho brando”.

As palavras do poeta são “rastros”, como referiu Derridá (2012, p. 129), que, aliás rastros estes que não têm limites. São rastros de um sujeito local e temporalmente inscrito na história e afetado pela ideologia. Derridá considera que “Não há arquivo sem rastro, mas nem todo rastro é um arquivo”, (DERRIDÁ, 2012, p. 130), lembrando que este rastro deve estar, disse o filósofo, “apropriado, controlado, organizado, politicamente sob controle” para se constituir em arquivo. E complementa: “não há arquivos sem poder político”.

Mittmann (2005, p. 2) havia alertado que “não há uma passagem natural da dispersão do arquivo à seleção de textos de nosso corpus empírico e deste à organização das seqüências discursivas que formam nosso corpus discursivo”. Nesse sentido o que está apresentado no capítulo 5 é uma construção pensada e repensada, diante do que havia levantado na prática e na teoria. A autora, assim como Petri (2002), defende um “retorno constante” à teoria o que pode nos levar a outros lugares na pesquisa. Aí entramos no jogo das incertezas, na busca pelos sentidos, o que já nos foi apresentado por Scherer (2006).

As textualidades de diferentes domínios se encontram nos arquivos. Antes de ser um lugar de memória, como afirmam Romão e outras autoras (2011, p.16), o arquivo “é um lugar discursivo que nos permite acompanhar as práticas discursivas realizadas em determinadas culturas”. Ler o arquivo é, portanto, ler o mundo do passado tal como era quando o documento que temos em mãos foi produzido, porém a partir de um olhar do presente.

Mariani (2010, p. 90) afirma que “nos arquivos se inscrevem sintomas da época em que arquivos foram organizados e é com estes sintomas que um pesquisador se depara”. Eu ainda acrescento a esta reflexão que nos arquivos se encontram sintomas: 1º) da época da criação/produção da informação; 2º) sintomas da época de organização do que há disponível – conforme bem colocou Mariani (2010); e 3º) sintomas da época da leitura, do gesto de interpretação, trabalhando, como nos disse Orlandi, “nos limites da interpretação” (2010 [1999], p. 61). Contemplar o “processo de produção de sentidos [da linguagem] em suas condições” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 61) é afinal seu objetivo, e ele, o analista,

está presente desde o princípio do processo de análise, planejando e organizando seu estudo.

A partir do trabalho do analista o que se tem é um novo documento. A tese é um novo documento. Porém este “novo” não esgota o objeto ou a questão a que se propõe, mas que compõe, em si, um novo arquivo, constituindo-se a partir de uma leitura, nas condições possíveis, mas produzindo um novo em cima de três tempos e de seus sintomas. Do fato, ao relato; do registro, à leitura. Quantas sobreposições pode-se ter sobre um dado objeto. Que distância temos do fato a partir do que se lê na soma de três épocas, de três sintomas?

Ler o documento original, quando disponível, a fonte primária, quando possível, é permitir-se a voltar no 3º sintoma. Sem o gesto de interpretação do leitor, que muitas das vezes é o historiador, aquele que faz a escrita da história, a historiografia. A volta aos arquivos dá, ao menos, uma garantia: a de que temos menos um sintoma a nos incidir. Talvez seja esta a defesa de Pêcheux, a proposta dele, ao dizer que devemos confrontar a memória histórica de modo permanente, estando, esta, confrontando-se consigo mesma.

A busca pelo mesmo em diferentes lugares de memória auxilia na quebra do estabilizado por um sintoma. É o que busco na tese e o que se vai ser possível observar tanto no capítulo 5 quanto no capítulo 6. Saber das textualidades do que se preserva sobre um mesmo tema em diferentes arquivos, e junto a isso a possibilidade de sua contraposição, como faço, nos mostra exatamente o viés, o ideológico, a presença do sujeito permeado por suas vivências, formação discursiva, seu lugar no mundo. A pluralidade quebra o estabilizado. O discurso *sobre* a morte se revela amplo, sujeito a deslizos, falhas, silêncios.

A Constituição de 1988 é fundamental como exterioridade histórica para compreender a forma-sujeito histórica que envolve o arquivista brasileiro hoje. Com ela, e a partir da Constituição Cidadã, discute-se, depois de longo período de silêncio e repressão no Brasil, a ideia de democracia da informação. Derridá, em seu *Mal de Arquivo*, afirmava que “a democratização efetiva se mede sempre por esse critério essencial: a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação” (DERRIDÁ, 2001, p. 16). É claro que nossa Constituição pode ser, e certamente já foi, analisada como um discurso, mas isso não tira seu valor afinal estar discursivizado na/pela língua é existir no social.

Em 1991 é reforçado esse novo período com a publicação da Lei de Arquivos (a lei de número 8.159 que está hoje na pauta da discussão arquivística). Com ela uma série de leis e decretos é emanada dos poderes, todos voltados para uma questão de grande relevância: a política pública de arquivos. Assim também a Lei de Acesso à informação, de 2011, mexe com a noção de democratização já mencionada. De todo modo, conforme salienta Ferreira (2010, p. 23) “o simples fato de existir legislação específica sobre determinado tema não garante a sua efetiva aplicação. Esses direitos exigem uma efetiva atuação do Estado”. Seria apenas fazer valer o que está na letra da Lei? Talvez.

A gestão documental, que se conhece também por Política de arquivos, Política de tratamento de arquivos, Administração de documentos entre outras designações, enfim, é uma série de providências ligadas ao que Castanho (2009, p. 20) referiu como “planejamento, organização, controle” da documentação e, por conseguinte, da informação o que é preocupação do poder público brasileiro desde então, seja em relação a setores públicos ou privados, ganhando espaço nas discussões arquivísticas e tendo inspiração estrangeira nos modelos norte americano e europeu para fazer aparecer bordas, limites no controle do Estado.

O político passa pelo sujeito. Cervo (2015, p. 366), afirma, com base em suas pesquisas sobre museus e a língua, que “organizar o que é disperso, linearizando, sob um efeito de verdade e de completude, é uma prática política e de poder sobre a memória”. Sou da mesma posição que a autora. E complemento que esta organização, no entanto, é um meio pelo qual se pode dar a saber algo, mesmo que por um viés, mesmo que por escolha política. De fato não se trata de “um processo automático e técnico tão somente. É, precisamente, algo da ordem do político”, como nos bem coloca Cervo (2015) afinal de contas, como Roudinesco (2006, p. 9) alerta, seria mesmo “uma ideia louca” arquivar tudo. O “espectro do arquivo absoluto”, esse fantasma de que fala a autora ao analisar o texto de Derridá (Mal de arquivo), é uma delirante ilusão que o mais correto, completo e perspicaz arquivista seria incapaz de colocar em prática. É preciso cortar/recortar/selecionar para linearizar ou fragmentar o que se diz sobre algo. E isso é, sem dúvida, o político em funcionamento. Ao contrário teríamos o arquivo como espelho do mundo, de acordo com Roudinesco (2006, p. 9). Vamos ao recorte desta tese.

PARTE 2

CAPÍTULO 5

CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DO *CORPUS* DA TESE

De acordo com Orlandi (2004, p. 19) a noção de interpretação é chave na Análise de Discurso, portanto ela demarca três pressupostos para a área sobre a questão: “a. não há sentido sem interpretação; b. a interpretação joga em dois níveis: o do analista e o do sujeito de linguagem enquanto tal, c. a finalidade da análise de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, isto é, como um texto produz sentidos”. Acredita-se que a forma como Orlandi (2004) apresenta a interpretação está contemplada no modo de trabalhar do analista na tese empreendida. É tomado como pressuposto, ao longo da tese, a afirmação de Orlandi (2010 [1999], p. 95) de que “a relação com a linguagem não é jamais inocente, não é uma relação com as evidências e poderá se situar face à articulação do simbólico com o político”, ou seja, interferindo na leitura do analista que é, antes de tudo, sujeito da/na língua.

O discurso *sobre* a morte é parte central desta tese. Ele é foco da pesquisadora que aqui ocupa o lugar de analista, lançando mão de um dispositivo de análise para identificar os diferentes discursos que podem ser observados nas materialidades pesquisadas. A materialidade, por um viés discursivo, segundo Orlandi (2012, p. 72), “é o que permite observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente”. Ainda são vislumbradas as relações de força que ligam o sujeito, em sua imagem projetada, com o mundo permeado pelo seu discurso, partindo dos diferentes sujeitos que “falam” sobre a morte em suas textualidades. Assim, é realizado um movimento de análise que leva o sujeito que é focado em uma situação empírica para uma posição discursiva, o que é próprio da Análise de Discurso. Orlandi (2004, p. 22) afirma que o analista

deve “explicitar” como o “objeto simbólico produz sentidos”. Para isso é focada, ainda, a opacidade do texto, sendo que o analista é também um leitor que é deslocado da posição do sujeito para a posição do analista, enfatizando a “leitura outra que ele pode produzir com seu dispositivo” (ORLANDI, 2004, p. 23).

Nosso gesto de interpretação, portanto, é orientado pela Análise de Discurso ao procedermos a um “gesto de leitura” (PÊCHEUX, 2010c) para o que há escrito em documentos de morte no final do século XIX em Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS). Ainda foi agregado na pesquisa um documento produzido em Santa Maria, mas preservado, hoje, em um arquivo público da esfera estadual, em Porto Alegre.

Pêcheux denomina como “gesto de leitura subjacente” o processo que não aparece claramente na construção do arquivo, o que envolve tanto “o acesso aos documentos” como a “maneira de apreendê-los”, seja por uma leitura literal ou interpretativa, o que ele relaciona com “um espaço polêmico das maneiras de ler” (PÊCHEUX, 2010c [1994], p. 51). O que se busca é, pelo gesto primeiro de leitura e depois de interpretação, compreender o objeto de estudo, o dizer da morte, o discurso sobre ela, considerando os percursos dos sentidos (ORLANDI, 2010 [1999]) bem como a ideologia que é marcada no que o sujeito pensa falar por si, mas que na verdade resgata algo do interdiscurso¹¹¹, fazendo ressurgir o que fala antes, o já-lá, o que é dizível, o passível de ser dito pela memória do discurso a cada um, de seu lugar. “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 32). Orlandi (2004, p. 19) considera que a língua e a exterioridade são postas em relação “vendo nessa exterioridade o jogo das condições”, enquanto condições de produção¹¹².

O *corpus* empírico consiste em atestados e registros de óbitos da Santa Maria (RS) de 1896 que são recortados do arquivo de tese, arquivo tomado a partir de Pêcheux (2010c [1994], p. 51) “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Este, apresentado a seguir a partir de sua descrição, tem amplo conteúdo, onde se fez necessário, após

¹¹¹ Pode ser considerado como a memória nos discursos, algo que “não detemos o controle” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 54). Orlandi (2010 [1999], p. 31) chama de “memória discursiva”, ou seja, aquilo que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

¹¹² Trata-se do “contexto imediato” no sentido estrito tomado por Orlandi (2010) ou ainda “o contexto sócio-histórico, ideológico”, num sentido amplo (ORLANDI, 2010 [1999], p. 30).

sua reunião e formação, uma seleção prévia uma vez que haviam sido registradas/comunicadas pelo menos **196 mortes** que estiveram mantidas nos arquivos-instituição pesquisados por quase 120 anos. Este tempo de distanciamento é considerado na análise que é a seguir empreendida, uma vez que para compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos é preciso “compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 70).

O recorte inicial do arquivo de tese seguiu um critério elaborado pela pesquisadora, que leva em conta a repetição da discursivização da morte, ou seja, a existência de um discurso *sobre* a morte de vários lugares para uma mesma morte, tendo, assim, diferentes perspectivas, por diferentes sujeitos, de diferentes posições-sujeito¹¹³. Entre estes sujeitos estão médicos, que redigem e assinam os atestados de óbito; o vigário, que faz o registro do óbito na Catedral da cidade; e o oficial de registro, que procede ao registro de óbito encontrado no Cartório.

A seguir apresenta-se a descrição do arquivo de tese. Considera-se importante ressaltar a composição do mesmo pelo fato de a analista ser arquivista e estar permeada de questões teóricas sobre a guarda, organização e acesso aos documentos de arquivo, que são aqui utilizados como elementos centrais para definir a materialidade a ser analisada. O detalhamento deste arquivo formado pela reunião de conjuntos derivados de diferentes arquivos especialmente para esta tese é fator relevante para os estudos arquivísticos, pois demonstra não apenas o seu teor informativo como também sua potencialidade de uso para outras pesquisas, nos diversos campos do conhecimento. A partir da própria descrição, com o estudo e apropriação deste arquivo de tese, é que se viabilizou o seu recorte dando um caminho para que se chegasse, primeiramente, a um *corpus* empírico formado por 36 documentos de arquivo. A eles foram incorporadas, mais tarde, 13 notícias de jornal e um inventário com o objetivo de amplificar a informação a respeito de discursos possíveis sobre uma mesma morte.

Na sequência, o *corpus* empírico também recebe uma descrição pormenorizada para, somente ao final desse processo, ocorrer a análise das

¹¹³ São aquelas posições que “se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação a partir do modo como o sujeito é identificado e identifica-se” em uma sociedade. (ORLANDI, 2012 [2011], p. 228). A posição-sujeito “significa no discurso” em relação “ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito)” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 40).

regularidades para chegar à compreensão dos processos de produção de sentido constituindo-se, então, um *corpus* discursivo. O *corpus* discursivo, como bem explicita Orlandi (2010 [1999], p. 63) “resulta de uma construção do próprio analista”, e para isso ele apresenta uma série de sequências discursivas (INDURSKY, 2013 [1997]) pinçadas no recorte anterior para, enfim, serem, estas sequências, o objeto específico da análise, o discurso em questão, que será apresentado logo após a descrição do *corpus* empírico. Acha-se interessante esta descrição dado que “a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (ORLANDI, 2010 [1999], p. 64).

Enfatiza-se, de modo especial, que os documentos de arquivo utilizados nessa tese, e os caminhos que foram percorridos até a sua reunião, foram considerados aqui por serem parte do universo da pesquisadora uma vez que a mesma é arquivista e professora de Arquivologia, sendo de grande intimidade com sua formação e seu fazer, interessando-se por questões documentais de toda ordem. As questões comunicacionais também são consideradas relevantes, em função da formação acadêmica, já mencionada, por isso a naturalidade em agregar ao *corpus* empírico notícias de jornal relativas aos óbitos selecionados. Estas também são descritas a seguir.

5.1 Documento de arquivo como materialidade para a pesquisa

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) se restringe a identificar documento como sendo a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (2005, p. 73). Quando se agrega à palavra “documento” uma expressão que o especifica como “de arquivo”, há uma pequena mudança na perspectiva porém de grande importância para os estudos arquivísticos. Consideram-se, então, registros de informação dentro de uma organicidade que é própria dos arquivos resultantes do fazer de recebimento e produção documental de uma dada instituição. “Os documentos de arquivo são produzidos com uma finalidade, com um objetivo, daí a sua íntima relação com a atividade que os originou”, esclarece Oliveira (1991, p. 125).

Já a informação, a partir do Dicionário de área, é dada como sendo “elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 107). Numa perspectiva marcadamente positivista, ao apresentar as formas de representar a informação, pela linguagem documentária, Dodebei (2002, p. 24) recorre ao esquema conhecido do ciclo da informação, também chamado de “modelo de transferência da informação” que tem seis etapas: “produção, registro, aquisição, organização, disseminação e assimilação” da informação. A autora modifica a estrutura deste esquema acrescentando a relação de cada uma dessas etapas incluindo a sua mais estreita relação com a informação ou com o documento. Assim, a informação estaria ligada de modo mais direto com produção, registro e assimilação, enquanto que o documento teria relação com todas as etapas. A memória documentária seria capaz de reduzir a níveis menores a informação de modo que seja representativa daquilo que consta em um documento.

Ribeiro (2011, p. 38), de outro lado, também pensando a questão de representação da informação, relaciona o trabalho técnico de organização de arquivo a três grandes grupos de operações nos quais o arquivista está envolvido: a classificação, a descrição e a indexação. Ao trabalhar a representação da informação para fins de indexação informacional, Ribeiro dá fundamental importância para a descrição e a indexação pois, segundo a autora, estas operações “supõem a análise prévia da informação [...] em diversos níveis” o que muitas vezes é realizado em conjuntos maiores dada a grande variedade de informações que pode conter, por conseguinte, os subconjuntos. “Nos arquivos, a quantidade de informação existente em cada sistema de informação [fundo] é, geralmente, muito elevada, pelo que, o objecto da análise deixa de ser o documento isolado e passa a ser um conjunto de documentos” (RIBEIRO, 2011, p. 40).

Nesta tese, utilizam-se noções da descrição dos acervos pesquisados, tal como menciona Ribeiro (2011), porém não visualizando a indexação de conjuntos e sim buscando o conhecimento dos documentos para definir formas de acessá-los como materialidade. O que se pretende é alcançar, por todos os lados, a unidade de registro de informação, o documento, e a informação, propriamente dita, que ali está. Informação esta que passa a ser o que se registra, o que se diz, sobre determinado ato, acontecimento. Aqui, o ato sobre o qual “se diz” é a morte, sendo que “o como se diz” dela “fala” não apenas da morte como também do sujeito que dela se ocupa em discursivizar.

A ideia de que há plenitude da informação de um determinado registro dado temporal e localmente desaparece quando o leitor faz comparações entre diferentes documentos sobre um mesmo tema. Um exemplo disso é o que se propõe nessa tese quando se analisa o discurso *sobre* a morte em um mesmo ano, o de 1896, e num mesmo lugar geográfico, a então “Santa Maria da Bocca do Monte”, hoje Santa Maria (RS), a partir de diferentes fontes. “A evolução da consciência historiográfica amplia o conceito do documento, modifica a hierarquização do seu valor e, conseqüentemente, provoca a busca de novas fontes para a pesquisa”, avalia Oliveira (1991, p. 115).

Estas fontes de pesquisa, que são os locais onde se pode debruçar sobre documentos de todas as épocas, podem ser institucionalizadas pelo próprio fazer de registro, como é o caso do cartório e da Igreja Católica que, aliás, são aqui contemplados. Elas também podem ser instituições especializadas na questão da memória, consideradas seguras pelos conjuntos que guarda, por quem guarda (pessoas envolvidas) e como guarda. Este pode ser o caso de um arquivo público ou um arquivo privado. As fontes de pesquisa podem ser ainda os acervos de entidades sociais, como a maçonaria, ou, quem sabe, de empresas privadas, como jornais que existiam na época pesquisada. Há ainda outra fonte, que é especial, para quem estuda a morte: o cemitério, que possui, ao “ar livre”, informações sobre os nascimentos e os óbitos de uma cidade, vislumbradas em suas inscrições de lápides.

Ao analisar a morte como fato que marca e é marcado pelo discurso, caso se pense apenas do ponto de vista do registro textual convencional realizado em suporte papel, já se encontram diferenças nos documentos escritos não apenas na forma de escrita do texto, que relata aspectos relativos à morte, ou seja, em sua forma diplomática, como também na forma como se diz do acontecimento morte.

A pesquisa que resulta na composição do arquivo de tese a ser tomado a partir da Análise de Discurso, foi realizada em diversos locais. São, pelo menos, seis os arquivos que foram pesquisados para resultar na composição deste arquivo: o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria, o arquivo do Cartório de Registro Civil, o arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso e o arquivo de uma loja maçônica de Santa Maria: a Luz e Trabalho, já que a mesma reúne o acervo da

extinta loja Paz e Trabalho, que estava em funcionamento na cidade no ano de 1896.

O Arquivo Histórico é um arquivo público de nível municipal, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul é um arquivo público de nível estadual, o Arquivo do Cartório é ligado ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, sendo de responsabilidade do seu oficial, mas sendo também um acervo de natureza pública¹¹⁴, o enquanto que os demais são privados. Hakkert (1996, p. 35) explica que “o Brasil é um dos raros países em que o registro civil pertence ao Poder Judiciário, que controla as concessões de cartórios, cuja a gestão é privada e tem fins lucrativos”. Sendo assim, apesar de os registros serem públicos, sua custódia é privada. Dos arquivos privados, um deles é eclesiástico (ligado à Igreja Católica) e outro de cunho cultural, mantido pela família daquele que dá nome ao arquivo: Edmundo Cardoso¹¹⁵. Em todos estes lugares foram encontrados acervos que dispõem de documentos que trazem informações sobre o tema morte, contando com dados sobre os óbitos do ano de 1896 que ocorreram na cidade de Santa Maria. Já o acervo da loja maçônica é do tipo privado com informações sigilosas pela natureza do local. Considera-se relevante relatar o percurso da busca nesta loja justamente pela falta que representa e problemática que traz.

5.1.1 Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria¹¹⁶ preserva um grande conjunto de documentos sobre a história de Santa Maria além de ter acervo bibliográfico, iconográfico, mapoteca, coleção de moedas, do Instituto Histórico Geográfico de

¹¹⁴ Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973 que Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

¹¹⁵ Segundo Simões (2011, p. 7), Edmundo Cardoso “nasceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 29 de janeiro de 1917, filho de Etelvino Cardoso e de Regina Diehl Cardoso. Na infância trabalhou como vendedor de jornal, entre outras atividades, e em junho de 1932, aos 15 anos, diplomou-se no Curso de Guarda-Livros pelo Colégio Fontoura Ilha. Atuou como jornalista, funcionário da justiça, escritor, ator e diretor de teatro”.

¹¹⁶ O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria é parte da Secretaria de Cultura do Município, ligado, portanto à Prefeitura Municipal de Santa Maria. Ele está localizado na rua Appel, 900, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Santa Maria, RS. A diretora do Arquivo é a arquivista Daniéle Xavier Calil. Não é necessário pagar para realizar pesquisas no local.

Santa Maria, de revistas e uma hemeroteca, com mais de 50 títulos de jornais¹¹⁷. O Arquivo foi criado em 1958 a partir da Lei nº 784 de 22 de dezembro¹¹⁸. Ao longo dos anos vêm se modernizando e aplicando, a partir do momento em que introduz o arquivista como responsável pelo acervo, as propostas de arquivo baseadas em pesquisa. Ele tem seu funcionamento junto ao complexo do Centro Integrado de Cultura Evandro Behr¹¹⁹ (Fotografia 4), formado ainda pelo Museu de Arte de Santa Maria e pela Biblioteca Municipal Henrique Bastide, sendo considerados espaços culturais da cidade.



Fotografia 4 – Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
Fonte: *Home Page* da Prefeitura de Santa Maria¹²⁰

De acordo com a Lei Municipal nº 3568 de 16 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria¹²¹, em seu artigo 2º “ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria compete I - a proteção do patrimônio documental histórico” como também “VI - a descrição e divulgação de seu acervo,

¹¹⁷ O acervo do Arquivo Histórico está disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/index.php/acervo>>. Acesso em: 09 set. 2015.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1958/0784.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

¹¹⁹ Centro Integrado de Cultura Evandro Behr. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura/53-centro-integrado-de-cultura-evandro-behr>>. Acesso em: 09 set. 2015.

¹²⁰ Disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/>>. Acesso em: 09 set. 2015.

¹²¹ Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1992/3568.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

através de instrumentos próprios”. Segundo informações de sua página na Internet¹²², a Instituição “constitui-se num importante local de memória do município” que conta não apenas com documentos mas também com objetos relacionados à história local, regional e nacional.

Entre o material encontrado no Arquivo Histórico estão os Tomos¹²³ 13 e 11 que contêm os atestados de óbito do ano de 1896 que ficaram armazenados na Intendência Municipal de Santa Maria. Estes documentos foram recebidos e produzidos por cidadãos santa-marienses em consequência da necessidade de comprovação para sepultamentos, alguns deles gratuitos, inclusive, conforme o despacho que foi introduzido após a sua apresentação para a Intendência pelo Intendente. À época, Francisco de Abreu Vale Machado esteve à frente da administração local (de 1892 até 1900) tanto como indicado e nomeado pelo governo da Província do Rio Grande (até 1896) como também eleito (BELTRÃO, 2013 [1958], p. 19).

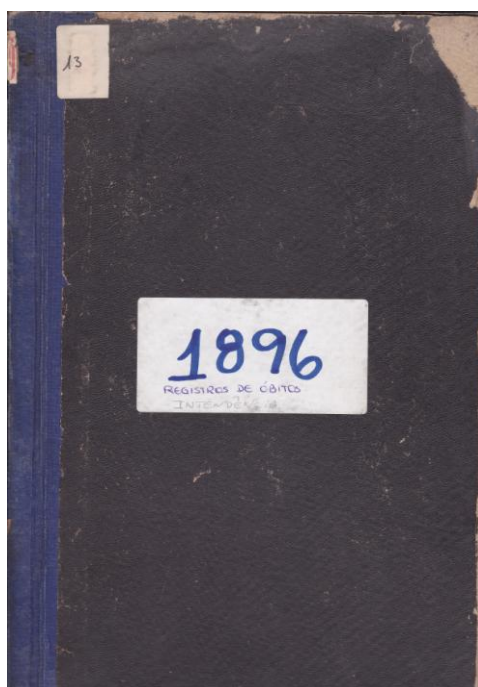
Oliveira ressalta que a guarda permanente dos acervos acontece porque “muitos documentos têm outro valor, mesmo depois da caducidade administrativa – é o valor cultural, secundário ou mediato” (1991, p. 126). Assim, a começar pelo Tomo 13, denominado “Obitos”, é importante salientar que trata-se de um livro composto de um conjunto de documentos encadernados, e é um livro que foi preservado pelo seu valor secundário. Ele reúne folhas avulsas com atestados de óbitos recebidos e guardados pela administração municipal. É a partir do Tomo 13 que os demais conjuntos foram buscados, selecionados e pesquisados, com base neste ano e nesta cidade, porém em fontes diversas: registros de óbitos e publicações em jornais sobre o tema morte. Ele se constitui, portanto, no parâmetro utilizado nesta pesquisa por ter sido o primeiro que chamou a atenção da pesquisadora. Somente em agosto de 2015 foi incorporado o Tomo 11, de mesma fonte que o 13, e com mesma tipologia documental (atestado de óbito), que por sua denominação (Tomo 11, 1895 - 1897 Intendência Municipal) havia sido descartado inicialmente. Porém, após revisão da caixa de número 2 do Arquivo, que contém o

¹²² Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/index.php/historico>>. Acesso em: 09 set. 2015.

¹²³ Trata-se de um volume encadernado. Pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a encadernação é o processo de “fixação de folhas, entre capas, por costura ou cola, com vistas a mantê-las numa ordem determinada e a assegurar a sua proteção” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 82). A ordem em que se apresenta o Tomo 13 não obedece a uma ordem cronológica, sendo que faltam documentos de diversos meses, como será visto na descrição apresentada.

Fundo Intendência, em um retorno específico para esta conferência, certificou-se de que se tratava de um tomo com documentos do mesmo ano, 1896, e da mesma natureza da informação, óbitos. A identificação da capa gerou o atraso no acesso. Na verdade o seu conteúdo contém 81 documentos de 1896 em meio a oito documentos de 1895 e 19 documentos de 1897.

Há um tipo específico de documentos e informações, os administrativos, conforme identificado por Lopes (1996, p. 41), e que são mais volumosos e visíveis por serem “frutos das características da estrutura, das funções e das atividades desenvolvidas pelas organizações” (LOPES, 1996, p. 43). Aqui “o adjetivo administrativo [...] serve para designar todos os documentos produzidos e recebidos pela organização, no quadro de suas atividades administrativas e específicas”. Um exemplo disso é a tipologia “Atestado de óbito” encontrada nos Tomos 13 e 11¹²⁴ de 1896 (Fotografia 5).



Fotografia 5 – Capa do Tomo 13

Fonte: Resultados do Projeto de Digitalização do Fundo Intendência (2011)

¹²⁴ Sempre é citado o Tomo 13 antes do 11 porque o primeiro foi único na pesquisa até o início do segundo semestre de 2015, quando se tomou conhecimento da existência de documentos pertinentes para a tese também no Tomo 11. Salienta-se, aqui, a necessidade de uma observação criteriosa e atenta nas pesquisas feitas em fontes primárias, que podem ficar com falhas caso não se considere o todo disponível.

Esta parte do acervo, estes dois Tomos do Arquivo Histórico, já foram descritos e digitalizados através de projetos realizados no Arquivo com o apoio do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria¹²⁵. Esta medida não apenas permitiu o acesso facilitado à cópia digital para a pesquisadora como também, conforme consta na literatura da área, teve a finalidade de “preservar seu acervo, poupando-o de um manuseio não-raro descuidado” (ARAÚJO, 1985, p. 7).

Além dos Tomos 13 e 11, aqui privilegiados por serem as encadernações do Arquivo trabalhadas na tese, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria possui apenas mais três livros que tratam especificamente do tema óbito: um deles está no Fundo Câmara Municipal (caixa 1 – 1838 a 1893), que tem o registro de número 1 do cemitério inaugurado em 1879 na cidade, e os outros dois estão no Fundo Prefeitura Municipal (na caixa 82 – 1936 a 1938 e na caixa 103 – 1939 a 1945). O fato destes livros não terem tido uma continuidade na descrição documental e não terem sido digitalizados foi o critério da escolha do ano de 1896 para representar o tema documento de morte que estivesse presente em arquivo público, já que, num primeiro momento, apenas o Tomo 13, que é desse ano, e posteriormente o Tomo 11 também, estavam com tratamento arquivístico¹²⁶ mais apurado, ou seja, com um processamento técnico, que considera as atividades de “identificação, classificação, arranjo, descrição e conservação de arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 138) em grau de desenvolvimento mais avançado.

À medida que os estudos sobre as mortes documentadas de 1896 na Intendência foram acontecendo, a descrição do Tomo 13 foi se encaminhando e a tese foi avançando para outras direções. O primeiro Tomo possuía digitalização, e,

¹²⁵ Projeto de Descrição, coordenado pela professora Gláucia Vieira Ramos Konrad (Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2011/05/projeto-de-extensao-do-arquivo-com-ufsm.html>>. Acesso em: 15. out. 2012) e Projeto de Digitalização, coordenado pela professora Fernanda Kieling Pedrazzi (PROJETO FIEX/UFSM/2011. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2012/06/projeto-fiexufsm2011-digitalizacao-do.html>>. Acesso em: 15 out. 2012).

¹²⁶ A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, identifica, em seu artigo primeiro, que “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Aqui, a gestão documental é considerada “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Uma vez no arquivo permanente, são necessárias as chamadas condições de acesso, nas quais se inclui um tratamento documental onde a reprodução por digitalização oportuniza a difusão e uso de documentos.

portanto, dava acesso ao *fac-símile*¹²⁷, passou a ser estudado em sua totalidade por meio de sua transcrição, a partir da noção de edição paleográfica¹²⁸, defendida por Cambraia (2005, p. 129) e, conseqüente, análise dos dados. Após, o mesmo foi feito com o Tomo 11.

A compreensão das diferenças do discurso *sobre* a morte passa pelo acionamento do dispositivo teórico-analítico da AD para a materialidade até então aqui trabalhada e que está ligada à história local e preservada em uma instituição arquivística pública. A prática de leitura de um arquivo, por sua vez, pode ser realizada de maneira diversificada, plural, dados os “interesses históricos, políticos e culturais” indicados por Pêcheux em “Ler o Arquivo hoje” (PÊCHEUX, 2010, p. 59). Petri (2002, p. 124) coloca atenção na necessidade de o analista do discurso “fazer um reconhecimento de suas [do objeto de análise] condições de produção”. Com base nas palavras da autora pretende-se superar o traçado dos escreventes e adentrar no como se diz, no funcionamento do discurso pela leitura.

Petri (2002, p. 122) afirma que “a leitura do arquivo deve ser antes de tudo um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, onde se produzem e se reproduzem discursos”, que este gesto é “individual” e que ao ler “nos apropriamos do documento/monumento (enquanto unidade de análise) e produzimos o *gesto de leitura* particular que já é um *gesto de interpretação*” (PETRI, 2002, p. 123). Ao significar na língua o sujeito se significa e, como diz Orlandi, o faz “sujeito à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade” (2010 [1999], p. 53).

No entanto, mesmo já havendo um conjunto inicial de documentos, sentiu-se a necessidade de ampliar este conjunto de modo que a temática fosse explorada por vários aspectos e proporcionasse uma visão ampla, considerando discursos outros sobre o mesmo tema. Assim é que se ampliou, também, a pesquisa¹²⁹ para que se

¹²⁷ Segundo Spina (1977, p. 77) existem pelo menos quatro tipos de reprodução de um texto, a mecânica (1), a reprodução diplomática (2), a transcrição diplomático-interpretativa (3) e o texto crítico (4). No caso da primeira, a “fotografia do texto é o *fac-símile*, que reproduz com muita fidelidade as características do original: o formato, o papel, as ilustrações, as margens, e até a cor e o tamanho”. Este conceito se estende, nos dias de hoje, a processos tecnológicos mais atuais, como é o caso da digitalização. Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o *fac-símile* é apenas a “cópia fotomecânica de um documento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 87), o que dá conta do representante digital que se obtém com o processo de digitalização.

¹²⁸ Este tipo de edição é também conhecida como semidiplomática, ou seja, está entre a diplomática, propriamente dita, e a edição interpretativa. Todas as três possibilidades de edições têm “um conjunto básico de normas” (CAMBRAIA, 2005, p. 128).

¹²⁹ A presente tese considerava, até sua qualificação, em 10 de dezembro de 2013, apenas os 86 documentos do Tomo 13 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Os demais documentos,

pudesse compreender a relação entre o lugar de onde fala o sujeito e o discurso que resulta daí, a partir de um texto, com oficialidade.

Com base na necessidade de cercar a discursivização da morte, a pesquisadora partiu dos atestados do Arquivo Histórico (em número total de 167 documentos, abrangendo Tomos 13 e 11) e seguiu seus estudos em outros lugares de arquivo. O trajeto foi: primeiro no Arquivo da Arquidiocese, entre outubro, novembro e dezembro de 2014, para depois lançar-se para os documentos existentes no Cartório do Registro Civil, em fevereiro e março de 2015. Em ambos os lugares foram encontrados registros de óbito, como tipologia documental¹³⁰, o que, ressalta-se, tratam-se de documentos oficiais. Com a incorporação do Tomo 11, em agosto de 2015, foi necessário um retorno a todos os arquivos, de modo a refazer as identificações entre os três “lugares de memória” (NORA, 1993)¹³¹.

A visita à Casa de Memória Edmundo Cardoso¹³², uma instituição particular de guarda, manutenção e acesso de documentos e coleções, ocorreu primeiramente em março de 2015. Neste período, já havia sido definida a base do *corpus* da pesquisa¹³³, que será explicada no próximo subitem, porém foi sentida a necessidade de observar outros aspectos sociais sobre a morte, na tentativa de compreender as relações sociais que envolvem a questão a partir de outros discursos. Pensou-se ser possível buscar novos dados, em novas fontes que auxiliassem a verificar o que estava posto nos registros oficiais já levantados: atestados de óbito que foram recebidos pela Intendência de Santa Maria e registros de óbito que foram produzidos na Catedral, hoje acervo que é mantido pela Arquidiocese de Santa Maria, e pelo Cartório. A Casa de Memória também recebeu

conforme descrição de cronograma apresentada no corpo do texto enquanto “trajeto de pesquisa”, foram incorporados posteriormente a esta data e de modo progressivo, numa construção do objeto de pesquisa à medida que também se construía e afinava a própria proposta de tese.

¹³⁰ “Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 163).

¹³¹ Texto original publicado, em língua francesa, em 1984.

¹³² A Casa de Memória Edmundo Cardoso é mantida com recursos próprios da família do falecido Edmundo Cardoso. Ela funciona na antiga residência da família, que hoje não tem mais moradores, à rua Pinheiro Machado, nº 2712, Bairro Centro, Santa Maria, RS. São responsáveis pelo acervo a viúva Therezinha de Jesus Pires Santos (segundo casamento) e a filha de Edmundo, Gilda May Cardoso. Em abril de 2015 foi fundada a Associação dos Amigos da Casa de Memória Edmundo Cardoso com vistas a apoiar ações culturais de acesso e preservação propostas pela Casa. A Casa não cobra pela pesquisa mas recebe contribuições espontâneas.

¹³³ Considera-se nesta tese que a base da pesquisa está nos documentos sobre a morte de Santa Maria no ano de 1896 encontrados no Arquivo Histórico, na Arquidiocese e no Cartório.

novas visitas, em agosto e setembro de 2015, em função da complementação da pesquisa com a inserção do Tomo 11.

Outro lugar pesquisado como um meio de ampliar a visão sobre as mortes enfocadas no *corpus* foi o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Em setembro de 2015, após pesquisa dos documentos sem obter sucesso no *site* do APERS, foi feito contato (por meio digital) com este arquivo público de esfera estadual na tentativa de levantar a existência de documentos relacionados as mortes selecionadas para comporem o *corpus* empírico embora não estivessem disponíveis no *site*. Neste local, estavam sendo considerados outros tipos documentais que estão relacionados à morte: o testamento e o inventário *post-mortem*. Apenas um exemplar deste último tipo documental foi encontrado no acervo do APERS e enviado, por e-mail¹³⁴ à pesquisadora por uma arquivista que foi o seu segundo contato na Instituição. Mesmo estendendo a busca ao Fórum de Santa Maria, onde poderiam estar estes documentos caso não tivessem sido recolhidos pelo APERS, nada mais foi localizado sobre esta tipologia como também nenhum testamento sobre as mortes do *corpus* foi localizado.

5.1.2 Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria

O setor de arquivos da Arquidiocese de Santa Maria, que vamos chamar aqui de Arquivo da Arquidiocese¹³⁵, tem em seu acervo livros de nascimento, casamento e óbitos de Santa Maria e de outras cidades e localidades da região (Fotografia 6).

Os documentos sobre óbitos que são mantidos na Arquidiocese existem há mais de 200 anos. Eles têm data inicial no dia 12 de maio de 1814, como está informado na abertura do primeiro livro de “Óbitos da Catedral” (Fotografia 7). No ano de 1814 foram 34 registros, um número que viria a variar bastante nos anos que seguiam, sem uma lógica perceptível. No ano de 1844, por exemplo, foram apenas

¹³⁴ PORTELLA, Viviane Portella de. **Inventário de Belisaria Maria da Rocha digitalizado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fernanda.pedrazzi@gmail.com> em 23 set. 2015.

¹³⁵ O Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria funciona na Rua Silva Jardim, nº 1995, anexo ao Shopping Medianeira, no centro de Santa Maria, RS. Atualmente o Arcebispo da cidade é Dom Helio Adelar Hubert. A responsável pelo Arquivo é Kelly Buriol Siguenas. Para realizar pesquisa no acervo é necessário pagar pelo serviço.

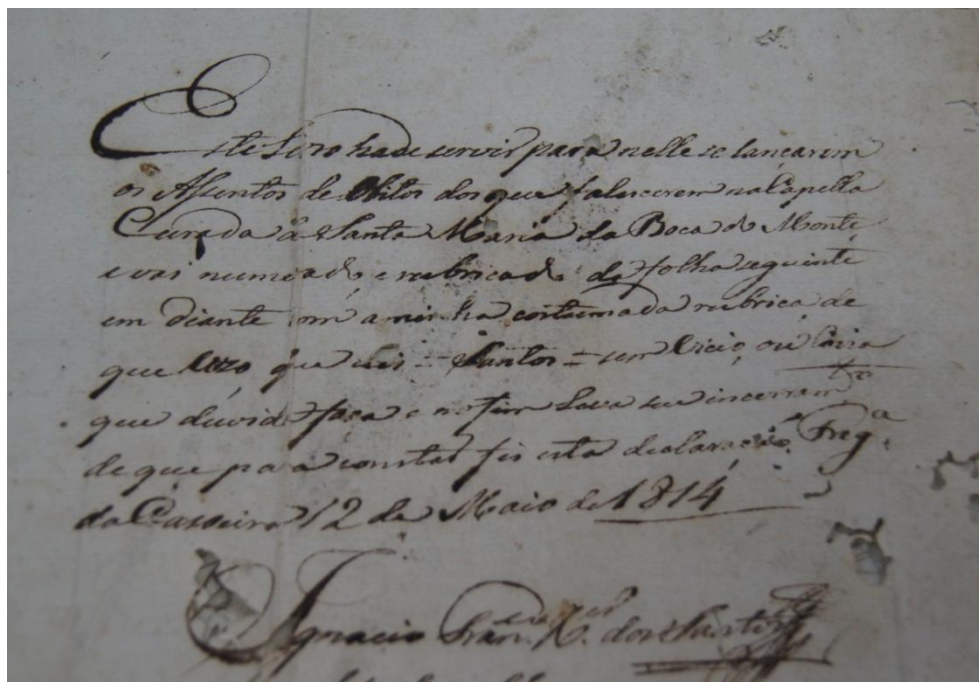
oito registros. Já em 1854 foram 41 registros. Dez anos mais tarde foram 61 e, em 1874, novamente o número caiu, dessa vez para 11 registros. Em 1894 foram 17 e em 1894 foram 92, só para se ter uma ideia da variabilidade no século XIX.



Fotografia 6 – Lombadas dos livros de óbito da Arquidiocese de Santa Maria
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Os registros encerram-se na Catedral (como está posto na lombada) na década de 1950 embora houvesse uma determinação de que seriam agora os cartórios, e não mais a Igreja, desde 1872. O maior número de registros ocorreu em 1923, com 214 mortos.

Na abertura do Livro 1, às linhas 1, 2 e 3, diz que “Este livro ha de servir para nelle se lançarem os Assentos de Obitos dos que falecerem na Capella Curada d Santa Maria da Boca do Monte”. A Capela Curada foi uma primeira modalidade de existência permanente da Igreja Católica em Santa Maria, “provida em 25 de janeiro de 1814, sendo seu cura [sacerdote] o padre Antonio José Lopes” (COSTA, 1922, p. 202), que era proveniente de Portugal (RUBERT, 1958, p. 153).



Fotografia 7 – Termo de Abertura do Livro 1 da Catedral
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

A diferença é que sendo curada, ela era, enfim, “atendida por um sacerdote fixo” (RUBERT, 1958, p. 153). Nessa época, a localidade pertencia à “Freg^a de Casoeira” (linhas 8 e 9), ou freguesia de Cachoeira, a quem estava vinculado o povoamento e, assim, permaneceu oficialmente, até 1812, com o Decreto Real de 27 de julho (COSTA, 1922, p. 200). “Embora curada, Santa Maria ficou na dependência canônica de Cachoeira, cujos párocos se excediam no exigir a parte dos emolumentos que lhes competia” (BELTRÃO, 2013 [1958], p. 100), o que denota esta relação de subordinação eclesiástica.

Somente em 1837 Santa Maria passou a ser chamada de freguesia, de Santa Maria da Boca do Monte que era a menor unidade administrativa de uma Província, no caso a de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa nova modalidade de existência administrativa do povoamento, a elevação à categoria de freguesia, se deu por lei provincial, a de número 6, de 17 de novembro de 1837 (COSTA, 1922, p. 200). Nesse ponto ela “passa a ser paróquia, mas como filial de Cachoeira” (BELTRÃO, 2013 [1958], p. 155). O padre Rubert (1958, p. 153) cita o mesmo documento, a Lei Provincial nº 6, para indicar o início da Paróquia de Santa Maria, e explica que,

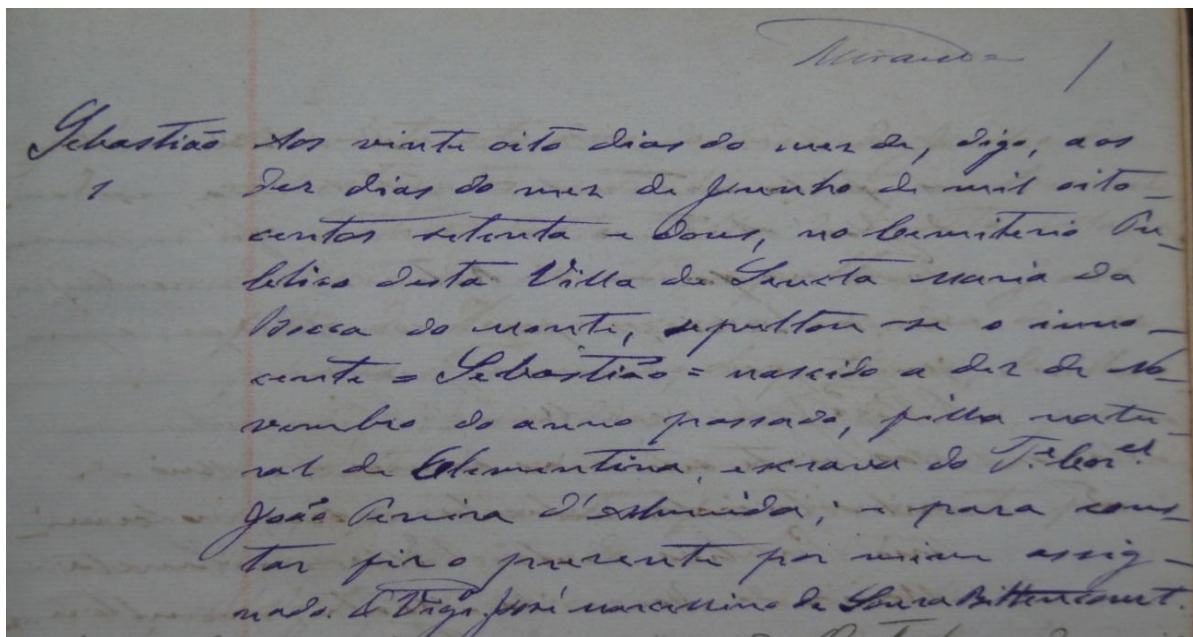
“devido à Revolução Farroupilha, [a paróquia] foi instalada apenas em 1844”, num atraso de sete anos.

Na Arquidiocese há cinco livros regulares a respeito dos óbitos que ocorreram em Santa Maria desde 1814 até a década de 1950. Devido ao ano pesquisado nesta tese ser apenas 1896, há interesse no de número três. Porém, ao longo dos mais de 140 anos com registros no local, foram criados outros livros de óbitos na cidade como aquele existente no hospital da cidade, o Hospital de Caridade, que foi inaugurado em sete de setembro de 1903, e cujos registros de mortes lá ocorridas foram feitos naquele local (AZEVEDO, 1914, p. 58).

Há que se mencionar, também, mais um livro de óbitos que se acha preservado na Arquidiocese de Santa Maria e que é denominado, em sua lombada, como “Óbitos Catedral Escravos 1872 – 1884”. Mesmo identificado como sendo relativo a escravos, na verdade o livro se refere aos assentos de filhos de escravas que nasceram após a Lei do Ventre Livre, 28 de setembro de 1871, e reúne, de acordo com as datas limites, poucos registros de um período de 12 anos (1872 até 1884), ficando, devido suas datas-limite, fora desta pesquisa.

De acordo com a Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, em seu oitavo artigo, parágrafo quinto, “Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e obitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos á multa de 100\$000”. Assim, ao analisar o conteúdo do mesmo livro, que separa as mortes dos filhos de escravas dos demais, excluindo/destacando ao mesmo tempo em que cumpre a Lei, identificam-se apenas 53 registros de óbitos, sendo que o primeiro deles é de 10 de junho de 1872 e o último é de 25 de junho de 1884. Em alguns deles consta o nome do proprietário da escrava, que era mãe do falecido (a), como acontece no documento de número 1 (Fotografia 8). Nesse documento, existe o registro do óbito de Sebastião, que tinha sete meses de idade na ocasião de sua morte e era “filho natural de Clementina, escrava do T^o. Cor^{el}. João Pereira D’Almeida”, de acordo com as linhas 7, 8 e 9.

No referido registro do “innocente” Sebastião, fica a falta do nome do pai e, nas entrelinhas, a inexistência de sua presença em vida. Também é destaque o “erro” do registro, que se dá na primeira e segunda linhas, com a correção que segue: “Aos vinte oito dias do mez de, digo, aos dez dias do mez de Junho de mil oitocentos e setenta e dous”.



Fotografia 8 – Primeiro registro do Livro “Óbitos Catedral Escravos 1872-1884”
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Como já foi salientado, no entanto, o conjunto de registros de óbito que esta pesquisa explora na Arquidiocese está no livro três, que tem como datas-limite os anos de 1895 até 1925. A falta do nome do pai da criança, porém é mais comum do que se poderia supor, sendo observada também em vários registros do ano em questão para esta tese: 1896.

Dos 64 registros feitos na Catedral, no ano de 1896, 33 deles, ou seja, a maioria (51,56%) é de falecidos com menos de 18 anos de idade. Destes, em quatro registros não há o nome de nenhum dos progenitores, em oito não aparece o nome do pai, em outros oito não aparece o nome da mãe e nos 13 restantes consta a filiação completa. Dessa maneira conclui-se que há incompletude de informações no último quarto do século XIX independente de serem filhos de escravos ou de pessoas livres.

5.1.3 Arquivo do Cartório de Registro de Santa Maria

O Cartório¹³⁶, como acontece na Arquidiocese, tem arquivados livros de registros de nascimento, casamento e óbitos. O primeiro livro de registro de óbito do Cartório de Registro Civil de Santa Maria data de 1876, conforme seu termo de abertura. Este ano tem interferência de toda uma questão anterior que está relacionada com a perda progressiva de espaço da Igreja Católica no Brasil. Em 1870 o imperador do país, Dom Pedro II, sancionou o decreto da Assembleia Geral, pela Lei nº 1829, de nove de setembro de 1870, que “manda proceder ao recenseamento da população do Império”, solicitando que o mesmo ocorra de dez em dez anos. No artigo segundo da referida Lei, está posto que “O Governo organizará o registro de nascimentos, casamentos e óbitos” (BRASIL, 1870, s/p), o que acontece até os dias de hoje por meio dos cartórios de registro civil de pessoas naturais. Essa Lei muda a perspectiva anterior de registro, que era feito pela Igreja Católica. Um processo maior, denominado secularização¹³⁷, explica este fenômeno.

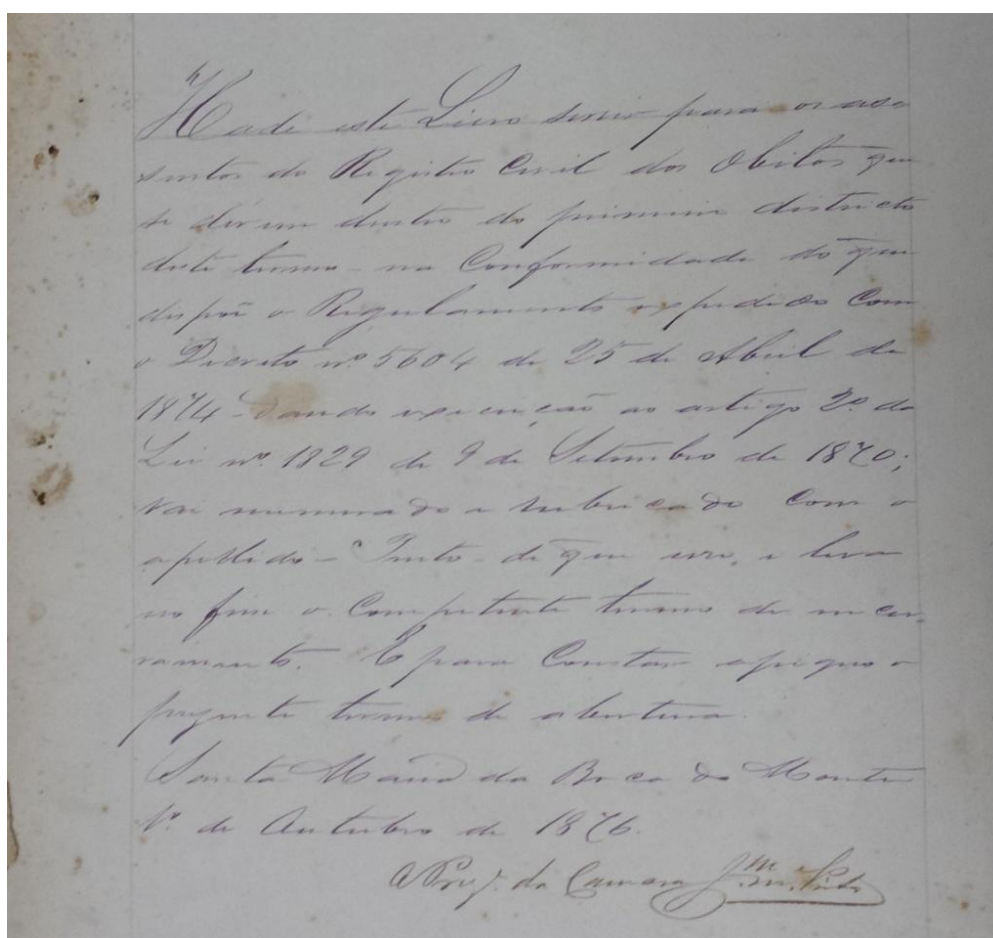
Em 1874, o Decreto nº 5.604, de 25 de março de 1874 “manda observar o Regulamento” publicado naquela data para execução da Lei nº 1.829 de 1870. Neste regulamento há um detalhamento sobre quem fará e onde será procedido o registro (no Capítulo I) e como será realizada a escrituração dos livros de registro civil (no Capítulo II). Assim, fica especificado no Decreto (1874) que deverá existir um livro onde se farão os assentos de declarações “para certificar a existencia de tres factos: o nascimento, o casamento e a morte” (BRASIL, 1874, s/p).

Pelo Decreto (1874), é nos Juizados de Paz que seriam realizados estes assentos, sendo o encarregado, pelo que dita o artigo segundo, o escrivão sob “a immediata direcção e inspecção do Juiz de Paz, a quem cabe decidir administrativamente quaesquer duvidas que occorrerem, emquanto os livros do registro se conservarem no seu Juizo”. Essa regulamentação fez com que os cartórios iniciassem este serviço.

¹³⁶ O Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da 2ª Zona - Santa Maria tem sede na Rua Benjamin Constant, 670 - Loja 101, Santa Maria, RS. Atualmente o oficial do registro é João Milton Kemmerich. Não é necessário pagar para realizar pesquisas no local.

¹³⁷ Montero (2009, p. 9) identifica a secularização a partir da teoria de Max Weber que pensava a “emancipação histórica da esfera secular do domínio do religioso”, correlacionando esta emancipação com o ideal de “modernização das sociedades que culminou, como sabemos, com a separação jurídica entre Estado e Igreja”.

O primeiro livro de óbito do Cartório de Santa Maria é chamado de C-0, assim como em todos os demais cartórios de registro civil. De acordo com a Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que trata dos registros públicos, há uma convenção de que os livros de registro de nascimento sejam denominados “A” acompanhado de um número sequencial, os de casamento são “B”, igualmente identificados com um número em sequência de acordo com os anos, enquanto que os de óbito são os livros “C”, com o mesmo número sequencial, iniciado sempre em zero (BRASIL, 1973). A abertura do livro C-0 data de 1º de outubro de 1876 (Fotografia 9). Esta data foi utilizada como referência pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da 2ª Zona, João Milton Kemmerich, para informar aos órgãos governamentais dados sobre o início da atividade do local, em recente pesquisa que lhe foi solicitada. O primeiro registro de óbito do Cartório de Santa Maria é de 24 de outubro daquele mesmo ano.



Fotografia 9 – Termo de abertura do Livro C-0
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

O termo de abertura do livro C-0, conforme a Fotografia 9, é assinado pelo responsável pela Câmara Municipal, tem numeração das folhas feita à mão de 1 a 200 porém é utilizado até a folha 68, onde está o registro de número 210, de 16 de setembro de 1883. As demais permaneceram em branco. Os registros de óbito são retomados no Livro C-1, a partir de 10 de janeiro de 1889 indo até o final do mesmo, encerrando com o ano de 1899. Fica a observação de que os registros de mais de cinco anos, que se pode ver na brecha temporal anteriormente apontada, inexistem no local. É necessário esclarecer, no entanto, que durante o manuseio do livro C-0, que seria o início das atividades do Cartório, há, dentro do próprio livro, logo após a folha de rosto, um suplemento, em folhas de cor e tamanho diferentes, que correspondem aos registros realizados em livro aberto pela Câmara Municipal¹³⁸.

Em sessão extraordinária da Câmara Municipal da, então, “Villa de Santa Maria da Bocca do Monte”, ocorrida às 9 horas da manhã de 22 de agosto de 1863, e presidida pelo “Tenente Coronel Niederauer Sobrinho”, foi determinada a criação de um livro, de acordo com o documento preservado até nossos dias. Sua transcrição¹³⁹ diz que naquela reunião

Leo-se uma Circular de Sua Excelência, sob número 15 de / 1º do corrente mês, em que transmite a Ca- / mara a copia do acto da mesma data, pelo qual resolveo designar os Escrivaeos dos / Juizos de Paz que devem fazer o registro / dos nascimentos e obitos das pessoas não ca- / tolicas. A Camara deliberou, que se officias- / se ao Juiz de Paz em exercicio transmittindo- / lhe a copia do acto de Sua Excelência, e dando-lhe que / fisesse cumprir pelo Escrivão o seu Juiso / a parte que lhe toca. (RICHTER; SILVEIRA, 2006, p. 201)

Esta circular vem a referendar o que está posto na Lei nº 3.069, de 17 de abril de 1863, que em seu capítulo terceiro trata especificamente do “registro dos casamentos, nascimentos, e obitos de pessoas não catholicas”. No seu artigo 19, indica que

¹³⁸ Richter e Silveira (2006) apresentam o primeiro livro de Atas da Câmara Municipal de Santa Maria, com datas-limite de 1858 – 1864, a partir da transcrição paleográfica destas atas. Neste material é possível encontrar a primeira ata, datada em 17 de maio de 1858, quando é declarado pelo “Senhor Presidente que se achava instalada a Camara Municipal”, documento assinado pelo José Alves Valença, presidente da casa, e mais seis vereadores (RICHTER; SILVEIRA, 2006, p. 2).

¹³⁹ É apresentada uma transcrição, tal como é feita pelas autoras e demais colaboradores do trabalho. O projeto que culminou com a publicação das transcrições das atas da Câmara Municipal de Santa Maria está vinculado ao Curso de Arquivologia da UFSM, operacionalizado na disciplina de Paleografia.

Para o registro dos casamentos, nascimentos e obitos, de nacionaes, ou estrangeiros não catholicos, haverá tres livros: um para o dos casamentos, o qual ficará a cargo do Secretario da Camara Municipal da residencia de um dos conjuges; e dous para o dos nascimentos, e obitos, os quaes ficarão a cargo do Escrivão do Juiz de Paz do lugar respectivo; podendo porém o Governo na Côrte, e os Presidentes nas Provincias designar o Escrivão, ou Escrivães do Juiz de Paz que desempenhem estas funcções, segundo o exigir a população ou as distancias.

Por estes fatos, e considerando quem estava à frente da Câmara naquela oportunidade, foi lavrado um termo de abertura para o suplemento, que foi assinado por João Niederauer Sobrinho no dia 25 de agosto de 1863. Nele consta que “Ha de este livro servir para o registro dos obitos das pessoas que proffessão religião diferente a do Estado”. Na folha seguinte é apresentada, de forma resumida, uma lista com dez nomes de cidadãos que morreram entre 1862 e 1864, sendo que seis deles eram naturais da Alemanha e os demais do Brasil, especificamente do Rio Grande do Sul. O título é “Assentos dos registros de obitos das pessoas que proffessão religião diferente a do Estado”, referindo-se ao Império do Brasil que tinha no catolicismo a sua religião oficial.

Observa-se, conforme a Fotografia 10, que na página de número um aparece a lista de nomes que ocupam 10 dos 12 números ali constantes, pois foram deixados espaços em branco (números nove e 12), talvez com o intuito de preenchê-los mais tarde, quando se tivesse a informação sobre o óbito.

É importante situar a presença de alemães e seus descendentes na cidade de Santa Maria nessa época. “Consta também que antes do ano de 1835 foram para esse lugar muitos alemães que cooperaram para o seu crescimento, formando um poderoso elemento para torná-la apta a receber os foros de cidade”, considerava Jacques sobre a presença desses estrangeiros na cidade de Santa Maria no ano de 1883, quando a primeira de suas obras fora lançada (2014, p. 73). No verso da segunda folha do suplemento começam os registros, propriamente ditos, denominados “Assento de falecimento de”, seguido do nome e sobrenome do morto. O primeiro deles foi feito em 25 de maio de 1867.

Dos 30 registros, 17 eram de homens e 13 de mulheres. Entre esses, 16 registros foram feitos já tendo passado mais de um mês do falecimento, tendo até sete anos de diferença entre a morte e o registro. Nesse conjunto, há mortes de um período de 16 anos, tendo, estas, ocorrido de 1866 a 1882.

Niedermaier Sobr.

*Assunto dos registros de obitos das pessoas
que professão religião differente a do Estado*

<i>N.º</i>	<i>Nomes</i>	<i>Naturalidade</i>	<i>Data</i>	<i>Idade</i>	<i>Obitos</i>
1	Henrique Niedermaier	Alemanha	68	15 de Julho	1862
2	Nitto do acina	Dist. Torr. ca	16 dias	17 de Maio	1862
3	Christiano Druck	Desta Provincia	1 dia	24 de Maio	1863
4	Maria Josefa Mairman	Desta Torr. ca	1 dia	17 de Junho	1863
5	Anna Christabet Rupp	Alemanha	70 annos	16 de Maio	1863
6	Fernando Juth	Alemanha	61 annos	12 de Maio	1863
7	Pedro Beck	Jo. Sepolho	33 annos	6 de Maio	1863
8	Catharina Niedermaier	Alemanha	40 annos	18 de Maio	1863
9					
10	Miguel Lampad	Alemanha	40	15 de Maio	1864
11	Frederico Chemm	Alemanha	63	6 de Maio	1864
12					

Fotografia 10 – Lista de mortos do suplemento do Livro C – 0 do Cartório
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Contando com os nomes da lista da folha de número dois, foram feitos 40 registros neste suplemento que estava colado junto à encadernação original, sendo que algumas páginas (das 17) já se desprenderam do C-0 (Fotografia 11) e estão soltas, enquanto que duas (as de número 5 e 6) não se encontram mais ali.



Fotografia 11 – Capa do Livro C – 0 do Cartório
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Uma vez pesquisadas as instituições e os acervos de óbito que têm em sua guarda, passa-se ao arquivo de tese, descrevendo-o para, dele, retirar o *corpus* empírico, conforme citado.

5.2 O arquivo da tese

Para descrever os três conjuntos dos três principais arquivos instituição que têm os acervos pesquisados, temos vários aspectos a serem comparados antes mesmo de chegarmos ao *corpus* empírico e, depois, ao *corpus* discursivo. Neste último é onde se procede a análise comparativa das textualidades contendo o discurso *sobre a morte*.

É retomada, no Quadro 6, a identificação dos livros em cada lugar pesquisado. São levantadas as suas datas limites, destacando o tamanho desses livros, o número de atestados, no caso do Arquivo Histórico, e de registros, nos demais casos, para, apenas, o ano de 1896 e oferecendo uma ideia do número de atestados/registros de óbito por página e a quantidade de autores/escreventes.

Arquivo	Histórico		Arquidiocese	Cartório
Livro	Tomo 13 1896	Tomo 11 1895 1896 1897	Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925	C – 1 10-01-1889 a 20-02-1899
Dimensões	21 cm x 32 cm	20,8 cm x 32 cm	21 cm x 31,5 cm	27 cm x 40 cm
Lombada	1,3 cm	1,5 cm	2,5 cm	4 cm
Nº ano	86	81 (de 108)	64	44
Nº/página	1	1	3,8	1,8
Autores/ Escreventes de 1896	69 pessoas atestam a morte	Dos 81 de 1896, existem 58 pessoas que atestam a morte	1 pessoa: “O Vigário” Pedro Wimmer	1 pessoa: “Oficial do registro” Jose Borja de Sant’ Anna
Total por local	112 pessoas diferentes		1 pessoa	1 pessoa

Quadro 6 – Informações preliminares sobre os documentos
Fonte: Elaborado pela autora

Pela análise do Quadro 6, o maior número de mortes foi observado no Arquivo Histórico, seguido do Arquivo da Arquidiocese, ficando por último o Arquivo do Cartório. Este representa quase $\frac{1}{4}$ do número registrado na Intendência onde os Tomos 13 e 11 foram formados e hoje estão preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Já o Arquivo da Arquidiocese tem menos da metade dos documentos do Arquivo Histórico.

O aproveitamento da página na escrita também pode ser analisado se observarmos, no Quadro 6, o número de mortes por página e o tamanho da encadernação. O aproveitamento é melhor no Arquivo da Arquidiocese, com quase quatro registros por página, o que demonstra um número menor de linhas por registro já que o livro é menor que o do Cartório em suas dimensões. A média de linhas de registro observada na Arquidiocese é de cerca de oito linhas por falecimento enquanto que os registros do Cartório têm cerca de 20 linhas em média, alcançando perto de dois registros por página.

Como se pode observar no Quadro 6, o autor/escrevente é sempre o mesmo nos dois lugares onde se fizeram os registros de óbitos (Cartório e Arquidiocese), o que faz com que a letra tenha um desenho e uma dimensão¹⁴⁰ (altura e largura) que se repete. Já no Arquivo Histórico, os documentos de 1896, de tipologia atestado de óbito, são assinados por 112 pessoas diferentes. Eles se constituem escreventes, testemunhas da morte ou testemunha da testemunha, quando assinam ao rogo, ou seja, quando assinavam por aquele que não sabia sequer assinar seu nome. Dentre aqueles que assinam documentos reunidos nos Tomos 13 e 11 são encontrados:

- a) Médicos (assinam 12 profissionais em 100 atestados: 58 no Tomo 13, e 42 no Tomo 11);
- b) Delegado de polícia (17 atestados: dois do Tomo 13 e 15 do Tomo 11);
- c) Tenente e alferes da Brigada Militar (juntos), um atestado;
- d) Intendente, sendo que Francisco de Abreu Vale Machado, que foi o primeiro intendente que teve Santa Maria no período da República, assina

¹⁴⁰ Andrade (2007, p. 318) afirma que o tamanho do módulo, ou ainda, a “dimensão das letras, considerando-se as capitais maiúsculas e as minúsculas, determina em parte o grau de legibilidade do texto”. Também a “padronização e a clareza nos traços da escrita”, segundo o mesmo autor, podem ajudar na leitura do manuscrito, ainda que apresentem arabescos e algum grau de rebuscamento.

cinco documentos que endereça ao responsável pelo cemitério (de quem não se fornece um nome);

e) Outros 96 cidadãos diferentes. Estes são um “eu” em um documento do Tomo 13 e dois documentos do Tomo 11; e um coletivo, ou “nós”, em 20 documentos que podem ser de duas ou até cinco pessoas no Tomo 13 e 22 documentos do Tomo 11 (que assinam entre duas a quatro pessoas).

Ao lançar um olhar para os sujeitos que atestam/registram a morte nos três conjuntos, dos três arquivos, a primeira constatação a considerar é que somente homens assinam os documentos, num total geral de 114 diferentes sendo que destes, 112 homens são só dos Tomos 13 e 11. A eles somam-se mais duas pessoas: um é o vigário da Catedral e o outro é o oficial do Cartório, chegando-se ao total mencionado.

José Borja de Sant’Anna era o oficial de registro do Cartório em 1896. Ele foi o responsável por fazer os registros de óbito, assim como os demais registros de casamento e nascimento de Santa Maria, desde o início do livro C-1, ou seja, desde 1889 até o registro 401 do livro C-2, que começa em 1899. Sob o número 402, portanto, encontra-se o seu óbito, escrito por José da Silva Brasil, “oficial *ad-hoc*” que, conforme o próprio documento, foi indicado pelo Juiz da Provedoria Ernesto Marques da Rocha, que assina o documento. Seu falecimento, de acordo com o documento, aconteceu no dia 14 de setembro de 1901, às cinco horas, quando José Borja tinha 69 anos de idade. No mesmo é informado que ele era natural de São Paulo. Embora ele tivesse sido responsável por discursivizar óbitos, por um período de cerca de 12 anos, em Santa Maria, o seu próprio registro, que o identifica como “serventuário vitalício”, o indica como de “filiação ignorada”. Também não consta nenhuma informação adicional, como, por exemplo, sobre ser casado ou ter filhos. Sabe-se, através de pesquisa no Arquivo Histórico, que no ano de 1894 o referido oficial de registro assumiu, concomitantemente ao seu trabalho como oficial de registro, por indicação de Vale Machado, então Intendente Municipal, como Zelador do Cemitério, cargo que permaneceu por pouco mais de três anos, de 1894 a 1897¹⁴¹.

¹⁴¹ Em pesquisa realizada no Fundo Junta Intendencial, Tomo 9 – Juntas Intendenciais 1892 – 1901, encontrou-se que o início da atividade de José Borja de Sant’Anna como Zelador do Cemitério aconteceu em 1º de maio de 1894 através do Acto Nº 19 da Intendência Municipal de Santa Maria. Ele encerrou esta atividade em 5 de junho de 1897 pelo Acto Nº 62 da Intendência, quando pediu

Outro aspecto importante a destacar é quanto à forma de escrita. De acordo com Mandel (2011, p. 69) “a escrita atravessa o tempo do homem e fixa sua memória” e isso se dá a partir de quem, como e para quem se escreve. Há, neste aspecto, a questão da legibilidade, que é tomada por Mandel (2011, p. 73) como sendo algo relacionado como uma “tomada de responsabilidade” de quem escreve já que “dá ao texto uma dimensão espacial e cultural ajudando no seu entendimento e na sua memorização”. Os três conjuntos são manuscritos, havendo alguma dificuldade para a transcrição devido à caligrafia dos escreventes. Como comentado por Berwanger e Leal (2008, p. 94) “as dificuldades dizem respeito, principalmente: a) à falta de pingo no i; b) a letras que se confundem [...]; c) a palavras ligadas (escrita encadeada); d) à falta de pontuação [...]; e) à falta de extensão do documento; f) tamanho das letras”. Todos estes aspectos foram verificados nos conjuntos analisados, em especial as palavras emendadas e as letras que se confundem como o “m” com o “n”, o “f” e o “s”, entre outras.

Outro aspecto relevante é o papel de que é feito os documentos, ou seja, o seu suporte¹⁴². Os atestados de óbito apresentados para a Intendência e que estão reunidos nos Tomos 13 e 11 têm sua materialidade em papeis diferentes pois tiveram diferentes proveniências. A maioria de médicos (100 de 167), outros do próprio intendente, outros de cidadãos que não têm uma autoridade explícita, que seja ali dada como oficial. Trata-se, portanto, de Tomos que reúnem documentos soltos que foram unidos pela função que cumpriam junto à Intendência. Estes foram encadernados por estarem relacionados com o mesmo fazer da Intendência: comprovar a morte para que se procedesse ao sepultamento.

A tinta utilizada deveria ser preta, no original, porém o tempo faz perder pigmentos, o que a enfraquece. Pelo desenho das letras, e as marcas de tinta, é possível que o instrumento de escrita utilizado tenha sido a pena metálica. Já no caso dos documentos da Arquidiocese e do Cartório, ambos foram realizados em livros que são encadernados na origem, pautados, numerados em suas folhas, com termo de abertura (caso daquele guardado na Arquidiocese) e termo de

exoneração e foi substituído por Ricardo José Nunes Filho. A data não coincide com a morte de José Borja. Ele morreu quatro anos depois. Desse modo, ser o Zelador do Cemitério não estava vinculado a ser o oficial de registro, uma hipótese aventada. Estas informações foram ratificadas na pesquisa do livro “Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria, Volume 1, 1892- 1901”, editado pela Oficina Gráfica do Globo, em Santa Maria em 1939, que traz transcrição desses documentos.

¹⁴² “Material no qual são registradas as informações” que em alguns países é remontado à palavra “meio”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159)

encerramento (nos dois casos). Com relação à tinta e ao instrumento de escrita, acredita-se que tenham as mesmas características dos utilizados nos documentos encontrados na Intendência (tinta negra em pena metálica).

Destaca-se que todos os quatro livros (Tomos 13 e 11 do Arquivo Histórico, Livro 3 do Arquivo da Arquidiocese e C – 1 do arquivo do Cartório) têm encadernações de capa dura, com lombada identificada para fácil acesso ao período que corresponde seu conteúdo, sendo destacado, em dois deles, as datas limite, como segue o exemplo na Fotografia 12.



Fotografia 12 – Lombada do Livro C – 1 do Cartório
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Os registros pesquisados no Livro C-1 do Cartório de Santa Maria vão de 401 a 444, entre o verso da folha 115 até a frente da folha 127, num total de 25 páginas, numa média de dois registros por página, tendo, cada registro, uma média de 20 linhas. Já os registros pesquisados no Livro 3 da Catedral, que está preservado no Arquivo da Arquidiocese, são numerados de 1 a 64, entre o verso da folha três até o verso da folha 11, num total de 17 páginas, numa média de quatro registros por página, tendo, cada registro, uma média de oito linhas. Desde 1829 os livros da Catedral destacam o ano, à esquerda ou à direita da página, acompanhando a frente ou o verso, respectivamente. Acredita-se que a adoção deste destaque se deu de modo a evidenciar a que ano pertence o óbito e, assim, facilitar a busca por óbitos de cada ano.

Os documentos dos Tomos 13 e 11 têm formas e tamanhos diferentes, não sendo comparáveis entre si pois trata-se de grande número de autores/escreventes, diferente dos outros dois conjuntos, que têm apenas um cada um deles. Muitos destes atestados foram cortados, eliminando-se, inclusive, trechos dos textos, para que pudessem ser reunidos e encadernados. Com isso, algumas informações também foram cortadas, dificultando em mais um aspecto a sua leitura.

5.3 O *corpus* empírico: recorte no arquivo da tese

Ao comparar os três conjuntos de documentos que foram eleitos para serem as fontes desta pesquisa (conforme nomes presentes nas listas que estão apresentadas nos Apêndices A, B, C e D), deparamo-nos com correspondências entre eles, identificações que definiram os objetos materiais documentais da análise, ou seja, o *corpus* empírico de pesquisa.

Cada um dos conjuntos tem um número próprio de atestados/documentos que dizem sobre a morte na Santa Maria de 1896 sob custódia dos arquivos pesquisados. Como já foi informado, no Arquivo Histórico, que tem os documentos da Intendência, há 86 atestados no Tomo 13 (Apêndice A) e mais 81 atestados no Tomo 11 (Apêndice B); no Arquivo da Arquidiocese, com documentos da Igreja Católica, são 64 os registros (Apêndice C); já no Arquivo do Cartório, que fez o registro civil, encontramos 44 documentos sobre mortes (Apêndice D).

A partir do levantamento de dados básicos sobre os falecidos a quem se documenta a morte, tais como o nome, data do óbito e do próprio registro documental, foi feito um cruzamento dos conjuntos, buscando aqueles documentos sobre mortos que foram feitos nos três locais: Intendência, Catedral e Cartório. Esta busca foi realizada de modo a selecionar os documentos referentes a um mesmo fato comunicado e registrado, tomando a morte como um evento vital (BASSANEZI, 2013) que gera um registro, e a partir daí poder dar condições de igualdade à análise, com a finalidade de fazer uma comparação entre os documentos/registros.

A comparação de números sobre a presença dos falecidos nos diferentes conjuntos pode ser demonstrada através de uma figura, a Figura 6, que se encontra a seguir.

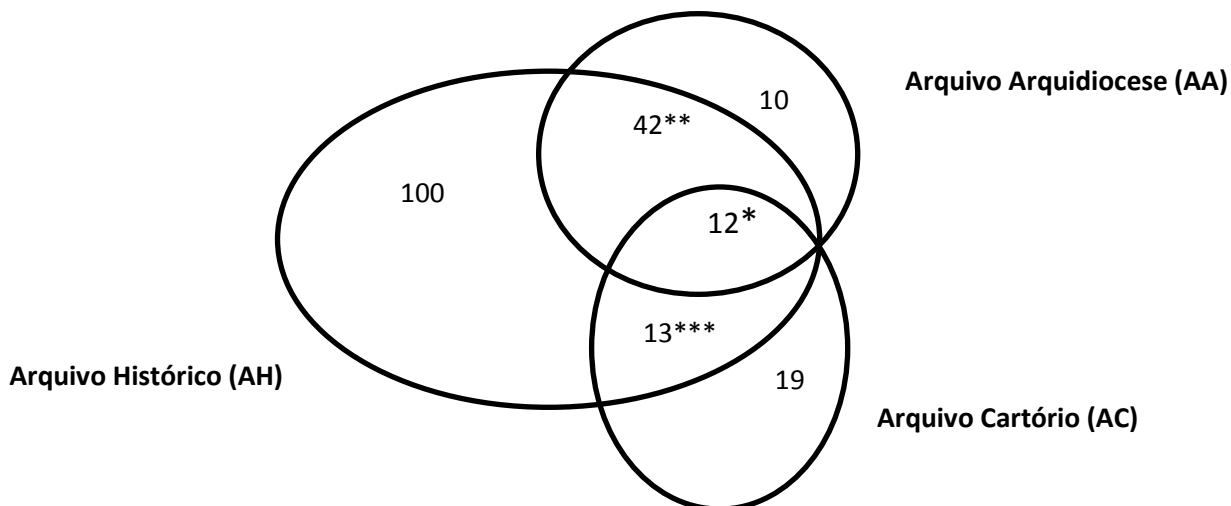


Figura 6 – Cruzamento de nomes de falecidos
 Fonte: Elaborado pela autora
 *Intersecção 1; **Intersecção 2; ***Intersecção 3.

De acordo com o que foi apresentado na Figura 6, é possível observar que no ano de 1896 foram feitas 275 comunicações de óbito em Santa Maria com base nas três fontes utilizadas ($TG^{143} = AH (T. 13 \text{ e } T.11) + AA + AC$), sendo que, excluindo as repetições de nomes e datas, pode-se dizer que se tratam de 196 pessoas diferentes ($TP = TG - [2 \times I1] - [I2 + I3]$)¹⁴⁴. As repetições podem ser entendidas aqui como uma saturação de arquivo uma vez que mais de um lugar faz o mesmo trabalho: registro da morte. Por outro lado, também pode ser visto como o lacunar, a falta, uma vez que na complementariedade do que se diz nos três lugares, amplia-se, mesmo que de forma discreta, o que se sabe da morte e do morto. Se algo é acrescentado é porque faltou em outro.

No conjunto do Arquivo Histórico, no Tomo 11, há um registro para meninos gêmeos que nasceram mortos, mas que não receberam nome. Assim, o número de registros é um e o de mortos é outro, sendo que o total de mortos fica 197¹⁴⁵. No

¹⁴³ Total Geral (TG) é igual ao total de cada arquivo, somando-se os números referentes aos três (AH – contando os Tomos 13 e 11, mais AA e AC).

¹⁴⁴ Total de pessoas mortas em 1896 em Santa Maria, de acordo com os documentos, é igual ao Total Geral (TG) menos o dobro do número da Intersecção 1 e menos a soma das outras duas intersecções.

¹⁴⁵ São 197 pessoas em 196 registros/comunicações de morte. Os referidos gêmeos nasceram mortos em 08 junho de 1896. Foi feito um único atestado para eles (com data de 09/06/1896), sem os

conjunto de 167 documentos presentes no Arquivo Histórico existem mais 12 crianças sem nome (num total de 14 com os dois gêmeos). Nos demais conjuntos todos têm nome, ao menos o prenome.

Das 197 pessoas que morreram em 1896, 130 (129 mais um gêmeo) delas tiveram apenas um registro de óbito na cidade, sempre de acordo com os arquivos pesquisados. No entanto, 55 pessoas tiveram sua morte comunicada concomitantemente somente em dois locais (Intendência e Igreja Católica ou Intendência e Cartório). E ainda é possível afirmar que 12 pessoas tiveram sua morte comunicada concomitantemente em três locais: Intendência, Catedral e Cartório. São os documentos referentes ao acontecimento destas 12 mortes que vão formar o *corpus* empírico.

Observando as intersecções entre os conjuntos, dois a dois, a maior coincidência de presença de documentação de óbito ocorreu entre o registro feito na Intendência e na Igreja Católica (registros estes hoje mantidos na Arquidiocese). Das 178¹⁴⁶ pessoas que morreram, de acordo com estes dois conjuntos de registros, 54 estavam nos dois conjuntos (42 entre os dois e mais os 12 comuns aos três), num percentual de 30,33%. A segunda maior semelhança diz respeito àqueles óbitos que foram comunicados tanto na Intendência como no Cartório e que se constituíram em número de 25 (13, só entre eles e mais os 12 comuns aos três) num total de 187¹⁴⁷, o que corresponde a 13,36%. Já no caso das mortes comunicadas na Igreja Católica e no Cartório, houve uma sobreposição dos 12 falecimentos, que são os mesmos comuns aos três, num universo de 96 mortes registradas, o que equivale a 12,50%.

As 12 mortes registradas nos três locais correspondem a apenas 6,09% do total de 197¹⁴⁸ óbitos. Considera-se este um número muito pequeno dado que naquele momento histórico era recente o início da secularização no Brasil, ou seja, ao processo de perda do poder da religião oficial do Estado na sociedade devido, entre outros motivos, à mudança de regime político: do Império para a República. Ao destacar a documentação da literatura de viagem no Brasil, Leite (1984), escolhe, na antologia de textos de viajantes estrangeiros, alguns sobre as formas de convívio do

seus nomes, apenas indicando serem dois meninos que não puderam ser batizados (registro Nº 30 do Tomo 11, mantido no Fundo Intendência Municipal, Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria).

¹⁴⁶ Já incluído o gêmeo não contabilizado em separado por falta de atestado próprio.

¹⁴⁷ Com o gêmeo.

¹⁴⁸ Com o gêmeo.

povo que residia no Brasil. Dentre eles, um, em especial, de Isaac Ford, datado de 1889, nos informa que “nos primeiros dias da República, o Governo Provisório não conseguiu chegar a um acordo sobre a política radical de secularização. Decretara o casamento civil, mas debateu durante várias semanas o expediente da desapropriação, para sustento do clero”. O comentário do viajante denota a confusão que se criara com a mudança de regime político. Ele continua seu relato felicitando o fato de que “a Igreja [Católica] foi separada do Estado” e afirma: “foi uma medida radical para desarmar e suprimir o clericalismo. A Constituição não permitia que qualquer religião tivesse relações de dependência ou aliança com os governos federal ou estadual” (FORD, 1889, p. 41).

Nota-se, pelos números de óbitos encontrados em cada local, que a proximidade maior da população era com a Intendência, que apresenta o maior número de mortes comunicadas (168 mortes, contando o gêmeo). Este fato aponta para a necessidade de sepultamento como um fator determinante para a entrega do documento à Intendência, mas também a proximidade daquela instituição com o cidadão. No documento de número 30, do Tomo 11 do Arquivo Histórico, já mencionado por ser aquele referente aos gêmeos nascidos mortos, a explicação dada por Joaquim Leal de Oliveira¹⁴⁹ resume esta relação do cidadão com a Intendência, quando diz que “pede por tanto a auctoridad competente providencia para o enterro das ditas crianças, na qualidade de pobreza”¹⁵⁰. Com o despacho do Intendente “Sepulte-se, gratis”, feito ao pé do documento, compreende-se a função do atestado enquanto documento que permite o sepultamento.

Uma vez definido o conjunto de documentos a servir de base para a análise, ou seja, os doze referentes aos falecidos que se repetem nos três conjuntos (num total de 36 documentos), passa-se a detalhar as informações acerca destes documentos/registros e pessoas que neles apareçam.

¹⁴⁹ No atestado, Joaquim não tem nenhuma referência a cargo ou autoridade, no entanto, em pesquisa no Fundo Junta Intendencial, Tomo 9 – Juntas Intendencias 1892 – 1901, encontrou-se o Acto 38-A, de 16 de fevereiro de 1895, que nomeia o referido homem como Agente de Segurança do 8º Quarteirão do 1º Distrito.

¹⁵⁰ No Fundo Junta Intendencial, Tomo 9, Juntas Intendencias 1892 – 1901, encontrou-se o Acto Nº 44, de 10 de janeiro de 1896, que promulga a Lei Nº 4 do Orçamento Municipal para o ano de 1896 e que traz o imposto para serviços do cemitério nos parágrafos 112, 113 e 114. No parágrafo 113 diz “Para os pobres gratis”. As outras possibilidades de sepultamento ali descritas são: Por catacumba ou carneira arrendada – 50 000; Por cova ou sepultura rasa – 5 000; Para creança – 2 000; Por terreno ou sepultura perpetua, com extensão de dois metros de comprimento e oitenta centímetros de largura – 50 000; Por centimentos quadrados que excedão – 005.

O Quadro 7, apresentado a seguir, aponta os números sequenciais relativos aos falecidos nos diferentes conjuntos para fins de identificação dos mesmos nos livros já identificados nesta tese. Neste momento apenas é revelado o primeiro nome dos mortos pelo fato de haver diferenças no nome completo¹⁵¹ nos diferentes documentos, o que será trabalhado mais adiante nesta tese. Estima-se que no final do século XIX as pessoas não portavam documento de identificação no Brasil, como acontece nos dias de hoje com relação à cédula de identidade. Isso se dava pela falta de controle público das instituições que governavam e dado o estágio de conhecimento sobre a identificação das pessoas no mundo, ainda muito incipiente. A falta desse documento é fundamental para explicar tantas divergências encontradas nos arquivos com relação ao nome.

¹⁵¹ Em pesquisa sobre a identificação das pessoas no Brasil, e que documentos possuíam, foi localizada a informação de que em 1893 foi instalado um gabinete de identificação em Ouro Preto (MG), em 1894 no Rio de Janeiro (RJ) (GALEANO, 2012, p. 733). No Rio Grande do Sul isso só aconteceu em 1907 quando foi criado o Decreto Nº 1116, de 12 agosto de 1907, que aprovava e regulamentava o Gabinete de Identificação, Antropometria e Estatística, pelo então governador Borges de Medeiros (IGP, 2015). Esse movimento é fruto, de acordo com Galeano (2012), de uma tendência vinda em 1889 do departamento de Polícia de Paris baseada na antropometria, o que foi difundido na Exposição Universal através de um Congresso de Antropologia Criminal, o segundo do mundo. Alphonse Bertillon, chefe do serviço de identificação da Prefeitura de Paris, criou um sistema de identificação de identidade individual com busca rápida no arquivo para resolver problemas da burocracia judicial e policial e na repressão do crime. Desde 1870 já havia retratos fotográficos nos arquivos da Polícia de Paris porém havia também o problema de encontrar a ficha certa, já que eram classificadas pela inicial do nome (GALEANO, 2012). Bastava apresentar outro nome e o sujeito não era identificado. Buenos Aires foi o primeiro lugar fora da França a adotar o sistema criado por Bertillon. O Brasil veio a seguir. A ideia era coibir a criminalidade urbana, principalmente devido as pessoas que circulavam de um lugar pra outro, o que incluía estrangeiros. Houve um estímulo à aplicação desses conhecimentos nos primeiros anos depois de instaurada a República no Brasil com a ideia de modernização das instituições policiais. No entanto o sistema de Bertillon, que inicialmente cruzava nove medidas corporais, foi sendo substituído pela identificação pelas digitais, criada por Juan Vucetich, na Argentina. Em 1894 na França, as impressões digitais foram incluídas nas fichas. Em 1903, pelo Decreto Nº 4764, de 5 de fevereiro de 1903, que regulamenta a Secretaria de Polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro) em seu artigo 57, foi dada a orientação de que “a identificação de delinquentes será feita pela combinação de todos os processos actualmente em uso nos países mais adiantados”, quando cita aqueles de Bertillon e Vucetich e informa: “considerando-se, para todos os efeitos, a impressão digital como a prova mais concludente e positiva da identidade do individuo e dando-se-lhe a primazia no conjunto das outras observações, que servirão para corroborar-a”.

Falecido (a)	Arquivo Histórico	Arquivo da Arquidiocese	Arquivo Cartório
Julio	37 T13	07	417
José/Antonio*	40 T13	06	418
Julia	65 T13	12	419
Carlos	12 T11	36	422
Maria	36 T11	40	427
Collecta	39 T11	39	428
Silveiro/Silverio*	51 T11	38	424
Severo/Jorge	56 T11	54	441
Belisaria	62 T11	51	439
Ivo	68 T11	49	436
Laurentino	78 T11	48	435
Jeanne/Joanna*	83 T11	45	432

Quadro 7 – Identificação numérica dos documentos tomados como *corpus*

Fonte: Elaborado pela autora

* Aparecem dois nomes para o mesmo falecido pois eles diferem nas fontes.

Cada um dos 36 *fac-símiles*, com a sua numeração original acima da imagem que representam os mesmos, estão anexados ao final da tese (Anexo A), separados e numerados por falecido. Já as transcrições, que são semidiplomáticas (SPINA, 1977), feitas pela pesquisadora a partir da leitura dos manuscritos que estão no Anexo 1, estão incluídas no Apêndice E, por falecido e em sequência numérica. Em vermelho estão destacados os trechos de texto feitos com mão alheia, ou seja, que não foram produzidos pelos seus autores primeiros (como é o caso do próprio despacho da Intendência, encontrado em todos os documentos do Arquivo Histórico que são parte do *corpus*, geralmente ao alto, do lado esquerdo).

Para facilitar a descrição e análise, tanto no *corpus* empírico quanto no *corpus* discursivo, a partir de agora serão consideradas as transcrições documentais¹⁵² apresentadas no Apêndice E, por um código próprio (que leva as iniciais do nome) e um número, sendo que o 1 sempre se refere ao documento do Arquivo Histórico, o 2 ao Arquivo da Arquidiocese e o 3 aos documentos do Arquivo do Cartório. Assim, toda vez em que for mencionado o documento transcrito, será citado um dos códigos que estão no Quadro 8 apresentado a seguir. No caso específico de Antonio, optou-se por utilizar o nome de registro do falecido na Áustria para codificá-lo, ou seja,

¹⁵² Conforme já mencionado, medida necessária para uma análise de uma única leitura, sem alterações de compreensão da escrita.

Antonio. Já no caso de Severo/Jorge, optou-se por identificá-lo como Severo (Arquivo Histórico), pois o nome Jorge aparece apenas em um documento como prenome e no outro, que aparece como sobrenome, é grafado com a inicial G, ou seja, George.

Observando os dados básicos dos doze falecidos que fazem parte do *corpus*, sete são homens e cinco são mulheres. É bom que se diga que entre os óbitos de cada conjunto há uma variação sobre o sexo da maioria para cada um deles, conforme Quadro 9.

Falecido (a)	Documentos sobre sua morte
Julio	JPS1 – Arquivo Histórico
	JPS2 – Arquivo da Arquidiocese
	JPS3 – Arquivo do Cartório
Antonio	AO1 – Arquivo Histórico
	AO2 – Arquivo da Arquidiocese
	AO3 – Arquivo do Cartório
Julia	JAM1 – Arquivo Histórico
	JAM2 – Arquivo da Arquidiocese
	JAM3 – Arquivo do Cartório
Carlos	CJV1 – Arquivo Histórico
	CJV2 – Arquivo da Arquidiocese
	CJV3 – Arquivo do Cartório
Maria	MP1 – Arquivo Histórico
	MP2 – Arquivo da Arquidiocese
	MP3 – Arquivo do Cartório
Collecta	CS1 – Arquivo Histórico
	CS2 – Arquivo da Arquidiocese
	CS3 – Arquivo do Cartório
Silveiro/Silverio	SP1 – Arquivo Histórico
	SP2 – Arquivo da Arquidiocese
	SP3 – Arquivo do Cartório
Severo/Jorge	SS1 – Arquivo Histórico
	SS2 – Arquivo da Arquidiocese
	SS3 – Arquivo do Cartório
Belisaria	BMR1 – Arquivo Histórico
	BMR2 – Arquivo da Arquidiocese
	BMR3 – Arquivo do Cartório
Ivo	IL1 – Arquivo Histórico
	IL2 – Arquivo da Arquidiocese

	IL3 – Arquivo do Cartório
Laurentino	LAF1 – Arquivo Histórico
	LAF2 – Arquivo da Arquidiocese
	LAF3 – Arquivo do Cartório
Jeanne/Joanna	JB1 – Arquivo Histórico
	JB2 – Arquivo da Arquidiocese
	JB3 – Arquivo do Cartório

Quadro 8 – Códigos dos documentos tomados como *corpus*

Fonte: Elaborado pela autora

Sexo do falecido (a)	Arquivo Histórico (T. 13/T. 11)	Arquivo Arquidiocese	Arquivo Cartório	Total
Feminino	40 + 35 = 75	36	18	129
Masculino	45 + 46 + 1 = 92	28	26	146*
Sem identificação	1	0	0	1
Total	168*	64	44	276*

Quadro 9 – Número de atestados/registros de homens e mulheres nos documentos do arquivo de tese

Fonte: Elaborado pela autora

*Considera-se mais um homem em função dos gêmeos do documento 30, Tomo 11 do AHMSM

Apesar de haver certo equilíbrio, é fato que há mais atestados/registros de homens (52,89%) do que mulheres (47,11%) nos conjuntos pesquisados, especialmente devido aos atestados da Intendência e aos registros do Cartório. Fazendo a exclusão das repetições, em números reais de homens e mulheres mortos, e identificado o sexo, em 1896 em Santa Maria, há 108 de homens (146 – 38), ou seja, 55,10%, e 88 de mulheres (129-41), ou seja, um percentual de 44,89% mulheres. Isso acompanha a escolha realizada de forma aleatória, em que os homens equivalem a 58,33% do *corpus* e as mulheres os 41,66% restantes, tomando-se por base a repetição nos três conjuntos.

O Quadro 10 identifica os óbitos por suas datas e horas relativos aos falecidos nos diferentes conjuntos para fins de comparação dos mesmos nos livros já identificados. Há especial destaque para falta de informações sobre data e hora

no caso dos homens: nos registros da Arquidiocese, no caso de Julio, e do atestado entregue ao Arquivo, no caso de Antonio.

Observando os dados relativos à data e hora dos doze falecidos no Quadro 10, temos que apenas três dos doze falecidos têm as informações cristalizadas nos três documentos (Julia, Belisaria e Laurentino), havendo, por isso, certa garantia de que as mortes ocorreram nos dias e horas apontados. Esta não completa certeza se dá pelo fato de que os registros (Catedral e Cartório) são feitos tomando-se como base o próprio atestado (Intendência). Entende-se que se na origem a informação está equivocada, esta passa também para os demais documentos que se tem a respeito da morte, repetindo-se tantas vezes quantas este documento seja consultado e tomado como base. Porém, ainda assim, como ocorre nos demais casos que fazem parte do *corpus*, há uma certa variabilidade na transposição dessas informações.

Falecido (a)	Arquivo Histórico	Arquivo Arquidiocese	Arquivo Cartório
Julio	30/04, 7hs	[Sem informação]	30/04, 7hs
Antonio	[Sem informação]	26/04, [sem informação]	25/04, [sem informação]
Julia	19/05, 9hs	19/05, 9hs	19/05, 9hs
Carlos	30/08, 21h42	31/08, 21h42	30/08, 21h15
Maria	22/09, 20hs	25/09, 20hs	25/09, 20hs
Collecta	18/09, ?	18/09, 10hs	18/09, 21hs
Silveiro/Silverio	05/09, 22hs	05/09, 10hs	05/09, 22hs
Severo/Jorge	19/11, 17h30	19/11, 17hs	19/11, 17h30
Belisaria	12/11, 23hs	12/11, 23hs	12/11, 23hs
Ivo	02/11, 16h30	02/11, 16hs	02/11, 16hs
Laurentino	29/10, 17hs	29/10, 17hs	29/10, 17hs
Jeanne/Joanna	13/10, 20hs	13/10, 22hs	13/10, noite

Quadro 10 – Data e hora dos falecimentos
Fonte: Elaborado pela autora

Antonio, Carlos e Maria têm em seus documentos divergências quanto ao dia da morte. No atestado de óbito de Antonio, entregue à Intendência, não estava apontada a questão temporal do óbito, somente da verificação do óbito pelo médico que assina o documento, Astrogildo Cesar de Azevedo. Esta observação médica aconteceu, de acordo com o mesmo, no dia 25 às sete horas da manhã. Mas não há uma informação segura do horário do ocorrido uma vez que a hora da morte não aparece em nenhum dos três registros e a data ainda muda conforme a fonte.

No caso de Julio, o Arquivo Histórico e o Cartório têm os mesmos dados, informando que a morte ocorreu no dia 30 de abril, às sete horas da manhã. No registro realizado na Catedral não se menciona a questão temporal do acontecimento morte, mas sim do seu sepultamento, no dia 30 de abril, sem apontar a hora do mesmo. Pelo fato de os outros registros apontarem a hora para cedo da manhã, é possível que o sepultamento tenha mesmo ocorrido ainda no dia 30.

Ivo tem uma hora no atestado e outra nos registros do Cartório e da Igreja. No caso de Carlos, a hora é diferente no registro feito no Cartório. Silveiro e Severo tem a hora diferente no registro da Igreja. Jeanne tem uma indicação de hora para cada lugar de comunicação de morte. Demonstra-se, com isso, a imprecisão, a dificuldade da informação do registro ser estável.

Embora haja alguma certeza, pela análise deste ponto – dia e hora da morte – nos documentos, chega-se a conclusão, mais abrangente, de que ocorreram duas mortes em abril, uma em maio, uma em agosto, três em setembro, duas em outubro e três em novembro. Entre os óbitos de cada um dos conjuntos do arquivo de tese há uma variação sobre o mês de ocorrência da morte, havendo, inclusive, faltas em alguns meses em alguns dos arquivos, conforme o Quadro 11, que está disposto a seguir.

Meses do ano	Arquivo Histórico	Arquivo Arquidiocese	Arquivo Cartório	Total
Janeiro	15+1=16	0	3	19
Fevereiro	12	1	3	16
Março	10	1	4	15
Abril	10	4	8	22
Maió	10	8	3	21
Junho	0+12 + 1 =13*	8	1	22*
Julho	0+12=12	8	0	20
Agosto	0+9=9	4	1	14
Setembro	0+20=20	3	6	29
Outubro	0+12=12	6	7	25
Novembro	0+15=15	6	6	27
Dezembro	19	10	2	31
Sem identificação	10	5	0	15
Total	86+81=168*	64	44	276*

Quadro 11 – Incidência de mortes por mês no arquivo de tese

Fonte: Elaborado pela autora

* Considera-se mais um morto em junho dos gêmeos do documento 30, Tomo 11 do AHMSM.

Nota-se, pela análise das ausências de registros de óbitos que são explicitadas no Quadro 11, que no Cartório faltam registros no mês de julho e na Arquidiocese faltam registros no mês de janeiro. Esta última falta, a que se constituiu pela inexistência de registros em janeiro de 1896, se justifica pela informação de que havia falta de um vigário na paróquia até o mês de março, segundo Karsburg, em função do “castigo” empreendido pelo bispo Dom Claudio à comunidade de Santa Maria que havia expulsado, em novembro de 1895, o padre Carlos Becker. De acordo com o pesquisador, o padre Becker recebeu um prazo para deixar a cidade após ter sido colocado no lugar de outro padre, Aquiles Catalano, transferido pelo mesmo Bispo para São Martinho devido a ter um comportamento “não adequado” para um padre e por ter “alguns que não aprovavam a vida ‘desregrada’ do pároco” (KARSBURG, 2007, p. 225).

O Padre Caetano Pagliuca (1914, p. 34), que assumiu como vigário de Santa Maria em 1900, e que em 1914 publicou um registro sobre a religião Católica na Revista do [falso¹⁵³] Centenário de Santa Maria, explica, pelo lado da Igreja, que o Bispo “Claudio José Gonçalves Ponce de Leão nomeou, em data de 3 de março, vigário o padre Pedro Wimmer¹⁵⁴, da Pia Sociedade das Missões”, cuja sigla da congregação, PSM, aparece ao fim de cada um dos 44 registros do Livro 3 do Arquivo da Arquidiocese.

Wimmer “tomou posse no dia 15 do mesmo mez de 1896, exercendo o cargo até 25 de Dezembro de 1900” (PAGLIUCA, 1914, p. 34). Pelos registros de óbito do Livro 3, o primeiro dos registros daquele ano ocorreu em 18 de fevereiro, e o segundo em 14 de março. Imagina-se que ambos os falecimentos tenham sido registrados posteriormente pelo vigário Wimmer, dado o fato de que sua posse aconteceu apenas no dia 15 de março de 1896.

É importante dar um contexto social da época, já que a cidade vivia, como as demais brasileiras, um momento de transição política que impactou também no poder da Igreja ao tornar-se, o Brasil, um estado laico. Rubert (1958, p. 153) considera que, sobre a atuação do clero no tempo do Império, “nos primeiros decênios de Santa Maria era o sacerdote católico o principal personagem do lugar”. Esta realidade veio a modificar mais tarde pois, com a passagem pelo período da Proclamação da República, segundo o próprio padre Rubert, foi preciso uma “restauração religiosa e social”, ao que relaciona somente com a entrada do Padre Caetano Pagliuca, o que ocorreu, como já mencionado, em 1900.

Observando, ainda, o Quadro 11, verifica-se que há uma soma devido à existência de dois tomos que contêm atestados para o ano de 1896. O Tomo 11, por exemplo, contém um período de seis meses (junho a novembro) do ano de 1896,

¹⁵³ A referida revista leva, popularmente, no nome de Revista do [Falso] Centenário porque 1814 é o ano da elevação de oratório para capela curada, tendo o cura assumido em 21 de janeiro de 1814. Em 1857 Santa Maria foi elevada à Vila (antes pertencia a Cachoeira) mas só no ano seguinte, em 17 de maio, foi instalada a sua primeira Câmara Municipal, data em que se comemora hoje o aniversário da cidade. Dados pesquisados na página da Câmara de Vereadores na Internet. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/?conteudo=historico#sthash.0hCYOxiZ.dpbs>>. Acesso em: 18 set. 2015.

¹⁵⁴ O padre Pedro Wimer foi notícia no jornal O Combatente (Anno X, Número 25 de 07/06/1896, p. 2). A primeira nota, de 5 linhas, foi publicada no espaço denominado “Varias” e registrava suas incursões na Colonia, quando se ausentaria por três dias da cidade. A segunda, com 28 linhas, cujo título é “Rev. Wimmer”, informa que o “discipulo de Christo” visitara o gabinete do jornal e “revelou ser um apostolo democrata, na ascepção da palavra, conquistando por isso as sympatias que temos visto lhe terem sido dispensadas pelo publico” e o único competente a resolver “negócios de igreja ou da religião” na cidade.

justamente o período faltante no Tomo 13. Nesse tomo ainda consta um óbito de janeiro, mês já contemplado no Tomo 13 com outras 15 mortes.

Avaliando as faltas de modo geral, e considerando que o conjunto de óbitos maior é aquele encontrado no Arquivo Histórico (em número de 86 para o Tomo 13 e 81 para o Tomo 11), percebe-se a importância de conservar no acervo toda documentação reunida naquele ano uma vez que se não tivesse sido localizado o Tomo 11 seria sentida uma falta irreparável no conjunto do arquivo de tese. Sem ele seriam menores as correspondências nos três arquivos (apenas três óbitos) e, por conseguinte, seriam menos os fatos documentados que estariam sendo base para a composição do *corpus*.

Pode-se dizer, ainda, que observando os totais de óbitos levantados no Quadro 6 por mês em cada conjunto, os meses com maior número de óbitos são, em ordem: dezembro (31), setembro (29) e novembro (27). Os óbitos selecionados acompanham, em parte, estes números pois foram destacados os meses de novembro (3), setembro (3) e outubro (2), mesmo sem ter este critério como elemento a ser considerado na escolha. Isso faz com que sejam representativos estes óbitos também pelo aspecto de sua localização temporal nos conjuntos.

Considerando ainda os dados básicos, levando em conta o nome próprio dos falecidos que têm documentos de sua morte como *corpus*, são notadas diferenças em cada um dos conjuntos, conforme o Quadro 12.

Arquivo Histórico	Arquivo Arquidiocese	Arquivo Cartório
Julio Placido Soveral	Julio Placido Se ^u veral (D) Julio Placido Souveral (CT)	Julio Placido Soveral (D/CT)
José Greme (CT) José Gremes e Antonio Ognibene (De)	Josè Cremer e Antonio Ognibene (D) José Cremer e Antonio Ognibene (CT)	Antonio Agnibene (D) Antonio Ognibene, Joze Gremes e Jose Gremes (CT)
Julia Alves Monteiro	Julia Alves Mont ^f o(D) Julia Alves Monteiro (CT)	Julia Abreu Monteiro (D/CT)
Carlos João Vincent	Carlos João Daberkow	Carlos João Vincent Daberkoss
Maria	Maria	Maria
Collecta de Souza	Collecta de Souza	Collecta de Souza
Silveiro Pereira	Silverio Pereira	Silverio Pereira
Severo	Jorge	Severo
Belisaria Maria da Rocha	Belizaria Maria da Rocha	Belisaria Maria da Rocha
Ivo	Ivo	Ivo
Laurentino Alves de Faria	Laurentino Alves Farias	Laurentino Alves de Farias
Jeanne Berthaud	Joanna Bertou	Joanna Berthaud

Quadro 12 – Nomes dos falecidos

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda: D- Destaque; CT- Corpo do Texto; De- Despacho

No Quadro 12 fica evidenciado que apenas três mortos têm o nome escrito de forma cristalizada em seus atestados/registros, havendo a falta de uma forma única para a maioria dos nomes, inclusive em um mesmo documento. No caso de Julio, as diferenças dizem respeito ao sobrenome, ou nome de família, Soveral, que aparece no registro feito na Catedral de duas formas: Several, no destaque à esquerda do texto, e Souveral, no corpo do texto.

Julia também tem duas formas de apresentar seu sobrenome, a primeira delas a forma convencional e a outra, abreviada. O sobrenome Monteiro de Julia é

abreviado, no que Spina (1977, p. 46) chama de “abreviatura por letras sobrepostas”. Este tipo de abreviatura passou a ser mais utilizada a partir do século XII “com a escritura visigótica”. Para o autor é fundamental conhecer abreviaturas, seja qual for o seu tipo, pois estas são “a chave da interpretação paleográfica” (SPINA, 1977, p. 44). Julia ainda possui uma troca no que se refere ao seu primeiro sobrenome, que aparece em dois conjuntos como Alves e no outro, o do Cartório, como Abreu.

Antonio Ognibene, que tem, ainda, outro nome (composto de prenome e sobrenome) de uso social, José Gremes, também apresenta diferenças quanto à grafia de ambos. O registro do arquivo do Cartório apresenta as seguintes discordâncias: Ognibene e Agnibene; e Joze e Jose, num trecho de apenas 10 linhas. Aliás, o sobrenome Gremes aparece, nos três documentos sobre sua morte, como Cremer e Greme. O prenome “José” aparece com “s” e com “z” e com e sem acento.

Carlos tem uma composição de quatro nomes que somente no Cartório aparece, nos demais é suprimido um dos sobrenomes. Silveiro e Silverio são as formas como aparece o nome do quinto da lista do Quadro 12.

Silveiro, Belisaria e Laurentino têm pequenas diferenças (posição do “i”, escrita do prenome com “s” ou com “z”, inclusão de um “de” entre dois sobrenomes e supressão do “s” ao final do sobrenome).

Severo e Jeanne têm nomes diferentes. O primeiro aparece como Severo em dois documentos e Jorge em um (o que é, aliás, com uma pequena mudança de grafia, o sobrenome de seu pai, George), e a menina tem seu prenome como Jeanne e Joanna, e seu sobrenome Berthaud abrigado para “Bertou”. Com exceção de Jeanne, as outras três crianças do *corpus*, que aliás têm menos de um ano, não constam o sobrenome dos pais. Este é deduzido pelos nomes que aparecem nos documentos. Esta forma de apresentação se verifica em muitos casos, sendo que junto ao nome da criança vinha a indicação de sua condição como “o menor”, ou “o inocente”.

É importante ressaltar que estas diferenças são até comuns uma vez que elas acontecem com documentos de outros falecidos quando comparamos documentos diferentes sobre a mesma pessoa nas intersecções dos conjuntos, já apontadas na Figura 1, de dois em dois. O Quadro 13, apresentado a seguir, demonstra, a título de exemplo, os 10 primeiros documentos em comum entre os óbitos preservados no

Arquivo Histórico (Tomos 13 e 11) e também no Arquivo da Arquidiocese (de um total de 42 pessoas, excetuando-se os 12 do *corpus*).

Arquivo Histórico (AH)	Arquivo Arquidiocese (AA)	Nome falecido (a)
Doc. 55 (T. 13)	02	Anna Augusta (AH) Maria Augusta (AA)
Doc. 44 (T. 13)	03	Frederico Guilherme Niederauer
Doc. 38 (T. 13)	04	Amelia (AH) Aurelia Ramos de Souza (AA)
Doc. 41 (T. 13)	05	Ten ^{te} Antonio Martins Beltrão (AH) Antonio Martins Beltrão (AA)
Doc. 70 (T. 13)	08	Luiza da Luz (AH) Zulmira (AA)
Doc. 69 (T. 13)	09	P. Manuel Joaquim da Silva Joe (AH) Manoel Joaquim da Silva Junior (AA)
Doc. 66 (T. 13)	10	Antonina (AH) Antonio (AA)
Doc. 63 (T. 13)	14	Belomira Rodrigues da Silva (AH) Pelmira Rodrigues da Silva (AA)
Doc. 62 (T. 13)	15	Garibaldi (AH) Garibaldi Krug (AA)
Doc. 61 (T. 13)	16	Aliar (AH) Abcar (AA)

Quadro 13 – Comparação de 10 nomes de falecidos em documentos do Arquivo Histórico e do Arquivo da Arquidiocese

Fonte: Elaborado pela autora

Observando o Quadro 13 pode-se se ver que dos 10 falecidos aqui destacados e que estão presentes nos conjuntos do Arquivo Histórico e do Arquivo da Arquidiocese, já suprimidos aqueles que aparecem nos três arquivos, apenas um mantém a mesma escrita. Isso significa que nove deles têm seu nome apresentado de modo diferente seja pela inclusão de um sobrenome, grafia diferente (entre “u” e “o”, “p” e “b”, ou entre “l” e “z”), pelo acréscimo/troca de algumas letras no nome

(como acontece no caso de “Pelomira” e “Belomira”), com a troca total do nome (“Amelia” e “Aurelia” ou “Luiza” e “Zulmira”) ou ainda, em casos mais graves, em um documento aparecer como menino e no outro como menina (“Antonina” e “Antonio”). Assim, neste cruzamento, apenas um falecido tem correspondência total do nome entre ambos os arquivos (Frederico). Não há nomes de falecidos em comum nos Arquivo da Arquidiocese se comparado apenas com o do Cartório, pois todos os que existiam compõem o *corpus*. Como já mencionado, há falta de letras nos sobrenomes e a troca de outras no prenome e no sobrenome são exemplos destas variações.

Também há diferenças entre os dados que foram registrados nos atestados de óbito do Arquivo Histórico se forem comparados com aqueles registros de óbito que estão no Cartório (Quadro 14). Também foram selecionados, a título de exemplo, os 10 primeiros que aparecem como correspondentes de um total de 13 (já excluídos os 12 que compõem o *corpus*).

Arquivo Histórico (AH)	Arquivo Cartório (AC)	Nome falecido (a)
83 (T. 13)	402	João Baptista da Fontoura Ilha
78 (T. 13)	403	Rodolpho Schlling (AH) Rodolpho Schiing Filho (AC)
32 (T. 13)	404	Cantalicia (AH) Cãthalice Rocha (AC)
31 (T. 13)	405	Vergilia (AH) Virgilia Pires de Arruda (AC)
26 (T. 13)	406	Anna Antonia da Cunha Lopes (AH) Anna Antonia da Silveira Lopes (AC)
60 (T. 13)	407	Guilhermino
59 (T. 13)	408	João Picoitts (AH) João Piccoits (AC)
46 (T. 13)	411	Rinaldina Vinck (AH) Rinaldina (AC)
42 (T. 13)	416	Francisca Luiza Badke
89 (T.11)	430	Emir

Quadro 14 – Comparação de 10 nomes de falecidos em documentos do Arquivo Histórico e do Arquivo do Cartório
Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 14 novamente aparecem as diferenças em pelo menos seis dos 10 nomes de falecidos que estão nos óbitos do Arquivo Histórico e do Cartório. Destaque para a troca de um sobrenome por inteiro (assim como acontece com Julia, do *corpus* empírico) e a falta do agnome “Filho”, que designa qual dos homônimos que de fato faleceu. Do ponto de vista legal isso pode se configurar um problema, especialmente nos casos em que há herança a ser dividida e a necessidade de comprovação de óbito para venda de propriedade.

Pensou-se ser importante destacar dos registros que formam o *corpus* empírico as principais informações que estão neles apontadas e que podem ser consideradas básicas na comunicação de um óbito. Para tanto, foi utilizado como parâmetro para determinar estas informações-chave o “Regulamento do registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos”, publicado juntamente com o Decreto nº 9.886 em 7 de março de 1888.

Oliveira e Simões (2005) defendem a importância dos dados de registro civil para o conhecimento das características da população, sendo que os principais (por serem parte obrigatória da existência do sujeito no social) são o registro de nascimento e o de óbito. Os autores fazem uma retrospectiva de que modo eram realizados estes registros no Brasil até meados da primeira década do século XXI, o que inclui, a partir de 1974, as coletas do IBGE por mapa de óbitos de modelos diferentes antes e depois de 1990 (modelos CBED-3 e RC-3).

Embora tenha sido criado em 1888, o registro civil vem sofrendo transformações desde sempre pois, proclamada a República, nos primeiros anos já havia mudanças, dada a nova ordem política e os preceitos constitucionais republicanos. “Assim, antes mesmo de ser posta em prática, a primeira lei que regulamenta o registro de nascimentos, casamentos e óbitos sofreu reforma”, explicam (OLIVEIRA E SIMÕES, 2005, p. 296).

Uma das principais alterações foi a introdução da pergunta sobre cor, com a seguinte justificativa: ‘O Brasil foi sempre um país em que predominou a raça preta, principalmente até 1888, quando foi a mesma redimida do jugo horrível de um governo prepotente [...]’. Logo, de acordo com a Diretoria Geral de Estatística, a cor deveria ser investigada em todas as estatísticas: censos e registro civil (OLIVEIRA E SIMÕES, 2005, p. 296).

Com esta explicação a respeito da exigência do registro da cor nos registros civis, compreende-se que o silêncio, neste caso, e em muito outros, mais que uma

questão linguística, é uma questão política, uma vez que os sujeitos estão no social atravessados por questões políticas que lhe concedem ou cancelam o acesso a informações sobre si e sobre aqueles que ficaram no passado. É o silêncio do jurídico.

Oliveira e Simões (2005, p. 299) elaboraram e apresentam um quadro com a evolução das informações exigidas por lei “no Ato de Registro de Óbito” no Brasil entre os anos de 1888 e 2004. O primeiro texto legal a este respeito é o Decreto nº 9.883 (1888), aqui já mencionado, seguido pelo Decreto nº 18.542 de 24 de dezembro de 1928. Depois há, pelo menos, mais um Decreto, de 1939, e uma Lei, em 1973. Das quatro áreas de informações indicadas (Dados do registro, Dados sobre o óbito, Dados sobre os pais, Outros dados), com 23 itens de informações, apenas o item cor modificou em 85 anos de dados exigidos por lei.

Berenblum (2003, p. 23), que aborda a questão da língua nacional, afirma que a linguagem “permite a intervenção do sujeito no mundo”, e a partir daí, ele, o sujeito, “opera sobre a realidade” (BERENBLUM, 2003, p. 23). Ao definir o que deve estar presente para atestar ou certificar o óbito, o homem fala de si e de sua relação com o real. Situa a sua existência na história, seus sentidos referentes ao que lhe cerca, sempre com a interferência do Estado, que regula a prática social nos diversos campos de impacto do braço administrativo seja a escolarização ou o registro da vida urbana e rural.

Muitos detalhes foram omitidos nos atestados que eram redigidos livremente no conjunto parâmetro, entendendo essa atitude como uma característica da não sistematização das informações bem como própria da autoria. As pessoas que atestaram o óbito para a Intendência são de todo tipo: desde médicos até, e alguns casos, cidadãos sem o domínio da escrita, o que denota nenhuma ou pouca instrução, reflexo da sociedade que viviam à época. No entanto, para os doze mortos do *corpus*, apenas médicos (em número de cinco), o vigário e oficial do registro fizeram os documentos derradeiros.

De acordo com o quadro elaborado por Oliveira e Simões (2005), as informações que deveriam ser apuradas para que pudesse ser realizado o registro civil de óbito iam muito além do nome, idade, cor, filiação e causa da morte. Os autores citam, como necessário por lei, desde o século XIX: nome e sobrenome; data do falecimento; lugar do falecimento; sexo; idade; estado civil; cor; profissão; naturalidade; lugar de domicílio; filiação; além de dados sobre os pais (nome e

sobrenome; naturalidade; profissão; residência); tipo de morte; causa morte; lugar de sepultamento; nome do cônjuge e cartório de casamento; se deixou bens ou herdeiros menores, entre outros.

O Decreto de 1888, no entanto, pormenoriza, pela primeira vez, as necessidades do assento de óbito no Título II, Das diversas espécies de registros, em seu Capítulo III, Do registro de óbitos. Isto está exposto no seu artigo 77, quando indica, em detalhes, o que um assento de óbito “deverá conter”. Este documento legal foi aqui considerado por ser ele aquele que estava em vigência em 1896, ano em que foram produzidos os documentos aqui analisados. Este Decreto (1888) deveria ter impactado, no mínimo, no registro realizado do Cartório.

De acordo com o Decreto nº 9.886 (1888), para o assento de óbito são solicitados os seguintes itens:

- Dia, hora, mês e ano;
- Lugar, com indicação da Paróquia e Distrito a que pertencer o morto;
- Nome, sobrenome, apelido;
- Sexo, idade, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio/residência;
- Se casado o nome do cônjuge, se viúvo, nome do predefunto;
- Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto;
- Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais;
- Se tinha testamento quando morreu;
- Se deixou filhos naturais reconhecidos, quantos, nomes e idades;
- Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida;
- Dados sobre o sepultamento.

Ao final do Decreto é apresentado um modelo de assento de óbito, trazendo mais de uma possibilidade de acordo com o atestado apresentado.

O Decreto é, também, um modelo de necessidade informativa para os registros realizados na Catedral e hoje mantidos pela Arquidiocese. Porém esta questão das informações documentais também foi tema de detalhamento na Igreja Católica de acordo com o que “ordenou” (palavra que consta na capa do volume que conta com 528 páginas) Vide (1853, p. 292). Em “Como se farão os assentamentos dos defuntos”, Vide atenta para o fato de que “em todas as Igrejas Parochiaes deve haver livro, em que se assentem os nomes dos defuntos, o que se introduziu por muitas razões convenientes” (VIDE, 1853, p. 292). O arcebispo que redigiu a norma

detalha o que deve ser registrado “escrevendo-o ao comprido, e não por abreviatura, ou algarismo” (VIDE, 1853, p. 292). No documento são requeridos os seguintes dados de morte:

- Dia, mês e ano;
- Nome;
- Se marido ou mulher, viúvo ou viúva, filho ou filha de fulano;
- Lugar (“freguezia”, “igreja”);
- Idade em anos;
- Sacramentos que tinha;
- Local de sepultamento;

- Se fez testamento “em que deixou se dissessem que tantas missas por sua alma, e que se fizessem tanto officios” ou se morreu “ab intestado”, ou seja, sem deixar testamento, ou ainda se era “notoriamente pobre”, para quem se fazia enterro “sem se lhe levar esmola” (VIDE, 1853, p. 292), sendo esta “esmola” considerada o pagamento.

Os itens, de acordo com a perspectiva da Igreja, diferem um tanto daqueles exigidos no Decreto (1888) tanto em número, pois são menos as informações requeridas; quanto pelo conteúdo, já que no caso do registro da Igreja Católica o enfoque está no vínculo com a própria Igreja, nos sacramentos, no enterro e do testamento, o que incluiria, também, a parte religiosa, dos pedidos (como, por exemplo, o número de missas a serem rezadas por sua alma, etc). Ambos os regramentos pedem informações sobre o sepultamento.

A seguir é apresentada (Quadro 15) a comparação das informações básicas registradas nos 36 documentos presentes do Apêndice E que fazem parte do *corpus*, com base no Decreto nº 9.886 (1888). São seguidos os códigos anteriormente apresentados para marcar a transcrição. Neste sentido, respeita-se a ordem de apresentação nos Tomos 13 e 11. O primeiro do Tomo 13 é de nome Julio, depois vem o de Antonio e, por último, o de Julia. Já no Tomo 11 a ordem é Carlos, Maria, Collecta, Silveiro, Severo, Belisaria, Ivo, Laurentino e Jeanne.

Não será alvo de comentários aqui o nome e as informações sobre data e hora do falecimento, pois estas já foram tomadas anteriormente e de forma comparativa entre todos os 12 falecidos (Quadros 10 e 12).

Dados do falecimento	JPS 1	JPS 2	JPS 3
Dia, hora, mês e ano	30/04/1896, 7 hs	-, -	30/04/1896, 7 hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria da Bocca do Monte	S. Maria	Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte
Nome, sobrenome, apelido	Julio Placido Soveral	Julio Placido Souveral	Julio Placido Soveral
Idade	Sessenta annos	Sessenta annos	Cincoenta annos
Estado civil	Casado	Casado	Casado
Profissão	-	Capitão do Exercito reformado	Capitão
Naturalidade	Natural d'este Estado	Natural d'este Estado	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	-	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	-	-	-
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	De tumor maligno	D'um tumor maligno	De um tumor maligno
Dados do sepultamento	Sepulte-se. [?] Maria 30 de Abril/96	Aos trinta de Abril de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio de S. Maria Foi encomendado na forma do Ritual da Bahia	-

Quadro 15 – Dados básicos dos documentos de óbito de Julio
Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se, no Quadro 15, que a idade de Julio aparece como 60 anos em dois documentos e em um deles, o do Cartório, indica-se 50 anos. Sua profissão aparece nos registros (um de modo mais detalhado que o outro) mas não no atestado de óbito. A cidade, o estado civil, a naturalidade do falecido (“neste Estado”) e a *causa mortis* (“tumor maligno”) correspondem de modo igual nos três documentos de arquivo, havendo algumas modificações na grafia.

No Quadro 16, exposto a seguir, é apresentada a comparação das informações registradas nos documentos de Antonio, seguindo os mesmos campos trabalhados para Julio, todos constantes no Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	AO 1	AO 2	AO 3
Dia, hora, mês e ano	- , -	26/04/1896, -	25/04/1896, -
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte
Nome, sobrenome, apelido	José Greme Foi registrado com o nome de Antonio Ognibene e não como José Gremer	José Cremer sendo o verdadeiro Nome d'elle Antonio Ognibene	Antonio Ognibene Aqui conhecido por todos Joze Gremes Jose Gremes como aqui todos conheciam o dito falecido
Idade	35 annos de idade presumencia	33 annos	35 annos
Estado civil	Casado	Cazado	Casado
Profissão	-	-	Empregado de Leon Berthaud
Naturalidade	Austriaco	d'Austria	da Austria
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	D ^a Amalia Helbert	Dona Amalia Helbert Ognibeni
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	Filho legítimo	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	-	Domingos Ognibene e Elvira Ognibene	-
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Do referido cadaver nenhum vestígio encontrei de violência alguma Exterior	Molestia do coração repentinamente	Repentinamente
Dados do sepultamento	Sepulte-se Sta M ^a 25 de Abril 1896	Aos vinte e seis de Abril de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Foi ncommendado na forma do Ritual da Bahia	-

Quadro 16 – Dados básicos dos documentos de óbito de Antonio
Fonte: Elaborado pela autora

Pela observação do Quadro 16, nota-se o grande número de informações que há sobre este falecido, Antonio, que é austríaco e casado (incluindo o nome da esposa nos registros e não no atestado). Ele tem apresentados o nome dos pais e a informação de ser filho legítimo (ambos os detalhes que estão presentes no documento preservado na Arquidiocese). No registro do Cartório diz ainda que é “empregado de Leon Berthaud”. Na Revista do [falso] Centenário há uma fotografia de uma mesa no Hotel Leon, e na legenda há a identificação de Leon¹⁵⁵ como o proprietário do hotel, que aparece na imagem como aquele que veste um “gorro de cozinheiro” mas já falecido na data da publicação (1914). De acordo com Beltrão (2013 [1958]), o hotel funcionou desde o final do século XIX, mais especificamente o ano de 1882, até quase a metade do século XX, mas em recorte de Jornal de O Combatente do ano de 1896 (Ano X, Nº 44, p. 2), em discussão sobre vales emitidos pela Intendência, é identificado como proprietário do Hotel Leon o “Sr. Manoel Annes da Silva”, ficando a dúvida se eram sócios (pois o nome do Hotel é o nome de Berthaud) ou apenas Leon foi o proprietário mais tarde¹⁵⁶.

Uma informação sobre Antonio que difere nos três documentos é a idade dele. Ela aparece como 35 (idade “presumencia”, palavra que remete à “presumencia”, ou aquilo que se presume, sem haver a certeza), 33 e 35 anos. Outra informação que é apresentada de modo diferente nos três arquivos é a *causa mortis*. No atestado, que é assinado por um médico, não há uma causa dada, mas um tipo de morte pois foi informado que não há “vestígio” de “violência alguma”, denominando o morto de “cadáver”, ou seja, considerando o corpo. Há que se

¹⁵⁵ Leon Berthaud, que é pai de uma das pessoas que faz parte do *corpus* desta tese, Jeanne, ainda tem sua sepultura preservada no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria e foi localizada a partir da pesquisa de campo realizada em 19 de junho de 2015 juntamente com alunos do Curso de Arquivologia da UFSM envolvidos no projeto Informação e Cemitério. Segundo as inscrições lapidárias é possível identificar nascimento e morte do empresário francês, com 65 anos, que viveu em Santa Maria: “ICI REPOSE Léon Berthaud NE LE 29 JUIN 1847 DÉCÉDÉ LE 19 SEPTEMBRE 1912 PRIEZ POUR LUI”. “Aqui descansa” e “Orai por ele” são formulações encontradas com bastante frequência nas lápides do Cemitério, porém o uso da língua francesa para tais inscrições não é comum.

¹⁵⁶ O pesquisador José Antonio Brenner, baseado no livro de Romeu Beltrão (2013 [1958]) comentou, de modo informal e oralmente, em agosto de 2015, que apenas após a morte de Leon Berthaud a viúva teria dado o nome do falecido ao Hotel que era conhecido antes como Hotel dos Viajantes (localizado onde está o prédio dos Correios hoje). Em outubro de 2015, em mensagem eletrônica enviada à pesquisadora, cita o texto de Beltrão que traz o nome de outros proprietários (como os italianos Schetini e Coderini, posteriores a Berthaud) mas não o de Annes e ainda faz a ressalva de que “entretanto, o próprio Beltrão cita algumas vezes Hotel Léon em fatos anteriores à morte de Berthaud”. BRENNER, José Antonio. **Hotel Léon** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fernanda.pedrazzi@gmail.com> em 16 out. 2015.

considerar que no Decreto (1888) que deveria basear os registros de óbito considera-se que a morte pode ser natural ou violenta. A expressão do médico na língua responde a esta questão. Apenas o registro da Arquidiocese aponta uma causa quando diz que ele morreu de “molestia do coração repentinamente”. Já no registro do Cartório apenas se diz “repentinamente”, novamente sem uma causa *mortis* mas sim um tipo de morte.

A cidade, o estado civil, a naturalidade de Antonio correspondem nos três arquivos, também, como acontece com os documentos sobre a morte de Julio, havendo algumas modificações do ponto de vista da ortografia das palavras. Algo que é peculiar apenas no caso de Antonio, entre todos os que fazem parte do *corpus*, é o fato dele ter outro nome no Brasil. Para isso, os escreventes utilizam expressões que dão esta indicação mas de modo diferente: “foi registrado com o nome de”; “o verdadeiro nome delle”; e “aqui conhecido por todos” ou “como aqui todos os conhecião o dito falecido”. No atestado e no registro da Arquidiocese se enfatiza primeiro o nome usado no Brasil e se dá uma explicação de seu nome de fato posteriormente. Já no Cartório o primeiro nome que aparece é o de Antonio, para depois dizer como era conhecido. Essa explicação se dá, inclusive, somente 16 dias depois da morte, e a pedido da viúva, de acordo com o mesmo documento (AO3, Apêndice E).

No Quadro 17 são apresentadas as informações sobre a morte de Julia, de acordo com o que solicita o Decreto nº 9.886 (1888).

No que se observa sobre as informações que se apresentam nos documentos de Julia (Quadro 18), não parece haver dúvida de que esta era casada, inclusive sendo seu marido o declarante no Cartório (e por isso é revelado seu nome), com 40 anos, natural deste Estado, pertencia à Santa Maria e morreu de tuberculose pulmonar (ou pulmonia tuberculosa, numa inversão do nome da moléstica que a cometeu e resultou em sua morte).

Há uma correspondência quase que total nos três documentos, não fosse pelo detalhe do primeiro sobrenome (que aparece como Abreu no registro da Arquidiocese e como Alves no atestado e no outro registro).

No Quadro 18 são apresentadas as informações sobre a morte de Carlos, conforme o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	JAM 1	JAM 2	JAM 3
Dia, hora, mês e ano	19/05/1896, 9 hs	19/05/1896, 9 hs	19/05/1896, 9 hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria
Nome, sobrenome, apelido	Julia Alves Monteiro	Julia Abreu Monteiro	Dona Julia Alves Monteiro
Idade	40 annos	Quarenta annos	Quarenta annos
Estado civil	Casada	Cazada	Sua Esposa [do declarante]
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural d'este Estado	Natural deste Estado	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	Augusto Carlos Monteiro
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto		-	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais		-	-
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Tuberculose pulmonar	Pulmonia tuberculosa	Faleceu com assistencia medica de tuberculose pulmonar
Dados do sepultamento	Sepulte-se De Maio 1896	Aos vinte de Maio de mil oito centos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio de S. Maria Foi encommendada gratuitamente na forma do Ritual da Bahia	-

Quadro 17 – Dados básicos dos documentos de óbito de Julia
Fonte: Elaborado pela autora

Dados do falecimento	CJV 1	CJV 2	CJV 3
Dia, hora, mês e ano	30/08/1896, 9h30	31/08/1896, 21h42	30/08/1896, 21h15
Lugar, com indicação da Paróquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte
Nome, sobrenome, apelido	Carlos João Vincent	Carlos João Daberkow	Carlos João Vincent Dabercow
Idade	17 anos	Dezasete anos	Dezesete anos
Estado civil	Solteiro	-	-
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural deste Estado	-	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	Filho legítimo	Filho legítimo
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	-	Capitão Kurt Vincent Dabercow	Capitão Engenheiro Civil Kurt Vincent Dabercow com sua mulher Dona Carolina Weinmann Daberkow
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	O qual emcontrei muito victimado por um ferimento de arma de fogo	Suicidando-se por arma de fogo na falta do júizo perfeito	Faleceu suicidado por um tiro de revolver
Dados do sepultamento	Sepulte-se, dando-se n'este attestado a filiação do morto, sendo conhecida. Sta Maria 31 Agto. /96	Ao primeiro de Setembro de mil oitocentos noventa E seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Foi encommendado na forma do Ritual Romano	-

Quadro 18 – Dados básicos dos documentos de óbito de Carlos João
 Fonte: Elaborado pela autora

Como já mencionado, há diferenças do nome e do dia e hora na morte de Carlos. Entre as informações importantes sobre ele que estão destacadas tem-se a idade, no caso 17 anos; o estado civil, que era solteiro (apenas do atestado); a naturalidade (somente não havendo esta informação no documento da Igreja); e o

fato de ser filho legítimo de um capitão Kurt e sua esposa Carolina (ela somente é citada no documento do Cartório), o que não está evidenciado apenas no atestado fornecido pelo médico. Esta informação é faltante tanto que o médico sequer menciona quem eram os pais do morto (sendo solteiro, era praxe que se mencionasse). Para isso, no alto do documento (CJV1, Apêndice E), há um despacho do Intendente que ordena “Sepulte-se, dando-se n’este atestado a filiação do morto” complementando com o motivo disso: “sendo conhecida”. A *causa mortis* é *sui generis* no grupo dos 12 mortos. Trata-se de suicídio com arma de fogo.

No Quadro 19 são apresentadas as informações sobre a morte de Maria, de acordo com o que solicita o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	MP 1	MP 2	MP 3
Dia, hora, mês e ano	25/09/1896, 20hs	25/09/1896, 20hs	25/09/1896, 20hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria
Nome, sobrenome, apelido	Maria	Maria	Maria (a menor)
Idade	2 meses de idade	Dous mezes de idade	Dous mezes de idade
Estado civil	-	-	-
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural d’este Estado	-	-
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	Filha legitima	Filha legitima
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	João Chrysostomo Pedroso e D. Anna Pires Pedroso	João Chrysostomo Pedroso e Anna Pires Pedroso	João Chrisostomo Pedroso e sua mulher Dona Anna Pires Pedroso
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Infecção de origem intestinal	Inflamação intestinal	Infecção de origem intestinal
Dados do sepultamento	Sepulte-se Sta M ^a 25 de 7bro/96	Aos vinte e seis de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Foi encommendada na forma do Ritual Romano	-

Quadro 19 – Dados básicos dos documentos de óbito de Maria
Fonte: Elaborado pela autora

Data, hora, nome e idade se mantêm nos três documentos sobre Maria. O documento do médico chama a atenção para o fato de a menina ser natural deste estado enquanto que os demais falam do fato dela ser filha legítima do casal João e Dona Anna, com sobrenomes completos. A *causa mortis* também é, de certa forma estabilizada nos três documentos mudando de infecção de origem intestinal (documento do médico e do Cartório) para inflamação.

No Quadro 20 são apresentadas as informações sobre a morte de Collecta, conforme o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	CS 1	CS 2	CS 3
Dia, hora, mês e ano	18/09/1896, -	18/09/1896, 22hs	18/09/1896, 21hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria da B. do Monte	S. Maria	Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte
Nome, sobrenome, apelido	Collecta de Souza (D.)	Collecta de Souza	Collecta de Souza (Dona)
Idade	62 anos de idade	Sessenta e seis anos de idade	Secenta e dous anos de idade
Estado civil	Viuva	Viuva	Viuva
Profissão	Florista	-	-
Naturalidade	Natural do Estado do Paraná	Natural do Estado do Paraná	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	Pedro Florentino de Souza	Pedro Florentino de Souza	Pedro Florentino de Souza
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	-	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	Braz Dias Ribeiro e D. Isabel Ribeiro	-	-
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Auto-septicemia	Auto-septicina	Auto septicemia
Dados do sepultamento	Sepulte-se ? M ^a de 7bro/96	Aos dezanove de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Foi encommendada na forma do Rituale Romano	A qual foi sepultada no dia dezanove

Quadro 20 – Dados básicos dos documentos de óbito de Collecta

Fonte: Elaborado pela autora

A viúva Collecta tem o nome do falecido marido presente nos três documentos sobre sua morte. Naquele expedido pelo médico ainda consta o nome de seus pais. Neste mesmo documento há uma informação única sobre as mulheres do *corpus* empírico: seu trabalho. Collecta era florista. Nos três documentos há variações para a escrita da *causa mortis* (autosepticemia), embora pareça que nos três casos quisesse referenciar a mesma causa. No caso do Cartório, se comparado com os outros dois documentos, há uma inconformidade. Ali diz que ela era deste Estado, enquanto que nos outros dois ela era do Estado do Paraná.

No Quadro 21 são apresentadas as informações sobre a morte de Silveiro, de acordo com o que solicita o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	SP 1	SP 2	SP 3
Dia, hora, mês e ano	05/09/1896, 22hs	05/09/1896, 10hs	05/09/1896, 22hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria
Nome, sobrenome, apelido	Silveiro Pereira	Silverio Pereira	Silverio Pereira
Idade	21 anos de idade	-	21 anos de idade
Estado civil	Solteiro	-	Solteiro
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural deste Estado	-	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	-	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	Clemencia Pereira	-	Clemencia Pereira
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Broncho pneumonia	Bronchites pulmonar	Broncho pneumonia
Dados do sepultamento	Sepulte-se [...] 5 de 7bro. 1896	Aos seis de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Foi encommendado na forma do Rituale Romano	-

Quadro 21 – Dados básicos dos documentos de óbito de Silveiro
Fonte: Elaborado pela autora

No caso de Silveiro há uma troca de letras nos nomes que não permite a identificação total. O documento da Igreja é o menos completo, não apontando a idade, o estado civil, a naturalidade ou filiação. A hora da morte também difere dos demais documentos em 12 horas (por não haver sido dada a indicação do período do dia). Somente é mencionado o nome da mãe. A causa da morte é apontada como sendo a mesma (broncho pneumonia) porém escrita de modo diferente.

No Quadro 22 são apresentadas as informações sobre a morte de Severo, de acordo com o que solicita o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	SS 1	SS 2	SS 3
Dia, hora, mês e ano	19/11/1896, 17h30	19/11/1896, 17h30	19/11/1896, 22hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	Santa Maria da Bocca do Monte	Cidade de Santa Maria
Nome, sobrenome, apelido	Severo	Jorge	Severo (menor)
Idade	2 meses de idade	Dous mezes de idade	Dous meses de idade
Estado civil	-	-	-
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural deste Estado	-	Natural desta cidade
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	Natural	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	Impronti Jorge e D. Dorothea Souza da Silva	Dorothea Gomez da Silva	Impronti Jorge
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Gastroenterite	Gastro-enterites	Gastro interite
Dados do sepultamento	Sepulte-se [...] 20 de 9bro/96	Aos vinte dias do mez de Novembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de Santa Maria da Bocca do Monte Foi encommendado na forma do Ritual Romano	-

Quadro 22 – Dados básicos dos documentos de óbito de Severo

Fonte: Elaborado pela autora

Não fosse pelo dia e hora em que aconteceu a morte de Severo, se poderia crer que esses registros tratavam de crianças diferentes já que duas são de Severo e uma de Jorge. Mas pelo cruzamento dos três documentos se verifica que são a mesma pessoa, até mesmo pelas informações dos pais. Mais uma vez o documento da Igreja é aquele que omite a naturalidade, porém, em caso único entre os 12 do *corpus* empírico, Severo (ali Jorge) é dito filho natural de Dorothea. No documento do médico aparece o nome de pai e mãe e no do Cartório, só o do pai (sendo ele seu declarante). A *causa mortis* é igual (gastroenterite), com alguma variação de escrita.

No Quadro 23 são apresentadas as informações sobre a morte de Belisaria, de acordo com o que solicita o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	BMR 1	BMR 2	BMR 3
Dia, hora, mês e ano	12/11/1896, 23hs	12/11/1896, 23hs	12/11/1896, 23hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	Santa Maria da Bocca do Monte	Cidade de Santa Maria
Nome, sobrenome, apelido	Belisaria Maria da Rocha	Belizaria Maria da Rocha	Dona Belisaria Maria da Rocha
Idade	67 anos de idade	Sessenta sete anos de idade	Secenta e sete anos de idade
Estado civil	Viuva	Viuva	Viuva
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural d'este Estado	-	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	-	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	-	-	-
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Congestão pulmonar	Congestão pulmonar	Congestão pulmonar
Dados do sepultamento	Sepulte-se S ^{ta} M ^a 13 de 9bro/96	Aos treze dias do mez de Novembro de mil oito centos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de Santa Maria da Bocca do Monte Foi encommendada na forma do Ritual Romano	-

Quadro 23 – Dados básicos dos documentos de óbito de Belisaria
Fonte: Elaborado pela autora

Ao contrário da outra viúva do grupo, Collecta, Belisaria não tem ali apontado o nome do falecido marido. A idade de 67 anos é apresentada nos três documentos bem como a *causa mortis* (congestão pulmonar). Data, hora e nome são os mesmos, com exceção da escrita do prenome que tem ora “s”, ora “z”. Mais uma vez não há nada sobre a naturalidade no documento da Igreja.

No Quadro 24 são apresentadas as informações sobre a morte de Ivo, de acordo com o que solicita o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	IL 1	IL 2	IL 3
Dia, hora, mês e ano	02/11/1896, 16h30	02/11/1896, 16hs	02/11/1896, 16hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria
Nome, sobrenome, apelido	Ivo	Ivo	Ivo (o menor)
Idade	5 meses de idade	5 mezes de idade	Cinco meses de idade
Estado civil	-	-	-
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural d’este Estado	Natural deste Estado	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	Legitimo	Legitimo
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	Joaquim Alezio de Lima e D. Leonor Nogueira de Lima	Joaquim Alegre de Lima	Joaquim Alegre de Lima e Leonor Nogueira de Lima
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Entero-colite	Entherite collia	Entero collite
Dados do sepultamento	Sepulte-se ? M 2 de 9bro/96	Aos tres dias do mez de Novembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Foi ncommendado na forma do Ritual Romano	-

Quadro 24 – Dados básicos dos documentos de óbito de Ivo
Fonte: Elaborado pela autora

Data, hora, nome, idade, naturalidade são estáveis nos três documentos de lvo. Apenas o atestado médico não menciona ser ele filho legítimo. Os pais aparecem no atestado e no documento do Cartório enquanto que no documento da Igreja só há o nome do pai. A *causa mortis* é a mesma (entero-colite), porém escrita de modo diferente.

No Quadro 25 são apresentadas as informações sobre a morte de Laurentino, de acordo com o que solicita o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	LAF 1	LAF 2	LAF 3
Dia, hora, mês e ano	29/10/1896, 17hs	29/10/1896, 17hs	29/10/1896, 17hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte
Nome, sobrenome, apelido	Laurentino Alves de Faria	Laurentino Alves Farias	Laurentino Alves de Farias
Idade	De idade de 62 anos	Sessenta e dous anos de idade	Secenta e dous annos de idade
Estado civil	Casado	Casado	Casado
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural d'este Estado	Natural d'este Estado	Natural deste Estado
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	Benvinda Farias	Bemvinda Gomez de Farias
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	-	-
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	-	-	-
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Endocardite	Tisica pulmonar	Endocardite
Dados do sepultamento	Sepulte-se S ^{ta} M ^a 30 de 8bro/96	Aos trenta dias do mez de Outubro de mil oitocentos noventa seis sepultou-se neste Cemiterio Publico de S. Maria. Foi encommendado na forma do Ritual omano	-

Quadro 25 – Dados básicos dos documentos de óbito de Laurentino
Fonte: Elaborado pela autora

As informações sobre a morte de Laurentino pouco se diferenciam nas informações básicas de dia, hora, nome, estado civil, naturalidade nos três documentos. O sobrenome “Faria” acrescentado de um “s” é o que chama atenção. De outro lado, o nome do cônjuge não aparece no atestado e nos outros dois documentos aparece de forma complementar. Quanto à doença que causou a morte, ora é endocardite (atestado e Cartório), ora é thisica pulmonar (Igreja). Nesse caso, parece curioso que em outra morte, a de Jeanne, que é apresentada a seguir, o mesmo ocorre, sendo que a *causa mortis* é a mesma de Laurentino, contrariando os outros dois documentos.

O que se pode afirmar é que, segundo o que se observa nas 36 transcrições presentes no Apêndice E, todos os doze mortos eram brancos, embora esta informação não seja solicitada no Decreto nº 9.886 (1888). Esta certeza se dá pela repetição desta informação nos atestados e nos registros do Cartório (a Igreja não fazia referência à cor). Dos doze, quatro eram menores de um ano (Maria, Severo, Ivo e Jeanne), dois eram solteiros (Carlos e Silveiro), duas viúvas (Collecta e Belisaria) e quatro casados. Das viúvas apenas menciona-se o nome de um predefundo (o de Collecta) e dos casados aparecem os nomes dos cônjuges de três (Antonio, Julia e Laurentino) porém em nenhum caso isso se dá no atestado, somente nos registros do Cartório (nos três casos) e nos da Igreja (em dois casos).

Por outro lado, em nenhum dos documentos, nem mesmo aqueles encontrados no Cartório, a quem deveria fazer efeito direto o já referido Decreto, há informações sobre o sexo do falecido, apesar de este estar subentendido no prenome. É preciso ressaltar que, no conjunto de todos os documentos que formam o arquivo de tese, existem nomes em que fica a dúvida sobre o sexo do falecido, como acontece com Aliar (que está documentado no Arquivo Histórico, Tomo 13 – Apêndice A), Abcar (presente na Arquidiocese – Apêndice C) e Emir (de quem foi registrada a morte no Cartório e no Arquivo Histórico, Tomo 11 – Apêndices B e D). Esta dúvida só se esclarece por outras informações que trazem o gênero implícito, como “filho (a) de”, “casado (a)”, etc.

No Quadro 26 são apresentadas as informações sobre a morte do último membro do grupo eleito como *corpus* empírico, a “innocente” (JB1, Apêndice E) Jeanne, conforme o Decreto nº 9.886 (1888).

Dados do falecimento	JB 1	JB 2	JB 3
Dia, hora, mês e ano	13/10/1896, 20hs	13/10/1896, 22hs	13/10/1896, 17hs
Lugar, com indicação da Paroquia e Distrito a que pertencer o morto	Santa Maria	S. Maria	Cidade de Santa Maria
Nome, sobrenome, apelido	Jeanne Berthaud (a innocente)	Joanna Bertou	Joanna Berthaud
Idade	De idade de 5 meses	5 cinco mezes de idade	Cinco mezes de idade
Estado civil	-	-	-
Profissão	-	-	-
Naturalidade	Natural d'este Estado	-	Natural desta Cidade
Se casado, nome do cônjuge sobrevivente, se viúvo nome do predefunto	-	-	-
Declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto	-	Legítima	Legítima
Nome, sobrenome, apelido, profissão, naturalidade e residência dos pais	Leon Berthaud	Leão Bertou	Leon Berthaud e sua mulher
Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida	Cachexia Syphilitica	Thísica pulmonar	Cachexia Syphilitica
Dados do sepultamento	Sepulte-se S ^{ta} M ^a 14 de 8bro/96	Aos quatorze dias do mez de Outubro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Foi encommendada na forma do Ritual Romano	-

Quadro 26 – Dados básicos dos documentos de óbito de Jeanne
Fonte: Elaborado pela autora

Também não há referência sobre o domicílio e residência dos mortos e suas famílias, a existência de testamento ou ainda a presença de qualquer informação de filhos destes falecidos.

Os dados sobre sepultamento são manifestados apenas nos atestados por meio do despacho do Intendente Vale Machado (“Sepulte-se”) e nos registros feitos na Catedral, estes bem mais completos com dia e local, sendo feitos, portanto, depois do ato do sepultamento. Isso também poderia se verificar, naquela época, no caso do registro do Cartório, uma vez que o que solicita na norma é, acredita-se, o

possível de ser feito. Porém, em apenas um dos doze casos aqui analisados há esta informação, que é o de Collecta, em que diz “a qual foi sepultada no dia dezenove” (CS3, Apêndice E), indicando que o registro no Cartório é, de fato, posterior ao sepultamento. Conforme o documento, verifica-se que o assento da morte de Collecta foi feito dia 26 de setembro, oito dias depois de sua morte. Do ponto de vista de produção documental do atestado de óbito, como se imagina que seja produzido imediatamente após a morte acontecer, e pelo fato de ser utilizado para apresentar na Intendência e, direta ou indiretamente, pedir sepultamento, dados sobre o ato de sepultar não poderiam constar neste documento, somente o despacho.

Pelas informações que são solicitadas pelo Decreto de 1888 que foram retiradas das transcrições (Apêndice E) e destacadas para, agora, formar os quadros 16 a 26, há que se fazer algumas considerações a respeito de **aspectos ortográficos**, conforme o que é explorado também por Andrade (2007, p. 316). Apresentam-se pelo menos três letras que chamamos de dobradas (ou geminadas): n, c e l, como em “annos” (em 23 documentos onde aparece), “Bocca” (nos oito documentos em que aparecem) e “d’elle” (AO2). Além disso há variação da apresentação de algumas palavras como “conhecião” que é colocada em substituição à “conheciam” (AO3); “cazado (a)” coexistindo com “casado (a)” (nos quatro registros da Arquidiocese daqueles que tinham este estado civil); “espoza” em substituição à “esposa” (JAM3); o uso de abreviaturas como “S. Maria” para “Santa Maria” (em 10 registros da Arquidiocese) e “D^a” para indicar “Dona” (AO2). Aparecem ainda palavras sem acento (circunflexo e agudo), tais como: “assistência medica” (nas cinco vezes em que aparece); “Cemiterio” e “Vigario” (em 9 dos 12 registros da Arquidiocese, nos demais a palavra está abreviada); “publico” (em 10 dos 12 documentos da Arquidiocese); “Exercito” (JPS2); “austriaco” (AO1); “Austria” (AO2 e AO3); “legitimo” (em nove documentos, sempre da Arquidiocese ou do Cartório); “cadaver” (AO1); “vestigio” (AO1); “molestia” (AO2). Outro detalhe relevante nestas informações é o uso das formas “Santa Maria” e “Santa Maria da Bocca do Monte”, indicando que ambas coexistiam no mesmo tempo/espaço.

Fora as informações que estão em destaque nos quadros 16 a 27, algumas palavras chamam a atenção nos 36 documentos do *corpus* pela repetição de seu uso. É o caso das letras dobradas t e l de “Attesto” (todos os documentos preservados no Arquivo Histórico); “falleceu” (em todos os atestados e registros de

Igreja); “attestou”/“attestado” (quase sempre que aparecem) que em alguns documentos aparecem com apenas uma letra, reportando ao uso das duas formas. Ainda são vistas as letras dobradas f e m, como em “official” (em todos os documentos do Cartório) e “off^{al}” (AO1); e “encommendado” (todos os registros da Arquidiocese). Há a presença do acento circunflexo em “côr” (em sete documentos) e em alguns documentos sem o acento mostrando instabilidade da língua. Verifica-se, ainda, palavras como “aprezentou” (JAM3), “Districtal” (AO3), “escrivi” (em todos os documentos do Cartório), “mez” (em todas as vezes em que aparece), “mezes” (MP2, MP3, SS2, IL2, JB2 e JB3), com grafia diferenciada daquela que é corrente nos dias de hoje.

Em sua pesquisa de doutorado, Andrade (2007, p. 321) revela que “especialmente em manuscritos da primeira metade do século XVIII letras maiúsculas podem ser encontradas no interior da frase”. Procurou-se observar esta questão nos 36 documentos que formam o *corpus* empírico, sendo que estas iniciais maiúsculas poderiam estar empregadas no interior das frases sem que fosse para designar nomes próprios (dos mortos, de quem declara a morte ou redige os atestados ou registros) ou cargos (como é o caso de “Capitão do Exercito”, em JPS1; “Doutor”, “Dr” ou “D”, em todos os documentos, exceto AO2, CS3, LAF2; “Juiz Districtal”, em AO3 e “Vigario” ou “Vig^o”, em todos os registros da Arquidiocese). Foram encontradas iniciais em maiúsculas no meio de frases para os meses do ano, como “Abril”, “Maio”, “Agosto”, “Setembro”, “Outubro” e “Novembro”, sempre que aparecem. Mas também há outras palavras que apresentam maiúscula na inicial como “Cartorio” (encontrado em registros do Cartório); “Cemiterio” (todos os registros da Arquidiocese); “Centos” (JAM3, IL3); “Cidadão” (nos registros do Cartório); “Cidade” (nos registros do Cartório); “Compareceu” (JAM3); “Constar” (JAM3); “Dona” e “D^a” (AO2, AO3, JAM3); “Esposa” (JAM3), “Nome” (AO2); “Obito” (em 11 das 13 vezes em que aparece nos documentos do Cartório).

Ainda sobre a grafia, considerou-se o uso de abreviaturas, tomadas por Spina (1977, p. 45), quando ele as classifica com sendo de seis tipos: por siglas (somente a primeira letra), apócope (supressão do final), síncope (supressão de letras do meio), letras sobrepostas (umas sobre outras), signos especiais ou letras numerais (como os números romanos). O Quadro 27 traz algumas abreviaturas observadas no conjunto dos documentos do *corpus* empírico.

Tipo de abreviaturas	Abreviaturas encontradas e seu significado
Siglas	S. Maria – Santa Maria H. – Henrique a.m. – do latim " <i>Ante Meridiem</i> ", isto é, antes do meio-dia p.m. – do latim " <i>Post Meridiem</i> ", isto é, após o meio-dia D – Doutor PSM – Pia Sociedade das Missões B. – Bocca D. – Dona H - hora
Síncope	Dr. – Doutor Sta. – Santa Agto. - Agosto
Letras sobrepostas	Off ^{al} . - Oficial Reg ^{to} . – Registro D ^a . – Dona Vig ^o - Vigario N ^o - Número

Quadro 27 – Abreviaturas encontradas nos documentos

Fonte: Elaborado pela autora

Não foram encontradas nos 36 documentos do *corpus* empírico abreviaturas por Apócope, Signos especiais ou Letras numerais. Flexor (2008, p. 595) traz ainda as formas de abreviatura dos meses do ano utilizando-se de números. Esse modelo também é verificado nos documentos do *corpus*, especialmente nos despachos da Intendência, onde se encontra: 7bro (setembro), 8bro (outubro) e 9bro (novembro).

A seguir são analisadas as **ações** a que se dá maior atenção no corpo do texto do atestado ou do registro de morte que compõem o *corpus* empírico. São destacados os verbos, e seus complementos, que são utilizados pelo principal escrevente. Isso é posto pois há, em alguns casos, outros escreventes, como é o caso do documento AO1 e dos documentos do Arquivo Histórico (nos quais aparecem os despachos da Intendência, já mencionados). Assim, procedeu-se a observação dos mesmos a partir dos textos que estão no Apêndice E. Esses verbos, que dizem respeito as ações que são comunicadas, estão expostos no Quadro 28 apresentado a seguir havendo a ressalva de que foram excluídas as informações dos despachos (em que aparece o Sepulte-se) e os dados sobre o morto.

Nome do falecido (a)	Arquivo Histórico	Arquivo da Arquidiocese	Arquivo do Cartório
Julio	Atesto Falleceu	Sepultou-se Falleceu Foi encommendado Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Lavrei Assigna [...] comigo Escrivi
Antonio	Atesto Examinei Ter sido encontrado morto Nenhum vestígio encontrei	Sepultou-se Falleceu Foi encommendado Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Lavrei Assigna [...] comigo Escrivi
Julia	Atesto Falleceu	Sepultou-se Falleceu Foi encommendada Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Lavrei Assigna [...] comigo Escrivi
Carlos	Atesto Convidado Prestar Encontrei Victimado Tinha	Sepultou-se Falleceu Suicidando-se Atestou Foi encommendado Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Verificara Exhibio Lavrei Assigna [...] comigo Escrivi
Maria	Atesto Falleceu	Sepultou-se Falleceu Atestou Foi encommendada Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Exibio Lavrei Assigna [...] comigo Escrevi
Collecta	Atesto Falleceu Firmo	Sepultou-se Falleceu Atestou Foi encommendada Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Foi sepultada Faço este registro Assigna [...] comigo Escrivi
Silveiro	Atesto Falleceu	Sepultou-se Falleceu Atestou Foi encommendado Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Tendo falecido Tratado pelo Dr. Fiz Assigna [...] comigo Escrivi
Severo	Atesto Falleceu	Sepultou-se Falleceu Atestou Foi encommendado Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Foi medicado Exhibio Lavrei Assigna [...] comigo Escrivi
Belisaria	Atesto Falleceu	Sepultou-se Falleceu	Compareceu Apresentou

		Attestou Foi encomendada Fiz o presente Assigno	Declara Ter falecido Faleceu Vê Fiz Assigna [...] comigo Escrivi
Ivo	Attesto Falleceu	Sepultou-se Falleceu Attestou Foi encomendado Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Foi medicado Exhibio Fiz Assigna [...] comigo Escrivi
Laurentino	Attesto Falleceu Outorgo Dou fé	Sepultou-se Falleceu Foi encomendado Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Foi medicado Vê Fiz Assigna [...] comigo Escrivi
Jeanne	Attesto Falleceu Outorgo Dou fé	Sepultou-se Falleceu Attestou Foi encomendada Fiz o presente Assigno	Compareceu Declarou Faleceu Vê Lavrei Assigna [...] comigo Escrivi

Quadro 28 – Principais ações reportadas pelos documentos

Fonte: Elaborado pela autora

Com base no exposto no Quadro 28, tem-se que há uma repetição das formulações a respeito das ações relacionadas às mortes em cada um dos locais pesquisados. Os atestados, que nesse grupo de doze pessoas são assinados somente por médicos, em número de cinco, se restringem, em sua maioria, ao atestar a morte em si, quando foca nos verbos “atestar” e “falecer”. No caso de Antonio há o “examinar”, para verificar se é possível “encontrar” vestígios de violência. Mas isso acontece do ponto de vista do olhar médico. Nota-se a ideia do que já foi chamado de “individualização”¹⁵⁷ do sujeito, uma vez que se houvesse qualquer vestígio de crime isso teria outras implicações sociais e legais aos envolvidos: uma investigação seria realizada e os responsáveis, punidos, sendo separados dos demais membros da sociedade na prisão.

¹⁵⁷ Orlandi (2010, p. 51) discorre sobre as possibilidades de individualização do sujeito pelo Estado, quando aborda o sujeito e sua forma histórica, considerando que este processo, no capitalismo, “é essencial para que se possa governar”.

Na Arquidiocese, além do “fallecer” há um destaque para o “sepultar” e o “encomendar”, uma vez que estes acontecimentos relacionados à morte eram da alçada do vigário que procedia a rituais de encomendação. O Ritual da Bahia é o tipo de rito de encomendação realizado dos três primeiros casos apresentados no *corpus* empírico. Os demais todos foram encomendados pelo Ritual (ou Rituale) Romano. Ao lançar um olhar atento para os 64 documentos encontrados na Arquidiocese em 1896, observa-se que há dois tipos de encomendação: o Ritual Romano e o Ritual da Bahia¹⁵⁸, sendo que o primeiro aparece na maioria dos casos, em 48 registros. A partir do mês de setembro, por exemplo, só existe este tipo de ritual. São 15 os documentos que se referem ao Ritual da Bahia e, para um dos falecidos, naquele ano, não foi realizado feito nenhum rito. Dessa forma, por contar com mortos que tiveram a encomendação pelos dois tipos de rituais, a amostra representa o todo, até mesmo de forma proporcional pois o Ritual Romano é maioria no conjunto todo (48 de 64) e no *corpus* (9 de 12), ambos na mesma proporção (75%). É possível dizer, ainda, que há algo específico dos registros da Arquidiocese: a formulação se dá em função do sepultamento e não do óbito. A formulação de tipo de encomendação é destaque em outros documentos do conjunto conforme se apresenta a seguir:

- “Encomendado na forma do Ritual Romano” (Reg. 1)
- “Foi encomendado na forma do Ritual da Bahia” (Reg. 2)
- “Foi na Igreja sem encomendação porque eu estive fora (Reg. 5)
- “Foi encomendado na forma do Ritual Romano pelo Rev^{do.} P^{e.} Roberto Kuklok com minha licença” (Reg. 23 e 24)
- “Foi encomendada na forma do Ritual Romano gratuitamente” (Reg. 27)

¹⁵⁸ Em busca de conhecer do que se tratava cada um dos rituais de encomendação, não achando referência em livros e na Internet, fez-se uma entrevista por telefone (de dentro do Arcebispado) com o Arcebispo de Santa Maria, Dom Helio Adelar Hubert, ainda em março de 2015 (na oportunidade ele estava em outro local, e sua secretária o localizou e repassou a ligação telefônica). Ele desconhecia diferenças entre rituais, enfatizando que o que existe é o Ritual Romano e que este segue o que está determinado pela sede do poder da Igreja Católica. Por sua sugestão, foi feito contato com entrevistado o Monsenhor Ataíde Pedro Busanello, da Igreja Santa Catarina de Santa Maria (RS). Em entrevista, também por telefone, o Monsenhor Ataíde afirmou, extraoficialmente, segundo disse, que deveria se tratar das Constituições do Arcebispado da Bahia elaboradas por Dom Sebastião Monteiro da Vide em 1707, publicadas em Portugal em 1719 (Lisboa) e 1720 (Coimbra) e em São Paulo em 1853. Segundo o Monsenhor Ataíde, estas normas seriam “uma concretização do Ritual Romano para o Brasil”, não sendo de todo diferente do que era pregado por Roma, “mas com alguma particularidade”. A ideia de Vide ao escrever esta obra, segundo Monsenhor Ataíde, era ter um texto “engajado com a cultura do Brasil”.

Vide (1853, p. 287), tem, em sua obra, um título específico que explica “como os defuntos hão de ser encommendados pelo seu parochos antes que vão a enterrar”, o que inclui o número de sinais a ser realizado pelo sacerdote de acordo com o sexo e idade, além de determinar quais são os horários e dias que se permitem enterramentos, tempo de espera para o enterro, etc.

Entende-se, no entanto que há distinções nos atestados e registros e que do ponto de vista da informação deve haver um cruzamento de dados sempre que possível pois uma informação complementa a outra. Através da análise das formulações religiosas depreende-se que há o pagamento pelo serviço de registro nesse âmbito. Assim, lembrando o que disse Bellotto “Aos novos pesquisadores a palavra deve ser sempre a de incentivo, de não esmorecimento diante das dificuldades e percalços. A pesquisa histórica, por suas características intrínsecas, não é fácil nem fluida, nem evidente à primeira vista” (BELLOTTO, 2014, p. 476).

5.4 Outras fontes de pesquisa

Na tentativa de ampliar o conhecimento sobre os óbitos selecionados para serem estudados, foram procurados outros locais que pudessem auxiliar a cercar a morte retratada nos 36 documentos que fazem parte do *corpus* empírico desta tese.

A informação complementar foi procurada no cemitério, em jornais, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) e em uma loja maçônica da cidade, sendo que esta última foi considerada a partir das informações encontradas no jornal “O Combatente” sobre um dos falecidos. A seguir é feito um relato da importância destas fontes e de seu cruzamento com os conjuntos documentais de cada uma das três instituições procuradas à priori: Arquivo Histórico, Arquivo da Arquidiocese e arquivo do Cartório, com suas 275 comunicações de óbitos levantadas no ano de 1896 em Santa Maria.

5.4.1 O cemitério

Os cemitérios são “objetos de estudo interdisciplinar” (RICHTER et al., 2005, p. 16) e, entre as áreas de pesquisa que têm interesse, a arquivologia pode se servir de seus espaços para reunir informações que corroboram ou refutam informações de documentos textuais convencionais. A metodologia de abordagem desta fonte parte do interesse do pesquisador e de seu critério pessoal.

Na obra “Documentos epigráficos”, os autores fazem o caminho contrário dessa tese. Primeiro vão ao cemitério e depois aos arquivos, sendo que os mesmos perceberam “o silêncio do cemitério, falado pelas certidões de óbito” (RICHTER et al., 2005, p. 16). Porém, após levantar a base do *corpus* empírico dessa tese, em visita realizada no mês de março de 2015 no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria, e complementada em outubro de 2015¹⁵⁹, nada foi encontrado sobre os falecidos que têm suas mortes discursivizadas nos 36 documentos que fazem parte do recorte realizado no arquivo de pesquisa.

Richter e outros autores (2005) explicam que este que é hoje o Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria inclui uma área de 1936 m² concedida pela Câmara após o pedido da comunidade alemã residente em Santa Maria ao governo da Província na década de 60 do século XIX. “Os sepultamentos devem ter sido iniciados logo após a concessão em 1860. O Cemitério Ecumênico Municipal foi instalado junto ao Evangélico, que durante a Segunda Guerra Mundial fora desapropriado. O cemitério público entrou em funcionamento em 1879” (RICHTER et al., 2005, p. 49). Antes disso, porém, os autores registram pelo menos três lugares de sepultamentos em Santa Maria: um deles na Avenida Rio Branco, próximo ao prédio que hoje abriga a Prefeitura Municipal e que, antigamente, era a

¹⁵⁹ Uma nova pesquisa foi necessária pois houve um acréscimo no número de mortos com a inserção do Tomo 11. Novo contato foi realizado, porém nenhum registro sobre os 12 mortos do *corpus* foi localizado. Uma das pessoas que foi contato da pesquisadora no Cemitério foi o senhor Brasil Oliveira, auxiliar administrativo e servidor da Prefeitura Municipal, que atribui a inexistência de túmulos de 1896 ao tempo decorrido e dos documentos à um incêndio ocorrido, em que deve ter se perdido parte do acervo (livros) sobre os sepultamentos. As fichas que eles têm hoje da secretaria do Cemitério “são produzidas a partir dos livros e se estes não estão lá, não tem fichas”, segundo servidor. Outro servidor da prefeitura contactado, Gelson Altemir Silva, agente administrativo, corroborou com esta informação, explicando que isso é como “achar uma agulha no palheiro” e que “se o Brasil, que é o servidor mais antigo ali não pode ajudar, ninguém mais pode”.

sede da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV), bem no centro da cidade; o outro, onde hoje se localiza a Igreja do Rosário, no Bairro Rosário; e o outro na área contígua à antiga Igreja Matriz de Santa Maria, ligada à religião católica, e que foi demolido em 1888.

Apesar de hoje o Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria estar integrado à cidade, tendo sido “abraçado” por ela, Flores (2005, p. 7) contextualiza que, na época em que foi projetado, o que se queria era a construção de um cemitério longe do centro urbano de Santa Maria¹⁶⁰ como um reflexo do que ela identifica como “revolução cemiterial” brasileira, a exemplo do que acontecia na Europa. A ideia era buscar salubridade junto à comunidade com a construção de cemitérios extramuros, cercados e alocados em lugares fora dos “muros” invisíveis da cidade. Isso já vinha sendo discutido no Brasil havia bastante tempo. Rodrigues (1995) lembra que na capital do Império, o Rio de Janeiro, em 1843, devido à situação sanitária precária e a proliferação de doenças, eram expostas as razões de haver cemitérios deste tipo até mesmo na Câmara dos Deputados. “Nos debates fica claro que a epidemia era a responsável pelo início das discussões sobre os cemitérios, e que só em função de sua presença se tomava possível a decisão de extinguir os sepultamentos nas igrejas” (RODRIGUES, 1995, p. 93). Porém, “até 1850, as medidas que previam o estabelecimento de cemitérios extramuros não saíram do papel”, complementa Rodrigues (1995, p. 103).

Assim, “ao longo da primeira metade do século XIX, vimos a emergência de um discurso médico que propunha a separação entre vivos e mortos, com a transferência dos sepultamentos para fora dos limites da cidade” (RODRIGUES, 1995, p. 115). Mas a Igreja deu o seu contributo nessa questão, como aconteceu no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Todo o processo de construção de um novo cemitério em Santa Maria teria sido iniciado por um vigário que, segundo Flores (2005) também era maçom, Gomes do Vale, no ano de 1856, que tinha uma visão ampla dessa questão. No entanto, após sua morte, o andamento da questão fica lento e as providências demoram a ser tomadas para fazer acontecer o cemitério.

¹⁶⁰ Em uma notícia publicada em O Combatente em 08 de novembro de 1896 com o título “Finados”, era apresentado um balanço sobre o dia de finados (02 de novembro) em Santa Maria, que naquele ano caiu numa segunda, justificando o porquê de ter sido a notícia apenas publicada no dia 08, domingo, dia da semana em que circulava o Jornal. Salientava-se o fato de que “grande foi a romaria que segunda feira notou-se em nossa cidade, desde o amanhecer d’aquelle dia até a tarde. O movimento foi extraordinário, e os carros não davam vencimento a concurrencia de povo”. Esse movimento espelha a relação do povo santa-mariense com a memória dos mortos.

Somente “em 4 de maio de 1878, mais de duas décadas após as primeiras iniciativas para se dar início à construção do cemitério extramuros, a Câmara de Santa Maria finalmente recebeu a autorização vinda do Palácio do Governo para a construção do novo cemitério. Nesta ficava destacado que a construção deveria ser fora dos limites urbanos” (FLORES, 2005, p. 7). Com sua construção foram, portanto, trasladados os restos mortais que estavam enterrados junto à Igreja da Matriz, a partir de janeiro de 1879, quando entra em funcionamento a área maior do cemitério.

Passados 136 anos de quando se tornou apto para sepultamentos, o que se observa no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria do ponto de vista documental é uma precariedade de condições de acesso a informações sobre as pessoas lá sepultadas, fato que é verificado em mais de uma visita pela pouca estrutura do local. Não há uma informatização do acervo de documentos e há a dificuldade de acessar as informações destes, bem como nota-se o desconhecimento dos dois servidores que estavam no atendimento da recepção no dia da visita pois nem mesmo as datas referentes aos primeiros sepultamentos eles sabiam informar.

Em pesquisa no Arquivo Histórico foram encontrados os primeiros registros daquele cemitério no Fundo Câmara Municipal (1868-1889), Tomo 5, sendo que o primeiro enterro realizado ali, na sepultura de número um, de acordo com o registro do referido livro, foi feito em 24 de novembro de 1879. Este mesmo Tomo traz dados sobre outros sepultamentos no que era, então, o cemitério extramuros de Santa Maria. O último sepultamento registrado no Tomo 5 ocorreu em 10 de março de 1887. A partir daí, os documentos que se tem sobre óbitos no município são do Fundo Intendência (1892-1929) e que estão reunidos nos Tomos 11 e 13.

Os funcionários que estavam na secretaria no dia da visita afirmaram que não havia túmulos do século XIX, e indicaram, num mapa afixado na parede do local, onde estão as sepulturas mais antigas, identificando como “as dos alemães”.

A verificação das informações passadas pelos funcionários do Cemitério foi feita em campo, buscando visualmente a existência de sepulturas do ano pesquisado. Entre as avenidas e ruas da principal cidade dos mortos de Santa Maria, esperava-se encontrar entre as edificações, como túmulos e suas lápides ou mausoléus, os documentos epigráficos de algum dos doze mortos em 1896 que têm atestado ou registro pertencente ao *corpus*. No entanto o que se viu foi mato e

sujeira, numa cena de abandono. O secretário de Obras, Infraestrutura e Serviços da cidade, de acordo com matéria de jornal publicada por Bisogno (2015), afirma que há “dificuldades legais, burocráticas, financeiras e humanas” relacionadas ao Cemitério e que os custos dos projetos que se quer realizar no local são altos.

Em meio às precárias condições do Cemitério buscavam-se, nas epígrafes, informações sobre os falecidos do *corpus*. De acordo com Richter e outros autores (2005, p. 14) “a epigrafia estuda as inscrições feitas em material durável como metal, pedra, mármore”. Porém apenas foi encontrado um nome que faz parte do arquivo de tese: o de Christiano Kruel (Fotografia 13), que tem seu óbito discursivizado no Cartório de Registro Civil da mesma cidade, sob o número 431.



Fotografia 13 – Lápide de um dos falecidos de 1896
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Esculpido em mármore branco, o documento em pedra, que fica ao ar livre, fazendo par com outro bastante semelhante à sua esquerda, tem inscrições lapidares em alemão que indicam nascimento e morte de Christiano Kruel. No entalhe, há a seguinte informação: “*Hier ruhet in gott Christiano Kruel geboren Den 8.^{tem} mai 1829 zu Taquary gestorben Den 9.^{tem} october 1896 zu Santa Maria Dem auge fern Dem herzen nahe*”, ou seja, “Aqui repousa em Deus Christiano Kruel nascido em 8 de maio de 1829 em Taquary morreu a 9 de outubro de 1896 em Santa Maria” e ao final encerra-se com um ditado popular, que também existe na Alemanha, que quer dizer “Longe dos olhos, mas perto do coração”¹⁶¹.

Com a visita ao Cemitério esperava-se conseguir mais informações sobre as mortes estudadas na tese nas lápides postas junto aos túmulos. Nesse caso, em específico, a título de exemplo, o documento epigráfico do falecido Christiano complementa o que existe no Cartório sobre sua vida uma vez que traz não apenas informações sobre o óbito como também sobre seu nascimento.

No registro oficial de óbito de Christiano no Cartório (431), há apenas os dados do próprio falecimento, além de uma informação extra que indica o local do sepultamento: “sepultado no cemitério Acatólico”. É verdade que a localização de seu túmulo no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria, onde estão depositados os restos mortais deste falecido que está na lista dos mortos de 1896 registrados no Cartório (Apêndice C), tem um grande número de túmulos de descendentes de alemães e de imigrantes, uma vez que estes formavam um grupo protestante na cidade, unido pela religião evangélica luterana e formando a “Parochia Evangelica Allemã de Santa Maria”, fundada em abril de 1866 (KOPP, 1914, p. 99).

De acordo com Richter et al. (2005, p. 110), o mais antigo dos túmulos localizado neste cemitério é de 1861, pertence à Frederico Niederauer. No entanto, segundo autores, ele teria sido originalmente “sepultado no Cemitério da Santa Cruz desta Freguezia de Nossa Senhora Conceição da Boca do Monte” (RICHTER et al., 2005, p. 96). Este Cemitério era “localizado onde hoje é a Igreja do Rosário ou em suas imediações. Os sepultamentos iniciaram em 1850 e foram feitos até a

¹⁶¹ Para chegar-se a tradução deste ditado popular que aparece em alemão como uma epígrafe (homenagem da família ao falecido), foram consultados dois professores da UFSM que têm ascendência alemã, já estiveram na Alemanha e dominam a língua: Sirlei Glasenapp e Jorge Luiz da Cunha.

efetivação do Cemitério Municipal” (RICHTER et al., 2005, p. 49). Então, certamente, seus restos mortais foram trasladados para o local onde hoje estão. Os autores contabilizaram que da década de 1870 há 12 óbitos, da década de 1880 há 15 e da década de 1890 há 13 falecidos ali enterrados. Do ano de 1900 há dois óbitos. Assim, o Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria apresenta restos mortais de um total de 43 mortos do século XIX, de acordo com os autores (RICHTER et al., 2005), informação esta que contraria o conhecimento dos funcionários que atendem na secretaria.

Pela pesquisa de campo realizada em março 2015¹⁶² no referido Cemitério (bem como aquele novo contato, realizado em outubro de 2015), referendou-se a informação que consta na obra “Documentos epigráficos”, de 10 anos atrás, sendo apenas reconhecido o túmulo Krueel, já citado, no ano de estudo da tese (1896), em rua perpendicular à avenida que está à frente da área mencionada pelos funcionários do local como “zona dos alemães” (Fotografia 14).



Fotografia 14 – “Zona dos alemães” no Cemitério Ecumênico Municipal
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

¹⁶² De abril de 2015 até setembro do mesmo ano coordenei um grupo de pesquisa formado por alunos do curso de graduação em Arquivologia (CCSH/UFSM) denominado “Informação e Cemitério” que desenvolveu um trabalho de captura fotográfica e de informações justamente na área mais antiga tomando como data limite o ano de 1950.

Apesar de não ter havido uma contribuição direta para a tese, no que diz respeito aos doze óbitos representados nos discursos dos documentos aqui considerados (das tipologias de atestados e registros de óbito), destaca-se a importância dessa fonte de documentos epigráficos que se constituem os cemitérios, especialmente quando o assunto trabalhado é a morte. Por outro lado, é importante dizer que a falta de sepultados do ano de 1896 também significa, uma vez que no conjunto geral pesquisado nos atestados da Intendência e nos registros do Cartório e da Catedral tem quase 200 óbitos naquele ano, sabendo-se, por estimativa, e pela falta de documentos observada em alguns meses, haveria, talvez, bem mais falecidos. Ainda que coexistissem outros espaços de sepultamento, houve um apagamento dessa memória patrimonial da cidade pois não há vestígio material cemiterial para identificar este passado neste Cemitério. Fica, nesta tese, o registro desta ausência.

5.4.2 O jornal

Rüdiger (1993, p. 81) defende que o jornalismo é “uma prática social, ligada ao movimento histórico da chamada esfera pública” e que apesar de interligar esferas sociais, na opinião do pesquisador “está vinculada diretamente ao modo de vida de apenas algumas classes”. De fato isso é verificável em todas as épocas. Rodrigues (2003, p. 13) afirma que o jornalismo “deve ser compreendido como parte integrante da sociedade, conveniente com as transformações capitalistas do país”, refletindo suas mudanças.

É pela inserção social dos veículos de comunicação impressos¹⁶³ e sua caracterização identificada com a sociedade existente que se pensou, nessa tese, que ler um jornal que circulasse em Santa Maria no ano pesquisado, 1896, seria importante como fonte. Isso se dá pelo fato de o jornal constituir-se num relato do que acontecia na cidade naquele tempo, fazendo emergir quais forças eram representativas e hegemônicas e quais acontecimentos eram reportados através do

¹⁶³ Luca (2014 [2005], p. 133) lembra que “até a chegada da Família Real (1808), as tipografias eram proibidas no Brasil e os que se atreveram violar as regras foram duramente perseguidos”.

registro jornalístico. Luca (2014 [2005], p. 111) afirma que até a década de 1970 este tipo de fonte não era usual para pesquisas científicas embora fosse considerada a importância desses materiais mas, de todo modo, “relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”. Autora indica que a motivação do pouco uso de impressos estava relacionada, entre outras coisas, à falta de distanciamento do seu próprio tempo, o que era um dos requisitos importantes para o historiador daquele período. “Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado” (LUCA, 2014 [2005], p. 112).

Mas, de acordo com Luca (2014 [2005]), a nova prática historiográfica que considera novas temáticas, abordagens e metodologias, já a partir do final do século XX, dá espaço aos jornais por ser, este, fonte sobre o cotidiano. Nas chamadas “folhas”, havia a descrição da problemática que vivenciava a comunidade da época através de um olhar, o do proprietário e colaboradores do jornal. Entre as informações que circulavam estavam textos literários, notas, textos noticiosos, como, por exemplo, quem chegava e quem saía da cidade, além de destacar a opinião de quem produzia o jornal sobre questões políticas.

Luca (2014 [2005], p. 133) salienta que o “caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”. A imprensa gaúcha, de meados do século XIX até a década de 1930 esteve pautada, segundo Rüdiger (1993, p. 8), pela tendência de um jornalismo político-partidário. Isso, sem dúvida, foi implicado pela mudança de regime político, de Império para a República, já mencionado, que sucedeu em 1889; pela Revolução Federalista de 1893, como também pela própria expectativa da virada de século (que se aproximava) e a noção de modernidade que se fazia presente no último quarto do século XIX.

Na obra de Costa (1922, p. 205), que traz informações sobre as cidades do Rio Grande do Sul, há a afirmação de que a imprensa santa-mariense existe desde 1883 “quando apareceu allí o primeiro jornal – a *Gazeta do Norte*”. Rechia (1999, p. 119) apresenta uma lista cronológica de jornais que existiam em Santa Maria no final do século XIX, indicando o primeiro ano de circulação de cada um deles. Em 1886 a cidade teria visto o início das atividades de “A Província”; em 1887, de “O Combatente”; em 1888, “O Popular”; em 1889, tanto o “Vinte e oito de Março” quanto “O porvir”. Belém (1914, p. 41) explica que quando “O Combatente” mudou de proprietário, já que começou como órgão do “Club Caixeiral”, mostrou a sua “feição

republicana até que em Julho de 1889 se declarou ostensivamente orgam¹⁶⁴ do partido que combatia a monarquia”.

No mês de março de 2015 foi realizada uma visita ao Arquivo Histórico em busca de algum título de jornal que estivesse em atividade no ano referência da pesquisa e que se mantivesse preservado instituição, porém nada foi encontrado. Nem de Santa Maria e nem da capital. Não havia nenhum exemplar de 1896. Nada havia, nem mesmo de “A Federação”, jornal editado em Porto Alegre, que teve entre seus fundadores Julio de Castilhos e outros líderes republicanos, que “em 1883, decidiram fundar um jornal para propagar as idéias republicanas na Província. Tais idéias respaldavam-se no positivismo e no federalismo” (VÉSCIO, 2001, p. 182). Este jornal circulou em todo o Estado até 1937 e pensava-se que poderia ajudar na pesquisa de tese. Segundo Rüdiger (1993, p. 42), o jornal “A Federação” poderia ser chamado de um órgão republicano gaúcho.

Tendo em vista o insucesso da pesquisa, a diretora do Arquivo Histórico sugeriu, então, que a procura pelas “folhas”, e especialmente por “O Combatente”, que teve maior tempo de circulação nesse período, fosse feita em outra instituição de memória da cidade, a Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMEC), pois tinha conhecimento da existência de um dos jornais de Santa Maria ou de Porto Alegre daquele período neste local através do relato de outro pesquisador.

Sendo uma instituição privada, nascida do interesse pela história e memória de seu, já falecido, homenageado, a Casa de Memória Edmundo Cardoso, que leva o seu nome, de fato guardava, encadernados, os jornais de “O Combatente” de 1896, que puderam ser lidos desde o seu primeiro número daquele ano (Fotografia 15). Na Casa de Memória é que foi possível pesquisar e fotografar os jornais que continham informações a respeito das mortes atestadas/registradas e que são parte do *corpus* empírico.

Na capa do Jornal, já bem marcado pelo desgaste do tempo, em seu “Numero 1” do “Anno X”, Adolpho Otto Brinckmann, diretor e um dos proprietários do jornal “O Combatente”, felicita “o povo santa-mariense” pela entrada de 1896 e anuncia a chegada no décimo ano de existência da “folha”. Ele explicita que o jornal

¹⁶⁴ Aqui, “orgam” deve ser lido como “órgão”, referindo-se a organismo, meio pelo qual as ideias republicanas são difundidas.

“continuará á ser o que até aqui tem sido – leal servidor desta terra que tanto ama e que o vio surgir a 9 annos na arena do jornalismo” (BRINCKMANN, 1896, p.1).



Fotografia 15 – Capa de “O Combatente” de 1º de janeiro de 1896
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Belém (1914, p. 41) pondera que o “Club Caixeiral”, que a fez circular pela primeira vez, em 2 de janeiro de 1887, talvez não pensasse “no importante papel que essa folha viria desempenhar mais tarde no cenário da vida santamariense”.

“O Combatente” era semanal, tinha apenas quatro páginas e estava diagramado, de modo geral, em cinco colunas por página. Ao entrar no “Anno VII”, em 1º de janeiro de 1893, em matéria de capa sobre a exposição de Chicago, se esclarece que “O Combatente é o unico jornal que nessa cidade conseguiu ter uma vida tão prolongada”, informando, ainda, que o mesmo circulava sempre aos domingos e que sua tiragem, naquele ano, era de 300 exemplares. O redator, Candido Brinkmann¹⁶⁵, explica que o jornal foi fundado em 1º de janeiro de 1887 no então “Club Caixeiral” mas que “à 19 de maio de 1889 deixou de ser orgam do Club

¹⁶⁵ Candido era um dos filhos homens do Capitão Otto Brinkmann, cujas sepulturas ainda estão preservadas, num mesmo jazigo, no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria e foi localizada a partir da pesquisa de campo realizada em 28 de agosto de 2015 juntamente com alunos do Curso de Arquivologia envolvidos no projeto Informação e Cemitério. Segundo as inscrições lapidares, o primeiro era nascido em 9 de maio de 1869 e faleceu em 24 de dezembro de 1915, deixando esposa e filha. O segundo era alemão, nascido a 21 de maio de 1826 e morreu em 04 de janeiro de 1906. Azevedo (1914, p. 29) o 2º tenente de artilharia Carlos Fernando Otto Brinkmann veio da Alemanha em 1852 e domiciliou-se em Santa Maria em 1870 onde trabalhou como agrimensor. Dados encontrados no Cartório de Registro Civil diferem o ano de morte de Brinkmann.

e passou a ser exclusivamente de seu actual proprietário Adholfo Otto Brinckmann¹⁶⁶ (BRINCKMANN, 1893, p.1). Nas edições do ano pesquisado nesta tese, 1896, se encontra na capa que a tiragem é de 500 exemplares e, em alguns números, o “redactor” é Candido Brinkmann enquanto que em outros aparece a expressão “REDACTORES-DIVERSOS”, como na edição de 24 de maio (Anno X, Número 23). Pela ampliação de exemplares verificada em três anos, nota-se a presença e importância local que tinha.

Do ano de 1896, foram lidos, com maior atenção, os exemplares dos meses de abril, maio, agosto, setembro, outubro e novembro, meses em que ocorreram as doze mortes consideradas nos documentos de óbito que formam o *corpus*. A ideia era encontrar qualquer informação que auxiliasse na compreensão dos discursos da Igreja, do Cartório e dos médicos que atestaram as mortes que pertencem ao conjunto. Pela pesquisa verificou-se que a morte fazia parte da pauta jornalística daquele veículo. Em todas as edições lidas havia, no mínimo, uma morte. Mouillaud (2012, p. 453) classifica estes mortos da mídia como banais ou exclusivos, trabalhando em específico a morte do que ele chama de “Grande Homem”. O autor afirma que, ao morto, “diferentes locais lhes são atribuídos, conforme sejam mortos crônicos ou acidentais, privados ou públicos; existem mortos de serviço; aqueles que compõem a necronologia; aparecem, dia após dia, no mesmo local, pelo menos nos jornais regionais, e com uma informação local, que interessa, e só interessa, a uma comunidade”.

Assim, entendendo a existência destes diferentes locais para cada “tipo” de morto, através da classificação de Mouillaud (2012), foram analisadas três modalidades de espaço informativo para a morte naquele jornal: as notas, na seção “Varias”, as notícias, e os “A pedidos”. A seção “Varias” trazia notas que resumiam os acontecimentos da semana já que a “folha” circulava todo domingo. As notícias têm título próprio e a morte só chega ali quando foge do comum, ganha um peso de notícia. Já a seção “A pedidos”, como acontece nos dias de hoje, é um espaço pago onde um cidadão, ou um grupo deles, deseja externar alguma mensagem e fazê-la

¹⁶⁶ De acordo com as inscrições lapidárias de seu túmulo (afastado do jazigo da família), preservado no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria (pesquisa de João Alberto Licht Teixeira em 24 de agosto de 2015), Adholfo, irmão de Cadido e também filho de Otto, faleceu em 15 de abril de 1932, então com 58 anos, a partir do que se presume ter nascido em 1874, já em Santa Maria uma vez que seu pai estava nesta localidade deste 1870. Nos documentos encontrados no Cartório pelo mesmo pesquisador, a idade do falecido difere em um ano (59 anos). Ali há a informação de que ele era casado desde 1899 com Maria das Dores.

circular na comunidade na qual circula também o jornal. Mouillaud (2012, p. 454) cita o comunicado, não referido especificamente com esta palavra em “O Combatente”, mas com características semelhantes: “O comunicado é privado como uma carta; público como uma carta aberta”. Assim também pode ser definido o texto que se encontra em “A pedidos” do jornal pesquisado.

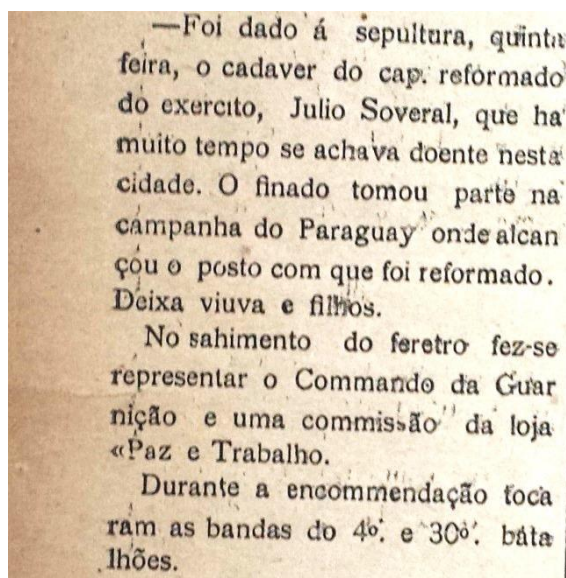
No levantamento feito para esta tese, foram encontrados quinze textos mencionando os nomes de nove dos 12 mortos que têm documentos na base do *corpus* empírico em doze exemplares de “O Combatente”: um no mês de abril de 1896 – o de número 19; quatro no mês de maio de 1896 - os de números 20, 21, 23 e 24; quatro no mês de setembro – os de números 38, 39, 40 e 41; um no mês de outubro – o de número 44; e dois no mês de dezembro – os de números 46 e 48. A seguir é apresentado o Quadro 29, com a identificação do material encontrado no “O Combatente” sobre as mortes aqui estudadas.

Através da análise do Quadro 29 observa-se que somente três falecidos (Silveiro, Severo e Ivo) não tiveram notícias sobre sua morte publicadas no jornal “O Combatente” em 1896. Todos os demais tiveram alguma referência. O menor texto tem duas linhas (Jeanne) e o maior, 54 linhas (Carlos), sendo ambos os casos uma produção do jornal. Quatro dos nove mortos que tiveram textos publicados sobre sua morte tinham duas notícias e os demais, apenas uma (estes, todos na seção “Varias”, constituindo-se de pequenas notas). No caso daqueles que tiveram mais de uma inserção, apenas José teve ambas escritas pelo próprio jornal e estas em duas edições seguidas. Os demais (Julio, Julia e Carlos) tinham uma produção do jornal e um “A pedidos”, provavelmente pago por familiares, que assinam estes textos. Na terceira coluna do Quadro 29, juntamente com a seção em que se encontra a informação do Jornal, é apresentado um código que será utilizado, no Capítulo 6, para a identificação das sequências discursivas analisadas no *corpus* discursivo. Neste código se diferencia os “A pedidos” (ap) das notas encontradas na seção “Varias” (v) e notícias (n).

A Fotografia 16 traz a imagem feita a partir do jornal, com o trecho que evidencia o falecimento de Julio e, desconsiderando outra nota, que se localiza entre esta e a próxima, encontra-se a informação sobre a morte de Antonio.

	Jornal	Seção/código	Localização	Tamanho
Julio	O Combatente Anno X – Nº 20 03/05/1896	Varias JPSv	Página 2 Coluna 1	15 linhas
	O Combatente Anno X – Nº 21 10/05/1896	A pedidos JPSap	Página 2 Coluna 4	14 linhas
Antonio	O Combatente Anno X – Nº 20 03/05/1896	Varias AOv	Página 2 Coluna 1	4 linhas
	O Combatente Anno X – Nº 19 26/04/1896	Notícia AOn	Página 2 Coluna 3	16 linhas
Julia	O Combatente Anno X – Nº 23 24/05/1896	Varias JAMv	Página 2 Coluna 2	11 linhas
	O Combatente Anno X – Nº 24 31/05/1896	A pedidos JAMap	Página 3 Colunas 1 e 2	28 linhas
Carlos	O Combatente Anno X – Nº 38 06/09/1896	Notícia de capa CJVn	Página 1 Colunas 1 e 2	54 linhas
	O Combatente Anno X – Nº 39 13/09/1896	A pedidos CJVap	Página 3 Coluna 1	14 linhas
Maria	O Combatente Anno X – Nº 41 27/09/1896	Varias MPv	Página 2	3 linhas
Collecta	O Combatente Anno X – Nº 40 20/09/1896	Varias CSv	Página 2 Colunas 4 e 5	10 linhas
Silveiro	-	-	-	-
Severo	-	-	-	-
Belisaria	O Combatente Anno X – Nº 48 15/11/1896	Várias BMRv	Página 2 Coluna 1	3 linhas
Ivo	-	-	-	-
Laurentino	O Combatente Anno X – Nº 46 1º/11/1896	Varias LAFv	Página 2	3 linhas
Jeanne	O Combatente Anno X – Nº 44 18/10/1896	Varias JBv	Página 2	2 linhas

Quadro 29 – Notícias sobre as mortes
Fonte: Elaborado pela autora



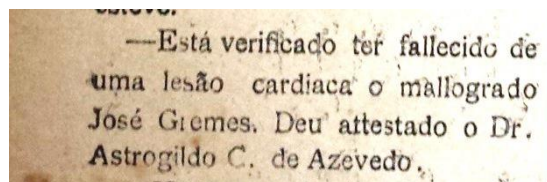
Fotografia 16 – Notícia da morte de Julio em “O Combatente” – 03/05/1896 (JPSv)
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Na nota de 15 linhas são dadas algumas informações importantes sobre o falecido e sua doença, sua família, sobre as últimas homenagens: o enterro, o acompanhamento do féretro e a encomendação do corpo. Também há a inclusão de outros sujeitos e instituições: a viúva, os filhos, o comando da guarnição do exército, uma comissão de uma loja maçônica da cidade além das bandas do 4º e 30º batalhões. O envolvimento de Julio com o exército se evidencia por ser capitão reformado, no entanto a presença de membros da maçonaria na saída do caixão fez com que houvesse a hipótese de que o mesmo era maçom ou fosse de amizade com membros da maçonaria. Outra hipótese, por ser uma nota escrita no jornal, é que o proprietário de “O Combatente”, ou quem quer que tenha escrito a notícia, tenha dado destaque a este detalhe por pertencer ou simpatizar com o grupo, como forma de marcar sua presença.

No jornalismo, quando as notícias, opiniões e outros textos não são assinados, entende-se que quem se responsabiliza por eles é o editor chefe que, no caso, é o dono do jornal. Isso é o que acontece com essa nota de óbito. Atualmente, alguns jornais locais e de nível estadual e nacional circulam com uma seção específica para este tipo de informação, denominada “Obituário”. É comum ouvir relatos de jornalistas que iniciam suas atividades em um jornal preparando textos

para esta seção para, somente depois, ocupar outros espaços, interpretando-se este fato como sendo um espaço pouco desejado para se trabalhar ou, pela evidência que traz, de início de carreira. Uma resposta para este pouco prestígio pode estar evidenciada na afirmação de Mouillaud (2012, p. 454) quando este defende que “a morte não é uma informação, mas cada é uma que é desnudada ao extremo: nome, nome de família, idade do morto”. Não sendo informação, não é fazer jornalismo, propriamente dito.

Na Fotografia 17, abaixo disposta, é apresentada a nota que foi divulgada na mesma edição de “O Combatente”, também na seção “Varias”, sobre a morte de Antonio (conhecido também por José), que inclui bem menos detalhes, como pode ser observado nas quatro linhas que se leem a seguir.



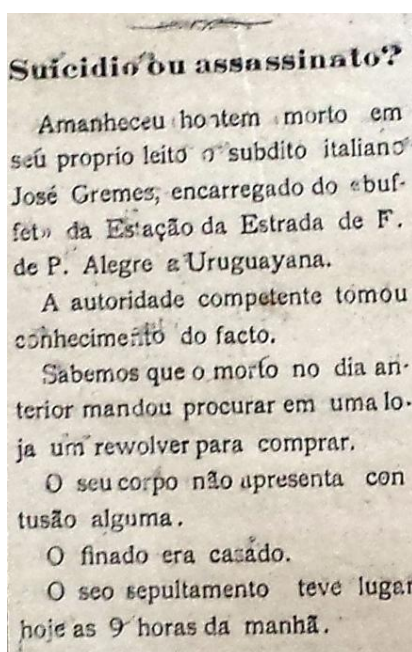
Fotografia 17 – Nota sobre a morte de Antonio em “O Combatente” – 03/05/1896 (AOv)
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

As informações sobre a morte de Antonio, neste recorte, são poucas, sendo apenas sobre a doença, sendo indicada esta como “lesão cardíaca” (linha 2) e o médico que “verificou” a morte e deu atestado, no caso, Astrogildo Cesar de Azevedo. A palavra “verificou” é vista no próprio atestado de óbito, conforme consta no documento AO1 que está apresentado no Apêndice E, porém neste não é sugerida nenhuma lesão do coração.

Aquele que se dedicou a registrar o falecimento de Antonio o classificou como “mallogrado” (linha 2). “Mallograr-se”¹⁶⁷ significava, a partir do verbete encontrado em um dicionário do século XIX, “não se lograr, não se conseguir, não ir avante, perecer” (PINTO, 1832, p. 687). Os sentidos para esta palavra estão em fuga, não identificando uma relação direta: se ele se trata de um malgrado por ter morrido muito cedo, ou pela vida sem muito sucesso que teria tido. Em um dos documentos

¹⁶⁷ Conforme definição do *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832 e consultado na Biblioteca Brasileira Digital.

que fazem parte do *corpus* da tese (linha 12 do documento AO3, Apêndice E) diz-se que o mesmo era empregado mas não identifica o que fazia, sendo a sua situação econômica uma incógnita. Este fato alimenta a dúvida sobre o sentido do adjetivo “malogrado”, mesmo sabendo que o falecido não era proprietário e, sim, empregado, ou seja, um trabalhador. Antes disso, porém, em 26 de abril, ou seja, apenas um dia após a morte de Antonio, foi publicada uma notícia de título “Suicídio ou assassinato?”, sobre a mesma morte, conforme segue na Fotografia 18.



Fotografia 18 – Notícia sobre a morte de Antonio em “O Combatente” – 26/04/1896 (AO_n)
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

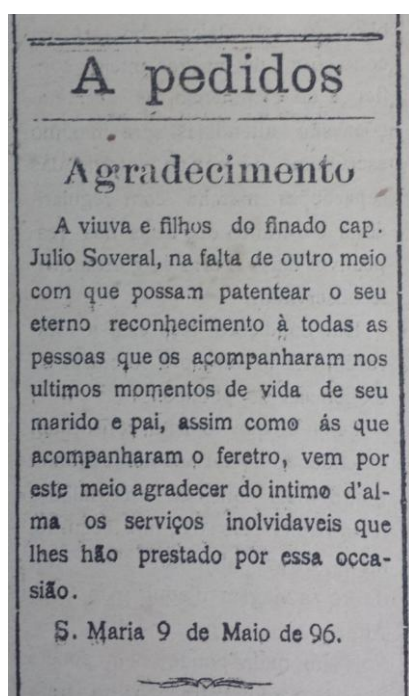
O texto apresenta dúvida sobre como teria sido, de fato, o óbito de Antonio, especialmente no título com o sinal de interrogação. No corpo do texto, com 16 linhas, diz que “o seu corpo não apresenta contusão alguma” (linha 12). “Contusão”¹⁶⁸, segundo verbete do mesmo dicionário pesquisado, e daquele período, “pisadura no corpo por pancada, etc.” (PINTO, 1832, p. 284). Essa informação leva a crer que pode que não tivesse sido assassinato justamente por não haver marca de luta. Reforçando isso, traz a informação privilegiada do redator: “sabemos que o morto no dia anterior mandou procurar em uma loja um revolver

¹⁶⁸ Conforme definição do Dicionário da Língua Brasileira, de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832 e consultado na Biblioteca Brasileira Digital.

para comprar” (linha 9). No entanto, ressalva que “a autoridade competente tomou conhecimento do facto” (linha 7). Sobre o morto traz que era “encarregado do ‘buffet’ da Estação da estrada de F. de P. Alegre a Uruguayana” (linha 4), casado e que foi sepultado às 9 horas da manhã do dia 26 de abril, data em que circulou aquela folha. Estas informações sobre sua atividade diferem do que consta no, já citado, documento AO3 (Apêndice E), em que se salienta apenas que era “empregado de Leon Berthaud”. Tem-se aqui que são diferentes posições-sujeito discursivizando sobre o mesmo: o redator de jornal e o médico. A informação que se tem é que Leon fora proprietário de um hotel, em Santa Maria.

O detalhamento sobre a morte de Julio, que amplia a visão a respeito do falecido que lutou na guerra do Paraguai, contrasta com o breve resumo apresentado sobre Antonio, embora ambos os recortes tragam novidades sobre a vida destes falecidos. Retomando as palavras usadas por Mouillaud (2012), talvez Julio estivesse mais para “morto exclusivo” e Antonio, para “morto banal” de um “jornal quotidiano”, como define o autor.

Na edição seguinte, de 10 de maio, a família de Julio, que é identificada como “viuva e filhos”, também deixa registrado o seu discurso *sobre* a morte do ente, conforme segue na Fotografia 19. A morte aqui é justificada e notificada.



Fotografia 19 – “A pedidos” sobre a morte de Julio em “O Combatente” – 10/05/1896 (JPSap)
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

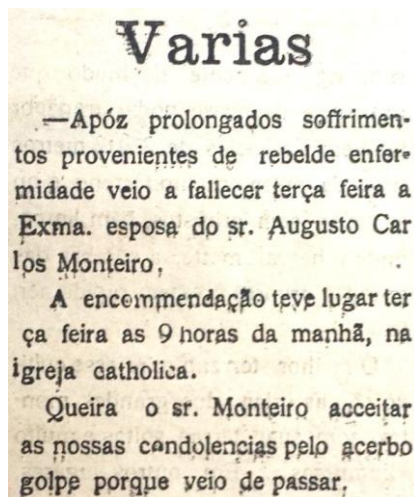
Na nota publicada “A pedidos”, que se intitula “Agradecimento” (Fotografia 19), diz-se que a viúva e os filhos utilizam do espaço do jornal por não haver outro meio capaz de alcançar a quem se deseja, para reconhecer, eternamente a dedicação. Este agradecimento é direcionado “à todas as pessoas que os acompanharam no últimos momentos de vida de seu marido e pai, assim como às que acompanharam o feretro” (linha 6). A importância dada à folha, como meio, é explícita pela intensidade do agradecimento, “do íntimo d’alma” (linha 11), que ainda classifica como “inovidáveis” (linha 12), ou inesquecíveis, os serviços prestados pelas pessoas a quem se agradece. Por ser destacado que o agradecimento é “do íntimo”, considera-se, a partir de agora, que esta é uma textualidade do domínio de privacidade. Como já fora dito anteriormente, por meio do Quadro 14, Antonio, não teve publicação de “A pedidos”.

A morte de Julia, que aconteceu no dia 19 de maio, assim como a de Julio, rendeu uma nota no mesmo jornal, de autoria, presumida, do redator (ou proprietário), enquanto domínio da imprensa, e um “A pedidos” da família, enquanto domínio da privacidade, porém público, um discurso de família, que se distancia de outros domínios, o que pode transformá-lo em uma categoria, do ponto de vista teórico. A liberdade presente na textualidade desse tipo de domínio, incluindo adjetivação não apenas ao morto mas a quem se quer agradecer e também aquele que diz, se dá em função de que, no caso que aqui é estudado, na morte, não haverá outra oportunidade mais apropriada para fazê-lo circular na cidade e/ou fora dela.

Considerando as notícias apresentadas pelas fotografias 14 e 15, as duas modalidades de discurso se diferenciam claramente, sendo que na nota da imprensa (Fotografia 20), ainda, não há menção ao nome da falecida, senão ao nome do seu marido, a quem se deseja agradecer. Afinal são os vivos aqueles que leem o jornal.

Apesar de reunir 11 linhas sobre a morte de Julia, a nota da seção “Varias” (Fotografia 20), publicada na edição de número 23, em 24 de maio de 1896, não menciona o seu nome, identificando-a como “a Exma. Esposa do sr. Augusto Carlos Monteiro” (linha 5). Esta falta, a do nome, devia ser naturalizada para a época, dadas as condições de produção visto que frequentemente se encontra menção à esposa e em menor vezes ao nome das mães nos óbitos de crianças que aparecem no arquivo de tese. Esta falta, por outro lado, pode ser lida como um deslize se fosse

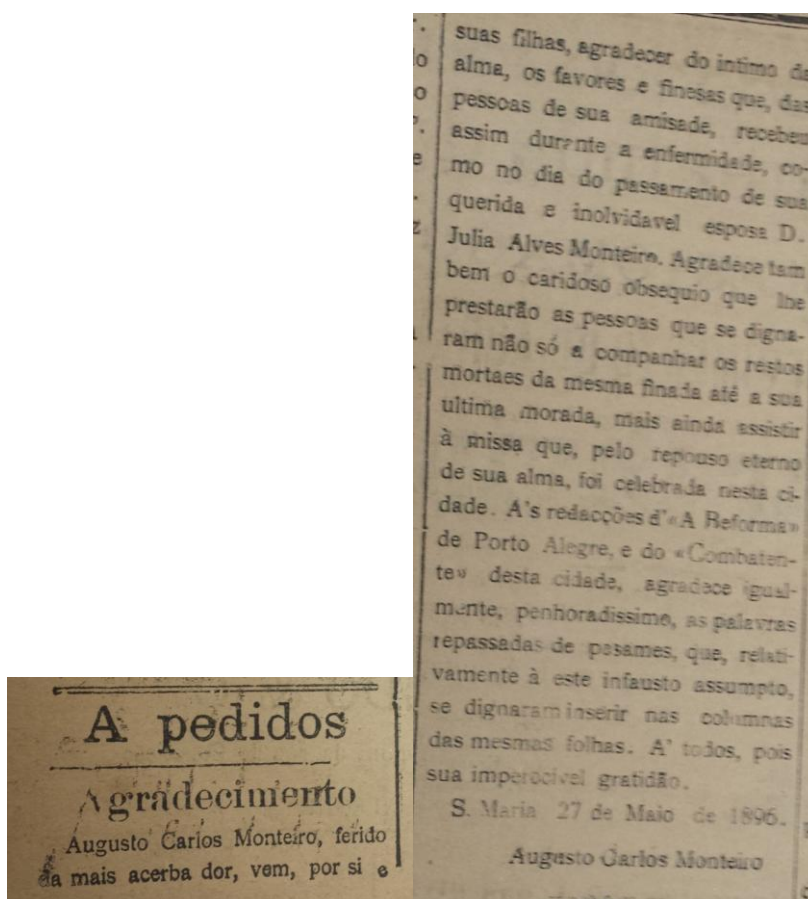
hoje, já que a mulher do século XXI tem uma presença equilibrada com o homem no seio social.



Fotografia 20 – Notícia da morte de Julia em “O Combatente” – 24/05/1896 (JAMv)
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

A leitura que se tem sobre o papel secundário da mulher brasileira até meados do século XX, e, inclusive, no final do século XIX, permite compreender que não importava o nome da falecida mas, sim, o nome de seu marido. As grandes mudanças no cenário brasileiro, no que diz respeito à mulher, só apontaram a partir século seguinte, o XX, com “transformações que se descortinaram a partir do momento em que as mulheres conquistaram espaços públicos” (MELO; MARQUES, 2000, p. 13). Wright (1890, p. 41) explica que 10 anos antes de terminar o século XIX, “quando a moça brasileira casa, conserva o nome de solteira, acrescentando o do marido, se desejar”. É o que se pensa que tenha acontecido à Julia (como o marido assina Monteiro). No caso dela, o marido é tratado como senhor na nota, de forma abreviada (“sr.”), por duas vezes em 11 linhas, a quem se denota compaixão quando destaca como “acerbo golpe” (linha 11) o que aconteceu, ou seja, a perda de sua esposa. A palavra “golpe” pode ser tomada aqui como “acontecimento inesperado” enquanto que “acerbo” dá a força e intensidade deste golpe, no caso, indicando que foi “cruel, penoso”. Na nota acrescentam-se, é verdade, alguns detalhes sobre a doença da falecida, que a abateu de forma violenta, por ser “rebelde enfermidade”; sobre sua religião, a católica; bem como sobre a encomendação do corpo e a recepção da morte na família.

Na edição seguinte de “O Combatente”, a de número 24, de 31 de maio de 1896, novamente em um domínio de privacidade, como aqui se propôs chamar no caso daquele proferido pela viúva e filhos de Julio, a família de Julia se manifesta sobre sua morte agora através do esposo da falecida, Augusto Carlos Monteiro, que é quem “assina” o “Agradecimento” (Fotografia 21). Há, na nota, a identificação de que ele “vem por si e por suas filhas” registrar algumas palavras de agradecimento para aqueles que tiveram “favores e finesas” consigo a respeito da morte de sua esposa, conforme segue na Fotografia 15, em dois trechos, sendo um a continuação do outro, nas colunas 1 e 2, num total de 28 linhas. O nome de Julia, enfim, aparece. Mouillaud (2012, p.454) já mencionava este cuidado dos entes quando ressaltava que, no jornal, “a família põe à frente seu morto, do qual se destaca o nome, sem dúvida porque é ele que é notícia, mas também porque é necessário destacá-lo do cortejo dos vivos”.



Fotografia 21 – “A pedidos” sobre a morte de Julia em “O Combatente” – 31/05/1896 (JAMap)
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

O marido da falecida inicia seu texto (Fotografia 21) afirmando que o fato, a morte em si, o deixou “ferido da mais acerba dor” (linha 4). Ele o manifesta assim para todos aqueles que lessem a folha naquela edição pudessem tomar conhecimento de seu sentimento. Mais uma vez o adjetivo “acerbo” (aqui no feminino) aparece para dar a intensidade da dor. Ele agradece àqueles que acompanharam a enfermidade e também os presentes no “dia de seu passamento” (linha 9) que envolveu, ainda, o “acompanhamento dos restos mortaes da finada até sua ultima morada, mais ainda assistir à missa que, pelo repouso eterno de sua alma, foi celebrada nessa cidade” (linha 14). O traçado religioso aparece atravessado nesse domínio de privacidade de forma bastante contundente, conferindo importância à participação social na Igreja seja para o enterramento do corpo no cemitério, chamando o túmulo de “ultima morada”, ou seja, para o “descanso” da alma, já que o que tinha de ser feito nesse sentido foi providenciado pela família, ou seja, foi encomendada uma missa.

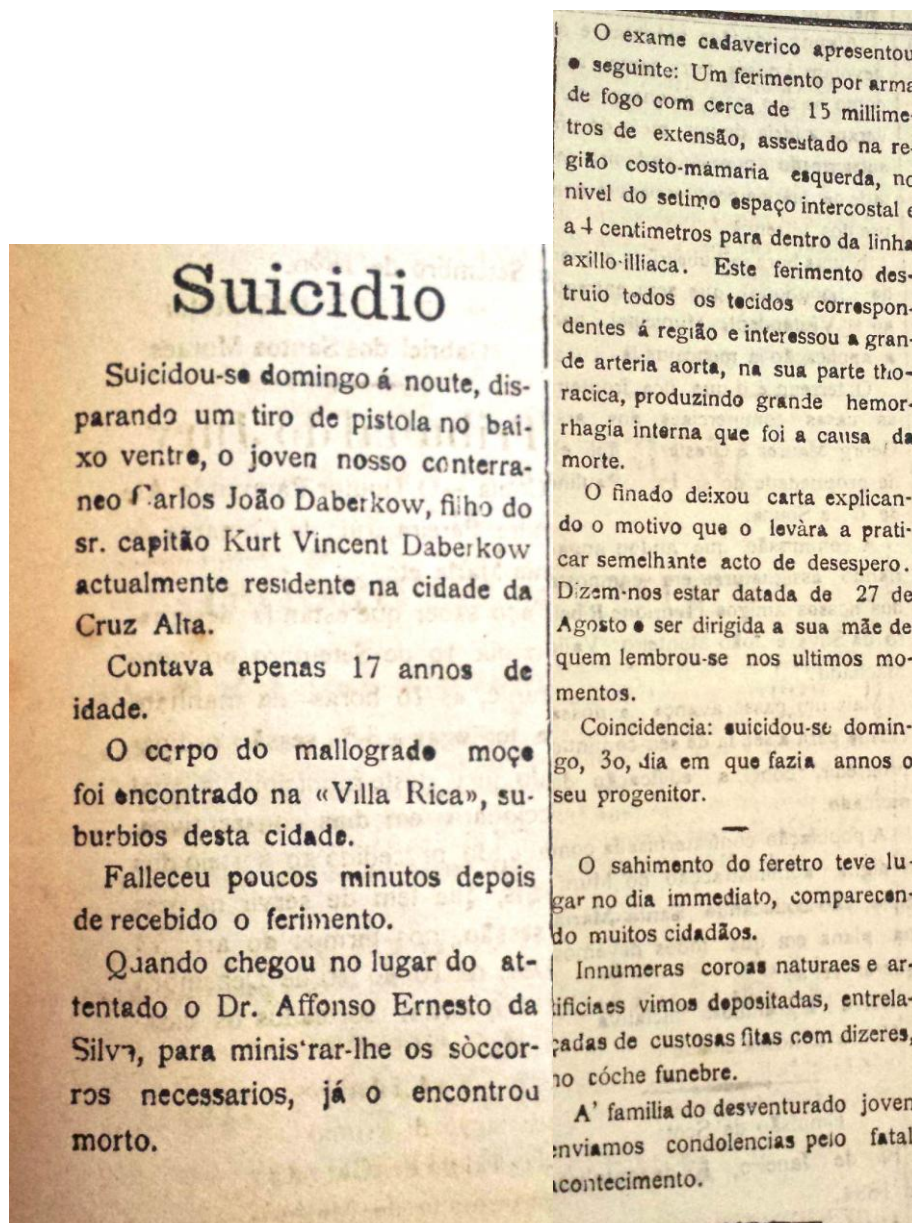
A morte é identificada pelo familiar como um “infausto assumpto” (linha 24) que, mesmo sendo infeliz, ou de mau agouro, é notícia nas folhas “O Combatente”, de Santa Maria, e “A Reforma”, de Porto Alegre a quem também se agradece. Esta menção indica que se tratava de pessoa de família conhecida não apenas em Santa Maria como também na capital da Província.

O domínio da imprensa e de privacidade, embora circulem no mesmo veículo, têm formas diferentes, sendo o primeiro puramente informativo, cumprindo a agenda de acontecimentos da cidade e, por isso, mais próximo da data do acontecimento, enquanto que o segundo busca manifestar agradecimento e marcar presença na comunidade, reforçando a morte e traduzindo sentimentos.

O fator econômico está, também, posto aqui, no caso da seção “A pedidos”, uma vez que o espaço é pago. Já na seção “Varias” o espaço dedicado vai ao encontro da notoriedade e repercussão social da morte, havendo um fator político em questão. Assim, quanto mais conhecida é a pessoa é provável que maior seria o para comunicar o fato de sua morte. Trata-se, como já disse no caso de Julio, uma maior aproximação com a morte exclusiva (MOUILLAUD, 2012). Se compararmos as três primeiras mortes aqui apresentadas o maior destaque é dado para o capitão do exército, depois para a “Exma. Esposa do sr. Augusto” e, por último, para o “mallogrado” José Gremes, sendo que é silenciado o seu nome de fato, de origem: Antonio Ognibene. Já fora mencionado nesta tese que ele era conhecido com um

nome social porém tinha outro nome de registro, de acordo com o despacho do oficial de registro no atestado de óbito da Intendência (AO1, Apêndice E).

No caso de Carlos João, a lógica de importância é outra. O fato que gerou a morte foi suicídio, o que, do ponto de vista noticioso é extremamente apelativo. A notícia de sua morte (Fotografia 22), ocorrida no dia 30 de agosto, demorou uma semana para ser divulgada, pois o Jornal circulava apenas aos domingos, mas ainda assim foi publicada na capa.



Fotografia 22 – Notícia sobre a morte de Carlos em “O Combatente” – 06/09/1896 (CJVn)
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

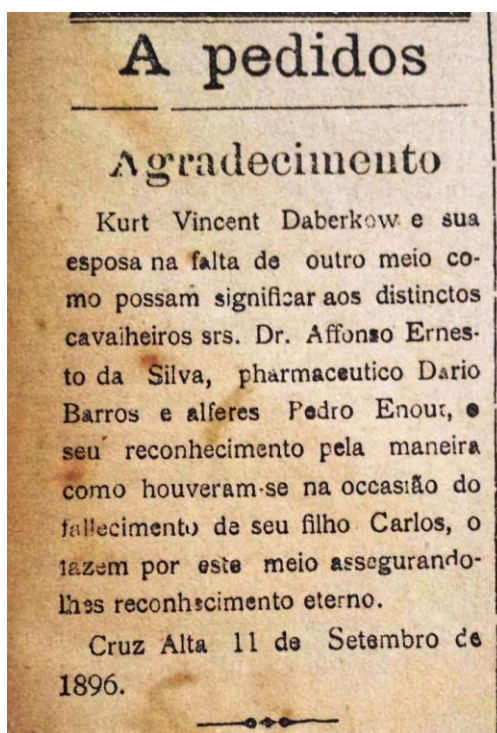
A notícia, cujo título é “Suicídio” (linha 1), apresenta, nas suas 54 linhas, a descrição do fato, dá dados do morto, da morte, trata do fazer do médico no exame do cadáver e discorre ainda sobre o enterro. Sobre o “malogrado moço” (linha 11), “desventurado morto” (linha 53), salienta-se o fato dele ser filho de um capitão do exército que residia em outra cidade (Cruz Alta, RS, distante cerca de 130 Km de Santa Maria), de o suicídio acontecer no dia do aniversário do pai, o que foi qualificado pelo redator como “coincidencia” (linha 42), e de ter deixado uma carta à mãe, datada de três dias antes de se matar, onde explicava o motivo. A descrição da participação do médico na cena do crime, que “já o encontrou morto” (linha 19), bem como informações sobre o “exame cadaverico” (linha 21), que indica o ferimento de bala no peito, é minuciosa, como que tivesse sido simplesmente copiado de um laudo médico, contando com informações específicas sobre a posição do ferimento em relação as costelas: “a 4 centímetros para dentro da região axillo-illiac” (linha 27); e a causa da morte: “hemorragia interna” (linha 32).

Lopes (2014, p. 45) defende que o suicídio, “ato considerado antinatural, fruto de uma mente confusa, doentia e em desequilíbrio, ato estigmatizado, concebido a partir de referências ao mal, ao erro, à doença e ao desespero”, tem seus vestígios em uma “diversidade de indícios, pistas e rastros, em documentos que, nas últimas décadas, ganharam prestígio e legitimidade científicos e acadêmicos”, como é caso da imprensa, citada por ele, assim como carta, a literatura e outros documentos, que são vistos de modo amplo, como fonte. Os detalhes da morte e de sua repercussão dados pelo recorte deste veículo da imprensa santa-mariense apresentado na Fotografia 23 não são encontrados hoje em nenhum outro local. Nem mesmo o atestado de óbito (CJV1, Apêndice E), fornecido pelo mesmo médico que esteve na cena da morte, Affonso Ernesto, dá esta descrição. No documento ele restringe-se a mencionar que o morto foi “victimado por arma de fogo”, sem, sequer citar a palavra “suicídio”.

Lopes (2014, p. 46) remete que “discursos historicamente imbuídos de poderes sobre a vida e os corpos [...] modificam [entre o fim do século XIX e início do século XX] os meios e as estratégias de produzir e garantir vidas ordenadamente desejadas, esquadrihadas”. O suicídio é a quebra dessa regularidade do viver, necessitando regulação das instituições, do Estado, com o estudo e medidas para compreender o que foi debatido enquanto “fenômeno”. O suicídio é a desordem, onde os pais enterram os filhos sendo, também por isso, antinatural, como é o caso

de Carlos. Há também a questão religiosa, em que, segundo a ideologia Cristã, apresentada na Bíblia no primeiro Livro de Samuel (2: 6), somente Deus pode dar e tirar a vida sendo, por isso, uma quebra, também, com o poder religioso.

Na semana seguinte, a família se manifesta a respeito do ocorrido (Fotografia 23) através de um “Agradecimento” publicado no Jornal na seção “A pedidos”.

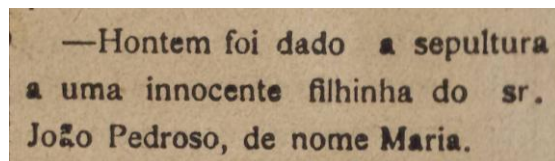


Fotografia 23 – “A pedidos” sobre a morte de Carlos em “O Combatente” – 13/09/1896 (CJVap)
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

O “A pedidos”, escrito desde Cruz Alta pelo pai, de quem se anuncia o nome completo, e da mãe, somente assim referida, é bastante discreto. Não menciona, tampouco, a palavra suicídio, mas o trata como “ocasião do fallecimento” (linha 9), aquele que foi o momento da morte do “filho Carlos” (linha 10). O texto evidencia agradecimento ao médico, ao farmacêutico e ao alferes, nominando-os, que “houveram-se” (linha 9) na dita ocasião, “asegurando-lhes reconhecimento eterno” (linha 11). Os pais se restringem ao agradecimento, referindo-se aos três homens como “distintos cavalheiros” (linha 4), dizendo ser o Jornal “o meio” (linha 11)

escolhido para tal manifestação, “na falta de outro meio como possam significar [...] seu reconhecimento” (linhas 3 e 8).

Maria Pedroso é uma das quatro crianças que fazem parte do *corpus*. Ela morreu, provavelmente¹⁶⁹, em 25 de setembro de 1896 e tem, também, sua morte destacada em O Combatente (Fotografia 24).

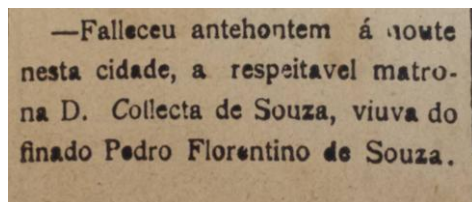


—Hontem foi dado a sepultura
a uma innocente filhinha do sr.
João Pedroso, de nome Maria.

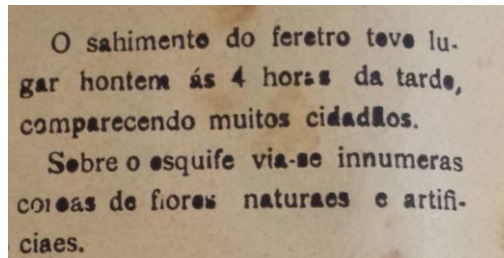
Fotografia 24 – Nota sobre a morte de Maria em “O Combatente” – 27/09/1896 (MPv)
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

A nota, da seção “Varias”, sobre a morte de Maria é curta, com apenas três linhas, mas não é a menor de todas. No entanto, neste pequeno espaço a menina é relacionada à fragilidade ao apresentá-la como “filhinha do sr. João Pedroso” (linha 2). O foco da nota é o enterro, com a expressão “foi dado a sepultura”, sendo que a criança é referida como “innocente”. Apesar de não haver nenhum outro dado, no cruzamento com os documentos do *corpus* encontra-se a informação de que a mesma tinha 2 meses de idade (MP1, Apêndice E).

Collecta de Souza, falecida em 18 de setembro, é a primeira das duas viúvas que aparecem no *corpus* a ter sua morte discursivizada em O Combatente. A Fotografia 25 ilustra a forma como sua morte foi registrada nas linhas do Jornal pesquisado.



—Falleceu antehontem á noite
nesta cidade, a respeitavel matrona
D. Collecta de Souza, viuva do
finado Pedro Florentino de Souza.



O sahimento do feretro teve lugar
hontem ás 4 horas da tarde,
comparecendo muitos cidadãos.
Sobre o esquife via-se innumerables
cores de flores naturaes e artificiaes.

Fotografia 25 – Nota sobre a morte de Collecta em “O Combatente” – 20/09/1896 (CSv)
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

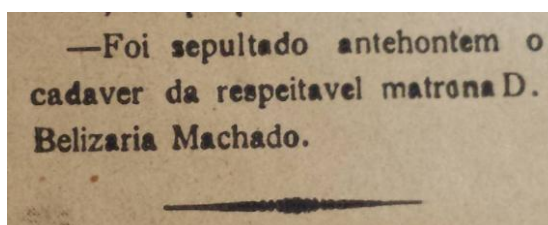
¹⁶⁹ Há divergência quanto ao dia da morte em um dos três documentos de Maria que fazem parte do *corpus* empírico. Como o Jornal circulou em 27/09 e é dito que “Hontem foi dado a sepultura”, o que significa dia 26, sábado, é mesmo provável que ela tenha morrido no dia 25 e não como no dia 22, conforme consta no documento MP2 do Apêndice E.

Também em uma nota da seção “Varias”, a morte de Collecta aparece no Jornal e apesar de ser das maiores (apenas 10 linhas), traz informações, por exemplo, sobre o “finado” (linha 4) esposo (Pedro Florentino de Souza) cujo nome aparece nos três documentos sobre sua morte: o da Intendência, o da Arquidiocese e o do Cartório. Na nota, são comentados o enterro e as homenagens.

A “respeitavel matrona D. Collecta de Souza” tem pompa na sua apresentação, porém apesar de a designação poder ser substituída pela palavra mãe não há uma relação direta com ter filhos, pois não há referência sobre sua existência, ao menos da nota e nos documentos pesquisados. Acredita-se, portanto, que o sentido de “matrona” pode ser outro, relacionado aqui com ser uma dama da, hoje chamada, terceira idade uma vez que era sexagenária. O “respeitável” que acompanha “matrona” oferece uma direção para o sentido.

Já foi mencionado anteriormente que não há informações sobre a prole nos 36 documentos do *corpus*. Isso somente é mencionado nos “A pedidos” publicados em O Combatente para pelo menos dois dos quatro mortos que eram casados quando faleceram (Julio e Julia), porém não se revela se são “legítimos”, “naturais” ou “reconhecidos”, nem mesmo quantos são, seus nomes ou idades, conforme pede o Decreto nº 9.886 (BRASIL, 1888).

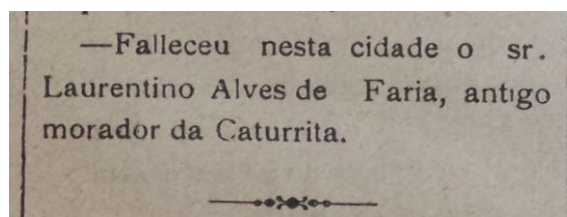
A outra viúva do *corpus*, Belisaria Maria da Rocha, assim como Collecta, tem registro de sua morte no Jornal (Fotografia 26), porém com um nome diferente: “Belizaria Machado” (linha 3). Ela também é chamada pelos redatores do Jornal de “respeitavel matrona”, compreendendo que o uso desta palavra pode ser tomado da mesma forma.



Fotografia 26 – Nota sobre a morte de Belisaria em “O Combatente” – 15/11/1896 (BMRv)
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Belisaria morreu em 12 de novembro e o registro em O Combatente de quem foi em vida¹⁷⁰ é praticamente nulo, somente restando o nome (errado) e a data do sepultamento de seu “cadaver” (linha 2), além de sua designação como “matrona”. Aqui nota-se uma inscrição de relações de poder naquela sociedade de fim de século XIX.

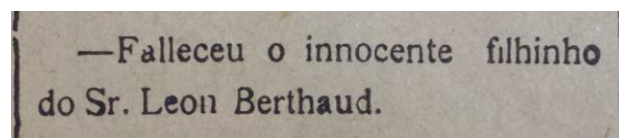
Laurentino Alves de Faria faleceu em 29 de outubro e teve sua morte na folha O Combatente em 1º de novembro (Fotografia 27).



Fotografia 27 – Nota sobre a morte de Laurentino em “O Combatente” – 1º/11/1896 (LAFv)
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Também tendo o seu registro em nota da seção “Varias” com apenas três linhas, a informação que é passada é restrita, igualmente a de Belisaria. Além do nome apenas é dito que era um “antigo morador da Caturrita” (linha 2), relacionando o falecido com o bairro onde era conhecido na cidade.

O menor texto noticioso publicado em O Combatente sobre as mortes do *corpus* (Fotografia 28) é de Jeanne Berthaud, falecida 13 de outubro enquanto criança, assim como Maria, que também teve sua morte nas páginas do Jornal. O ocorrido aconteceu quando Jeanne tinha a idade de 6 meses (JB1, Apêndice E).



Fotografia 28 – Nota sobre a morte de Jeanne em “O Combatente” – 18/10/1896 (JBv)
Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

¹⁷⁰ No próximo subitem será apresentado o inventário *post mortem* de Belisaria, o único encontrado considerando o *corpus*. Negando a suposição feita de que poderia ser que ela não tivesse filhos apesar de ter sido chamada de “matrona”, no inventário é apresentada uma lista com os nomes de seus filhos, em número de 10.

O nome de Jeanne sequer aparece na restrita nota da seção “Varias” de O Combatente. Assim como Maria, ela é designada como “innocente filhinho”, porém o gênero fica divergente daquele apresentado nos documentos do *corpus* (JB1, JB2 e JB3, Apêndice E). Retomando o sentido de “innocente”, este adjetivo pode estar associado a uma questão religiosa, em que se pensa que aquele que é inocente não é culpado, ou ainda é puro ou ingênuo. De outro modo, pode também ser tomado como sinônimo de infantil.

5.4.3 A maçonaria

O arquivo de uma das lojas maçônicas que existiam em Santa Maria no ano de 1896 foi considerado como uma opção de local de pesquisa tendo em vista que foi feita uma menção à loja Paz e Trabalho em uma das notícias de jornal sobre os óbitos que compõem o *corpus* empírico (ver a, já apresentada, Fotografia 17). A notícia tinha informações sobre o acompanhamento do caixão com a presença de representação de membros desta sociedade secreta, e dessa mesma loja.

Enquanto entidade social, a maçonaria é uma ordem, uma associação de pessoas que está presente em diversos países do mundo. Trata-se de uma fraternidade ou, ainda, “uma irmandade” (COUTO, 2005, p. 12). No Brasil, a maçonaria começa com a fundação da primeira loja, em 1787, em Salvador, sob o nome de Cavaleiros da Luz (COUTO, 2005, p. 25). Os membros da maçonaria possuem uma espécie de constituição (as *landmarks*) que tem em si a sua filosofia, os seus “marcos” (COUTO, 2005, p. 14). Assim os irmãos, como se chamam entre si os seus membros, se empenham em estudos de aperfeiçoamento sobre a problemática das relações do homem com o universo baseada em forte simbologia e em ritos de natureza secreta.

De acordo com a *home page* da potência Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), que congrega várias lojas do Estado, trata-se de “uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista”¹⁷¹. Muitas vezes é

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.gorgs.org.br>> Acesso em 30 mar. 2015.

confundida com religião, porém não se enquadra como uma. De acordo com Vécio (2001, p. 121), que pesquisou no arquivo da GORGS, a “potência maçônica” GORGS foi criada em 1893, em meio à Revolução Federalista, sendo esta autônoma em relação a que já existia no Brasil. “A defesa do processo de secularização da sociedade [...] contribuiu para que muitos maçons estivessem presentes nos principais movimentos políticos e sociais do Brasil e do Rio Grande do Sul” naquela época (VÉSCIO, 2001, p. 121).

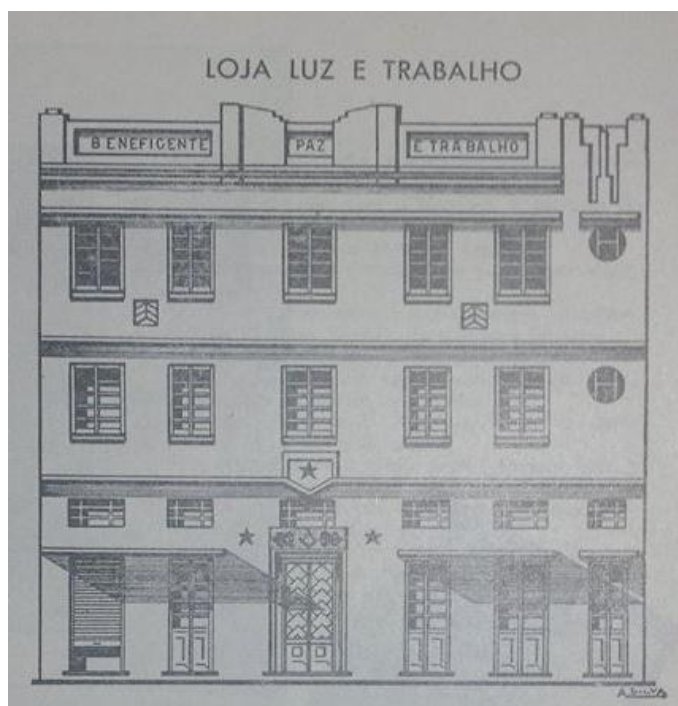
Na obra publicada por Costa (1922, p. 206) há a afirmação que em Santa Maria “predomina a religião catholica, havendo, no entanto, considerável numero de evangelicos, methodistas, protestantes, espíritas e maçons que formam os seus núcleos”. Claramente o autor coloca a maçonaria lado a lado com religiões, porém, de acordo com Couto (2005, p. 12), “em nenhum momento seus membros se autodefinem como praticantes de uma religião”, embora não possam ser ateus para se habilitarem a ser um maçom. “O sentimento predominante em qualquer candidato é sua capacidade de ser íntegro e honesto”, complementa o autor, além de crer em Deus, que é chamado de “Grande Arquiteto do Universo” (COUTO, 2005, p. 12).

Na notícia do jornal “O Combatente” de número 20, do dia três de maio, ao descrever o ocorrido quando da morte de Julio Placido Soveral, há um destaque para o fato de que no “sahimento do feretro fez-se representar [...] uma comissão da loja ‘Paz e Trabalho’”. Pela semelhança do nome com uma loja maçônica que existe hoje em Santa Maria, optou-se por realizar uma pesquisa junto à Luz e Trabalho¹⁷², filiada à Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Esta loja tem esse nome desde 1906, sendo que a loja que se desejava pesquisar o acervo, Paz e Trabalho, teve atividades somente até início do século XX.

A Luz e Trabalho, ainda em atividade em Santa Maria e bastante conhecida por estar em frente à praça principal da cidade, a Saldanha Marinho, no centro, foi criada a partir de outras lojas da cidade. Contribuíram para isso, pelo menos três lojas extintas: a Boca do Monte, a Paz e Trabalho (nome adotado a partir de 1894) e a Luz e Fraternidade, criada em 1898 “por iniciativa de irmãos desta Loja’ [da Paz e Trabalho]” (ÁLBUM, 1958, p. 125). Por ser uma espécie de continuidade dessas

¹⁷² A loja Luz e Trabalho tem sede na rua Venâncio Aires, nº 1954, Centro, Santa Maria, RS, Além dela, há, ainda, filiadas à GORGS, em Santa Maria, as lojas Rui Barbosa 3º, União e Trabalho e Honra e Verdade. Disponível em: <<http://www.gorgs.org.br/index.php?sec=institucional&page=lojas&tipo=1>> Acesso em: 30 mar. 2015.

lojas, a Luz e Trabalho (Fotografia 29) tem data de fundação em 29 de novembro de 1874, data esta que foi apropriada da fundação da loja mais antiga das três, a Boca do Monte. Vécio (2001, p. 119) explica que o início da maçonaria do Rio Grande do Sul “remonta à década de 1830” e que, apesar de haver controvérsia na data, a primeira loja maçônica do Estado teria sido criada em 1831 em Porto Alegre, consolidando na segunda metade do século XIX¹⁷³.



Fotografia 29 – Gravura da fachada da loja Luz e Trabalho

Fonte: Álbum ilustrado comemorativo do 1º centenário de emancipação política do município de Santa Maria (1958, p. 125)

Beltrão (2013 [1958], p. 464) refere que a mudança de nome para Paz e Trabalho, que ocorreu em 6 de agosto de 1894, se deu porque este indica “um programa” enquanto que o outro nome designa apenas um lugar, sendo “inexpressivo” e, portanto, necessário que fosse modificado.

¹⁷³ Vécio cita o levantamento apresentado por Dienstbach (1993), em que comenta o fato de que de 1867 até 1892 “foram fundadas cinquenta lojas [maçônicas] no Rio Grande do Sul” (VÉSCIO, 2001, p. 121). Este número conta com a loja santa-mariense “Boca do Monte” citada nesta tese devido à data de fundação da mesma (1874) ser um marco para a loja, entre as aqui citadas, que perdura na cidade: Luz e Trabalho.

Em março de 2015 foi agendada e realizada uma visita à loja Luz e Trabalho que tem a documentação referente ao período em que se chamou Paz e Trabalho. No setor de arquivo, foram pesquisados alguns documentos de 1896 porém nada foi encontrado sobre Julio Placido Soveral. No acervo há fichas de óbitos no entanto nenhuma é tão antiga. Somente têm dados de nascidos no final do século XIX e mortos já no século XX. Mesmo assim, como estão em ordem alfabética pelo primeiro nome, foram feitas buscas pela letra J, inicial de Julio, e também de José, o outro falecido que tem documentos que fazem parte do *corpus* empírico, e nenhuma ficha deles havia ali. Como o nome de registro de José é Antonio, também procurou-se na letra “A”, mas nada foi encontrado. Não foi procurado o nome de Julia pois a maçonaria, tradicionalmente, não admite mulheres, “é uma sociedade prioritariamente feita para homens” (COUTO, 2005, p. 58). Embora haja interesse e até mesmo lojas só para mulheres desde o século XVIII, especialmente na França (COUTO, 2005, p. 61), essa vertente não atingiu a loja em questão.

Com respeito a documentos referentes a condolências que estivessem presentes no acervo encontrado nas dependências da loja Luz e Trabalho, considerando que poderia haver menção de alguns nomes de interesse, nada há também do ano de 1896, somente depois de 1925, de acordo com a informação que consta no espelho da caixa-arquivo visualizada com esta subclasse.

Como o acervo da loja é privado, e tem um nível de sigilo pela própria natureza da organização, nenhum registro pode ser encontrado sobre os nomes de falecidos aqui citados, ou seja, nenhum dos que tiveram suas mortes noticiadas no “O Combatente” no mês de maio de 1896 aparecem como maçons, nem mesmo o marido de Julia. Não é permitido tomar conhecimento do conteúdo das atas pois há um juramento, feito por aqueles que participam das atividades, de não corromper e desrespeitar “o segredo maçônico” (COUTO, 2005, p. 15). As atas são resultado dos encontros realizados pelos grupos, com sua descrição, e como documento oficial marca esse momento ritual como registro. Mesmo não havendo retorno com dados para a tese, de modo direto, indiretamente há um contributo uma vez que a ausência de informação e a dificuldade de acessá-la, por ser a maçonaria uma sociedade secreta, também é, aqui, considerada como de interesse.

5.4.4 O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)¹⁷⁴ é um arquivo público de nível estadual cujo acervo está abrigado em um prédio histórico do centro da capital gaúcha concluído em 1912 e construído a partir de um projeto de um arquiteto francês especialmente para ser um arquivo, o que o diferencia dos demais prédios de arquivo. O APERS foi fundado em 1906¹⁷⁵ e conta com documentação relativa aos poderes executivo, legislativo e judiciário além de documentos dos tabelionatos e de registro civil. Hoje há um complexo de três prédios que contemplam a documentação de três sessões: documentação administrativa, arquivo histórico e geográfico e arquivo forense. É a este último grupo de documentos que pertencem os inventários *post-mortem*, juntamente com os registros civis já recolhidos ao acervo.

Em 1914, advogado Heitor Pereira de Nonohay fez uma resenha sobre “O Fôro” de Santa Maria para a Revista do [falso] Centenário, afirmando que desde 1909 a cidade tinha maior agitação no “fôro” mas que até ali “o movimento forense em Santa Maria era simples, uniforme, isocrono. As questões eram raras; poucos processos. Discutia-se sobre propriedade e posse; faziam-se inventários” (NONOHAY, 1914, p. 104). A partir desta afirmação pode-se inferir que era possível que algum inventário era feito na cidade já em meados 1896, visto que, pelas palavras do advogado, parece rotineiro o serviço forense prestado no início do século XX.

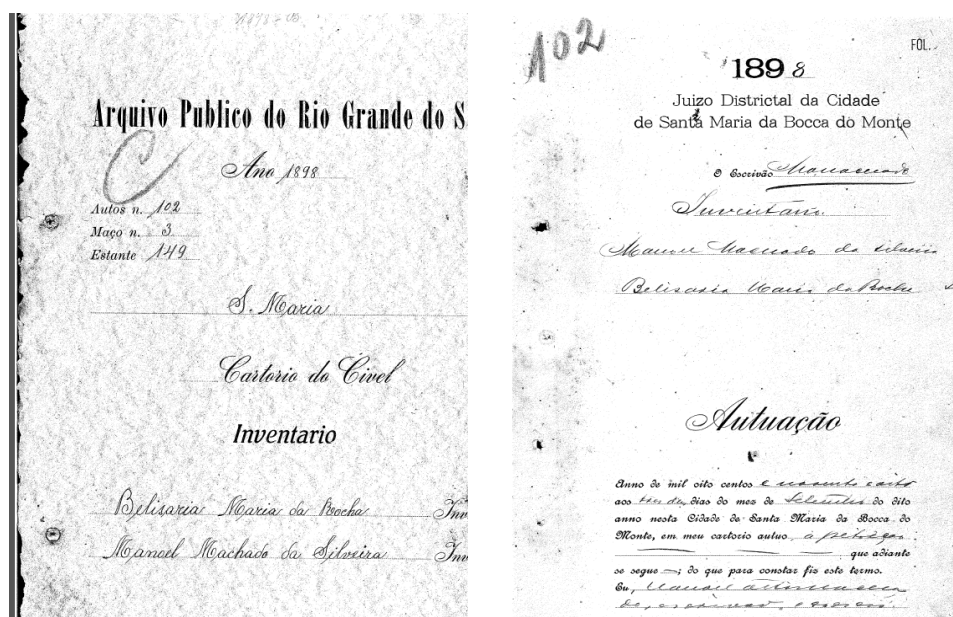
Segundo Furtado (2013, p. 93), assim como os testamentos, os inventários “são produzidos no contexto da morte de uma pessoa [...] contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade

¹⁷⁴ O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul é parte da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos, ligado, portanto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ele está localizado na rua Riachuelo, 1031, Bairro Centro, Porto Alegre, RS. A diretora do Arquivo é a arquivista Débora Flores. Não é necessário pagar para realizar pesquisas no local. Além da visita física, há a possibilidade de acessar um balcão virtual, de modo remoto, através de acesso a sua página na internet.

¹⁷⁵ Disponível em: <www.apers.rs.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2015.

onde ele viveu”. Foi com vistas a esta riqueza de detalhes e com a ideia de que este material poderia colaborar com a presente pesquisa de tese que em setembro de 2015 foram feitos contatos telefônicos e via *e-mail* na tentativa de obter informações sobre estas duas tipologias documentais também relacionadas à morte. Este contato direto¹⁷⁶ foi necessário, uma vez que no balcão virtual disponível na página do APERS na internet nada havia sido encontrado, apenas a referência da possibilidade da existência de documentos dessa natureza. Dos 12 mortos do *corpus*, apenas um, Belisaria Maria da Rocha, tinha informações no APERS e somente em forma de inventário.

O inventário *post-mortem* de Belisaria data de 1898 e a grande maioria das 71 páginas é manuscrita, com exceção da capa e folha de rosto (Fotografia 30) e o formulário com a taxa de heranças e legado, localizado mais ao final do inventário.



Fotografia 30 – Primeiras páginas do Inventário de Belisaria Maria da Rocha
Fonte: Reprodução da cópia digital dos originais que pertencem ao APERS

¹⁷⁶ O primeiro contato com o APERS para esta solicitação foi uma ligação telefônica ao setor de pesquisa, no dia 18 de setembro de 2015, seguido de um *e-mail* com a lista de nomes dos mortos que fazem parte do *corpus* empírico da tese. Foram contatadas duas servidoras, até que se obteve a informação sobre a existência de algum inventário. A cópia digital, do processo original preservado no APERS, foi repassada, via *e-mail*, uma semana depois, no dia 24 de setembro de 2015. Em 22 de setembro de 2015 foi enviado, por *e-mail*, o Termo de responsabilidade referente à consulta feita e o mesmo foi devolvido preenchido no dia seguinte, também por mensagem eletrônica para uma das servidoras.

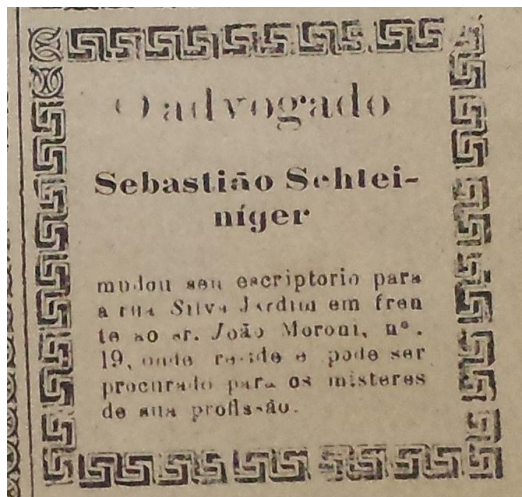
Grande parte dos documentos é redigida pelo escrivão, havendo documentos incluídos por juntada¹⁷⁷ provenientes da família, do advogado, do juiz, entre outros autores. O primeiro documento data de 3 de setembro de 1898, e trata-se de uma petição para que se proceda ao inventário de bens e faça o juramento do inventariante, um dos filhos de Belisaria. Até então não havia, nos documentos e no recorte do Jornal, a informação de que ela era mãe, apesar de ser chamada de “matrona” pelo discurso da imprensa. No entanto, pelo que se pode ver no documento anexado ao inventário denominado “Título de herdeiros” (página 5), Belisaria tinha 10 filhos: cinco homens e cinco mulheres. Estas, com exceção de uma, Maria Luisa, que tinha 38 anos e era solteira, são representadas no inventário por seus maridos, indicados como “cabeças de suas mulheres” (página 10). É por isso que além de ser a “inventariada”, Belisaria é designada ao longo do processo como “mãe e sogra” (página 9).

No juramento, prestado pelo inventariante Manoel Machado da Silveira em 5 de setembro (página 4) no cartório ao Juiz Districtal Ernesto Marques da Rocha, o filho declara que “sua mãe faleceu a treze de novembro de 1896, deixando alguns bens” objeto da partilha. De acordo com as informações encontradas nos documentos sobre Belisaria no *corpus* empírico (BMR1, BMR2 e BMR3, Apêndice E), ela faleceu em 12 de novembro de 1896, e não “treze de novembro de 1896”, como consta no inventário dela. Manoel não assina o documento por não saber escrever, assinando, a rogo, o cidadão Sebastião Schleiniger¹⁷⁸. Este cidadão, identificado como advogado, é outorgado como procurador na causa, de acordo com a “Procuração *apud-acta*” (página 7), através da qual ele pode “representar-o em todos os termos do presente inventario, para o que ele concede todos os direitos

¹⁷⁷ Documentos anexados ao processo.

¹⁷⁸ De acordo com Nonohay (1914, p. 105) estavam atuando como advogados, naquele ano, no “fôro” de Santa Maria 10 homens. Destes, cinco são referidos como “doutores”, incluindo o próprio Heitor Pereira de Nonohay. Entre os demais está, como terceiro mais antigo entre os 10, “Sebastião Sekleiguer”. Aventa-se, aqui, a hipótese de tratar-se da mesma pessoa, não havendo, porém, outra referência sobre este cidadão. O sobrenome Schleiniger foi assim lido pelas assinaturas do mesmo advogado e por sua citação pelo escrivão do inventário *post-mortem* analisado. De acordo com o pesquisador, arquiteto e professor José Antonio Brenner, o nome do advogado “era Schleiniger, na verdade Sebastian, pois era imigrante suíço. Mas aqui era chamado de Sebastião. Era o pai do famoso fotógrafo Venancio Schleiniger, que tantas e valiosas fotos nos deixou”. BRENNER, José Antonio. **Schleiniger** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fernanda.pedrazzi@gmail.com> em 16 out. 2015.

per, digo, todos os poderes permittidos em direito”. A Fotografia 31, apresentada a seguir, é uma propaganda do advogado publicada no jornal O Combatente no ano de 1896.



Fotografia 31 – Anúncio do advogado Sebastião Schleiniger em “O Combatente” –13/09/1896
 Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Assim como fez o advogado Schleiniger, era praxe, na época, a publicação de anúncios de outros advogados e médicos em O Combatente. No Anexo C são apresentados os exemplos de notícias e anúncios de médicos do final do século XIX em Santa Maria. Já o anúncio do advogado indicado para representar os filhos de Belisaria dá conta de informar ao leitor do Jornal que ele mudou-se para a rua Silva Jardim (rua ainda existente na cidade, bastante central) “onde reside e pode ser procurado para os misteres de sua profissão” (linha 7).

Como é de se imaginar, o inventário tem como foco os bens de Belisaria, havendo longa discussão. O “Auto de descrição de bens” (página 6), cita como de sua propriedade uma casa construída de material e coberta de telhas, com “cosinha, laranjeiras, um pequeno potreiro e seguindo duas quadras, servindo parte ‘elle para lavoura que se acha cercado de valles, cerca de varejões e o resto do potreiro em aberto” bem como um terreno, herdado de seus pais, na rua Floriano Peixoto “todo em aberto”. Os bens são avaliados cerca de um mês depois do início do processo, tendo a casa e sua área um valor de, pelo menos, quatro vezes o terreno. Um mês mais tarde entram na partilha os bens de filhas falecidas: duas partes de um campo entre os arroios do Arenal e Ferreira, e uma parte em uma chácara na Caturrita, fruto

do inventário do pai, anteriormente falecido. O Collector do estado também dá vistas ao inventário, não concordando com a descrição e os valores estipulados pelos avaliadores. Entre os documentos que são anexados aos autos está uma declaração (página 38), do pagamento feito pelo inventariante para o senhor José pelo “serviço e material feito no simisterio para falecida Bilizaria Maria da Roxha”.

O “Auto de partilha” está apresentado na página 41 e traz, nos pagamentos previstos Manoel, o inventariante, a expressão “de sua legitima materna” (página 43), referindo-se a Belisaria. No caso dos herdeiros Affonso, João, Maria Cândida, Maria Luisa, Maria Fausta, José, Maria José, Julia e Maximilio ela aparece como “sua legitima”. Os últimos documentos datam de 31 de agosto de 1899, ou seja, três dias antes de completar um ano de processo, com o cálculo dos custos do mesmo e, na sequência, o Recebimento dos autos.

O estudo do inventário de Belisaria agrega na compreensão do discurso *sobre* a morte empreendido nesta tese, pois traz: 1) a forma como ela era designada, sendo a “inventariada”, “mãe e sogra”, “falecida mãe”, “a legitima materna”; 2) uma nova informação sobre a existência de filhos (e não apenas os 10 que estavam citados na partilha mas, contando com as duas já falecidas), 12 ao longo da vida; 3) a problemática ao redor do fato morte, que gera um movimento no mundo do vivos, dos que ficaram, pois estes “brigam” por seus interesses através das informações que reúnem sobre os bens deixados; 4) as relações sociais envolvidas, nas quais as filhas da falecida tinha os maridos como cabeça; 5) o funcionamento do estado e da máquina pública que já no final do século XIX cobrava, e bem, por seus serviços; 6) o andamento da constituição das profissões no Brasil daquele tempo, sendo citados não apenas o “juiz districtal” e o escrivão, como também o “collector”, o advogado, entre outros citados ao longo do inventário.

Bacellar (2014 [2005], p. 36) discorre sobre as fontes judiciárias, como é o caso do inventário, destacando a sua importância e acrescentando ao que já foi aqui citado o fato de que “sua análise vem possibilitando a compreensão de como o patrimônio familiar era transmitido”. Além disso, por meio do inventário é possível diferenciar “os níveis de riqueza e ostentação” (BACELLAR, 2014 [2005], p. 36). Considera-se que o inventário de Belisaria dá conta de uma vida com propriedade mas sem grande ostentação, já que no próprio texto do “Auto de descrição de bens” (página 6) é dito que, a casa, possivelmente onde residia, tem “cinco repartições das quaes é somente assoalhada e forrada a sala e um quarto anexo a mesma sala”.

Embora pudesse ser comum o uso de outros materiais mais simples no final do século XIX, o advérbio “somente” indica que esse tanto era pouco, que poderia ser tudo.

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DO *CORPUS* DISCURSIVO: UM GESTO ANALÍTICO

Após discussão sobre a formação do arquivo de tese e das escolhas para a eleição de um *corpus* empírico, é o momento de criar um *corpus* discursivo que dê conta da análise aqui empreendida, considerando as questões da pesquisa, já mencionadas. É este trabalho que se apresenta a seguir.

6.1 Antecedentes da constituição de um *corpus* discursivo

A partir de então é possível que se proceda à construção do *corpus* discursivo, ou seja, que se obtenha, enfim, um *corpus* de análise capaz de dar conta da questão analítica da pesquisa: “No que se diferenciam as textualidades, que contemplam o discurso *sobre* a morte, disponíveis em arquivos-instituição pesquisados?”.

É aqui definido um campo discursivo de referência que, de acordo com Indursky (2013 [1997], p. 60) trata-se de um “espaço discursivo, a partir do qual o *corpus* discursivo, propriamente dito, será construído, através de sucessivas ‘coletas’”. As sequências discursivas (chamadas de SD) são fruto deste trabalho e são capazes de oferecer ao analista os meios para situar sua análise, “num verdadeiro gesto analítico o que pertence a um determinado *corpus* discursivo e o que dele está excluído” (INDURSKY, 2013 [1997], p.60). Como já salientado ao longo de todo o trabalho, o campo discursivo de referência é constituído pelo discurso *sobre* a morte, num período cronológico que vai desde a primeira morte aqui estudada (25 de abril de 1896) até o último documento do inventário *post-mortem* localizado (31 de agosto de 1899).

O conjunto das SD é que se constitui, aqui, como objeto de análise considerando, para tanto, a Análise de Discurso de linha francesa, apoiada, de

forma basilar, no que foi posto por Pêcheux em sua produção do conhecimento até os primeiros anos da década de 1980.

Orlandi (2010 [1999], p. 70) afirma que “o leitor deve-se relacionar com os diferentes processos de significação que acontecem num texto. Esses processos, por sua vez, são função da historicidade” para que se possa compreender um texto observando como ele funciona. Há ainda que se retomar Orlandi (2010 [1999], p. 82) atentando que ela alerta para o fato de que na análise de discurso “há sempre no dizer um não-dizer necessário”. O silenciamento, segundo Orlandi, é uma outra forma de trabalhar o não dito (2010 [1999], p. 83).

A base para o excerto das sequências discursivas vem dos 36 documentos de arquivos: doze atestados apresentados para a Intendência, doze registros na Catedral católica da cidade, doze registros no Cartório de Santa Maria; também contribuem como materialidade os 13 registros textuais sobre as mortes do *corpus* encontrados no jornal “O Combatente”: sendo oito deles notas jornalísticas da seção “Varias”, duas notícias e três “A pedidos”; finalmente é considerado, ainda, um inventário *post-mortem*.

Pode-se dizer, ao observar o *corpus* empírico, apresentado no Capítulo 5, que as textualidades visualizadas no espaço discursivo considerado são de cinco tipos correspondendo a diferentes domínios. “A tipologia tem uma função metodológica fundamental de sistematização dos diferentes discursos” (ORLANDI, 2011, p. 234) e é por isso que ela é aqui destacada. Os excertos serão retirados de pelo menos cinco domínios discursivos, que, uma vez que tocam a questão da morte, são aqui entendidos como:

1. Médico – aquele que está presente no atestado de óbito e que é parte do fazer do médico que atende o falecido ou examina ou seu cadáver;
2. Religioso – aquele que é apresentado pelo vigário, sendo performativo também no registro da morte na catedral, fazendo falar o olhar do religioso do fato morte;
3. Jurídico – aquele que tem como parâmetro a norma da lei para ser registrado. Esse pode ser dado no Cartório, pelo oficial de registro, que diz do fato da morte, mas ainda pode ser aquele relacionado ao processo organizado no inventário *post-mortem* uma vez que a baliza para este trabalho é, também, o sistema de leis e a ordem jurídica;

4. Jornalístico – aquele que reporta o fato da morte pelo viés do redator do jornal ou de seu proprietário, entendendo que o autor intelectual se sobressai ao autor da escritura, propriamente dita; e

5. De privacidade – aquele que é encontrado a partir da família do morto, com características peculiares por ter, como base, o sentimento de proximidade, destacando um outro olhar, o da intimidade, para o ocorrido em relação ao morto, à morte (o fato em si) e o envolvimento com o pós-morte. Traz agradecimento.

Incluir o domínio da privacidade nesta tese, como já mencionado no Capítulo 5, se fez necessário exatamente por compreendê-lo como um novo domínio de significação. O domínio de privacidade é aquele que é textualizado e se dá de forma pública apesar de ser íntimo, baseado em um olhar pessoal de quem o produz. No caso estudado nesta tese, na Santa Maria de 1896, a privacidade é compartilhada nas páginas do Jornal que tinha circulação local¹⁷⁹ na época. No entanto, este tipo de domínio poderia ser encontrado em espaço diverso, em outro lugar segundo outras condições sócio-históricas de produção, por isso se deseja tê-lo como aqui destacado. Também se considera, aqui, a importância a um possível problema metodológico quando se estabelecem novas categorias, para que elas não fiquem restritas a apenas um caso em que aconteça esse funcionamento. Assim como Orlandi (2011, p. 234) acreditamos que é preciso ter uma “uma perspectiva fecunda para a exploração das propriedades que encontramos nos discursos e na ideologia” ao darmos espaço para o novo, em termos de categoria.

Uma vez morto, o sujeito ganha outro *status*, os pormenores do cotidiano são superados (embora não desapareçam) e fica uma relação com a memória do outro, na sua alteridade, numa ideia de composição de quem foi aquele que não está mais entre os vivos. Teoricamente não se acrescenta nada à vida de quem se foi, não vive mais. Fazendo um paralelo com as questões arquivísticas, isso seria uma espécie de Fundo Fechado, ou seja, de um conjunto de documentos que se encerra em si, no momento em que o sujeito deixa de existir. As homenagens póstumas são

¹⁷⁹ Em leitura de edições de O Combatente do ano de 1896 são encontradas várias referências à prática de permuta (troca de jornais) com outros veículos de todo o Brasil, ou seja, apesar de a circulação ser dirigida para Santa Maria, quando um jornal enviava suas edições para O Combatente ganhava, como retorno, edições deste jornal.

parte desse “Fundo”, sendo a última oportunidade de agregar documentos sobre aquele sujeito.

Por exemplo: tendo em vista a contemporaneidade, e o processo de digitalização que se reconhece vivermos, o domínio de privacidade observado nas textualidades relacionadas à morte, aqui proposto, poderia ser encontrado na atualidade, em uma rede social, sendo verificado visualmente após o dia e a hora da morte do sujeito¹⁸⁰, o que não é difícil distinguir nos dias de hoje dado que com o advento da informática há um controle temporal que é inerente ao sistema. Toda atualização é, também, datada. Assim, tudo aquilo que fosse incluído sobre o sujeito, por família e amigos, após esta referência temporal, já seria categorizado como de domínio de privacidade. Ao se perguntar sobre o que se pode “fazer para conservar a presença (lembrança) do falecido” na atualidade, Rezende (2011, p. 221) sugere que há um novo meio de armazenar informações sobre ele, pois “a Internet, hoje, talvez possa ser essa mnemoteca” onde também há lugar para a morte, neste caso, digitalizada. É esta mnemoteca que hoje é capaz de guardar e manter, muito em excesso, o que vem depois da morte, especialmente em redes sociais.

Considerando a memória suscitada com o discurso *sobre* a morte nos cinco domínios já citados, inicia-se aqui o processo de construção do *corpus* discursivo que é, a partir de agora, o objeto desta análise. A informação presente nas comunicações de óbito e no inventário, no entanto, tem uma noção voltada para a área de documentação, ou seja, encontrada no campo de conhecimento trabalhado na arquivologia, mas em relação aos recortes de jornal, a informação está relacionada com a área da Comunicação. Assim, parece importante situar esta noção para posteriormente realizar o trabalho com o *corpus* discursivo.

¹⁸⁰ A ideia de estudo sobre a aplicação do domínio aqui chamado de “privacidade” nos dias de hoje frente as questões envolvendo as novas tecnologias e, por conseguinte, as novas relações entre sujeitos, deverá ser objeto de estudo vindouro, dado o foco aqui ser o final do século XIX, bastante distante da nova realidade. O tema “discurso *sobre* a morte”, no entanto, deverá permanecer como fio condutor quando se aplicar novamente esta nova tipologia de domínio, aqui proposta. Conforme conclui Orlandi (2011, p. 237) “as diferentes tipologias se definem como diferentes formas de considerar, ou de incorporar, as diferentes noções de contexto em suas diversidades”.

6.1.1 A noção de informação

O primeiro local onde se buscou a referência sobre informação foi o “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” (2005), que é uma obra basilar na área de arquivos, produzida pelo Arquivo Nacional, com diversos verbetes úteis ao trabalho arquivístico.

O Dicionário foi criado com “o objetivo de auxiliar as atividades de normalização de procedimentos técnicos no mundo dos arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 6). Com esta primeira pesquisa esperava-se dar conta, portanto, da informação arquivística que está relacionada com os atestados e os registros presentes no *corpus* empírico bem como com o que consta no inventário de uma das falecidas. A informação, neste instrumento, se restringe à seguinte acepção: “elemento referencial, noção, idéia ou mensagem contidos num documento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 107). Nada mais é encontrado neste Dicionário sobre este verbe.

De outro lado, foi consultado um instrumento da área de comunicação, a Enciclopédia Intercom de comunicação (2010), que também pode ser considerada como referência pois foi produzida pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Em seu volume 1, apresenta o “Dicionário Brasileiro do Conhecimento Comunicacional – Conceitos”, onde explora “termos, expressões e referências indispensáveis ao estudo da área” (INTERCOM, 2010, p. 2). Com esta segunda pesquisa, esperava-se contemplar a informação jornalística, presente nas notícias, notas “Varias” e “A pedidos” para que se tivesse a compreensão a respeito da visão jornalística de informação.

O verbe informação está apresentado em seis páginas e nelas consta primeiramente sozinho, de modo genérico, e especificado, quando conjugado as seguintes palavras/expressões: “e ética”, “em saúde”, “nova” e “pública (acesso à)”. No modo genérico, a informação que se apresenta é baseada em cinco autores da área. Assim, optou-se por retirar trechos do instrumento no referido Volume da Enciclopédia. “Trata-se, em geral, da transmissão de um saber entre alguém que o possui e alguém que se supõe não o possua”; ou ainda “A informação é a matéria-prima dos modernos processos midiáticos, por isso mesmo denominados meios de informação (ou de comunicação)”; e “ela não diminui quando distribuída; nem seu

portador ou possuidor a perde, ainda que, para muitos autores, a difusão de uma informação signifique perda de poder que seu domínio pode significar, socialmente” (INTERCOM, 2010, p. 690). Ainda na acepção genérica de informação, consta que “Não existe nenhum processo comunicacional sem a existência da informação. Assim, a informação é parte da comunicação” (INTERCOM, 2010, p. 691).

As obras consultadas, ambos os dicionários, foram escolhidas porque são referências e balizam como se toma a informação em cada tipo de produção: documental ou jornalística. Elucidado como pode ser vista a informação nestes âmbitos, considera-se que ela está contida na questão analítica: “No que se diferenciam as textualidades, que contemplam o discurso *sobre* a morte, disponíveis em arquivos-instituição pesquisados?”, uma vez que a diferença observada no discurso *sobre* a morte se dá não apenas por seu funcionamento como também em função de seu nível informacional.

6.2 O recorte das sequências discursivas

Tendo em vista o espaço discursivo desta tese, e situada a noção de informação para documentos e notícias jornalísticas, parte-se para a definição das sequências discursivas (SD) que serão organizadas a partir do recorte da textualidade aqui empreendido, tal como apresenta Indursky (2013 [1997], p.61) em seu trabalho sobre o discurso dos presidentes da ditadura, afirmando, a partir dos estudos de Orlandi, que “o recorte é uma unidade discursiva em análise”. Para cada recorte serão apresentadas SD relacionadas a cada um dos cinco domínios aqui considerados. Como são 12 os fatos de morte que dão origem aos documentos, seria possível que houvesse até 12 SD para cada domínio, uma vez que cada relato de um determinado domínio traz sua própria textualidade, com suas próprias características. Assim, poder-se-ia chegar a 60 SD por recorte. No entanto, como não é objetivo da tese esgotar todas as possibilidades de análise, mas, sim, proceder a uma análise dirigida, para os diferentes recortes, são feitas escolhas que possibilitem a compreensão do funcionamento do discurso.

Como a questão analítica busca clarear as diferenças nas textualidades que contêm o discurso *sobre* a morte (o que suscita também a observação das semelhanças), os recortes devem evidenciar sempre este aspecto, nos diferentes temas que analisa. No entanto é possível que certos domínios nada mencionem sobre o tema no recorte. A ausência material, um tipo de silêncio, também significa no aspecto da diferença.

A partir dos recortes, as sequências são apresentadas com um código alfanumérico para identificá-las. Assim, temos a sigla R significando recorte, sendo numerado. SD, representando “sequência discursiva”, seguida de um número que parte do um para a primeira apresentada e assim por diante. O domínio é apresentado entre parênteses, sendo que este é representado pelas siglas DM, para o médico; DR, para o religioso; DJu, para o jurídico; DJo, para o jornalístico; e DP para o de privacidade. Em função de que já havia sido apresentada uma sigla para identificar o documento (conforme Quadro 8, presente no Capítulo 5), esta mesma codificação será aqui aproveitada, também entre parênteses. Dessa forma, exemplificando, supondo um recorte denominado 5, a sua SD1 se relacionada ao discurso médico encontrado no documento de Antonio Ognibene, preservado no Arquivo Histórico, por exemplo, terá como sigla “R5 SD1 (DM, AO1)” situando sua localização no *corpus* empírico que está transcrito no Apêndice E. Destaca-se que as siglas com as iniciais dos falecidos do *corpus* empírico são seguidas de um número “1”, “2” e “3”, representando, respectivamente, o discurso médico, o discurso religioso e o discurso jurídico, pois aqueles foram assim definidos nesta tese para manter relação com os acervos onde foram encontrados. O discurso jurídico ainda poderá ter a identificação do inventário considerado como parte dos documentos de interesse, sendo que, neste caso, será adicionado o número “4” após a sigla BMR (relativo ao nome de Belisaria Maria da Rocha, a única falecida do *corpus* empírico que tem inventário no APERS e que complementa os dados das demais fontes).

Para os recortes de jornal, todos de O Combatente, a codificação é outra. Também se utilizam as iniciais dos falecidos a quem se relacionam, porém seguidos da identificação do tipo de texto jornalístico: “v” para notas da seção “Variadas” (em número de oito); “n” para notícias (em número de dois) e “ap” para textos publicados como “A Pedidos” (em número de três), o que já havia sido definido no Quadro 29 (apresentado no Capítulo 5). Assim, o domínio jornalístico poderá ter o diferenciador “v” ou “n” e o domínio de privacidade será encontrado com o identificador “ap”.

Salienta-se, novamente, que três falecidos não possuem qualquer texto publicado no Jornal, apenas documentos da base do *corpus*.

Assim como pensa Indursky (2013 [1997], p.63), os recortes discursivos devem “buscar regularidades dispersas nos diferentes domínios que o constituem”, neste caso isso é feito para compreender suas diferenças enquanto textualidades com o discurso *sobre* a morte presentes nos arquivos-instituição. Diante ao *corpus* empírico e o campo discursivo disponível, os recortes se darão em três frentes: o morto, a morte e o que há sobre a pós-morte. Compreende-se que, através destes recortes e das sequências pinçadas, é possível pensar as diferenças relacionadas ao discurso *sobre* a morte com base no espaço-tempo aqui privilegiados.

6.3 Formação e análise das sequências discursivas

A seguir são apresentados os três recortes definidos como de interesse para a análise do discurso *sobre* a morte empreendido nesta tese: “O morto”; “A morte”; e “A pós-morte” e a forma como aparecem no campo discursivo, através das sequências discursivas recortadas para comporem o *corpus* discursivo.

Nas 40 SD apresentadas a seguir, a interpretação da pesquisadora segue a partir de duas linhas de análise: horizontal, quando o discurso sobre uma mesma morte é analisado a partir de pelo menos dois dos cinco domínios anteriormente apresentados (médico, religioso, jurídico, jornalístico e de privacidade), apontando suas diferenças; ou vertical, quando dentro de um mesmo domínio se analisa o discurso sobre morte a partir de, no mínimo, duas textualidades implicando em focalizar suas diferenças.

6.3.1 Recorte 1 - O morto

O primeiro recorte trata do morto como ele está presente no *corpus* empírico e em seu complemento mais numeroso, o jornal O Combatente. No domínio médico essa imagem pode ser pinçada a partir das textualidades dos cinco médicos que

assinam dos 12 documentos dos Tomos 13 e 11 mantidos no Arquivo Histórico, também pode estar relacionado à palavra do vigário ou do oficial do Cartório. Em alguns casos tem-se a nota ou notícia do Jornal e ainda a palavra da família do morto.

São considerados, aqui, os cinco domínios do campo discursivo de referência. Foram escolhidas 21 SD de documentos sobre a morte de seis pessoas para discutir este recorte: Julio Placido Soveral, Antonio Ognibene, Julia Alves Monteiro, Carlos João Vincent, Severo Silva, Jeanne Berthaud e Maria Pedroso.

As sequências discursivas SD1, SD2, SD3, SD4, SD5 do R1, apresentadas a seguir, são relacionadas a um olhar horizontal sobre como o morto é apresentado nas diferentes textualidades.

Attesto que falleceu [...] Julio Placido Soveral, de idade de sessenta annos, casado, de côr branca, natural d'este Estado [...].

R1 SD1 (DM, JPS1)

[...] sepultou-se [...] Julio Placido Souveral com sessenta annos de idade, Capitão do Exercito reformado, cazado, natural d'este Estado [...]

R1 SD2 (DR, JPS2)

[...] declarou que hoje as sete horas da manhã faleceu de um tumor maligno o Capitão Julio Placido Soveral, côr branca, natural deste Estado, casado, com cincoenta annos de idade [...]

R1 SD3 (DJu, JPS3)

[...] o cadáver do cap. reformado do exercito, Julio Soveral, que há muito tempo se achava doente nesta cidade. O finado tomou parte na campanha do Paraguay onde alcançou o posto com que foi reformado. Deixa viúva e filhos [...]

R1 SD4 (DJo, JPSv)

A viúva e filhos do cap. Julio Soveral, na falta de outro meio com que possam patentear o seu reconhecimento à todas as pessoas que os acompanharam nos últimos momentos de vida do seu marido e pai [...] vem por este meio agradecer do intimo d'alma [...]

R1 SD5 (DP, JPSap)

SD1, SD2 e SD3, documentos oficiais resultantes do trabalho das instituições públicas e privadas de Santa Maria, sendo relacionadas aos DM, DR e DJu enfatizam os dados básicos e convencionais do morto, satisfazendo as exigências básicas de informação documental (nome, idade, dia e hora da morte, *causa mortis*), mesmo contendo divergência de dados. As formulações se diferenciam sob o ponto de vista de onde se fala, ou seja, a partir de que formação discursiva parte aquele discurso. Cada um, de sua parte, ressalta aquilo que lhe é peculiar. Isso está de acordo com o que já foi mobilizado nas discussões teóricas da AD em que Henry (2010 [1994]) salientava que o sentido se dá a partir do ponto de vista, num fazer sentido a partir de cada perspectiva.

Assim como no caso apresentado em SD1, SD2 e SD3, outras sequências relativas a outros mortos poderiam aqui estar selecionadas e teriam um discurso muito próximo se analisados verticalmente, ou seja, todos os DM, todos os DR, todos os DJu ligados ao Cartório. Essa normalização advém da repetição, apoiada em modelos ou registros anteriores, havendo pouco espaço para a diferenciação, embora ela até seja encontrada. As diferenças silenciam nos discursos institucionalizados, especialmente se estes têm vínculo com um fazer profissional. A objetividade dos discursos institucionalizados é a tônica, apoiada na repetição sem liberdade. No que já fora abordado no capítulo 3 desta tese, a partir de Orlandi (2012) e da AD, o que é declarado substitui a prática quando há o performático falando mais alto. No discurso, objetividade e liberdade são extremos opostos de uma longa linha reta.

No caso do jornal, é diferente. O DJo, presente na SD4, traz a ideia de doença pela qual passou o morto, numa noção de fragilidade “que há muito tempo se achava doente nesta cidade”. Quando um DM, um DR ou um DJu poderia lançar mão de uma descrição como esta? A repetição e a *secura* do discurso institucionalizado não dão lugar para a fraqueza e a suscetibilidade da vida. No mesmo DJo, é acrescido um detalhamento sobre a profissão do morto, sua “parte na campanha do Paraguai onde alcançou o posto com que foi reformado”. De que interessa ao discurso institucional a forma como se obteve um posto no exército? De que importa se ele lutou na guerra do Paraguai¹⁸¹? De que importa se foi por isso que ele foi reformado? O encadeamento de momentos da vida do morto

¹⁸¹ A Guerra do Paraguai aconteceu entre 1864 e 1870.

apresentados no fio do discurso causa um efeito de sentido de que um fato relaciona-se diretamente com o outro. Assim “parte na campanha do Paraguay” – “alcançou o posto [capitão]” – “foi reformado” pode ser visto como uma sequência, suscitando ao leitor que a reforma é consequência da participação na guerra. Teria havido, assim, algum dano a sua saúde que lhe fez progredir na carreira mas parar o exercício da mesma.

A SD4 do R1 informa, ainda, no DJo, que o morto “deixa viúva e filhos”, numa formulação recorrente neste tipo de domínio até hoje: trata-se de um enunciado performativo. Este tipo de enunciado, o performativo, foi apresentado por Pêcheux (2010b [1990], p. 76) quando cita as ideias de Austin sobre a existência de um lugar para o discurso baseado num “mecanismo institucional extralinguístico”, ou seja, fora do linguístico. Isso é assim posto porque “supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PECHÊUX, 2010b [1990], p. 78). O “deixar” as pessoas sozinhas, neste caso, porém, transparece ser involuntário, fruto de uma doença, um “tumor maligno”, como está em SD3. A palavra, no entanto, parece ter em si o sentido da vontade. O movimento que se vê no ato de deixar algo, ou deixar acontecer algo, traz o “desejo de”, ou, no mínimo, a permissão. A morte, ao contrário, a menos que seja causada pelo suicídio, não parece ter esta relação com o desejo. O sofrimento de uma doença até poderia justificar essa relação, embora seja usual e performática esta formulação, como já mencionado.

O DP, ilustrado pela SD5, ressalta os “últimos momentos de vida do seu marido e pai”, realizando não só a tarefa de informar que o morto era pai como também fazendo um apelo direto à figura pessoal que ele representou ao agradecer “do íntimo d’alma” a quem acompanhou a família, que profere o discurso. Este apelo no DP traz a voz de uma dor causada por uma longa enfermidade na qual o sofrimento está associado com o nome, mesmo, dado à doença, maligna, que acometeu o morto. Um sentido possível para o acompanhamento do, agora, morto por mais de uma pessoa, que são alvo de agradecimentos, tendo em vista ele ter um tumor maligno.

Um novo olhar horizontal é lançado nas próximas sequências discursivas, ainda tomando a imagem do morto. SD6, SD7, SD8, SD9 e SD10 desse R1 são

peculiares dado que a *causa mortis* não é uma doença, que se arrasta por dias ou meses, mas, sim, um acontecimento, o que, desse ponto de vista se fará outra análise em R2, apresentada no próximo subtítulo.

Attesto que hoje [...] examinei o cadaver de José Greme, de 35 annos de idade presumincia, branco, casado, austriaco e que se diz ter sido encontrado morto no leito [...]

R1 SD6 (DM, AO1)

[[...] sepultou-se neste [...] José Cremer sendo o verdadeiro Nome d'elle Antonio Ognibene com trinta e tres annos de idade, filho legitimo de Domingos Ognibene e Elvira Ognibene, cazado com D^a Amalia Helbert, natural d'Austria [...]

R1 SD7 (DR, AO2)

[...] declarou que [...] faleceu [...] Antonio Ognibene, aqui conhecido por todos Joze Gremes, empregado de Leon Berthaud, cor branca, com trinta e cinco annos de idade, casado com Dona Amalia Helbert Ognibeni, e natural da Austria [...]

R1 SD8 (DJu, AO3)

Amanheceu morto [...] o súbdito italiano José Gremes, encarregado do 'buffet' da Estação da Estrada de F. de P. Alegre a Uruguayana. [...] O finado era casado [...]

R1 SD9 (DJo, AO_n)

Está verificado ter fallecido [...] o mallogrado José Gremes [...]

R1 SD10 (DJo, AO_v)

A SD6 traz a ideia de que não há mais a pessoa senão o “cadaver” do morto a quem se faz exame, numa propriedade do DM. A SD7, no DR, salienta a ideia da identidade do morto, contando com a existência de um nome “verdadeiro” o que, por oposição, se conclui que o primeiro apresentado é falso. No DJu, de acordo com a SD8, se reduz a gravidade do fato de ter dois nomes com a expressão “aqui conhecido por todos”, não criando uma polaridade entre ambas as situações. No DJo, na SD9, é apresentada a ocupação do “finado”, detalhando o local onde trabalhava como forma de informar o leitor, buscando o reconhecimento do morto. Ainda no DJo, em uma passagem rápida, do tipo agenda da semana, a SD10 salienta que “está verificado ter fallecido” um “mallogrado” homem, tendo, pela forma como é formulado o texto, na colocação do verbo, a marca da incerteza, sem o

comprometimento de que escreve sobre a morte. Como referido no capítulo 3 desta tese, de acordo com Orlandi (2012) escrever sobre um fato produz história, portanto a incerteza declarada na forma como é apresentado o fato produz, por conseguinte, uma história de incerteza, deixando a responsabilidade para o fechamento desta ideia no próprio leitor.

Num olhar vertical, se dá luz à SD11, relativa à morte de uma mulher, que deixa de existir como pessoa morta com um nome, uma identificação, para ser a esposa de alguém e não o sujeito em si.

[...] veio a falecer [...] a Exma. esposa do Sr. Augusto Carlos Monteiro [...]

R1 SD11 (DJo, JAMv)

Com o uso de uma abreviatura para enaltecer a figura da morta, o “Exma. esposa do Sr. Augusto” apesar de parecer elevar, nega a identidade a ela, indicando, também um processo histórico de exclusão da mulher do espaço público (já que se toma aqui o DJo) naquele fim de século. Em contrapartida, nas sequências (SD1 a SD10) já apresentadas para os homens adultos nunca lhe prescindiram o nome, sendo, até mesmo, apresentado mais de um.

Ainda lançando um olhar vertical, se traz a SD12, da morte da mesma mulher, a esposa, no DP, não apenas passa a ter um nome como também é olhada como alguém importante.

Augusto Carlos Monteiro [...] vem, por si e suas filhas, agradecer do intimo da alma, os favores e finessas que [...] recebeu assim durante a enfermidade [...] de sua querida e inolvidável esposa D. Julia Alves Monteiro [...]

R1 SD12 (DP, JAMap)

“A enfermidade” daquela mulher que já conta com uma identidade através do discurso do marido e das filhas é fato de interesse. Quem produz o discurso agora agradece “do intimo da alma” o cuidado e atenção recebidos para quem se designa, em SD12, ser “querida e inolvidável”. Comparando com a SD5 do mesmo DP, a referência do cônjuge que fica e dos filhos é recorrente assim como a ideia de

privacidade, ou ainda intimidade, daquilo que é profundamente caro, se faz presente em lugar público como é onde circularam textualidades destes domínios: o jornal.

Ainda tomando a imagem do morto (R1) e mais uma vez tentando horizontalizar a análise, apresentam-se: SD13, SD14, SD15, SD16 e SD17 por ser, esta morte, resultado de suicídio, analisando as diferenças quanto ao que se diz do morto na morte provocada, intencionalmente, pela vontade própria.

Attesto que convidado [...] para prestar serviços médicos ao cidadão Carlos João Vincent, branco, solteiro e natural deste Estado, o qual encontrei muito victimado por um ferimento de arma de fogo. Outrossim que o mesmo tinha a idade de 17 anos [...]

R1 SD13 (DM, CJV1)

[...] sepultou-se [...] **Carlos João Daberkow** com dezasete annos de idade, filho legitimo do Capitão Kurt Vincent Dabercow; falleceu [...] suicidando-se por arma de fogo na falta do juízo perfeito como attestou o Dr. Affonso Ernesto da Silva [...]

R1 SD14 (DR, CJV2)

[...] declarou que hontem [...] faleceu suicidado por um tiro de revolver Carlos João Vincent Dabercow, cor branca, dezasete annos de idade, natural deste Estado, filho legitimo do Capitão Engenheiro Civil Kurt Vincent Dabercow com sua mulher Dona Carolina Weinmann Daberkow [...]

R1 SD15 (DJu, CJV3)

Suicidou-se [...] o joven nosso conterraneo Carlos João Daberkow, filho do sr. Capitão Kurt Vincent Daberkow [...] Contava apenas 17 annos de idade. O corpo do mallogrado moço foi encontrado na 'Villa Rica', suburbios desta cidade. [...] O finado deixou carta explicando o motivo que o levàra a praticar semelhante acto de desespero [...] dirigida a sua mãe de quem lembrou-se nos ultimos momentos [...] Á família do desventurado joven enviamos condolencias [...]

R1 SD 16 (DJo, CJVn)

Kurt Vincent Daberkow e sua esposa na falta de outro meio como possam significar [...] seu reconhecimento pela maneira como houveram-se na occasião do fallecimento de seu filho Carlos, o fazem por este meio [...]

R1 SD 17 (DJo, CJVap)

As SD13 e SD17 não relacionam o morto com a ideia de suicídio. No primeiro caso, trata-se do DM, não se diz que morreu, no entanto se salienta que estava

“muito victimado por arma de fogo”. Em SD17 o discurso sobre o morto o coloca na condição de filho, em um DP, e concentra-se em dar um agradecimento a quem fez algo positivo diante da morte deste. SD14, SD15 e SD16, respectivamente DR, DJu e DJo são explícitos quanto a condição do suicídio, vendo, neste último, grande aproveitamento da situação de morte e das características do morto apresentando elementos de aproximação no discurso tal como “o joven nosso conterraneo”, “com apenas 17 annos”, “mallogrado moço”, “desventurado joven”. Na SD16 o discurso toma frente de avaliar o ato do suicídio, quando destaca que: “o finado deixou [...] motivo que o levàra a praticar semelhante acto de desespero”. No DR presente na SD14 há algo que funciona semelhante ao juízo dado na SD16, porém se orienta a julgar não o ato mas o sujeito do ato quando enfatiza que o morto acabou por “suicidando-se por arma de fogo na falta do juízo perfeito”. Essa relação é normalizada no discurso sobre o suicídio, conforme Lopes (2014), já salientado no Capítulo 5. No caso da SD15, referente ao DJu, o morto é passivo, contrariando a ideia intrínseca a suicídio, quando se lê que o morto “faleceu suicidado por um tiro de revolver”. Esta manobra dá uma ideia de reduzir o impacto de responsabilidade do ato.

A SD18 e a SD19 têm análise verticalizada uma vez que dizem respeito a uma só criança, observando-se o *status* de ser criança, aqui, neste caso, morta, mas o que relaciona com o momento histórico-social do fim do século XIX.

[...] sepultou-se [...] **Jorge** com dous mezes de idade filho natural de Dorothea Gomez da Silva[...]

R1 SD18 (DR, SS2)

[...] compareceu o cidadão Impronti Jorge [...] e declarou que hontem [...] faleceu [...] o seu filho menor de nome Severo, cor branca, com dous meses de idade, natural desta cidade [...]

R1 SD19 (DJu, SS3)

Nas SD18 e 19 a criança morta em questão é referida com nomes diferentes. No primeiro, é Jorge, no segundo, Severo. Este último acompanha o documento expedido pelo médico. No primeiro, no DR, é “filho natural de Dorothea”, no segundo, no DJu, é “filho menor” de um cidadão santa-mariense. Ele é tomado por filiação, porém em um não tem pai, sendo filho natural, e em outro é reconhecido

como “filho menor”. Esses movimentos do discurso falam da suscetibilidade da criança, que ora tem um nome, ora outro; que ora é havido fora de casamento (pelo DR), ora é um frente outros filhos.

Essa mesma desconsideração com a pessoa que é a criança aparece quando se toma a menor das notas de jornal, relativa a morte de uma criança um pouco maior, conforme SD20.

Falleceu o innocente filhinho do Sr. Leon Berthaud.

R1 SD20 (DJo, JBv)

A SD20 apresenta a morta como “innocente filhinho” e por mais que possa parecer um equívoco da escrita no jornal, tendo em vista que os documentos relacionados ao DM, DR e DJu trazem sexo definido pelo nome feminino Jeanne e Joanna, mais uma vez acontece o apagamento do sujeito, já que, como em SD11, ela não tem nome no jornal. É alguém que morreu e que está relacionado a alguém vivo, um adulto. Ou seja, no jornal se pode deixar de lado o nome quando este se refere a uma mulher ou a uma criança, comportamento compatível com as circunstâncias presentes no final do século XIX. Retomando Guimarães (2001), apresentado no capítulo 3, quando se traz questões teóricas da AD, é possível compreender que o histórico na linguagem se constitui na prática social, o que veio sendo trabalhado por Orlandi ao longo de sua trajetória. Isso fica explicitado nas sequências analisadas uma vez que reflete as ideias de mulher e de criança para a época através da língua.

Verticalizando o olhar, entre as notas do jornal pesquisado, a SD21, apresentada na sequência, repete esta forma de apresentar uma criança morta.

Hontem foi dado a sepultura a uma innocente filhinha do Sr. João Pedroso, de nome Maria.

R1 SD21 (DJo, MPv)

Em SD21 há mais uma “innocente filhinha”, despertando o sentimento de consternação no leitor por trabalhar com o imaginário daquilo que é ali apresentado como “dado a sepultura”. Não se trata apenas de morrer, mas de ser sepultada, de dar um destino à criança Maria, a qual se mobiliza apenas o nome do pai, assim

como em SD20. As condições de produção que estão por trás desta falta de um nome para a mãe, mas antes de tudo de sua presença, é justamente a falta de transparência também do silêncio. Orlandi (2011 [1983], p. 263) já apresentara que um tipo de silêncio que existe é o silêncio opressor dado pela exclusão. Não ter ali o nome da mãe faz parte das condições de produção do social daquela época e não causaria nenhum estranhamento ao leitor. O homem era o centro da sociedade vigente no final do século XIX. Pêcheux (2010b, p. 94) defendia que “a série das superfícies discursivas [...] constitui um vestígio do processo de produção”, ou seja, a partir desses efeitos da superfície de que fala Pêcheux (2010b [1990]) se pode revisar, “remontar” a estrutura que dá a sustentação a esses discursos.

6.3.2 Recorte 2 - A morte

O segundo recorte trata da morte presente no *corpus* empírico e em seu complemento (jornal O Combatente). Também neste recorte, o de número 2, se tem o domínio médico nos documentos reunidos nos Tomos 13 e 11, o domínio religioso com registros de autoria do vigário e o domínio do jurídico no que deixou escrito o oficial do Cartório no livro próprio de registro. A nota ou notícia do Jornal e ainda a palavra da família do morto, publicizadas em O Combatente, aparecem aqui.

São novamente considerados os cinco domínios elencados no item 6.1 que estão no campo discursivo de referência. Foram escolhidas nove SD de três mortos para refletir sobre as textualidades sobre a morte de: Antonio Ognibene, Carlos João Vincent e Julia Alves Monteiro, os dois primeiros relacionados a suicídio (o primeiro com a dúvida e o segundo com a certeza).

As sequências discursivas apresentadas a seguir SD1, SD2, SD3, SD4, SD5 e SD6 tomam por perspectiva a análise horizontal pelo fato de ser sobre o mesmo morto, mostrando no que se diferenciam as textualidades quanto à questão da morte em si.

[...] hoje [...] examinei o cadaver de José Greme [...] e que se diz ter sido encontrado morto no leito. Pelo attento exame exterior do referido cadaver nenhum vestígio incontrei de violencia alguma exterior [...]

[...] José Cremer [...] faleceu hoje de molestia do coração repentinamente [...]
R2 SD1 (DM, AO1)
R2 SD2 (DR, AO2)

[...] declarou que [...] faleceu repentinamente nesta cidade Antonio Ognibene[...]
R2 SD3 (DJu, AO3)

Está verificado ter falecido de uma lesão cardíaca [...] Deu atestado o Doutor Astrogildo C. de Azevedo[...]
R2 SD4 (DJo, AOv)

Amanheceu hontem morto em seu próprio leito [...] a autoridade competente tomou conhecimento do facto. Sabemos que o morto no dia anterior mandou procurar em uma loja um revolver para comprar. O seu corpo não apresenta contusão alguma [...]
R2 SD5 (DJo, AOn)

Suicidio ou assassinato?
R2 SD6 (DJo, AOn)

A SD1 do R2 traz a descrição de um exame de cadáver, bastante próprio para um DM, no entanto mostra dúvidas quanto à morte. Nesse domínio, apesar de haver a noção de ciência como meio para definir a análise do cadáver, ele silencia. A afirmação fica incompleta por não definir o que se busca. A partir da afirmação feita pelo médico “pelo attento exame exterior do referido cadaver nenhum vestígio incontrei de violência alguma exterior” se mostra uma apreensão em relação ao fato, tanto que o corpo foi examinado, e de modo “attento”. A palavra remete a essa tensão. Por outro lado, em oposição a esta medida tomada por aquele que verifica a morte, a voz do médico indica que alguns exames podem ser feitos sem atenção, no entanto este, em especial, é feito com atenção. Aqui fica explícito no que no capítulo 3 chamamos de silenciamento do político para, quem sabe, gerar um esquecimento. O motivo dessa necessidade parece ser o que se apresenta a seguir.

O DM fala da busca por “vestígio” de violência, no entanto, sem sucesso. Mais uma vez é dada a compreensão da direção apontada pelo médico. Essa SD1 mostra uma dúvida que é apontada na SD6, do DJo. Desconsiderando o que constitui o DM, o DJo pergunta “Suicidio ou assassinato?”. Este tipo de discurso é,

fundamentalmente, polêmico. O uso da dúvida indicada pelo sinal de interrogação já marca, a priori, a situação como passível de ser polemizada. O conector “ou”, reduz as possibilidades. As posições do DJo apontadas como possíveis de esclarecer o fato contrariam o que foi dito pelo DM na SD1 pois para haver um suicídio ou um assassinato deve haver marca de violência, polarizando entre um ou outro meio de morrer.

SD5, também de DJo, está diretamente relacionada com SD6, sendo que aquela está contida nesta de modo mais amplo, explicativo, argumentativo. A morte é descrita, inicialmente, do ponto de vista físico, dando o lugar (leito) e informando que “a autoridade competente tomou conhecimento do facto”. Esta informação da SD5 corrobora para a dúvida apontada em SD6. A pergunta que se faz a esta afirmação é: “Quem é esta autoridade competente?”. A formulação tem um já-la, uma nuance de autoridade não apenas pela palavra mas pela referência possível de suscitar: a polícia. No social, há diversas autoridades competentes: o legislador, o chefe do executivo, o chefe de polícia, o juiz. Mas a leitura possível em se tratando de um potencial assassinato ou em um suicídio é a autoridade policial. O discurso funciona como um direcionador de leitura, fazendo, nas faltas do dizer, um preenchimento com o imaginário e a experiência viva do leitor. SD6 também reflete a espetacularização da morte: “Suicídio ou assassinato?”, a imprensa questiona.

Dentro da própria SD5, no entanto, é mobilizada uma contrariedade quando diz que “o seu corpo não apresenta contusão alguma”. Mas por onde esta nova afirmação se sustenta? Teria sido a autoridade policial a informar a imprensa? Teria sido o médico? Este detalhe impõe a presença de um discurso outro, capaz de ver este vestígio e reportá-lo para ser publicizado. A morte é ainda relacionada com um detalhe interessante, porém sem um vínculo direto, de fato, com ela. É dada uma informação sobre, no dia anterior, o morto ter mandado alguém “procurar em uma loja um revólver para comprar”. Esta construção faz soar um elemento novo porém indiretamente. Ela busca apoiar as ideias apresentadas na SD6, porém contrariam outras partes do seu próprio discurso. É como se, pelo DJo, se tivesse a possibilidade de ficar polemizando sem haver uma sustentação ou elo entre partes de seu discurso. Esta possibilidade se dá justamente em função do que Orlandi (2012) nos traz (e que foi retomado no capítulo 3) como efeito da ideologia na materialidade da língua. O DJo tem essa permissão, e segue um fazer próprio na notícia que tem as suas marcas. SD2 e SD3 apontam as circunstâncias da morte

dadas de modo repentino, sendo que SD2 relaciona ainda a uma “molestia do coração”.

Outra morte está relacionada com o tema suicídio. A SD7 mostra de que forma a morte por suicídio é enfocada no discurso do DJo a que se relaciona. O gosto pelo detalhamento rendeu uma notícia rica em informações como nenhum outro domínio.

Suicidou-se domingo á noute, disparando um tiro de pistola no baixo ventre [...] Carlos João Daberkow [...] O corpo [...] foi encontrado na “Villa Rica”, suburbios desta cidade. Falleceu poucos minutos depois de recebido o ferimento. Quando chegou no lugar do attentado o Dr. Affonso Ernesto da Silva, para ministrar-lhe os sòccoros necessarios, já o encontrou morto. O exame cadaverico apresentou o seguinte: Um ferimento por arma de fogo com cerca de 15 millimetros de extensão, assentado na região costo-mamaria esquerda, no nível do setimo espaço intercostal e a 4 centimetros para dentro da linha axillo-illiac. Este ferimento destruiu todos os tecidos correspondentes á região e interessou a grande arteria aorta, na sua parte thoracica, produzindo grande hemorragia interna que foi a causa da morte. [...] Á familia do desventurado joven enviamos condolencias pelo fatal acontecimento.

R2 SD7 (DJo, CJVn)

A SD7 do R2 de um DJo indica a morte como um “fatal acontecimento”. Esse discurso é trabalhado com o excesso de informação. Traz a localização do morto, “nos suburbios” da cidade quando de sua morte e esclarece que o médico “já o encontrou morto”, portanto, não houve propriamente uma ajuda ou atendimento médico pois quem esteve com o falecido “chegou [...] para ministrar-lhe os sòccoros necessários” mas não houve o que fazer. O DJo desobriga o médico de qualquer responsabilidade sobre o desfecho do fato. Não é dada a fonte da informação: se o médico ou a polícia. Esta última não pertence à cena descrita.

Em seguida, a notícia traz minuciosamente a descrição do ferimento, indicando a “hemorragia” como a causa da morte. Esta forma tétrica de reviver a cena do exame do cadáver mostra uma característica sensacionalista do DJo, produzindo interesse e espanto no seu leitor. Os pormenores montam uma imagem do corpo do morto naqueles que têm acesso à textualidade, transferindo-os, de modo imaginativo, para a cena dos acontecimentos. O DJo abre com o fato: “suicidou-se domingo á noute, disparando um tiro de pistola no baixo ventre” e se apoia longamente na descrição da morte.

Verticalmente, a SD7 é comparável SD5, do R2, porém com mais informação sobre como aconteceu a morte. Cabe dizer aqui que são diferentes os médicos que

atendem a estas duas situações de morte, podendo ser um elemento de restrição em maior ou menor grau aos detalhes do exame do cadáver, considerando a natureza ética que pode/deve estar presente num domínio médico mediado pela imprensa. Também é importante observar que no segundo caso, os pais do “desventurado joven” apesar de existirem, no momento de sua morte estavam em outra cidade, onde residiam. Uma presença-ausência. Ao falar deles, o DJo se restringe a enviar condolências, sendo que esta palavra “enviando” dá um sentido de distância física. O que é enviado? Uma carta, um recado. Aqui, no entanto, as condolências são o objeto a ser transportado de um lugar a outro, num efeito discursivo que denota a necessidade de usar um meio para chegar ao destino.

A SD8 do R2 traz a ideia de morte em relação a nomeação da situação morte.

Após prolongados soffrimentos provenientes de rebelde enfermidade veio a fallecer terça feira a Exma. esposa do Sr. Augusto [...] Queira o Sr. Monteiro aceitar as nossas condolencias pelo acerbo golpe porque veio de passar.

R2 SD8 (DJo, JAMv)

Augusto Carlos Monteiro [...] vem [...] agradecer [...] os favores e finesas que das pessoas de sua amisade, recebeu assim durante a enfermidade, como no dia do passamento de sua querida e inolvidável esposa [...] A's redacções [...] agradece igualmente, penhoradissimo, as palavras repassadas de pêsames, que, relativamente à este infausto assumpto, se dignaram inserir nas columnas das mesmas folhas [...]

R2 SD9 (DP, JAMap)

Assim como já apresentado em R1, quando se focaliza o morto, em SD8, no DJo, e SD 9, no DP, aparecem também as ideias de dor e sofrimento ligadas à doença e o desfecho morte. Esta é tomada como um “acerbo golpe”, em SD8, e um “infausto assumpto”, em SD9. A morte, por este viés, tem relação direta com a negatividade. Nada que seja explícito nela parece ser bom. No entanto, a formulação encontrada em “Após prolongados soffrimentos provenientes de rebelde enfermidade veio a fallecer” traz um sentido de alívio uma vez que os “soffrimentos” e a rebeldia da doença são caracterizados como desconfortáveis e indesejáveis por qualquer pessoa. Já ditos no social que ecoam nesta SD8 é “a morte liberta da dor”, “a morte é um alívio”, “antes morrer que viver sofrendo”, “prefiro a morte do que o

sofrimento”. O “golpe”, pois, é, como está em SD8, do esposo que, segundo seu próprio discurso, a classificava como “querida e inolvidável esposa” (DP em SD9). O modo de nomear a morte a faz ser compreendida pela linguagem de que se expressa na escrita. Orlandi (2010 [1999], p. 95) já afirmava que a relação do sujeito com a linguagem “não é jamais inocente” (conforme já citado no capítulo 3) o que nos faz entender que também ao nomear como golpe, por exemplo, se está articulando o simbólico com o político.

Na SD9, a voz do marido que perde a esposa designa a morte como um “passamento”, o que vem a ser uma passagem, uma mudança de lugar, apresentando a crença em uma vida eterna em que a morte represente a ruptura e ao mesmo tempo a ligação entre dois mundos. O domínio religioso é a origem deste dizer. As tipologias DP e DR se cruzam na complexidade própria do sujeito que está conectado com uma formação discursiva que inclui a tenência à Deus e acredita no céu como um lugar de encontro de todas as almas.

Em SD9, o marido dá publicidade a sua própria voz, proporcionada pelo meio jornal, veículo O Combatente, para agradecer as pessoas “de sua amizade” que estiveram presentes neste momento pré-morte (enfermidade) e pós-morte (dia do passamento) com “favores e finesas”. Estas palavras relacionam-se com a ideia de amizade que tinha o sujeito que escreve bem como dá vestígios sobre esta ideia naquele contexto de produção do discurso, em que para se ter favores é preciso ter amigos e que são estes que lhes proporcionam uma relação com “finesas”. Fora desse âmbito, por oposição, se teriam “grossuras”. A amizade se configura como um espaço de troca, inferindo um “toma-lá-dá-cá” sustentado por uma rede de relações sociais que apoiam e fazem dar apoio quem dela participa, ou seja, quem nela está ativo. Chama a atenção usar “pessoas de sua amizade” e não “amigos”, sendo que o primeiro, usado pelo marido da falecida, é mais amplo e menos comprometedor que o segundo.

6.3.3 Recorte 3 – A pós-morte

O terceiro recorte da tese trata do momento pós-morte presente no *corpus* empírico e em seus complementos (jornal O Combatente e inventário *post-mortem*).

Neste recorte, o de número 3, se apresenta o domínio do religioso a partir das textualidades de autoria do vigário e o domínio do jurídico no que deixou escrito o oficial do Cartório e as partes do processo do inventário (advogados e oficiais). A nota ou notícia do jornal e ainda a palavra da família do morto, publicizadas em O Combatente também aparecem aqui.

São novamente considerados os domínios discursivos elencados no item 6.1. Foram escolhidas 10 SD de três mortos para discutir a pós-morte, ou seja, o que se diz da morte depois que ela acontece, o que fica para ser resolvido, o que se necessita realizar em nome do morto e o que é, de fato, feito neste sentido. São apresentados trechos das textualidades produzidas sobre Belisaria Maria da Rocha, Antonio Ognibene, Julia Alves Monteiro, Collecta Souza, Laurentino Alves de Faria, Carlos João Vincent e Julio Placido Soveral.

Belisaria Maria da Rocha – inventariada

R3 SD1 (DJu, BMR4)

[...] Pagamento ao herdeiro Manoel Machado da Silveira de sua legítima materna na importância de quinhentos setenta e cinco mil reis [...]
--

R3 SD1 (DJu, BMR4)

As SD1 e SD2 dizem respeito ao DJu encontrado no inventário de uma das cinco mulheres do *corpus* empírico. Na SD1 a morta passa a ser a “inventariada” o que fez com que existisse um grande processo para partilha de seus bens acumulados em vida e em morte (uma vez que foram anexados por juntada os bens de duas filhas já falecidas durante o processo do inventário de Belisária). O inventário é iniciado mais de um ano depois de sua morte. Ao se tornar a “inventariada” ela passa a ser o gatilho que produz, indiretamente, documentos relacionados à vida e sua morte.

Na SD2 considera-se já o momento da partilha, quando está adiantado o inventário, e tudo o que foi reunido como da “inventariada” a transforma em objeto meio pelo qual a falecida passa a ser uma referência ligada ao nome jurídico do direito na parte de sucessão. Assim aparece na SD2 a “legítima materna” designando cada parcela do pagamento descrita para cada um dos 10 filhos vivos, num simplificante: “legítima”. Por completo ele só aparece no primeiro filho citado,

que é o inventariante. A legítima é uma das espécies de sucessão. A outra é testamentária, ou seja, fruto de um testamento, da vontade explícita do morto deixado por escrito em vida. Na falta desta, acontece a partilha por legítima, ou seja, usando a força da lei para a separação do patrimônio entre os herdeiros¹⁸².

Na pós-morte, especialmente passado algum tempo do evento vital, o sujeito morto é objeto, ele passa a ser citado no âmbito do direito, do domínio jurídico, que obedece a regras e procedimentos, desvinculando do morto como pessoa, apesar de ser dita, ao longo de documentos como “mãe e sogra”, e da morte como momento de dor e sofrimento. O silêncio sobre estas faces do sujeito é normalizado em vista que ele passa a estar relacionado com algo da ordem econômica, sendo ligado a uma perspectiva de ganho de outros sujeitos: seus filhos que, por sua vez, passam a ser herdeiros pela condição que lhe dá o laço familiar com a morta.

A SD3 traz mais um DJu porém relacionado ao que se encontra no Cartório. Trata-se de um ajuste que se faz, a partir do pedido da viúva, dias após a morte para que não se tenha problemas quanto à identificação do falecido.

[...] declarou mais elle declarante, que apedido da mulher do referido Antonio Ognibeni, fazia a presente declaração neste Registro, visto ter sido dado o atestado de Obito pelo Doutor Astrogildo Cesar de Azevedo, com o nome de Jose Gremes como aqui todos conhecião o dito falecido, e assim certificara, em consequencia da permissão obtida por despacho do Juiz Districtal dessa Cidade [...]

R3 SD3 (DJu, AO3)

O declarante esteve no Cartório e foi a partir de sua presença que se fez o registro. Este ainda não havia sido feito pois se tivesse algo estaria no mesmo livro, seria de data anterior e teria apenas uma averbação¹⁸³ junto ao assento para esclarecer a situação que se apresenta. O oficial, portanto, revestido como defensor das regras impostas pela instituição que representa, reporta esta necessidade justificando da seguinte forma: “visto ter sido dado o atestado de Obito pelo Doutor

¹⁸² Com base no Livro V do Código Civil Brasileiro de 2002 (Lei nº 10.406). O primeiro deles data de 1916, antes disso, e desde o início do Império, o Brasil seguia as Ordenações Filipinas, de 1595 e demais leis portuguesas. Disponível em: <planalto.gov.br>. Acesso em 1º out. 2015.

¹⁸³ Anotação feita no Cartório posterior ao registro de modo a alterá-lo ou cancelar o assento feito anteriormente.

Astrogildo Cesar de Azevedo, com o nome de Jose Gremes como aqui todos conhecião o dito falecido”. No DJu apresentado na SD3 do R3 é indicada a necessidade de ter a permissão do Juiz Disctrital, por despacho, para fazer esta certificação. Mais uma vez os procedimentos institucionais estão na base do discurso de mediação entre a necessidade de registro e a autoridade denotada pela ação do Juiz que permite, autoriza, mostrando que esta atitude é compatível com um discurso de poder, coexistindo ao DJu.

O DR da pós-morte neste R3 se ocupa em situar onde foi feito o sepultamento e na encomendação, conforme aparece em SD3 e SD4. Estas duas ações são parte dos fazeres e ocupações de quem fica vivo em relação aquele que morre e busca na Igreja os procedimentos convencionados como necessários frente à morte.

Aos vinte de Maio de mil oito centos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio de S. Maria Julia Abreu Monteiro [...] Foi encommendada gratuitamente na forma do Ritual da Bahia e para constar fiz o presente, que assigno.

R3 SD4 (DR, JAM2)

Aos dezanove de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria **Collecta de Souza** [...] Foi encommendada na forma do Rituale Romano e para constar fiz o presente, que assigno.

R3 SD5 (DR, CS2)

A análise vertical destas duas SD mostra um espelhamento entre ambas, denotando uma repetição quase que total na formulação, diferenciando-se, no entanto, apenas com relação ao tipo de ritual utilizado e que, conforme já foi explanado no Capítulo 5, encontra-se em conflito quando se diz usar o da Bahia ou o Romano. A SD4 é a única que salienta a informação relativa a pagamento pelo serviço religioso uma vez que marca que a encomendação foi feita “gratuitamente”. Um detalhe importante de se pensar é quanto à encomendação. O que é encomendado pela religião católica? O sujeito, em sua individualidade, o corpo ou a alma? Esta resposta, apesar de parecer lógica, fica suspensa. Mas a análise de mais uma SD ligada ao DR, a de número 6 deste R3, apresentada a seguir pode ajudar a compreender o seu funcionamento.

Aos trenta dias do mez de Outubro de mil oitocentos noventa seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria **Laurentino Alves Farias** [...] Foi encomendado na forma do Ritual Romano e para constar fiz o presente que assigno. [...]

R3 SD6 (DR, LAF2)

Esta SD, a SD6 do R3, mostra que a encomendação varia de acordo com o gênero. Em SD4 e SD5, “foi encomendada” enquanto que no SD6, foi “encomendado”. Assim, pelo jogo das possibilidades antes citadas, a resposta seria o sujeito, que pode ser mulher ou homem. Se o referente fosse a alma, concordaria somente com “encomendada”. Se o referente fosse o corpo, concordaria somente com “encomendado”, não havendo diferença de acordo com o sexo¹⁸⁴.

A Celebração das exéquias portuguesas¹⁸⁵ é dividida em três possibilidades de lugares para essa atividade religiosa, denominadas estações (igreja, cemitério – junto à sepultura e na casa do morto), e, de acordo com a sua estrutura, fala diretamente da alma quando apresenta o que pode/deve ser dito num ritual romano pelo sacerdote: “Nas vossas mãos, Pai clementíssimo, encomendamos a alma do vosso servo, com a firme esperança de que ele há-de ressuscitar no último dia, juntamente com todos os que morrem em Cristo” (CONFERÊNCIA, p. 104). A diferença da encomendação ser do corpo, entregue à sepultura, ou da alma, que busca a ressurreição ou, ainda, o “servo”, faz diferença na medida que, embora deva seguir o rito ditado por Roma, reflete a aderência e afinação do discurso com o DR, em maior ou menor grau, frente à normatização estabelecida diante do controle do domínio religioso.

As próximas SD (SD7, SD8, SD9 e SD10) mostram o DJo se pronunciando sobre a pós-morte, ou seja, sobre aquilo que se registrou na imprensa que se seguiu após dado o fato morte.

[...] O sahimento do feretro teve lugar hontem ás 4 horas da tarde, comparecendo muitos cidadãos. Sobre o esquife via-se innumeras coroas de flores naturaes e artificiaes. [...]

R3 SD7 (DJo, CSv)

¹⁸⁴ Em entrevista por telefone com Dom Helio, arcebispo de Santa Maria, em março de 2015, ele afirma que o que se faz é a encomendação do morto.

¹⁸⁵ CONFERÊNCIA Episcopal Portuguesa. Celebração das Exéquias. Disponível em: <www.liturgia.pt/rituais>. Acesso em: 20 mar. 2015.

[...] O sahimento do feretro teve lugar no dia immediato, comparecendo muitos cidadãos. Innumerables coroas naturaes e artificiaes vimos depositadas, entrelaçadas de custosas fitas com dizeres, no cóche funebre. [...]

R3 SD8 (DJo, CJVn)

[...] No sahimento do feretro fez-se representar o Commando da Guarnição e uma comissão da loja <Paz e Trabalho. Durante a encommendação tocaram as bandas do 4º e do 30º batalhões.

R3 SD9 (DJo, JPSv)

[...] A encommendação teve lugar terça feira as 9 horas da manhã, na igreja catholica. [...]

R3 SD10 (DJo, JAMv)

Nas SD7, SD8 e SD9 uma mesma formulação sobre a saída do caixão para o seu sepultamento: o/no “sahimento do feretro”. Interessa destacar que são usados dois sinônimos para caixão: “feretro” e “esquife” na mesma SD7. A palavra caixão não é utilizada. Nas SD7 e SD8 é dado um destaque para a presença de “muitos cidadãos” no que seria o cortejo para o cemitério, o que denotava prestígio do morto e/ou da sua família na sociedade. Um detalhe é incluído nestas duas primeiras SD: o depósito de “inumerables” flores sobre o caixão, “naturaes e artificiaes” (SD7 e SD8) como também o uso de “custosas fitas com dizeres, no cóche fúnebre”, conforme a SD8. Vale lembrar que esta SD se refere ao morto que cometeu suicídio, que tinha um pai capitão. Assim como as flores, as “custosas fitas” eram um sinal de ostentação e seu uso dá *status* para a família que as tinha como homenagem. O “cóche funebre”, referido nessa sequência, era uma espécie de carro¹⁸⁶ da época, podendo ser comparado a uma carroça por usar tração animal e necessitar de um cocheiro para ser conduzido. Como saber destes detalhes senão pelo arquivo? Como já mobilizado no capítulo 4, precisamos, segundo Romão e outras autoras (2011) saber que há arquivo, mesmo que seja uma ilusão a completude, para pensar que podemos recorrer a ele quando necessário. Esta (falsa) ideia nos dá segurança, nos deixa tranquilos, de que não vamos sofrer com a falta de arquivo.

Mas o discurso sobre o cortejo, em muito tomado pela espetacularização, pela encenação, tem seu ponto máximo, entre as possibilidades de dizer deste

¹⁸⁶ Os carros motorizados só foram inventados nas últimas décadas do século XIX.

momento sobre a morte, no caso da SD9 quando “fez-se representar o Commando da Guarnição e uma comissão da loja <Paz e Trabalho>. A presença não apenas do Comandante do Exército mas do “Commando” sinaliza prestígio pessoal e profissional o que é reportado pelo jornal local. Também a comissão da loja maçônica representa o apoio “institucional” não só do exército mas de outras esferas sociais organizadas. Dando uma noção de sequência de fatos sucedidos antes do enterro (“sahimento do feretro” – “encommendação”), finalmente se arremata a pompa e circunstância da ocasião quando se afirma que “Durante a encommendação tocaram as bandas do 4º e do 30º batalhões”. O DJo consegue trabalhar com a ideia de acontecimento-morte, com maior ou menor prestígio de acordo com o impacto visual que envolve a descrição do momento da pós-morte: o caixão, as flores, as fitas, o coche, as instituições e a banda. A SD10 do R3 faz esse contraponto quando tem no seu dizer do DJo apenas a referência à religião que professava a família e/ou a morta quando menciona a sua encomendação. “A encommendação teve lugar terça feira as 9 horas da manhã, na igreja catholica”. Este discurso *sobre* a morte traz duas questões importantes: a definição do lugar da encomendação como a Igreja e o fato de que havia essa relação com o catolicismo, num cruzamento entre os DJo e DR. É preciso mencionar que, como já havia sido salientado em SD4 do R3, a morta foi “encommendada gratuitamente na forma do Ritual da Bahia” o que explica a não presença das marcas de um acontecimento-morte importante socialmente (flores, fitas, etc) já que nem mesmo a Igreja foi paga por encomendá-la. O cruzamento das SD dos diferentes discursos é elucidativo quanto à questão da informação já que os silêncios não sempre os mesmos e numa análise mais ampla é possível relacionar e observar estas ausências, colaborando para a observação da opacidade da língua e do discurso, que têm tanta incompletude.

CONCLUSÃO

As textualidades observadas sob a perspectiva do discurso *sobre* a morte presentes nos arquivos surpreendem. Primeiro, elas surpreendem pela falta, pelas lacunas, pelos vazios, pelos silêncios dados pela inexistência de acervos verificada em arquivos municipais do interior do Rio Grande do Sul. Nesta tese tem-se como materialidade apenas os documentos que registram/comunicam a morte mas poderia ser sobre qualquer outra temática. Tem-se ciência que é uma situação que se repete. É lamentável que o patrimônio público seja relegado a segundo plano pelas administrações municipais. Santa Maria, adiante do objeto aqui analisado, é até exceção pois há algo sobre o que se debruçar. Tem o que nem mesmo sua capital tem: documentos sobre a morte nos arquivos. Guarda em sua instituição arquivística principal, denominada histórica, parte dos registros. Mas mesmo dentro do administrativo dessa cidade, há falta. No Cemitério Público, que data do século XIX, muito se perdeu sobre os registros de morte. Um incêndio seria a resposta, mas porque não falar em descaso? O descaso, aliás, não é privilégio nosso, do Rio Grande do Sul. No Espírito Santo, conforme se verificou a partir deste estudo, se tem o acervo em questão, mas não se quer ter o que vem ele: o acesso e seus problemas. Abre-se mão de parte do acervo, de parte da memória social, da memória relacionada à morte em nome da segurança dos vivos. Ao menos o município de Vitória coloca estes documentos à disposição de outra instituição. E isso o faz legalmente, mediante avaliação documental, ou seja, assentados no fazer arquivístico normatizado, levando à esfera estadual aquilo que é do municipal. O Estado aceita, mas não tudo, somente o conjunto mais antigo. A pesquisa recorrente que acontece no Arquivo do Estado sobre a formação do povo capixaba é o motivo da aceitação da doação desta parte do acervo que seria eliminado. Ele se mantém pelo uso. A outra parte é excluída.

As textualidades que contém o discurso *sobre* a morte nos arquivos surpreendem porque se apresentam como documento de modo diferente. No Espírito Santo e no Rio de Janeiro, os tipos documentais são outros: a certidão e o talão de óbito, o primeiro agora depositado no Arquivo do Estado e o segundo, no Arquivo Nacional. Em Santa Maria, o atestado de óbito é o meio pelo qual o discurso

sobre a morte está disponível naquele ano de 1896. Sua morada é a instituição-arquivo da esfera municipal. Moradas diferentes, locais de memória distintos.

A dispersão é uma constante. Os documentos e as informações sobre a morte estão em mais de um lugar em um mesmo município. Não há um privilégio único da administração. A dispersão é real. Arquivos públicos e privados guardam a informação sobre a morte das pessoas de uma mesma localidade, referentes a um mesmo tempo. A informação, por sua vez, se difere por seu direcionamento, por sua apresentação visual, características físicas, estado de preservação, quantidade e sobre seu modo de dizer a morte. A administração municipal, a Igreja e o Cartório têm as credenciais para produzir e manter este tipo de acervo dada a sua história, a sua institucionalização. Os jornais e outros documentos da época, como o inventário e o testamento, também registram o fato morte, o evento vital que encerra a vida, mas de outra maneira.

Diante das diferentes textualidades encontradas nos arquivos se lança mão de uma técnica para proceder a uma análise sobre esta evidência do passado. Um olhar de analista do discurso se dirige para o real documentado e materializado pela língua no fio do discurso. É preciso equacionar o que se tem como arquivo de tese para que se possa, enfim, construir uma tese. A análise dos dados de quase 200 mortes para a Santa Maria de um ano só, o de 1896, pede um meio próprio, criativo, de olhar para si. Nomes, datas, doenças, profissionais envolvidos nas mortes, pessoas mortas. Embora haja o peso do tema, há também a curiosidade. A ciência, como o ser humano, se movimenta com ela. A definição do *corpus* empírico fecha, em um grupo de 12, o obturador.

A descrição do *corpus* permite o seu conhecimento detalhado e a sua ampliação a partir de relação com outros documentos. Nesse momento mais faltas e silêncios são sentidos. O controle do acesso em uma organização particular de um lado, e a generosidade da abertura do acervo privado ao público de Santa Maria e região, de outro, dão as tintas de tão variada cena arquivística com que se convive na atualidade. A reflexão sobre a falta e o excesso são reavivadas. Entre a autoridade para dispor da informação nas instituições públicas e privadas e a informação cemiterial desgastada pelo tempo, por estar sem proteção, para qualquer um que queira fazer uso dela, se faz presente outra problemática da questão da memória que tenta escapar: O que, enfim, está e não está no campo do cemitério? Quanto tempo nossos registros epigráficos podem sobreviver? Com apenas uma

exceção (que traz informações em língua alemã em meio ao português do Brasil) cerca de 120 anos, sem dúvida, é o suficiente para apagar informações de morte de um cemitério. Esta é a realidade de Santa Maria. E isso se dá de modo lícito, com amparo da lei. Daqui a 120 anos não haverá vestígio de nós na terra. Pensar o discurso *sobre* a morte, e a exclusão de sua materialidade no sepulcro, na campa, na sepultura do cemitério, faz pensar sobre o quão efêmero somos. Ao menos no papel há a materialidade e seguem, em algum lugar de memória, os registros de morte, ou de pelo menos alguns deles, aqui os de 1896.

O discurso *sobre* a morte, propriamente dito, é o foco, com base nas faltas e excessos, na complementariedade que mostram as textualidades quando comparadas. O gosto de pesquisar manuscritos é combustível para seguir a querer compreender o funcionamento do discurso nesta materialidade. É na escolha das palavras e no modo de dizer a morte que fica parte do sujeito que imprimiu à mão a sua presença na história do cotidiano de uma cidade de interior no final do século XIX. As assinaturas, as marcas da caneta sobre o papel, a escolha desse papel, a pressão da letra, o peso da mão traz também a informação sobre o sujeito. Quantos leram este documento? Por que ele foi produzido? Quem tocou este pedaço de papel? O que mais é dito para além do que está evidente? A opacidade do discurso teria sido foco de atenção de mais alguém? As perguntas suscitadas fazem do final de um processo de construção de tese um lugar de novas possibilidades de pesquisa.

As reflexões a cerca das textualidades que contêm o discurso *sobre* a morte, e também considerando aquelas silenciadas, são o ponto de partida para a constituição um *corpus* discursivo, formado por 30 sequências discursivas que oportunizaram olhar para este passado fixado pela escrita e pensar sobre o processo de produção discursiva. Frente a essa questão, são privilegiados, por identificação, diferentes domínios das textualidades relacionadas à morte: o médico, o religioso, o jurídico, o jornalístico e também o de privacidade, resultante do modo como a família fala do morto, da morte e agradece, na pós-morte. Suas relações e sobreposições aparecem ao longo das análises. Nas instituições, a busca pela objetividade dá pouco espaço pra diferença, sendo comuns formulações que vão se mostrando recorrentes em cada domínio. Em contra partida, quando no meio mais próximo, a dor e o sofrimento faz falar de dentro pra fora através das curtas linhas das colunas de um jornal. O sensacionalismo e o discurso polêmico do redator, por

sua vez, se atravessam na morte veiculada para todos que quiserem ler o jornal. O jurídico do inventário transforma o que se compreende por ser mãe, que passa a ser tão somente o objeto do interesse econômico dos filhos. A ostentação tem também lugar no adeus, na separação entre o existir e a memória. A autoridade faz possível movimentar a identidade dos sujeitos, faz crescer ou apagar as dúvidas sobre a morte.

O discurso *sobre* a morte é múltiplo nos arquivos. Ele é rico e de relações inesgotáveis. O analista tem suas próprias condições de produção frente ao que já foi um dia determinado por outras. De seu labor uma nova perspectiva se abre no gesto de leitura sobre documentos de morte ou de qualquer outro tema arquivado pelos homens ao longo dos anos. Defende-se aqui, portanto: 1) a existência de arquivos; 2) a presença de arquivistas; 3) a manutenção apropriada dos acervos; 4) investimentos para a manutenção das fontes primárias, conservando as informações do passado; 5) a leitura como um gesto de cuidado e atenção aos acervos de outros tempos.

De que se faz a memória? E ainda, como uma nova história pode ser contada? Nosso trabalho é inesgotável nos arquivos. Fica, como convite, o que Pêcheux nos disse, transformado em pergunta. Vamos ler o arquivo hoje?

Apesar desta tese tecer uma crítica ao que se tem hoje nos arquivos – e com isso também ao que não se tem, não se trata aqui de negar o trabalho do arquivista, muito pelo contrário. Trata-se de compreendê-lo, compreender o sujeito-arquivista, como parte de um sintoma de uma época (conforme apresenta Mariani, 2010), impactado pela história de que é parte, e considerando que o que se tem definitivamente é o escolhido e o recortado por alguém. Pêcheux (2010), indiretamente, refere-se a este alguém como aquele a quem se atribui “a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento literal dos documentos, as ditas interpretações”. Preparar e sustentar.

Seriam os arquivistas os anônimos? De fato eram. No passado. Mas de um papel de coadjuvante, o arquivista vai, e pode ir, além, e até se arrisca a roubar a cena. Arquivistas tornam-se cada vez mais presentes na garantia dos direitos de acesso à informação e da preservação do patrimônio documental brasileiro. Deixam de atender a “divisão social do trabalho de leitura”, assim expresso por Pêcheux (2010c, p. 52) para de antes meros técnicos/tecnicistas, assumir outra posição, apropriando-se da pesquisa e do aprofundamento dos estudos históricos colocando-

se, tal como a AD, numa posição de entremeio. Desconfortável mas necessária, tomando posição. Uma nova posição.

É assim que concluo esta tese, como arquivista e analista do discurso que sou, desafiando minhas possibilidades, equilibrando-me em minha própria contradição, como sujeito ao mesmo tempo livre e “submisso”, conforme explica Orlandi (2010, p. 50).

Nos arquivos que pesquisei e na maioria, senão todos os arquivos instituições do mundo, esse político está disperso, compartilhado, em quem produz, em quem organiza e naquele que é usuário, como chamamos o “leitor”. Sim, ao ler praticamos nosso recorte, agimos pelo político. O gesto de leitura, porém, é somente um momento, uma interpretação em cima do relatado, do discursivizado na textualidade. Não há apenas um olhar por um político, senão três, onde entra: quem escreve (produtor); quem organiza (arquivista/responsável por sua manutenção no acervo e guarda); quem lê (pesquisador). O político é inevitável, ele é constitutivo a ter um arquivo. Isso deve ficar claro e ser reconhecível para quem o lê.

A influência da passagem do tempo histórico se sobrepõe de tal forma ao fazer arquivístico que a leitura do arquivo pelo pesquisador/analista de discurso é um jogo incerto, na qual ele pode ser bem ou mal sucedido em suas buscas. Isso não pode ser assim. Embora não se pense que o excesso de arquivo é segurança para que tudo se tenha, afinal algo sempre escapa. O excesso e a falta de arquivo mostram o poder do mesmo, conforme Roudisnesco (2006, p. 10).

Diante das mudanças que se verificam nesse campo disciplinar, das possibilidades de crescimento da área que recebe contribuições de tantas outras áreas na formação de seus pesquisadores em nível doutoral, como é o caso da linguística e do campo da AD, o arquivista precisa tomar para si uma outra posição sujeito, sair do trabalho técnico e olhar para o arquivo com a perspectiva de espaço discursivo em que ele pode e deve se apropriar. Nesse sentido, entende-se que a presente pesquisa contribui também para as reflexões sobre a formação arquivística em que o sujeito arquivista pode ser, ao mesmo tempo, o sujeito que trata da gestão, com políticas, como também o pesquisador, que se beneficia delas. Ao se deparar com o documento o sujeito arquivista deve se sentir a vontade para ir além do uso do arsenal técnico que teve a disposição em sua formação.

Ao longo do desenvolvimento desta tese, necessitei me beneficiar de políticas arquivísticas para tomar meu objeto de tese, políticas estas que partem do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos. Penso que as políticas de estado para arquivos e informação devam alcançar outros espaços, povoados de discursividades apesar de serem considerados como relevantes de forma restrita. Faço referência ao cemitério e suas inscrições epigráficas, por exemplo, objeto de pesquisa que tanto me atrai, sendo que elas (as políticas) devem abranger não só os vivos como também os mortos, dado que este é o destino de todos nós.

Encerro esta tese retomando e respondendo algumas das perguntas que faço nesta conclusão. Por certo a memória é alimentada nos arquivos. Por certo os arquivos têm poder e o político presente na sua organização, no excesso ou no esvaziamento, na interdição, espelham bem este poder. Uma nova história poderá ser contada se os arquivos forem tema das políticas de Estado, se eles forem alvo de reflexões interdisciplinares e se, uma vez conservados, preservados, sejam também frequentados e, de fato, “lidos”.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, A. (org.). **Cem anos de formação médica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

ÁLBUM Ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Empresa Gráfica Metrópole, 1958.

ANDRADE, E. A. de. **Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX**: edições fac-similar e semidiplomática. 2007. 435 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-17102007-141127/pt-br.php> Acesso em: 24 mar. 2015.

ANKERSMIT, F. R. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Londrina, PR: Eduel, 2012.

ARAÚJO, E. **Publicação de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1985. (Série Publicações Técnicas).

ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo do liberalismo excludente**; da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano. V. 1)

ARQUIVO Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Os presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

AXT, G. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929**. Porto Alegre: Paiol, 2011.

AZEVEDO, A. C. Os allemães em Santa Maria. In: **REVISTA comemorativa do primeiro centenário da fundação da cidade de Santa Maria**. Porto Alegre, 1914. p. 21-9

_____. Hospital de Caridade. In: **REVISTA comemorativa do primeiro centenário da fundação da cidade de Santa Maria**. Porto Alegre, 1914. p. 56-61

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 3 ed. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2014 [2005].

BARICHELLO, E. M. M. da R. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria, RS: Pallotti, 2001.

BASILE, M. O. N. de C. O império brasileiro: panorama político (partes A – A independência e a formação do Estado Imperial - e B – Consolidação e crise do Império). In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BASSANEZI, M. S. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C. B., LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. 3 reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

BELÉM, J. A imprensa em Santa Maria. In: **REVISTA comemorativa do primeiro centenário da fundação da cidade de Santa Maria**. Porto Alegre, 1914. p. 41-6

_____. **História do município de Santa Maria 1797 – 1933**. 3 ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2000 [1933].

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014.

_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787 – 1930**. 3.ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2013 [1958].

_____. Síntese histórica de Santa Maria. In: **ÁLBUM Ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul)**. Porto Alegre: Empresa Gráfica Metrópole, 1958.p. 17 - 21

BERENBLUM, A. **A invenção da palavra oficial**: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. ed. rev. ampl. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

BIAVASCHI, M. A. C. O coronelismo e a imprensa santa-mariense (1889-1930). In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria, RS: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

BISOGNO, V. P. Mamão com colher. **Jornal A Razão**, Santa Maria (RS), p. 4, 18 abr. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 4.764**, de 5 de fevereiro de 1903. Dá novo regulamento á Secretaria da Policia do Districto Federal. Rio de Janeiro, RJ, ? fev. 1907. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4764-5-fevereiro-1903-506801-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **Decreto [Imperial] nº 10**, de 7 de março de 1891. Estabelece providencias relativamente ao serviço do registro civil na Capital Federal. Rio de Janeiro, RJ, 7 mar. 1891. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10-7-marco-1891-498199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Decreto [Imperial] nº 605**, de 26 de julho de 1890. Altera os arts. 5º e 22 do regulamento anexo ao decreto nº 9.886 de 7 de março de 1888. Rio de Janeiro, RJ, 26 jul. 1890. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-605-26-julho-1890-516505-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. **Decreto [Imperial] nº 3069**, de 17 de abril de 1863. Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3069-17-abril-1863-555008-publicacaooriginal-74026-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. **Decreto [Imperial] nº 5.604**, de 25 de março de 1874. Manda observar o Regulamento desta data para execução do art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-marco-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. **Decreto [Imperial] nº 9.866**, de sete de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870 na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, do accôrdo com a autorização do art. 2º do Decreto n. 3316 de 11 de Junho do 1887. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Lei nº 6.015**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975. Altera a Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 jul. 1975. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6216.htm> Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Lei nº 8.159**, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm> Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Lei [Imperial] nº 1.829**, de 9 de setembro de 1870. Sanciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-1829-9-setembro-1870-552647-publicacaooriginal-70024-pl.html>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Lei [Imperial] nº 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 04 jan. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **A declaração de óbito**: documento necessário e importante. 3.ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRINCKMANN, A. O. O nosso dever. **[Jornal] O Combatente**. Ano X, nº 1, Santa Maria, RS, p. 1, 1º jan., 1896.

BRINCKMANN, C. Exposição de Chicago. **[Jornal] O Combatente**. Ano VII, Nº 1. Santa Maria, RS, p. 1, 1º jan., 1893.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTANHO, D. M. **Políticas públicas e a gestão da informação arquivística** [polígrafo]. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2009. (Curso de Especialização em Gestão em Arquivos - EaD)

CATROGA, F. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra, Portugal: Livraria Minerva, 1999.

CERVO, L. M. A língua, os museus e os espelhos. In: **RUA** [online]. 2014, no. 21. Volume II - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/> Acesso em: 13 dez. 2015.

CONNAUGHTON, B. F. El carácter polivalente de la documentación. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. **Entre historiadores y archivistas**: el dilema de la valoración documental. México: Secretaria de Gobernación, Archivo General de la Nación, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). **Resolução CFM nº 1.821**, de 11 de julho de 2007, que aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio de documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. In: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Legislação arquivística brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. Disponível em: <www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/legarquivos_jul_2013pdf.pdf>. Acesso em: 03 out. 2013.

COSTA, A. R. da. **O Rio Grande do Sul**: completo estudo sobre o Estado. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922. (II Volume)

COSTA, E. V. da. Brasil: A Era da Reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: de 1870 a 1930. 1. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

COURTINE, J.- J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EduFSCAR, 2009.

_____. O mentir verdadeiro. In: SWIFT, J. **A arte da mentira política**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Polifonia**. V. 12 N. 2 p. 1-13. Cuiabá, MT: EduFMT, 2006.
COURTINE, J.- J.; HAROCHE, C. Apresentação. In: DINOUART, J. A. T. **A arte de calar**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COUTO, S. P. **Maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2005. (Série Sociedades Secretas).

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DEAN, W. A economia brasileira, 1870-1930 (Volume V). In: BETHELL, L. **História da América Latina**: de 1870 a 1930. 1. ed., 1, reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

DERRIDÁ, J. **Pensar em não ver**: escritos sobre as artes do visível (1979 – 2004). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

_____. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, C.; PETRI, V. Apresentação. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2013.

DIAS, J. P. **Um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro**: a definição do nome gramática. Tese (Doutorado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

DIAS, M. das G. L. V. Le sinthome. **Ágora**. Rio de Janeiro [online]. 2006, vol.9, n.1, pp. 91-101. ISSN 1516-1498. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000100007>> Acesso em: 3 nov. 2013.

DINOUART, J. A. T. **A arte de calar**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para una atingua ciencia. Sevilla, Espanha: S&C ediciones, 1996.

ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/ interpretação do corpus discursivo. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso (4.:2009:Porto Alegre, RS) **Anais do IV SEAD** - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] Porto Alegre : UFRGS , 2009. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead4.html> > Acesso em: 05 jun. 2014.

FARGE, A. **Lugares para a história**. Belo Horizonte. MG: Autentica, 2011 [1997].

_____. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009 [1989].

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865) Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da URFJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FAUSTO, B. Brasil: estrutura social e política da Primeira República, 1889-1930. In: BETHELL, L. **História da América Latina**: de 1870 a 1930. 1 reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FERRAREZI, L.; ROMÃO, L. M. S. O discurso jornalístico sobre a morte de Dorothy Stang: a textualização nas páginas da Revista Veja. **Revista achegas.net**. N. 30, jul./ago. 2006. Disponível em: < http://www.achegas.net/numero/30/lucilia_ludmila_30.pdf >. Acesso em: 23 mar. 2013.

FERREIRA, G. R. **Estudo de viabilidade de implantação de Curso de Mestrado em Arquivologia na UFSM**. [Monografia de Especialização]. Curso de Pós-Graduação - Especialização a Distância em Gestão em Arquivos. Santa Maria, RS: CPGEDGA/EaD/CCSH/UFSM, 2010.

FLEXOR, M. H. O. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. (Publicações técnicas; n. 53).

FLOREA, M.-L. Dire la mort, écrire la vie. Representations de la mort dans les nécrologies de presse. In: **Questions de communication** [on line], 19. 2011 [on line em 1 jul. 2013. Disponível em: < <http://questionsdecommunication.revues.org/402> > Acesso em: 14 nov. 2015.

FLORES, A. P. M. Um cemitério extra-muros em Santa Maria – RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina (PR). **Anais eletrônicos...** Londrina (PR): UEL, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0093.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

FLORES, M.; FLORES, H. A. H.. Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FORD, I. Casamento civil. 1889. In: LEITE, M. M. (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Ed. Universidade de São Paulo; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2012 [1969].

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2012b [1971].

_____. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 [1973].

FURTADO, J. F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. 3 reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

GALEANO, D. Identidade cifrada no corpo: o bertillonnage e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 721-42, set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a07v7n3.pdf>> Acesso em: 09 set. 2015.

GILLE, B.; GILLE, G. Les archives privées. In: ASSOCIATION des Archivistes Français. **Manuel d'archivistique**: théorie et pratique des archivistes français. Paris, France: Imprimerie Nationale, 1970.

GUILHAUMOU, J. **Lingüística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (org.) **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 4. ed. Campinas, SP: RG, 2010.

_____. O sujeito e os estudos da significação na década de 70 no Brasil. In: BRAIT, B. (org.) **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes; Fapesp, 2001.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1994].

_____. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1990].

HERRERA, A. H. **Archivística general: teoria y practica**. Sevilla, Espanha. Graficas del Sur, 1987.

IBGE. **Em 2011, esperança de vida ao nascer era de 74,08 anos** (texto de 29/11/2012) Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2271&id_pagina=1>. Acesso em: 01 jan. 2013.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Unicamp, 2013 [1997].

_____. De ocupação à invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, F. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 73-186

INTERCOM. **Enciclopédia Intercom de comunicação**. v.1. Dicionário brasileiro do conhecimento comunicacional: conceitos. São Paulo: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.ciencianasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

JACQUES, J. C. **Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul**: precedida de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Santa Maria, RS: UFSM, 2014.

KARSBURG, A. de O. **Sobre as ruínas da velha matriz**. Religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria – Rio Grande do Sul 1880/1900). Santa Maria, RS: UFSM, 2007.

KOPP, P. Chronica da parochia evangélica allemã de Santa Maria. In: **REVISTA comemorativa do primeiro centenário da fundação da cidade de Santa Maria**. Porto Alegre, 1914.p. 99 - 100

LACASTA, M. del P. F. Metodología y aplicaciones de los principios de identificación y valoración en España: resultados obtenidos. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. **Entre historiadores y archivistas**: el dilema de la valoración documental. México: Secretaria de Gobernación, Archivo General de la Nación, 1995.

LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P. de. **Atestado de óbito**. São Paulo: Centro Brasileiro de Classificação de Doenças, 1983.

LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2001 [1998].

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. 1.reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 1996.

LODOLINI, E. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. In: GUTIERREZ MUÑOZ, C. (ed.). **Archivística**. Lima, Perú: Pontificia Universidad Católica del Perú; Facultad de Letras y Ciencias Humanas, 1991.

LONDERO, A. T. Faculdade de Medicina de Santa Maria. IN: ACHUTTI, A. (org.) **Cem anos de formação médica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

LOPES, F. H. Suicídio como objeto de reflexão histórica: apontamentos de uma pesquisa (Rio de Janeiro, início do século XX). In: RODRIGUES, C.; LOPES, F. H. **Sentidos do morrer e da morte na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

LOPES, L. C. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: APERJ, 1997.

_____. **A imagem e a sombra da arquivística**. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

_____. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói, RJ: EDUFSCar; EDUFF, 1996.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 3. ed. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2014 [2005].

LUCAS, C. R.. **Indexação**: gesto de leitura do bibliotecário. 1996. 100 f. Tese (Doutorado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 1996.

MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU, J. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1994].

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003 [1989].

_____. Elementos para a história de uma análise de discurso na França. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1994].

MANDEL, Ladislav. **O poder da escrita**. São Paulo: Rosari, 2011.

MARCHIORI, J. N. C.; NOAL FILHO, V. A. (org.). **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. 2. ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

MARIANI, B. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa In: TEDESCO, M. T.; MEDEIROS, V. (orgs.). **Travessias nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres**. [E-book]. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010. Disponível em: < http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_tfc_lingua/livro_travessias_nos_estudos.pdf> Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. “Larissas”: ou quando a falta de sentido faz sentido outro. In: MARIANI, B.; ROMÃO, L. M. de S.; MEDEIROS, V. (org.). **Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

MARTINS, T. da S. **Efeitos de sentido na disciplinariação de uma teoria**. Tese (Doutorado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007 [2005].

MELO, H. P. de.; MARQUES, T. N. Considerações sobre a pesquisa. In: SCHUMAHER, S; VITAL BRAZIL, É. (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MENDONÇA, S. R. de M. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica (Da República Velha ao Estado Novo, parte B). In: LINHARES, M. Y. (org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:<<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>> Acesso em: 15 jun. 2015.

MONTERO, P. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica** [Online], vol. 13 (1). Maio, 2009. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1195>> Acesso em: 18 abr. 2015.

MONTEIRO, H. de M. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal (Da República Velha ao Estado Novo, parte A). In: LINHARES, M. Y. (org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Conceptos introductorios al estudio de la información documental**. Salvador: EDUFBA; Lima (Peru): Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005.

MOSCA, P. R. F. Fundação da Faculdade de Medicina da UFRGS. In: Sociedade Brasileira da História da Medicina. 2011. Disponível em: <<http://sbhm.webnode.com.br/news/faculdade-de-medicina-da-universidade-federal-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 15 out. 2012.

MOUILLAUD, M. As grandes mortes na mídia. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. **O jornal: da forma ao sentido**. 3.ed. rev. Ampl. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

MURILLO, M. V. **Cómo seleccionar documentos de archivo**. Cordoba, Argentina: Ad Sidera Editorial, 2002.

NEVES, M. de S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo do liberalismo excludente**; da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. O Brasil Republicano. V. 1

NONOHAY, H. P. de. O fôro. In: **REVISTA comemorativa do primeiro centenário da fundação da cidade de Santa Maria**. Porto Alegre, 1914.p. 104-5

NÚÑES CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: CORTÉS ALONSO, V. et al. **Archivística: estudios básicos**. Sevilla, España: Diputación provincial de Sevilla, 1981. p. 25-44

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: 1993.

NORMAND, C. **Convite à linguística**. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012 [2009].

_____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (org). **O falar da linguagem**. Série Linguagem. Nº 1. São Paulo: Lovise, 1996.

OLIVEIRA, D. T. de; SOUZA, C. F. de. Entre o progresso e o mal-estar da insalubridade, uma urbanização problemática no Rio Grande do Sul do início do século XX. **Anais**. Encontros Nacionais da ANPUR. v. 15. 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4473>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OLIVEIRA, D. A. Arquivo e documento. **Revista do Arquivo Municipal**. v. 20. São Paulo. p. 149-99

OLIVEIRA, L. A. P. de; SIMÕES, C. C. da S. O IBGE e as pesquisas populacionais. In: **REVISTA Brasileira de Estatística Populacional**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a06.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2014.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011 [1983].

_____. Análise de discurso, ciência e atualidade. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S.(org.). **O acontecimento do discurso no Brasil (AD)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010 [1999].

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013 [2007].

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. Entrevista. In: **Fragmentum n. 7**. Mar. 2006. Santa Maria, RS: Laboratório *Corpus*, UFSM/CAL/PPGLetras.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. Ler Michel Pêcheux hoje. In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b [2011].

_____. Michel Pêcheux e a Escola Brasileira de Análise de Discurso (Conferência). A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: **SEMINÁRIO de Estudos em Análise do Discurso – SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

_____. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, D. A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2008 [1990].

PAGLIUCA, C. A religião catholica em Santa Maria. In: **REVISTA comemorativa do primeiro centenário da fundação da cidade de Santa Maria**. Porto Alegre, 1914.p. 32-5

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso**. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1990].

_____. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, F. HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso**. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010b [1990].

_____. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux – Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 [2011].

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP. jul-dez. 1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010c [1994].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp: 2009 [1998].

PÊCHEUX, M.; LEÓN, J. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 [2011].

PEDRAZZI, F. K. et al. **Exposição Virtual dos 75 anos da Faculdade de Farmácia de Santa Maria**. UFSM, 2005. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/dag/farma/exposicao/apresentacao.htm>>. Acesso em: 10 out. 2012.

PETRI, V. De "garganta do diabo" para "ponte sobre o vale do menino Deus": reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **RUA** [online]. 2010, no. 16. Volume 1 - ISSN 1413-2109

_____. Michel Pêcheux e a Teoria do Discurso nos anos 60. In: **REVISTA Expressão**. CAL/UFSM. Vol. 1. N. 2. Jul.-dez. 2006. p. 186-192

_____. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Letras**. Nº 21. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Jul-dez.2000. Santa Maria, RS: Pallotti, 2002. p. 121-125

PINTO, L. M. da S. **Diccionario da Lingua Brasileira** por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto (MG): Typographia de Silva, 1832. Disponível na Brasiliana Digital em <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>>. Acesso em: 11 set. 2015.

RANCIÈRE, J. As desventuras do pensamento crítico. In: CARDOSO, R. M. (org.). **Crítica do contemporâneo**. Porto (Portugal): Fundação Serralves, 2007.

_____. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: 34, 1995.

RECHIA, A. **Santa Maria**: panorama histórico-cultural. Santa Maria, RS: Associação Santa-mariense de Letras, 1999.

REVISTA comemorativa do primeiro centenário da fundação da cidade de Santa Maria. Porto Alegre, 1914.

REZENDE, A. L. M.; et al. **Ritos de morte na lembrança de velhos**. Florianópolis: UFSC, 1996.

REZENDE, R. Entre o instante e a duração: os usos da memória na construção da morte contemporânea. In: BARBOSA, M. C.; RIBEIRO, A. P. G. **Comunicação e história: partilhas teóricas**. Florianópolis: Insular, 2011.

RIBEIRO, F. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. In: SOUSA, F. F. de; SANTOS, E. C. dos. **A linguagem e a informação documentária**. Curitiba: Appris, 2011.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007 [2000].

_____. **Vivo até a morte**: seguido de Fragmentos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 [2007].

RICHTER, E. I. S. O caráter teórico da Arquivologia. In: NAGEL, R.; RICHTER, E. I. S. **Elementos de Arquivologia**. Santa Maria, RS e Bonn, Alemanha, 1988.

RICHTER, E. I. S.; SCHWARZBOLD, K. C.; LOPES, A. L. M. **Registros de batismo (1814 – 1822)**. Contribuição à história social de Santa Maria. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

RICHTER, E. I. S.; PEREZ, C. B.; LÜDTKE JR., I. **Documentos epigráficos**. Santa Maria, RS: FACOS/UFSM, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1891). Constituição Política do estado do Rio Grande do Sul. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Constituições sul-riograndenses 1843-1947**: Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Porto Alegre, RS: Imprensa oficial, 1963. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>> Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Lei nº 327**, de 6 de fevereiro de 1924. Decreta e promulga a reforma parcial dos arts. 9º, 10, 11, 18, § 3º, e 63 da Constituição Estado. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Constituições sul-riograndenses 1843-1947**: Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Porto Alegre, RS: Imprensa oficial, 1963.

RODRIGUES, J. W. **Reportagem impressa, estilo e manuais de redação**. A construção da autoria nos textos do jornalismo diário. Santa Maria, RS: FACOS/UFSM. Coleção de Magistro

RODRIGUES, C. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro** (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROMÃO, L. M. S. et al. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (orgs). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ROUSSEAU, J.-Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1994.

RUBERT, A. A Igreja Católica em Santa Maria. In: **ÁLBUM Ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul)**. Porto Alegre: Empresa Gráfica Metrópole, 1958.p. 153 - 154

RÜDIGER, F. R. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

SANTA MARIA. RS. **Lei nº 3568**, de 16 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:10eMVmRj-AEJ:www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LM/1992/3568.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV 2004 [1956].

SCHERER, A. E. A casa miticamente comum. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria, RS: UFSM, 2013.

_____. A escrit(ur)a de si: uma história do sujeito pela alteridade. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). **Escrit(u)ra e si e alteridade no espaço papel-tela**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

_____. Apresentação. In: SCHERER, A. E. (org). **Discurso**: circulação, fragmentação e funcionamento. Santa Maria, RS: UFSM, CAL, PPGL, Laboratório *Corpus*, 2006. p. 5-8

_____. As inquietudes discursivas de um orientador. In: SCHERER, A. E. (org.) **Discurso**: circulação, fragmentação e funcionamento. Santa Maria, RS: UFSM, CAL, PPGL, Laboratório *Corpus*, 2006.

SCHERER, A. E.; OLIVEIRA, S. de M. de; PETRI, V.; PAIM, Z. M. V. Arquivo, memória e acontecimento em uma política de Fundos Documentais. In: **Gragoatá**. Niterói, RJ. N. 34, 1 sem. 2013 p. 113 – 130 Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/article/view/54/10>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

SCHERER, A. E.; PETRI, V.; OLIVEIRA, S. de M. de. Por uma política de arquivo na contemporaneidade a partir de fundos documentais. In: **Textecendo discursos na contemporaneidade**. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2014.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTSMANN, L. C. B. **Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul**: 1901 – 1914. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SCHWARTSMANN, L. C. B.; PENNA, R. (orgs.). **História e saúde**: diálogos com a dor e a cura. São Leopoldo, RS: Oikos, 2011.

SILVINO FILHO, J. **Avaliação de documentos de arquivo**. Brasília, DF: CORBI, Walda Antunes Consultoria, 1996.

SIMÕES, G. D. **Guia do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso**. Santa Maria, RS: 2011. Disponível em: <<https://casamemoriaedmundo.files.wordpress.com/2011/09/guia-do-arquivo-da-casa-de-memc3b3ria-edmundo-cardoso1.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

SPINA, S. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix; Universidade de São Paulo, 1977.

TAMAYO, A. **Arquivística, diplomática e sigilografia**. Madrid, Espanha: Cátedra, 1996.

VARGAS, A. L. C. Repetições, retomadas e deslocamentos no discurso de/sobre a solidariedade. In: SCHERER, A. E.; PETRI, V.; DIAS, C. **Tecnologias de linguagem e produção do conhecimento**. Coleção Hiper S@beres – Volume II. Santa Maria, RS: PPGL / UFSM, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/hipersaberes/volumell/index.php?option=com_content&view=article&id=1159&Itemid=492>. Acesso em: 8 jan. 2013.

VARGAS, R. M. A. **Designação e dessignificação**: a filiação de sentidos na fraseologia contemporânea. Tese (Doutorado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2009.

_____. Discurso sobre o sujeito-mulher na mídia: efeitos constituídos no entremeio do dizer, do a dizer e do não-dizer. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7., 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em: <http://www.abralin.org/abralin11_cdrom/artigos/Maria_Cleci_Venturini.PDF>. Acesso em: 03 mar. 2013.

VÉSCIO, L. E. **O crime do padre Sório**: maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928. Santa Maria, RS: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001.

VIDE, S. M. da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Synodo Diocesano. 12 de junho de 1707. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=author&value=Vide,%20Sebasti%C3%A3o%20Monteiro%20da,%20Arcebispo,%201643-1722>> Acesso em: 05 abr. 2015.

VIVAR, J. E. E.; SILVA, R. B. P. da; KONRAD, G. V. R. (Org.). **Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria**. Santa Maria, RS: UFSM, 1999.

VOVELLE, M. **As almas do purgatório ou O trabalho de luto**. São Paulo: UNESP, 2010.

XIMENES, L. Arquivo guarda óbitos do séc. XIX. **[Jornal] A Gazeta**. Vitória, ES, p. 6, 6 jan. 2014. Editoria Cidade. Coluna Victor Hugo.

WEBER, B. T. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense - 1889/1928. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

_____. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889 - 1928. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 1999.

WEBER, B. T.; RIBEIRO, J. I. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – RS: condições de trabalho e possibilidades de pesquisa. In: RIBEIRO, J. I.; WEBER, B. T. (orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria, RS: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N. (org). **História da vida privada no Brasil – República**: da Belle Époque à Era do Rádio. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WRIGHT, M. R. Formas de namoro. 1890. In: LEITE, M. M. (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Universidade de São Paulo; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Língua política: modos de dizer da/na política. In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L. M. S. (org.) **Leituras do político**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ANEXOS

Anexo A - Fac-símile dos documentos do corpus empírico

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento N° 37, página 37 do Livro Tomo 13

Falecido: Julio Placido Soveral

Depultu-se.
 Santa Maria 30 de Abril/96
 Meeeexubado

Atesto que faleceu hoje à tarde horas da
 manhã de tumor maligno Julio Placido
 Soveral, de idade de sessenta annos, casado,
 de cor branca, natural d'este Estado.
 Santa Maria da Praia do Monte, 30 de Abril
 de 1896. Sr. H. Gravé.

Carmira

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro N° 7, página 4 do livro Óbitos Catedral N° 3 1895 – 1925

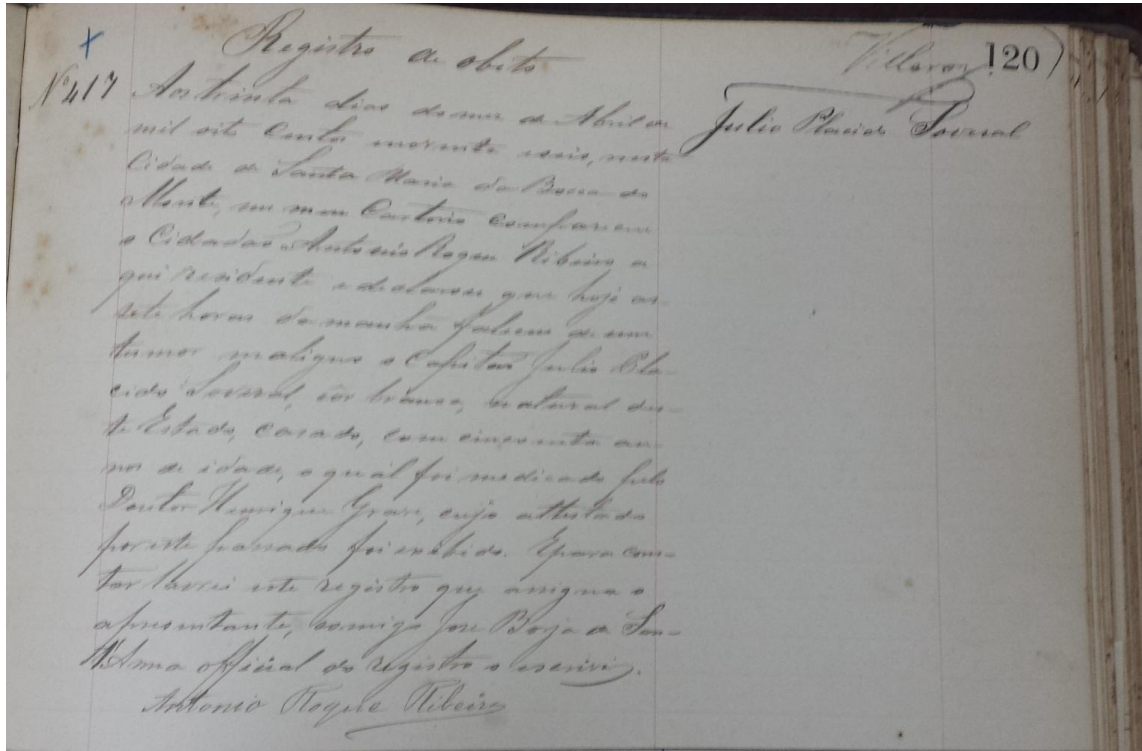
Falecido: Julio Placido Soveral

7- Aos trinta de Abril de mil oitocentos noventa e seis sepul-
 Julio Placi- tou-se neste Cemiterio de S. Maria Julio Placido
 do Soveral Soveral com sessenta annos de idade, Capitão
 do Exercito reformado, casado, natural deste Estado
 falleceu d'um tumor maligno como attestou Sr. Gravé.
 Foi encommendado na fôrma do Ritual da Bahia
 e para constar fiz o presente que assigno.
 O Vigario Pedro Wimmer P. S. M.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 417, página 120 do Livro C – 1

Falecido: Julio Placido Soveral



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 40, página 40 do Livro Tomo 13

Falecido: José Greme

Apueta. 10
 N.º 25 de Abril 1896
 Meequichudo

Attesto que hoje, em 1 hora da
 manhã examinei o cadáver de
 José Greme, de 55 annos de idade,
 de presunção, branco, casa-
 do, austriaco e que se diz ter
 sido encontrado morto no leito.
 Pelo attento exame exterior e refe-
 rido cadáver não heem vestigia
 incutida de violencia alguma
 exterior.

Santa Maria, 25 de Abril de 1896.
 Dr. Pedro Gil de Azevedo

Foi registrado com o nome de
 Antonio Oquibeni, e não como
 José Greme.

Off. do Reg.
 J. B. Sant'Anna

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 6, página 4 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecido: José Cremer

-6- Aos vinte e seis de Abril de mil oitocentos noventa
 José Cremer e seis sepultou-se neste Cemitério publico de
 ou S. Maria José Cremer sendo o verdadeiro Nome d'elli.
 Antonio Antonio Ogribene com trinta e tres annos de idade,
 Ogribene filho legitimo de Domingos Ogribene e Elvira
 Ogribene, casado com D. Amalia Helber, natu-
 ral d'Austria, falleceu hoje de molestia do cora-
 ção repentinamente. Foi encomendado na
 forma do Ritual da Bahia e para constar fiz o pre-
 sente, que assigno. O Vigario Pedro Wimmer P. S. M.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 418, página 120 do livro C – 1

Falecido: Joze Gremes/ Antonio Agnibeni/ Antonio Ognibeni

N.º 418 Registo do Obito Antonio Agnibeni -
 de mil e trezentos e cinquenta e seis, na
 Cidade de Santa Maria da Boa
 Vista, em meu Cartorio Comarca
 de Caxarias, freguesia de Santa Vinha, com
 mercantile e civil, nesta cidade, e de
 clarou que no dia vinte e cinco de Abril
 proximo findo faleceu repentinamente
 nesta Cidade Antonio Agnibeni, aqui
 conhecido por todo, por Joze Gremes, in-
 fugado de Leon Berthoin, cor branco,
 com trinta e cinco annos de idade, casa-
 do com Dona Amalia Kubbit Agnibe-
 ni, e natural da Austria. Declarou
 mais elle declarante, em shido de am-
 pliar de refudo Antonio Agnibeni foy
 apresente declaracao neste registo, neste
 ta sido dada a attidade do Obito pelo Doc-
 tor Affogido Evar de Jesus, com o
 nome de Joze Gremes, como aqui ta
 conhecido e obito falecido, e assim se
 significara em consequencia da permis-
 soa obliã por despacho do juiz Distric-
 tal desta Cidade. E para constar ha mi
 este registo que assigna e declarante a
 cima declarado, Remigo Joze Boja de
 Santa Anna official do registo e escrevi.
 Joze de Souza Vinhas

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 65, página 65 do Livro Tomo 13

Falecida: Julia Alves Monteiro

67

Attesto que há pouco de horas da manhã,
falleceu de Tuberculose pulmonar,
Julia Alves de Azevedo, de 40 annos de
idade, branca, casada e natural do
Estado.
Santa Maria 19 de Maio de 1896.
Dr. Astrogildo Azevedo
de Maio 1896
M. Azevedo

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 12, página 4v do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

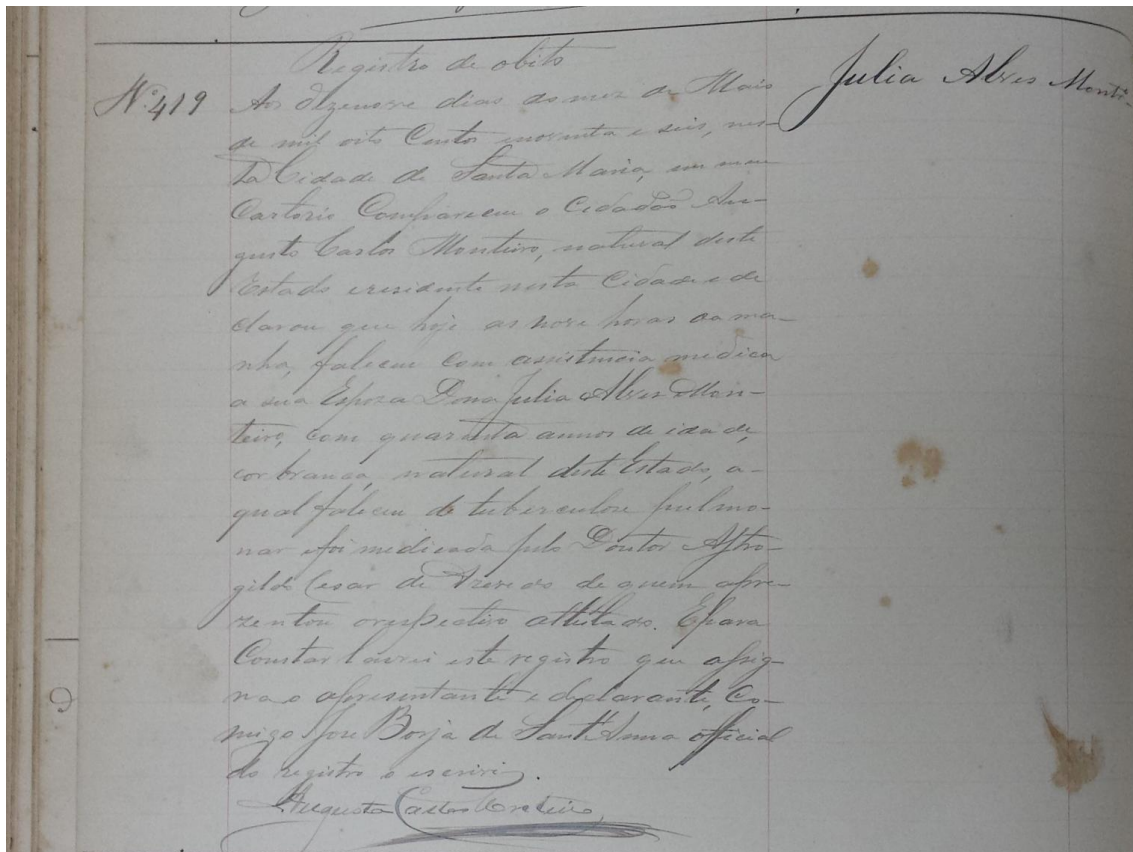
Falecida: Julia Abreu Monteiro

- 12 -
Julia Abreu Monteiro. Aos vinte de Maio de mil oitocentos noventa e seis se-
pultou-se neste Cemiterio de S. Maria Julia Abreu Mon-
teiro com quarenta annos de idade, casada e natural
deste Estado. Falleceu hontem as 9 h. 4 m de pulmonia
tuberculosa como attestou o Dr. Astrogildo Azevedo.
Foi encommendada gratuitamente na
forma do Ritual da Bahia e para costear fiz o pe-
rente, que assigno. O Vigario Pedro Wimmer 256.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 419, página 120v do livro C – 1

Falecida: Julia Alves Monteiro



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 12, página 12 do Livro Tomo 11

Falecido: Carlos João Vincent

Sepult. de, dando-se neste attestado a filiacão do me-
 to, sendo conhecida.
 Santa Maria 3 de Agosto 1906
 M. L. S.

Atteste que comidado houve em
 as 9 e 12 horas da noite para prestar
 socorro medico ao cidadão Carlos
 João Vincent, francês, solteiro e
 natural de St. Etienne, o qual em
 contrai morte, victimado por um
 ferimento de arma de fogo.
 butomni que o mesmo tinha a idade de 17 annos.
 Santa Maria 31 Agosto 06

Dr. Affonso de Souza

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 36, página 7v do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecido: Carlos João Vincent

36- Do primeiro de Setembro de mil oitocentos noventa
e seis sepultou-se neste Cemitério publico de
S. Maria Carlos João Daberkow com dezasete annos
de idade, filho legitimo do Capitão Kuit Vincent Da-
bercow; falleceu hontem as 9,42h da noite, suicidan-
do-se por arma de fogo na falla do piizo perfeito
como attestou o Dr. Affonso Ernesto da Silva. Foi
encommendado na forma do Ritual Romano e
para constar fiz o presente, que assigno.
O Vigario Pedro Vinimca P.M.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 422, página 121v do livro C – 1

Falecido: Carlos João Vincent

Registro de óbito

N.º 422 Atrinta e um dias de mez de Agosto, Carlos João Vincent de mil e setenta e cinco annos, nesta Cidade de Santa Maria da Boa Vista do Norte, em meu Cartorio compareceu o Cidadão João Guilherme Wimmann, residente nesta Cidade, e declarou que hontem, as nove horas e um quarto da noite faleceu suicidado por um tiro de revolver Carlos João Vincent Dabrowski, cor branca, com dezessete annos de idade, natural deste Estado, filho legitimo do Capitão Engenheiro Civil Kurt Vincent Dabrowski com sua mulher Dona Carlina Wimmann Dabrowski, o que tudo verificava com o attestado do Doutor Affonso Ernesto medico, que neste acto exhibio. E para constar lavrei este registro em assigna-o declarante Comica José Boja de Sant'Anna official do registro e escrevi.

João Guilherme Wimmann

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 36, página 36 do Livro Tomo 11

Falecida: Maria **Pedroso**

Attesto que souber, ás 8 horas
da noite, falleceu de uma infeccao
de origem intestinal, Maria, de 2
mezes de idade, branca, filha de
João Chrysostomo Pedroso e J. Au-
na Pires Pedroso e natural de
este Estado.
Santa Maria, 26 de Setembro de 1896.
D. Gregorio de Azevedo.

26 de 9/96

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 40, página 8 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecida: Maria **Pedroso**

-40-
Maria Dos vinte e seis de Setembro de mil oitocentos no-
venta e seis sepultou-se neste Cemiterio publico
de S. Maria Maria com dois meses de idade, filha
legitima de João Chrysostomo Pedroso e Anna
Pires Pedroso, falleceu hontem as 8h da noite de
inflamação intestinal como attestou o Sr. Pedro
gildo d'Azevedo. Foi encommendada na forma
do Ritual Romano e para constar fiz o pre-
sente, que assigno. O Vig. Pedro V. M. mes P.S.M.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 427, página 122v do livro C – 1

Falecida: Maria **Pedroso**

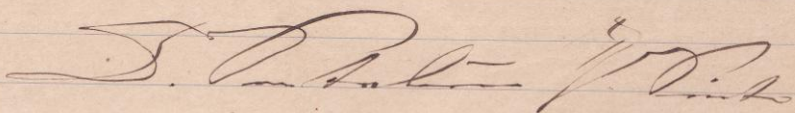
Registro dobito
Nº 427 - Ao vinte e seis dias do mês de Setembro de 1914, nesta Cidade de Santa Maria, no meu Cartório Comarcual e Cidadão Percival Bremer residente nesta Cidade, edictarou que faleceu honestamente as oito horas da noite de uma infecção de origem intestinal a menor de nome Maria, cor branca, com duas mezes de idade, filha legítima do Cebalho João Christofano Pedrosa e sua mulher Dona Anna Lucia Pedrosa, seu bo medicação pelo Dr. Estrogildo C. de Almeida de quem exhibo e respectivo atestado. E para constar lavrei este registro que assino e apresento com a seguinte assinatura:
Percival Bremer.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 39, página 39 do Livro Tomo 11

Falecida: Collecta de Souza

Attesto que D. Collecta
 de Souza, de 62 annos de idade, viu-
 va de Pedro Florentino de Souza, fi-
 lha de Brás Dias Ribeiro e D. Isa-
 bel Ribeiro, natural do Estado de Pa-
 raná, flossista, falleceu hontem ás
 horas f. m. de auto-septicemia; o que
 firmo por sua verdade. Lamb. Ma-
 ria de B. de Monte 19 de Setembro
 de 1896.



ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 39, página 8 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecida: Collecta de Souza

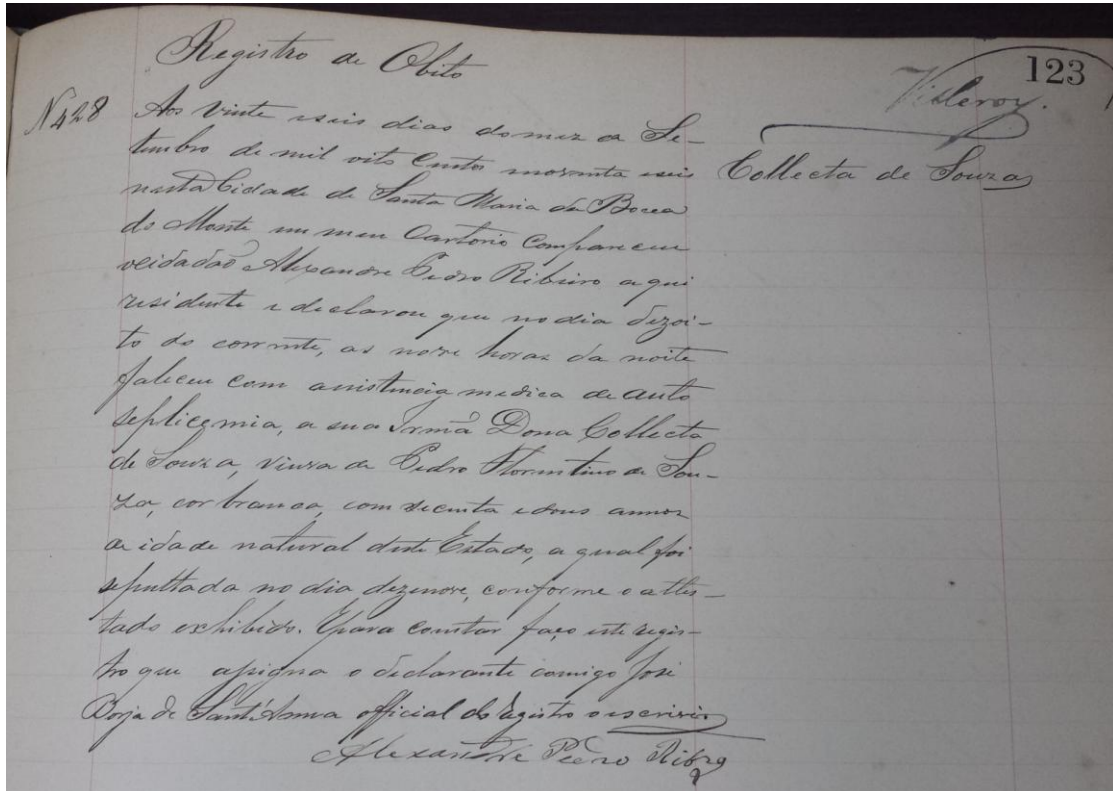
39-
 Collecta
 de Souza

Aos dez e nove de Setembro de mil oitocentos noventa
 e seis sepultu-se neste Cemiterio publico de
 S. Maria Collecta de Souza com sessenta e seis an-
 nos de idade, viuva de Pedro Florentino de Sou-
 za, natural do Estado de Paraná, falleceu hontem
 as 10h da noite de auto-septicemia como attesta o
 Dr. Pantaleão José Pinto. Foi encommendada na
 forma do Rituale Romano e para constar foi
 o presente, que assigna. Vig. Pedro Wimmerza.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 428, página 123 do livro C – 1

Falecida: Collecta de Souza



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 51, página 51 do Livro Tomo 11

Falecido: Silveiro Pereira

se gratis.

Moachado

6 de Abr. 1896.

Attesto que Silveiro Pereira, de
 Mannar de idade, branco, sol-
 teiro e natural d'este Estado, falleceu
 hontem, a 10 horas da noite, de
 brevescho por pneumonia.
 Santa Maria, em Setembro de 1916.
 Dr. Augusto Gomes de Aguiar
 Prof. de Clinica de Pereira

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 38, página 8 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecido: Silveiro Pereira

8

58

Silveiro
 Pereira

Os dias de Setembro de mil oitocentos noventa e seis
 sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria
 Silveiro Pereira, falleceu hontem as 10 1/2 de bron-
 chites pulmonar como attestou o Dr. Astrogildo.
 Foi encomendado na forma do Ritual Romano
 e para constar fiz o presente que assigno.
 O Vigario Pedro Wimmer P.S.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 424, página 122 do livro C – 1

Falecido: Silveiro Pereira

Registro de óbito

N.º 424 Ao seis dias do mês de Setembro, de Silveiro Pereira
mil cento e cinquenta e seis, nesta Cida-
de de Santa Maria, em meu Cartório Com-
pareceu o Cidadão Dedier de Souza
Pedron, residente nesta cidade, e de-
clarou que hontem as dez horas da noi-
te faleceu com assistência medica
Silveiro Pereira, cor branca, com etan-
que de idade setenta e seis natural deste
Estado, filho de Clumencia Pereira, ten-
do falecido de broncho pneumonia, em
de tratado pelo Dr. Estegildo C. de Souza
do. Epuro constar fiz este registro pu-
blico e declarante comico sou Bo-
jo de Santa Maria official do registro civil.

Dedier de Souza Led. ozo.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 62, página 62 do Livro Tomo 11

Falecida: Belisaria Maria da Rocha

sepulta - de.
 N.º 13 de 9h. / 96
 M.ª Belisaria Maria da Rocha
 Attesto que Santa Maria, às 11 horas da
 noite, falleceu de congestão pul-
 monar Belisaria Maria da Ro-
 cha, de 67 annos de idade, leuven-
 viva e natural d'este Estado.
 Santa Maria, 13 de Novembro de 1896.
 Sr. Dr. José Augusto da Silva.

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 51, página 9v do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

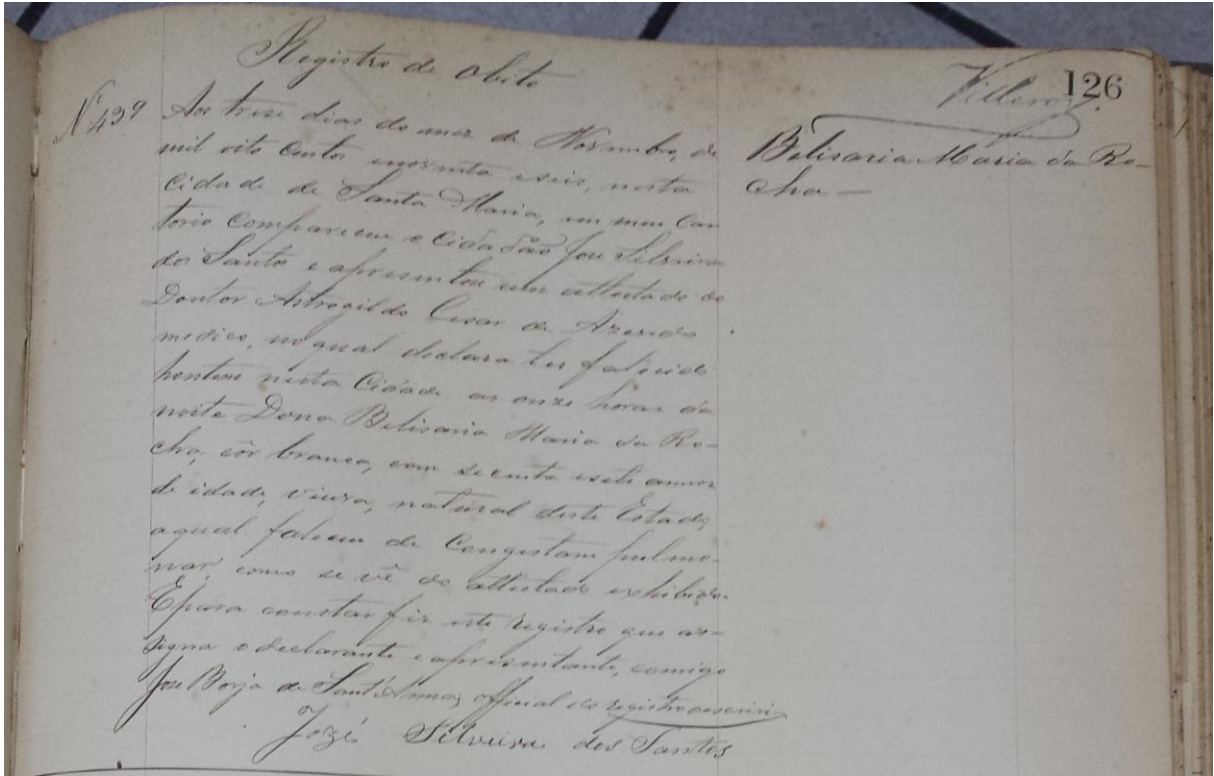
Falecida: Belisaria Maria da Rocha

51.- Aos treze dias do mez de Novembro de mil oitocentos
 Belisaria cento noventa e seis sepultou-se neste Cemi-
 Maria da terio publico de Santa Maria da Bocca do
 Rocha Monte Belisaria Maria da Rocha com sessenta
 sete annos de idade viuva, falleceu hontem as onze
 h. da noite de congestão pulmonar, como attestam
 Sr. Astrogildo. Foi encommendada na forma
 do Ritual Romano e para constar fiz o presente
 que assigno. O Vig.º Pedro Wimmer P.º

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 439, página 126 do livro C – 1

Falecida: Belisaria Maria da Rocha



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 68, página 68 do Livro Tomo 11

Falecido: Ivo de Lima

68
 Ivo de Lima
 2 de 9/11/96
 O Sr. Ivo de Lima, em 4^h da tarde,
 faleceu de enterocolite.
 Ivo, de 5 meses de idade, branco, fi-
 lho de Joaquim Alegre de Lima e
 D. Leonor Nazarena de Lima, e
 natural d'este Estado.
 Santa Maria 2 de Novembro de 1896.
 Dr. Estevão de Almeida Gomes.

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 49, página 9 e 9v do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecido: Ivo de Lima

- 49 -
 Ivo
 Nos três dias do mês de Novembro de mil oitenta e seis sepultou-se neste cemitério público de S. Maria Ivo com cinco meses de idade natural deste Estado e filho legítimo de Joaquim Alegre de Lima, faleceu ontem as 4 h da tarde de enterocolite como atestou

Dr. Estevão de Almeida Gomes.
 Foi encomendado, na forma
 do Ritual Romano a para constar, fiz o presente
 que assigno. O Vigário Pedro Nogueira P. 24.
 No dia 2 de Novembro de mil oitenta e seis.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 436, página 125 do livro C – 1

Falecido: Ivo de Lima

Nº 436 Registro de obito

No trinta e duas dias do mes de Novembro, de mil e oitocentos e noventa e seis, nesta Cidade de Santa Maria, em meu Cartorio compareceu o Cidadão Jose Manoel de Moraes, residente nesta Cidade, e declarou que hontem as quatro horas da tarde falleceu com assistencia medica, de outro Celibato, e menor de nome Ivo, cor branca com cinco mezes de idade, filho legitimo de Joaquim de Aguiar Lima e Leonor Nogueira de Lima, e natural deste Estado, e qual foi medicado pelo Doutor Astrogilio C. de Azevedo de quem se prohibe o direito de attentado. E para constar fir este registro que assigna e de charginge a minha Jose Bojo da Santa Maria official do registro

Jose Mo^{es} de Moraes

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 78, página 78 do Livro Tomo 11

Falecido: Laurentino Alves de Faria

78

Sepulch. 2.
N.º 30 de 30/10/96
Invenção

30/10/96.
Attesto que falleceu hontem ás
5 horas da tarde de enfermidade de
En do cardite Laurentino Alves
de Faria, da idade de 62 annos, na-
tural d'este Estado, cõr branca, casado.
E para constar outorgo o presente
certificando-se que é de fé.
Santa Maria 30 de Outubro 1896
J. C. Correia

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 48, página 9 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecido: Laurentino Alves de Faria

- 48 - Aos trenta dias do mez de Outubro de mil e to-
centos, noventa, seis sepullou-se neste Cemiterio
Laurentino Alves Farias publico de S. Maria Laurentino Alves Farias
com sessenta e dois annos de idade, natural
d'este Estado, falleceu hontem as 5 da tarde de
thysica pulmonar, casado com Benvida
Farias. Foi encommendado na forma do
Ritual Romano e para constar fiz o pre-
sente que assigno. Vigario Pedro Wimmer M.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 435, página 124v e 125 do livro C – 1

Falecido: Laurentino Alves de Faria

Registro de Óbito
Nº 435 Atrinta dias do mês de Outubro de mil e cento e vinte e sete nesta Cidade de Santa Maria da Boa Vista, em meu cartório compareceram os cidadãos Amândio Xavier dos Santos residente neste subúrbio da cidade, e declarou que quem morreu as cinco horas da tarde, faleceu nesta Cidade o Cidadão Laurentino Alves de Farias, cor-branca, com sessenta e dois annos de idade, casado com Benévinda

Benévinda Gomes de Farias, natural deste Estado, a qual faleceu de enfermidade Endocardite e foi medicado pelo Doutor João C. Corrêa, como se vê do atestado apresentado pelo mesmo falecido e exhibido. Para constar fez este registro que assigna o apresentante e declarante comigo Joel Boja de Santa Anna official do registro e assinou Amândio Xavier dos Santos

Villeroz 125

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Documento Nº 83, página 83 do Livro Tomo 11

Falecida: Jeanne Berthaud

83

Suplta. n.
14 de Oct' de 1896

M. Berthaud

Attesto que falleceu hontem
as 8 horas da noite de Lachecia
Syphilitica a innocente Jeanne
Berthaud, da idade de 5 meses, filho
de Jean Berthaud, cor branco, natural
d'esta cidade.

E para constar outorgo a presente cer-
tificada de que deu fe.

Santa Maria 14 de Outubro de 1896
D. A. Correa

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 45, página 8v e 9 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925

Falecida: Jeanne Berthaud

- 45 - O Vigário Pedro Wimmer P.S.A.
 Aos quatorze dias do mez de Outubro de mil e oitocentos noventa e seis sepultou-se neste cemitério publico de S. Maria Joanna Bertou com 5. cinco mezes de idade filha legitima de Leão Bertou, falleceu hontem as dez h. da noite de thísica pulmonar como atestou Dr. Correia. Foi encomendada na forma do Ritual Romano e para constar fez este termo, que assigno.

Pedro Wimmer P.S.A.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 432, página 123v e 124 do livro C – 1

Falecida: Jeanne Berthaud

Registro de Óbito
N.º 432 No quatorze dias do mês de Outubro - Jeanne Berthaud.
de mil e setenta e cinco annos, nesta
Cidade de Santa Maria, em
meu Cartão comparecem o Cidadao

Carla Bossard residente nesta Cidade
e declarou que hontem aucto faleceu
com assistencia medica, a menor de nome
Jeanne Berthaud, cor branca, com cinco
mezes de idade natural desta Cidade, filha
legitima de Leon Berthaud e sua mulher
a qual faleceu de Cachexia Syphilitica
como se ve de attestado passado
pelo Doutor Corria por quem foi medicada.
E para cumprir a lei neste registro que as-
signa o declarante Conigo Joao Boija de
Sant'Anna official do registro e escrevi
Carla Bossard

124
F. L. Corrao

Anexo B - Modelo N. 4 – Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888**Assento de óbito**

N.º..... Aos.....dias do mez de..... do anno de....., neste..... Districto de Paz da Parochia de..... Municipio de....., Provincia de....., compareceu em meu cartorio F..... (alguma das pessoas referidas no art. 76, indicando-se a qualidade em que se apresenta), e exhibindo attestado de (o nome do medico ou cirurgião, ou os das duas pessoas de que trata o final do art. 74) declarou: Que (seguir-se-hão as declarações que, na conformidade dos arts. 77 e 78, forem cabidas a respeito do fallecido). E para constar lavrei este termo, que assigno com o declarante (ou com F..... a rogo do declarante, por não poder ou não saber este assignar). Eu F....., Escrivão de Paz, o escrevi.

F..... (O Escrivão)

F..... (O declarante)

N. B.- No caso da 2ª parte do art. 79, em vez de «e exhibindo attestado de....., declarou» dir-se-ha: «e perante as duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas declarou» (mencione-se a autorisação de que trata o art. 75); e depois de «assigno com o declarante (ou com F....., a rogo, etc.)» dir-se-ha: «e as testemunhas F..... e F....., que assistiram ao fallecimento (ou ao enterro) e attestam por conhecimento proprio (ou por informações) que o fallecido era o mesmo F..... mencionado neste assento»; finalmente, as ditas testemunhas assignarão em seguida ao declarante.

Anexo C - Notícias e anúncios de médicos que atestam a morte em 1896

A pedidos

Agradecimento

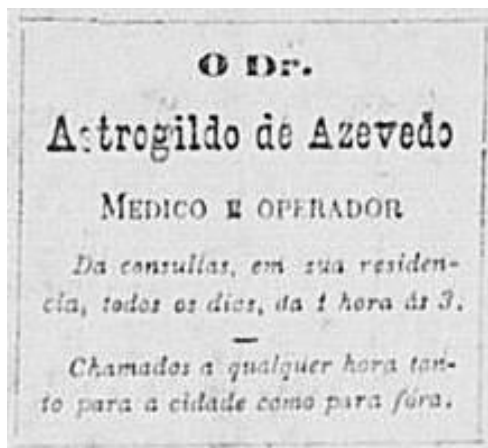
A família do finado Dr. Henrique Grave, na falta de outro meio com possa externar a sua eterna gratidão a todas as pessoas que a acompanhou no doloroso transe por que acaba de passar, o faz por este meio, agradecendo do intimo d'alma essas expressivas manifestações de pesar, fazendo extensivo este agradecimento a todos que, por outros meios, demonstraram o seu pesar pelo fatal acontecimento.

S. Maria 12 de Julho de 1896.

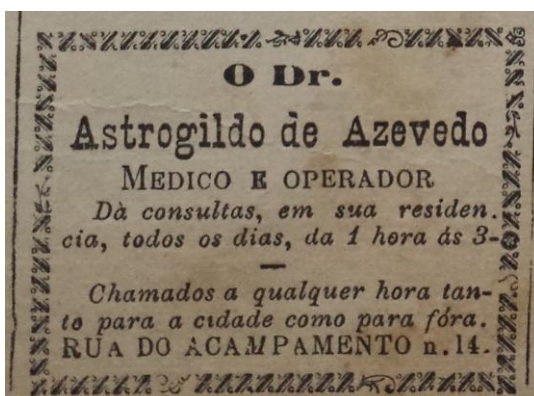
“A pedidos” sobre a morte do Dr. Henrique Grave no jornal O Combatente (12/07/1896), p.2 (Anno X, N. 30)

—Quarta feira teve lugar uma missa, na igreja evangelica, manda da resar pela familia do finado Dr. Henrique Grave em homenagem ao mesmo morto.

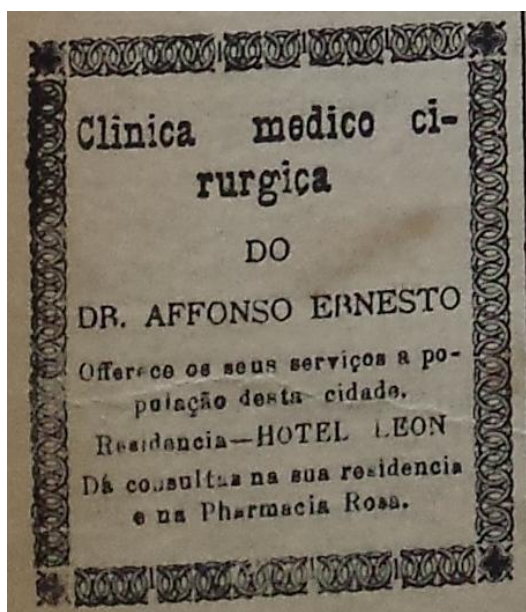
Nota da seção “Varias” sobre missa referente à morte do Dr. Henrique Grave no jornal O Combatente (19/07/1896), p.2 (Anno X, N. 31)



Anúncio do Dr. Astrogildo no jornal O Combatente (1º/01/1893), p. 3 (Anno VII, N.1)



Anúncio do Dr. Astrogildo no jornal O Combatente (13/09/1896), p. 3 (Anno X, N.39)



Anúncio do Dr. Affonso Ernesto no jornal O Combatente (07/06/1896), p. 3 (Anno X, N.25)



Anúncio do Dr. Pantaleão no jornal O Combatente (1º/01/1893), p. 3 (Anno VII, N.1)



Anúncio do Dr. Pantaleão no jornal O Combatente (13/09/1896), p. 3 (Anno X, N. 39)

APÊNDICES

Apêndice A - Atestados de óbito de 1896 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (Tomo 13)

Seq	Nome do falecido (a)	Dia do registro	Dia da morte	Hora	Idade
1	EDUARDO JOSÉ DA SILVA	31/dez	30/dez	18hs	15
2	LUIS GONSAGA MARQUES	30/dez	?	?	40
3	ALAYDE PAES	30/dez	29/dez	19hs	4m
4	MARIA FRANCISCA	25/dez	25/dez	17hs	17
5	ANTONIO DA ROZA	24/dez	24/dez	8hs	4m
6	IDALINA GOMES	23/dez	22/dez	18hs	2
7	FLORISBELLA DA CONCEIÇÃO	23/dez	23/dez	7hs	8
8	[sem nome]	21/dez	21/dez	7hs	10m
9	[sem nome]	19/dez	19/dez	5hs	?
10	MANOEL DA SILVA	16/dez	16/dez	5h30	2d
11	MARCELLINO DA LUZ PEDROZO	16/dez	16/dez	9hs	42
12	LUISINO MANOEL ANTUNES	12/dez	11/dez	12hs	?
13	MARIA ISIDRA DOS SANTOS	11/dez	11/dez	11hs	3m
14	BENTO LUCIANO DA SILVA CORDEIRO	09/dez	08/dez	23h30	57
15	EUFRAZIA DE CAMPOS	08/dez	08/dez	8hs	12
16	ANTONIO DE SOUZA	07/dez	07/dez	21h21	2m
17	[sem nome]	07/dez	06/dez	23hs	9m
18	JOAQUIM AFFONSO TABORDA	07/dez	06/dez	18hs	68
19	EVA DE MELLO	05/dez	04/dez	24hs	26
20	TIBURCIO DE CASTRO	04/dez	04/dez	2hs	48
21	MANOEL	27/fev	26/fev	18hs	7d
22	HILARIO DE ABREU	25/fev	24/fev	20hs	50
23	FIOLINA DUTRA	25/fev	24/fev	18hs	1
24	GREGORIO VIEIRA	1º/03	28/fev	17hs	35
25	MAGDALENA DA CUNHA	21/fev	?	?	?
26	ANNA ANTONIA DA CUNHA LOPES	20/fev	20/fev	12hs	24
27	MARIA DE LEMOS	23/fev	?	?	?
28	PEDRO JOAQUIM FERREIRA	20/fev	?	?	?
29	[sem nome]	17/fev	16/fev	17h30	1d
30	ADÃO MAESIANA	16/fev	15/fev	23hs	8d
31	VERGILIA PIRES	13/fev	?	?	35
32	CANTALICIA ROCHA	08/fev	07/fev	22hs	8d
33	MARIA DE OLIVEIRA	05/fev	04/fev	19hs	2m
34	MARIA GUILHERMINA	04/fev	04/fev	1h	8m
35	Mª ADELIA	03/fev	03/fev	9hs	?
36	[sem nome]	21/fev	21/fev	11hs	1d
37	JULIO PLACIDO SOVERAL	30/abr	30/abr	7hs	60
38	AMELIA SOUZA	28/abr	27/abr	?	9m

39	[sem nome]	27/abr	26/abr	19hs	morta
40	JOSÉ GREME	25/abr	?	?	55
41	ANTONIO MARTINS BELTRÃO	17/abr	16/abr	20hs	60
42	FRANCISCA LUIZA BADKE	15/abr	14/abr	?	37d
43	[sem nome]	13/abr	13/abr	?	2m
44	FREDERICO GUILHERME NIEDERAUER	08/abr	07/abr	20h30	55
45	MARIA JOANNA DA CONCEIÇÃO	07/abr	06/abr	17hs	60
46	RINALDINA VINCK	04/abr	03/abr	19hs	2m
47	THEODORA DE MOURA	02/abr	02/abr	4hs	15m
48	MATHILDE TONIOLI	16/mar	?	?	1m
49	ANNA	26/mar	25/mar	6hs	9m
50	MARIA DA ROSA	23/mar	23/mar	16hs	7m
51	RAMIRO DA ROSA	21/mar	21/mar	14hs	1
52	MARIA LUIZA	15/mar	14/mar	19hs	90
53	ANTONIO JULIO	15/mar	14/mar	21hs	5m
54	BERIO PASQUAL	15/mar	15/mar	14hs	17
55	ANNA AUGUSTA DA SILVA	14/mar	14/mar	8hs	2m
56	MARIA CANDIDA	11/mar	?	?	40
57	QUINTINO MARTINS DE SIQUEIRA	11/mar	?	?	23
58	THEODORO LOURENÇO	10/mar	10/mar	?	6m
59	JOÃO PICOITTS	09/mar	09/mar	9hs	34
60	GUILHERMINO DE ALMEIDA	1º/03	1º/03	16h30	3m
61	ALIAR ALGABIENS	29/mai	29/mai	9hs	13m
62	GARIBALDI SENG	29/mai	29/mai	1h	7
63	BELOMIRA RODRIGUES DA SILVA	28/mai	28/mai	4hs	26
64	MARIA HÄEFFNER	25/mai	24/mai	23hs	16d
65	JULIA ALVES MONTEIRO	19/mai	19/mai	9hs	40
66	ANTONINA PINTO	13/mai	13/mai	11hs	1
67	GALDINO	11/mai	1º/05	15hs	11m
68	PEDRO VICENTE RODRIGUES	10/mai	09/mai	14hs	60
69	MANUEL JOAQUIM DA SILVA JOE	07/mai	07/mai	4hs	20
70	LUIZA DA LUZ	02/mai	02/mai	?	?
71	ZEFERINO JOSÉ DA ROSA	29/jan	29/jan	1h	14
72	ANTONIO CUSTODIO	27/jan	26/jan	11hs	38
73	MANOEL FERNANDEZ	26/jan	26/jan	8hs	10
74	JOÃO ROCHA	21/jan	21/jan	12hs	73
75	MARIA LUIZA DA PASCHOA	21/jan	21/jan	7hs	20
76	ANTONIO VIEIRA PADILHA	21/jan	20/jan	22h30	38
77	JULIA DA SILVA	21/jan	21/jan	10hs	2m
78	RODOLPHO SCHLLING	15/jan	?	?	14m
79	GRACIOLINA DIAS DA SILVA	13/jan	13/jan	7hs	25
80	FRANCISCO RODRIGUES MARTINS	11/jan	11/jan	17hs	15
81	PEDRO ROZAURO	11/jan	11/jan	14hs	?

82	GRAZIELA BELTRÃO	08/jan	08/jan	7hs	3
83	JOÃO BAPTISTA DA FONTOURA ILHA	07/jan	06/jan	22hs	28
84	CELSO DE LIMA	07/jan	07/jan	2hs	1
85	OSCAR ÂNGELO	06/jan	06/jan	7hs	1
86	MARIA FLORES	05/jan	05/jan	5hs	8m

Apêndice B - Atestados de óbito de 1896 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (Tomo 11)

Seq	Nome do falecido (a)	Dia do registro	Dia da morte	Hora	Idade
1	[sem nome] F	25/jul	?	1h	25
2	FLOSINA DOMINGUES	24/jul	24/jul	16hs	50
3	OLAVINA VIEIRA	23/jul	23/jul	11hs	4
4	FABRICIO DO AMARAL	19/jul	19/jul	8hs	39
5	ANTONIO MARCIANO	13/jul	13/jul	14hs	menor
6	ALVINA DE ARRUDA	09/jul	09/jul	12hs	7
7	MARIA CAROLINA	07/jul	07/jul	?	38
8	GABRIEL DE MELLO	06/jul	06/jul	1hs	29
9	MARIA FERMINA GONZAGA	06/jul	06/jul	9hs	16
10	DANIEL COIRA	03/jul	02/jul	24hs	1d
11	ANTONIO DA COSTA	01/jul	30/jun	24hs	3
12	CARLOS JOÃO VINCENT	31/ago	30/ago	21h42	17
13	JOÃO GREFF	22/ago	22/ago	10hs	2m1/2
14	JOÃO DE DEOS	28/ago	27/ago	19hs	6m
15	JOSÉ	28/ago	28/ago	7hs	50
16	CHARLOTTA CANDIDA DE JEZUS	24/ago	23/ago	21hs	50
17	MARIA RITTA	21/ago	21/ago	11hs	98
18	[sem nome] M	13/ago	12/ago	17hs	1d
19	MANOEL DE ALMEIDA	11/ago	11/ago	2hs	25d
20	JOÃO D'ASSUMPÇÃO DO ROZARIO (EDRES)	06/ago	06/ago	11hs	10m
21	PAULO RIGAL	31/jul	31/jul	21hs	86
22	DORVALINA LEME	28/jun	28/jun	7hs	18
23	CAROLINA BEMBOM	25/jun	25/jun	7hs	30
24	JOÃO LOPES	24/jun	?	?	4
25	FELICIDADE CANDIDA DE OLIVEIRA	24/jun	24/jun	6hs	?
26	[sem nome] F	21/jun	20/jun	19hs	4
27	ANNA FEGE	16/jun	16/jun	2hs	5m
28	MARIA LIMA	16/jun	16/jun	14hs	2d
29	JOAQUINA DA CONCEIÇÃO	13/jun	12/jun	20hs	70
30	[sem nome] M M	09/jun	08/jun	9hs	1d
31	APARICIO	08/jun	08/jun	4hs	7m
32	AFFONSINA ALVES	05/jun	05/jun	1h	1
33	MARIA JOSÉ	02/jun	02/jun	11hs	31
34	SEVERINA MACIEL	29/set	29/set	4hs	26
35	MANOEL LEAL	28/set	28/set	?	60
36	MARIA PEDROSO	26/set	25/set	20hs	2m
37	JOÃO VALERIO SALRA	26/set	?	?	7m
38	MARIA CAROLINA BEMBOM	26/set	25/set	16hs	3m

39	COLLECTA DE SOUZA	19/set	18/set	?	62
40	FAUSTINO DA SILVA	18/set	18/set	18h30	menor
41	MARIA ERMELINDRA DA SILVA	17/set	16/set	15hs	50
42	GENEROSA UTLACKER	23/set	23/set	12hs	20
43	MANUEL DE JESUS	16/set	15/set	16hs	14m
44	NICANOR	15/set	?	?	?
45	MANOEL DE ARAUJO	14/set	13/set	23hs	14d
46	ANTONIO DIONIZIO	13/set	?	?	9d
47	NUNCIA DOS SANTOS	14/set	14/set	manhã	4d
48	CYRIO CORREA	09/set	08/set	20hs	3
49	CAETANO PEREIRA	08/set	07/set	13hs	25
50	LAURA PAHIM	06/set	05/set	15hs	21
51	SILVEIRO PEREIRA	06/set	05/set	22hs	21
52	MANUEL	05/set	04/set	noite	1d
53	PEDRO	02/set	02/set	1h	16
54	ANDRE MACHADO	26/nov	?	?	50
55	CARLOS JOLI	26/nov	25/nov	21h30	60
56	SEVERO DA SILVA	20/nov	19/nov	17h30	2m
57	ALTINA	18/nov	18/nov	112hs	9
58	[sem nome] M	19/nov	19/nov	16h30	menor
59	[sem nome] M	16/nov	16/nov	9hs	1d
60	ROZA DA CHAGAS	16/nov	16/nov	6hs	3m
61	FERMIANA DA CRUZ	15/nov	15/nov	4hs	25
62	BELISARIA MARIA DA ROCHA	13/nov	12/nov	23hs	67
63	MATHILDE CALACE	12/nov	12/nov	5hs	1
64	ABRAHÃO	12/nov	11/nov	12hs	6m
65	MANOEL DA SILVEIRA	10/nov	?	?	1d
66	ANTONINO DE MORAES	09/nov	09/nov	1h	4m
67	MAXIMIANO	08/nov	07/nov	19hs	55
68	IVO DE LIMA	02/nov	02/nov	16h30	5m
69	ANTONIA	03/jan	02/jan	16hs	65
78	LAURENTINO ALVES DE FARIA	30/out	29/out	17hs	62
79	PEDRO MALLET	25/out	25/out	14hs	8d
80	DELPHINO DA FONTOURA PINTO	20/out	20/out	15hs	40
81	IGNACIO FLORENCIO	24/out	24/out	manhã	38
82	CARLOS THOMÉ	19/out	19/out	4hs	33
83	JEANNE BERTHAUD	14/out	13/out	20hs	5m
84	MARIA JOSE DA CONCEIÇÃO	17/out	16/out	22hs	20
85	ANTONIO COSTA	10/out	10/out	madrugada	66
86	ELVIRA	10/out	10/out	6hs	5m
87	LUDOVINA RODRIGUES	08/out	08/out	2hs	1
88	FELIPPE ANTONIO DA SILVA	08/out	08/out	10hs	menor
89	EMIR BARROS	02/out	02/out	12hs	18m

Apêndice C - Registros de óbito de 1896 da Arquidiocese de Santa Maria (Livro 3)

Seq	Nome do falecido (a)	Dia do registro	Dia da morte	Hora	Ritual	Idade
1	JOÃO FRANCESCATO	16/fev	15/fev	?	Romano	5
2	MARIA AUGUSTA DA SILVA (menor)	14/mar	13/mar	8 hs	Bahia	2m
3	FREDERICO GUILHERME NIEDERAUER	08/abr	07/abr	20 hs	Romano	55
4	AURELIA RAMOS DE SOUZA	28/abr	27/abr	?	Romano	?
5	ANTONIO MARTINS BELTRÃO	18/abr	18/abr	?	Não fez	?
6	JOSÉ CREMER (ANTONIO OGNIBENE)	26/abr	26/abr	?	Bahia	33
7	JULIO PLACIDO SOUVERAL	30/abr	?	?	Bahia	60
8	ZULMIRA DA LUZ (menor)	02/mai	02/mai	3h30	Bahia	9m
9	MANOEL JOAQUIM DA SILVA JUNIOR	07/mai	07/mai	4 hs	Bahia	20
10	ANTONIO PINTO (menor)	14/mai	13/mai	11 hs	Romano	1
11	MARIA MADALENA DALLA PORTA	14/mai	14/mai	?	Romano	2m
12	JULIA ABREU MONTEIRO	20/mai	19/mai	9 hs	Bahia	40
13	JAQUOMINA SANDRI CAMPAGNOLO	25/mai	?	?	Romano	56
14	PELMIRA RODRIGUES DA SILVA	28/mai	28/mai	4 hs	Bahia	27
15	GARIBALDI KRUG	29/mai	29/mai	0 hs	Romano	7
16	ABCAR ALCANCIANO	30/mai	29/mai	8 hs	Romano	1
17	ALFONSINHA (menor)	06/jun	05/jun	1 h	Romano	15m
18	JOAQUINA DA CONCEICÃO	13/jun	12/jun	20 hs	Bahia	70
19	ANNA FENER (menor)	16/jun	16/jun	4 hs	Romano	5m
20	FELIZIDADE CANDIDA D'OLIVEIRA	25/jun	24/jun	6 hs	Bahia	48
21	JOÃO LOPES (menor)	25/jun	24/jun	6 hs	Romano	4
22	CAROLINA BEM BOM	26/jun	26/jun	7 hs	Bahia	30
23	DORVALINA LUIZA LEMES	29/jun	28/jun	8 hs	Romano	18
24	ANTONIO DIAS (menor)	01/jul	30/jun	noite	Romano	2
25	MARIA FRANCISCA GONZAGA	07/jul	06/jul	9h30	Bahia	17
26	GABRIEL JOSÉ DE MELLO	07/jul	06/jul	noite	Bahia	29
27	ALVINA D' ARRUDA	10/jul	09/jul	12 hs	Romano	8
28	ANTONIA MARCIANO (menor)	14/jul	14/jul	2 hs	Romano	2m
29	FABRICIO	20/jul	19/jul	?	Romano	?
30	OLAVINA VIEIRA (menor)	23/jul	23/jul	11 hs	Romano	4
31	FLOCINA CESAR	25/jul	24/jul	?	Bahia	50
32	PAULO RIGAL	01/ago	31/jul	21 hs	Bahia	86
33	JOÃO EDERES	07/ago	06/ago	11 hs	Romano	10m
34	ELISABETHA SCUSOL	31/ago	30/ago	?	Romano	87
35	RITTA MARIA	22/ago	21/ago	11 hs	Bahia	98
36	CARLOS JOÃO DABERKOW	01/set	31/ago	21h42	Romano	17
37	PEDRO	02/set	?	?	Romano	16
38	SILVERIO PEREIRA	06/set	05/set	10 hs	Romano	?
39	COLLECTA DE SOUZA	19/set	18/set	10 hs	Romano	66

40	MARIA PEDROSO (menor)	26/set	25/set	20 hs	Romano	2m
41	MARIA CAROLINA BEMBOM (menor)	26/set	?	?	Romano	3m
42	MARIA DAL AGO PAGLIERINI	17/jun	?	?	Romano	40
43	FRANCISCO COMARETTO (VER. PADRE)	10/out	09/out	16h30	Romano	70
44	LUDOVINA RODRIGUES (menor)	09/out	09/out	2 hs	Romano	11
45	JOANNA BERTOU	14/out	13/out	22 hs	Romano	5m
46	MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO	17/out	16/out	22 hs	Romano	?
47	MANOEL ALVES CORREIA	18/out	18/out	3 hs	Romano	29
48	LAURENTINO ALVES FARIAS	30/out	29/out	17hs	Romano	62
49	IVO DE LIMAN (menor)	03/nov	02/nov	16 hs	Romano	5m
50	ABRÃO	12/nov	11/nov	12 hs	Romano	18m
51	BELIZARIA MARIA DA ROCHA	13/nov	12/nov	23 hs	Romano	67
52	MATHILDE CALOIS (menor)	13/nov	12/nov	5 hs	Romano	?
53	ALTINA	19/nov	19/nov	12hs	Romano	9
54	JORGE DA SILVA (menor)	20/nov	19/nov	17 hs	Romano	2m
55	TIBURCIO DE CASTRO	04/dez	03/dez	14 hs	Romano	48
56	EVA DE MELLO	05/dez	04/dez	24 hs	Romano	18
57	BENTO LUCIANO DA SILVA CORDEIRO	09/dez	08/dez	23 hs	Romano	57
58	EUFRASIA PEREIRA (menor)	09/dez	08/dez	8 hs	Romano	12
59	FRANCISCO DA SILVA (menor)	17/dez	16/dez	5 hs	Romano	3d
60	ERMINIA PINTO (menor)	22/dez	21/dez	4 hs	Romano	4m
61	VITALINA GOMEZ	23/dez	22/dez	15 hs	Romano	2m
62	JULIO RAMOS	24/dez	23/dez	12 hs	Romano	5d
63	MARIA FRANCISCA VICENTE (menor)	26/dez	25/dez	17 hs	Romano	17
64	ALAIDE ALFREM (menor)	30/dez	29/dez	?	Romano	4m

Apêndice D - Registros de óbito de 1896 do Cartório de Registro Civil de Santa Maria (Livro C - 1)

Sequencial	Nome do falecido (a)	Dia do registro	Dia da morte	Hora
401	MARGARIDA WEINMANN	02/jan	02/jan	10h30
402	JOÃO BAPTISTA DA FONTOURA ILHA	07/jan	06/jan	10 hs
403	RODOLPHO SCHILING FILHO	15/jan	15/jan	16 hs
404	CÃATHALICE ROCHA (menor)	08/fev	07/fev	22 hs
405	VIRGILIA PIRES DE ARRUDA	13/fev	13/fev	1h30
406	ANNA ANTONIA DA SILVEIRA LOPES	20/fev	20/fev	12 hs
407	GUILHERMINO ALMEIDA (menor)	02/mar	01/mar	16 hs
408	JOÃO PICCOITS	10/mar	10/mar	10 hs
409	GUILHERMINA GRAFFENBERG	12/mar	11/mar	?
410	ANDRE TIMM	?/mar	?/mar	14 hs
411	RINALDINA WINCK (menor)	04/abr	03/abr	19 hs
412	JORGE PEDRO STOCK	10/abr	09/abr	15h30
413	FIRMINO DE OLIVEIRA (menor)	10/abr	09/abr	22 hs
414	ANTERO FLORES (menor)	14/abr	13/abr	20 hs
415	BRAZILIA SERANDY (menor)	23/abr	23/abr	5 hs
416	FRANCISCA LUIZA BADKE	05/abr	14/abr	18 hs
417	JULIO PLACIDO SOVERAL	30/abr	30/abr	7 hs
418	ANTONIO OGNIBENE (JOZE GREMES)	11/mai	25/abr	?
419	JULIA ALVES MONTEIRO	19/mai	19/mai	9 hs
420	CAROLINA SCHIRMER	11/jun	10/jun	18 hs
421	JOÃO ZEFERINO PONTES	15/jun	21/mai	?
422	CARLOS JOÃO VINCENT DABERKOSS	31/ago	30/ago	21h15
423	TOSCANA MARIA ROSA	05/set	02/set	1 h
424	SILVERIO PEREIRA	06/set	05/set	22 hs
425	MAURICIO BENTO DE OLIVEIRA	08/set	07/set	23 hs
426	THEREZA CREÁSSO	09/set	07/set	18 hs
427	MARIA PEDROSO (menor)	26/set	25/set	20 hs
428	COLLECTA DE SOUZA	26/set	18/set	21 hs
429	ADELINA DOCKHORN (menor)	02/out	01/out	19 hs
430	EMIR BARROS (menor)	02/out	02/out	14 hs
431	CHRISTIANO KRUEL	09/out	09/out	9 hs
432	JOANNA BERTHAUD	14/out	13/out	NOITE
433	DELFINO DA FONTOURA PINTO	20/out	20/out	15 hs
434	JOAQUIM CABECINHA	26/out	15/mai	3 hs
435	LAURENTINO ALVES DE FARIAS	30/out	29/out	17 hs
436	IVO DE LIMA (menor)	03/nov	02/nov	16 hs
437	FELIPPE KÜMMEL	03/nov	23/out	18 hs
438	ANTONINO DE MORAES (menor)	09/nov	09/nov	1 h

439	BELISARIA MARIA DA ROCHA	13/nov	12/nov	23 hs
440	PEDRO JOSE LAINDECKER	20/nov	20/nov	4 hs
441	SEVERO GEORGE (menor)	20/nov	19/nov	17h30
442	CARLOS JOLI	26/nov	25/nov	21 hs
443	GUERINO MANUEL ANTUNES	12/dez	11/dez	12 hs
444	CATHARINA RESER	21/dez	21/dez	9 hs

Apêndice E - Transcrições de documentos utilizados como *corpus* empírico

JPS1

ARQUIVO HISTÓRICO DE SANTA MARIA

Documento Nº 37, página 37 do Livro Tomo 13

Falecido: Julio Placido Soveral

	<p>Sepulte-se. [?] Maria 30 de Abril/96 Valle Machado [Assinatura]</p>
5	<p>Attesto que falleceu hoje ás sete horas da manhã de tumor maligno Julio Placido Soveral, de idade de sessenta annos, casado, de côr branca, natural d'este Estado.</p>
10	<p>Santa Maria da Bocca do Monte, 30 de Abril de 1896. Dr H. Grave [assinatura]</p>
	<p>Carneira</p>

JPS2

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA

Registro Nº 7, página 4 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925 – 8 linhas

Falecido: Julio Placido Soveral

5	<p>-7- Julio Placido Se^uveral</p>	<p>Aos trinta de Abril de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio de S. Maria Julio Placido Souveral com sessenta annos de idade, Capitão do Exercito reformado, cazado, natural d'este Estado falleceu d'um tumor maligno como atestou Dr. Grave Foi encommendado na forma do Ritual da Bahia e para constar fiz o presente que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [assinatura]</p>
---	--	---

JPS3**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA – SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 417, página 120 do Livro C – 1 – 18 linhas

Falecido: Julio Placido Soveral

5 10 15	Nº 417	<p>Registro de Obito Aos trinta dias do mez de Abril de mil oito centos e noventa eseis, nesta Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte, em meu Cartorio compareceu o Cidadão Antonio Roque Ribeiro a-qui residente e declarou que hoje as-sete horas da manhã faleceu de um tumor maligno o Capitão Julio Placido Soveral, côm branca, natural deste Estado, casado, com cincoenta annos de idade, o qual foi medicado pelo Doutor Henrique Grave, cujo attestado por este passado foi exhibido. E para constar lavrei o presente registro , que assigna o apresentante, comigo Jose Borja de Sant'Anna official do registro o escrivi. Antonio Roque Ribeiro [assinatura]</p>	Julio Placido Soveral
-------------------------------	--------	--	-----------------------

AO1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 40, página 40 do Livro Tomo 13

Falecido: Antonio Ognibene / José Greme

5	<p>Sepulte-se Sta M^a 25 de Abril 1896 Valle Machado [Assinatura] Attesto que hoje, as 7 horas da manhã examinei o cadaver de José Greme, de 35 annos de ida_ de presumincia, branco, casa_ do, austriaco e que se diz ter sido encontrado morto no leito.</p>
10	<p>Pelo attento exame exterior do refe_ rido cadaver nenhum vestigio incontrei de violencia alguma exterior.</p>
15	<p>Santa Maria, 25 de Abril de 1896. Dr Astrogildo Cesar de Azevedo [assinatura]</p>
20	<p>Foi registrado com o nome de Antonio Ognibene e não como José Gremer O off^{al} do Reg.^{to} JBSant'Anna [assinatura]</p>

AO2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 6, página 4 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925 – 10 linhas

Falecido: Antonio Ognibene (José Cremer)

5	<p>-6- Josè Cremer ou Antonio Ognibene</p>	<p>Aos vinte e seis de Abril de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria José Cremer sendo o verdadeiro Nome d'elle Antonio Ognibene com trinta e tres annos de idade, filho legitimo de Domingos Ognibene e Elvira Ognibene, cazado com D^a Amalia Helbert, natu- ral d'Austria falleceu hoje de molestia do cora- ção repentinamente. Foi encommendado na forma do Ritual da Bahia e para constar fiz o pre- sente, que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [assinatura]</p>
10		

AO3

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA – SANTA MARIA – RS

Registro Nº 418, página 120 do livro C – 1 – 29 linhas

Falecido: Antonio Ognibeni/Joze Gremes/ Antonio Agnibeni

5 10 15 20 25	Nº 418	<p>Registro de Obito</p> <p>Aos onze dias do mez de Maio de mil oito centos e noventa eséis, nesta Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte, em meu Cartorio compareceu o Cidadão José de Souza Vinhas, comerciante e residente nesta Cidade e declarou que no dia vinte e cinco de Abril proximo findo faleceu repentinamente nesta cidade Antonio Ognibene, aqui conhecido por todos Joze Gremes, empregado de Leon Berthaud, cor branca, com trinta e cinco annos de idade, casado com Dona Amalia Helbert Ognibeni, e natural da Austria. Declarou mais elle declarante, que apedido da mulher do referido Antonio Ognibeni, fazia a presente declaração neste Registro, visto ter sido dado o atestado de Obito pelo Doutor Astrogildo Cesar de Azevedo, com o nome de Jose Gremes como aqui todos conhecião o dito falecido, e assim certificara, em consequencia da permisão obtida por despacho do Juiz Distric tal dessa Cidade. Epara constar lavrei este registro que assigna o declarante acima declarado, comigo Jose Borja de Sant'Anna official do registro o escrivi.</p> <p>José de Souza Vinhas [assinatura]</p>	Antonio Agnibeni
---------------------------	--------	---	------------------

JAM1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 65, página 65 do Livro Tomo 13

Falecida: Julia Alves Monteiro

5	Attesto que hoje, ás 9 horas da manhã falleceu de tuberculose pulmonar, Julia Alves Monteiro, de 40 annos de idade, branca, casada e natural d'este Estado. Santa Maria, 19 de Maio de 1896. Dr Astrogildo Cesar de Azevedo [assinatura]
10	Sepulte-se de Maio 1896 Valle Machado [assinatura]

JAM2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 12, página 4v do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 – 1925 – 8 linhas

Falecida: Julia Abreu Monteiro

5	-12- Julia Abreu Monteiro.	Aos vinte de Maio de mil oito centos noventa e seis se- pultou-se neste Cemiterio de S. Maria Julia Abreu Mon- teiro com quarenta annos de idade, cazada e natural deste Estado, falleceu hontem as 9h.a/m de pulmonia tuberculosa como attestou o Dr. Astrogildo Cesar d' Azevedo. Foi encommendada gratuitamente na forma do Ritual da Bahia e para constar fiz o pre- sente, que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [assinatura]
---	----------------------------------	---

JAM3**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA – SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 419, página 120v do livro C – 1 – 21 linhas

Falecida: Julia Alves Monteiro

5	Nº 419	Registro de obito Aos dezenove dias do mez de Maio de mil oito Centos enoventa e seis, nesta Cidade de Santa Maria em meu Cartorio Compareceu o Cidadão Augusto Carlos Monteiro, natural deste Estado e residente nesta Cidade e declarou que hoje as nove horas da manha, faleceu com assistencia medica a sua Esposa Dona Julia Alves Monteiro, com quarenta annos de idade, cor branca, natural deste Estado, a qual faleceu de tuberculose pulmonar efoi medicada pelo Doutor Astrogildo Cesar de Azevedo de quem apresentou o respectivo attestado. E para Constar lavrei este registro que assigna o apresentante e declarante, comigo Jose Borja de Sant'Anna official do registro o escrivi. Augusto Carlos Monteiro [assinatura]	Julia Alves Montr ^o
---	--------	---	--------------------------------

CJV 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 12, página 12 do Livro Tomo 11

Falecido: Carlos João Vincent

5	<p>Sepulte-se, dando-se n'este attestado a filiação do morto, sendo conhecida. Sta Maria 31 Agto./96 Valle Machado [Assinatura]</p>
10	<p>Attesto que convidado hontem as 9 e ½ horas para prestar serviços médicos ao cidadão Carlos João Vincent, branco, solteiro e natural deste Estado, o qual emcontrei muito victimado por um ferimento de arma de fogo. Outrossim que o mesmo tinha a idade de 17 annos. Santa Maria 31 Agosto 96.</p>
15	<p>Dr. Affonso Ernesto [Assinatura]</p>

CJV 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 36, página 7v do livro Óbitos Cathedral Nº 3 1895 - 1925 – 10 linhas

Falecido: Carlos João Vincent

5	-36- Carlos João Daberkow	<p>Ao primeiro de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Carlos João Daberkow com dezasete annos de idade, filho legitimo do Capitão Kurt Vincent Dabercow; falleceu hontem as 9.42h da noite, suicidando-se por arma de fogo na falta do juízo perfeito como attestou o Dr. Affonso Ernesto da Silva. Foi encommendado na forma do Ritual Romano e para constar fiz o presente que assigno.</p>
10		<p>O Vigario Pedro Wimmer PSM [Assinatura]</p>

MP 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 36, página 36 do Livro Tomo 11

Falecida: Maria **Pedroso**

5	Attesto que hontem, ás 8 horas da noite, falleceu de uma infecção de origem intestinal, Maria, de 2 meses de idade, branca, filha de João Chrysostomo Pedroso e D. Anna Pires Pedroso e natural d'es_
10	te Estado. Santa Maria, 26 de setembro de 1896. Dr Astrogildo Cesar de Azevedo [assinatura]
	Sepulte-se Sta M ^a 25 de 7bro/96 Valle Machado [Assinatura]

MP 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 40, página 8 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925 – 9 linhas

Falecida: Maria **Pedroso**

5	-40- Maria	Aos vinte e seis de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Maria com dous mezes de idade, filha legitima de João Chrysostomo Pedroso e Anna Pires Pedroso, falleceu hontem as 8 h. da noite de inflamação intestinal como attestou o Dr. Astrogildo d'Azevedo. Foi encommendada na forma do Ritual Romano e para constar fiz o presente, que assigno. O Vig ^o Pedro Wimmer PSM [Assinatura]
---	---------------	--

MP 3**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA – SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 427, página 122v do Livro C – 1 – 18 linhas

Falecida: Maria **Pedroso**

	Nº 427	Registro de Obito Aos vinte eseis dias do mez de Setembro de mil oito centos enoventa eseis, nesta Cidade de Santa Maria em meu Cartorio compareceu o cidadão Percival Brenner residente nesta Cidade, e declarou que faleceu hontem as oito horas da noite de uma infecção de origem intestinal amenor de nome Maria, cor branca, com dous mezes de idade, filha legitima do cidadão João Chrisostomo Pedroso esua mulher Dona Anna Pires Pedroso, sendo medicada pelo Dr. Astrogildo C. de Azevedo de quem exhibio o respectivo attestado Epara constar lavrei este registro que assigna o apresentante comigo Jose Borja de Sant'Anna official doregistro o escriví. Percival Brenner [Assinatura]	Maria - menor
5			
10			
15			

CS 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 39, página 39 do Livro Tomo 11

Falecida: Collecta de Souza

	<p>Sepulte-se ? M^a de 7bro/96 Valle Machado [Assinatura]</p>
5	Attesto que D. Collecta de Souza, de 62 annos de idade, viuva de Pedro Florentino de Souza, filha de Braz Dias Ribeiro e D. Isabel Ribeiro, natural do Estado do Paraná, florista, falleceu hontem ás
10	horas p.m. de auto-septicemia; o que firmo por ser verdade. Santa Maria da B. do Monte 19 de Setembro de 1896.
15	D. Pantaleão J Pinto [Assinatura]

CS 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 39, página 8 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925 – 9 linhas

Falecida: Collecta de Souza

5	-39- Collecta de Souza	Aos dezanove de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Collecta de Souza com sessenta e seis annos de idade, viuva de Pedro Florentino de Souza, natural do Estado do Paraná, falleceu hontem as 10 h. da noite de auto-septicina como attestou o Dr. Pantaleão José Pinto. Foi encommendada na forma do Rituale Romano e para constar fiz o presente, que assigno. O Vig ^o Pedro Wimmer PSM [Ass.]
---	------------------------------	--

CS 3**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA – SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 428, página 123 do Livro C – 1 – 18 linhas

Falecida: Collecta de Souza

5	Nº 428	Registro de Obito Aos vinte e seis dias do mez de Setembro de mil oitocentos e noventa e seis nesta Cidade de Santa Maria da Bocca do Monte, em meu cartorio compareceu o cidadão Alexandre Pedro Ribeiro aqui residente e declarou que no dia dezoito do corrente, as nove horas da noite faleceu com assistencia medica de auto seplicemia, a sua Irmã Dona Collecta de Souza, viuva de Pedro Florentino de Souza, cor branca, com secenta e dous annos de idade natural deste Estado, a qual foi sepultada no dia dezenove, conforme o attestado exhibido. E para constar faço este registro que assigna o declarante comigo Jose Borja de Sant'Anna official do registro o escrivi. Alexandre Pedro Rib ^o [Assinatura]	Collecta de Souza
---	--------	--	-------------------

SP 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 51, página 51 do Livro Tomo 11

Falecido: Silveiro Pereira

	<p>Sepulte-se Valle Machado [Assinatura] [...] 5 de 7bro. 1896</p>
5	<p>Attesto que Silveiro Pereira, de 21 annos de edade, branco, sol_ teiro e natural d'este Estado falleceu hontem, as 10 horas da noite, de broncho pneumonia.</p>
10	<p>Santa Maria, 6 de setembro de 1896. Dr Astrogildo Cesar de Azevedo [assinatura] [...] Clemencia Pereira</p>

SP 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 38, página 8 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925 – 7 linhas

Falecido: Silveiro Pereira

	-38- Silverio Pereira	<p>Aos seis de Setembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Silverio Pereira, falleceu hontem as 10 h. a/m de bron- chites pulmonar como attestou o Dr. Astrogildo. Foi encommendado na forma do Rituale Roma- no e para constar fiz o presente que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [Assinatura]</p>
5		

SP 3**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 424, página 122 do Livro C – 1 – 17 linhas

Falecido: Silveiro Pereira

5	Nº 424	Registro de Obito Aos seis dias do mez de Setembro de mil oito centos e noventa e seis, nesta cidade de Santa Maria, em meu cartorio compareceu o cidadão Dedier de Sousa Pedroso, residente nesta cidade, e declarou que hontem as dez horas da noite faleceu com assistencia medica Silverio Pereira, côr branca, 21 annos de idade, solteiro natural deste Estado, filho de Clemencia Pereira, tendo falecido de broncho pneumonia, sendo tratado pelo Dr. Astrogildo C. de Azevedo. E para constar fiz este registro que assigna o declarante comigo Jose Borja de Sant'Anna official do registro o escrivi. Dediêr de Souza Pedroso [Assinatura]	Silverio Pereira
---	--------	---	------------------

SS 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 56, página 56 do Livro Tomo 11

Falecido: Severo **da Silva (Jorge)**

5	Attesto que hontem, ás 5 1/2 ho_ ras da tarde, falleceu de gastro- enterite Severo, de 2 meses de idade, branco filho de Impronti Jorge e D. Dorothea Souza da Silva e natural d'este Estado. Santa Maria, 20 de Novembro de 1896. Dr Astrogildo Cesar de Azevedo [assinatura]
10	Sepulte-se [...] 20 de 9bro/96 Valle Machado [Assinatura]

SS 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 54, página 10 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925 – 9 linhas

Falecido: Severo **da Silva (Jorge)**

5	-54- Jorge	Aos vinte dias do mez de Novembro de mil oito- centos noventa e seis sepultou-se neste Cemi- terio publico de Santa Maria da Bocca do Monte Jorge com dous mezes de idade filho natural de Dorothea Gomez da Silva; falleceu hontem as 5 ½ h da tarde de gastro-enterites como attestou o Dr. Astro- gildo. Foi encomendado na forma do Ritual Romano e para constar fiz este termo, que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [Assinatura]
---	---------------	--

SS 3**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA – SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 441, página 126v do Livro C – 1 – 18 linhas

Falecido: Severo **da Silva (Jorge)**

5 10 15	Nº 441	<p>Registro de obito</p> <p>Aos vinte dias do mez de Novembro, de mil oito centos enoventa eseis, nesta Cidade de Santa Maria, em meu Cartorio compareceu o cidadão Impronti Jorge, residente nesta cidade, e e declarou que hontem as cinco e meia horas da tarde faleceu de gastro interite o seu filho menor de nome Severo, cor branca, com dous meses de idade, natural desta cidade, o qual foi medicado pelo Doutor Astrogildo Cesar de Azevedo de quem exhibio o respectivo attestado. E para constar lavrei este registro que assigna o declarante, comigo Jose Borja de Sant'Anna official do registro o escrivi -</p> <p>Impronti George [Assinatura]</p>	Severo - menor
---	--------	--	----------------

BMR 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 62, página 62 do Livro Tomo 11

Falecida: Belisaria Maria da Rocha

	<p>Sepulte-se S^{ta} M^a 13 de 9bro/96 Valle Machado [Assinatura]</p>
5	<p>Attesto que hontem, ás 11 horas da noite, falleceu de congestão pulmonar Belisaria Maria da Rocha, de 67 annos de idade, branca, viuva e natural d'este Estado Santa Maria 13 de Novembro de 1896.</p>
10	<p>Dr Astrogildo Cesar de Azevedo [Assinatura]</p>

BMR 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 51, página 9v do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925 – 9 linhas

Falecida: Belisaria Maria da Rocha

5	<p>-51- Belizaria Maria da Rocha</p>	<p>Aos treze dias do mez de Novembro de mil oito centos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de Santa Maria da Bocca do Monte Belizaria Maria da Rocha com sessenta sete annos de idade viuva; falleceu hontem as onze h. da noite de congestão pulmonar como attestou Dr. Astrogildo. Foi encommendada na forma do Ritual Romano e para constar fiz o presente que assigno. O Vig^o Pedro Wimmer PSM [Assinatura]</p>
---	--	---

BMR 3
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA –
SANTA MARIA – RS

Registro Nº 439, página 126 do Livro C – 1 – 18 linhas

Falecida: Belisaria Maria da Rocha

5	Nº 439	Registro de Obito Aos trese dias do mez de Novembro de mil oito centos enoventa eseis, nesta Cidade de Santa Maria, em meu Cartorio compareceu o Cidadão Jose Silveira dos Santos e apresentou um attestado do Dr. Astrogildo Cesar de Azevedo medico, no qual declara ter falecido hontem nesta cidade as onze horas da noite Dona Belisaria Maria da Rocha, côr branca, com secenta e sete annos de idade, viuva, natural deste Estado, a qual faleceu de congestão pulmonar, como se vê do attestado exhibido.	Belisaria Maria da Rocha-
10		E para constar fiz este registro que assigna o declarante e apresentante, comigo Jose Borja de Sant'Anna, official do registro o escrivi.	
15		Joze Silveira dos Santos [Assinatura]	

IL 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 68, página 68 do Livro Tomo 11

Falecido: Ivo **de Lima**

	<p>Sepulte-se ? M 2 de 9bro/96 Valle Machado [Assinatura]</p>
5	<p>Attesto que hoje, ás 4 ½ horas da tarde, falleceu de entero-colite Ivo, de 5 meses de idade, branco, fi_ lho de Joaquim Alezio de Lima e D. Leonor Nogueira de Lima, e natural d'este Estado.</p>
10	<p>Santa Maria 2 de Novembro de 1896. Dr Astrogildo Cesar de Azevedo [Assinatura]</p>

IL 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 49, página 9 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925 – 9 linhas

Falecido: Ivo **de Lima**

	-49- Ivo	Aos tres dias do mez de Novembro de mil oitocentos noventa e seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Ivo com 5 mezes de idade natural deste Estado e filho legitimo de Joaquim Alegre de Lima, falleceu hontem as 4 h da tarde de enterite collia como attestou Dr. Astrogildo. Foi encommendado na forma do Ritual Romano e para constar fiz o presente que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [Assinatura]
5		

IL3**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – 2ª ZONA – SANTA MARIA – RS**

Registro Nº 436, página 125 do Livro C – 1 – 19 linhas

Falecido: Ivo **de Lima**

5	Nº 436	Registro de Obito Aos tres dias do mez de Novembro, de mil oito Centos enoventa eseis, nesta Cidade de Santa Maria, em meu Cartorio compareceu o Cidadão Jose Manoel de Moraes, residente nesta cidade, e declarou que hontem as quatro horas da tarde faleceu com assistencia medica de entero collite, o menor de nome Ivo, cor branca, com cinco meses de idade, filho legitimo de Joaquim Alegre de Lima e Leonor Nogueira de Lima, e natural deste Estado, o qual foi medicado pelo Doutor Astrogildo C. de Azevedo de quem exhibio o devido attestado. E para constar fiz este registro que assigna o declarante comigo Jose Borja de Sant'Anna official do registro o escrivi. Jose M ^{el} de Moraes [Assinatura]	Ivo - menor
---	--------	---	-------------

LAF 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 78, página 78 do Livro Tomo 11

Falecido: Laurentino Alves de Faria

5	<p>Sepulte-se S^{ta} M^a 30 de 8bro/96 Valle Machado [Assinatura] 30/10/96</p>
10	<p>Oliveira Attesto que falleceu hontem ás 5 horas da tarde de enfermidade <u>Endocardite</u> Laurentino Alves de Faria, da idade de 62 annos, na_ tural d'este Estado, côr branca, casado. E para constar outorgo o presente certificado do que dou fé. Santa Maria 30 de Outubro de 1896 D JCCorrea [Assinatura]</p>

LAF 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 48, página 9 do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925] – 9 linhas

Falecido: Laurentino Alves de Faria

5	<p>-48- Laurentino Alves Farias</p>	<p>Aos trenta dias do mez de Outubro de mil oito- centos noventa seis sepultou-se neste Cemiterio publico de S. Maria Laurentino Alves Farias com sessenta e dous annos de idade, natural d'este Estado; falleceu hontem as 5 h da tarde de thisica pulmonar, cazado com Benvinda Farias. Foi encommendado na forma do Ritual Romano e para constar fiz o pre- sente que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [Assinatura]</p>
---	---	--

JB 1**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Documento Nº 83, página 83 do Livro Tomo 11

Falecida: Jeanne Berthaud

5	<p>Sepulte-se S^{ta} M^a 14 de 8bro/96 Valle Machado [Assinatura]</p>
	<p>Attesto que falleceu hontem as 8 horas da noite de <u>Cachexia</u> <u>Syphilitica</u> a innocente Jeanne Berthaud, da edade de 5 meses, filha de Leon Berthaud, côr branca, natural d'este Estado.</p>
10	<p>E para constar outorgo o presente cer_ tificado de que dou fé. Santa Maria 14 de Outubro de 1896 D JCCorrea [Assinatura]</p>

JB 2**ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA**

Registro Nº 45, página 8v do livro Óbitos Catedral Nº 3 1895 - 1925 – 9 linhas

Falecida: Jeanne Berthaud

5	<p>-45- Joanna Bertou</p>	<p>Aos quatorze dias do mez de Outubro de mil oito- centos noventa e seis sepultou-se neste Cemite- rio publico de S. Maria Joanna Bertou com 5 cinco mezes de idade filha legitima de Leão Bertou, falleceu hontem as dez h. da noite de thisica pulmonar como attestou Dr. Correia. Foi encommendada na forma do Ritual Ro- mano e para constar fiz este termo, que assigno. O Vigario Pedro Wimmer PSM [Assinatura]</p>
---	-----------------------------------	---

Apêndice F - Identificação dos sujeitos que atestam óbito no Tomo 13 do AHMSM

O QUE	QUEM	Nº VEZES	Nº DE ORDEM
AUTORIDADE DECLARADA = EM 65 DOCUMENTOS			
Médico	Affonso Ernesto	3	1, 2, 12
Médico	Alexandre Mouram	4	25, 28, 31, 78
Médico	Astrogildo Cesar de Azevedo	11	14, 22, 29, 30, 40, 45, 53, 56, 62, 65, 71
Médico	Henrique Grave	11	23, 34, 37, 44, 59, 61, 63, 73, 76, 80, 86
Médico	João Carlos Correa	3	3, 6, 19
Capitão Médico	João Carlos Meneses Souza	3	38, 49, 70
Médico	Joaquim Mendonça Sodré	2	5, 11
Médico/ Pharmaceutico (registro cartorial)	Romão Lopes da Rosa	12	15 (08/12), 18 (07/12), 20 (04/12), 24, 51, 55, 66, 74, 75, 82, 84, 85
Médico	Pantaleão José Pinto	6	16, 26, 33, 41, 69, 83
Delegado de Polícia de Santa Maria	Carlos David Haag	2	4* (com complemento do Dr. Emertz), 13
Tenente e alferes da Brigada Militar	Napolião Jose Pinheiro e Grigori Prestes	1	21
Intendente	Francisco de Abreu Valle Machado ao encarregado do cemitério	5	9 (19/12) 50 (23/03), 52 (15/03), 57 (11/03), 68 (10/05)
Médico (segundo informação do doc. Tomo 11)	Emilio Fischer	2	54 (15/03); 77 (21/01), este com 2 pessoas: Paulo Rigall Santiago A. Benitez
CIDADÃOS SEM REFERÊNCIA DE AUTORIDADE = EM 21 DOCUMENTOS			
Eu		1	
	Alexandre Gomez		35 (03/02)
Nós		20	
5 pessoas (iguais)	Antonio Francisco Petters (e) Germano Correa da Silva Fa [ilegível] Fagundes Fioravante Brazil Pacheco João Azevedo		7 (23/12)
3 pessoas (testemunhas que não assinam mas são citadas)	Jose Ângelo Correa (e) Celestino de Souza Bueno (t/ n a) Manoel Ambrosio de Camargo (t/ n a)		8 (21/12)

2 pessoas	Thomas Ramos Silva de Siqueira (t) (Por) Sibirino Correia de Mello (t/ n a) Camillo Castelo Preto (e)		10 (16/12)
2 pessoas	Luiz Germani Lozefo [ilegível] Degimuni		17 (07/12)
2 pessoas	João Baptista Niederauer Pedro Maximiano Nagel		27 (23/02)
2 pessoas	Ascanio Jose Domingues Francisco Corsetti		32 (08/02)
2 pessoas	Joaquim Neves Pedro Ritzel		36 (21/02)
2 pessoas	A'rogo de Augusto de Mello, por não saber ler nem escrever: Ildefonso Soares Pinto A'rogo de Adão de Mello,: João Patrício Ramirez		39 (27/04)
2 pessoas	Antonio Köchs Januário Fernando Badke		42 (15/04)
3 pessoas	Joaquim dos Santos Prates Euclides da Costa Menezes Prudencio da Silva Flores		43 (13/04)
3 pessoas	Lydio Niederauer (e) João Niederauer Netto (t) João Baptista Vellinho (t)		46 (04/04)
2 pessoas	Lucas Blinor Barboza Eugenio Pedrozo de Menezes		47 (02/04)
2 pessoas	Isidoro Rossini Francisco José Resi		48 (16/03)
2 pessoas	Manoel Ignacio de Paula Joze Pinto		58 (10/03)
2 pessoas	Alfredo Lopes Martins Affonço Antonio Silva		60 (1º/03)
2 pessoas	Julio Martins Dockhorn Francisco Carvalho		64 (25/05)
3 pessoas	Camil Vieira Crescencio Ghomez Eugenio S. Banna [ilegível]		67 (11/05)
3 pessoas	Andre A. Badke Amaro Ignacio de Vasconcelos Antonio Köchs		72 (27/01)
3 pessoas	Frederico Noethen João Galdino Cardoso Maximilio Machado da Silveira		79 (13/01)
3 pessoas	Jose Joaquim de Macedo Feliciano Rodrigues de Oliveira Jesuino M de Bitencourt		81 (11/01)

Legenda

e= escrevente

T / n a = testemunha que não assina

Apêndice G - Quantitativo de cidadãos sem autoridade declarada que atestam óbito no Tomo 13 do AHMSM

Nº de pessoas	Nº	Nº DE ORDEM DO DOCUMENTO COM DATA (Ano de 1896)
01	1	35 (03/02)
02	13	10 (16/12); 17 (07/12); 27 (23/02); 32 (08/02); 36 (21/02); 39 (27/04); 42 (15/04); 47 (02/04); 48 (16/03); 58 (10/03); 60 (1º/03); 64 (25/05)
03	7	8 (21/12); 43 (13/04); 46 (04/04); 67 (11/05); 72 (27/01); 79 (13/01); 81 (11/01)
05	1	7 (23/12)
TOTAL		22

Apêndice H - Quantitativo de médicos que atestam óbito no Tomo 13 do AHMSM

NOME	Nº DE DOCUMENTOS	Nº DE ORDEM
Affonso Ernesto	3	1, 2, 12
Alexandre Mouram	4	25, 28, 31, 78
Astrogildo Cesar de Azevedo	11	14, 22, 29, 30, 40, 45, 53, 56, 62, 65, 71
Emilio Fischer	2	54,77
Henrique Grave	11	23, 34, 37, 44, 59, 61, 63, 73, 76, 80, 86
João Carlos Correa	3	3, 6, 19
João Carlos Meneses Souza	3	38, 49, 70
Joaquim Mendonça Sodré	2	5, 11
Romão Lopes da Rosa	12	15, 18, 20, 24, 51, 55, 66, 74, 75, 82, 84, 85
Pantaleão José Pinto	6	16, 26, 33, 41, 69, 83
TOTAL		57

Apêndice I - Identificação dos sujeitos que atestam óbito no Tomo 11 do AHMSM

O QUE	QUEM É	Nº VEZES	Nº DE ORDEM
AUTORIDADE DECLARADA = EM 57 DOCUMENTOS			
Médico	Affonso Ernesto	6	12,23,27,42,55,89
Médico	Astrogildo Cesar de Azevedo	14	3,4,6,22,31,33,36,5 1,56,57,62,63,68,80
Médico	Emilio Fischer	1	11
Médico	João Carlos Correa	7	20,50,66,78,79,83,8 4
Médico	Joaquim Mendonça Sodré	6	34,48,53,60,64,87
Médico	Luiz Marsill [ilegível]	1	16
Médico	Roberto Mobruaxa [ilegível]	1	82
<u>Médico</u> <u>Licenciado</u>	Romão Lopes da Rosa	2	9,69
Médico	Pantaleão José Pinto	4	21,26,39,43
Delegado de Polícia de Santa Maria	Carlos David Haag	15	8,14,15,17,18,29,32 ,35,44,47,49,61,81, 85,86
CIDADÃOS SEM REFERÊNCIA DE AUTORIDADE= EM 24 DOCUMENTOS			
Eu		2	
	Severiano Antonio de Oliveira		5 (13/07)
	Joaquim Leal de Oliveira		30 (09/06)
Nós		22	
4 pessoas	Lucio Duarte João Furtado Peres da Silva Silvino José Fr ^a João Moroni		28 (16/06)
3 pessoas	Severiano Antonio de Oliveira Emiliano Antonio da Cruz Brilhante Antonio Silverio Dutra		2 (24/07)
3 pessoas	Fidelis Miquilino Jorge Joaquim Manoel Corrêa Sobrinho		7 (07/07)
3 pessoas	João das Chagas Correa Epaminondas Monteiro Jose Gaspar dos Santos Jardim		19 (11/08)
3 pessoas	Franklin Flores Ribeiro de Carvalho Jose da Silva Brasil João Pedro Monbach		25 (24/06)
3 pessoas	Herminio Enéas Flores Julio Frederico Kummel Felippe Amancio Licht		45 (14/09)
3 pessoas	Eu [ilegível] Mer [ilegível] Rőfiny [ilegível] João Oracio ? João Ohanuel?		58 (19/11)
3 pessoas	[ilegível] Havi Eny Benci A Anarlico		65 (10/11)

3 pessoas	Marcos Antonio Ochoa João Gonçalves Caminha Jovino Simplicio Monteiro	67 (08/11)
3 pessoas	Joao Baptista Roviz Velhinho João Niederauer Netto Pedro José Wink	88 (08/10)
2 pessoas	Luiz Rodrigues Velhinho João Rodrigues Velhinho	1 (25/07)
2 pessoas	Eugenio Debiaggi Eliseo [ilegível] Gazzo	10 (03/07)
2 pessoas	Lydio Niederauer João Baptista Roviz Velhinho	13 (22/08)
2 pessoas	Manoel Fausto Ferreira Fortes Frederico de Souza e Silva	24 (24/06)
2 pessoas	Crescencio Ramos Ildefonso Porvill	37 (26/09)
2 pessoas	João Carlos Hausen João Gonçalves Caminha	38 (26/09)
2 pessoas	João Baptista Roviz Velhinho João Niederauer Netto	40 (18/09)
2 pessoas	Crescencio Ramos Ildefonso Porvill	41 (17/09)
2 pessoas	Henrique Scapellini Eugenio Debiaggi	46 (13/09)
2 pessoas	Liao Claro Fernandes João da Rosa Vera	52 (05/09)
2 pessoas	J Martin B [ilegível] Antonio Silverio Dutra	54 (26/11)
2 pessoas	J. Aslegno Lima Theophilo Barreto	59 (16/11)

São 48 as pessoas diferentes que assinam como cidadãos sem autoridade para 24 documentos e 10 pessoas com autoridade (médico ou delegado) para 57 documentos (24 + 57 = 81 documentos do Tomo 11).

Apêndice J - Quantitativo de cidadãos sem autoridade declarada que atestam óbito no Tomo 11

Nº de pessoas	Nº	Nº DE ORDEM DO DOCUMENTO COM DATA (Ano de 1896)
01	02	5 (13/07), 30 (09/06)
02	12	1 (25/07), 10 (03/07), 13 (22/08), 24 (24/06), 37 (26/09), 38 (26/09), 40 (18/09), 41 (17/09), 46 (13/09), 52 (05/09), 54 (26/11), 59 (16/11)
03	9	2 (24/07), 7 (07/07), 19 (11/08), 25 (24/06), 45 (14/09), 58 (19/11), 65 (10/11), 67 (08/11), 88 (08/10)
04	1	28 (16/06)
TOTAL		24

Apêndice K - Quantitativo de médicos que atestam óbito no Tomo 11 do AHMSM

NOME	Nº DE DOCUMENTOS	Nº DE ORDEM
Affonso Ernesto	6	12,23,27,42,55,89
Astrogildo Cesar de Azevedo	14	3,4,6,22,31,33,36,51,56,57, ,62,63,68,80
Emilio Fischer	1	11
João Carlos Correa	7	20,50,66,78,79,83,84
Joaquim Mendonça Sodré	6	34,48,53,60,64,87
Luiz Marsill?	1	16
Roberto Mobraxa?	1	82
Romão Lopes da Rosa	2	9,69
Pantaleão José Pinto	4	21,26,39,43
TOTAL		42

DR. PANTALEÃO

Com sua Exma. familia seguiu segunda feira com destino a cidade do Rio Grande, o illustrado medico, Dr. Pantaleão José Pinto.

S. S. foi aguardar n'aquella cidade a chegada de seu filho, nosso digno conterraneo Nicolao Becker Pinto, que regressa enfermo da Capital Federal.

São nossos fervorosos vótos que o sympathico «Pilo» ao receber o abraço paterno, tenha melhorado sensivelmente.

Notícia sobre o afastamento temporário do Dr. Pantaleão no jornal O Combatente (25/10/1896), p. 1 (Anno X, N. 45)

Dr João C. Correa

MEDICO

Facultado pelo Instituto Electro-Homeopathico de Gêneve; Professor de Physiologia e Hygiene: Ex-clinico da Sociedade de Propaganda Homeopathica Uruguaya em Montevideo; Registrado na Directoria da Junta de Hygiene do Estado do Rio Grande do Sul, brevemente fixará sua residencia n'esta cidade onde offerece ao publico seus serviços profissionaes como especialista nas enfermidaaes das crianças, senhoras e do aparelho respiratorio para o que conta com longos annos de pratica nas principaes cidades do Rio da Prata e na capital do Estado.

(Opportunamente anunciará sua residencia).

Notícia sobre o Dr. João C. Correia no jornal O Combatente (29/03/1896), p. 3 (Anno X, N.14)

Medico Homeopatha

Dr. João C. Correia, especialista nas enfermidades das crianças, senhoras e do aparelho respiratorio, tem estabelecido seu consultorio a rua do Comercio nº 81, onde atende a consultas das 12 ás 2 horas da tarde e chamados a qualquer hora para dentro e fora da cidade.

Vaccina e revaccina com lymph animal fresca, todas quintas feiras das 12 á 1 hora da tarde.

Attende aos pobres gratuitamente.

Anúncio do Dr. João C. Correia no jornal O Combatente (07/06/1896), p. 3 (Anno X, N.25)

Dr Mendonça Sodré
Medico e Operador

Consultas e chamados á
pharmacia Romão & Barros.

Anúncio do Dr. Mendonça Sodré no jornal O Combatente (20/11/1896), p. 3 (Anno X, N.50)

— O sr. Guilherme Fischer obteve licença da Inspectoria de Hygiene para exercer a profissão de medico, e sua Exma. filha D. Concordia, para a de pharmaceutico.

Nota, na coluna "Várias", sobre a licença obtida por Guilherme Fischer para exercer a profissão de médico no jornal O Combatente (31/05/1896), p. 2 (Anno X, N.24)

A pedidos

Injustiça

Em uma de suas ultimas edições a «Federação» externa-se de um modo bastante injusto contra o distincto pharmaceutico sr. Romão Lopes da Rosa pelo facto de ter a firma social de que faz elle parte suspenso o fornecimento de medicamentos ás forças militares, actualmente aqui aquartelladas.

Accusa-o a folha official de deshumano e de inimigo do actual governo.

Em Romão Lopes da Rosa não cabem taes qualificativos. Quem de perto conhece as qualidades excellentes que exornam o seu bello character, quem o ve, desde que aqui fixou residencia, sempre empenhado em bem servir a todos, sem distincção de classe ou de partido, não pode calar ante as accusações da «Federação».

O fornecimento de remedios ás forças foi suspenso é exacto, mas não por ser Romão um deshumano ou um inimigo do governo, e sim por achar-se a firma Romão & Barros até hoje no desembolso de fornecimentos tarazados, cujo pagamento ainda não conseguiu obter.

É injustiça taxar-se de deshumano a um cidadão que sem o menor interesse tem prestado com a sua pobre e ardua profissão serviços relevantissimos a todos aquelles que se vão utilizar dos seus meritos e valiosos prestimos.

A quasi totalidade dos habitantes desta cidade reconhecem no sr. Romão elevados dotes de coração e dedica-lhe grande estima.

Como inimigo do actual governo não deve ser tambem considerado o distincto pharmaceutico, porquanto sobre politica nunca se manifestou; não se envolve em lutas de partido e só cuida de dar cumprimento exacto dos deveres inherentes á espíhosa profissão que abraçou.

Um dos seus amigos

“A pedidos” sobre Romão Lopes da Rosa, enquanto ainda era designado somente como “pharmaceutico”, no jornal O Combatente (24/05/1896), p. 2, (Anno X, N. 22)

